

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WALTER LUIZ PEREIRA

**Cabo das tormentas e vagas da modernidade:
uma história da Companhia Nacional de Álcalis
e de seus trabalhadores.
Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo**

Niterói

2009.

WALTER LUIZ CARNEIRO DE MATTOS PEREIRA

**Cabo das tormentas e vagas da modernidade:
uma história da Companhia Nacional de Álcalis
e de seus trabalhadores.
Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do grau de Doutor – Área de Concentração: História Social.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcelo Badaró de Mattos

Niterói

2009

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos.

Cabo das tormentas e vagas da modernidade:
uma história da Companhia Nacional de Álcalis
e de seus trabalhadores.

Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo.

Tese (Doutorado em História).

1. Brasil Republicano
2. História de Empresa
3. História do Trabalho
4. História Regional
5. Companhia Nacional de Alcalis

- I. UFF / PPGH
- II. Companhia Nacional de Álcalis (1943 – 1964).

WALTER LUIZ CARNEIRO DE MATTOS PEREIRA

**Cabo das tormentas e vagas da modernidade:
uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores.
Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo**

Aprovada em de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró de Mattos – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Sônia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Geraldo de Bouclair.
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr. (suplente)

Prof. Dr. (suplente)

AGRADECIMENTOS

Para todos que puderam contribuir com esse trabalho, seja em Cabo Frio, no município ou na Universidade Veiga de Almeida, em Macaé ou em Niterói. Mas há aqueles que são especiais, pois são com quem compartilhamos horas mais intensas, mais felizes, mais angustiantes, seja pela proximidade ou mesmo pela distância. Esses agradecimentos do fundo de minh'alma vão para Ana Lúcia Nunes, Andréia Bottino, Ângela Maia, João Gilberto, Mariana, Rafael, Mari Guedes, Márcia Baby, Terezinha Tinoco, Guilherme Ribeiro, Leonardo Bahiense, Alexandre Imbroisi, Carmem, Robertucha, Luciene, Darlene, Pedro e ao Eduardo Cavalcante pela ajuda incessante na perseguição às fontes e por sua dedicação. Agradecimentos especiais aos ex-trabalhadores da Álcalis pelos depoimentos prestados: Sotero, Jorgenel, Nélio, Hilson, Warner e Francisco Sobrinho

A todos da Universidade Federal Fluminense, aos colegas, aos funcionários, especialmente a Jocely, pela torcida e aos professores do Departamento de História, aos que mais me incetivaram, nesses treze anos de Gragoatá. Em especial três deles: Adriana Faccina, Paulo Knauss e Marcelo Badaró, meus três orientadores, enquanto na Universidade estive. Acho que não decepcionei nenhum deles e considero um privilégio tê-los ao meu lado, pela inteligência de todos e pelo respeito com que nos tratamos. Mas aqui Badaró, a figura que ganha maior relevo é a sua, pela confiança, pois tenho absoluta convicção que foi mútua, principalmente para quem como eu, atreveu-se a ir atrás de um novo tema e de novos caminhos pela História. Seu apoio e sua tranqüilidade desde o início, ainda lá nos tempos em que dedilhava o projeto, não

serão esquecidas. Agradeço, também, a todos os membros da banca, por aceitarem participar da qualificação e da defesa, especialmente a professora Sônia Regina Mendonça, pelas suas observações na qualificação, e por ter escrito “*Estado e economia no Brasil*”, marco inicial das minhas leituras sobre História e Desenvolvimento e, ao professor Geraldo Bouclair, pela sua contribuição na qualificação e, porque também com seus livros, tive os primeiros contatos com estudos historiográficos sobre o sal.

Meus agradecimentos finais vão para toda a minha família, José Eduardo, Bernadete, Bernardo, Eduardo, Washington, Magda, João Pedro, Artur, Otávio, Cláudia, Iago e Lucas e, em especial meus pais, Walter e Diva, pois sem a ajuda e a compreensão deles, não sei se poderia ter ido tão longe.

RESUMO

A Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, foi uma empresa estatal fundada por Getúlio Vargas, em 1943, que, no entanto, começaria a produzir somente em 1960, depois de inaugurada, sua primeira fase, por Juscelino Kubitschek. A empresa projetada para fabricar álcalis sódicos dedicar-se-ia, logo de início, a produção exclusiva de barrilha, matéria-prima fundamental para utilização nas indústrias de transformação, principalmente a de vidros. Contudo, sofrendo as conseqüências da forte concorrência do produto importado, controlado por trustes e cartéis, principalmente àqueles associados à indústria vidreira nacional, a Álcalis passaria por inúmeros percalços que quase a levaram à insolvência. Entretanto, seu estado de crise permanente estava sujeito a outras duas sérias questões, de natureza interna: a tecnologia utilizada, importada da França, há muito sendo descartada pelas congêneres estrangeiras; além de ser atingida por instituições do Estado e associações empresariais que tentavam desestabilizar a empresa. Durante quatro anos, de 1960 a 1964, foram os trabalhadores associados aos setores nacionalistas da sociedade civil, como partidos, sindicatos e entidades estudantis, que garantiriam a sobrevivência da CNA, em lutas não somente de caráter trabalhista, mas também por lutas políticas incessantes. Esse trabalho busca compreender a trajetória dessa empresa, sem desconsiderar, entretanto, sua situação na atual conjuntura.

ABSTRACT

The Companhia Nacional de Álcalis, at Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, was an state – owned company founded by Getúlio Vargas, in 1943, although would only start to produce on 1960, inaugurated by Juscelino Kubitschek. Since the beginning, the company, projected to produce sodium based alkali would be dedicate exclusively to the production of barrilha, raw material fundamental to the use at transformation industries, especially the glass one. However, suffering the consequences the strong competition of imported products, controlled by monopolies and cartels, especially the ones associated to the national glass industry, the Álcalis through uncountable difficulties that almost took it to insolvency. Although, it's permanent crisis state was subjected to other two serious problems, of intern nature: the use technology, imported from France, long being discarded by foreigners industries of the same type; beyond being targeted by state institutions business associations that were trying to make the company unstable. For four years, from 1960 to 1964, the workers in association with the nationalists sectors of the civil society, like parties, unions and students entities, that granted the survival of the CNA, in fights not only with working character, but also by incessant politics fights. This work tries to understand the trajectory of this company, without disrespecting, however, its situation on the current conjuncture.

**Cabo das tormentas e vagas da modernidade:
uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores.
Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo**

SUMÁRIO

Introdução.	11
Capítulo 1 – Alcalis sódicos: da técnica à industrialização.	33
1.1 – Indústria europeia de álcalis sódicos.	34
1.2 – Indústria de álcalis sódicos no Brasil.	68
1.3 – Cabo Frio: do sal à Alcalis.	96
Capítulo 2 – Companhia Nacional de Álcalis: entre a história e a economia.	111
2.1 – <i>Projeto Cabo Frio.</i>	112
2.2 – Intervenção do Estado na economia.	143
2.3 – Indústria de base e os militares	170
2.4 – Arraial do Cabo e a fábrica.	185
2.5 – História e desenvolvimentismo.	213
2.6 – Depois do <i>fim da História.</i>	228
Capítulo 3 – Trabalhadores da Companhia Nacional de Alcalis.	239
3.1 – Trabalhadores e sindicatos	240
3.2 - Trabalhadores e Estado-patrão.	261
3.3 – Greves de 1960.	276
3.4 – Trabalhadores diretores.	328
3.5 – Greves de 1961 e a sombra do futuro.	339

Capítulo 4 – Trabalhadores e nacionalismo	360
4.1 – CNA como emblema da nação.	361
4.2 – Alcalis entre trustes e cartéis.	402
4.3 – Trabalhadores e política local.	439
Conclusão	465
Fontes	469
Anexos	479

INTRODUÇÃO

Espaço e tempo são as artérias do trabalho do historiador. A partir do objeto, procuramos delimitar onde e quando. O onde muitas vezes nos é dado, pelo próprio objeto, no caso, a Companhia Nacional de Álcalis - CNA, empresa estatal, localizada no Arraial do Cabo, antigo distrito do município de Cabo Frio, na região salineira fluminense, se ainda podemos nos referir assim, hoje mais conhecida como Baixada Litorânea, situada entre Araruama e Cabo Frio, no Rio de Janeiro. A indústria extrativa de sal foi determinante para a implantação da empresa na região, sem desconsiderar os fatores políticos que interferiram na escolha, pois o sal, a laguna e suas conchas eram componentes básicos para tocar uma indústria alcalina. Depois de muitas controvérsias, a CNA começaria a funcionar, em 1960, com uma força de trabalho, composta por três mil trabalhadores. Cabo-frienses, fluminenses, cariocas, nordestinos, franceses, rumam para o Arraial para montar e trabalhar na Álcalis. A CNA produzia um produto químico chamado barriha, um alcali sódico essencial à indústria de transformação, do qual o Brasil era dependente do mercado externo, condicionado às quantidades e aos preços impostos pelos cartéis¹ e trustes²

¹ Grupos de empresas independentes que formalizam um acordo para a atuação coordenada, com vistas a interesses comuns. O tipo mais comum de cartel é o de empresas que produzem artigos semelhantes, de forma a constituir um monopólio do mercado. O termo cartel, refere-se, em geral, ao mercado internacional – onde chegam a existir cartéis de países. Os objetivos mais comuns dos cartéis são: 1 – controle do nível de produção e das condições de venda; 2 – fixação e controle de preços; 3 – controle das fontes de matérias primas (cartel de compradores); 4 – fixação de margens de lucro e territórios de operação. As empresas que formam um cartel mantêm sua independência e individualidade, mas devem respeitar as regras aceitas pelo grupo, e divisão de mercados e a fixação de preços combinados. Na verdade formam um fundo comum que serve de reserva orçamentária ao cartel. Esse fundo é utilizado para punir as empresas do grupo que não respeitarem o acordo e também para impedir que outras empresas penetrem nos mercados já dominados. Na maioria dos países, a instituição de cartéis que atuem internamente é proibida por configurar uma situação de monopólio. No entanto, a cartelização é fenômeno normal nas economias capitalistas, tanto as desenvolvidas como as subdesenvolvidas. A atuação de cartéis elimina a concorrência; os consumidores podem ser lesados por preços construídos artificialmente e por produtos obsoletos; as fontes de matérias primas ficam submetidas a compradores que fixam condições de compra, preços, etc. Para o mercado externo, entretanto, alguns países chegam a estimular a cartelização como forma de constituir grupos para organizar racionalmente a produção e competir em igualdade de condições nesse mercado. SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2005, pp. 124/5.

internacionais. Inaugurada somente no governo JK, seu projeto inicial era do Estado Novo, idealizado no rastro da CSN. No entanto, seu destino foi outro, pela sua trajetória arrastada e conturbada, mesmo depois do início das suas atividades, especialmente entre os anos de 1960 e 1964. Nossa marcação no tempo é exatamente essa: do seu projeto (1943) até o golpe militar de 1964, quando finda uma fase de militância intensa de seus trabalhadores, movidos pela luta política de preservação de uma empresa que claudicava entre a economia e a política.

Trata-se de uma história econômica, mais precisamente de uma história social da economia, pois não dispensa as variáveis políticas e sociais. Trata-se de igual maneira, de uma história social do trabalho, porque o trabalho vive suas contradições com o capital, e o capital tem o sentido fortemente econômico e político. Trata-se também, de uma história política, pois que a política move-se por dentro das estruturas, muitas vezes determinando o comportamento da economia e da sociedade. O que importa registrar é que não se pode desvincular a história dos trabalhadores da CNA, da sua própria história, pois pelo menos até 1964, uma estava amarrada com a outra. Tão imbricadas em um torvelinho que chegou até o tempo presente.

No ano passado (2008), um pequeno número de trabalhadores, remanescente do quadro da Companhia Nacional de Álcalis, privatizada em 1991, esteve reunido com representantes do governo, para tentar reanimar a empresa, com o que sobrou dela. Emerson Jasmim, vice-presidente da empresa, em entrevista ao *Jornal de Sábado*, de 07 de fevereiro de 2008, acreditava que haveria “*uma luz no fim do túnel*”, diante de

² Tipo de estrutura empresarial na qual várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle, estabelecendo preços elevados que lhes garantam elevadas margens de lucro. Os trustes têm sido proibidos em vários países, mas a eficácia dessa proibição não é muito grande. SANDRONI. Dicionário de Economia do século XXI, *op. cit.*, p.859.

uma promessa de liberação de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de US\$ 78 milhões, que possibilitaria a retomada das atividades da CNA. Técnicos do BNDES estiveram em Arraial do Cabo, algum tempo depois, avaliando o patrimônio da empresa para a constituição de garantias reais. Os entraves para a realização da operação seriam os débitos fiscais que impediam qualquer financiamento oficial, no entanto, a Álcalis vinha procurando contatos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, para equacionar as pendências tributárias. Não obstante esse procedimento, as negociações avançavam para a venda de partes do terreno da Companhia, para cobrir as dívidas trabalhistas no montante de R\$ 52 milhões, parte de um passivo com seiscentos antigos trabalhadores, além da reconstituição dos saldos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS. Esse foi o registro mais recente que fiz questão de lançar nessa pesquisa, sobre a situação atual da Companhia Nacional de Álcalis. Parece que se impõem sobre a história da CNA e de seus trabalhadores, ciclos onde os vestígios aparecem e se apagam. Parecem fios condutores que nos levam ao passado para compreender as dimensões do presente.

A esperança manifestada pela diretoria da empresa, ocupada por ex-trabalhadores, era fruto dos contatos que vinham sendo feitos com o atual ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Depois de um primeiro encontro em Cabo Frio, uma nova rodada aconteceria na Delegacia do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, ainda no mês de fevereiro de 2008. O ministro lhes garantiu que, o presidente Lula, teria delegado a ele, autonomia para resolver a questão da CNA. Depois do encontro que trouxe o representante do presidente da República a Cabo Frio, a diretoria da empresa, em condomínio, após a saída dos últimos controladores, e o sindicato não negaram

esforços para dar continuidade aos desafios que se impunham pela recuperação da CNA. O presidente da empresa, Aloísio Ramos Caiado e o presidente do Sindicato, Alexandre Alves dos Santos retornaram ao Rio de Janeiro, para em mais um encontro com o ministro Carlos Lupi, tentar uma solução para o parcelamento da dívida de R\$ 252 milhões, somente com a União, de um total de R\$ 443 milhões.

Esse processo de negociação seria um ato contínuo ao encontro que se realizou no dia 22 de junho de 2007, em Cabo Frio, onde se encontravam reunidos no Auditório da Universidade Veiga de Almeida, o ministro Carlos Lupi, o deputado federal Bernardo Ariston, os deputados estaduais Alair Correa e Paulo Ramos, o prefeito de Arraial do Cabo, Henrique Mellmann, a diretoria atual da CNA e os presidentes do Sindicato dos Trabalhadores da Álcalis e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Salineira, além de representantes de outras instituições. De frente para a mesa formada por autoridades, estavam funcionários, aposentados, salineiros, estudantes, professores e outros participantes que aguardavam alguma novidade trazida por Lupi. As expectativas corriam por conta das ingerências feitas junto ao presidente da República, no sentido de encontrar um denominador comum para os inúmeros e complicados problemas pelos quais a empresa vinha passando, muitos deles, decorrentes do processo de privatização ocorrido em 1991, durante o governo Collor de Melo. Depois da apresentação da diretoria e dos funcionários da empresa, mostrando dados consistentes sobre a situação da CNA, sobressaíram inúmeras falas: algumas delas emocionadas, outras cheias de retórica, até chegar a promessa do ministro em encaminhar uma solução para a questão, envolvendo o governo e o BNDES. Assim que fossem solucionadas as questões que impediam a empresa de funcionar, a CNA passaria a ser gerida por uma cooperativa mantida pelos próprios funcionários. Seria a

primeira experiência administrativa de fato, desde o afastamento do grupo Fragoso Pires, arrematador e controlador da Álcalis no leilão de privatização.

A CNA foi uma das primeiras empresas estatais a ser privatizada na história recente da desmobilização do patrimônio industrial do Estado. Arrematador, o grupo Fragoso Pires, no seu auge, comandou um império de 27 empresas entre elas a *Frota Oceânica*, uma das maiores companhias de navegação do país. Rico e poderoso, segundo a revista *Veja*³, José Carlos Fragoso Pires vinha sendo “golpeado no bolso”. Endividado, teria contratado a “*Union Bancaire Prive*”, da Suíça, para por ordem nos seus negócios, admitindo inclusive, vender uma de suas dezessete empresas que ainda restavam do seu patrimônio, entre elas a CNA. Ao arrematar a empresa, no leilão de privatização, Fragoso Pires tinha conhecimento que estaria perdendo o monopólio da barrilha no mercado nacional. Um ano depois, em 1992, o governo mudou ainda mais as regras do jogo, reduzindo o imposto de importação do produto até chegar a 10%, em 1995. Decretava-se aí, praticamente o fim da intervenção do Estado no setor produtivo da barrilha, como se fosse o fim de um ciclo. A partir daí, a CNA não conseguiria competir mais com a barrilha americana. Segundo a mesma revista, o aporte de recursos próprios na empresa cabista, teria levado o grupo à situação de insolvência, principalmente do seu braço financeiro, o Banco Vega. A Revista *Exame*⁴, em artigo posterior, reforçaria que a CNA, sete anos depois da privatização, não tinha mais fôlego para competir com a barrilha importada. A empresa sob a tutela do grupo Fragoso Pires, não produzia mais do que 25% do consumo nacional. Ora, se foi necessário à CNA, para se tornar rentável nesses trinta anos de sua existência, a

³ Revista *Veja*, São Paulo, 30 de julho de 1997.

⁴ Revista *Exame*, São Paulo, 12 de agosto de 1998.

ingerência permanente do Estado, por que razões o grupo Fragoso Pires teria interesse em adquirir a empresa, tendo conhecimento, evidentemente, do histórico da barrilha nos mercados interno e externo, e do próprio drama que a empresa viveu desde a sua instalação? Não cabe a esse trabalho responder tal questão, mas cabe a especulação em torno do processo histórico.

O processo de privatização da CNA, um dos primeiros a acontecer no Brasil, foi parte de um quadro sucessivo de dilapidação do patrimônio público nacional. Quando a empresa foi incluída no programa de privatização de 1988/89, a principal suspeita que recaía sobre os objetivos estratégicos dos arrematadores, tornou-se o objetivo principal não revelado no processo: a cobiça pela especulação imobiliária sobre imensas áreas do litoral, muito valorizadas e desocupadas, até então. Estranhamente, as avaliações de empresas nacionais e internacionais de consultoria teriam subvalorizado o lance mínimo para o leilão da empresa, estabelecido em US\$ 80 milhões. Um panfleto apócrifo sobre a história da empresa suspeitava que o próprio BNDES tivesse contribuído para a campanha de desvalorização da empresa. A chamada “*Comissão de Desestatização*”, utilizando um informativo impresso pelo BNDES, tratava a CNA como ineficiente, antiquada e onerosa, porém, mantinha o sigilo sobre patrimônio imobiliário da empresa. As conseqüências da privatização foram: desemprego maciço dos trabalhadores, terceirização acentuada e indiscriminada de serviços, desativação de setores da produção, franca decadência das condições de trabalho anteriormente degradadas, ampliação dos problemas relacionados à saúde do trabalhador, aumento da freqüência dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;

investimento zero, ausência de monitoramento ambiental, desvalorização do homem enquanto ser social e negação do direito à cidadania.⁵

Entretanto, o abandono da empresa e de suas terras pelo grupo Fragoso Pires, fez o patrimônio da CNA, sobretudo os terrenos, entrarem em cena, para compor uma nova proposta em jogo, a partir da uma demanda dos trabalhadores: a desamortização de terras da CNA, cujos valores seriam revertidos ao pagamento das parcelas da dívida trabalhista. Segundo o jornal cabo-friense *Folha dos Lagos*⁶ dos 21 milhões de metros quadrados das terras que a CNA possuía em Arraial do Cabo, a metade poderia ser negociada, de acordo com o novo Plano Diretor do Município. Subtraído do valor da dívida com os trabalhadores, em torno de R\$ 52 milhões, e da dívida com Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, no valor de R\$ 11 milhões, o resultado obtido com a venda das terras aliviaria o caixa da empresa e daria um alento à empresa, em função da redução do seu passivo total. No entanto, para dar conta de toda essa engenharia financeira seria necessário obter as certidões negativas de débito que possibilitassem as transações imobiliárias, o que não seria permitido. O periódico lembrava que os vinte e cinco funcionários responsáveis pela administração da empresa recebiam somente uma ajuda de custo, desde a instalação do Conselho Gestor da empresa, composto por membros do Sindicato e da Diretoria. Segundo os conselheiros, a CNA produziu barrilha somente até metade de 2006, quando o Brasil passou definitivamente, a importar o produto, pois a empresa era a única produtora de barrilha no Brasil. Assim, o Brasil tornara-se mais uma vez dependente do mercado externo, importando dos Estados Unidos, somente em agosto daquele ano, 67% da sua

⁵ *Companhia Nacional de Álcalis – Histórico*. (panfleto sem data e sem autoria)

⁶ *Folha dos Lagos*, Cabo Frio, sexta-feira, 21 de setembro de 2007, p. 5

demanda, algo em torno de 350 mil toneladas. Por conta dessa dependência o preço da barrilha teria aumentado para US\$ 50 por tonelada. Atualmente, o país necessita de 800 mil a 1 milhão de toneladas mensais para atender a sua indústria de transformação.

Mesmo antes de toda essa mobilização, o Sindicato dos Trabalhadores da CNA, enviou uma carta ao senador Paulo Paim, em 25 de agosto de 2006, que se constituía quase que em um relatório contendo dados sobre a situação da empresa. O documento lembrava que o próprio presidente Lula, ao visitar o Sindicato, em 1995, dizia estar consciente sobre os problemas que a empresa vinha enfrentando, inclusive sobre o sucateamento das máquinas. O Sindicato apontava para o fato de que a CNA atendia naquele período, 22% do mercado nacional, sendo o restante, 78% do montante da barrilha, suprida pelas importações dos EUA, Europa e Ásia. Já fora o tempo em que, empresa estatal, a CNA gozara de forte proteção tarifária, além de deter o monopólio da produção e comercialização da barrilha consumida no país. A flexibilização dos mercados, pelo acirramento do processo de globalização, além de ter provocado uma redução acentuada no imposto de importação da barrilha, impôs também,

“pouca preocupação das autoridades competentes, quanto à preços mínimos, “dumping”⁷, acorde de frentes, práticas cartelizadas, utilização abusiva de armazéns alfandegados e outros procedimentos predatórios que prejudicam nitidamente a Alcalis.

⁷ prática comercial que consiste em vender produtos a preços inferiores aos custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e/ou ganhar maiores fatias de mercado. No mercado internacional o *dumping* pode ser persistente, quando existem subsídios governamentais para o incremento das exportações e as condições de mercado permitem uma discriminação de preços tal que a maior parte dos lucros de uma empresa que o pratica seja obtido no mercado interno. O *dumping* temporário é utilizado para afastar concorrentes de determinados mercados, quando um país necessita colocar neles excedentes de certos produtos, sem prejudicar os preços praticados em seu mercado interno. Contra o *dumping*, adotam-se medidas *anti-dumping*. SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI. *Op. cit.*, 267.

*Dir-se-á que deixando a Álcalis de ser uma empresa estatal, a proteção que lhe era dada tinha que ser abolida.*⁸

As angústias vividas pelos ex-trabalhadores da empresa, segundo o Sindicato, seriam advindas, portanto, de uma “*privatização mal planejada e suspeita pela sua viabilidade*”, conduzida pelo BNDES. Para a entidade sindical, contrariando a própria opinião dos consultores, o banco de investimento estatal teria feito justamente o inverso do que estava proposto. Em julho de 1992, o governo tornara privada uma empresa pública que era responsável por quase dois terços do suprimento da barrilha no mercado nacional. Os trabalhadores sustentavam na sua carta que:

“A Álcalis foi vítima de processo inteiramente equivocado de privatização conduzido pelo BNDES e pela PETROBRAS (então controladora da Álcalis, através da PETROQUISA) que inviabilizaria a operação de desestatização; A Álcalis foi vítima do processo de privatização da distribuição de gás natural, no Estado do Rio de Janeiro; A Álcalis foi vítima da açodada abertura da economia brasileira, sem os cuidados necessários à proteção de certas indústrias estratégicas contra a concorrência predatória de produtores e exportadores estrangeiros de barrilha; A Álcalis foi vítima de paranóias ambientalistas, sem a devida fundamentação técnica, que provocou a paralisação prematura da lavra de concha na Lagoa de Araruama, obrigando-nos a substituir o calcário conchífero por calcário de rocha, acentuadamente mais caro e de menor eficiência operacional; A Álcalis está sendo vítima de uma política de preço para o gás natural, nacional, associado à produção de petróleo da Bacia de Campos,

⁸ carta enviada pelo Sindicato do Trabalhadores da Álcalis, ao senador Paulo Paim, em 25/08/2006.

*inteiramente irrealista, que está drenando suas receitas de venda; A Álcalis está sendo gravemente afetada com a queda da moeda americana.”*⁹

A situação da CNA e de seus trabalhadores ainda permanecia indefinida, com a empresa totalmente paralisada. Nem a visita do presidente Lula, em finais de 2008, depois de um rápido encontro com representantes dos trabalhadores da CNA, durante a inauguração do Aeroporto Internacional na cidade, foi possível dar algum ânimo ao Plano de Viabilização da CNA, a chamada “*Novalcalis*”, pretendido por eles. Nem mesmo a venda dos terrenos para a quitação das dívidas trabalhistas havia se realizado até então. Tudo arrasta-se em uma demanda judicial sem fim¹⁰. Os dois leilões realizados em maio passado, não receberam nenhuma oferta para a compra das terras, situação que alimentou o conflito entre antigos trabalhadores, principalmente com aqueles que ainda teimam em recuperar a empresa. O que se pretende mostrar com essa rápida passagem pela “*história quente*” da CNA, é que os fios que a ligam ao passado, ainda estão bem firmes. Embora não fosse possível, são as lacunas que ficam, saber um pouco mais sobre a trajetória da CNA e de seus trabalhadores durante o regime militar, não se podem ignorar algumas tensões nesse fio condutor, o que nos faz pinçar alguns detalhes os argumentos e projetos do período inicial da ditadura em torno de empresas como a Álcalis. Não se tornaria revelador para mim, a luz da sua história, que o entreato, não pudesse perder as suas referências ao enredo, pois a situação atual da CNA, desastrosamente abandonada, está irremediavelmente condicionada pelo seu passado.

⁹ Idem.

¹⁰ *Folha dos Lagos*, Cabo Frio, 17 de dezembro de 2007.

Instalada no poder desde abril de 1964, a ditadura militar manifestou-se publicamente sobre a Álcalis e as demais empresas estatais, quando apresentou seu projeto de recuperação dessas empresas, incluída a CNA, durante a visita do presidente Castelo Branco à fábrica de Arraial do Cabo, nos festejos do 23º aniversário da CNA. O general chegou na Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, em 22 de julho de 1966, afirmando taxativamente, que seria preferível privatizar a Álcalis “*tão difícil é colocá-la sob eficiente direção*”. Não seria apenas o seu caso, pois Castelo Branco enfatizou que quase todas as empresas estatais eram “*inteiramente deficitárias ou desorganizadas*”. Contudo, naquele contexto, não haveria outra saída, senão as tornar viáveis, pois seria extremamente complicado liquidá-las. A fala do presidente aconteceria dois anos depois da Câmara dos Deputados ter votado um aumento substancial do capital social da CNA, além de torna definitivo o controle da empresa sobre a produção, importação e comercialização da barrilha no mercado interno. No entanto, pouca coisa teria mudado até a ida de Castelo a Arraial do Cabo.

Quase todas as fábricas de barrilha do mundo, nos anos 60, pelos menos nos países capitalistas, pertenciam a dois grandes grupos internacionais. O Brasil como um país de capitalismo tardio, por exceção, mantinha sua fábrica controlada pelo Estado. Por esse motivo, muitos técnicos brasileiros tiveram que obter formação em países do bloco socialista, como por exemplo, a Polônia, onde o Estado também tinha o controle dos meios de produção. Todas as fábricas de barrilha, que utilizavam o processo *Solvay*¹¹ tinham por matérias primas básicas o sal e o calcário. O Brasil excepcionalmente, utilizava o sal marinho, pois, a grande maioria das outras fábricas faziam o emprego do salgema. A Álcalis, portanto, necessitava de muito sal na

¹¹No capítulo 1, definiremos o que se constitui o processo químico *Solvay* de produção de álcalis sódicos.

produção de barrilha. O problema maior que a empresa enfrentava era a instalação da sua usina de combustão, que aumentaria sensivelmente a quantidade de sal necessária à produção de barrilha. Monopolista, a Alcalis continuava com índices de baixa produtividade para atender ao mercado interno, pois em 1967, o montante de barrilha que ela produzia, ainda era o mesmo, projetado para a sua inauguração, em 1960, ou seja, 100 mil toneladas por ano. A barrilha é um produto essencial para a fabricação de vidros, cerâmica, óleo, tecidos, sabões, detergentes e explosivos. Paulatinamente, a barrilha foi sofrendo uma forte concorrência da soda cáustica, principalmente àquela produzida pelo processo eletrolítico, cujo custo era bem inferior. Por isso, a soda cáustica levou a melhor ao concorrer com a barrilha, também, porque passara a ser o produto básico na fabricação de PVC e plásticos, que vinham tomando o lugar do vidro nas embalagens utilizadas para acondicionar produtos destinados ao consumo doméstico. A situação da CNA complicava-se cada vez mais a medida que novas tecnologias impunham-se ao mercado de alcalis sódicos, embora tudo isso estivesse previsto e de fato tivesse acontecido, desde a década de 1940, segundo estudos do próprio BNDE.

O discurso de Castelo Branco em Cabo Frio fez referência ao setor produtivo estatal brasileiro, de uma forma geral. Na realidade, seria um panorama sobre a situação das principais empresas estatais do país, como a FNM, a CSN, a USIMINAS, a COSIPA, o Loide Brasileiro, a RFFSA, a CVRD, a Eletrobrás e a Petrobras. Cabo Frio, segundo os jornais de época, tomaria conhecimento, em primeira mão, da política do regime militar para o setor estatal.¹² Algumas dessas empresas, segundo o general, já se encontravam “*inteiramente recuperadas*”. A CNA, por exemplo, vinha

¹² *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, Ano XVIII, n. 5020, 23/24 de julho de 1966, p.2.

apresentando um resultado favorável, no entanto, ainda apresentava-se como uma empresa instável. Isso representava para ele, o resultado de uma trajetória “*dispendiosa, difícil e... temerária*”, pois por mais de dez anos, a Alcalis “*permanecera virtualmente paralisada*”. Portanto, seria dever do Estado recuperar a CNA dadas “*as graves conseqüências que surgiriam da sua falência*”.¹³ Castelo Branco anunciara a conclusão, naquele ano, de uma das obras mais vitais para a empresa, a conclusão da tão propalada usina de sal. Junto com o reescalonamento das dívidas junto ao BNDE, e um aumento generoso do capital social da empresa, a CNA para atender o projeto de recuperação proposto, deveria dispensar trinta por cento de seus trabalhadores.¹⁴

As apreensões de Castelo Branco, ainda que amenizadas por alguns aspectos positivos em relação a CNA, não garantiriam uma vida estável à empresa. Dois anos depois, a própria presidência da CNA havia publicado um “*alerta*” aos trabalhadores, em janeiro de 1968, de que “*fontes insuspeitas*” haviam informado à presidência da empresa que alguns grupos pressionavam o governo para extinguir a Alcalis, por terem suas “*pretensões contrariadas*”. De fato, a presidência afirmava que algumas coisas estranhas vinham acontecendo e por isso fora necessário o “*Alerta!*”. Para a Alcalis, essas “*maldades*” encontraram eco em publicações tendenciosas, denúncias infundadas, pedido de informações propositados, divulgação de queixas, entre outras. Algo vinha sendo posto em prática para desestabilizar a empresa. No entanto, as argumentações não estavam desprovidas de fundamentos: cobravam a fabricação de soda cáustica, que não poderia ser possível, uma vez que a meta era a barrilha; e

¹³ *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano XXXIX, n. 11.726, 30 de julho de 1964, p.13.

¹⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 22.483, sábado 23 de julho de 1966, p.2.

criticavam a escassez de energia e sal, problemas de longa data que acarretavam altos custos à empresa. A CNA, em função disso, tornara-se cada vez mais dependente do sal nordestino e dos derivados da Petrobras. Falavam ainda de dragas abandonadas, pelos altos custos da extração de calcário na Lagoa de Araruama. A Álcalis, acusada de “*sangrar*” o balanço de pagamento brasileiro, estava sendo ameaçada no Congresso, com inúmeras promessas de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. A CNA estava sendo desmoralizada por “*insinuações criminosas*”, segundo seu folheto interno. Não haveria dúvidas entre a diretoria, de que o objetivo da campanha era “*preparar psicologicamente*” a sociedade brasileira para extinguir a empresa. Esse propósito havia se tornado uma obsessão para aqueles grupos. Dessa forma, a Álcalis não poderia dar trégua, pois “*quem o inimigo poupa, nas mãos lhe morre*”.¹⁵ Foi o que aconteceu.

A história da Companhia Nacional de Álcalis, entre 1943 e 1960, pode ser vista em um quadro de definições e conceitos sobre a industrialização do país, como uma empresa que perfila, mas ao mesmo tempo destoa a partir de certos paradigmas, sobretudo quando estamos nos referindo a uma empresa estatal. Na tentativa de entender a dinâmica da CNA dentro do processo da industrialização brasileira, naquele período, é primordial ressaltar que nos interessa não é uma história fragmentada da empresa e da região, mas como a história econômica, política e social alcança a empresa e a região, como a história se processa nesse caso particular.

Não se pode negar o desejo de se produzir álcalis sódicos no país, desde a Primeira República. Inúmeras tentativas foram feitas, até mesmo a partir de soluções colocadas pelo próprio Estado, como linhas de investimento para dotar o país de

¹⁵ *Álcalis Jornal*, Ano I, n. 8, Cabo Frio, Janeiro de 1968.

algumas unidades produtoras. Contudo, podemos propor que o interesse maior em produzir alguns desses produtos, como a barrilha, estava muito mais ligado aos setores extrativistas do sal, por serem fornecedores de matéria prima, do que aos setores da indústria de transformação, que necessitavam da barrilha, como a indústria vidreira nacional. Mesmo depois da CNA ser criada, o seu projeto inicial encontrava-se emperrado. Ainda sim, tentou-se uma saída, a partir de uma associação entre a própria CNA e os trustes internacionais, embora não fosse adiante. Se o projeto inicial foi parte de um objetivo mais amplo, durante a Segunda Guerra Mundial, de contar com o apoio dos Estados Unidos, em função da “*boa vontade*” demonstrada em relação a Companhia Siderúrgica Nacional, o caso da CNA, além de encontrar resistências internas, contou também com a rejeição de organismos financeiros internacionais e do próprio capital privado norte-americano. Sua retomada no segundo governo Vargas, foi parte de decisões gestadas no Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI, do Ministério da Fazenda, e no BNDE, para atender ao Plano Geral de Industrialização, de 1952. Essas soluções vinham a reboque de um engajamento maior com as propostas da CEPAL, para acelerar o desenvolvimento da economia brasileira, a partir de um processo de substituição de importações. Nesse sentido, a CNA era parte de um projeto desenvolvimentista que tentava superar as estruturas arcaicas da sociedade brasileira, com base em um modelo reformista, atrelado ao capitalismo internacional.

Portanto, a CNA foi um projeto levado a frente pelo Estado, com financiamento de capitais externos e aportes de recursos públicos provenientes em sua maioria, do Tesouro Nacional e do BNDE. Tratava-se de uma empresa que surgia do impulso desenvolvimentista dos anos 50, que ao entrar em operação realimentava as relações sociais locais, contribuindo para uma consciência política e social muito mais

ampla, caracterizando um avanço significativo do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho.

Durante esses primeiros anos de funcionamento, período ao qual nos detemos, a luta das forças nacionalistas pela sobrevivência da empresa, revela inclusive, momentos de contradição com grupos técnicos que repudiavam a politização em torno da CNA, colocando em discussão a articulação dos atores individuais ou coletivos nas mediações possíveis entre a sociedade e o Estado. Dessa maneira, a atuação dos trabalhadores da CNA, e de outros setores trabalhistas que lhes prestavam solidariedade, como os trabalhadores das salinas, não pode ser vista como uma atitude passiva, muitas vezes, relegada a uma associação simplista com o populismo, notadamente durante esses quatro anos, sem querer tecer aqui, qualquer desprezo pelo conceito, mas sim reavaliá-lo, como sinaliza a historiografia utilizada para tal fim. Na conjuntura, é que foi possível perceber a força política de classe trabalhadora, em sensibilizar os demais setores da sociedade civil, pela luta a favor da Alcalis. São também, nas teias da conjuntura que se podem perceber as contradições, diante dos interesses de frações da classe dominante, em controlar as instituições do aparelho de Estado, ou associações representativas dos seus interesses junto ao Estado. Essa questão se apresenta nas lutas dos trabalhadores da CNA e de alguns nomes da alta administração, contra os trustes, os cartéis e instituições da vida política nacional, na tentativa de enfraquecer a empresa. Dessa forma, não podemos descartar o centro de gravidade do problema nas articulações políticas, como estruturantes, ao lado das articulações econômicas, com as políticas ortodoxas ou liberalizantes em função da conjuntura econômica, ou até mesmo de condições estruturais.

Num quadro de intenções e realizações a CNA pode ser vista como um exemplo de uma ação prática do Estado, indispensável ao desenvolvimento de países do capitalismo tardio, no sentido que as reformas econômicas pudessem compensar as desigualdades sociais, para ultrapassar o subdesenvolvimento. Entretanto, se levarmos em consideração todo o tipo de malogro que a Álcalis teve que enfrentar, com fortes evidências de envolvimento de determinados setores do Estado, dadas as incertezas e incompletudes sobre o seu projeto, podemos inclusive duvidar de uma ação efetivamente industrializante, para colocar o intento como parte de uma criação ideológica para sustentar o discurso desenvolvimentista. Inequivocamente, a ideologia nacionalista, distinta de um nacionalismo burguês, como aquele que sustentava a tese de uma “*virada nacionalista*”, contaminou a Álcalis, uma vez que a luta pela preservação da empresa impunha-se pelos partidos políticos, cujos representantes estavam associados ao PCB e a “*esquerda*” do PTB, a partir dos sindicatos, como também de setores militares nacionalistas, como parte ativa nos destinos da empresa.

Essa breve exposição sobre nosso objeto de estudo está vinculada às questões conceituais, que guardam a sua própria historicidade quando sublinhadas e aplicadas ao contexto. Portanto, desejo antecipar o eixo conceitual ao qual está atrelado o objeto de estudo, que perpassa pelos capítulos 2 e 3, com a indicação dos autores no corpo desses capítulos.

No seu início, o trabalho tenta mostrar a dinâmica da produção química, necessariamente dos álcalis sódicos, a partir de uma história social da técnica, no conjunto do desenvolvimento industrial da Europa, na fase monopolista do capitalismo. Procuramos, logo a seguir, situar a indústria química brasileira nesse contexto. Foi possível então, estabelecer uma relação da indústria extrativa do sal com

a de álcalis sódicos, pelo lado das matérias primas, como já afirmamos, um dado que influenciou na própria escolha do lugar onde a CNA deveria ser instalada, sem deixar de abstrair as relações de poder que passavam por esta escolha.

No capítulo posterior, o de número dois, percorremos um caminho que permitiu colocar em debate o projeto de construção da CNA, das suas idas e vindas, a complexidade do processo para a instalação da empresa, o debate pungente sobre a ação intervencionista do Estado, incluindo os setores militares, pelo fato da Álcalis ter sido considerada uma empresa estratégica do ponto de vista da segurança nacional, significativa na estratégia política do desenvolvimento industrial, naquela conjuntura. O debate no seu conjunto, não escapou aos dilemas sobre uma empresa que surge em plena etapa decisiva do desenvolvimento industrial brasileiro, no processo de avanço do capitalismo, tema fértil colocado em debate no sub-capítulo História e Desenvolvimentismo. Antes de encerrar o segundo capítulo, em virtude da sua maior atenção aos quesitos econômicos, achamos por bem antecipar algo que é posterior, cronologicamente, aos capítulos seguintes, pois preferimos nos prender a uma questão temática. Essa antecipação no tempo, ajuda a compreender a lógica que moverá a empresa, seus trabalhadores e a sociedade civil, a partir dos anos 60, quando do início da produção da barrilha. É preciso preencher lacunas, com algo que foi submetido ao silêncio. Por isso optamos fazer no fim do capítulo dois, uma análise de um relatório do BNDE, divulgado já na ditadura militar, sobre a situação da Álcalis, contendo observações reveladores que devem ponderar os capítulos seguintes. Não seria sensato, portanto, seguir uma cronologia, posto que a dimensão temática serve melhor ao leitor, penso eu.

O terceiro capítulo é dedicado aos trabalhadores, abordando greves, solidariedade e repressão entre os anos de 1960/1961. As experiências e as estratégias reveladas pelos trabalhadores da CNA podem ser vistas dentro de um conjunto mais amplo, aplicado às discussões sobre o populismo, o trabalhismo e o sindicalismo, movidos por visões ambíguas ou convergentes sobre a ação política e reivindicatória da classe trabalhadora, especialmente nos governos Jânio Quadros e JK. Fui instado nesse capítulo a marcar um determinado distanciamento do objeto. As leituras iniciais, principalmente, a de *“Mundos do Trabalho”*, de Eric Hobsbawm, que trata experiências quando vividas pelo próprio historiador, a partir do seu engajamento nas lutas da classe trabalhadora, provocaram-me um certo constrangimento em lidar com o tema. No entanto, ao avançar nas fontes, nada me parecia tão estranho, pelo fato de ter participado, durante os anos 80, tempos do *“novo sindicalismo”*, em assembleias e movimentos grevistas, quando filiado ao Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Pude perceber que minhas experiências foram, também, bastante significativas a partir do conhecimento das ações dos trabalhadores da CNA e seu círculo de solidariedade. Pelo menos outra presença compensaria essa *“falta”* de experiência do historiador: a atuação marcante do orientador cuja produção traduz a sua relação a história sobre o mundo dos trabalhadores e seus sindicatos. Entretanto, a relativa falta de intimidade com o objeto, não me impediu de perceber que a sociedade se exprime pela sua ação coletiva, mais ainda quando esta significa ações coletivas solidárias, sem desprezar a contribuição dos atores individuais na sua construção.

No último capítulo, o ambiente político dos anos 1963 e 1964 toma conta da CNA. O nacionalismo se exalta pela própria situação da empresa, solapada pelos interesses representados por setores privados nacionais, associados em cartéis ou

mesmo ocupando certas posições dentro do aparelho de Estado, que buscavam inviabilizar a Alcalis. A CNA torna-se, nos discursos de seus defensores, um emblema da nação, na luta contra os trustes e cartéis, que agora não mais atravancam a sua instalação, mas a sua própria sobrevivência como uma empresa estatal. As contradições aparecem dentro e fora da empresa, numa luta que envolve diversos setores da sociedade e chega até mesmo às instituições locais, cuja repercussão demonstra o envolvimento dessas instituições em questões de foro nacional, notadamente relacionados a crise política que leva ao golpe militar de 1964.

Das fontes utilizadas, sem considerar a bibliografia consultada, posso argumentar que aquelas que mais deram substância ao meu trabalho, foram as fontes impressas, especialmente jornais e revistas, especializadas ou não. Por exemplo, o jornal “*Ultima Hora*”, que se consagra como um veículo de informação com referências quase que diárias ao tema da Alcalis e de seus trabalhadores. Como é sabido, muito da documentação dos sindicatos, anterior ao golpe de 64, perdeu-se. Da mesma forma, não há uma prática, pelo menos no Brasil, na instituição de arquivos empresariais. Embora a CNA fosse uma empresa estatal, creio que o fato de ter sido privatizada e sucateada tenha contribuído para a dispersão da documentação, embora tenha sido possível ter contato com alguns papéis e fotografias, ainda guardadas nos galpões de Arraial do Cabo. Nesse sentido, os jornais puderam cobrir imensas lacunas. Outras fontes, que julgo essenciais ao trabalho, foram os testemunhos prestados por poucos, mas destacados ex-trabalhadores da empresa no período 60/64, todos com idade superior a setenta anos, bastante sensíveis ao convite e a importância de resgatar a memória do trabalho e da empresa em suas falas, pela construção de uma história oral da classe trabalhadora, daqueles que participaram ativamente da história

da CNA, das suas tormentas e como testemunhas da modernidade. A história da Companhia Nacional de Álcalis é, portanto, múltipla e tocada pela mais profunda sensibilidade por aqueles que mais contribuíram por fazê-la: os homens e o seu trabalho.

CAPÍTULO 1

Álcalis sódicos: da técnica à industrialização

1.1 – Indústria europeia de álcalis sódicos.

Na introdução ao trabalho *A indústria de Álcalis no Brasil: o projeto de Cabo Frio*, realizado pelo Laboratório de Produção Mineral, vinculado ao Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, produzido em dezembro de 1947, seu autor Mário da Silva Pinto, perguntava: *Por que razão, até hoje, o industrial e o economista brasileiro não procuraram criar, com entusiasmo e clarevidência, uma indústria de álcalis no país?* O próprio autor tentava responder, chamando a atenção para a necessidade do Brasil produzir álcalis pelo processo Solvay, para romper com a dependência de poderosos grupos internacionais que controlavam a produção. O processo *Solvay*¹⁶ é um processo de patente belga, utilizado para a fabricação de álcalis¹⁷ sódicos, dentre eles a barrilha (carbonato de sódio) e a soda cáustica (hidróxido de sódio), produtos cuja base era o sal. A Companhia Nacional de Álcalis – CNA utilizar-se-ia do processo *Solvay*, em detrimento do processo eletrolítico, que demandaria grande quantidade de cloro e eletricidade, ambos escassos no Brasil.

“A explicação que a indústria de soda está dividida no mundo em grandes grupos, nascidos originariamente de um cartel. Seu empreendedor Ernst Solvay foi um químico belga que industrializou o processo da soda ao amoníaco, o único que resistia à competição comercial por ser, sem dúvida, muito mais econômico que os demais. Este cartel, desde os fins do século XIX, conseguiu organizar uma verdadeira rede internacional de fábricas de soda, na

¹⁶ O processo Solvay de fabricação de barrilha e de soda cáustica tem as seguintes fases: amoniacação da salmoura, carbonatação da salmoura, filtração, calcinação do bicarbonato e densificação da barrilha. Fonte: *Álcalis, base do progresso*.

¹⁷ O termo álcali veio do árabe, al-gili, cujo significado é cinza proveniente de plantas. NUNES, Carlos Luis. *Assim surgiu a Álcalis*. Cabo Frio, 1968. p. 24

Inglaterra, na Alemanha, na França, na Rússia, essa situação estendeu-se até 1920, quando com o fim da primeira guerra, sofreu o grupo internacional rudes golpes, entre os quais a nacionalização das usinas na Rússia, a separação do grupo americano e do grupo alemão. Até aquela data, o grupo Solvay detinha, realmente, um verdadeiro monopólio mundial da indústria da soda; suas diversas fábricas trocavam patentes e informações técnicas, sendo que qualquer aperfeiçoamento obtido por uma das facções Solvay era imediatamente comunicada a todas as outras. Conseguiu o grupo assim montar um primado incontestável e indiscutível sob o ponto de vista técnico, econômico, financeiro e comercial; ninguém poderia fabricar soda tão barata quanto à deles e ninguém poderia resistir a uma luta comercial.”

Tecnologias em disputa: Solvay e Leblanc.

Ernest Solvay, fundador das indústrias que tinham o seu nome, reuniu na *Conferência de Solvay*, em 1911, em Bruxelas, na Bélgica, um grande número de cientistas, talvez um dos primeiros grandes empresários a incentivar a pesquisa, porém, com claras intenções de impulsionar as descobertas científicas que pudessem representar ganhos em escala industrial, para que suas empresas ampliassem a oferta de produtos químicos na Europa e no resto do mundo. Em outubro daquele ano, Solvay conseguiu reunir no Grande Hotel Metrópole de Bruxelas, Albert Einstein, Max Planck, Henri Poincaré, Marie Curie, entre outros.¹⁸

A industrialização, desde o século XIX, estava profundamente ligada ao desenvolvimento das ciências, impulsionando o capitalismo e a competição internacional na disputa pela concentração econômica e pelo controle do mercado, haja vista também uma imponente expansão do mercado de consumo doméstico. O domínio sobre certos processos produtivos, sobre o mercado e conseqüentemente sobre

¹⁸ ISAACSON, Walter. *Einstein: sua vida, seu universo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007 p. 184.

o capital, contribuía na formação de grandes monopólios e cartéis. Nesse sentido, podemos suspeitar dos interesses do grupo Solvay em reunir eminentes pensadores das ciências naturais, no início do século XX, tempos do imperialismo, do capitalismo monopolista e do *laissez-faire*. Esses interesses podem ser identificados como um projeto de dominação e cartelização da economia em determinados setores industriais.

Nossas suspeitas aumentam mais ainda, quando se tratava da química, uma ciência que se encontrava em um patamar muito mais adiantado de desenvolvimento do que as outras ciências sobre a vida. A química foi produto do estágio que a alquimia percorreu entre a magia e a ciência; entre o racional e o irracional, uma das ciências propulsoras do progresso do capitalismo, do desenvolvimento econômico e da expansão da industrialização. Segundo Eric Hobsbawm, os químicos representavam mais da metade dos professores engajados nas ciências naturais. As inovações da química como ciência moderna, remontavam aos últimos trinta anos do século XVIII, em uma excitante fonte de ideias e descobertas. Pensadores e cientistas não estavam somente orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas.¹⁹ Dessa forma, o século XIX será e século do positivismo, de Augusto Conte; do empirismo, de Stuart Mill e do evolucionismo, de Charles Darwin. Todos eles estavam sob forte influência das leis que regiam as ciências naturais.

Para David Landes, assim como a indústria mecânica e a engenharia, a indústria química foi negligenciada nos livros de história social sobre a Revolução Industrial pela complexidade do seu desenvolvimento e pelo conhecimento técnico que o historiador raramente possui. Para Landes, os motivos que contribuíram para esse

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. São Paulo, Paz e Terra, 1977 p. 349/415.

descaso foram: o caráter não revolucionário desse desenvolvimento – a organização da mão de obra permaneceu inalterada, com aumento de produtividade menor, e o atendimento à necessidade de outros ramos fabris, assumindo um caráter secundário. O processamento do fluxo de produtos industrializados exigia grandes volumes de substâncias químicas – alcalóides, ácidos e tinturas. Não devemos esquecer que a indústria têxtil e a indústria química tiveram papéis decisivos no desenvolvimento industrial da Europa.

*“A transformação da indústria têxtil, cujas necessidades de detergentes, alvejantes e mordentes aumentavam no mesmo ritmo da produção, teria sido impossível sem uma transformação correspondente da tecnologia química.... A solução foi encontrada com um progresso simultâneo em diversas direções: substituição de fontes animais pelas vegetais, a substituição de matérias primas orgânicas por inorgânicas; pela utilização de subprodutos a partir de reações que geravam compostos; e pelo aperfeiçoamento de instrumentos e equipamentos da indústria”.*²⁰

Os álcalis eram indispensáveis para a fabricação de tecidos, adubos químicos, borracha sintética, celulose, couros, detergente, refratários, siderúrgicos, vidro, alumínio, plástico, sabão, etc. Um dos álcalis mais importantes era o hidróxido de sódio, chamado popularmente de soda cáustica, obtido da cinza de madeira o que exigia um grande consumo dessa matéria prima em um país que era dependente dela, como a Inglaterra. No século XVIII, o álcali de sódio ou álcalis sódicos era também obtido das cinzas das plantas; da barrilha, que crescia principalmente na Espanha e nas

²⁰ LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado – transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005 – pp. 103.

Ilhas Canárias e que continham um teor de 20% a 35% de soda; e de algas marinhas secas do oeste da Escócia e da Irlanda, depois de transformadas em cinzas. Este último processo de extração era mais competitivo porque a barrilha, apesar de mais rica, pagava mais impostos, além de ter sido suspensa a sua importação no início do século XIX, durante as guerras napoleônicas. Mais uma vez, a resposta à demanda foi encontrada na substituição de matérias primas vegetais por minerais, nesse caso, por um mineral abundante, o sal. A partir daí, mais precisamente no século XIX, a indústria química pesada estabeleceu-se fortemente, ampliando as possibilidades técnicas pelo complexo sal – soda – ácido, que foram explorados segundo o processo *Leblanc*²¹ e, posteriormente, com a aplicação do processo *Solvay*, principalmente, pela substituição de fontes vegetais por fontes minerais para a indústria química, mais precisamente para a produção de alcalis.

A indústria química é a mais multiforme de todas as indústrias por atender a uma série de complexos industriais. Em todo o mundo, a demanda por álcalis aumentou paralelo à procura por produtos têxteis e produtos de higiene e limpeza, cujo consumo subiu comparativamente à elevação dos níveis de renda, à melhoria das condições de saneamento básico e aos padrões de vida mais elevados. Entre 1852 e 1878, a produção inglesa de soda calcinada e de cristais de soda triplicou, e a de pó alvejante aumentou quase oito vezes, aumentando também as exportações direcionadas à França, aos Estados Unidos e ao Zollverein. Em 1862, mais ou menos dez mil homens estavam empregados na fabricação de soda pelo processo Leblanc, na

²¹ A técnica elaborada por Leblanc consistia na transformação do sal em pasta de sal (sulfato de sódio) por meio do ácido sulfúrico e o conseqüente aquecimento da pasta de sal numa mistura com carvão mineral e carbonato de cálcio (sob forma de calcário), para produzir soda cáustica e resíduos.

Inglaterra.²² A Inglaterra concentrava sua produção em três principais centros, todos na área de Glasgow, próximas não só às fontes de matérias primas para a produção de álcalis, mas também do centro industrial têxtil inglês. A região de Mersey era favorecida pela disponibilidade de carvão, de sal, além de uma rede de vias navegáveis, estabelecendo uma conexão com as áreas de produção. Mas o maior centro de fabricação de produtos químicos era a bacia do rio Tyne. Enfim, o nordeste da Inglaterra passou a responder, em meados do século, por metade da produção da indústria química e da força de trabalho empregada na produção de todo o reino. Consolidava-se assim, a fabricação em massa de produtos da indústria química pesada.

“os produtores ingleses que, sem dúvida tinham conhecimento do processo de Leblanc no fim do século XVIII, demoraram a adotá-lo; a fabricação em larga escala só começou em 1823. Os estudiosos costumam atribuir essa demora aos efeitos do imposto sobre o sal; mais importante do que isso, provavelmente, era o acesso contínuo da Inglaterra às fontes vegetais tradicionais ... que relutavam em substituí-lo pelo produto sintético.. . Em contraste, a França que ficou desprovida da barrilha espanhola durante as guerras napoleônicas, iniciara a fabricação comercial em 1808 e, após uma década, produzia 10 mil a 15 mil toneladas da soda de Leblanc por ano. Uma vez superada a resistência inicial, a produção britânica de álcali sintético teve um aumento espetacular.. para quase 140 mil toneladas em 1852.”²³

No fim do século XVIII, a França era a maior consumidora de soda vegetal e importava este produto da Espanha. O teor dessas barrilhas raramente ultrapassava quinze por cento de carbonato de sódio. Às importações da Espanha juntavam-se as sodas grosseiras pela calcinação das algas. Pelas praias da Bretanha, milhares de

²² LANDES, David. Prometeu Desacorrentado. *Op. Cit.* pp.280/291

²³ Idem.

trabalhadores tratavam as bodelhas²⁴; tipo de atividade que se extinguiu em fins do século XIX. Todas as quantidades produzidas eram demasiadamente fracas para favorecer a expansão industrial dos setores que dependiam de produtos químicos, mais precisamente dos álcalis sódicos.

Entretanto, desde meados do século XVIII, já se tinha conhecimento do fato de que a soda e o sal marinho possuíam uma base comum. A demonstração de Duhamel Dumonceau passou a orientar todas as investigações científicas relacionadas a novas possibilidades de ampliar a produção de soda cáustica e dos álcalis sódicos. Dessa forma, a *Academia das Ciências de Paris*, dada a necessidade de a França dispor de soda em abundância para atender ao seu desenvolvimento industrial, criou um prêmio de 2.400 libras destinado a quem encontrasse o processo mais simples e econômico de decompor, em grande quantidade, os sais do mar, extraíndo o álcali que lhes servia de base, no seu estado puro, liberto de toda combinação ácida ou neutra, sem que o valor desse álcali mineral excedesse o preço que se tirava das melhores sodas estrangeiras.²⁵

Nicolas Leblanc respondeu aos apelos da Academia, que juntamente com seu mestre da *Escola de Cirurgia de Paris*, Jean Dorcet, membro do *College de France*, começou a empreender os trabalhos voltados para a aplicação industrial da química. Dorcet fabricou sabões, conseguiu extrair a gelatina dos ossos (tutano) e estudou a possibilidade de extrair a soda do sal marinho. Ainda em 1780, Leblanc renunciou a medicina e passou a dedicar-se integralmente à química, tentando obter do Duque de Orleans recursos necessários para a criação de uma fábrica de soda. Dorcet corroborava as experiências de Leblanc, o que ajudou a convencer o nobre francês a

²⁴ variedade de alga.

²⁵ BOLLE, Jacques. *Solvay – a invenção, o homem e a empresa industrial (1863 – 1963)*. Bruxelas, Edições Weissenbruch, 1963.

destinar 200.000 libras para o estabelecimento de uma manufatura em *Franciade de Saint-Denis*. Em 1791, o governo revolucionário francês concedeu a patente a Leblanc, observando que o invento deveria ser seriamente guardado em segredo, resguardando os interesses nacionais. A técnica elaborada por Leblanc era uma ofensa aos químicos, aos fabricantes e à população, uma vez que desperdiçava muitos derivados e exalava um extrato mal cheiroso que os habitantes de Lancashire, na Inglaterra, chamavam de *galligu*.²⁶

No entanto, o parecer do governo revolucionário francês, de 1791, não reservaria à França o monopólio pela fabricação da soda artificial. Logo depois da condenação e do enforcamento do Duque de Orleans, a França revolucionária seqüestrou todos os seus bens, incluindo a fábrica de soda dirigida por Leblanc. Em 1794, a Comissão de Salvação Pública anulava pura e simplesmente as patentes e entregaria ao domínio público todo o processo de fabricação da soda. Para a República todos os processos industriais e todo o comércio deveriam estar sob a égide da liberdade econômica. Neste sentido, caberia à Revolução “*inutilizar todos os esforços dos tiranos e organizar as invenções, os benefícios do solo e da indústria no interesse geral*”. Assim, decidiu-se que todos os cidadãos, possuidores ou não de patentes, incluindo aqueles que trabalharam na transformação do sal marinho em soda, fossem obrigados a comunicar à Comissão, dentro de duas décadas, “*as respectivas condições de fabricação, quanto e desde quando podem fornecer soda*”.²⁷ Há que se pensar, portanto, que não se devem desarticular os sentidos do liberalismo fragmentando-o nas suas tipologias política e econômica, diante de tais experiências

²⁶ LANDES, David . Prometeu Desacorrentado. *Op. Cit.* pp. 280/291.

²⁷ BOLLE, Jacques. *Solvay: a invenção, o homem e a empresa industrial (1863/1963)*. Bruxelas, Edições Weissenbrurch, 1963, p. 27.

consolidadas pela Revolução Francesa. Não haveria oposição entre os dois, segundo Pierre Rosanvalon, porque, a princípio há um tronco comum entre os dois tipos, que permite falar em liberalismo no singular, pela não oposição entre a filosofia de proteção dos direitos do indivíduo que vincula o liberalismo político e a constatação feita pelo liberalismo econômico do caráter organizador das leis e das forças econômicas que regulam o mercado. Rosanvalon parece referendar o credo liberal ao afirmar que,

“O indivíduo só ganha a sua liberdade e se emancipa dos poderes pessoais, ao dividir a sua fé entre essas duas instâncias impessoais. Nos dois papéis, não obedece as ordens de ninguém: as indicações do mercado não são desejadas por ninguém, mas sim o resultado das ações de cada um e de todos; as leis do Estado são leis gerais, que não dizem respeito ao consentimento das pessoas, e, de resto, graças á representatividade, cada um e todos são seus autores. Pelo Estado, o indivíduo interdita os outros de o governarem, impedindo-o de ser livre; no mercado ele encontra seus motivos para agir, para escolher o que fazer.”

Por fim, Leblanc foi expulso da fábrica, que foi vendida, bem como os produtos fabricados e as matérias primas armazenadas. Sem a fábrica, sem a patente e sem dinheiro, Leblanc ainda insistiu junto ao governo francês. Mais tarde, em março de 1799, o Ministro do Interior, François de Neufchâteau, concedeu-lhe três mil francos, a título de recompensa nacional, quantia que não conseguiu receber integralmente. Algum tempo depois, Leblanc voltou a insistir enviando aos membros do *Diretório* uma longa correspondência, na qual pedia a reintegração da fábrica. Quinette, Ministro do Interior, respondeu-lhe em novembro de 1799:

“Paris, 14 do Brumário, ano VIII da República Francesa una e indivisível.

*Cidadão, o Diretório executivo devolveu-me a petição que lhe enviastes em 17 do Vindinário último, relativa às vossas pretensões quanto a uma manufatura de soda instalada em Franciade e da qual sois co-proprietário com a Nação, herdeira de Phillipe de Orleans, condenado. Vós pedisrestituição da fábrica, indenizações, etc.. As necessidades da guerra e a situação embaraçosa em que se encontra nesse momento o tesouro público são as únicas causas que se opõem ao pagamento que vos é devido... Eu exprimi ao Ministro das Finanças quanto seria útil às artes o restabelecimento de uma fábrica destinada a libertar a República do tributo anual que ela paga à indústria estrangeira pela aquisição da soda ... Desejo, cidadão, que as minhas observações ao Ministro das Finanças o convençam de necessidade que há em confiar ao vosso zelo e ao vosso amor pelas artes e a Fábrica de Franciade”.*²⁸

Sem os fundos, sem as máquinas e sem a fábrica, Leblanc via o seu processo de fabricação da soda distribuir lucros entre os industriais que a exploravam. Mesmo que lhe devolvessem a fábrica e a patente, Leblanc não via como prosseguir sem a restituição do seu capital, pois recebeu apenas 600 francos como compensação ao prêmio que deveria ser atribuído pela Academia. Posteriormente, reintegrado de sua propriedade, Leblanc, mesmo perdendo sua patente para o domínio público, retomou a produção em sua fábrica, sem capitais, sem matérias primas, recorrendo a empréstimos com juros exorbitantes. No entanto, Leblanc teve que concorrer com inúmeras outras fábricas que já estavam produzindo álcalis de posse de sua patente industrial. Em julho de 1801, escreveu à filha falando do seu esforço apesar da “rapacidade dos capitalistas”. A fábrica voltou a funcionar, mas os lucros eram devorados pelos empréstimos. Toda a Europa produzia soda pelo processo Leblanc, que alimentava as manufaturas de sabão, as vidrarias, as tinturarias, as lavanderias. Leblanc, dessa

²⁸ Citado por BOLLE, Jacques. Solvay – a invenção, o homem e a empresa industrial. *Op. Cit.* p. 30

forma, passaria a ser um simples fabricante de álcalis sódicos, dominado por dificuldades financeiras, sujeito a uma concorrência cada vez maior. Pensava em expatriar-se, e preparou um memorial destinado ao Imperador da Rússia:

*“O consumo de sal amoníaco e de soda é considerável na Europa. Estas matérias são objetos dum grande comércio que ainda, indiscutivelmente se ampliará. As naturezas de produção do sal de várias partes da Rússia, a facilidade da mão-de-obra que apresenta, os meios de transporte pelo mar, e os processos químicos que me são próprios, levam-me a crer que a Rússia poderia, por tal meio conseguir um grande comércio”.*²⁹

Sem ser correspondido e não mais suportando dar continuidade ao seu intento, Nicolas Leblanc suicidou-se em 16 de janeiro de 1806. Oitenta anos mais tarde, a soda produzida pelo processo *Leblanc*, chegou a um total de quinhentas mil toneladas. Uma estátua de bronze, erguida para homenageá-lo, foi colocada no pátio principal do Conservatório de Artes e Ofícios de Paris, graças a subscrições particulares, a mais importante vinha de Ernest Solvay. Nesse mesmo ano, uma das principais indústrias desse empresário belga, a *Compagnie de Saint-Gobain*, inauguraria sua primeira fábrica de soda, seguida de plena expansão. O processo *Leblanc* estava tão generalizado na França que a produção industrial abastecia suficientemente o país, respaldando a proibição da importação da soda. Segundo Jacques Bolle, se tivesse a França mantida em sigilo a invenção de Leblanc, poderia suprir a própria Inglaterra da sua avidez de soda e de cloro para tocar sua indústria têxtil. A dinâmica indústria inglesa de algodão exigia muita soda e muito cloro, tornando-se dependente da

²⁹ Idem p.33

produção dessas soluções químicas para alvejar o algodão. A necessidade inglesa orientou um rápido desenvolvimento do processo *Leblanc*.³⁰ Os desdobramentos científicos da produção da soda permitiram a criação de um conjunto industrial que fabricava produtos e subprodutos destinados a diversas indústrias como as fábricas de cola, gelatinas, sabão e papel. Uma reação em cadeia, a partir das descobertas de Leblanc, possibilitou cada vez mais a expansão industrial na Europa, fundamentalmente na Inglaterra, que deteve uma boa parte do controle na fabricação de produtos químicos. É aí que aparece o processo Solvay.

Grupo Solvay e a Bélgica.

Ernst Solvay, nascido no pequeno vilarejo belga de Rebecq, herdou de seu pai, refinador de sal, o interesse pela indústria química. Foi em uma fábrica de gás do tio que ele realizou seus primeiros experimentos na fabricação de soda. Em dezembro de 1863, com apenas 25 anos de idade, Solvay fundou, com ajuda externa, a empresa que leva seu nome e que continua a ser até hoje, um dos gigantes da indústria química mundial. Depois de idas e vindas, em meados da década de 1880, o álcali produzido por Solvay, mesmo com o ônus do pagamento de *royalties*, podia ser vendido a um preço cerca de 20% mais barato do que o produzido pelo processo *Leblanc*, que tinha alcançado entre os anos 1860/80, os anos dourados. Entre 1852 e 1878, a produção inglesa de soda calcinada triplicou, passando de 72 mil toneladas pra 208 mil toneladas, e a de pó alvejante de 13 mil para 100 mil toneladas³¹. A nova técnica de Solvay espalhou-se rapidamente pelo continente, com exceção da Inglaterra que ainda

³⁰ Idem p.38/39.

³¹ LANDES, David. Prometeu Desacorrentado. *Op. Cit.* p. 281.

permanecia atrelada ao processo *Leblanc*, embora tivesse se tornado altamente dispendioso. No entanto, tempos depois, os preços dos álcalis produzidos pela técnica de Leblanc caíam para cerca de 1/3 do que chegara às vésperas da entrada em cena do processo *Solvay* (1872/3).³²

As transformações econômicas na Europa foram extraordinárias a partir de meados do século XIX. As exportações de ferro na Bélgica, por exemplo, mais do que duplicaram. Homens movidos pelo lucro combinavam o capital barato com o rápido aumento de preços, ao mesmo tempo em que a alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais temporários, quando fosse necessário, reduziam o descontentamento das classes trabalhadoras. Por outro lado, a profunda e a grande confiança no liberalismo econômico faziam dos argumentos econômicos, imperativos de leis naturais. A Bélgica, ao lado da Inglaterra, força motriz do capitalismo, eram os únicos países em que a indústria tinha se desenvolvido de forma intensiva e ambos os países permaneciam com as mais altas taxas de industrialização *per capita*. A Bélgica era uma economia pequena, mas relativamente importante: em 1873 ainda produzia uma vez e meia mais ferro que sua vizinha França. As décadas da segunda metade do século desenvolveram nesses países, duas formas de indústria baseadas em tecnologias ainda mais revolucionárias. Uma delas era a indústria química.³³

A contribuição belga à industrialização da Europa e da comunidade internacional passou pela experiência de artesãos e técnicos qualificados. A Bélgica, por exemplo, foi o primeiro país continental a adotar o combustível mineral (carvão), nos depósitos de hulha. Em 1907, o país produzia a metade da energia a vapor do que

³² Idem pp. 280/291.

³³ HOBBSAWM, Eric. A era do capital. *Op.cit.* – p. 53/77..

se produzia na França. A rede ferroviária belga, desde 1873, tinha 3758 km. Os bancos de investimentos belgas foram pioneiros da Europa, como a Societé Générale e o Banco da Bélgica, que investiam em larga escala na indústria pesada. Dessa maneira, a Bélgica teria uma das primeiras fundições instaladas no continente. Além disso, a indústria química favorecia-se dos recursos naturais. Desde 1840, o país já produzia soda pelo processo *Leblanc* e, em 1870, o processo *Solvay* estava começando a transformar a indústria belga. Dez anos depois, a Bélgica passaria a ser exportadora de soda.³⁴

Para Jacques Bolle, as cento e trinta fábricas de soda pelo processo *Leblanc*, existentes na Inglaterra, seriam um desafio para Solvay. A princípio, o industrial procurava reafirmar as condições nefastas à saúde de que era acusado o método *Leblanc*, no entanto, o processo Solvay era demasiado delicado para permitir a sua aplicação industrial. Solvay revolucionou o processo de industrialização dos álcalis, com a fabricação industrial da barrilha por meio do sal marinho e registrou sua patente em 15 de abril de 1861, no Ministério do Interior da Bélgica. No entanto, as lacunas causadas pela lentidão na circulação de informações nesses tempos, causaram-lhe uma surpresa ao descobrir que o processo patenteado por ele já era conhecido e utilizado em outros países. Mesmo assim, Ernst e Alfred Solvay fundaram, em 1863, com capital de 136 mil francos, a *Société Solvay & Cie*, de regime familiar, apresentando sua novidade na *Exposição Universal de Paris*, em 1867, vitrine do progresso e da civilização; do desenvolvimento industrial do século XIX, como as outras exposições que vieram posteriormente, na tentativa de consagrar o capitalismo. O que despontava para Ernst Solvay, para além da concorrência com o processo Leblanc, era um projeto

³⁴ LANDES, David S. Prometeu Desacorrentado. *Op. Cit.* pp. 147/225.

de expansão mundial. Novas unidades industriais seriam criadas: primeiro em Dombasle, perto de Nancy, na França e, a partir de 1872, unidades inglesas, austríacas, alemãs e russas. A Inglaterra, notadamente a partir de 1920, com o fechamento das portas das indústrias que utilizavam o processo *Leblanc*, passaria a ser a ponta de lança do desenvolvimento do complexo Solvay. Ludwig Mond, a frente de um grupo de fábricas de soda que utilizam o processo *Leblanc*, foi encontrar-se com Ernst Solvay na Bélgica. As expectativas de Mond eram de que aplicado o processo Solvay, a Inglaterra aumentaria sua produção de 40 mil para 100 mil toneladas de soda.

Solvay encarnava de forma bastante significativa a expansão do capitalismo, e sua vertente monopolista, assim como concentrava uma fé nas idéias de progresso, tão caras ao século XIX, e aos primeiros anos do século XX. Ainda hoje, o complexo *Solvay* mantém como conceito chave do seu conglomerado, o *slogan*: “*A passion for Progress*”³⁵

Hobsbawm cita que o drama do progresso revela-se como palavra chave, uma metáfora inevitável para a época, no entanto, representava também, uma realidade dramática para milhões de pobres, para o Novo Mundo e para outros povos do mundo fora do capitalismo. Para o historiador, o avanço do capitalismo industrial, em escala mundial, forneceu alternativas políticas em países avançados, da ordem social que ele representou, das idéias e dos credos – razão/ciência, progresso/liberalismo – ao que tudo contribuiu para o triunfo da burguesia. A burguesia escorou-se na sua riqueza, na sua indispensabilidade e no destino histórico que fazia delas as bases do Estado no século XIX: “*o liberalismo permaneceu no poder porque representava a única política econômica que se acreditava fazer sentido para o desenvolvimento, assim*

³⁵ consulta ao sítio www.solvay.com – 06.02.2008.

*como se aceitava quase que universalmente, ser o representante da ciência, da razão, da história e do progresso”.*³⁶

Na mesma linha, Piotr Sztompka adverte que a idéia de progresso, na sua concepção original, está firmemente ancorada em um modelo de uma transformação dirigida, como por exemplo, o desenvolvimentismo. O conceito de progresso só faz algum sentido quando associado à ideia de transformação e de mudança, noção de um tempo irreversível, linear, fazendo a ponte entre o passado, o presente e o futuro, em um resultado de somatório positivo. Nesse processo cumulativo, nenhum estágio se repete, cada estágio consecutivo é sempre melhor do que o precedente. Nesse sentido, tudo é inevitável, necessário e natural. No século XIX e, principalmente, no século XX, industrialização, urbanização e modernização foram tratadas como sinônimos de progresso.³⁷

Revelando uma visão utópica sobre o futuro do capitalismo, Ernst Solvay, aos 25 anos de atividade industrial declarava que:

As indústrias, como os homens, envelhecem ... e muitas vezes apenas se festeja a sua decadência. É preciso que tal não nos aconteça... O que fazer para conseguirmos? Simplesmente unir melhor e ainda mais fortemente o que já unido existe em todos os países; estender essa unificação a mais um importante círculo de operações; uniformizar mais e melhor regras que cada um adotou; conservar e cimentar os princípios de trabalho, e de ação que nos guiaram até hoje; em suma: formar uma poderosa e larga aliança de tal modo íntima que proporcione as vantagens de uma sociedade universal sem, no entanto, apresentar os seus

³⁶HOBBSAWN, Eric. A era do capital. *Op.cit.* – p. 147/170.

³⁷SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998 – p. 57-66.

*inconvenientes e dificuldades. E pelo contributo permanente de um grande número de inteligências norteadas em conjunto para determinados objetivos comuns que se pode, realmente, e durante muitos anos, diminuir os riscos de um empreendimento como o nosso; é a única maneira possível de lhe assegurar indefinidamente a vida. ... O futuro, estamos convencidos, encontra-se sobretudo nas grandes associações, nas grandes comunidades de interesses; esse é o preço a que, essencialmente, podemos assegurá-lo. Desde que concentramos os nossos esforços nessa direção, apresentaram-se significativos exemplos, comprovativos da tendência geral para um compromisso nesse sentido; o mundo industrial parece evoluir. Mas que diferença entre combinações financeiras surgidas num relance, entre aglomerações sem princípios e sem unidade, e esta famosa associação vivendo do trabalho e da inteligência amadurecida por uma longa aplicação, de que nós apenas queremos o aperfeiçoamento”.*³⁸

O discurso de Solvay é posterior a Grande Depressão do período 1873/1896. A preocupação com o futuro face à crise do capitalismo internacional que se estabeleceu naquele período dava a tônica à narrativa do industrial, na tentativa de buscar um tempo mais notável ao liberalismo. As lideranças do capital de meados do século XIX pensavam em um mundo futuro único, um mundo refeito à imagem da burguesia, em que as diferenças nacionais acabassem por desaparecer. Nesse sentido, os projetos do capitalismo deveriam, também, caminhar para um processo de associação e união. Por isso, determinadas expressões são tão recorrentes no pensamento de Ernst Solvay: *unir melhor, conservar, cimentar, larga aliança, sociedade universal, grandes associações, grandes comunidades de interesses*, entre outras. Poucos, como enxerga Hobsbawm, desejavam um retorno ao passado. No entanto, era preciso desacelerar o ameaçador progresso do presente, um objetivo racionalizado por intelectuais que viam a

³⁸ BOLLE, Jacques. Solvay. *Op. Cit.* p.80

necessidade de fatores como “movimento” e “estabilidade”, “ordem” e “progresso”.³⁹ Era preciso ter um olho na economia e outro na política, na casa e na polis, espaços das experiências reais que não poderiam ser dissociados.

Por que tanto temores apresentavam os grupos conservadores, ao avanço do liberalismo? O marco era a *Primavera dos Povos*. A Revolução de 1848 triunfou em países já industrializados como a Bélgica, em que o jogo político já estava sendo feito com regras diferentes, embora ainda prevalecesse a desconfiança pela democracia, que a burguesia julgava ser equivalente a uma revolução social, que colocava a ordem sob pressão. A tarefa da burguesia, como diria Marx, “já não consistia em transformar o mundo”, mas adaptar-se às condições criadas por ela mesma.⁴⁰ A burguesia descobriu que preferia a ordem à oportunidade de pôr em prática seu programa completo, o programa liberal, em confronto com a ameaça à propriedade. Para a burguesia industrial era necessário assegurar seu quinhão de poder, depois de abrir espaços nas lutas contra o domínio do Estado pela aristocracia financeira, embora tenha reforçado seu lugar. O conservadorismo estava essencialmente com aqueles que preconizavam a tradição, a ordem social arcaica e os costumes. Por outro lado, o liberalismo estava demasiadamente comprometido com a ortodoxia do *laissez-faire*, para se preocupar seriamente com políticas de reforma social, embora alguns democratas radicais vissem as reformas como necessárias.⁴¹

As plataformas de Ernst Solvay não se sustentavam apenas em desejos e retóricas sobre o progresso, mas também das suas contradições. O próximo jubileu da

³⁹ HOBBSAWM, Eric. A era do capital. *Op.cit.* – pp. 147/170.

⁴⁰ MARX, Karl. *As lutas de classe na França (1848-1850)*, in: IASI, Mauro (org.). A revolução antes da revolução. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p.80.

⁴¹ HOBBSAWM, Eric. A era do capital, *op. cit.* – pp. 27/50 e 147/170

empresa estaria marcado por mudanças profundas do cenário europeu, que para além das destruições e dos lutos, representaria, também, a perda das unidades industriais na Rússia, pela Revolução de 1917 e, posteriormente, pela perda das plantas fabris dos países do leste europeu. Além das minas de potássio, de sal, de carvão e de lignite, a Sociedade Solvay possuía na Romênia, na Tchecoslováquia, na Polônia, na Iugoslávia e na República Democrática da Alemanha, sete fábricas de soda, três fábricas eletrolíticas e duas fábricas de cimento. De um só golpe, depois da II Guerra Mundial, o grupo ficou amputado desse conjunto econômico importante, cujo reagrupamento, após a queda da monarquia austro-húngara, havia requerido imensos esforços no período entre as duas guerras. Nesse sentido, as rupturas ocorridas em pequenos e médios estados europeus depois da Primeira Guerra Mundial, significariam não só a dispersão de apátridas e refugiados políticos pelo mundo, como também a desnacionalização de projetos industriais.

Ernst Solvay, um capitalista experimentado, ágil com as mudanças que ocorriam na Europa, não descuidava de suas empresas, sempre muito atento às relações entre o capital e o trabalho, apresentando-se como um empresário arrojado, sem ser vulgar, porém, longe de chegar a ser um socialista declarado. Seu papel desempenhado na Casa de Educação Operária e na criação de fundações diversas o credenciava, segundo Jacques Bolle, como uma personalidade de tendências esquerdistas, sem considerá-lo como um homem de partido. Todavia, podemos propor que a sua condição de senador liberal o colocava diante de contradições com idéias mais radicais. Solvay estava em boa companhia da constelação liberal na Bélgica. O Grupo Liberal da Câmara Belga tinha 83% de seus membros burgueses: 16% eram homens de negócio; 16% proprietários; 15% rentistas; 18% administradores

profissionais; e 42% profissionais liberais (advogados e uns poucos médicos).⁴² O industrial belga não assistiu impassível às greves gerais na Bélgica – uma onda de paralisações e agitações da classe trabalhadora invadiu a Bélgica a partir de 1868, conservando suas forças por alguns anos – nem a Comuna de Paris.

Alguns setores da burguesia ao se defrontarem com o movimento do trabalhismo permitiram uma certa e limitada organização da classe trabalhadora. Os objetivos dessas reformas eram, diretamente, conter a expansão do movimento dos trabalhadores como força política independente e ainda mais revolucionária. O movimento sindical que emergiu no período da Internacional, em grande parte sob a liderança dos socialistas, viria a ser politicamente identificado com o marxismo. No entanto, apesar do temor que causava aos governos, a Internacional não planejava a revolução imediata.⁴³

Sob esse aspecto, reflexões sobre as idéias liberais e a organização do movimento operário na Europa, no século XIX, são pertinentes. Para grande parte da burguesia europeia, a democracia seria o prelúdio para o socialismo, não se admitindo sequer, muitas vezes, o sufrágio universal: um governo representativo corresponderia a abrir forças para grupos à esquerda. Por outro lado, havia também os democratas radicais que postulavam o fato de que liberalismo, a democracia radical e as demandas por representação, não podiam vir separados. A Bélgica, por exemplo, tinha em 1860, 60 mil eleitores para uma população de 4,7 milhões de habitantes, o que confirmava o desinteresse pela democracia por parte das classes políticas dirigentes. Podemos deduzir que mesmo que houvesse frações de classe, como a representada por Solvay,

⁴² BOLLE, Jacques. Solvay. *Op. Cit.* pp. 321/347.

⁴³ HOBBSAWM, Eric. A era do capital. *Op. Cit.* pp.147/170.

que defendessem uma opção mais radical de representação política, os grupos mais conservadores conseguiam atrair os setores liberais para si, convencendo-os de que, ao admitirem propostas sociais e políticas mais avançadas, politicamente ou socialmente, poderiam fazer acordar o monstro da revolução. Para o historiador britânico, a preocupação com a classe operária justificava-se pela sua atuação política:

*“ o primeiro e mais perigoso grupo a estabelecer sua identidade separada e definir seu papel na política foi o novo proletariado, cujo número fora multiplicado por vinte anos de industrialização. ...o movimento trabalhista não tinha sido tão destruído e decapitado pelo fracasso das revoluções de 1848 e pela sua subsequente década de expansão econômica. ...os sindicatos e as greves eram legalmente proibidos em quase toda a Europa, embora as sociedades de amigáveis (Sociedades de Ajuda Mútua) e as cooperativas fossem consideradas aceitáveis....a Internacional estava associada, por outro lado, ao aparecimento do trabalhismo em um razoável número de países, sob a forma de um maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1863”.*⁴⁴

Ernst Solvay afirmava-se como um industrial de vanguarda ao perceber a complexidade das relações de produção, que estava para além dos muros da fábrica, ampliando seus projetos de dominação. Esses projetos exprimiam-se em relação à educação operária e às fundações científicas. Para o século XIX, o sistema educacional tornara-se crucial para o desenvolvimento da indústria e os belgas não estavam entre os povos mais alfabetizados. Em 1850, o país tinha um dos maiores índices de urbanização na Europa, no entanto, era considerada uma das nações mais deseducadas do continente, em que somente 66% da população sabiam ler e escrever.

⁴⁴ Idem. – pp. 147/170.

Obviamente, a necessidade de integrar o trabalhador em uma sociedade letrada, não só correspondia aos avanços da tecnologia, mas também corroborava a insistência da burguesia na disciplina, na lealdade e na modesta satisfação dos trabalhadores. Para a burguesia, o que fazia os trabalhadores trabalharem era a possibilidade de deixar de ser trabalhador para entrar no universo burguês. Para isso, também, era necessário aprender, educar-se, para ter contato com novas técnicas. De fato, era evidente que permaneceriam trabalhadores. Esse tipo de paternalismo logicamente criava vínculos de dependência, um tipo de aproximação e consentimento ao qual a burguesia se permitia, é lógico impondo seus limites. Entretanto, poucos empregadores tinham a intenção de pagar aos trabalhadores mais do que precisavam: era desnecessário, indesejável e perigoso aumentar salários, além de um determinado limite. Como bem salientou Hobsbawm, desigualdade de vida e expectativas eram inerentes ao sistema.⁴⁵

O empresário belga demonstrara, também, o seu interesse pelas ciências humanas, ao fundar na Bélgica, um *Instituto de Sociologia*, hoje parte integrante da Universidade Livre de Bruxelas, para a realização de estudos voltados para as condições da classe trabalhadora. Um fator que dominava a vida dos trabalhadores do século XIX era a insegurança, o preço a pagar pelo progresso e pela liberdade, em uma intolerável e contínua expansão econômica. Para o trabalhador perto da miséria, essa insegurança era constante e real. A burguesia tornava-se mais restrita e inflexível aos que vinham de baixo. No entanto, os trabalhadores tinham consciência de que o liberalismo por si só não lhes daria os direitos nem lhes supriria as necessidades. Obviamente, a perspectiva de uma instituição voltada para análises sociológicas tinha o seu caráter original, mas, com certeza, não se revelaria numa instância que pudesse

⁴⁵ Idem – pp. 291/319.

colocar em discussão as forças revolucionárias da classe trabalhadora. O *Instituto de Sociologia*, embora representasse uma ciência que despontava naquele período, tinha como paradigma um modelo sustentado pelas ciências naturais, voltado para uma dimensão dos interesses liberais e da ciência “positiva”. Nesse sentido, é possível sustentar que os pensadores burgueses estavam muito mais preocupados com as questões sociais e políticas do que econômicas, como afirmaria Hobsbawm, pelo temor da revolução social. Para esse autor, a contribuição do positivismo como a chave mestra do universo que o século XIX possuía, criava leis que defendiam a superioridade de uma classe sobre a outra ou de uma raça sobre a outra, com base na ideia de que as classes superiores eram um tipo mais elevado de humanidade. Portanto, o que a ciência “positiva” formulava para o século XIX, era uma política da dominação social de uma classe sobre a outra. Assim, o mundo liberal seria o melhor dos mundos possíveis. Ninguém duvidava do progresso, no entanto, havia dúvidas sobre a sua continuidade ou sua descontinuidade, sobre a sua linearidade ou não, colocando na maioria das vezes, em oposição, o pensamento de Comte e de Marx.⁴⁶

O parlamento belga, ainda em fins do século XIX, continuava a negar a existência de uma questão social. A condição do operário era bastante miserável: baixos salários, desemprego e condição social familiar desesperadora. A sorte dos desempregados dependia inteiramente da beneficência. Os trabalhadores não tinham organização, não havia convenções coletivas, e muito menos qualquer comissão paritária. Os sindicatos eram organizações que favoreciam minorias, embora pudessem ocasionalmente mobilizar as massas. As associações funcionavam como sociedades democráticas voluntárias para melhorias e para a defesa social, uma

⁴⁶ Ídem – pp. 349/415.

fórmula mágica do liberalismo que serviria de fermento para o desenvolvimento dos movimentos trabalhistas. Além disso, existiam as sociedades de ajuda mútua, as ordens fraternas de beneficência, clubes de esporte e ginástica e mesmo associações religiosas voluntárias num extremo e associações políticas e de trabalho no outro.⁴⁷

No entanto, isso não invalidava o fato do liberalismo ser o combustível para que os trabalhadores aumentassem e operassem sua organização coletiva. Os meios dirigentes não percebiam o descontentamento acumulado da classe trabalhadora, que lutava por maior participação na vida política, como nas manifestações em prol do sufrágio universal, apoiado por Solvay. Os acontecimentos de 1848 tinham atemorizado a burguesia, desde então, e até o momento em que Solvay revelava sua percepção sobre as tensões sociais, qualquer reforma social ou política afigurava-se às classes dirigentes como carregada de fermento revolucionário. Sua opinião como uma das principais lideranças dos setores capitalistas belgas, expressava-se dessa forma em 1892:

“o que, no movimento atual, me impressiona é precisamente a sua fatalidade. A bem ou a mal, temos de nos submeter; é uma engrenagem à qual ninguém escapará, e nenhum país... É demasiado tarde de escalar a passo todas as transições. E quanto à capacidade política de cada um, onde estão os instrumentos que permitam avaliá-la? Ninguém mais do que eu teria desejado que a instrução se tivesse antecipadamente divulgado; mas, já que, sob esse aspecto, estamos em atraso e que urge recuperar o tempo perdido, nada melhor do que uma chicotada: é o sufrágio universal que a dará! ...Os bons espíritos começam a compreender, e compreenderão cada vez melhor, que, para elevar o nível médio da sociedade, devem preocupar-se mais em fazer subir os que estão demasiado baixo e em elevar os que já estão

⁴⁷ Idem. – pp. 291/319

*demasiado alto. No estado atual das coisas, a desigualdade é uma barbaridade. ...Quanto aos homens de marcha-atrás por ofício e situação e a essa por demais numerosa categoria de homens do statu quo, que buscam na sonolência, na sua estreiteza de vistas, no seu egoísmo de favorecidos ou no seu medo da novidade, a força defensiva que opõe à mais justas reivindicações, não posso impedir-me de os lamentar... De algo nos devemos nos aproximar gradualmente, mas sem desfalecimentos, por que a lei fatal do progresso assim o quer: a igualdade no ponto de partida. A abolição da escravatura não foi completa, pois não tem alcance sobre o nascimento; o homem civilizado nasce ainda nobre ou plebeu, senhor ou vassalo, na opulência ou na miséria. Somente depois se torna livre, e é esta vexatória e colossal desigualdade de começo, junto da qual a igualdade que se segue não passa de ridícula, o que pouco a pouco se atenuará até desaparecer, quando a humanidade chegar ao termo do seu desenvolvimento”.*⁴⁸

Jacques Bolle cola o discurso de Solvay com o dos economistas e dos teóricos do liberalismo na Bélgica desse período. Naquele país, por alguns aspectos a posição do liberalismo poderia ser qualificada como progressista: combatia o protecionismo, e, lutava pela liberdade política, quer dizer, combatia todo o dispositivo jurídico e administrativo que colocasse a classe operária em uma situação de verdadeira inferioridade. O apóstolo do liberalismo econômico no país era Molinari, articulista da *Ecomiste Belge*, uma personagem curiosa que levava ao extremo as concepções da escola liberal. O *laissez-faire* lhe parecia puro como o cristal. Pensava que as funções do governo poderiam ser abolidas quase completamente: a economia, o culto, os correios, os transportes deveriam ser abandonados pelo Estado à iniciativa privada. Todo esse rigor liberal tornara-se suave, no entanto, perante a sua posição a favor da instrução obrigatória e da interdição do trabalho das crianças. O economista belga

⁴⁸ BOLLE, Jacques. Solvay. *Op. Cit.* pp.108/109

denunciava esses abusos e chegava a afirmar que o pai não pode ser autorizado a explorar os filhos, antes deveria sustentá-los e instruí-los. Segundo Molinari,

*“Os que desejam encontrar argumentos práticos contra o monopólio político da burguesia, tal como está organizado na Bélgica, só tem a lançar os olhos pela história da nossa legislação industrial e comercial. Convercer-se-ão de que, desde a origem, a classe detentora do privilégio eleitoral serviu-se dele para, com o raro senso prático que caracteriza nosso país, enriquecer as custas das massas excluídas do país legal.... Pode dizer-se que um habitante da lua bastaria um simples relance pelas leis cereais para afirmar que a Inglaterra é governada por uma aristocracia de grandes proprietários, assim como lhe bastaria um relance pela nossa legislação industrial para se convencer de que a Bélgica é governada por uma burguesia”.*⁴⁹

Indústria alcalina e expansão do capitalismo.

A expansão do capitalismo na Europa e na Bélgica contribuiu para que o grupo Solvay caminhasse a passos largos para ocupar a liderança no mercado de álcalis sódicos, até consolidar-se junto a outros grupos americanos, franceses e até mesmo ingleses, o controle da produção e do fornecimento mundial dos produtos alcalinos, na formação de cartéis e trustes, que dificultavam a importação dos produtos por países subdesenvolvidos, carentes de indústrias de base, como o Brasil. Engels afirma que grandes grupos empresariais, controlando certos setores da produção, ao chegarem a uma determinada fase de crescimento, unem-se para a formação de trustes, um consórcio regulador da produção, impondo um preço de venda previamente fixado. Ao se desintegrarem, esses trustes resultam em uma socialização ainda mais concentrada, em uma grande sociedade anônima:

⁴⁹ citado por BOLLE, Jacques. Solvay. *Op. Cit.* – pp. 111

*“e a concorrência interna dá lugar a um monopólio interno dessa sociedade única; isso aconteceu já em 1890, com a produção inglesa de álcalis, que na atualidade, depois da fusão de todas as quarenta e oito grandes fábricas no país, é explorada por uma só sociedade, com direção única e um capital de 120 milhões de marcos”*⁵⁰

O monopólio e a produção não planejada da sociedade capitalista, segundo Engels, deveriam capitular ante a planificação socialista. Portanto, o tipo de exploração, causado pelos trustes, não deveria ser tolerado por nenhuma sociedade, em que a coletividade era explorada *“por uma pequena quadrilha de catadores de cupons”*. Dessa forma, segundo o autor, com ou sem trustes, o Estado deveria tomar a cargo o comando da produção, como representante *“oficial”* da sociedade capitalista. Assim, a burguesia já não seria indispensável para o desempenho de direção das forças produtivas. No entanto, seria necessário lembrar que mesmo a burguesia sendo deslocada de algumas de suas funções, *“as forças produtivas não perdem sua condição de capital ao converterem-se em propriedades das sociedades anônimas, ou de trustes ou em propriedade do Estado”* pois, o Estado moderno *“é uma máquina essencialmente capitalista”* A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é solução do conflito, mas *“abriga já em seu seio o meio fornecedor do instrumento para chegar à solução”*⁵¹

No início do século XX, o grupo Solvay produzia cerca de 70% da produção mundial de soda. Uma brochura editada em 1902 pela *Solvay Process* mostrava que, no princípio do século, havia cerca de mil fornos Semet-Solvay em funcionamento na

⁵⁰ ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. www.culturabrasil.org.br, em 07 de fevereiro de 2008 – p. 1-35

⁵¹ *Idem*.

Europa Continental, quatrocentos e setenta na Grã-Bretanha e mil cento e oitenta nos Estados Unidos. Esse processo favoreceu um desenvolvimento diversificado causando grande interesse internacional, pela produção de álcalis, que levava ao estudo de novos subprodutos primários e secundários. Logo, a *Solvay Process* transformara-se em uma empresa de grande importância e, após a Primeira Guerra Mundial, participou da criação da Allied Chemical & Dye Corporation, na qual se fundiram a Solvay Process Co., a Semet-Solvay Company, a Barret Company, a General Chemical Company e a National Anilin & Chemical Company Inc., todas nos Estados Unidos.

No momento em que a Sociedade Solvay preparava-se para comemorar o seu cinquentenário, constituía-se no plano mundial como uma organização considerável. A barrilha produzida pelas indústrias Solvay atingia a cifra de dois milhões de toneladas, mais de 90% da produção mundial. A empresa que caminhava a passos rápidos para obter parte do monopólio internacional da produção de álcalis sódicos, tentava expressar sua preocupação com a política trabalhista, realçando os benefícios concedidos por ela, muito antes de serem concedidos pelas nações europeias. Ao nos determos no quadro abaixo, pode-se notar que o grupo Solvay, cinquenta anos antes da França, já concedia auxílio doença aos seus trabalhadores e foi uma das empresas pioneiras no século XX em fixar a jornada de oito horas de trabalho.

A cronologia utilizada no quadro comparativo incorpora conquistas que são definidas por Eric Hobsbawn como próprias do “*novo sindicalismo*”, na Europa. Segundo ele, esse termo pode sugerir três ideias distintas a um historiador do trabalho sobre a organização dos sindicatos no continente:

*“Sugere primeiramente um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas já existentes no antigo sindicalismo. Em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do surgimento do movimento operário socialistas; e em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não-organizados ou não-organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo a linha sugerida pelos inovadores”.*⁵²

Para o marxista britânico, quanto às mudanças em torno do “*novo sindicalismo*” em vários países da Europa, tomando-se como referência o período entre 1880/1914, pode-se verificar a incidência de conquistas semelhantes para toda a classe trabalhadora. Entretanto, em países de industrialização antiga, como a Inglaterra e a Bélgica, onde o “*velho sindicalismo*” mantinha-se relutante, notadamente enraizado nas indústrias de base, essas mudanças foram muito lentas. Dessa forma, podemos propor que em se tratando de uma indústria de base, situada na Bélgica, os dados abaixo levam a crer que, possivelmente, o grupo Solvay enfrentasse um forte movimento sindical, pois as mudanças na composição das conquistas trabalhistas dos seus trabalhadores eram expressivas e radicais tratando-se da velha indústria belga de base. Esse movimento sindical na Europa desenvolveu-se junto ao movimento político, para impulsionar a organização de partidos representativos da classe trabalhadora. Ernst Solvay, portanto, era um capitalista antenado com o seu tempo, com as mudanças sociais e políticas. Suas concessões aos trabalhadores não eram

⁵² HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho – novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. p. 225

unilaterais, mas advindas da própria luta dos trabalhadores. Havia na Bélgica, um poderoso Partido Socialista, cuja mobilização política foi intensa, inclusive sobre questões imperialistas, intercedendo contra as atrocidades cometidas em áreas coloniais no início do século XX, especialmente, pelo rei Leopoldo, no Congo belga.⁵³

QUADRO COMPARATIVO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES SOCIAIS PARA A CLASSE TRABALHADORA

	Solvay	Bélgica	França
Abono de doença	1878	1945	1928
Abono de acidentes de trabalho	1878	1905	1899
Caixa de Aposentadorias para Operários	1889	1925	1899
Férias pagas	1913	1936	1936
Pecúlio Suplementar de férias	1913	1948	-----
Dia de trabalho de 8 horas	1907	1921	1919
Caixa Econômica a 5% de juros	1877	-----	-----

Fonte: BOLLE, Jacques. *Solvay: a invenção, o homem e a empresa industrial*. 1863/1963. Bruxelas, Edições Weissenbruch, 1963.

Solvay era obstinado por estudar o homem, observá-lo sob todos os aspectos, não apenas em sua intimidade, mas no seu comportamento em grupo. Para tanto, ao fundar, em 1894, o *Instituto de Ciências Sociais*, embrião do *Instituto de Sociologia*, Solvay procurava um colaborador que pudesse integralmente dedicar-se à sociologia. O primeiro regulamento estipulando as condições de admissão dos investigadores era a

⁵³ FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo Global: história econômica e política no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008, pp. 96-103

garantia absoluta de independência científica. Até então, nenhum instituto era dedicado à investigação sociológica pura. O *Museu Social de Paris* e o *Soziales Museum de Frankfurt* tinham características muito diferentes. Para Jacques Bolle, o que definia o pensamento sociológico de Solvay remete-se a psicologia da reação, tal como a concebe o behaviorismo, tomando um conceito da psicologia como ciência prática, formulando leis pelas quais se possa prever a reação através do estímulo, ou designar o estímulo conhecendo a reação. Para o conglomerado Solvay, os estímulos ao serem processados pelos trabalhadores, garantiam uma reação que apropriava uma intensa massa de mais-valia que ampliava a acumulação de capitais, para garantir ao grupo o papel hegemônico no mercado de álcalis, e com outros poucos grupos internacionais. Uma pequena brochura, publicada pelo *Instituto de Sociologia* para festejar o vigésimo quinto aniversário de sua fundação fazia ao plano social de Ernst Solvay o seguinte comentário:

*“À medida que o tempo avança e nos proporciona o necessário recuo, as idéias de Solvay submetem-se ao destino de todas as teorias originais. Certos elementos desprendem-se ou caem; outros, pelo contrário, confirmados pelos acontecimentos ou pelo contributo de novas idéias, desenvolvem-se e crescem. A política produtivista está mais do que nunca, na ordem do dia; entre idéias da moda, sob os nomes da organização científica do trabalho e da racionalização da indústria e da economia nacional”.*⁵⁴

A primeira mola do progresso, dizia Solvay, era a acumulação de produtos, passo fundamental como um gigantesco esforço contra a miséria. Como senador, o industrial defendeu a ideia de uma ampliação da segurança social e a planificação da

⁵⁴ SOLVAY, Ernst, apud BOLLE, Jacques. *Solvay. Op. Cit.* pp. 166\167.

economia, medidas que desagradaram tanto ao partido operário quanto os conservadores. Ao primeiro, por ferir a primazia e o monopólio da bandeira de lutas da classe trabalhadora; aos segundos pela contrariedade ao liberalismo ortodoxo. Segundo Bolle, as medidas instauradas a favor dos operários faziam parte de uma concepção renovada do mundo do trabalho, no entanto, essas propostas poderiam ser vistas por aspectos contraditórios: significavam o bem estar do trabalhador ou a tranqüilidade do industrial de poupar a empresa de sérios conflitos com os trabalhadores, ao antecipar em cinquenta anos as leis sociais? Ações desinteressadas ou paternalistas? Pressões da classe trabalhadora? Abonos de doenças, a partir de 1898; caixa de aposentadorias; férias pagas com salário dobrado, a partir de 1913; organização de cooperativas de consumo dirigida por empregados e operários a partir de 1890, com a concessão de apoio e empréstimos; economatos para facilitar a aquisição de alimentos a preços reduzidos; arrendamento de terrenos aos operários para o plantio; cursos de corte, empréstimos de máquinas de costura; alojamento; hospital com laboratórios e sala de operações; enfermeiras visitadoras; bibliotecas populares, escolas domésticas, centros de formação profissional; cursos para alfabetização de adultos; bolsas de estudo; centros desportivos em cada fábrica; balneários; bandas de música, sociedades de tiro e ginástica. Um conjunto de estímulos que buscavam reações positivas entre os trabalhadores.

Rumo ao cartel

A expressão que passava a ocupar o grupo Solvay no setor químico e na produção de álcalis sódicos denunciava as transformações que a indústria de base alcalina vinha passando, desde a metade do século XIX. A Grã-Bretanha era a líder

mundial em produtos químicos inorgânicos, incluindo a soda cáustica, mas não conseguiu adaptar-se quando o método *Solvay* surgiu nos anos 1870: em uma década os fabricantes belgas e alemães tinham talvez um custo 20% mais baixo, com muito menos dano ambiental que o similar inglês. Foi a frente alemã e belga que levou os ingleses a organizarem um truste. Posteriormente, os americanos, na década de 1890, entraram com força total na indústria alcalina começando por concorrer com o grupo *Solvay*.⁵⁵ O protecionismo do mercado americano provocou uma forte queda nas exportações inglesas, no início do século XX, que resultou no fechamento da grandiosa indústria alcalina naquele reino, produzida com base no processo *Leblanc*, fato que possibilitou aos americanos formar um grande truste a partir da fundação da *United Álcali Co. Ltd.*, em 1891, tentando dar sobrevida ao método francês de *Leblanc*.

*“ à parte os cartéis, ou seja, as associações de empresas independentes, havia também os vários trustes – instituições monopolistas, ou de pretensões monopolistas, que agrupavam uma parcela considerável de empresas produtoras de determinado ramo em vários graus de amalgamação. Em alguns casos essas coalizões eram simplesmente o que os alemães chamam de sociedade por interesse: cada participante preservava sua autonomia, e a direção central era fornecida por um colegiado às vezes difícil de manejar, cuja influência dependia da boa vontade de seus membros. ... verdadeiras fusões com a Salt Union de 1888, que afirmava controlar 91% do sal do Reino Unido, ou a United Alkali Company, formada em 1891 em um último esforço dos produtores que usavam o método Leblanc, para se sustentarem contra a concorrência do processo de Solvay”.*⁵⁶

⁵⁵ MORRIS, Charles R. *Os magnatas*. Porto Alegre, L&PM, 2007. p. 275

⁵⁶ LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado*. *Op. Cit.* p. 259

Mais tarde, a batalha pelo controle da produção de álcalis passaria para os Estados Unidos. A *Imperial Chemical Industries* – ICI – nascera de um desejo de garantias contra a concorrência e fundamentara seu crescimento no princípio da restrição do comércio, pela via do protecionismo. Fundada em 1926, pela fusão de quatro grandes fabricantes de explosivos, álcalis e corantes, essas empresas viram na restrição ao livre comércio um meio de estabilizar o mercado e enfrentar os desafios de grandes rivais estrangeiros, o mesmo método a que recorreu à Inglaterra anteriormente, em um esforço para salvar a indústria de soda decadente pelo processo *Leblanc*. Uma das primeiras investidas que fez a direção da ICI, para dominar o mercado internacional de produtos alcalinos, foi juntar-se com a Farben, a Solvay, a Du Pont para repartir o mundo em esferas de influência, dividir as patentes entre si, unir forças nos novos mercados e, de modo geral, manter a indústria em equilíbrio. Assim, a ICI estava em todos os cartéis que existissem. Tudo isso funcionou muito bem até a Segunda Guerra Mundial, inclusive no Brasil, em que esse cartel lutava pela possibilidade de instalar uma fábrica de álcalis sódicos, denominada Indústria Brasileira Alcalina S/A – IBASA, para produzir álcalis utilizando as minas de salgema do Nordeste brasileiro. A IBASA era controlada pela DUPERIAL – associação da Du Pont com a Imperial Chemical Industries – ICI. Em 1950, a ICI começou a ter dificuldades, quando os tribunais americanos anularam a sociedade com a Du Pont, introduzindo novas tecnologias e novos concorrentes na indústria.

A Sociedade Solvay perdeu um dos seus fundadores, logo após a Primeira Guerra Mundial, em 1922, mas deixou um império que se traduz em dezenas de empresas químicas espalhadas pelo mundo. Em 1938, as fábricas Solvay produziam 300 mil toneladas de cloro, no momento que se permitira antever uma alteração na

relação de importância entre o cloro e a soda cáustica. A preocupação dominante dos fabricantes era a de encontrar mercados para o cloro; mas já se anunciara o dia em que essa participação deslocar-se-ia para a soda cáustica, necessariamente associada à produção de cloro. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Sociedade Solvay concentrou seus esforços nos produtos clorados e seus derivados, operando assim uma reconversão industrial, que era apontada no relatório do BNDE, ao sugerir mudanças de rumo no perfil de produção da CNA, ainda no início dos anos 60, mal tinha a empresa brasileira começado a produzir barrilha, pelo processo *Solvay*. A perda de vinte dos seus estabelecimentos no pós-guerra causou embaraços numa organização que tinha assegurado nas regiões do leste europeu o reagrupamento de suas fábricas. Muitas dessas unidades passaram a ser suas concorrentes. No entanto, o grupo implantou um processo de reorganização, remodelação e reconversão de todas as suas unidades fabris na Europa, na África do Norte, e no Brasil com a Elclor – Indústrias Químicas Eletro Cloro S.A. e Eletroteno Indústrias Plásticas S.A., ambas construídas em São Paulo, na década de 1960, voltando o seu foco para os plásticos (PVC) e produtos clorídricos.

1.2 – Indústria de álcalis no Brasil

Primeiras experiências.

O Brasil necessitava demasiadamente de barrilha e de soda cáustica para atender ao aumento da produção de bens de consumo, devido à dificuldade de importar esses produtos desde a Primeira Guerra Mundial. A partir do início do século XX, o

governo brasileiro vinha se preocupando com a instalação de uma indústria de álcalis no país, cuja escassez causava apreensão aos governantes e às classes empresariais. Por ser considerada uma matéria prima imprescindível à atividade manufatureira, o presidente da República, usando de autorização constante da Lei 3216 de 16 de agosto de 1917, baixou o Decreto nº 12921 de 16 de março de 1918, regulamentado pelo Decreto 13000 de 04 de maio, do mesmo ano, concedendo às três primeiras fábricas de soda cáustica, instaladas no país, um auxílio pecuniário até o limite de dois mil contos, para atender as despesas de instalação, a título de empréstimo, correspondendo a 75% do valor de cada fábrica. Esses empréstimos venceriam juros de 5%^{aa}, amortizáveis em prestações anuais de igual valor, no prazo máximo de dez anos, a contar da data da inauguração da fábrica. A produção inicial de cada fábrica não poderia ser inferior a 500 toneladas, podendo ser utilizados os processos *Leblanc*, *Solvay* ou eletrolítico. Mais a frente, em 24 de maio, foi publicado no Diário Oficial o edital de concorrência para a habilitação dos interessados. Na concorrência, entre os onze que se apresentaram, foram classificadas três empresas, sendo que apenas uma delas conseguiu montar a fábrica e receber o auxílio: A F Santos & Cia. que se transformou em Companhia Brasileira de Produtos Químicos, construiu a primeira fábrica de soda cáustica, no Brasil, no Engenho da Pedra, em Inhaúma, Rio de Janeiro, dotada de instalações modernas e capacidade para produzir cinco toneladas de soda cáustica, a partir de 1923. Portanto, iniciativas dessa maneira, demonstravam o interesse do país na instalação da indústria de álcalis, indústria básica indispensável para a garantia do financiamento e desenvolvimento de outras atividades industriais, além de romper com os cartéis e trustes internacionais. Porém, tais projetos não se firmavam. A fábrica de

Inhaúma foi à falência por não suportar a concorrência internacional e pela ausência de uma política protecionista.

Somente dez anos depois, apareceria uma iniciativa mais concreta para instalação de uma indústria de álcalis, em maior escala, com a fundação em 17 de agosto de 1933, da Companhia Eletro Química Fluminense.⁵⁷ Fundada a companhia, começaram seus sócios a dedicarem-se ao trabalho para a instalação da fábrica e para a adoção de providências que se tornaram necessárias para apressar seu efetivo funcionamento.⁵⁸ A empresa instalou-se com um capital de Rs 1.500:000\$000 (um milhão e quinhentos contos de réis) aumentados sucessivamente para Cr\$ 250.milhões, até 1959. Parte dos investimentos foi financiada pela Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Para sua instalação chegaram ao Brasil, pelo Zeppelin, em agosto de 1933, Wilhelm Lehmann, químico alemão, diretor técnico da empresa Krebs & Cia, de Berlim, fabricantes de máquinas para indústrias químicas, a mesma que futuramente forneceria máquinas para instalação da CNA. Inicialmente a Eletro Química teria uma capacidade anual de produção de 1080 toneladas de soda cáustica, 230 toneladas de cloro líquido, 100 toneladas de cloreto de cal, 1000 toneladas de ácido clorídrico e 100 toneladas de água sanitária, podendo duplicar a produção a partir de uma pequena alteração em sua montagem. Estava dado o primeiro passo para a instalação efetiva de uma indústria de base, tão reclamada pelas atividades manufatureiras que dependiam

⁵⁷ *O Fluminense*, Niterói, Domingo, 7 de maio de 1961, ano LXXXII, n°. 23933, p. 8 – Acervo FBN

⁵⁸ O corpo societário da empresa era formado por Afonso Vizeu, Jose Alves da Motta (principal acionista), Aluizio de Oliveira Maia, Alaor Prata Soares, Antônio Malheiros Braga, Manoel Lopes Fortuna Junior, Manih Aboud, Antônio de Paula Affono, José Dias de Souza Brandão, Antônio Dias de Souza Brandão, Manuel Dias de Souza Brandão, Eduardo Alberto Seelig, Antônio Marques Ribeiro, Alfredo de Siqueira, Francisco Manoel Correa de Figueiredo Lima, Guilhere Guinle, Antônio Augusto Alves, Almiro Maia, João Pinto, Sociedade Indústria e Comercial Schmuziger Ltda., Carlos Moura, Severino Pereira da Silva, Companhia Nacional de Cerâmica, Joaquim Penalva Santos, e Raymundo Lullio Teixeira Mendes.

dessas matérias primas em seus processos produtivos. As obras civis foram realizadas pela empresa Moreira Rego e Cia., em Alcântara, Município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, não tão longe da Lagoa de Araruama, que viria fornecer matérias primas essenciais à fábrica, como o sal marinho e as conchas. Além disso, havia energia elétrica suficiente, ferrovia, água em abundância, sem desprezar o fato de o empreendimento estar próximo aos principais mercados consumidores do país. A inauguração da fábrica ocorreu em 23 de maio de 1936.⁵⁹ A empresa atenderia preferencialmente, as necessidades da Klabin, Indústrias Matarazzo e Johnson & Johnson. Todas elas, entretanto, já operavam uma produção doméstica de álcalis sódicos. No caso da Johnson & Johnson, havia uma pequena unidade de fabricação de soda cáustica no seu parque industrial, direcionada ao alvejamento de algodão medicinal. A Klabin complementava suas necessidades de produtos sódicos, para a produção de papel e celulose, em uma usina que havia instalado em Vista Alegre, no Paraná, para produzir três mil toneladas de soda cáustica. As Indústrias Matarazzo estavam em negociações com o governo americano para montar uma unidade própria.⁶⁰

A implantação de indústrias para a produção de produtos químicos no caminho entre Niterói e Cabo Frio faz crer a necessidade dessas empresas localizarem-se o mais próximo dos mananciais de matérias primas. Podemos, por exemplo, apontar o volumoso material conchífero da Lagoa de Araruama, utilizado na fabricação de cal e soda cáustica nos estabelecimentos que se formavam ao redor da laguna. Cabe chamar a atenção, por exemplo, para o movimento organizado pelas Organizações Lage, em

⁵⁹ *O Fluminense*, Niterói, 7 de maio de 1961, ano LXXXII, n. 23933, p.8.

⁶⁰ PINTO, Mário da Silva. *A indústria de álcalis no Brasil: o projeto Cabo Frio*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/DNPM/LPM, 1947.

Niterói, em nome dos concheiros da Lagoa, para agradecer ao presidente da República por ter revogado um decreto assinado, quando da criação da CNA, em 1943, que concedia o monopólio à empresa da extração das conchas para fabricação do calcário. Mario Sales, representante das Organizações Lage, da agência de Cabo Frio, que posteriormente viria a ser diretor da CNA, enviou o telegrama abaixo ao Interventor Ernani do Amaral Peixoto:

*“ em nome dos concheiros da Lagoa de Araruama e no meu próprio, venho trazer-lhe os melhores agradecimentos, e rogamos a fineza de transmiti-los ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo decreto que liberou uma grande classe de trabalhadores, fazendo com que voltasse o pão aos seus pobres lares”*⁶¹

Destaca-se também, nesse período, o empreendimento Saíra, em Araruama. Sua construção na região salineira fluminense, tocada pelo banqueiro Benedito Manhães Barreto, que também viria a ser, no futuro, diretor da CNA, projetava uma fábrica de barrilha pelo processo *Solvay*, na extremidade ocidental da Lagoa de Araruama, com produção estimada de três mil toneladas. O jornal *O Fluminense* destacava a ampliação do parque industrial no município, com a construção da fábrica na praia do Hospício.⁶² Cabe ressaltar que a identificada presença desses atores, entre outros a serem citados ao longo do trabalho, em cargos administrativos e de diretoria da CNA, denota a capacidade do Estado em alocar em cargos de direção, nas suas empresas, representantes das classes dirigentes empresariais do país, dando significado às ampliações dos interesses de frações de classe na direção do Estado.

⁶¹ *O Fluminense*, Niterói, 25 de novembro de 1943, ano LXVI, nº 18608, capa.

⁶² *Idem*, 09 de setembro de 1943, ano LXVI, nº. 18580.

Outra fábrica de soda pelo processo Solvay foi planejada em São Vicente (SP), com capacidade para 15 toneladas, recebendo a isenção de impostos estaduais e municipais. A fim de proteger a indústria nacional, o Congresso analisava um projeto de lei para aumentar o imposto de importação de pó alvejante e soda cáustica. Ocorria que, com o retorno do livre comércio, após a Primeira Guerra Mundial, foi impossível o produto nacional competir com o truste internacional. No início da década de 1930, o mercado ainda estava nas mãos de grandes grupos internacionais cartelizados, entre eles, a ICI e a Solvay, restando, ao Brasil, as experiências fracassadas em torno das fábricas destinadas à produção de álcalis sódicos.⁶³

Industrialização e conjuntura

O primeiro grande *boom* da industrialização brasileira foi nos anos da Primeira Guerra Mundial, entre 1914-1918. Antes do início do conflito, a importação de artigos manufaturados para o consumo interno estava na seguinte proporção: tecidos de algodão, 30%; tecidos de seda, 85%; tecidos de lã, 60%; cerâmica, 35%; charque, 30%; perfumes: 56%. Em 1920, ao realizar-se o primeiro Recenseamento Geral da República, constatou-se que existiam funcionando no país 13.336 estabelecimentos industriais, com uma produção industrial no montante de Cr\$ 2,9 milhões, cujo crescimento superava em 50% o início da década, que mantinha um crescimento estável, com uma pequena oscilação negativa, apenas no ano do início da Primeira Guerra Mundial, para uma população economicamente ativa de 275.512 trabalhadores. A produção industrial distribuía-se pelos seguintes setores: indústria de alimentação,

⁶³ SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 2000, pp. 324/328.

40,2%; têxtil, 27,6%; vestuário e objetos de tocador, 8,2%, produtos químicos e análogos, 7,9%; e outros grupos industriais: 16,1%.

Os dados do *Observador Econômico e Financeiro* apontam que das empresas industriais recenseadas em 1920, a maior parte foi ativada entre 1914 e 1919. Calculava-se em quase seis mil o número de estabelecimentos fabris organizados durante a guerra. Para melhor avaliar esse incremento, é possível tomar como referência a produção industrial de 1911, cuja variação positiva até 1919, foi de 50%. O ritmo de crescimento nos dois anos que antecederam a guerra foi de 8%, sendo que ao final do conflito esse índice chegaria a 50%, e o número de empresas estabelecidas mais que triplicou. Outro índice, entretanto, que melhor atesta o desenvolvimento da indústria manufatureira no Brasil, para o período em tela, é o referente à utilização da energia motora. Enquanto em 1907 foram utilizados, na indústria, um total de 109.284 HP, assim distribuídos: 80.028 HP (73%) a vapor; 22.184 HP (22%) em energia hidráulica; e apenas 4.687 HP (5%) em energia elétrica; em 1920 do total de 310.424 HP utilizados pela indústria nacional, 47% apoiavam-se na energia elétrica, 36,2% no vapor, 7,7% em turbinas hidráulicas, 5,3% em motores de combustão interna, 2,7% em rodas da água e 0,9%, em outras formas geradoras.

O valor das exportações, que era de US\$ 228 milhões em 1914, passou para US\$ 714 milhões em 1919 e o das importações, para os mesmos exercícios chegavam a US\$ 304 milhões e US\$ 363 milhões. De um déficit de US\$ 76 milhões, em 1914, a balança comercial apresentaria um superavit de 351 milhões, no final da guerra, apresentando um crescimento da ordem de 500%, em quatro anos.⁶⁴ A parte da

⁶⁴ *Evolução do Comércio Exterior Brasileiro – 200 anos*. Alice Web. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio /Secretaria do Comércio Exterior. Sítio consultado em março de 2009.

contribuição da indústria para a receita tributária do país, que era de 16,2% em 1914, passou para 20,9% em 1919. Há de se registrar que essas taxas de crescimento foram alcançadas com fortes políticas protecionistas aplicadas por países de industrialização tardia, como o Brasil, México e Rússia, duas ou três vezes mais altas que as da Europa continental, ainda na fase anterior à Primeira Guerra Mundial. Às vésperas da guerra, o comércio internacional era duas vezes mais importante para a economia do mundo do que havia sido quatorze anos antes.

As décadas de 1920 e 1930 apresentaram índices razoáveis de desenvolvimento industrial, ainda que sob o influxo dos problemas criados pela guerra mundial. Mesmo assim, em 1930, na depressão causada pela crise mundial de 1929 e sob “o açoite do estrondoso craque do café”, segundo *O Observador*, podem-se encontrar os seguintes dados: o valor da produção industrial em Cr\$ 5.906 milhões e o número de trabalhadores, em 500 mil, isto é, o dobro da produção industrial e do número de trabalhadores, em relação ao censo de 1920. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a produção industrial entre 1920 e 1930, teria aumentado 47%. Entre o início da Primeira Guerra Mundial e 1930, o crescimento da produção industrial foi de 141%.⁶⁵

Uma parte dessas indústrias que se instalaram na Primeira República foi produto da entrada de investimentos estrangeiros, embora modestos, resultantes da internacionalização do capital industrial dos países centrais. Porém, em alguns ramos esses investimentos assumiram números significativos, principalmente das empresas-líderes do capitalismo central, considerados os investimentos na indústria de

⁶⁵ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, setembro de 1943, ano VIII. Ver também, IBGE – Estatísticas do século XX, Rio de Janeiro, 2007.

transformação, como por exemplo, bens de consumo produzidos pelo complexo metal-mecânico, eletro-químico/farmacêutico, fornecedor de insumos, carnes industrializadas, produtos de toalete, etc ou bens de produção como metais não-ferrosos, cimento e borracha. Esses investimentos faziam parte das estratégias de expansão dessas empresas, após esgotarem suas possibilidades de crescimento nos seus mercados internos de origem. No Brasil, podemos identificar quatro dessas estratégias: processamento de matérias primas locais para exportação do produto final; obtenção da primazia em fornecer aos mercados locais; captura de potencial de crescimento no abastecimento do mercado interno; e aumento da participação no abastecimento do mercado interno.⁶⁶ É possível concluir, sob esse aspecto, que a indústria de álcalis, controlada por um cartel internacional, não estaria inserida em nenhuma dessas estratégias, conforme podemos perceber, na possibilidade de suprir o mercado doméstico brasileiro, dadas as tentativas frustrantes de grupos nacionais, de alguma forma apoiados pelos governos da Primeira República.

O panorama econômico segundo o *Observador Econômico e Financeiro*, indicava que a década de 1930, embora representasse um passo à frente em relação a 1920 foi, contudo, um período de depressão em comparação com o decênio anterior. Os dois anos que se seguiram, isto é, 1931 e 1932 foram os piores, já que o valor da produção industrial reduziu de 2 e 4% respectivamente, em relação a 1930. Foram anos de crise, de depressão, de desemprego e de movimentos armados que sacudiram o país. Em 1933, começou uma reação lenta da produção industrial, que cresceu continuamente, para tomar um ritmo acelerado em 1940. Em 1943, o valor da

⁶⁶ SUZIGAN, Wilson e SZMRECSÁNYI, Tamás. *Os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil*, in: SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamas (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, Hucitec/ABPHE/Edusp, 2002. pp. 261\283.

produção industrial, com bases nas informações geradas em relatório do Banco do Brasil, aproximou-se de Cr\$ 25 bilhões. O número de estabelecimentos industriais atingia 100 mil em todo o país, e passara a ter 1,5 milhão de trabalhadores. Os dados do IBGE para o decênio 1930/40 mostram uma estabilização e pequena retração na produção industrial, que vinha crescente até 1929, e uma nova arrancada a partir de 1933, com variações positivas e contínuas, até 1940.⁶⁷

O Observador chamava a atenção para um fato novo na história econômica do Brasil, dado de que pela primeira vez o valor da produção industrial excedia o de outros ramos de atividade econômica, isto é, da produção agrícola, pecuária e mineral em seu conjunto. O somatório desses três últimos ramos, em 1942, atingiu a marca de Cr\$ 15 bilhões, enquanto que o valor da produção industrial foi de mais de Cr\$ 20 bilhões. Um outro dado revelador do desenvolvimento industrial no Brasil, nesse período, seria o índice de crescimento no comércio internacional. Em 1939, antes da Segunda Guerra Mundial, a quantidade de artigos manufaturados exportados era de pouco mais de 6 milhões de toneladas, enquanto que em 1942 as exportações chegavam a 16 milhões de toneladas. Os produtos industrializados nos últimos anos da guerra, passaram a figurar em segundo lugar na pauta de exportações. A energia elétrica consumida pela indústria nos dois maiores centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro vinha apresentando uma demanda bem maior. Utilizando os dados publicados pelo relatório do Banco do Brasil para 1943, a revista constatava que, só no estado de São Paulo, foram criadas cerca de 300 novas empresas, integralizando um capital aproximado de Cr\$ 168 milhões, entre meados de 1942 e 1943. Outro dado positivo na economia, em decorrência da guerra, segundo *O Observador*, era o processo de

⁶⁷ IBGE. *op. cit*

substituição de importações, principalmente pela exploração de novas matérias primas encontradas no Brasil. Calculava-se que somente em São Paulo, para o mesmo intervalo acima, teriam sido encontradas *“oitenta substituições de matérias primas para nossas indústrias e outros artigos importados”*.

“Se acrescentarmos a tudo isso a construção de Volta Redonda, os trabalhos levados a cabo na usina de Monlevade e no Vale do Rio Doce, bem como a grande fábrica de papel que está sendo montada no Paraná, as fábricas de motores para a aviação e outras indústrias de guerra, além de mais algumas de menor vulto, poderemos fazer uma idéia do desenvolvimento industrial do Brasil no presente momento”.⁶⁸

Entre 1939 e 1946, a produção industrial brasileira cresceu 70% e o comércio exterior, de um saldo negativo de US\$ 31 milhões, em 1939, passou a ter um saldo positivo de US\$ 400 milhões, em 1946.⁶⁹

Dessa forma, a revista concluía que o Brasil teria arrancado a sua primeira etapa de industrialização, a da indústria leve ou de transformação, e o país estaria pronto para empreender a segunda etapa, a da indústria pesada, que compreenderia a montagem de altos fornos de uma siderurgia e uma grande fábrica de álcalis sódicos. O Brasil teria todas as condições necessárias para superar as outras fases do processo em apenas algumas décadas. Parecia ser essa, a compreensão das classes dirigentes do país, *“a quem está entregue o destino da nossa terra na hora presente. Se*

⁶⁸ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, setembro de 1943, ano VIII.

⁶⁹ IBGE. *Op. cit.*

*conseguirem levar a cabo, abrirão perspectivas promissoras para a Nação e contribuirão para elevar o nível geral de existência do nosso povo”.*⁷⁰

Por uma indústria química de base.

A inexistência de uma indústria de base que produzisse barrilha e soda cáustica dificultava a expansão da industrialização. Era necessário dividir a pequena produção nacional, para atender a todos que necessitavam, medida que coube à Comissão de Mobilização Econômica. O impulso tomado pela importação de álcalis desde a Primeira Guerra Mundial, indicava a necessidade urgente de uma unidade para a produção em larga escala. Como exemplo, a indústria têxtil brasileira ressentia-se havia muito tempo da falta de soda cáustica no mercado interno.

Apenas três pequenas fábricas de soda cáustica funcionavam no país, utilizando-se do processo eletrolítico: em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Trustes internacionais da indústria química não permitiam a sobrevivência dessas fábricas por longo tempo. O Brasil era dependente das importações dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Japão e Uruguai. Em 1937, a Inglaterra cobriria 70% das necessidades brasileiras. Com a inauguração da Eletroquímica Fluminense, os índices caíram em pequena margem, mas seus preços seriam incompatíveis com aqueles praticados no mercado internacional: Cr\$ 0,75/kg, para o produto americano e Cr\$ 1,12/kg para o similar inglês. A situação criada para a indústria brasileira forçou o governo a baixar o Decreto-lei 2.161, de 7 de dezembro de 1937, que restabeleceu a tarifa de amparo à produção nacional, por sugestão do Conselho Federal do Comércio Exterior. A partir da década de 40, a exportações americanas de álcalis sódicos para o

⁷⁰ Idem.

Brasil ultrapassam as inglesas. Um indicativo positivo para a indústria nacional surgiu a partir de um projeto de instalação da Companhia Salgema-Soda Cáustica e Indústrias Químicas – SALGEMA, no município de Socorro, em Sergipe.⁷¹

A utilização do salgema estava no centro de uma polêmica que ampliava o debate no Brasil, sobre o aproveitamento de matérias primas necessárias à instalação de uma indústria de álcalis. Havia estudos que defendiam que o salgema⁷², encontrado em estado bruto, retirado de depósitos subterrâneos, seria bem mais suscetível à produção de álcalis, comparado ao sal marinho. O salgema teria um teor de pureza muito maior e não estaria sujeito a intempéries climáticas como a produção salineira. Outro detalhe seria o fato do sal marinho já ter um uso específico mais importante, na economia doméstica. Nesse sentido, defendia-se que o uso do salgema seria mais indicado como matéria prima na fabricação de soda cáustica. Porém, havia uma outra questão que poderia ser tomada como um componente político para a instalação da unidade fabril: a sua localização. O salgema era abundante no Nordeste⁷³, e restrita no Rio de Janeiro, estado fértil em sal, para onde recaíam as maiores simpatias na definição do local do parque industrial alcalino. Entretanto, o uso do salgema seria muito mais racional e lógico, como ocorria em outros países produtores.⁷⁴ Quanto à

⁷¹ *O Observador econômico e financeiro*. Rio de Janeiro, nº 92, setembro de 1943, ano VIII – pp. 95/102.

⁷² Os álcalis podem ser obtidos do sal marinho e do salgema, conhecido também como minério de cloreto. A exploração do salgema independe de condições climáticas. No salgema há um grande percentual de sal marinho, com teor de pureza próximo de 100%. Para ser viável economicamente, o salgema dependia das condições de extração

⁷³ Em Socorro, Estado de Sergipe, as minas de salgema encontravam-se a 120 metros de profundidade, com reservas que poderiam ser exploradas por 80 anos, segundo dados da empresa Itatig, que sondava petróleo na região..

⁷⁴ *O Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, nº 92, setembro de 1943, ano VIII – pp. 95/102.

descoberta das minas de salgema, o engenheiro do Laboratório de Produção Mineral do Ministério da Agricultura dizia que:

*“a grande significação destas descobertas é a de possibilitar a indústria da soda, extraindo o sal por meio de dissolução com água e utilizando o processo Solvay; o preço de custo será de 5 ou 10 vezes menor que o do sal marinho, de ordem de Cr\$ 4,00 a Cr\$ 5,00 a tonelada. Neste campo é que encaramos como de extrema importância para o país estas recentes descobertas de salgema”.*⁷⁵

Socorro, em Sergipe, além do salgema, tinha uma abundante reserva de calcário com elevado teor de cálcio, de ótima qualidade. Fora isso, a região possuía um curso navegável acessível a navios de pequeno calado, podendo utilizar as águas do rio Cotinguiba para escoar a produção. De concreto, a SALGEMA instalou sua sede no Rio de Janeiro, com um capital inicial de Cr\$ 50 milhões. A nova empresa organizada à base de uma *“economia de caráter eminentemente popular”*; foi lançada em julho de 1942, de quando datam seus estatutos, com um capital relativamente vultoso, ao iniciar os trabalhos de instalação da primeira fábrica. A viabilidade econômica da exploração industrial seria sustentada pela importância de seus derivados, em função dos estudos de mercado realizados, além da planificação dos métodos, realizados por técnicos nacionais. A Companhia utilizaria fábricas distintas para atender aos dois processos universais de trabalhar o salgema para transformá-lo em álcalis: o *Solvay* e o eletrolítico. A fábrica pelo processo eletrolítico seria instalada

⁷⁵ *Idem.*

em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e a segunda, que utilizaria o processo Solvay, em Sergipe, ao pé da jazida.

Por que Angra dos Reis seria o lugar escolhido para a instalação da primeira grande fábrica nacional da indústria alcalina? Por que tão longe das matérias primas? Os motivos da escolha seriam: a localização na grande zona da indústria pesada, próximo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN que estava sendo instalada em Volta Redonda; da Fábrica Nacional de Motores – FNM, que funcionava em Duque de Caxias, ambas no Rio de Janeiro, próximas das grandes indústrias de vidro plano; da indústria nacional de papel e celulose, além do porto marítimo. Combinava-se isso tudo com a curta distância dos dois maiores centros consumidores do país, a maior facilidade para resolver o problema do combustível, e a facilidade de transporte do salgema em contraste com os cuidados necessários para o transporte da soda cáustica. Todos esses argumentos seriam relevantes e justificavam a preferência por Angra dos Reis como o local para ser construída a primeira fábrica brasileira de produtos alcalinos.⁷⁶

A SALGEMA, em Angra dos Reis, obedeceria a mais moderna tecnologia existente e o que era considerado mais importante: o fato de que a quase totalidade da maquinaria seria construída no Brasil, sob a assistência dos técnicos da Companhia. Além dos derivados imediatos, a Companhia fabricaria cloreto de cal, clorato de potássio, cloreto de cálcio, entre outros. A produção inicial de soda cáustica seria de 10 mil toneladas, que incluindo os produtos derivados, chegaria a 23,5 mil toneladas de produtos químicos diversos. Em março de 1942, a SALGEMA dirigiu-se ao Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE – para pleitear isenção de impostos aduaneiros

⁷⁶ Idem.

para adquirir as outras máquinas que pretendia importar, e solicitava a intervenção do Conselho ao Banco do Brasil, para que fosse concedido, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAM, o financiamento necessário à conclusão das instalações. O CFCE, através da sua Câmara de Distribuição e Comércio Interno, deu um parecer recomendando às autoridades competentes a concessão de isenção para importação das máquinas, aparelhos e materiais necessários às primeiras instalações, desde que fossem satisfeitas as exigências do Decreto-Lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938; afirmando que o projeto da SALGEMA merecia a simpatia e o amparo, *na forma da lei*, cabendo à interessada dirigir-se a CREAM do Banco do Brasil.

“o funcionamento no país da indústria de soda cáustica e demais derivados do salgema corresponderá a uma redução de 85 milhões de cruzeiros nas novas compras do exterior, pois é a quanto monta, em média, o valor da nossa importação daqueles artigos. Por outro lado, a nossa indústria, que necessita de tais matérias, terá assegurado o seu suprimento no próprio mercado interno, o que, além de aumentar as independências dessas indústrias equivalerá, por certo, a uma economia de dinheiro, o que redundará em favor da nossa produção manufatureira”⁷⁷

De uma forma ou de outra, todos esses projetos emperravam quando caíam nas malhas burocráticas do Estado. A situação tornava-se cada vez mais delicada, quanto à insuficiência de produtos alcalinos. Ao caráter dependente da economia brasileira em relação aos álcalis sódicos, saltava aos olhos, os exemplos da Índia e da China que já vinham equacionando o problema com o desenvolvimento de projetos industriais nacionais. Além disso, alguns países latino-americanos como Argentina, Colômbia,

⁷⁷ Idem.

Chile e Venezuela – estes dois últimos utilizando o salitre em vez do sal como matéria-prima para a fabricação de soda cáustica e barrilha, já trabalhavam na execução de projetos semelhantes. Todo o esforço brasileiro deveria resultar em um processo de substituição de importações em face das altas demandas do mercado interno à importação desses produtos, chegando a 60.000 toneladas em 1942. O desabastecimento de álcalis deveria se repetir em maior escala, durante a Segunda Guerra Mundial.

A crise nacional que tomou conta do setor de álcalis durante os anos 1941/1944 era repetição do que tinha acontecido em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, porém com intensidade ainda maior. Nesse sentido, o governo tomou algumas iniciativas, buscando incentivar a abertura de indústrias, ao conceder um auxílio governamental de 50% para constituição do capital, sob forma de empréstimo, com juros reduzidos e isenção de impostos. De seis proponentes, apenas três foram escolhidos. No entanto, o único empreendimento que se confirmou foi o de uma empresa que sequer estava entre as três escolhidas, uma usina de soda eletrolítica situada na Ilha do Governador, que após uma luta de cinco anos acabou falindo, vendendo mais tarde suas máquinas para a Companhia Eletro Química Fluminense. Portanto, em 1942, era o seguinte o panorama brasileiro em relação à produção de álcalis sódicos: não havia fabricação de barrilha e as poucas empresas ativas estavam envolvidas apenas na produção de soda cáustica, obtida pelo processo eletrolítico em quantidades reduzidas, como a fábrica de São Gonçalo. A fábrica da Companhia Eletro Química Fluminense, em Niterói, produzia aproximadamente mil toneladas de soda cáustica, em um processo de fabricação primária. Ora, diante de tantos projetos

frustrados, poderemos constatar que os grupos cartelizados não despregavam seus interesses do mercado nacional.

A SALGEMA, os trustes e a CNA.

A Du Pont estava interessada em descobrir jazidas de salgema pelo litoral do Brasil, no sentido de instalar uma fábrica de soda cáustica e barrilha. Para mapear seus interesses, percorreu o Estado do Rio Grande do Norte, até chegar ao Rio de Janeiro, explorando grande parte do litoral brasileiro. As condições principais para a instalação de uma indústria de álcalis sódicos seriam: ter sal em grande quantidade e pureza suficiente, ter água abundante com pureza e temperatura adequadas. Para a exploração de salgema em Sergipe, a Companhia Salgema Soda-Cáustica e Indústrias – SALGEMA – associou-se a Duperial e a Solvay, para fundarem as Indústrias Alcalinas S/A – IBASA. A Duperial nada mais era do que uma associação, no Brasil, entre a Du Pont e a Imperial Chemical Industries – ICI. Portanto, os três grupos mais poderosos controlariam a IBASA. O nome Duperial estava já incorporado à ideologia nacionalista que tomou conta dos trabalhadores da CNA, durante a construção da fábrica de Arraial do Cabo. O romance escrito pelo trabalhador da CNA, Accioly Lopes, *Candango de Arraial do Cabo*, defendia a indústria nacional de álcalis para que nenhuma empresa brasileira que “*se alimente, substancialmente, dessas novas matérias primas, dependa da DUPERIAL, ou de quem quer que seja, se considere senhor absoluto do mercado*”.⁷⁸

Enquanto a CNA não vingava, o debate em torno da necessidade da instalação de uma indústria alcalina no país, não dava tréguas. No dia 15 de setembro de 1948, no

⁷⁸ LOPES, Accioly. *Candango do Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro, Leitura, 1963 – p. 64

salão nobre do Ministério da Viação e Obras Públicas, foi assinado um documento representativo sobre um programa específico para o desenvolvimento do parque nacional de indústrias básicas, envolvendo as indústrias de álcalis sódicos. Ali compareceram os representantes da Companhia Salgema Soda-Cáustica e Indústrias – SALGEMA -, da Companhia Nacional de Álcalis – CNA -, já então fundada, em 1943, e as Indústrias Brasileiras Alacalinas S/A – IBASA, para assinarem um convênio, para o aproveitamento do salgema de Contiguiba, em Sergipe. Seriam necessários oito meses de estudo sob coordenação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Tudo isso, deveria contribuir para libertar a economia nacional da onerosa importação de soda cáustica, barrilha e outras matérias-primas que permitiriam o avanço das indústrias de base no Brasil. À reunião especial do Conselho estavam presentes o Ministro da Viação e Obras Públicas, Clovis Pestana; o governador do Estado do Rio de Janeiro; deputados federais; altas patentes do Exército, além de convidados especiais. O coronel Bernardino de Matos Neto louvava a ação do Estado, depois de lembrar-se das tentativas infrutíferas feitas anteriormente para dotar o Brasil de uma produção mais robusta de álcalis sódicos:

“À iniciativa de Antônio Fernandes dos Santos, lídimo pioneiro da implantação da indústria de álcalis no Brasil, deve-se a organização da Companhia Nacional de Indústrias Químicas que, em 1922, sob a orientação da Companhia Brasileira de Produtos Químicos, haveria de lutar contra o meio, ainda pouco afeiçoado a empreendimentos dessa natureza.... A despeito de haver paralisado seus trabalhos a 18 de julho de 1927, essa Companhia deixou, além dos ensinamentos, a exemplo Vico da pertinácia de um homem na pessoa de seu filho, o Engenheiro Penalva dos Santos, quem, como que reverenciando a memória do pai, funda, em 1934, a Cia. Eletro-Química Fluminense, cuja fábrica inaugurada dois anos mais tarde, se

mantém até hoje em pleno funcionamento....Saltando sobre o tempo, vamos encontrar nos dias que correm, três empresas na estaca zero da caminhada sedutora: a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Salgema Soda Cáustica e Indústrias Químicas e as Indústrias Brasileiras Alcalinas S.A.”⁷⁹

Para o coronel Bernardino aquele seria o primeiro marco para garantir a futura indústria de álcalis, produzindo em larga escala. Com os técnicos do Conselho, participavam também das reuniões, Ubaldo Lobo, Geraldo Cabral e Luiz Gonzaga da Cunha, representantes da CNA; o general João Fulgêncio de Lima, o coronel Luís Carlos Costa Neto, Benedito Prioli e Moyses Martins Viana, representando a SALGEMA; Gaston Veras, que teve parentes ocupando cargos de diretoria na CNA, e Leonard Arthur Caldwell, como representantes da IBASA; e, por fim, Paulo Fernandes, representante dos salicultores de Mossoró e Macau, no Rio Grande do Norte. Pelo documento firmado pelas três empresas, sob anuência do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, a SALGEMA autorizava a IBASA a sondar sua lavra no Estado de Sergipe, para extração de sal e outros sais solúveis da salmoura extraída das jazidas, depois de realizados os experimentos necessários. Definidas as questões relativas ao financiamento e aos “royalties”, o contrato seria firmado por oitenta anos. Os compromissos entre as três companhias foram firmados em 25 de junho de 1948 e registrados no 10º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, uma vez que:

“tendo em vista que a concretização da indústria de álcalis, no Brasil, está dependendo de uma colaboração mais íntima entre as duas companhias de vez que uma não tem os meios que

⁷⁹ *O Observatório econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, n°. 153, outubro de 1948, ano XIII, pp. 113-118.

a outra dispõe e que, se ambas reunirem seus esforços, mais rapidamente atingirão suas finalidades, restando a confiança em que, uma vez criada a indústria de álcalis, as duas companhias resolverão uma definitiva conjugação de interesses nos moldes permitidos por lei, ou então um sistema de assistência recíproca que não importe a cassação da concorrência comercial entre ambas”⁸⁰

Pelo contrato, a SALGEMA se comprometia a fornecer à CNA todo ou parte do sal necessário à indústria para fabricação da barrilha, soda cáustica e derivados, obrigando-se a produzi-lo em condições de ser usado pela fábrica de Arraial do Cabo, por preço de custo, revisto anualmente. Caso houvesse interesse, por parte da CNA, em receber o salgema no porto de Cabo Frio, a SALGEMA deveria utilizar meios de transportes próprios ou de terceiros. Este seria um passo decisivo para o Brasil instalar um parque industrial de produtos alcalinos, para atender os diversos ramos da indústria nacional. Impressiona o fato de a CNA participar do processo, sem sequer ter sido iniciada a construção de sua fábrica de álcalis sódicos, empreitada por questões de natureza política e econômica.

Anos depois, continuavam as incertezas com relação à instalação da CNA. As pressões corporativas expressavam-se, por exemplo, através da imprensa, como no jornal *O Semanário*, órgão representativo de grupos militares nacionalistas de esquerda, que defendia a intervenção do Estado em projetos como a CNA, base para superação do atraso econômico. Também, havia disputas regionais em torno da localização dos projetos, uma vez que se julgava política a decisão pelo local de implantação das fábricas. Dois projetos estavam em discussão: um em Sergipe, com a

⁸⁰ Idem.

participação de empresas de capital nacional e estrangeiro e o outro, no Rio de Janeiro, com a utilização de fundos públicos e recursos externos. O “*Semanário*”, editado na capital do país, falava da “*fantástica jazida do Nordeste*” com excepcionais condições de abrigar uma fábrica de álcalis, opinião inclusive defendida por técnicos estrangeiros. Não haveria problema de transporte, pois a jazida ficava próxima à cidade de Aracaju, dotada de recentes instalações portuárias, com boa estrutura para receber navios de maior calado, e de uma moderna ferrovia. Menor ainda seria o problema do calcário, pois ao lado da jazida sergipana encontravam-se grandes extensões em razoável superficialidade. Toda a região era servida pelos afluentes do rio Sergipe, apresentando mananciais de água potável, além da energia farta e barata produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Portanto, diz o jornal, seriam todas essas condições melhores do que aquelas que estavam à disposição da CNA.⁸¹ Então, por que não construir a fábrica de álcalis no Nordeste? Por que a fábrica de álcalis do Nordeste não deslanchava?

Para o jornal, a questão apontava dois polos de resistência, que não permitiam a montagem da fábrica. O primeiro era “*a velha história dos interesses supremos dos trusts internacionais, no caso intimamente ligados a influentes grupos econômicos nacionais*”. Os grandes e poderosos grupos que operavam na indústria de álcalis seriam a Solvay; a Imperial Chemical Company; e a Dupont, repartindo o mundo em áreas de influência.

“*Quando surgiram as condições excepcionais brasileiras para esse tipo de indústria, uniram-se as duas anglo-americanas, aqui atuando com o nome de Duperial (Dupont mais Imperial),*

⁸¹O *Semanário*, Rio de Janeiro, 18 a 25 de abril de 1957, ano II, n.º. 54, p. 4.

*que pouco depois se desentenderam; ficou assim a Solvay agindo no mercado brasileiro com mais desembaraço e usando a ignorância e a influência do então Presidente da República, Getúlio Vargas, meteu-lhe na cabeça que a fábrica de álcalis deveria ser no Estado do Rio. Alias, o deputado Luis Garcia e posteriormente o deputado Seixas Dória, já examinaram longamente o assunto demonstrando o absurdo, o insensato e mesmo desonesto e até impatriótico ato do Congresso e do próprio Presidente da República quando se inclinaram pela solução Cabo Frio. Mas a luta era muito desigual. Sergipe não tinha condições, nesta federação madrastra, para fazer valer o seu direito. Na disputa entre o mar e o rochedo, ficou esmagado, como só acontece sempre, o pobre marisco. O lamentável, o doloroso, o incrível, é que o prejuízo foi acima de tudo da nação brasileira, pois continuamos a importar perto de cem mil toneladas de álcalis, consumindo sem necessidade as nossas escassas divisas. A Fábrica de Álcalis de Cabo Frio só em 1960 - assim mesmo no cálculo dos otimistas, - começará a funcionar, embora não solucione o nosso problema. Mas os tubarões da Solvay rirão, em companhia dos seus adversários cordiais da Imperial e da Dupont, da nossa estupidez e imbecilidade”.*⁸²

Para *O Semanário*, o segundo empecilho era o jogo de interesses econômicos e políticos no país. Por trás da trama estaria Amaral Peixoto, “*agente inconsciente (ou consciente?)*” dos grandes cartéis. O articulista tentava entender as razões pelas quais a fábrica não decolava. Todas as etapas já estariam vencidas: um grupo nacional aliado a um grupo francês tinha interesse, bastando para tal, um empréstimo no Banco Francês Paris e Pays Bas, garantido pelo governo francês. O Conselho Nacional de Segurança já havia se manifestado favoravelmente. No entanto, a CACEX e a SUMOC ainda não haviam se manifestado. *Seria o dedo dos trusts?* Perguntava o *Semanário*.

⁸² *idem*

Sete anos depois do acordo formado entre a CNA, a Duperial e a SALGEMA, o *Semanário* informava que a associação entre os três não se concretizou e que, o governo não decidira pela implantação da fábrica no Nordeste, insistindo no projeto da CNA, cuja fábrica vinha sendo construída em Arraial do Cabo, a duras penas, desde 1954. O jornal de linha nacionalista defendia a instalação de uma fábrica no Brasil para superar a dependência do mercado externo, mas, não deixava de demonstrar uma simpatia pela construção da unidade em Sergipe, no Nordeste.

Órgão representativo do movimento nacionalista brasileiro, o *Semanário* foi fundado por Oswaldo Costa e Joel Silveira, em abril de 1956, no Rio de Janeiro, com circulação nacional. Ao longo de sua existência, o jornal produziu 376 edições. Sua preocupação maior era com o tema do desenvolvimento nacional, discutido com maior dimensão em suas páginas, com artigos de expressivos grupos nacionalistas no país, denunciando a presença de “*entreguistas*” nos postos-chaves do governo, como no Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, envolvido no projeto da fábrica de álcalis sódicos em Cabo Frio. A partir da década de 60, o jornal passou a ser porta-voz da *Frente Parlamentar Nacionalista*. Ainda naquela década, passara a defender a legalidade constitucional e a aprovação das reformas de base. Seus principais articulistas eram intelectuais, parlamentares, estudantes, trabalhadores e militares.⁸³ O que sobressai também, em suas páginas, é o debate em torno da intervenção do Estado na economia e do monopólio estatal em alguns setores, em bases ideológicas nacionalistas, como no caso da luta pela implantação de uma fábrica de álcalis sódicos no país.

⁸³ BRASIL, Rafael do Nascimento Souza. *Sob o lábaro fardado: o nacionalismo militar nas páginas da imprensa civil – O Semanário (1961-1964)*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/Departamento de História, 2006. Monografia de Bacharelado em História.

Por vezes, Amaral Peixoto viria a público defender-se de acusações por beneficiar politicamente o Rio de Janeiro, como no caso da FNM, em Duque de Caxias e da CNA, em Cabo Frio e da CSN em Volta Redonda. Próxima a Barra Mansa, entre os maiores mercados consumidores do país, a cidade escolhida para a instalação da siderúrgica, fazia jus a geografia indicada nos estudos elaborados pela comissão da qual o general Edmundo de Macedo Soares fazia parte. Perto do rio Paraíba e dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, a opção pelo Vale do Paraíba seria uma concessão ao Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o genro de Getúlio Vargas era o interventor federal. O Rio de Janeiro passava por um período de declínio industrial, o que o fez merecedor do prestígio junto ao governo federal, com as instalações dessas três empresas. Em 1907, a participação industrial do Rio de Janeiro na produção industrial nacional era de 30%, caindo para 20%, em 1919 e 17% em 1939. Entre 1935 e 1938 a taxa de crescimento para o Brasil foi de 80,4%, enquanto que a do Estado do Rio de Janeiro foi de 46,4%⁸⁴. O setor químico era o mais importante seguido do metalúrgico, que ocupava o terceiro lugar na produção nacional. Amaral Peixoto descartou que a escolha do Rio de Janeiro fosse uma intervenção direta sua, e apontou para a decisão referendada por análises técnicas: *“nunca tinha passado pela minha cabeça que a usina fosse ficar no estado do Rio de Janeiro”*.⁸⁵ Sua observação fazia referência às suspeitas das repetidas visitas do general Edmundo de Macedo Soares ao Palácio do Ingá, em Niterói, capital do Estado, antes da decisão final sobre a localização da CSN.

⁸⁴ MOREL, Regina Lúcia de Moraes. A ferro e fogo – construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941/1968). Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1989 – pp. 2-74.

⁸⁵ *Idem*.

Edmundo de Macedo Soares e Silva era um engenheiro com formação militar realizada pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Influenciado pelas matrizes do pensamento autoritário brasileiro, Macedo Soares defendia que a ausência de uma elite com formação técnica e o escasso desenvolvimento científico no Brasil eram as causas básicas do atraso não só do país, como também da América Latina. Ao tentar entender a crise brasileira pelo seu viés econômico, Macedo Soares diagnosticava que a intervenção do Estado na economia seria a saída para a decadência do liberalismo, como forma de superar o atraso. Especializado em metalurgia e química durante seu exílio em Paris, percorrendo empresas do ramo na França e na Alemanha de Hitler, impressionou-se pela conjugação do binômio desenvolvimento econômico e defesa militar, levado adiante pela nação europeia. Nesse sentido, defendia que o desenvolvimento econômico deveria ser o maior dos objetivos das Forças Armadas, em busca de sucesso na política de segurança nacional e defesa militar. Considerado por Alexandre Avelar, como um exemplo de intelectual orgânico, na concepção gramsciana, Macedo teria contribuído na construção de um projeto hegemônico levado à frente pela fração industrial da burguesia brasileira. Com a fé inabalável na ciência e na intervenção do homem para a transformação da natureza, o ex-governador do Rio de Janeiro torcia por uma indústria civil que atendesse os interesses das Forças Armadas na fabricação de armamentos e material bélico. Seriam esses os meios do Brasil constituir as bases do nacionalismo econômico que garantiria sua independência econômica. Portanto, o Estado deveria intervir com o planejamento e na produção direta de bens, pois assim, passaria a assumir a propriedade social dos meios de

produção, através de um capitalismo de Estado. Contudo, esse papel do Estado não significaria um estatismo absoluto, mas uma intervenção sadia.⁸⁶

A defesa do Rio de Janeiro para sede da CNA envolveu, também, o general Alfredo Bruno, seu presidente, durante a fase de construção da empresa estatal, em resposta às críticas ao projeto de instalação da empresa em Cabo Frio. Em uma fala no Clube Militar, na capital do país, quanto à utilização do salgema para a produção de álcalis, argumento dos defensores da fábrica em Sergipe, o general reafirmava que o salgema do Nordeste era profundo e continha sais de potássio e magnésio, dificultando a extração, o que permitiria a contaminação por sais de magnésio. Cabo Frio, embora uma região salineira operando em bases técnicas e econômicas desaconselháveis, poderia produzir o sal necessário à produção alcalina. A escolha por Cabo Frio considerou dois aspectos fundamentais: fabricar um produto puro e de menor preço para o mercado consumidor. Por outro lado, a indústria alcalina não ficaria sujeita às variações dos fretes marítimos, pois se desaconselhava a dependência à navegação costeira, em função de possíveis conflitos militares.

“A região nordestina está muito afastada dos centros consumidores, o que onera os produtos de baixo custo de venda, os quais não podem pagar fretes várias vezes superior ao valor do seu custo. Não vemos, tão cedo, saída para o problema do transporte marítimo de cabotagem; por isto, preferimos não contar com o futuro, e instalar a fábrica em Cabo Frio. Ocorre ainda que o cômputo de elementos de custo mostrou ligeira vantagem para Cabo Frio. Se adicionarmos os fretes aos dois preços de custo – Nordeste e Cabo Frio – Cabo Frio não receará a

⁸⁶ AVELAR, Alexandre de Sá. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Sares*. Tese de Doutorado. PPGH / UFF / Departamento de História, 2006.

competição livre do Nordeste. O Nordeste deverá produzir para o consumo local e, no futuro, complementar a produção de Cabo Frio”⁸⁷

Cabe reafirmar que a indústria internacional de álcalis sódicos, principalmente da barrilha, estava nas mãos de poucas empresas atuando em trustes e cartéis, fato que tornava vulnerável a implantação da fábrica no Brasil. A demora na constituição de uma empresa nacional desse porte agravava a situação das indústrias de bens de consumo nacionais, que tinham necessidades daqueles produtos, notadamente da barrilha. Frustradas, das inúmeras tentativas feitas para incentivar a implantação dessas indústrias no Brasil, quase nenhuma delas vingaria por longo tempo, na tentativa de atender às demandas cada vez maiores do mercado doméstico. Muitas fábricas foram à falência. Desde então, podemos deduzir que a instalação de uma indústria de base voltada para a produção de álcalis sódicos, não somente era urgente, como só seria possível se houvesse a intervenção do Estado para garantir a expansão da industrialização. A instalação da CNA satisfazia os objetivos políticos e militares, especialmente dos setores nacionalistas, todos defensores intransigentes da necessidade da instalação de um complexo alcalino no Brasil.

⁸⁷ MARTINS, Alfredo Bruno Gen. *Os álcalis sódicos e a segurança nacional – sua produção no Brasil*. Conferência pronunciada no Clube Militar, no Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1957 – livreto impresso pela CNA.

1.3 – Cabo Frio: do sal a Álcalis.

A indústria salineira.

O desenvolvimento da indústria salineira fluminense foi parte integrante de um processo histórico muito mais amplo. No entanto, sua história aponta para especificidades que explicam, com mais acuidade, a formação dos processos históricos mais totalizantes. Nas retaguardas das terras de marinha, de onde se extraía o sal, havia uma diversificada produção agrícola com áreas extensivas de plantio de café e de cana de açúcar, além da pecuária. Estas atividades eram complementares, dada a sazonalidade dos seus ciclos produtivos. De certa forma, esses processos produtivos tendiam a uma racionalização do trabalho de uma forma singular. Na época da seca, os trabalhadores dirigiam-se dos cafezais e dos canaviais para as bordas da laguna, para se dedicarem à extração do sal e vice-versa na época das águas. O trabalhador consumia-se entre a restinga e a cordilheira fluminense na luta pela sua sobrevivência. São singularidades que apontam para perspectivas diversas nas relações de produção no Brasil, ampliando a discussão sob as formas capitalistas e não capitalistas da organização do trabalho. São peculiaridades que definem temporalidades locais, que necessitam de serem amplamente estudadas.

As transformações implementadas com o reaparelhamento industrial na região, das empresas ligadas ao setor salineiro, não modificaram, na sua totalidade, as estruturas rudimentares no sistema produtivo. À maioria das cento e vinte salinas existentes, não foi possível ou não houve interesse em modificar suas bases tecnológicas de produção, permanecendo na condição de fornecedoras de sal para o

mercado interno e depois para a CNA. As antigas salinas não foram atingidas pelo processo modernizador.

As primeiras inovações tecnológicas implementadas no setor produtivo salineiro tinham sido efetuadas ainda no início do século XX, por imigrantes portugueses. Essas salinas, posteriormente, não conheceram outros métodos para a produção do sal. A afirmação de Alberto Lamego, na década de 40, sobre a realidade do trabalho extrativista, é um relato que dá a dimensão do problema até hoje. A imagem tomada por Lamego transcende no tempo, ao perceber “*o homem das salinas, que de pés e mãos dilacerados nos cristais, arrasta com seus rodos e seus carros uma vida tão amarga quanto o sal. O atribulado mourejador das margens da Araruama que cria e leva sobre os robustos ombros uma nova acumulação de riquezas que surge na história econômico-social da laguna*”.⁸⁸ Portanto, aí está uma das faces, talvez a mais cruel, da permanência das antigas estruturas produtivas, representadas pela exploração histórica dos trabalhadores do sal.

Geraldo de Beauclair, um dos primeiros historiadores a aprofundar-se nos estudos sobre a economia salineira fluminense, revela-nos que a indústria do sal consagrou-se como uma atividade econômica inserida na dinâmica do mercado interno, desde o final do século XVIII, pois “*mobilizou milhares de pessoas, alterou nosso quadro de importações, gerou movimento de imigração importantes e apresenta para os estudiosos das ciências humanas formas e tipologias de organização extremamente originais, haja vista as relações sociais de produção nelas*

⁸⁸ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro, Lidador, 1974 – primeira edição, 1947.

existentes".⁸⁹ Imigrantes portugueses ocupavam as áreas de salinas desde meados do século XIX, cuja área produtiva se ampliara a partir do empreendimento de Luís Lindemberg. Proprietário da maior das salinas, a Perinas, que chegou a possuir 109 escravos, Lindemberg foi beneficiado pelo fim do estanco desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a conseqüente abertura dos portos. Em seguida, novos caminhos para as tropas de burros e novos canais de comunicação com o interior foram abertos, à procura de mercados circundantes à região ou até mesmo mais longínquos como a Província do Espírito Santo. Beauclair chama a atenção para os conflitos entre as comunidades indígenas e as comunidades locais, e para a formação de pequenos produtores, que possibilitou a organização de uma produção "associativa" comunitária, no sentido de aumentar a comercialização do "excedente". Esses esforços foram percebidos pela atuação da Câmara Municipal de Cabo Frio, para ampliar a atividade mercantil em torno da produção salineira local. Criou-se, portanto, na Província fluminense, uma atividade resistente, em que se registravam, a partir dos últimos anos do século XIX, pedidos significativos de aforamento de terras devolutas na Região dos Lagos. No início do século XX, a região contava com 65 estabelecimentos salineiros.⁹⁰

José Marcello Giffoni⁹¹, estudando a produção do sal em Cabo Frio, na primeira metade do século XIX, conclui que dado o problema da escassez de trabalhos historiográficos sobre o sal, tornou-se necessário buscar uma historiografia que apontasse para a diversificação da economia fluminense do final do século XVIII ao

⁸⁹ BOUCLAIR, Geraldo de. Sol sobre sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama, em *À Margem*, Rio de Janeiro, Fronteira, 1993.

⁹⁰ Idem. Como contribuição a discussão sobre a indústria salineira no Brasil, ver também, BEAUCLAIR, Geraldo de. *A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1828-1860*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

⁹¹ GIFFONI, João Marcello. *Sal: um novo tempero do Império*. Rio de Janeiro, APERJ, 2000.

início do século XIX, relacionada com a dinâmica do mercado interno, como já havia antecipado Geraldo de Beauclair. Buscando como referência o trabalho de Ilmar de Mattos, Giffoni considera que a região salineira se insere no universo maior da região de agricultura mercantil-escravista delimitada pelo autor de “*O tempo saquarema*”.⁹²

A partir das suas especificidades, a história regional tende a se afirmar como parte integrante de um todo. Neste sentido, deve-se reconhecer a região como um espaço socialmente construído, em que as relações sociais estabelecem seus limites de tempo e espaço. Dessa forma, achamos pertinente argumentar pela relevância da abordagem sobre o desenvolvimento histórico da produção salineira, pois que o sal é matéria prima básica para a produção dos álcalis. Portanto, a renovação do parque industrial da região salineira fluminense incorporou tecnologia ao beneficiamento do produto, pois era fundamental aumentar a produção de sal para fornecer matéria prima para a CNA, uma vez que fazia parte do seu projeto, a construção de uma salina para suprir suas necessidades, que não podiam ser totalmente atendidas pelas salinas locais.

A análise da história da economia salineira fluminense merece uma retrospectiva da conjuntura internacional. A produção de sal no Brasil conseguiu atingir um expressivo volume, devido, em boa parte, aos fatores externos. Desde os meados do século XIX, intensificando-se a partir das primeiras décadas do século XX, havia um grande interesse de salicultores portugueses de migrarem para o Brasil para dedicarem-se à extração de sal. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, dada a dificuldade dos portugueses em colocarem sua produção em outros mercados, a imigração intensificou-se, trazendo com ela novas técnicas de evaporação e cristalização solar. A produção salineira multiplicou-se, até mesmo para atender as

⁹² MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro, Access, 1985.

primeiras e insipientes indústrias de soda cáustica que tentaram instalar-se no Rio de Janeiro. Criaram-se serviços de infra-estrutura com o aporte de capitais estrangeiros, tais como os investimentos franceses na construção da Estrada de Ferro Maricá, pela *Compagnie Général des Chemins de Fer des Etats Unis du Bresil*, cujos trilhos chegariam até Cabo Frio. A ferrovia chegou a Iguaba (1917) e, posteriormente, até São Pedro da Aldeia (1937) e Cabo Frio, na década de 1940. Além disso, foi construído em Arraial do Cabo, o Porto do Forno.⁹³ A cidade começava a ganhar equipamentos urbanos que lhe permitissem a implantação de um projeto mais complexo. A energia elétrica chegava com maior potência ao município, restando ainda resolver o problema ligado ao abastecimento de água, o que não seria totalmente inviável, dada a proximidade de Cabo Frio dos mananciais de grande porte, com a utilização das águas da Lagoa de Juturnaíba, entre os municípios de Silva Jardim e Araruama. Portanto, era possível a conjugação de pares modernizantes que impulsionassem a industrialização local. Mesmo que a ação modernizadora não estivesse ao alcance de grande parte da população, a industrialização apontava para a construção de uma sociedade mais complexa.

O complexo salineiro da Região dos Lagos enfrentou uma série de problemas até a sua fase industrial mais avançada. Desde o estabelecimento de grupos produtores e mercantis na região, a produção salineira passou por alguns percalços, que levaram à mediação do Estado nos diversos interesses de classe. Um polo comercial estabeleceu-se em Cabo Frio, com a chegada de grupos mercantis importantes. O alto custo do transporte e a expressiva tributação municipal que incidia sobre o sal,

⁹³ Dois trabalhos monográficos sobre a história da ferrovia foram elaborados pelos ex-alunos Schneider Franco dos Santos e Rosângela Valadão, do curso de graduação em História-Licenciatura, da Universidade Veiga de Almeida, *campus* Cabo Frio, sob minha orientação.

impossibilitavam os produtores de aumentarem suas margens de ganho. Os salicultores então, passaram a exercer pressões sobre o governo no sentido de regular o setor, para expandir seus lucros. Além disso, a classe produtora lutava por questões como a falta de crédito, a deficiência dos meios de transporte, contra a ação predatória dos grupos mercantis, que deixavam os donos de salinas embaraçados nas teias de um mercado atacadista monopolista e ainda na mão dos comissários do sal. Nesse embate, coube a classe mercantil sair na frente, unificando ainda mais seus interesses, ao fundar o Centro de Comércio do Sal Fluminense Ltda., na década de 1930.

O Centro passou a ser, na realidade, uma arena das lutas entre frações de classe distintas, representantes dos setores produtivo e comercial. Os conflitos eram uma clara demonstração de que a produção salineira da laguna fluminense não fugia aos modelos que explicam as relações de produção no circuito produtor/mercador de outras áreas extensivas da produção agrícola como o café e a cana de açúcar. Segundo Alberto Lamego, foi a lavoura de café, inclusive, que retardou a salicultura. Foi preciso a lavoura de café entrar em estágio de decadência para que os olhos habituados aos cafezais se voltassem para as águas salgadas da laguna. A classe mercantil, por outro lado, representava uma fração hegemônica ao estabelecer no próprio regimento do Centro uma regra em que os sócios majoritários da instituição deveriam determinar os preços do sal. Entenda-se por classe mercantil, os principais atacadistas do produto na cidade do Rio de Janeiro, que dominavam postos-chaves no Centro do Comércio do Sal. Diante dessa situação, Lamego ressaltava que o Centro, utilizava dispositivos contratuais que “*transcendam as maravilhas do liberalismo econômico*”.⁹⁴ O *laissez-*

⁹⁴ A atuação do Centro do Comércio do Sal Fluminense Ltda. acirrava os debates. Para Alberto Lamego, o Centro representava o monopólio das grandes firmas atacadistas sobre o sal, forçando os

faire encontrava aqui a sua mais alta voltagem. Ao desenvolvimento da indústria salineira se interpunha uma série de empecilhos. Mesmo que a produção de sal aumentasse consideravelmente, a política de preços, a política tributária e a distribuição do produto não eram deliberadas pelo setor produtivo.⁹⁵ Aliado a isso, a preferência pelo sal estrangeiro, principalmente o trazido pelos ingleses, por estar livre de direitos alfandegários, era outro obstáculo ao aumento da produção.

A excessiva carga tributária imposta pelas prefeituras era outro forte problema ao desenvolvimento do setor. As municipalidades da região eram ávidas de recolher sobre o sal um valor considerável em impostos. Como fonte de recursos que garantissem a execução orçamentária do município de Cabo Frio para o ano de 1930, os tributos sobre o sal chegavam a representar 30% da arrecadação municipal. As altas taxas cobradas pelas prefeituras subtraíam ainda mais as margens de ganho dos salicultores, principalmente dos pequenos. Uma análise mais detalhada do Código Tributário Municipal de Cabo Frio para a década de 1940 deixa transparecer que o sal ainda era o principal produto que agregava recursos ao orçamento. No entanto, mesmo que estes recursos fossem destinados à melhoria das condições básicas da população,

salineiros a negociarem exclusivamente, com um pequeno número de firmas. Segundo este autor, tratava-se de uma desmedida voracidade capitalista, do chorado liberalismo que permitia monopólios draconianos de parasitas inteiramente alheios à produção. (LAMEGO, Alberto Ribeiro, O homem e a restinga. *Op. Cit.*). A favor da atuação do Centro estava Paulo Guedes Alcoforado, que via como injusta a acusação de truíste, tomando o Centro como espécie de salvador da indústria salineira, pois sem a sua atuação, as salinas não poderiam sequer funcionar. Alcoforado distribuía elogios ao Centro, pois, senão, os salineiros estariam condenados à falência por falta de recursos primordiais. (ALCOFORADO, Paulo Guedes. *O sal fluminense*. Niterói, 1936 – p. 86/87). Para essa discussão, ver MELO, Ana Carolina Santos. *De sal a sol: um roteiro para a história salineira da Região dos Lagos*. Cabo Frio, Monografia de final de curso em História, da Universidade Veiga de Almeida – campus Cabo Frio, orientada pelo autor.

⁹⁵ Em 1930, havia cerca de 120 salinas ao redor da Lagoa de Araruama. As áreas de ocupação chegavam a aproximadamente, 19 milhões de metros quadrados, com uma produção estimada em 80 mil toneladas de sal. A delimitação das áreas produtoras (em metros quadrados) estava composta assim: Cabo Frio (9.830.000); Araruama (6.170.000); e São Pedro da Aldeia (2.530.000). Quanto à produção em toneladas temos: Cabo Frio (39.417 mil); Araruama (21.371 mil); e São Pedro da Aldeia (9.569 mil). Fonte: LAMEGO, Alberto. O homem e a restinga. *Op. Cit.*

uma parte considerável retornava aos setores economicamente expressivos da sociedade local. Havia, portanto, uma contradição na reclamação da classe produtora de sal, dado que uma parcela dos recursos arrecadados era invertida em seu próprio benefício.⁹⁶ Cabe sugerir inclusive, que alguns desses recursos podem ter sido integralizados no capital da CNA, em pequenas quantias, dado o quadro de acionistas constituído de empresas e empresários ligados ao setor de salinas. Por outro lado, a carga tributária praticada pelo município, retirava dos produtores os excedentes que poderiam ser reinvestidos no desenvolvimento do processo produtivo. Portanto, as ações do Estado também devem ser percebidas nas políticas implementadas pelas esferas inferiores de poder, como neste caso, as prefeituras municipais e as câmaras municipais, que também participaram ativamente da história da CNA. Logo, avaliamos que é necessário que se pense de forma mais ampla na apropriação e na destinação dos recursos arrecadados pelo município. Estas práticas podem conter, inclusive, políticas de renúncia fiscal que tenham proporcionado uma acumulação de

⁹⁶Além da cobrança de um imposto fixo sobre licença de localização de instituições salineiras industriais e comerciais, a Câmara aprovou no Código Tributário de 1947, uma destinação específica para parte dos impostos arrecadados com a comercialização do sal, para os serviços educacionais e humanitários.

Art. 224 – será devida à Prefeitura a taxa sobre o sal destinado a serviços educacionais e humanitários. A taxa será calculada de acordo com a quota estabelecida pelo Instituto Nacional do Sal, para cada salina.

Art. 225 – para efeito orçamentário a taxa será calculada de acordo com a cota estabelecida pelo Instituto Nacional do Sal.

Art. 226 – a Taxa sobre o sal será cobrada a razão de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por tonelada.

Art. 227 – quarenta por cento da arrecadação da taxa sobre o sal, terá a seguinte aplicação especial:

- a) 22% para atender as despesas iniciais do calçamento do município;
- a) 20% para a construção de escolas e subvencionar o Hospital Santa Izabel;
- a) 20% para a construção de escolas e melhoramentos dos distritos;
- a) 16% para a construção do matadouro municipal;
- a) 16% para a construção do mercado municipal;
- a) 6% para subvencionar as escolas particulares Sagrado Coração de Jesus, Santa Therezinha e Lídia Sherman

capital na indústria salineira ou, então, um aumento do patrimônio não produtivo nas mãos das classes produtoras locais.⁹⁷

Para acomodar divergências e interesses entre produtores e comerciantes, o Estado surge como mediador e gerenciador de determinados setores econômicos representativos, a partir da criação de agências reguladoras de políticas direcionadas a cada setor produtivo. As disputas hegemônicas pelo controle do sal subiram ao Instituto Nacional do Sal – INS, criado por Vargas, através do Decreto-Lei 2300 de 10 de junho de 1940. O Centro do Comércio do Sal Fluminense sofreu um duro golpe da política intervencionista de Vargas, em que a produção e a comercialização, pela distribuição de cotas, em alguns setores vitais da economia passaram a estar vinculados ao controle do Estado. Contudo, esse “controle” não implicaria a anulação

⁹⁷ Resolução nº. 13 de 25.11.1936 da Câmara Municipal de Cabo Frio

Art. 1 – a taxa de sal de 100 réis o saco, criada pela Lei nº. 6 de 26.11.1919 e pela deliberação de 1929 passa a ser escriturada com a denominação de “imposto sobre a produção de sal”;

Art. 2 – o comprador, além do imposto da produção de sal, em vigor, pagará mais uma taxa, a título precário, ad-valorem de 2% sobre o valor de cada saco de sal de 70 Kg. De acordo com a cotação da praça comercial de Cabo Frio.

Art. 3 – a Prefeitura desse município organizará uma pauta mensal tomando à base dos preços médios do mês anterior, para efeito de fixação de preços em ocasião do pagamento de impostos e taxas.

Fonte: Fundo de Arquivo Documentos Ancestrais – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio – documento 100.

Regulamentação da Resolução:

Art. 1 – O imposto sobre a produção de sal de 100 réis por saco, criado pela deliberação de 25.11.36 será cobrado pela tesouraria municipal, do comprador, quando for despachado e bem assim será cobrada a taxa ad-valorem

Art. 2 – O produtor de sal ou dono de estabelecimento salineiro também, sempre que despachar o sal diretamente para fora do município pagará igual imposto e igual taxa ad-valorem da citada lei.

Idem, documento 101.

Código Tributário Municipal

Art. 60 – impostos sobre a produção do sal;

Art. 61 – continua em vigor a resolução nº. 13 de 25.11.36, que recai sobre o comprador a razão de três réis por quilo, de acordo com o Decreto nº. 05 de 27.12.1937.

Art. 62 – Este imposto incide sobre o sal produzido neste município e será cobrado do comprador no dia do seu despacho, mediante guia que mencionará o número de quilos do despacho, o meio de transporte, o destino e o consignatário.

Art. 63 – o produtor ou dono de estabelecimento salínico sempre que despachar sal diretamente para fora do município pagará igual imposto, com as mesmas formalidades do artigo precedente.

Idem – documento 67

Fonte: Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio – Arquivo Histórico

de disputas internas, lutas políticas entre frações de classe que dirigem estas instituições, pelo contrário, vinha acirrará-las. Agora, era o INS que definia as cotas e os preços do sal, sob pressão de grupos fluminenses e nordestinos. Não obstante os interesses associativos, o Estado passara a atuar em um projeto de fortalecimento e crescimento da indústria nacional. Além do sal, outros produtos que formavam e assentavam a base da riqueza da nação passaram a contar com essas agências de Estado. No entanto, como no caso da CNA, que também estava vinculada ao INS, na sua faz inicial, essas disputas políticas emperravam alguns projetos.

Através do INS, o governo passou a baixar diretrizes para a modernização da indústria salineira com o intuito de dotar o setor de um parque produtivo avançado. Uma das principais atribuições definidas como responsabilidade do INS, foi a decisão do presidente da República, através do Decreto-Lei 5648 de 20 de julho de 1943, de estabelecer as bases para a implantação de uma fábrica de álcalis sódicos no Brasil, especificamente, a CNA. É interessante notar que o INS, enquanto uma instituição representativa dos interesses do setor salineiro, não estava envolvida exclusivamente com o sal. Entre as suas atribuições estava, também, a definição de políticas voltadas para a produção de outros produtos cuja matéria prima estivesse sob seu controle. A Segunda Guerra Mundial ameaçava de paralisação vários setores industriais, face ao colapso no fornecimento de produtos químicos. A decisão do governo Vargas em criar a CNA estava voltada para um esforço na substituição de importações, que deixava patente a necessidade do país ser autosuficiente na fabricação de soda cáustica e barrilha, produtos que necessitavam do sal como matéria prima no seu processo de fabricação.

As refinarias de sal: caminhos da industrialização.

As vagas modernizadoras dos anos 50 chegariam à Companhia Salinas Perynas. Esta empresa foi inaugurada em 1930, administrada por Miguel de Oliveira Couto, governador do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente por Miguel Couto Filho, que ocuparia o mesmo cargo. Sua planta industrial foi remodelada em 1955, quando a produção de sal atingiria um grau de desenvolvimento emblemático. Antes mesmo, a Companhia construía e equipara uma estrada de ferro para levar o sal até o mar, no distrito de Arraial do Cabo. Para tanto, obteve permissão para construção de um porto – o Porto do Forno – onde foi possível receber embarcações de maior porte procurando expandir a comercialização do produto. Não parou por aí. Apoiada pelo Estado, a empresa passou por uma modernização marcante em seu processo produtivo. A virada significou um marco histórico na produção industrial brasileira de sal. Até então, a produção estava subordinada a processos rústicos de evaporação do sal, sujeita a condições climáticas favoráveis, por meio de secagem natural, mas a empresa implantou um novo sistema de produção industrial partindo das salmouras previamente concentradas nas salinas para a evaporação em instalações a vácuo. Com a nova tecnologia, a produção saltou de dezoito para sessenta mil toneladas de sal. A mudança radical no processo de transformação do sal não encontrou eco nas outras cento e vinte salinas espalhadas ao redor da laguna. Ali, os moinhos de vento e os pés descalços dos trabalhadores do sal ainda davam o tom, utilizando-se de formas produtivas arcaicas.⁹⁸ Entretanto, estavam dadas as condições de ampliação da produção de sal para a futura indústria química de álcalis sódicos.

⁹⁸ *Companhia Salinas Perynas – 50 anos – Boletim Informativo. 1980.*

A Refinaria Nacional do Sal foi outra unidade produtora que veio instalar-se em Cabo Frio. Inaugurada em 1951, sua produção destinava-se a suprir a falta de um sal refinado com alto teor de pureza, até então inexistente no país e, para atender as necessidades do mercado interno, não só no que diz respeito ao consumo alimentar direto, como também para atender as indústrias alimentícias e farmacêuticas, que careciam deste produto. A produção de sal refinado a vácuo adicionava uma nova etapa na produção salineira, uma vez que a transformação do sal partia da salmoura, antecipando a cristalização do produto pelo processo natural, em semelhança ao modelo introduzido pela Companhia Salinas Perynas. O processo era uma forte inovação no sistema de fabricação do sal, em uma época que só se produzia sal grosso. A empresa foi modernizada em 1953, com uma instalação importada da Alemanha, cuja capacidade de produção chegava a cinquenta toneladas diárias de sal refinado, ou seja, dezesseis mil e quinhentas toneladas por ano.⁹⁹ Essa produção agregaria um maior volume de matéria-prima destinada à fabricação de álcalis sódicos, e ainda buscava estabilizar a oferta de sal no mercado doméstico. Portanto, cabe-nos afirmar que o projeto de inovação tecnológica, que agregava mais produtividade ao setor salineiro fluminense, era parte do fomento à indústria alcalina em Cabo Frio, pela sua necessidade de sal em abundância.

O que se depreende da modernização do parque industrial salineiro, neste período, foi o interesse do Estado em não só transformar a indústria extrativa do sal, mas, também, o setor extrativo mineral, abrindo os flancos para a futura indústria alcalina de base. A transformação tecnológica na produção do sal e de outros produtos derivados permitia ganhos de produtividade para obter preços mais baixos e

⁹⁹ Informações históricas apresentadas pela empresa.

autosuficiência de um produto que se tornara estratégico. Por outro lado, fica claro que a modernização não impedia que o setor salineiro integrasse regimes de trabalho capitalista (na produção e refino do sal nas indústrias modernas) e não-capitalista (na extração do sal nas salinas). A industrialização acelerada, característica do segundo governo Vargas, não mediu esforços para modernizar a indústria salineira e para a implantação da indústria de álcalis, utilizando-se inclusive de recursos externos, financeiros ou tecnológicos. Dessa forma, podemos propor que houve uma simbiose entre uma economia capitalista e outra não capitalista, transformando a região em um laboratório de relações entre o tradicional e o moderno.

Reafirmamos que nossa preocupação com uma análise integrada do desenvolvimento industrial na região salineira fluminense, com a criação da CNA, busca, pela abordagem econômica, um caminho para compreender as transformações políticas e sociais. Não se pretende desenvolver um trabalho utilizando-se exclusivamente um modelo econométrico ou “cliométrico” e, sim, buscar elementos na política econômica, que ajudem na análise das relações sociais de produção. Tudo isso, no intuito de permitir uma visão mais dinâmica da sociedade.

Josep Fontana argumenta que não podemos ter uma visão simplista de um processo de industrialização, no sentido de tomar as interpretações por um viés puramente economicista ou por modelos puramente econométricos e quantitativos. A história da sociedade exige que a análise de um modelo econômico tenha sua validade quando considerado dentro de um contexto mais amplo. Devem integrar à análise histórica, elementos da teoria da complexidade. Seria impossível compreender os modelos econômicos ignorando as forças políticas e sociais inseridas neles. Nesta linha, Fontana minimiza as variáveis estritamente econômicas em uma pesquisa

histórica, afirmando que as vias de progresso industrial não passam necessariamente ou exclusivamente pela fábrica. Assim, não há como separar a política da economia ou a sociedade da economia.¹⁰⁰ Por esta via, pelo retorno à realidade concreta, Josep Fontana defende a volta de uma história econômica que passe a integrar os dados estritamente econômicos com os dados do contexto político, cultural e social, deixando abertos os caminhos pelos quais esta história possa tratar do tema do desenvolvimento e da industrialização de forma a melhor compreender a dinâmica do crescimento econômico.

Nessa perspectiva, é necessário observar que o desenvolvimento industrial começou a operar uma série de transformações na sociedade local. Os trabalhadores que chegavam à região para ocupar novos postos de trabalho, em setores como a indústria química, ampliavam o leque de práticas políticas mais progressistas, pensando em instituições como os partidos políticos e as organizações sindicais. Setores dominantes locais começavam a ser incomodados com a presença de lideranças de esquerda. O jornal “*A coluna*”, órgão representativo das oligarquias locais e do Partido Republicano Fluminense, em Cabo Frio, chamava a atenção para a emergência de um sindicalismo voltado para o campo “*assistencialista*” e para as “*reivindicações salariais*”, que estaria infiltrado por correntes mais progressistas que chegavam à cidade. Uma delas, de tendência socialista, era liderada pelo *aliciador* José Casemiro, nordestino de Maceió, representante da Confederação Libertadora da Terra e do Homem, que “*tentou insuflar na massa operária as tendências socialistas e anticlericais*”.¹⁰¹ Eram os “*candangos*” de todo o país que, também na CNA, com

¹⁰⁰ SANTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, Edusc, 2003. p-261-308.

¹⁰¹ MASSA, Hilton. *Cabo Frio histórico político*. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1980.

suas estratégias e experiências, lutavam para superar as condições de exploração sobre o trabalho.

A industrialização da região contribuiu para a chegada de sindicatos diversos: instalarem-se em Cabo Frio, o sindicato dos estivadores, dos trabalhadores nas salinas, dos trabalhadores na indústria química, além de outros.¹⁰² O crescimento do número de trabalhadores fez emergir lideranças sindicais que desempenharam um papel significativo na política. O quadro partidário local ampliou-se com o surgimento de partidos que tiveram forte expressão local, como o Partido Socialista Brasileiro – PSB –, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, além do Partido Comunista Brasileiro – PCB –, sobretudo no início da década de 1960, ao incorporarem em suas fileiras lideranças sindicais que tiveram atuação efetiva neste período. Portanto, podemos sugerir que é possível perceber uma sociedade civil organizada em partidos políticos e em sindicatos, vinculada às transformações ocorridas na região, em função da política de desenvolvimento do setor salineiro e alcalino, levada ao cabo pelo Estado. De pequenas indústrias extrativas de sal, a região salineira fluminense passou a incorporar novas tecnologias à produção, assim como, agregou a sua economia fatores que possibilitaram a instalação da CNA. Quanto mais sal, mais chance para a Álcalis.

¹⁰² A documentação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Salineira de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama, fundado em 1949, foi tratada e organizada recentemente, por integrantes do projeto “Trabalhadores do sal”, ação conjunta da Câmara Municipal de Cabo Frio, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e da Universidade Veiga de Almeida – *campus* Cabo Frio, sob a minha coordenação e da professora Fernanda Barbosa Pereira. O acervo consta de duzentas pastas, livros e documentos diversos, em períodos esparsos e descontínuos.

Capítulo 2

Companhia Nacional de Alcalis: entre a história e economia

2.1 – Projeto Cabo Frio

O Projeto de 1943

Durante as comemorações dos 25 anos da CNA, em 1968, Carlos Luiz Nunes, Técnico de Administração da Companhia, escreveu um livro chamado “*Assim surgiu a Álcalis*”. Curiosamente, Nunes dizia que a CNA nasceu em um ambiente hostil, cresceu e amadureceu nele. Esse trabalhador da CNA, nas suas memórias, talvez tenha expressado melhor do que ninguém os caminhos tortuosos pelos quais a CNA passou. Até porque, cabe ressaltar, que esses 25 anos da criação da empresa, não correspondem aos seus anos de funcionamento, pois na verdade a Álcalis completava o seu 8º aniversário, quando Nunes quis homenageá-la.¹⁰³

No Brasil, a necessidade de produzir barrilha e soda cáustica, matérias-primas fundamentais para a indústria química, vidreira e farmacêutica nacionais, levou o governo Vargas a investir no desenvolvimento de um projeto conduzido pelo Laboratório de Produção Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, para a instalação da CNA, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. O “*Projeto Cabo Frio*” seria apresentado no IIº Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, em 1946.

Com este propósito, em 10 de julho de 1942 foi criada a Comissão de Estudos sobre a Indústria da Soda Cáustica, por indicação do Conselho Federal de Comércio Exterior, com a incumbência de realizar os estudos para implantação de uma indústria de soda no Brasil, cuja supervisão estaria a cargo do Instituto Nacional do Sal. Essa

¹⁰³ NUNES, Luís Carlos. *Assim surgiu a Álcalis*. Cabo Frio, 1968.

Comissão realizou seus trabalhos entre julho de 1942 e junho de 1943, tendo participado do grupo de representantes do Banco do Brasil (José Bretas Bhering), do Instituto Nacional do Sal (Fernando Falcão, José Franklin Veras Marques, Álvaro Veras – cuja família (Veras) ocupava postos-chaves no setor alcalino, como Gaston Veras que viria a ser um dos representantes da IBASA, associação entre a Duperial e a Solvay; e Francisco de Assis Gondin Menescal), do Laboratório de Produção Mineral (Mário da Silva Pinto – coordenador da Comissão), e da Universidade de Lisboa (José Lopes Raimundo). O trabalho final resultou em um relatório complexo que dava subsídios ao governo para criar a CNA. Os estudos, posteriormente aprovados, resultaram na edição do Decreto-Lei 5684 de 20 de julho de 1943, que constituía uma sociedade de economia mista, com capital de Cr\$ 50 milhões, além de um aporte de recursos de Cr\$ 70 milhões do Banco do Brasil, como investimento inicial. Assim, seria reunida em Janeiro de 1944, a assembléia de constituição da CNA, cuja primeira diretoria foi composta pelo presidente do INS, Fernando Falcão e pelos diretores Benedito Manhães Barreto, banqueiro e industrial, no cargo de Tesoureiro – antigo proprietário da empresa Saíra, em Araruama, dedicada à produção de soda cáustica, e o coronel Berilo da Fonseca Neves, farmacêutico e professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no cargo de diretor de Material. Logo depois, Benedito Manhães Barreto foi substituído por outro banqueiro, Osmar Radler de Aquino. Essa diretoria renunciou coletivamente em 01 de setembro de 1947, assim como todo o Conselho Técnico e Econômico composto pelos engenheiros Mário da Silva Pinto, Francisco Menescal, Gileno de Carli e Walter James Gosling.

Essa diretoria, representativa do primeiro quadriênio da instalação da empresa não foi feliz, já que cometeu uma série de erros e falhas. Um deles seria o fato de não

existir, entre os diretores, nenhum especialista em álcalis sódicos capaz de arcar com os estudos do planejamento das obras e cuidar do acompanhamento e do desdobramento das diversas etapas. Registre-se ainda, que o Conselho Técnico e Econômico não era um órgão deliberativo, mas meramente consultivo, pois todos os poderes e atribuições estavam nas mãos da diretoria. Não obstante os problemas de ordem técnica e burocrática, o que realmente emperrava a CNA eram os escassos recursos financeiros. O problema maior da CNA seria a demora na obtenção dos recursos indispensáveis à realização das obras. Aqui, o Banco do Brasil teria uma parcela importante de responsabilidade pelos entraves financeiros e burocráticos, que levaram as negociações à estaca zero:

“essa dificuldade número um da empresa não adveio da imprevisão, inadvertência ou erro da CNA. Tudo se resume assim: ao ser fundada a empresa, já obtivera o seu incorporador, do Banco do Brasil, o compromisso de conceder-lhe um empréstimo de financiamento, no valor de Cr\$ 70.000.000,00 conforme autorização expressa do Presidente da República e conforme se fizera constar do prospecto divulgado através da imprensa, quando do lançamento das ações. Acontece que, posteriormente, começaram a surgir embargações em torno das demarches relativas à concretização desse empréstimo. Criou-se um impasse de conseqüências as mais desagradáveis. Num monótono vai-e-vem entre a CNA e o Banco do Brasil preciosos meses se consumiram. E nessa emergência não surgiu, infelizmente, uma força capaz de evitar o que nunca deveria ter acontecido: o fracasso definitivo das negociações entre as duas entidades”¹⁰⁴

¹⁰⁴ idem.

Por outro lado, medidas estruturais necessárias à instalação da empresa avançavam lentamente. Três meses depois da criação da CNA, pelo Decreto nº. 1690 de 29 de outubro de 1943, o Interventor Federal no Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto declarava de utilidade pública, para ser adquirida por via amigável ou mediante desapropriação judicial, uma área de terras de cerca de três mil e seiscentos hectares, situada na restinga de Cabo Frio, desapropriada “*por conta e a favor da Companhia Nacional de Alcalis*”, com os seguintes limites: pelo Oeste, com a Praia do Sudoeste, na Lagoa de Araruama; pelo Este, com a Praia de Cabo Frio, no Oceano Atlântico; pelo Norte, com uma poligonal ligando as duas praias acima citadas; e pelo Sul, com a Praia Grande, no Oceano Atlântico. Estavam excluídas as terras da União, do Estado, do Município, assim como aquelas por onde passava a ferrovia que ligava a Companhia Salinas Perynas ao Porto do Forno, em Arraial do Cabo. Tudo se operava por conta e a favor da empresa que surgia. Da mesma forma, Amaral Peixoto planejara construir uma rodovia ligando Cabo Frio a Arraial do Cabo, distrito onde estaria localizada a empresa, uma obra de difícil execução, por estar situada sobre área pantanosa e arenosa. Também, o governo federal baixara uma série de medidas legais, tais como a que autorizava o monopólio na exploração da reserva conchífera, enquanto a empresa permanecesse estatal (Decreto-Lei 6011 de 19/11/43); a isenção de impostos durante a construção (Decreto Lei 6278 de 16/02/44); e a autorização para o efetivo exercício de funcionários públicos civis e militares na empresa (Decreto Lei 6411 de 10.04.44).¹⁰⁵

¹⁰⁵ COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS, *Indústria de carbonato e Hidróxido de Sódio*, Rio de Janeiro, 1948 – 56 páginas. Fundação Biblioteca Nacional

A indústria de álcalis sódicos no Brasil tratava-se de uma indústria básica, pois a barrilha e a soda cáustica eram matérias primas fundamentais para várias e importantes indústrias. Seu êxito dependeria do reconhecimento de três aspectos: 1) a produção inicial da fábrica deveria ser de 50 mil toneladas; 2) reconhecer que ainda assim, esta quantidade ficaria aquém do volume importado pelo país; e 3) o artigo produzido no Brasil deveria concorrer vantajosamente com os preços externos. Os estudos do Instituto Nacional do Sal – INS –, por fim, definiram em seu relatório de 27 de fevereiro de 1943, que o processo adotado deveria ser o processo Solvay; que a fábrica deveria ser construída em Cabo Frio; e que a capacidade de produção deveria ser de 50 mil toneladas de barrilha e 25 mil de soda cáustica. O funcionamento da fábrica só seria possível pela exploração do manancial conchífero lagunar e da turfa ao redor da Lagoa de Araruama, como as reservas necessárias de calcário e de combustível, respectivamente. Também, construir-se-ia uma ferrovia de 4 km ligando o terreno da fábrica às salinas e à lagoa de Araruama, posto que o sal era outro elemento fundamental na fabricação da barrilha.

Em setembro de 1943, logo após definidos os mecanismos legais para constituição da empresa, “*O Observador Econômico e Financeiro*” concluía que um dos capítulos mais importantes da economia contemporânea brasileira, depois do fim da guerra, seria o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. No entanto, o industrialismo brasileiro para ter assegurado o seu desenvolvimento, deveria sair da fase de idealização e caminhar a passos largos para a fase de realização. A industrialização do minério, do petróleo, da borracha, do alumínio, do níquel e dos álcalis lançava produtos fundamentais “*à defesa nacional e à vida humana*”. A barrilha e a soda cáustica eram, segundo o jornal, o “*pão da indústria*”. Era preciso ter

claro que “a soda cáustica é o álcali alimentador direta ou indiretamente de toda a nossa organização fabril”, dotando o Brasil “das eras do aço, petróleo e carvão e da soda cáustica.”¹⁰⁶

A determinação para a criação de uma indústria de base nacional, como fator de desenvolvimento econômico e social do país, colocava-se como um objetivo claro para o projeto de industrialização posto em debate pelo governo Vargas. A viabilidade de uma planta industrial voltada para a produção de soda cáustica e barrilha era uma tentativa de escapar da dependência que a indústria brasileira tinha desses insumos no mercado internacional. Os Estados Unidos demonstraram como o emprego de soda cáustica e da barrilha eram necessários no processo produtivo de diversos setores industriais. No caso da soda cáustica: Rayon (22%); Indústria química (16%); além dos setores de papel, tecidos, alvejamento, óleos vegetais, e borracha. Para a barrilha: produção de soda cáustica por caustificação (24%); indústria química (20%); indústria de alumínio (7%); vidro, sabão, detergentes, tecidos, tratamento de água, indústria de petróleo, etc. Os Estados Unidos eram responsáveis por quase 50% da produção mundial de álcalis sódicos, entretanto, exportavam somente 5% da sua produção. Esses números justificavam para a “*Comissão da Soda*”, não haver maior interesse ou mesmo condição dos EUA em suprir o mercado brasileiro, uma vez que a produção norte-americana estava voltada para atender quase que exclusivamente a demanda do seu mercado interno. Dessa forma, era lícito prever que seria relativamente fácil receber investimentos daquele país para criar a CNA. O interesse pelos investimentos norte-americanos aumentava em função dos recursos anteriormente disponibilizados

¹⁰⁶ *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, nº 92, setembro de 1943, ano VIII – pp. 95 – 102.

por aquele mesmo país, para a implantação da CSN, em Volta Redonda, no curso da política de boa vizinhança, durante a Segunda Guerra Mundial. O caso da CSN, pela sua complexidade, envolveu questões políticas que passavam pela dimensão dos interesses militares, enquanto fração de poder, decisivas no que se refere à siderúrgica de Volta Redonda.

Com a CNA, o Brasil escaparia do controle dos grandes grupos internacionais organizados em trustes e cartéis, desde o fim do século XIX. Para enfrentá-los, a saída seria pela intervenção estatal no setor. O único meio de se fundar uma grande indústria de soda no Brasil, em bases nacionais, seria pela constituição de uma sociedade de economia mista em que a predominância do Estado nos seus capitais fosse a garantia contra uma “*competição ruinosa*”. Naturalmente, para a “*Comissão da Soda*”, essa intervenção estatal não se faria com um “*caráter suntuário*”, voltada somente à necessidade política, sem atender ao aspecto econômico da questão. A economia do país necessitava urgentemente de produzir soda e barrilha nacional em larga escala, pois a pequena parcela produzida no país, somente de soda cáustica, era mais cara que a obtida pela importação. Neste sentido, apelar para a proteção alfandegária seria um erro, embora justificável sob o ponto de vista político. Logo, para a “*Comissão da Soda*”, a solução definitiva seria a criação de uma indústria de álcalis no Brasil que permitisse fabricar soda realmente barata e diminuísse a dependência do mercado internacional, além de acelerar o processo de industrialização, principalmente da barrilha.

O projeto de implantação de uma indústria de álcalis sódicos teve que necessariamente, passar pela escolha de um lugar para a instalação da planta industrial. A escolha desse lugar levaria em conta a disponibilidade de matérias primas e a oferta

de fatores naturais ao desenvolvimento da indústria. Para a definição do local, deveria haver uma soma de atributos a serem oferecidos tais como: sal, calcário, combustível, água do mar em baixa temperatura, água doce e proximidade dos mercados consumidores. Para tanto, foram analisados os seguintes locais: Canoé, no município de Aracati, Estado do Ceará; Macau e Mossoró, no Rio Grande do Norte; Alagoas e Sergipe; e Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Feitas as considerações sobre cada local em que fosse viável a implantação da fábrica, Cabo Frio foi considerado o local adequado por reunir todas as condições para a instalação da CNA, resolvido o problema maior com o fornecimento de água doce pela bacia do Rio São João. Dessa maneira, o município apresentava todos os elementos para que o custo industrial da soda e da barrilha fabricadas ali, fossem os mais baratos do país. Além do mais, a escolha para fixar a fábrica recaía sobre Cabo Frio, porque era o único ponto na parte meridional do país, em que se poderia fabricar sal, e pela proximidade dos maiores mercados consumidores do Brasil. Outro fator determinante para a localização da fábrica no município foi a participação das Forças Armadas na análise do projeto, uma vez que se julgou necessário nas diretrizes fundamentais de uma indústria tão significativa para a economia do país, que não se poderia desprezar o fator de defesa militar. O Estado Maior do Exército foi consultado sobre a localização da fábrica em Cabo Frio não só sob o ponto de vista estratégico, como sob o ponto de vista tático.

Assim, o “*Projeto Cabo Frio*” deveria atender aos seguintes requisitos: construção de uma fábrica de tamanho médio, na qual as despesas gerais não onerassem excessivamente o produto fabricado; destinar essa fábrica especialmente aos consumidores do sul e sudeste e dotar a unidade fabril de meios de transporte adequados para recepção de matérias-primas e para o escoamento e a exportação dos

produtos acabados. A localização seria em um ponto próximo ao distrito de Arraial do Cabo, para facilitar a captação de água do mar para refrigeração. As matérias primas utilizadas seriam as conchas do fundo da Lagoa de Araruama; o sal de uma salina a ser construída pela nova Companhia; a água doce da restinga do subsolo de Cabo Frio, cuja vazão chegava a quatro litros por segundo, a trinta metros de profundidade e o combustível mineral (carvão) da lenha a ser obtida em plantações a serem desenvolvidas ao longo da zona norte da Lagoa, no sentido de obter 400 mil metros cúbicos de lenha por ano, garantidos pela plantação e pelo cultivo de 20 milhões de pés de eucalipto. Nesse sentido, o consumo anual de matérias primas para a fábrica de Cabo Frio seria aproximadamente o seguinte: calcário – 100 mil toneladas; sal – 100 mil toneladas; combustível – 400 mil metros cúbicos de lenha (ou 90 mil de carvão). Um outro fator determinante pelos cálculos da “*Comissão*” seria o baixo valor da mão de obra agregada à produção da fábrica.

A *Comissão*, após equacionar os problemas de natureza econômica, técnica e industrial organizou o anteprojeto e as estimativas de orçamento. O projeto definitivo deveria ficar a cargo de uma firma americana especializada. Assim, presumia-se que em 1945 o projeto já estivesse sendo implantado. A previsão de locação inicial de mão de obra especializada seria de trinta químicos e engenheiros, além de oitocentos a mil trabalhadores. Em face da escassez de formação de técnicos para atuar na fábrica, a *Comissão* sugeriu que a operação do complexo deveria ser entregue durante cinco ou seis anos, para a mesma companhia norte-americana, responsável pela execução do projeto, que enviaria para o Brasil uma mão de obra qualificada para impulsionar a planta industrial. A companhia escolhida treinaria os técnicos brasileiros nos EUA, que gradualmente substituiriam os técnicos norte-americanos que aqui estariam. A

Comissão pensava ser esta uma medida necessária para colocar a fábrica em funcionamento, rapidamente, em estado de satisfatória eficiência.

A escolha recaiu sobre a “*Pittsburgh Plate Glass Company*”, para a qual a *Comissão* apresentou o anteprojeto em 20 de setembro de 1943. A *Pittsburgh Plate Glass Company* comprometer-se-ia a cooperar com a instalação e a operação dos mais recentes melhoramentos introduzidos na indústria de álcalis sódicos norte-americana; a examinar e aprovar os desenhos do construtor; a fiscalizar e aprovar as compras de equipamentos e a preparar técnicos brasileiros para o exercício de cargos executivos iniciais, observadas as restrições de acesso às demais seções da empresa nos Estados Unidos. Os salários dos funcionários americanos, que prestassem serviços no Brasil, seriam da ordem de US\$ 75.000 anuais, ficando por conta da CNA, também, as despesas de mudanças e viagens. A empresa norte-americana seria reembolsada por uma série de despesas, além de receber os seguintes honorários por seus serviços prestados: Cr\$ 40,00 por tonelada de barrilha, pelas primeiras 50.000 produzidas; e Cr\$ 20,00 por tonelada que ultrapassasse essa barreira; e Cr\$ 10,00 por tonelada de cloreto de cálcio.¹⁰⁷ Da mesma forma, a “*Pittsburgh*” fixou os honorários mínimos caso não fossem atingidas as metas de produção fixadas acima: no 1º ano, Cr\$ 1 milhão; no 2º ano, Cr\$ 1.25 milhão; e nos anos subsequentes até o sexto ano, Cr\$ 1.5 milhão. Paralelamente, a “*Pittsburgh Plate Glass Company*” comprometia-se a não concorrer com a CNA, nem como associada a qualquer outro grupo alcalino durante a vigência do contrato, assim como a companhia brasileira comprometia-se a importar

¹⁰⁷ O cloreto de cálcio é um composto químico, um sal que se apresenta em estado sólido e tem aplicações comuns como em salmoura para máquinas de refrigeração e utilização na fabricação de cimento. Pode ser produzido diretamente do calcário ou em grandes quantidades pelo processo Solvay.

da companhia americana, se necessário fosse suprir o mercado nacional de álcalis sódicos.

O conjunto de todos os empreendimentos da CNA – fábrica, salina, plantação e lavra de conchas – estavam orçados em Cr\$ 150 milhões. Os serviços de construção do porto, para torná-lo disponível à CNA; da rodovia e da ferrovia estariam sob responsabilidade dos governos estadual e federal. De fato, o governo estadual, no mandato do interventor Amaral Peixoto começou a criar alguns mecanismos para garantir uma infra-estrutura mínima, necessária à instalação do complexo industrial alcalino em Arraial do Cabo. No jornal “*O Fluminense*”, na sua edição de 01 de agosto de 1945, uma de suas manchetes exaltava a presença do governante fluminense em Cabo Frio, para a inauguração da rodovia que ligava Cabo Frio a Arraial do Cabo, “*libertando economicamente uma importante região do litoral fluminense...*”. Tratava-se, segundo o jornal, de uma estrada de considerável valor econômico, para servir uma zona industrial de grande futuro, v isto que naquela parte do território estadual, está precisamente localizada a importante “*Indústria Nacional de Álcalis*”. A rodovia em questão foi orçada em quase Cr\$ 1 milhão e construída pelo Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Rio, enfrentando sérios obstáculos como os relatados anteriormente. Segundo o periódico, a rodovia representaria uma valorização econômica de 300% para a região.¹⁰⁸ Dois anos antes, na edição de 02 de novembro de 1943, o mesmo jornal mencionara a construção de uma estrada de ferro de 14 km ligando os terrenos da fábrica às salinas e à Lagoa de Araruama, que funcionava como uma extensão da Estrada de Ferro Maricá, que chegaria posteriormente, até Cabo Frio. O jornal exultava pelo fato de “*técnicos*

¹⁰⁸ *O Fluminense*, Niterói, RJ, em 01/08/45, ano 68, nº. 19106 .

Yankees e britânicos que examinaram nos EEUU foram unânimes em concordar com a localização em Cabo Frio”.

Contudo, a expectativa era de que a fábrica pudesse aumentar rapidamente sua produção inicial para satisfazer totalmente o mercado interno, que ficaria dispensado das importações. Para a “*Comissão da Soda*” valeria a pena o sacrifício financeiro para industrializar o país, notadamente em um projeto que marcaria o desenvolvimento da indústria química nacional, dando o mesmo significado que teve para o desenvolvimento industrial do país, a CSN, em Volta Redonda. Nesses termos, a CNA seria parte de uma “*ação fecunda e benéfica*” para o desenvolvimento econômico nacional. Além do mais, o governo estava representado como maior acionista, através do INS, a quem a indústria alcalina deveria ficar subordinada, em função do compromisso da CNA em reverter recursos para os salineiros de todo o Brasil, a serem invertidos em benefícios à assistência social das populações carentes das regiões salineiras.

Apresentada ao IIº Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, no Rio de Janeiro, em 10 de Janeiro de 1946, as conclusões finais da “*Comissão*” sugeriam a associação do Estado com a iniciativa privada no investimento. Assim, caberia ao governo o compromisso de instalar o parque fabril em Cabo Frio, com o intuito de garantir o interesse nacional em um projeto dessa natureza. Também foi atribuição da “*Comissão da Soda*” instituir para acompanhar o “*Projeto Cabo Frio*”, um “*Conselho Técnico Econômico*” formado por Fernando Falcão (Presidente), Walter Gosling, Gileno Decarli, Francisco Menescal, José Veras Marques, Abel Ribeiro Filho e Mário da Silva Pinto. Ao referido Conselho coube dimensionar os investimentos necessários e coordenar as negociações nos Estados Unidos, sob supervisão de Walter Gosling,

inclusive, um financiamento de US\$ 7,5 milhões, com juros de 3,5% a.a., amortizável em 13 anos, a ser realizado junto ao Eximbank. Para a “*Comissão da Soda*” seriam condições excepcionalmente favoráveis. Assim sendo, os custos para montar a CNA estavam distribuídos da seguinte forma: os investimentos brasileiros totalizariam US\$ 5 milhões (edifícios, salinas e produção de sal, estradas de ferro, estradas de rodagem, habitações e o porto), enquanto os investimentos norte-americanos seriam da ordem de US\$ 10 milhões (serviços de projeto de campo, supervisão da operação da usina, direção da produção, por um ano, custo de todas as máquinas e equipamentos, além do transporte marítimo, frete ferroviário e seguro de todas as máquinas importadas dos Estados Unidos).

Portanto, o “*Projeto Cabo Frio*” que tentava viabilizar a construção da CNA, mostrava-se claramente inserido nos aspectos que norteavam um projeto industrializante. A implantação dessa unidade industrial, idealizada pelo Estado, tentava dotar a economia nacional de indústrias de base, em um país sem tradição na produção de produtos químicos. Entretanto, o projeto de implantação arrastou-se por longo tempo. Os investimentos norte-americanos não se materializaram, assim como não houve grande interesse de empresas privadas nacionais de participarem da implantação da CNA. Somente mais tarde, dez anos depois, em 06 de novembro de 1953, seriam assinados os contratos com as empresas francesas “*Société Krebs*”, de Neuilly-sur-Senne, e com a “*Comptoir Industriel et Agricole de Vente a l’Etranger – CIAVE*”, de Paris, com o aporte de capitais estatais e internacionais.¹⁰⁹

¹⁰⁹ *Álcalis: bases do progresso*. Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Álcalis, s/d (impresso pela empresa na década de 1960) – acervo industrial.

Mesmo sem produzir absolutamente nada, a CNA estava constituída e mantinha uma diretoria ativa. Em 28 de Janeiro de 1948, tomara posse a segunda diretoria da CNA, para "gerir" a empresa até 1952. Dessa diretoria fazia parte, José Gomes da Silva, Presidente; Ubaldo Lobo, tesoureiro e o coronel Berilo da Fonseca Neves, Diretor de Material, reconduzido ao cargo. Alguns dias antes, em 21 de Janeiro, a 2ª AGE-Assembléia Geral Extraordinária da CNA aumentou seu capital de NCr\$ 50mil, para NCr\$ 100 mil. Quase dois anos depois, enquanto o governo continuava tentando resolver os impasses no projeto inicial, o presidente da empresa renunciou, em 29 de dezembro de 1949, assumindo o cargo, o tenente-coronel Alfredo Bruno Gomes Martins, que se manteria por longo tempo na direção da CNA, por doze anos. Possivelmente, Alfredo Bruno tenha sido confirmado no cargo pelo presidente Dutra, em função do seu extenso relatório apresentado no mesmo ano de sua nomeação para o mais alto cargo da CNA, reintroduzindo o projeto original com significativas mudanças. Mesmo sem conseguir levar adiante o projeto original, a CNA estabeleceu-se como uma pessoa jurídica de capitais públicos e privados, prevalecendo o primeiro. Na Assembléia Geral Extraordinária citada anteriormente, dos quinhentos principais acionistas, apareciam em destaque salicultores e representantes de outros setores industriais que dependiam de álcalis sódicos para processamento de suas indústrias, como a indústria vidreira, com a participação da Companhia Vidreira do Brasil, COVIDRO; da Indústria Paulista de Vidro Plano e da Companhia Vidreira Santa Marina. Todas as três empresas eram cotistas da CNA, desde a sua criação, e antes da década de 1950, foram fundidas em uma só empresa, que formaria as Indústrias Reunidas Vidrobras Ltda. – VIDROBRAS, sob controle de Sebastião Paes de

Almeida. A indústria de vidros seria a principal consumidora de barrilha no Brasil, tendo recaído sobre ela, acusações pelo insucesso da indústria de álcalis, até 1964,

**QUADRO DOS PRINCIPAIS ACIONISTAS DA
COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS,
QUANDO DA SUA CONSTITUIÇÃO**

Nome do Acionista	Quant. de ações
Instituto Nacional do Sal	34.675
Refinadora Paulista	877
Instituto de Resseguros do Brasil	877
Companhia Vidreira do Brasil	877
Banco Hipotecário Lar Brasileiro	877
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo	827
Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida	439
Sul América Capitalização	439
Companhia Seguros Aliança da Bahia	439
Joaquim Cipriano de Camargo	351
Moinho Santista	350
Indústria Paulista de Vidro Plano	219
Companhia Vidreira Santa Marina	219
Salinas Pereira Bastos	200
Vicente José Tertuliano Fernandes	200
Companhia Salinas de Margarida S/A	179

Mesbla S/A	175
Isaac Benaion Sabba	175
Geraldo Ildefonso Mascarenhas da Silva	175
Francisco Castro Silva	175
Francis Walter Hime	175
Companhia Química Rodhia Brasileira	175
Companhia Nacional de Navegação Costeira	175
Antenor Saliaterra Dutra	113
Companhia Eletroquímica Fluminense	88

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS. Indústria de Carbonato e Hidróxido de Sódio. Rio de Janeiro, 1948, 56 páginas. Biblioteca Nacional.

Idas e vindas de um projeto.

Insistentemente, nos últimos anos da década de 1940, jornais especializados cobravam uma solução para o caso da CNA, em um abundante conjunto de relatórios, análises, discursos, entrevistas, que não permitiam que o “*Projeto Cabo Frio*” caísse em esquecimento. Em 1948, portanto seis anos passados do início da elaboração do projeto e cinco da sua aprovação e criação da CNA o artigo “*Capítulo da Indústria Básica – Background da Alcalis*”, de Armando Falcão, publicado no “*O Observador Econômico e Financeiro*” alertava para o fato de que o Brasil vinha deixando evadir para o estrangeiro uma soma de Cr\$ 371 milhões, 50% do montante necessário para abrir a fábrica de soda, com capacidade de produzir cinquenta mil toneladas de barrilha e de soda cáustica. Este seria o volume de recursos que o Brasil vinha gastando com a importação desses produtos. Portanto, tornava-se urgente fabricá-los

no país, garantia de uma “*economia verdadeiramente emancipada*”, assim como da segurança e da defesa do país, que estariam comprometidas sem a liberação da importação de álcalis. Esse seria o passo fundamental para o desenvolvimento de uma indústria química, iniciada a partir do governo Vargas, quando se fundou a CNA. Entretanto, ficava claro que sem o patrocínio direto, e sem o apoio integral do poder público, jamais seria possível fabricar álcalis no Brasil, em larga escala.¹¹⁰ O fato de que até aquela data não ter sido possível à iniciativa privada construir um empreendimento de tal envergadura, acentuou ainda mais a necessidade da montagem da CNA ficar a cargo da iniciativa estatal.

Enquanto isso, Arraial do Cabo transformava-se em um canteiro de obras experimental para a construção da CNA, em um laboratório para atender às futuras solicitações da engenharia, destinados aos ensaios e às experiências sobre as matérias-primas, os combustíveis e as águas doce e do mar, além das sondagens geológicas. Avançava-se na construção de alojamentos e do porto. Enquanto isso prosseguiram os estudos das contrapropostas norte-americanas para as obras de instalação da fábrica.

Antes de assumir a presidência da empresa em 1949, o então major Alfredo Bruno Gomes Martins, ao ocupar o cargo de Superintendente Técnico da Companhia Nacional de Álcalis, publicou no “*O Observador Econômico e Financeiro*”, em abril daquele ano, um extenso relatório que pode ser considerado um termômetro dos entraves que representavam o “*Projeto Cabo Frio*” para a instalação do complexo CNA¹¹¹. O relatório voltava a enfatizar a suma importância da instalação da indústria de álcalis sódicos no país, fato que deveria merecer uma maior destaque do governo.

¹¹⁰ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XIII, número 154, de novembro de 1948.

¹¹¹ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, abril de 1949, ano XIV, número 159.

O mesmo major engenheiro Alfredo Bruno assumiria, pela primeira vez, a presidência da empresa em 29 de dezembro de 1949, com a patente de tenente-coronel. A Superintendência Técnica fora criada em 1948 após uma profunda remodelação administrativa sofrida pela empresa, para substituir o Conselho Técnico pela Superintendência Técnica. O Conselho, por estar sediado no Rio de Janeiro, muitas vezes não acompanhava, a contento, a situação real da montagem da empresa em Arraial do Cabo, falo de laboratórios e barracões. O fato era que seus membros, por exercerem atividades diversas, alheias à CNA, não se dedicavam integralmente aos pesados encargos relativos ao planejamento da fábrica. Da mesma forma, Alfredo Bruno, criticava o Departamento Técnico por não ser dotado de um quadro “*cem por cento seu*”. Por fim, queixava-se que Cabo Frio não tinha autonomia para deliberar ou alterar pequenos detalhes do projeto, face às experiências que vinham sendo feitas, ficando sempre na dependência da sede. Não havia um contato mais íntimo entre o Conselho e a Diretoria, portanto o Conselho Técnico não poderia acompanhar a execução dos trabalhos com maiores detalhes. Nesse sentido, a empresa criou em maio de 1948, a Superintendência Técnica para estudar, projetar e dirigir os trabalhos experimentais, definindo que o Superintendente teria funções centralizadoras e decisórias, sendo o responsável pelos sucessos e fracassos da parte técnica. Sua sede foi fixada em Cabo Frio, o que possibilitaria o acompanhamento diário e a coleta de informações mais precisas.

Entre as idas e vindas do pedido de financiamento ao Eximbank, pode-se observar como os norte-americanos estavam extremamente indispostos em disponibilizar os recursos para a implementação do projeto. A CNA teria que enfrentar duríssimas provas para conseguir os recursos, até porque o banco não

manifestava o menor interesse em concedê-los em face das repetidas e profundas exigências que a instituição financeira impunha à operação. O Eximbank requisitou informações minuciosas e complexas no tocante a cada um dos dados sobre a implantação da indústria de álcalis sódicos no Brasil. Finalmente, após um ano de exaustivo reestudo, o banco deferiu o pedido da CNA e concedeu um financiamento no valor de Cr\$ 150 milhões, a juros de 3,5% a.a., para pagamento em um prazo de dez anos. Dentre as vantagens asseguradas à CNA por esse empréstimo, cabe destacar aquela pela qual a contabilização dos gastos e das inversões a serem realizadas com recursos internos, o que garantiria, por compensação, uma “*economia*” de Cr\$ 61 milhões, decorrente da diferença de encargos, principalmente de juros, entre o empréstimo que a empresa pretendeu obter, inicialmente do Banco do Brasil, e o que conseguiu obter do Eximbank. Também cabe registrar que depois de concedido o empréstimo pelo banco, a firma americana “*Fraser Brace Engineering Co.*” conseguiu permissão para utilização dos processos e dos técnicos da “*Yungli Chemical Industries*”, empresa que não pertencia ao truste mundial da soda. Ficou previsto que os dispêndios a serem realizados com a “*Yungli*”, para o pagamento dos “*royalties*”, chegariam ao valor de US\$ 110 mil, a ser pago em três parcelas, antes do início do funcionamento da fábrica de Arraial do Cabo, cuja montagem e operação ficariam sob a responsabilidade da “*Yungli*”, durante os dez anos correspondentes ao prazo do financiamento, tempo “*necessário e suficiente*” para o perfeito treinamento dos técnicos brasileiros. A “*Fraser*”, em cooperação com a “*Yungli*”, ao projetarem e ao instalarem a fábrica de Arraial do Cabo assumiriam três importantes compromissos perante a CNA e ao Eximbank: a produção das quantidades mínimas de barrilha e soda cáustica previstas nos estudos anteriores; ótima qualidade na elaboração dos dois

referidos produtos, referenciado nos similares fabricados em outros países e a garantia de custos de produção em função dos preços e qualidades das matérias-primas.

O empréstimo proposto pelos norte-americanos para ser concedido à CNA, nas condições acima expostas, fora deferido desde 1947. Ainda assim, a concretização da operação estava dependendo do preenchimento de duas formalidades essenciais, para ser previamente submetido ao governo brasileiro e por esse expressamente aceitas: a concessão do aval do Banco do Brasil e o aumento do capital social da CNA, de Cr\$ 50 milhões para Cr\$ 100 milhões. A CNA movimentou-se imediatamente, no sentido de obter a pronta satisfação do acordo, para assinar o contrato com o Eximbank, fato que não se realizou, pois embora aprovado pela instituição de crédito norte-americana, o processo continha exigências. Nessa mesma época, quase toda a diretoria foi substituída.¹¹² Mais uma vez prolongava-se a instalação da fábrica.

Toda a preocupação do major-engenheiro Alfredo Bruno estava relacionada ao insucesso do plano remetido anteriormente ao Eximbank. O “*Projeto Cabo Frio*” que foi elaborado e remetido às firmas americanas e ao banco, conjuntamente com os pareceres técnicos, fora aceito com reservas. Várias dúvidas foram suscitadas, tais como às relativas à água doce e ao calcário. As objeções figuravam na minuta do contrato e foram, também, transmitidas a CNA pelas empresas norte-americanas, dizia o relatório do Superintendente. Portanto, o trabalho a que se dedicava o engenheiro militar, era criticar o relatório original do “*Projeto Cabo Frio*” e atualizá-lo, para elaborar um novo planejamento para a fábrica; rever as especificações e preparar a documentação básica necessária à comprovação perante o banco e às empresas norte-

¹¹² *Idem*

americanas que participariam do projeto, da viabilidade da instalação da fábrica de Cabo Frio. Por isso, segundo o major Alfredo Bruno, tratava-se de um

*“documento indispensável à compreensão do problema da soda cáustica, como no Brasil se apresenta, sua leitura seria útil não só aos técnicos nacionais, mas, por igual, a todos que se interessam pelo progresso da nação, especialmente os que, direta ou indiretamente, têm contribuído para a realização dos objetivos da Companhia Nacional de Álcalis.”*¹¹³

Dessa forma, tomando como base as observações e os obstáculos referenciados pelo Eximbank, foram considerados prioritários, os assuntos relativos à matéria prima, à localização das instalações da fábrica, e à produção e exportação dos produtos fabricados. O plano de trabalho visava à determinação de todos os dados necessários para orientar as soluções mais acertadas. Do programa constavam os seguintes itens: o estudo das matérias primas sob o ponto de vista da quantidade, qualidade e preço de custo posto na fábrica; estudo e localização das fontes fornecedoras das matérias primas, meios de transporte e local de importação e exportação dos produtos acabados; estudo topográfico do terreno, acompanhado pela mecânica do solo, para melhor edificação das várias instalações da fábrica; regiões de lavra; meios de transporte; vila operária e revisão das especificações para concorrência entre firmas nacionais e americanas. Toda a base de dados tinha a data de 31 de dezembro de 1948, como referência.

Quanto às matérias primas, o relatório enfatizava que a indústria de soda cáustica e da barrilha requeria insumos de excelente qualidade e a baixo preço de

¹¹³ Idem.

custo, pois, tanto a soda cáustica quanto a barrilha eram produtos que sofriam conseqüências da grande competição internacional. Uma indústria de base deveria ter uma perfeita adequação das suas matérias primas e de suas fontes de abastecimento. Por isso, era importante dimensionar exatamente a quantidade economicamente viável das jazidas; a qualidade do produto quando em lavra industrial e o preço de custo, sempre que possível, testado experimentalmente, ou por comparação com lavras congêneres.

Quanto ao sal, a questão era complexa, pela necessidade de um produto puro e barato. Dois métodos de extração seriam viáveis; o primeiro, pelo processo natural já utilizado pelas salinas da região, valendo-se das condições meteorológicas, o que seria mais oneroso. O segundo seria o mais plausível, em função dos experimentos realizados, que consistia na evaporação prévia dos marméis¹¹⁴, até o limite de 25° *baumé*,¹¹⁵ fazendo-se a cristalização por evaporação a vácuo. A redução do período de concentração em relação ao necessário à cristalização permitiria melhor aproveitamento das condições meteorológicas locais, resultando melhor rendimento dos concentradores, com uma ampla redução de custos. Para tanto, seria necessária, a construção de concentradores, seguido da construção de unidades evaporadoras a vácuo, não obstante estudos mais aprofundados sobre as variações meteorológicas locais. O aumento do potencial da produção de sal seria, em parte, resolvido pela reestruturação da produção da Companhia Salinas Perynas e, também, pela construção da Refinaria Nacional de Sal, as duas empresas localizadas em Cabo Frio. Todos esses detalhes técnicos exigiam a elaboração de um cuidadoso programa inicial, com a

¹¹⁴ Tanques de água salgada.

¹¹⁵ *Graus de Baumé* é uma escala hidrométrica criada pelo farmacêutico francês Antoine Baumé, em 1768 para medição de densidade dos líquidos.

criação de um conjunto formado por uma salina experimental, uma estação e um posto meteorológico. Para esses experimentos meteorológicos seria solicitada a cooperação do Serviço Nacional de Meteorologia. A Companhia Salinas Perynas foi a escolhida para a realização dos testes, no entanto, não seria possível uma observação de longo prazo superior a três anos, dado o período já despendido desde a criação da Companhia, em 1943, cuja instalação não poderia ser mais prorrogada, estabelecendo-se um prazo de seis meses para análise dos experimentos. Depois dos estudos chegou-se a conclusão que se podia garantir a quantidade de sal necessária à fabricação dos álcalis.

Tratando-se do calcário, o documento mencionava que o Eximbank levantou objeções ao calcário conchífero e exigiu que se provasse a existência desse minério em quantidade suficiente, economicamente utilizável, dúvida que seria plausível, uma vez que deveria ser desconsiderado o volume de argila e utilizados apenas as conchas. Embora, desde 1928, alguns trabalhos apresentassem aspectos positivos quanto ao manancial conchífero da lagoa e pelos usos da indústria de cimento, testes efetuados entre 1947 e 1948 confirmavam o volume expressivo nas jazidas de calcário, faltando ainda definir o teor do minério. Estimava-se, por fim, sem ter que recorrer a escavações profundas na Lagoa de Araruama, um volume de reserva conchífera superior a oito milhões de toneladas. A única fonte de calcário na região era a Lagoa. Fora isso, a outra jazida estava localizada em Campos dos Goitacazes em quantidades e qualidade ótimas, embora distante em mais de 200 km de Cabo Frio. Em função da distância, tornar-se-ia antieconômico transportá-lo, a não ser se fosse reativado o canal Macaé-Campos, uma possibilidade remota, uma vez que o canal tornou-se inativo, anos depois da sua inauguração, no século XIX.

Em relação ao combustível que seria utilizado nas caldeiras e nos fornos de calcário – o carvão e a lenha – haveria a necessidade de constituir uma reserva extrativista florestal de 28 milhões de pés de eucaliptos e transportá-los em distâncias superiores a 30 km, para o preparo da lenha e do abastecimento das caldeiras. No entanto, a opção mais sensata seria o emprego de óleo combustível.

“Finalmente, a solução que parece ser a mais plausível é a seguinte: óleo para caldeiras e calcário, com as seguintes variantes: lenha oriunda de pequena reserva florestal para dois anos, no máximo, de funcionamento, para fazer face a escassez de óleo, em caso de guerra, e carvão de madeira para a calcinação do calcário.”¹¹⁶

Outro ponto fortemente objetado pelo Eximbank era a água doce. O corpo de engenheiros do banco era unânime quanto ao receio do salgamento ou à conseqüente redução do volume de água doce para evitá-lo. O volume de água que o “*Projeto Cabo Frio*” teria informado ao banco, 20 milhões de litros/dia, não foi confirmado pelo Escritório Saturnino Brito, no Rio de Janeiro, que apostou na capacidade do lençol freático fornecer apenas 10 milhões de litros/dia. Esse volume era considerado insuficiente pela empresa americana “*Ferguson e Mc Kee*”, que pedia no mínimo 15 milhões de litros/dia para a produção de 150 toneladas/dia de álcalis. Portanto, duas soluções seriam estudadas: a primeira consistia em determinar experimentalmente o volume provável que poderá ser aduzido do lençol freático, reforçado pelo aumento da área captante ou pela construção de uma bateria próxima ao Porto do Carro; a segunda, na adução no rio Bacaxá, partindo da proximidade da Lagoa de Juturnaíba. Essa

¹¹⁶ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, abril de 1959, ano XIV, nº 159 – acervo FBN.

solução, embora mais cara, não limitaria o volume a ser aduzido, porque o rio tinha capacidade para uma vazão de $2\text{m}^3/\text{segundo}$ na estiagem, evitando o risco de salgamento no processo de produção alcalino. Nesse caso também não haveria necessidade de barragens e as obras de captação de água seriam de pequena monta, mas, de uma forma geral, o processo teria um custo elevado. As duas soluções deveriam ser analisadas convenientemente, para decidir qual delas utilizar.

No que concerne à água proveniente do mar, para resfriamento das máquinas, organizou-se uma equipe para levantamento dos dados. Primeiramente, montou-se um ponto de observação na Prainha, de acordo com as instruções baixadas em março de 1948. Os resultados eram desanimadores, com temperaturas de no mínimo 26°C . Explorou-se, então, um local chamado Ponta da Cabeça, na Praia Grande, e depois um trecho do costão em frente à Ilha dos Franceses. Felizmente deparou-se com uma enorme corrente de água fria oscilando entre 13°C e 17°C . Havia, porém, um detalhe: a região era rica em algas, e para não obstruir os encanamentos seria necessário um processo de filtração.

A Superintendência Técnica, então, procedeu à atualização de todos os dados que justificavam a viabilidade do “*Projeto Cabo Frio*”, bem como contestou as especulações apontadas pelo Eximbank e pelas empresas americanas. Reexaminado o projeto, dadas as possibilidades concretas que a região oferecia, julgou-se acertado fazer um novo planejamento, incluindo outros aspectos relevantes além daqueles mencionados anteriormente, como o levantamento topográfico e o estudo de mecânica do solo, para a construção dos edifícios pesados. Revelou-se, então, a necessidade da alteração quase que radical, no que se refere à localização das instalações. A elaboração do novo planejamento deveria atentar para a adequação do solo e os custos

das obras de engenharia civil; da fixação de locais de obtenção da matéria prima e os meios de transporte e a proteção possível, em caso de guerra. Registra-se aí, pela segunda vez, a referência ao temor de um possível conflito armado, certamente pela proximidade de duas guerras mundiais. Portanto, ficavam evidentes os interesses militares em um projeto de construção de uma indústria de base, cujos produtos seriam utilizados na fabricação de artefatos bélicos. Nas suas considerações finais, o relatório do Superintendente Técnico, major Alfredo Bruno Gomes Martins, de 12 de março de 1949, publicado no “*O Observador Econômico e Financeiro*”, deixava claro que a construção da CNA deveria estar subordinada às estratégias militares, associadas ao problema da segurança nacional, entendido como fator determinante à industrialização:

*“Não se vê nesta Superintendência óbices irremovíveis a realização de tão vital problema para a nossa indústria da paz. Se essa razão não fosse o bastante para justificá-la, as de segurança nacional mormente no local escolhido – a importariam a qualquer patriota. ... Ninguém ignora hoje o preponderante papel dos plásticos nos artefatos de guerra. Não é possível substituir-se as sedas artificiais pelo natural diante do excessivo consumo em período de hostilidades. O vidro é material estratégico, porém, hoje, há tendências de substituí-lo pelos plásticos Vários outros produtos básicos à indústria militar dependem dessa indústria. Retardar sua instalação ou delegar seu controle exclusivo à atividade particular estrangeira ou não, é perigoso. A exemplo da siderurgia, a indústria de álcalis é vital à defesa do país. ...Defendemos o país construindo na paz os elementos de sua defesa, pois só assim diminuiremos os perigos da guerra”.*¹¹⁷

¹¹⁷ Idem.

Dessa maneira, um novo planejamento alterava as bases do projeto inicial em vários pontos, visando melhorar os fatores de produção sob o ponto de vista econômico. As alterações principais seriam: dobrar a produção de barrilha para 100 mil toneladas, mantendo a de soda cáustica em 50 mil toneladas; concentrar águas da Lagoa de Araruama em concentradores solares e cristalizar o sal no vácuo; lançar mão da parte economicamente utilizável do calcário; utilizar combustível vegetal ou óleo combustível na falta daquele, atentando para a disponibilidade da reserva florestal em no máximo dois anos; ficando ainda pendente de estudos mais convincentes a exploração dos mananciais de água doce. Além da barrilha e da soda cáustica, a fábrica deveria produzir os seguintes subprodutos: gesso, cloreto de cálcio em pequena quantidade; sais de cálcio, de potássio e de bromo extraídos das águas mães resultante da fabricação de sal em vácuo. Por fim, as matérias primas seriam transportadas da seguinte forma: o calcário (conchas), em balsas sobre a Lagoa de Araruama, até o forno de calcificação, localizado na fábrica; a lenha, da mesma forma e os produtos acabados, por *Cable Way* até o ponto de carregamento mecânico para os navios, no Porto do Forno. Resumindo, o planejamento geral reelaborado, definia a localização da fábrica ao norte do Morro da Bela Vista; a tomada da água fria na Ponta da Cabeça, a uma distância de 1700 metros aproximadamente; os marméis na Praia do Sudoeste; os concentradores próximos à fábrica e à Praia Grande; a construção de um canal paralelo à Praia Grande, ligando a Lagoa à fábrica; de reservatórios de óleo e água doce, nas elevações de Bela Vista; dos filtros de água de resfriamento, no Morro da Bela Vista; da vila operária na região do Miranda; do porto na enseada do Anjo; da área de captação da água doce na restinga, conforme projeto elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito ou pela adução no rio Bacaxá, cuja estação de tratamento dependia

da decisão sobre a adutora; a barragem de acumulação de salmoura concentrada, próxima ao Morro da Bela Vista e o “*Cable Way*” ligando os silos e os depósitos da fábrica ao porto. Os resultados desses estudos procuravam desfazer os argumentos e as críticas apresentadas pelo Eximbank e pelas empresas norte-americanas ao “*Projeto Cabo Frio*”, de 1943. O relatório detalhado de Alfredo Bruno, em cinco volumes, encontrava várias soluções e redefinia as possibilidades de montagem e instalação da CNA.

As notícias sobre a construção da CNA freqüentavam assiduamente os jornais, enfatizando a importância de uma indústria nacional de base sob intervenção do Estado, para a produção de álcalis sódicos no país. No ano de 1950, o general Bruno voltou à carga, ao reafirmar que os estudos feitos e revistos, não deveriam causar receios à concorrência nacional e estrangeira: “*Se há tão promissoras perspectivas, por que não iniciamos as obras?*” Para Alfredo Bruno, outros interesses impediam o avanço da CNA, dado que o Presidente Dutra “*vinha sendo influenciado por maus brasileiros aliados a interesses outros, têm procurado dificultar sua realização, recorrendo ao processo de resistência passiva do descrédito, fazendo declarações levianas no tocante às bases técnicas e econômicas*”.¹¹⁸ As questões colocadas pelo engenheiro militar reavivavam o pensamento de duas correntes que debatiam de longa data a necessidade ou não de uma indústria alcalina no Brasil: uma que afirmava que devíamos importar os álcalis, porque o Brasil não dispunha de matérias primas para fabricá-los, além de ser uma indústria com monopólio técnico dos grandes fabricantes mundiais; a outra corrente defendia que devíamos fabricá-los, sim, porque as indústrias

¹¹⁸ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, junho de 1950 – ano XV, nº 173, pp. 105 – 113, acervo FBN.

brasileiras estão se desenvolvendo, exigindo, em consequência, farto abastecimento de álcalis sódicos e, porque havia, sim, matérias-primas suficientes, bastando contratar a tecnologia necessária

“Construindo-se a Álcalis em Cabo Frio, fundaremos um centro químico de primeira grandeza, porque, lá teremos a barrilha, a soda cáustica, o gesso, o cloreto de potássio, o magnésio, a cal, os sais de bromo e sal a baixo preço. Conta, ainda, essa localidade, com sílica de ótima qualidade, sendo, por isso, o local mais indicado para a indústria pesada de artefatos de vidro.... Com a Álcalis funcionando teremos, na referida região salineira, um porto para doze metros de calado, água doce em abundância, energia produzida a baixíssimo preço nas usinas de sal, água fria a baixo preço, ligação rodoviária, ferroviária e marítima com os vários centros consumidores. Clima ameno, devido à influência dessa corrente fria. Terreno ótimo, areia permitindo, pelo menos, 3kg/cm2 de taxa de trabalho. ... Nada falta, pois, a Cabo Frio, senão força de vontade e apoio moral de todos os que acreditam no progresso industrial de nossa pátria.”¹¹⁹

A criação do parque industrial da Região dos Lagos fluminense também estava na dependência da remodelação da estrutura do transporte ferroviário. Para que a produção chegasse aos estados limítrofes, a região deveria ser coberta por uma malha ferroviária mais robusta, o que não era o caso da Estrada de Ferro Maricá, que até então ligava Niterói a Saquarema e, que, posteriormente, chegaria a Cabo Frio. Para além desse trecho a CNA propunha a extensão do ramal até a estação da Leopoldina Railway, em Rio Dourado, no ramal Campos – Rio/Niterói. O objetivo principal era cobrir a distância entre a Região dos Lagos e os entroncamentos ferroviários que se

¹¹⁹ Idem.

destinavam ao interior e a outras regiões do país. Os mais importantes desses entroncamentos seriam os de Silva Jardim, Visconde de Itaboraí e Saquarema. Por essa via escoaria o sal para consumo doméstico e para alimentar o gado nos mercados do interior, além do gesso para as fábricas de cimento; os sais de potássio; e da cal, para utilização na agricultura, além da barrilha e da soda cáustica para fábricas localizadas nos grandes centros do país.

“*Se há perspectivas promissoras, por que não se iniciavam as obras?*” Essa era uma pergunta frequente a partir de 1943. A resposta não eximia a responsabilidade do Estado, apesar dos argumentos de que o governo vinha fazendo esforços, principalmente no empenho do presidente Dutra e do governador Edmundo de Macedo Soares. Em 1949 as importações chegavam a 60 mil t. de soda cáustica e 40 mil t. de barrilha, com previsões de aumento desses números em 50%, em um prazo de seis anos, por isso a necessidade urgente de uma planta industrial que ampliasse a produção para 200 e 100 mil toneladas respectivamente. Assim, o tempo decorrido do projeto inicial, ganhava um incremento na produção que ampliava a capacidade original da fábrica. No mesmo ano, o preço da barrilha no Rio de Janeiro chegava a Cr\$ 1.648,00 por tonelada, enquanto a soda cáustica ficava em Cr\$ 3.411,00. A receita estimada pelo projeto ficaria entre Cr\$ 2.500,00 / 2.350,00 para a tonelada da soda cáustica e Cr\$ 1.400,00 / 1.200,00 para a barrilha.¹²⁰

O retorno de Vargas ao poder, representaria uma retomada do projeto de realização da CNA. A Lei 1491, de 12 de dezembro de 1951 alterou a estrutura da empresa facilitando a obtenção de financiamento externo, ao delegar ao Ministério da

¹²⁰*O Observador Econômico Financeiro*, Rio de Janeiro, junho de 1950, ano XV, nº 173 – pp. 105/113. Acervo FBN

Fazenda e à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – COMBEU –, o poder de adquirir, integralizar e subscrever, através do Tesouro Nacional, ações da CNA e dar garantia aos empréstimos que viessem a ser concedidos para a instalação da fábrica. Vargas ainda determinaria que a Comissão de Desenvolvimento Industrial, estimulasse o surgimento de outras indústrias privadas na área de álcalis, tal era a necessidade de produzir barrilha e soda cáustica no país. O consumo de barrilha em 1951 havia superado o de 1949 em 50%, de onde se deduz os avanços do Brasil no processo de industrialização. Dessa maneira, as projeções definidas pela Assembléia Geral Ordinária realizada pela empresa, em abril de 1951 foram alteradas para 100 mil t/ano de barrilha; 20 mil t/a de soda cáustica e 22 mil t/ano de gesso.¹²¹ Mesmo antes de iniciada a produção, decidiu-se por uma revisão substancial, para baixo, na quantidade projetada de soda cáustica, dado o aumento da demanda pela barrilha, uma vez que dessa, originava-se a soda. Mais adiante, vamos abordar como Vargas retomaria o projeto da CNA.

A 4ª diretoria da CNA para o quadriênio 1952/56 seria eleita em 18 de março de 1952, composta pelo mesmo tenente-coronel Alfredo Bruno Martins, mantido na presidência pelo coronel. Berilo da Fonseca Neves, mantido mais uma vez na Divisão de Material; por Carlos Vaiana Guilhon, diretor de Produção e por Mário Sales, diretor Financeiro, ligado ao grupo Henrique Lage. Em 17 de março de 1953, o diretor Financeiro renunciou, sendo substituído por Rodolfo Marques da Cunha. Os afastamentos na CNA, mesmo antes do período da sua instalação ocorriam quase sempre na área de finanças (tesouraria ou diretoria financeira). Tal recorrência nos leva a interrogar sobre as possíveis dificuldades de controlar as demandas e os recursos

¹²¹ NUNES, Carlos Luís, op.cit. p. 35-37.

financeiros de uma empresa, que possuía uma diretoria e centenas de empregados, há mais de dez anos, mas ainda não produzia absolutamente nada: “*quase dez anos já tinha se passado*” e tudo parecia ainda um “*sonho irrealizável*”.

O fato é que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no seu relatório de nº. 7, já tinha se rendido ao “*total desinteresse*” da iniciativa privada norte-americana, na produção de álcalis no Brasil. Além do mais, a simpatia demonstrada pelo governo anterior, do presidente Dutra, à participação da iniciativa privada na produção de álcalis, estabeleceu uma contradição com o relatório do general Alfredo Bruno, de 1949, expressão do sentimento nacionalista militar, na defesa de estratégias de segurança nacional em determinados empreendimentos industriais, principalmente nas indústrias de base, que deveriam ser sustentados por fundos públicos. Dessa forma, as exigências norte-americanas arruinaram as expectativas iniciais.

2.2 – Intervenção do Estado na economia.

Diversos setores da sociedade brasileira defendiam a intervenção estatal, notadamente a partir dos anos 50 como forma de acelerar a industrialização nos países de capitalismo tardio. O programa industrialista implicava a participação de diversos atores no jogo político, inclusive a própria classe industrial. Nesse sentido, a contribuição de alguns órgãos especializados da imprensa, em uma determinada conjuntura, é fundamental para observarmos o debate em torno de temas representativos de interesses políticos e econômicos específicos, a partir de representantes de certos setores da sociedade. Para o período em tela, o debate sobre

os limites da intervenção do Estado na economia ganhara amplo espaço em dois periódicos. Um debate determinado pelo pós-guerra que apontava os dilemas da industrialização como superação do atraso e da pobreza em países subdesenvolvidos. Um debate com um significado mais forte ainda, pois envolvia as contradições entre o capitalismo e o socialismo. Tomamos uma série de textos publicados no “*Digesto Econômico*” e no “*Observador Econômico e Financeiro*”, a maior parte no período 50/60, o último anos marcado pela inauguração do “*grupo da barrilha*”, na CNA, que marca efetivamente a fase produtiva da empresa.

O “*Digesto Econômico*” publicou uma série de artigos, sobre a temática, produzidos por articulistas, a maioria deles economistas, políticos, militares, professores, entre outros. O “*Digesto*” era uma publicação da Associação Comercial de São Paulo, dirigido por Rui Blóem, Rui Fonseca e Rui Nogueira Martins e praticava uma linha que colocava em destaque ora opiniões convergentes ora opiniões divergentes. Uma parte das reflexões apresentadas aqui, com base nas publicações do “*Digesto Econômico*”, foi extraída de algumas reuniões extraordinárias do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Segundo Nelson Werneck Sodré, tratava-se de um tipo de publicação que atendia ao restabelecimento do interesse pelo estudo de temas nacionais, notadamente econômicos. Esses jornais e revistas especializadas possibilitavam a publicação de artigos produzidos por correntes de opiniões divergentes das forças dominantes, de expressarem suas críticas em semanários e mensários, de circulação reduzida. Ao lado do *Digesto Econômico* e do “*Observador Econômico e Financeiro*” surgiram, segundo Sodré, outras revistas especializadas em economia, como “*Conjuntura Econômica*”; “*Desenvolvimento e Conjuntura*”, “*Revista do Conselho Nacional de Economia*” e

“*Carta Mensal*”, da Confederação Nacional do Comércio, além da revista comunista “*Problemas*”.¹²² O “*Observador Econômico e Financeiro*” era editado no Rio de Janeiro, desde 1936. Suas referências à Alcalis são constantes no período 1943/64, especialmente na luta pela realização do projeto e suas páginas não dão tréguas na defesa da intervenção estatal para a construção da empresa. Contudo, o espaço destinado pelo “*Digesto*”, a discussão sobre as questões relativas ao intervencionismo era bem mais representativa do que aquele destinado pelo “*Observador Econômico e Financeiro*”. O “*Observador*” era uma revista editada por Valentin Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e dirigida por Olimpio Guilherme que, ocupara a presidência do Conselho Nacional de Imprensa e um dos diretores do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.¹²³ O padrão do “*Observador*” era a revista norte-americana “*Fortune*”.

Digesto Econômico

Os termos mais utilizados para tratar da intervenção do Estado na economia eram: dirigismo econômico, planificação ou economia dirigida. Fosse o termo que fosse, para o articulista, a perspectiva seria de uma aproximação com o socialismo real. Nesse sentido, o debate não conseguiria furtar-se das concepções ideológicas do pós-guerra, que tendiam aprofundarem-se cada vez mais.

Paralelamente, enquanto abordava questões relativas à execução de projetos ligados a montagem das indústrias de base como a CSN, a CNA, a CHESF, entre

¹²² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, pp. 386-408.

¹²³ MENDONÇA, Marina Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora, em: *Histórica: Revista On-line do Arquivo Público de São Paulo*, edição 31 de junho de 2008.

outras, o “*Digesto*” acirrava o debate entre “*Economia particular*” ou “*Economia estatal*”; “*Economia livre*” ou “*Economia dirigida*”. Um artigo publicado pelo jornal em março de 1945, afirmava no seu título que “*grande parte da indústria norte-americana estava nas mãos do governo*”, dada à ameaça do desemprego no pós-guerra. “*Poderá ela reverter à propriedade particular?*” Perguntava o jornal. O autor informava que ainda naquele ano, o governo norte-americano mantinha sob controle, mais de mil fábricas destinadas a atender a indústria bélica, uma vez que se preocupava em dar sustentabilidade ao emprego, depois do conflito. O jornal lembrava as responsabilidades que o Estado tinha com as questões sociais, que implicava na capacidade do governo em lançar mão de armas políticas a partir de um conjunto de ações, pelo controle de setores básicos da industrialização, que se sobrepunham aos interesses e as possibilidades concretas do setor privado.¹²⁴ Para o “*Digesto*”, se os Estados Unidos assim faziam, não haveria por que o Brasil esquivar-se.

Os debates polarizavam o tema, com argumentos e padrões de interpretação que sintetizavam as ideologias de classe ou frações, cujas convicções procuravam convencer o governo e a opinião pública daquilo que deveria se confrontar com os “*verdadeiros interesses nacionais*”. A economia planejada aparecia como um objetivo de análise, em impressões deixadas por empresários, profissionais liberais e trabalhadores, que “*tudo exigiam e esperavam do Estado, que tornou-se onipotente e onipresente*”. O Estado no pós-guerra “*invadiu todos os recantos do sistema econômico racionando, tabelando e criando prioridades para matérias e serviços humanos: bloqueando o poder aquisitivo e orientando o crédito; controlando em seus*

¹²⁴ *Digesto Econômico*, Março de 1945, Ano I – pp. 77-79 – acervo FBN.

menores detalhes os transportes e as atividades individuais". Sua entrada em cena relembra as políticas implementadas pelo "New Deal", no entanto, o que estava em jogo, era a tentativa de estabelecer um modelo preventivo, para fazer frente "a maré de intervencionismo estatal e superestatal" que não destruísse a convicção da sociedade nas "virtudes do individualismo, na eficiência da iniciativa privada e nas incontáveis vantagens – morais e materiais – da livre concorrência". A ênfase ao "New Deal", depois da crise de 1929, procurava justificar a ação intervencionista do Estado pelas limitações do liberalismo, em contornar os problemas, conjunturais, expressos na fala do presidente Roosevelt, no Congresso dos Estados Unidos, em 1938: "A concentração do poder econômico nas mãos de poucos e o conseqüente desemprego de trabalho e de capital são problemas inevitáveis em uma democracia baseada no empreendimento particular."¹²⁵ O discurso do presidente norte-americano transferia, em parte, ao Estado, a responsabilidade pelo equilíbrio econômico e social, no entanto, permaneciam as ressalvas aos valores do liberalismo.

A partir dessas análises, o "Digesto Econômico" propunha dedicar-se nos próximos números a intensificar os confrontos sobre o dualismo que se apresentava, quase que maniqueísta. Para tanto, seria preciso o jornal limitar a discussão ao "estritamente necessário", dando significado aos conceitos: "Economia Livre" (Definição, Limites da liberdade econômica, do Estado e Comércio Internacional) X "Economia Dirigida" (Definição, Limites da intervenção, papel do Estado, Organização da Economia Nacional e Comércio Internacional).

Uma das discussões sobre intervencionismo e livre empresa coube ao economista Ignácio Rangel. Criticando o fato de que o debate sobre o tema ficou

¹²⁵ *Digesto Econômico*, Dezembro de 1946, nº. 25, Ano III – pp.47-48.

reduzido às acusações entre totalitaristas e oligarquistas, Rangel defendia que o capital privado não saberia como resolver o problema do Brasil, cabendo assim ao Estado, proteger a indústria nacional, uma vez que só ela poderia assegurar as condições para a prosperidade. Para Rangel, a questão do intervencionismo ganhara relevo pela conjuntura internacional, pelo papel que os Estados Unidos desempenhavam na região, especialmente frente ao Brasil e a Argentina. Rangel explicitava razões de ordem ideológica no debate e chamava a atenção para a posição declarada dos Estados Unidos, em relação ao Brasil, que entrara em contradição com os interesses nacionais.

*“O intervencionismo e a iniciativa privada não passou, pois, de extremos de um movimento pendular, representando cada situação concreta um compromisso entre os dois extremos. E o comportamento dos EUA – que premiam com facilidade de crédito a Argentina, o enfant terrible da sua diplomacia americana, ao mesmo tempo que elogiam a atitude livre-cambista do Brasil embora negando-lhe aquelas facilidades – acentua esse movimento pendular”*¹²⁶

Para Rangel, uma política intervencionista do Estado, objetivava resgatar o Brasil do atraso e da obsolescência, *“até pela capacidade de trabalho demonstrada por nosso povo e com as formidáveis riquezas que possuímos”*. O Brasil não deveria suportar o *“atraso econômico em que temos vivido e que tão dolorosamente pesa sobre os ombros dos nossos concidadãos”*. A industrialização seria o caminho para o Estado de bem-estar social.

As grandes nações, as nações poderosas e sadias, econômica e politicamente, são nações de capacidade industrial avançada, como as que hoje decidem os destinos do mundo nos campos

¹²⁶ *Digesto Econômico*, Julho de 1950, nº. 68, Ano VI, pp. 31-34 – acervo FBN

*de batalha, na mais pavorosa das guerras que já desabou sobre a humanidade. Por conseguinte, se queremos que no mundo de amanhã o destino do Brasil seja melhor do que tem sido até agora, devemos nos encaminhar pela trilha que conduz à industrialização do nosso país, porque só ele nos pode tirar do atraso em que temos vivido e poder dar um maior bem-estar para o nosso povo.*¹²⁷

Moacyr Paixão em um outro artigo, no mesmo jornal, levantou questões sobre os financiamentos externos e a utilização de capitais nacionais para o avanço da industrialização no Brasil. Os debates sobre inversões de capital estrangeiro tornaram-se mais fortes depois da formação da “*Missão John Abbink*”, que buscava estimular o fluxo de dólares dos Estados Unidos para o Brasil. Dos US\$ 942 milhões investidos no Brasil, em 1947, US\$ 441 milhões provinham daquele país, tendo a indústria química nacional, recebido aportes de 41%, em capitais internacionais. Para Paixão, a própria viagem do presidente Dutra aos Estados Unidos, visava eliminar os entraves que impediam a transferência desses capitais para o Brasil, sem os quais, nenhum empreendimento de vulto poderia ser realizado em curto prazo. Para ele, a drenagem de recursos para a industrialização, não poderia prescindir da aplicação de fundos públicos, como por exemplo, aqueles oriundos dos institutos de aposentadorias e pensões. Isso não eliminava a participação de capitais privados, bastando mobilizar esses capitais, para participar de projetos de desenvolvimento industrial. Era necessário sensibilizar o capital nacional para o esforço da industrialização. O esforço nacional deveria conter a sangria de recursos, em moeda forte, uma vez que a balança comercial brasileira encontrava-se desfavorável há bastante tempo.

*“Somos um país economicamente atados a correntes do capital estrangeiro que aqui operam. Se fosse possível observar as parcelas da renda nacional que anualmente se desnacionalizam – pela incorporação ao patrimônio das empresas estrangeiras, ou pela sua transferência aberta ou clandestina para o exterior – encontraríamos uma explicação para certos problemas do nosso subdesenvolvimento.”*¹²⁸

Glycon de Paiva, que algum tempo depois viria a transferir-se para o BNDE, com Roberto Campos, tentara praticar um exercício sobre a intervenção do Estado na economia, ao propor a seguinte questão. Paiva percebia, como Inácio Rangel, que o debate referia-se aos níveis de intervenção, as aproximações que a orientação dirigista da economia teria com o socialismo. Para ele, o processo de intervenção não excluía o capitalismo, mas consagrava uma “*vontade de justiça social*”. Contudo, seria possível criar uma fórmula para estabelecer os limites do dirigismo, pois ele estaria sujeito a uma dinâmica social movida pela vontade de mudança e transformação social.¹²⁹ Glycon de Paiva buscava medir os dois lados do problema de uma forma mais sensata, pautada pelas próprias contradições que se apresentavam na sociedade.

Otávio Gouveia de Bulhões apontara em seu artigo, “*A intervenção do Estado na economia*”, que o Estado poderia tocar ou fazer parte de um empreendimento de interesse coletivo, que não atraísse os setores privados, pela escassez de recursos próprios. Bulhões diria que em diversos setores industriais, como o da química, o Estado percebeu seu dever de intervir nessas atividades. Segundo Bulhões, a intervenção para a fabricação de bens de consumo, não seria um obstáculo ao desenvolvimento da iniciativa privada, mesmo em uma economia coletivista. O lugar

¹²⁸ *Digesto Econômico*, setembro de 1950, Ano IV, n.70, pp. 29-35.

¹²⁹ *Digesto Econômico*, março e abril de 1955, Ano 11, n. 122, pp. 13-32.

da iniciativa privada somente estaria em jogo, se houvesse uma mudança na propriedade dos meios de produção. Para o economista, a ação da intervenção do Estado não teria porque ser associada ao socialismo.

*“a propriedade privada dos bens de consumo, na realidade, tanto pode ser aceita numa economia individualista, quanto numa economia coletivista. Na propriedade dos meios de produção é que reside a grande diferença entre a economia individualista e a economia socialista. Na economia individualista, a propriedade dos bens de produção está na mão dos particulares, na economia coletivista, os meios de produção são de propriedade do Estado”*¹³⁰

Portanto, aqueles que julgassem que assim, o Brasil seguiria o caminho de uma economia socialista, Bulhões argumentava que a intervenção soaria indiferente para ele, os fatos dos meios de produção estivessem nas mãos de particulares ou do governo. Para Bulhões, se fosse o caso da economia estar estagnada, ele até concordaria que o socialismo seria o melhor caminho, pois a iniciativa privada teria perdido sua função social empreendedora e, portanto, deveria abrir mão da propriedade dos meios de produção e transferi-la ao Estado. Não seria esse, o caso do Brasil, para ele, pois o capital privado ainda seria capaz de levar adiante o processo de industrialização.

Roberto Campos pensava no planejamento como uma saída para o desenvolvimento econômico de nações subdesenvolvidas. Segundo Campos, haveria vantagens gerais no planejamento, demonstradas pelos próprios projetos de planificação experimentados pelas economias socialistas. Para ele, determinadas

¹³⁰ *Digesto Econômico*, São Paulo, Ano X, junho de 1954, n. 115, pp. 7-16.

características econômicas desses países tornavam tanto o planejamento quanto a intervenção estatal mais necessária do que em países desenvolvidos. Essas características seriam: a) a debilidade da iniciativa privada; b) concentração de recursos; c) faculdade telescópica – manipulação de fundos coletivos, através da compressão do consumo, via tributação, em benefício da acumulação de capital para investimentos; e d) velocidade do desenvolvimento, uma reação em cadeia, a partir da instalação de indústrias de base. Campos enchergava que, em uma economia socialista, o planejamento ocupa uma área mais ampla, pois o Estado detém o controle dos meios de produção. No caso das economias capitalistas ou semicapitalistas, o planejamento governamental estender-se-ia, principalmente, porém não exclusivamente, ao setor público. Dessa forma, Roberto Campos define que há duas diferenças entre os dois tipos de planejamento: o primeiro era que, em uma economia marxista seria possível o planejamento global de toda a economia “*por imposição estatutária, sancionada pela repartição, diretamente controlada pelo governo*”. Já, em uma economia capitalista, o planejamento generaliza-se a toda economia, mediante coordenação dos planos públicos e privados. O governo poderia, sem dúvida, influenciar as decisões do setor privado, de modo a integrá-lo com os planos públicos. O economista reafirmara as tarefas fundamentais atribuídas ao Estado, para a promoção do desenvolvimento econômico, formalizadas no relatório do “*Seminário sobre Planejamento do desenvolvimento econômico*”, realizado em Porto Rico, em maio de 1951, sob organização da ONU: a) a provisão de instituições, de apoio à pesquisa, assistência técnica e serviços sociais, condizentes com o desenvolvimento público e privado; b) a elaboração de programas parciais de desenvolvimento, ou se possível, de programas gerais para toda a economia, especialmente os referentes ao

setor público; c) a produção direta de bens e serviços, por empresas estatais, onde fosse considerada preferível, poderia ter ou não ter a participação de empresas privadas; d) orientação ao setor privado que poderia ser alcançada através de regulamentos e incentivos em várias áreas. A segunda diferença, para Campos, traduzia-se na disciplina da execução do plano. Nos planejamentos dos países socialistas, os governos exerceriam o comando direto sobre todos os recursos econômicos. Nos de regime capitalista, o governo deveria estar atento aos controles monetários e fiscais. Campos, no entanto, ressaltava que quanto maior fosse o grau de controle estatal, maiores seriam as responsabilidades da administração. Nesse caso, na economia socialista, o homem de empresa e o consumidor, transformar-se-iam no burocrata, o que certamente aumentaria a possibilidade de ocorrerem erros pela concentração de decisões. Para os países subdesenvolvidos, os obstáculos administrativos seriam sérios, mesmo em formas mais ambiciosas que o planejamento socialista integral, o que fatalmente levaria a ONU a criar agências especializadas como a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL.¹³¹

CDI – França - CNA

A história das ideias e concepções sobre a ação intervencionista do Estado produziu uma adesão maior ao intervencionismo, não sem resistências. Na prática, as barreiras contra a intervenção cediam, a partir de deliberações políticas, que tentavam reavaliar, ou mesmo criar condições para alavanca projetos industrializantes, pela via do Estado. Com esse propósito surgiria a Comissão de Desenvolvimento Industrial – CDI, do Ministério da Fazenda, instalada no segundo governo Vargas, em julho de

¹³¹ *Digesto Econômico*, São Paulo, Ano VIII, abril de 1952, n. 89, pp. 11-22.

1951, onde transitaram, segundo o “*Observador*” inúmeros projetos que visavam a expansão, o desenvolvimento e o fortalecimento do parque industrial brasileiro. Para Maria Antonieta Leopoldi, embora o governo Vargas não tenha contado com um projeto de governo como o “*Plano Salte*”, de Dutra; ou com o “*Plano de Metas*”, de JK; não deixou de ter o seu braço planejador, no Ministério da Fazenda, que era a CDI. A Comissão fomentou a criação do Plano Geral de Industrialização, em maio de 1952, retomando a estratégia de articulação entre a burguesia industrial e o Estado. As diretrizes básicas para o desenvolvimento industrial eram ditadas pelas “*Mensagens*” que o presidente apresentava anualmente ao Congresso e ao país. Vargas apoiava também, determinados eventos que colocavam o tema da industrialização e do desenvolvimento em destaque, como a V Série de Reuniões da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, realizada no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em abril de 1953, de onde saíria o Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDE, dirigido por Celso Furtado.¹³²

Através do exame de cada processo, caberia a CDI fundamentar a necessidade ou não da intervenção do Estado, observando uma sincronia entre eles, no sentido de haver uma complementaridade entre as atividades produtivas distintas. Havia projetos relativos à instalação de indústrias de base, à ampliação de outras indústrias; e à transferência de indústrias estrangeiras para o Brasil. As indústrias de base a serem privilegiadas, seriam àquelas que processassem matérias-primas destinadas às indústrias de transformação, incluindo, a siderurgia, a metalurgia primária dos metais não-ferrosos e a indústria química primária. No entanto, eram raros os projetos

¹³² LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas, in: SZMRECSÁNYI, Tamas e SUZIGAN, Wilson (orgs.) *Op. cit.*

relacionados às indústrias de base, motivo pelo qual, o governo deveria sinalizar para o setor, que passara a receber atenção especial de seus organismos. Dos 104 processos que estavam sendo analisados pela Comissão, apenas dez referiam-se a projetos de instalação de indústrias de base, sobre os quais se provocavam acalorados debates.¹³³ Um desses processos era o da CNA, que após os insucessos em obter recursos com o Eximbank e com o governo dos Estados Unidos pode ser executado, somente seria executado, depois de aceito e aprovado por bancos e pelo governo franceses, com aporte de tecnologia do mesmo país europeu.

Dessa forma, as indústrias de base no Brasil deveriam se desenvolver a partir das possibilidades locais, pela existência de mercados e matérias primas necessárias à produção, pois estas deveriam conduzir o país ao desenvolvimento. Contudo, haveria um problema de ordem conjuntural: a situação cambial vinha impedindo a aquisição de máquinas, de equipamentos para acelerar o desenvolvimento industrial. Em meados da década de 1950, a Carteira de Comércio Exterior – CACEX, do Banco do Brasil, tinha compromissos da ordem de US\$ 2 bilhões em diversas moedas, apresentando insuficiente cobertura cambial, para honrar seus débitos. As exportações de café que ainda garantiam a entrada de divisas no país, não eram mais tão tranquilizadoras. Estavam parados, na CACEX, 129 pedidos de importação no valor de US\$ 230 milhões, pelos menos a metade referente a projetos essenciais ao desenvolvimento do país. Esses montantes, se aplicados no desenvolvimento da indústria, segundo o “*Observador*”, deveriam resultar, no futuro, inversões globais de cerca de Cr\$ 30 bilhões. O Conselho Nacional de Economia, mesmo antes do

¹³³ *O Observador Econômico e Financeiro*, de Setembro de 1952, nº. 200, Ano XVII, pp. 94-101 – acervo FBN

agravamento da crise cambial, havia recomendado a adoção das seguintes políticas de curto e longo prazo, relacionadas ao fomento das indústrias nacionais: manter o equilíbrio do balanço de pagamentos, contribuir para melhorar a renda nacional e promover o desenvolvimento equilibrado dos diversos setores da economia. A Subcomissão de Planejamento, da CDI, desde 1951, havia criado uma escala de prioridades ao impor o exame dos seguintes critérios de seleção de investimentos, que deveriam estar interligados, porém, nem sempre coincidentes: a contribuição de cada indústria para integração e equilíbrio da estrutura econômica do país (critério estrutural); a existência de um conjunto adequado, ou seu potencial de fatores de produção e de mercado (critério conjuntural) e a possibilidade de poupar ou adquirir divisas para financiar outros projetos industriais no futuro (critério cambial).¹³⁴

Nesse contexto, uma nova frente foi aberta para a execução do projeto da CNA. Horácio Láfer, ministro da Fazenda, convenceu Vargas da necessidade de buscar em instituições europeias os recursos tecnológicos e financeiros que a indústria de álcalis necessitava. O país escolhido foi a França, para onde seguiram o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura e o governador Amaral Peixoto, com o intuito de avançarem nas negociações. Horácio Láfer é considerado, em grande parte, da historiografia econômica brasileira, simpático à ortodoxia, além de alinhado com os interesses norte-americanos. No entanto, não há essa conotação, tanto no discurso quanto na prática de Láfer, pelo menos em relação a CNA, na sua tentativa de buscar uma solução política para o problema, além de impulsionar outros projetos no Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI. A atuação de Láfer é vista por alguns como incoerente, o que supõe o termo “*desenvolvimento incoerente*”, utilizado por

¹³⁴ *Idem.*

Pedro Paulo Zahlut Bastos ao indagar sobre “*o projeto de desenvolvimento do segundo governo Vargas*”. Para o autor, o diálogo com interpretações que ressaltam “*seja a presumida incoerência propositiva do governo, seja sua suposta ortodoxia econômica, identificada à presença de Horacio Lafer no Ministério da Fazenda.*”, mostram que as idéias econômicas do ministro não representariam nem um lado nem outro, pois “*nem eram ortodoxas, nem comandavam toda a área econômica do governo*”. Nesse sentido, Lafer conseguiria articular sua política fiscal e financeira com as estratégias de desenvolvimento do segundo período Vargas.¹³⁵

Por que a opção pelos franceses? Os últimos estudos e tentativas para consolidar o empréstimo junto aos norte-americanos vinham sendo analisados e articulados pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos - COMBEU, em conjunto com técnicos da CNA. Os empréstimos deveriam ser concedidos pelo Banco Internacional, por força de um convênio assinado entre Estados Unidos e Brasil. Todavia, banqueiros norte-americanos, vinculados aos interesses da indústria de álcalis naquele país, precisamente os trustes, se opuseram ao financiamento. O Banco Internacional, um organismo financeiro controlado por banqueiros dos Estados Unidos, impediu que o Brasil conseguisse o empréstimo que pleiteava, usando como principal argumento, a desqualificação técnica do projeto para sustentar sua inviabilidade. Logo depois, a COMBEU foi desativada, em dezembro de 1953, pelo total desinteresse do presidente Eisenhower nesses tipos de convênio técnico. Toda a equipe da Comissão foi deslocada para o BNDE, inclusive Lucas Lopes e Roberto

¹³⁵ Para discussão em torno das idéias desenvolvimentistas, durante a permanência de Horácio Lafer no Ministério da Fazenda, ver BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Desenvolvimentismo incoerente? Comentários sobre o projeto do Segundo Governo Vargas e as idéias de Horácio Lafer (1948/1952)*, em: Revista Economia Selecta, Brasília (DF), v. 6, n. 3, p. 191/222, dezembro de 2005. www.anpec.org.br.

Campos. O banco de fomento, criado em 1951, acolheria os projetos do Plano de Reparcelamento Econômico, de Horácio Láfer.

Foi então, que o Brasil voltou-se para a França. Por um lado, os franceses garantiam que o projeto era autosustentável além de ser viável economicamente. A França, depois da política de recuperação econômica do pós-guerra, propiciada pelo *Plano Marshall*, retornava à política de internacionalização dos seus capitais, ampliando seus interesses na América Latina. No dia 06 de março de 1953, às 16 horas, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, houve um acontecimento político significativo, com ampla divulgação em grande parte dos jornais da capital da República.¹³⁶ A solenidade era voltada para a assinatura dos contratos de financiamento da CNA, com a participação de um consórcio de bancos franceses, do governo francês, com a garantia do Tesouro Nacional. O valor chegava ao equivalente em moeda francesa, a US\$ 12 milhões, para financiar a aquisição de máquinas e instalações da CNA, com o intuito de atender uma produção inicial de 100 mil toneladas de barrilha e 45 mil de soda cáustica. O BNDE não só assumiria a função de agente supervisor do empreendimento, assim como liberou um investimento de Cr\$ 180 milhões para cobrir as despesas efetuadas no Brasil, de responsabilidade da participação estatal. A instalação da indústria alcalina viria resolver o problema da dependência brasileira à indústria química de base, resultando numa economia de Cr\$ 200 milhões em importações. Por outro lado, o governo Vargas criara condições através de instituições de fomento como a CDI e o BNDE, de dar sustentabilidade aos

¹³⁶ *Correio da Manhã*, ano LII, Rio de Janeiro, n. 18390, 07 de março de 1953, 1º caderno, p.4 Além do *Correio da Manhã*, deram publicidade a assinatura do contrato, os seguintes jornais cariocas: *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *A Noite*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

projetos que envolviam a criação de indústrias de base, como a CNA. Getúlio, dessa forma, retomava o “*Projeto Cabo Frio*”, de 1943.

No Palácio estavam presentes: o presidente da República, o ministro da Fazenda, o embaixador da França, os delegados dos bancos financiadores, Jean Petit Lagrange, Louis Blanquier e Edouard Charles Krebs, o adido comercial francês, o presidente da Câmara de Comércio Franco-Brasileira, Marc Rousseau, o presidente BNDE, Ary Torres e os diretores Maciel Filho, Roberto Campos e Glycom de Paiva; o presidente da Comissão Mista, Victor da Silva e da diretoria da CNA representada pelo futuro general Alfredo Bruno. Horácio Lafer apresentou os contratos como “*documentos significativos da economia brasileira*”. Os quatro contratos que foram firmados, pelo presidente Getúlio Vargas tinham o seguinte objetivo: o primeiro, celebrado entre a CNA e o “*Comptoir Internationale d’Achets et Ventes a l’Etranger – CIAVE –*”, concederia à CNA, um financiamento de US\$ 12 milhões ao seu equivalente em francos franceses para a construção da empresa em Cabo Frio; o segundo, entre a CNA e a Sociedade *Krebs e Companhia*, com sede em *Neully-Sur-Seine*, tratava das instalações e da manutenção de todo o equipamento da Alcalis; o terceiro, um contrato de garantia do governo brasileiro ao “*CIAVE*” e, finalmente, o quarto contrato, entre a CNA e o BNDE, pelo qual o banco concedeu à empresa um financiamento de Cr\$ 180 milhões. A CNA manteria um Escritório Técnico em Paris, na Rue Parmentieri, 38 – Neully-sur-Seine, a fim de possibilitar o intercâmbio de comunicações entre a empresa estatal e as firmas francesas ligadas ao empreendimento. O ministro Horácio Lafer em seu discurso, durante a assinatura dos contratos com os franceses, recordava que se aquele contrato que ora se estabelecia para a implantação da CNA, tivesse sido efetuado quando do lançamento do projeto

original, em 1943, o país teria economizado US\$ 150 milhões. Para Lafer “*naquele momento e naquele lugar estava sendo realizado o velho sonho do presidente Getúlio Vargas*”, lembrando a decisão tomada por Vargas dez anos antes, quando rejeitava a “*opinião simplista dos que apenas se escusavam na experiência externa e segundo as quais não havia condições no Brasil para a operação de uma fábrica de álcalis*”.¹³⁷ Logo depois das colocações do ministro da Fazenda, o presidente Vargas tomou a palavra e disse: “*nem sempre devemos ter a preocupação de adquirir ao estrangeiro as manufaturas que podemos produzir, utilizando as nossas matérias primas, porque, assim, estamos retardando o nosso progresso e fazendo um desperdício excessivo de divisas*”.¹³⁸

As obras em Cabo Frio começaram em julho de 1953. Após concorrência pública realizada na França, em 06 de dezembro de 1953, a CNA encomendou o equivalente a 40% do valor total dos equipamentos e materiais indispensáveis à construção da fábrica.¹³⁹ Podemos propor, especificamente em relação ao processo de integralização e consolidação do projeto da CNA, por capitais franceses, que deveriam ser revistas as leituras feitas por Thomas Skidmore, quanto à “*virada nacionalista*”, após as tentativas infrutíferas de negociação de projetos industrializantes com os EUA, cuja ideia já havia sido descartada por José Luiz Fiori e Carlos Lessa (ver neste capítulo – História e desenvolvimentismo). Por outro lado, não podemos concordar também, com a “*ortodoxia*” e o “*contencionismo*” de Vargas e Láfer, tomando como base, o caso da CNA, dado o envolvimento do presidente e do seu ministro da Fazenda, no processo de revitalização dos projetos para implantação de indústrias de

¹³⁷ *Idem.*

¹³⁸ *Ibidem, Idem.*

¹³⁹ NUNES, Carlos Luís. *Op. Cit.*

base, com o apoio do BNDE, banco estatal de fomento industrial. Portanto, mesmo diante da ambiguidade do desenvolvimento como demonstraram Maria Celina D'Araújo e Guido Mântega (ver neste capítulo – História e desenvolvimento), não há como desqualificar, na prática, a existência de um projeto industrializante para o setor de álcalis sódicos, que se materializou no segundo governo de Vargas, circunscrito pela lógica da modernização conservadora, levada adiante pelas mãos do Estado.

Todavia, as coisas não seriam assim tão simples, sempre haveria um problema a ser contornado, o que demandava tempo e até mesmo a intervenção do próprio presidente de República, por exemplo, quando o Banco do Brasil entendeu que a CNA estava sujeita ao pagamento de ágio pelas transferências ao exterior. As obrigações contratuais com a França ficaram suspensas até a posterior liberação, pela SUMOC. Contudo, isso não impediu a CACEX de liberar as guias de importação dos equipamentos franceses, não sem antes, a CNA ter que recorrer ao Gabinete Militar da Presidência da República para interceder. Em 1954, em ritmo acelerado, começariam a surgir os primeiros edifícios da empresa em Arraial do Cabo.

Algum tempo depois, a Comissão da Indústria Pesada – CINPE, presidida pelo general Carlos Berenhauser Junior, vinculada diretamente à Presidência da República, indicava que a construção da CNA fazia parte do grupo da industrialização pesada e que a sua execução era uma das prioridades. A CINPE delegara ao BNDE as ações políticas necessárias, a partir das estratégias do desenvolvimento. Essas estratégias foram formuladas pela Instrução 113 da SUMOC, de 17 de janeiro de 1955, no governo Café Filho, durante a gestão de Eugênio Gudín no Ministério da Fazenda, no intuito de permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial:

“1º – Os bens de capital constituíram, em anos passados, parcela elevada nas importações brasileiras, o que permitiu imprimir maior velocidade ao desenvolvimento econômico do País, sacrificando-se, em contrapartida, a importação de bens de consumo, cuja produção interna foi altamente estimulada, daí nascendo rapidamente o importante parque industrial brasileiro, que constitui o motivo de justo orgulho nacional.

2º - Todavia, o desenvolvimento da economia brasileira está a reclamar um programa de investimentos industriais ainda mais intenso, que não poderá ser atendido com os recursos cambiais fornecidos pela exportação nacional, cujo valor estacionou em torno de US\$ 1,5 bilhões, prevendo-se até que caia para a casa de US\$ 1,3 bilhões no ano em curso.

3º - Entre as duas alternativas: uma, subordinando a expansão do parque industrial à melhoria, necessariamente demorada, da posição do balanço de pagamentos, através de novos produtos de exportação; e a outra, encorajando a criação de novas indústrias, sobretudo substitutivas de importação e promotoras de exportação; esta última solução, sem dúvida, é a que atende mais legitimamente aos interesses e aos anseios de todos os brasileiros.

4º - Consequentemente, a implantação das indústrias pesadas, isto é, as produtoras de bens de capital, deve ser estimulada, no sentido de ser fabricada no País uma parte importante dos equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de infra-estrutura e das indústrias básicas.

5º - Os investimentos estrangeiros, sob a forma de transferência de capital, sem cobertura cambial, devem ser bem acolhidos para aquelas indústrias ainda insuficientemente desenvolvidas, preferentemente as promotoras e poupadoras de divisas e às infra-estruturais, básicas e pesadas.

6º - Nas importações com cobertura cambial, mesmo as financiadas a prazo médio (5-7 anos), devem merecer a mais alta prioridade as máquinas e os equipamentos destinados às indústrias pesadas, considerando que estas poderão produzir outras máquinas e equipamentos tão urgentemente reclamados por todas as atividades econômicas nacionais.”¹⁴⁰

¹⁴⁰ *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, Ano XX, setembro de 1955, nº 235, pp. 22-35 – acervo FBN

Podemos deduzir que as diretrizes traçadas pela Comissão de Indústria Pesada – CINPE –, contemplavam uma política desenvolvimentista que defendia um projeto de substituição de importações, pela implantação de indústrias de base, incentivadas pelo Estado, com capitais estrangeiros, sem cobertura cambial, voltado para o redimensionamento do parque industrial nacional, para atender ao mercado interno e até mesmo para exportar. Logo, podemos inferir que o projeto de construção da CNA incluía-se entre os debates sobre a modernização econômica do país, no sentido de superar as bases estruturais até então vigentes, garantida pela reorganização do Estado e da sua máquina administrativa. Esse apoio, demonstrado pelas classes políticas dirigentes e pela classe empresarial em fomentar mudanças no país, através de uma ideologia desenvolvimentista, expressava não só a participação desses atores no processo, mas estimulava o debate para a sociedade, expresso nos jornais e revistas contemporâneas. Dessa forma, análises empreendidas sobre esses temas, sejam eles de natureza conjuntural ou estrutural, revelam uma sintonia com os propósitos da CNA.

A ordem financeira e econômica mundial a partir do pós-guerra foi definida pelo Tratado de Bretton Woods. Com a criação do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Mundial, bilhões de dólares foram investidos ao redor do mundo. Segundo Jeffrey Frieden, “*o capitalismo organizado da nova social-democracia, que havia invadido as políticas econômicas das nações capitalistas ocidentais foi aplicado no plano internacional*”.¹⁴¹ A nova ordem econômica keynesiana tinha como pressuposto a reconstrução urgente da Europa e do Japão, no pós-guerra. Os Estados Unidos no intuito de ampliarem o seu controle sobre a economia mundial, como nova potência econômica pós-45, além de estarem incomodados com a expansão do

¹⁴¹ FRIEDEN, Jeffrey. Capitalismo Global. *Op. cit.*

comunismo, frente à Guerra Fria, instituíram o *Plano Marshall*, traduzido como um Plano de Recuperação Econômica, especialmente para a Europa, estabelecendo as bases da renovação do capitalismo, sob seu domínio. Paralelo às agências de financiamentos, os Estados Unidos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, no intuito de montar uma frente militar de segurança aos interesses capitalistas contra as investidas socialistas na Europa. Essa ação tripla, política, econômica e militar, instituiu no plano ideológico, para os países periféricos, a meta da industrialização como um dispositivo de segurança nacional.

Os países pobres e em desenvolvimento, como o Brasil, mantiveram-se isolados da economia mundial pelo menos até o início da década de 1950. Para Friedem, alguns desses países teriam se transformado em uma fortaleza do intervencionismo desenvolvimentista e do nacionalismo econômico, uma espécie de coalizão anti-imperialista, entre o trabalho e o capital nacional, apoiada pelas esquerdas. O Estado deveria ser o agenciador do desenvolvimento industrial nacional, e suas medidas deveriam fortalecer o mercado interno, pelo processo de substituição de importações. Para avançar na industrialização seriam necessárias barreiras protecionistas. Era necessário, também, financiar as indústrias de base, como o aço e os produtos químicos que não despertavam interesses de empresários nacionais. Em muitos países essas políticas geraram um crescimento industrial marcante, pelo fato de criarem-se grandes estabelecimentos industriais.¹⁴²

¹⁴² FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo Global. Op. Cit.*, pp. 245-335..

Intervencionismo, Nacionalismo e Socialismo.

Não existiu, porém, um consenso completo ou duradouro sobre a necessidade e o grau de intervencionismo estatal. “O *Observador*” passaria a identificar radicalizações em torno dos debates sobre o papel do Estado. O artigo “*No mundo dos negócios: intervenção e iniciativa privada*”, a revista afirmava que o governo vinha apresentando uma “*tendência inflexível e perigosa*” em estatizar a economia brasileira, em uma ação capitaneada por “*nacionalistas extremados*”, que empolgava a opinião pública. Segundo a revista, este era um assunto “*que definiria o caminho do país*” a seguir. O debate apaixonado não livraria, nem mesmo o presidente da República, “*acuado e sem forças para resistir aos nacionalistas*”, grupo composto por “*grosso efetivo militar*”, tendo, por traz, uma “*proveitosa campanha comunista*”. Aumentavam as queixas contra o avanço da intervenção estatal, sob influência das esquerdas. O contexto era propício, em função dos combates em torno da estatização da Refinaria de Petróleo de Caçapava. Mário Ludolf, da Federação das Indústrias do Distrito Federal e do Centro Industrial do Rio de Janeiro, congratulava-se com os opositores da ideia, pela “*necessidade das classes produtoras enfrentarem objetivamente e excessivo intervencionismo estatal na economia do país*” e pela rejeição de “*leis tendentes à sovietação lenta do Brasil*” pois era necessário que “*as ideologias extremistas*” fossem combatidas, posto que o governo JK “*empurrava o Brasil para a subversão social*”, levado por um “*falso nacionalismo*”, que favoreceria a dominação estrangeira no Brasil. O governo era acusado de interferir em tudo: nas indústrias de base, nos meios de produção, nas relações de trabalho e na “*intimidade*” dos negócios.

*“Líderes da indústria e do comércio dão entrevistas sucessivas apoiando o movimento contra a demasiada intervenção do Estado na economia, e numerosos casos são citados a cada momento. Revoltam-se os homens de empresa, numa campanha que parece destinada a constituir um dos mais importantes capítulos da vida brasileira. Ao mesmo tempo, sindicatos patronais e entidades de classe de toda a natureza se dirigem telegraficamente e por ofícios aos órgãos promotores da campanha, incitando-os a continuar. Em contrapartida, os representantes do movimento nacionalista, na imprensa e no parlamento, procuram situar as coisas de modo diferente. Defendem a participação do Estado onde o capital privado se mostra arredo, combatem a desmesurada margem de lucro, declaram necessária a intervenção para evitar as manobras altistas e para facilitar o abastecimento, e se mostram intransigentes na defesa do monopólio estatal do petróleo, alegando que uma coisa é livre iniciativa e a outra é a livre atuação dos trustes internacionais no domínio dos nossos recursos”.*¹⁴³

José Luis de Almeida Nogueira Porto abordara no *Digesto* a questão do nacionalismo econômico, com o propósito de tentar investigar os “*elementos irracionais*” de uma ideologia, segundo ele, influenciada por preconceitos, pela propaganda e por uma demagogia pura. Seu interesse era avaliar o que existe de verdadeiro ou falso no nacionalismo econômico. Nogueira Porto pretendia julgar o nacionalismo, tomando por base os objetivos do desenvolvimento econômico, o fortalecimento da segurança nacional e a preservação de valores culturais da sociedade.

“O nacionalismo econômico lato-sensu, implica em uma atitude racional tendente à expansão das forças nacionais, visando a consecução do máximo de independência econômica possível da nação, em relação às demais nações, independência essa considerada como

¹⁴³ *Observatório Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, Ano XXII, n. 256, Junho de 1957, pp. 24-28

necessária à perfeita independência política. Esse tipo de nacionalismo acarreta uma série de medidas de proteção às forças econômicas nacionais, notadamente o protecionismo aduaneiro, e, se bem que combatido, pelos economistas liberais, vem sendo praticado, com maior ou menor intensidade, em todos os países do mundo.”¹⁴⁴

O nacionalismo partiria, pois, de um desejo de autosuficiência nacional, inspirado em razões militares e políticas, uma espécie de zelo contra os capitais estrangeiros que exploram a economia nacional. Segundo o autor, um país, mesmo com tendências autárquicas, poderia sim, favorecer a entrada de capitais estrangeiros, pois não deixaria de visar à expansão das forças econômicas. Para o articulista, estariam contra o capital e as empresas estrangeiras: os comunistas, na tentativa de enfraquecer a relação do Brasil com os Estados Unidos; alguns empresários, que temiam a concorrência do capital estrangeiro; tradicionalistas; indivíduos de classe média que receavam pela soberania do país; os influenciados por “*slogans*” e pela propaganda, “*por si uma atitude irracional*” e os políticos, muitas vezes para agradar aos eleitores. No entanto, a posição dos comunistas seria a mais racional e explicável, pois o nacionalismo seria uma forma de amálgama entre os comunistas e os nacionalistas burgueses, nos países subdesenvolvidos, ao expressar a união de “*duas frentes antagônicas*”, os trabalhadores e a burguesia, cuja finalidade era “*trabalhar por uma economia socialista mundial*”. As articulações que o nacionalismo permitia faziam com que os comunistas atuassem maciçamente na propaganda nacionalista.

Arremetendo contra a intervenção, José Augusto Guerra publicou no *Observador* uma “*Crônica parlamentar – intervenção do Estado e anticapitalismo*”-

¹⁴⁴ *Digesto Econômico*, São Paulo, Ano XII, n. 126, novembro/dezembro de 1955, pp. 147-158

em que o articulista fazia observações sobre a campanha de estatização da Refinaria de Caçapava, no sentido de considerar desastrosa a presença do Estado na economia, vista como um projeto socialista, contrário à iniciativa privada, saído das trincheiras do anti-capitalismo. O problema, no Brasil, segundo o autor, seria o fato que a livre iniciativa criou sérios obstáculos à competição e à acumulação “*a ponto de estourar em crises que abalavam todo o edifício do mundo econômico*”. Coube então, ao Estado, evitar os desequilíbrios, ao criar autarquias como os institutos do pinho, do açúcar, do cacau, do sal, do café que “*não foram criados contra a livre iniciativa, mas para protegê-la*”. Grupos empobrecidos pela competição recíproca reclamavam o paternalismo do Estado, sem que isso representasse um golpe político. Entretanto, havia uma nova realidade de crise, que resultaria em uma outra forma do Estado intervir: o protecionismo. O Estado passou da fase em que “*tomava as vezes de assessor, de condutor, de orientador, para fabricar, produzir, realizar, com espanto, em nossos dias, dos neoliberais*”. “*Um mal ou um bem?*” Perguntava o autor. Para ele, a intervenção seria o resultado dos abusos praticados pelo liberalismo que “*se destruíra por excesso*”. Segundo o autor, nem mesmo Keynes, “*liderando o anti-conservadorismo da política econômica do moderno capitalismo*” seria contrário à iniciativa privada, pois admitia a presença do Estado apenas para regular o controle da moeda e do crédito, para a aplicação de uma política fiscal e de seguro social com fins econômicos, além do desenvolvimento de uma política de grandes obras públicas. Logo, tratava-se de uma política intervencionista para conter abusos.

“Em suma, não se pode negar o mal do abuso econômico, através de suas organizações poderosas, trustes autênticos a garrotear e limitar a expansão econômica. Existem, e ao Estado

*cabe vigiá-las, cortar-lhes as asas, sem que isso implique em qualquer providência contra a ordem capitalista. Contra a ordem capitalista é que são esses personagens teratológicos – trustes, cartéis, monopólio de imensos poderes, a inverter o sentido natural da economia baseada num lucro justo, porquanto não é mau o capitalismo em si mesmo – ensina a doutrina social da Igreja, mas o homem é que lhe dá características maléficas, ao entronizar a ganância e o dinheiro. No caso brasileiro, combater o abuso do laissez-faire, é defender o capitalismo incipiente, em processo de expansão. Daí a necessidade de armar a economia brasileira de leis como a da repressão ao abuso do poder econômico, a reforma tarifária, dentro dos princípios do protecionismo, a fim de tornar possível o desenvolvimento efetivo das classes produtoras nacionais”.*¹⁴⁵

Os anos JK marcaram a radicalização do debate em torno da intervenção do Estado na economia, que se antes cumpriam as exigências do pós-guerra passaram a conter disputas ideológicas mais acentuadas, como a referência ao nacionalismo, sob a égide das esquerdas e de grupos militares. No período aqui tratado, desde a sua criação até a sua entrada em atividade, a CNA foi envolvida por um turbilhão que, claramente, denota as indefinições que se impõem sobre a trajetória da empresa. A Álcalis encaixa-se, perfeitamente, nos caminhos que a sociedade brasileira percorreu, entre encontros e desencontros nos quatro anos que se antecipam ao golpe militar de 1964.

¹⁴⁵ *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, Ano XXII, n. 257, Junho de 1957, pp. 44-47.

2.3 – Indústrias de base e militares.

As pressões para a execução do “*Projeto Cabo Frio*” saíam de toda parte. Esses apelos surgiam de algumas entidades da sociedade civil e, principalmente, de instituições militares, como podemos perceber pela veemente defesa feita em conferência no Clube Militar, pelo general Alfredo Bruno Martins, figura carismática e contumaz defensor do projeto alcalino, como presidente da CNA. O objetivo da sua fala em 27 de dezembro de 1957 “*Os álcalis sódicos e a segurança nacional – sua produção no Brasil*” reafirmava as responsabilidades da CNA em fabricar “*elementos de defesa, para garantir a sobrevivência da nação*”, para fortalecer o país em momentos decisivos. Nesse sentido, a técnica industrial deveria “*facilitar ao homem os meios de ataque*” e, por isso, ela foi adquirindo supremacia não só na defesa militar como na segurança nacional. Segundo o general Bruno, a moderna cultura científica teria aberto horizontes ilimitados à técnica, alterando o conceito de segurança nacional, que ganhou evidências após a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, um parque industrial moderno deveria ter as suas indústrias de transformação subordinadas as suas indústrias de base, pois as duas eram imprescindíveis em tempos de guerra, uma vez que poderiam também provocar colapsos na ordem econômica.

Colocava-se em questão, na conferência, todas as “*quatro batalhas*” ganhas pela industrialização: o petróleo, a siderurgia, a energia hidroelétrica e os álcalis, que surgiram com a dedicação e o empenho das Forças Armadas do Brasil. No caso da CNA, todas as suas nove diretorias eleitas até o golpe militar de 1964 foram ocupadas por no mínimo, dois ou três oficiais de alta patente do Exército, resguardando, ainda, o

fato da interferência da força terrestre no controle da barrilha produzida no país e da barrilha importada.

“ A questão alcalina é de citar como exemplo. Devo declarar, alto e em bom som, que, sem o apoio integral das Forças Armadas, jamais se implantaria a indústria pesada de álcalis em Cabo Frio. ...Aos Estados Maiores das Forças Armadas cabe missão extremamente complexa, ou seja a de investigar as necessidades primordiais do desenvolvimento do país, programar aquilo que é essencial à segurança, incentivar a execução de medidas necessárias, enfim, obter os meios que necessita a nação nos mais dramáticos momentos de beligerância. ...Cumprilhes, assim, acompanhar o progresso militar, industrial e científico dos outros povos, conhecer suas fontes de produção e abastecimento, concorrendo fortemente para que em seu próprio país também sejam criadas, estimuladas, impulsionadas as bases da segurança nacional, sem o que é impossível pensar em defesa militar. ...Mas é obvio que os Estados Maiores não podem ser improvisados. São núcleos altamente especializados, que exigem atualização permanente, que necessitam de recursos para estudos, pesquisas, planejamento e execução. Exigem aparelhamento bélico para realização de experiências, material humano fortemente qualificado. ”¹⁴⁶

As palavras do general buscavam expor ao público formado por militares, a responsabilidade das Forças Armadas em criar condições mínimas à segurança e à defesa nacional. Além de outros importantes produtos, se não produzisse álcalis o Brasil estaria “*à mercê de todos os azares*”. Assinalava o general, de forma bastante contundente, que o país, para instalar a CNA, não poderia ficar aguardando a livre iniciativa até que esta julgasse ser a produção de álcalis sódicos uma atividade

¹⁴⁶ MARTINS, Bruno Gal. *Os álcalis e a segurança nacional – sua produção no Brasil*. Conferência pronunciada no Clube Militar, no Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1957 – livreto impresso pela CNA.

lucrativa ou que fosse conveniente aos seus interesses. A CNA “*terá que contar com o suporte do governo e ficar sob seu controle, pelo menos durante a fase de implantação, devendo-se criar ambiente próprio a ela para diminuir os ônus da operação*”.¹⁴⁷ Dessa forma, o general Bruno Martins expõe claramente o pensamento do meio militar sobre a atuação do Estado na instalação das indústrias de base: entrar com os recursos, ou provê-los, já que a iniciativa privada não seria capaz, em função da sua complexidade industrial da Álcalis. Ora, a intervenção na economia era, para os militares, uma forma de reestruturar não só as bases econômicas do país, como as próprias Forças Armadas, quando se pensa nas “*quatro batalhas*” industriais movidas pelo Estado, citadas pelo general. O desenvolvimento econômico nesse aspecto deveria apresentar uma linha de pensamento voltada para os interesses da defesa militar e da segurança nacional. Se a CSN para os militares representava uma oportunidade no reaparelhamento das Forças Armadas, com o argumento do intervencionismo estatal em segundo plano, podemos definir que no caso de Arraial do Cabo, a intervenção do Estado deveria aparecer apenas em uma primeira etapa, pois que o objetivo maior era garantir a produção de álcalis, para colocar o Brasil em um lugar ao lado das nações desenvolvidas e dotá-lo de um exército que pudesse garantir a segurança nacional, entendida também, como estabilidade política interna. Por outro lado, as Forças Armadas não poderiam prescindir de um parque industrial com capacidade de produção de artefatos capazes de atender aos esforços em uma economia de guerra. Sem a CNA seria impossível desenvolver as indústrias que tinham, como matéria prima, os álcalis sódicos. Portanto, colocava-se, como fundamental para o general, o tema da segurança nacional.

¹⁴⁷ Idem.

Militares e a CSN.

Ítalo Tronca fez considerações precisas sobre interesses corporativos dos militares do Exército na montagem da CSN, face às mudanças nas diretrizes das Forças Armadas a partir de 1937. Muitos estudos passaram a valorizar a ação do Exército como principal grupo de pressão na industrialização do país, a partir da existência de uma representação política nas Forças Armadas que garantisse o avanço de um projeto industrializante no Brasil. Para isso, fazia-se importante perceber as práticas políticas dos militares no sistema de poder, a partir da sua inserção no aparelho do Estado.

As tentativas de equacionar o problema siderúrgico no país vinha desde as investidas inglesas representadas por Percival Farquhar, em meados da década de 1920. O problema siderúrgico continuaria bloqueado pelo obstáculo externo, por um vago projeto ideológico nacionalista, que envolvia a industrialização, o desenvolvimento econômico e a nacionalização das riquezas minerais. A ausência de condições objetivas para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nesta etapa, reside em decisões políticas, das práticas políticas dos agentes e da lógica interna do sistema de decisões, com privilégio à atuação dos militares. Os militares apareciam, assim, como um dos propulsores de um possível projeto desenvolvimentista.

Os dilemas e as contradições apareciam pela exigência na formação de grupos de poder, como na implantação da Comissão Nacional de Siderurgia, no Ministério da Guerra e de uma segunda comissão, a Comissão Revisora, no âmbito do Ministério da Viação, as duas para rever o contrato da Itabira Iron, duas instâncias consultivas de caráter técnico criadas com o afago de Vargas. Mais adiante, Vargas instalaria a Comissão dos Onze, composta por cinco militares, para oferecer uma decisão

definitiva no caso da Itabira Iron. A expressiva participação de oficiais do Exército nesses órgãos consultivos objetivava pressionar o governo, para a aquisição de armamentos da Alemanha de Hitler, trocados por minério de ferro ou seus derivados. Esses debates passavam pela revista “*Defesa Militar*”, editada pela oficialidade superior, representativa dos interesses modernizantes do Exército.

Tempos depois, a partir de 1935, as Forças Armadas iriam desprezar os objetivos de Farquhar ao defender a nacionalização do minério e a estatização da indústria siderúrgica. No entanto, garante Tronca, não havia qualquer pressão institucional do Exército, o que fez com que o Estado surgisse como eixo central nas alternativas colocadas para a criação de uma indústria de base. Todas as questões relativas à siderurgia deveriam ser submetidas ao Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF e ao Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE. Para Tronca, mudanças no processo decisório, a partir do Estado Novo, fazem os argumentos técnicos e não mais os argumentos políticos *refutar as bases do projeto Itabira Iron. Essa “despoliticização” aparente das decisões, típica das autocracias, irá tornar-se um dado do cotidiano no Brasil pós-64*”¹⁴⁸

Dessa forma, no caso da CSN, os debates eram de ordem técnica e não representavam, sucintamente, o pensamento do Alto Comando militar. Segundo Tronca, as maiores figuras militares com autoridade política no país, o general Dutra e o general Góes Monteiro, respectivamente, ministro da Guerra e chefe do Estado Maior do Exército, nunca se comprometeram especificamente com o problema da instalação da grande siderúrgica, mas sim com a questão do minério, embora os

¹⁴⁸ TRONCA, Ítalo. O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda; in: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III: O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930/1964)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007 – p. 421.

Estados Maiores tenham defendido a tese da segurança nacional contra as pretensões de Percival Faquhar.

Por fim, Vargas decidiu que os estudos da implantação da usina deveriam ser iniciados e que os militares deveriam participar do processo. Agregado à estatização da indústria de aço, o Estado passaria a ter o controle da produção de ferro nas indústrias privadas. Assim, o governo sentenciava a condenação absoluta da política de concessões de Itabira. Dessa maneira, surgia o projeto de instalação de um complexo siderúrgico com recursos obtidos da venda do minério. O início da construção estava previsto para 1940 e o término em três ou quatro anos. O projeto desencadeou críticas intensas, quando da sua discussão, pela exclusão da iniciativa privada nacional. Essas críticas partiram de representantes do Ministério do Trabalho, da Confederação das Indústrias e das Associações Comerciais que, no entanto, esbarravam no estigma de defesa nacional colocado no projeto, pelos militares. Entretanto, o parecer do Conselho de Segurança Nacional concordava com o projeto estatal, embora sob caráter transitório, uma vez que o Estado nunca teria demonstrado ser um eficiente diretor de empresas. Naquela conjuntura, a fórmula estatal era bem-vinda para resolver o problema da siderurgia, mas não era a melhor, segundo um representante da alta patente do exército. Tal orientação, segundo Tronca, estava voltada, abertamente,

“para preservação da hegemonia da iniciativa privada, aponta sub-repticiamente – sobretudo quando se tem em conta a atuação da hierarquia militar na política de comércio exterior –

*para as duas coordenadas que balizam a prática militar enquanto instituição: a manutenção do padrão provado de acumulação e a defesa prioritária de seus interesses corporativos”.*¹⁴⁹

A tese da defesa nacional, de apelo ao Estado para reverter o quadro geral da industrialização de base, atribui aos militares as principais iniciativas e decisões. No entanto, as posições das diversas instâncias decisórias militares não eram hegemônicas, como bem mostra Tronca.¹⁵⁰ Segundo ele, não existiu um só momento que comprove que o Exército como instituição tenha deixado de lado seus interesses corporativos para cuidar do caso de Volta Redonda:

“Volta Redonda, no contexto da busca de definição de uma política siderúrgica, surge muito mais como a mera resultante de uma conjuntura internacional dominada pela contradição da luta interimperialista, e seria totalmente inviável se dependesse da mobilização das forças capitalistas nacionais, incluindo-se o Estado entre elas, evidentemente. ...O Exército e, mais rigorosamente, o conjunto das Forças Armadas, por meio de sua participação política nas áreas do comércio exterior e da siderurgia, contribuem com um peso específico relevante, no interior do próprio Estado, não só rebaixando a capacidade para importar da economia, como se transformando num dos fatores da própria inviabilidade de Volta Redonda. ...Não custa insistir, finalmente, em que não se trata de partir do suposto de que, naquela etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, existiria um outro possível histórico, configurado na viabilidade de transição para uma acumulação ampliada via Estado; em outras palavras, um modo de produção capitalista autônomo, pelo qual o Exército poderia ter optado. Essa constelação histórica não existia antes, nem existirá depois; suas luzes permanecem ocultas por trás da bruma do sonho nacionalista. Contudo, em nome de uma verdadeira história, não

¹⁴⁹ *Idem* – p.423

¹⁵⁰ *Idem* – p.424

*porque endossar uma ideologia cujo alcance não se esgota naquela época, mas se projeta nitidamente em nossos dias”.*¹⁵¹

Sobre esse aspecto, deve-se reforçar o caráter não monolítico do aparelho burocrático, além da incapacidade dos técnicos gerarem, por si mesmos, uma direção ao desenvolvimento econômico.

O governo americano aprovou o projeto da siderúrgica, em 1940, não obstante resistências internas, inclusive de empresas norte-americanas, que a princípio relutaram em apoiar o projeto. O Eximbank foi autorizado a emprestar à empresa brasileira US\$ 20 milhões, para serem pagos em duas parcelas iguais, a juros de 4% a.a. e com prazo de 13 anos. Em abril de 1941, fundava-se no Rio de Janeiro, a Companhia Siderúrgica Nacional, com recursos das Caixas Econômicas do Rio, de São Paulo, e dos Institutos de Aposentadoria, que contribuem com 50% do capital (250 mil contos). O governo subscreveu 44% das ações e as empresas privadas os 6% restantes. Restava, então, conseguir nos Estados Unidos os equipamentos para montagem de uma siderúrgica moderna.¹⁵²

O caso da CNA apresentava, em parte, os mesmos percalços que a CSN encontrou, principalmente quanto à insatisfação dos empresários norte-americanos em apoiar o projeto, com desdobramentos diferentes. A decisão pela retomada do *Projeto Cabo Frio* foi uma decisão política, com apoio militar, especialmente no período em que as obras avançavam com maior rapidez, no governo JK. Para Maria Vitória Benevides, os militares formavam uma fração de poder no governo JK para garantir a

¹⁵¹ Idem – p. 430

¹⁵² MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e a fogo – construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941 – 1968)*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1989 – pp.2-74.

ordem, a estabilidade política e o desenvolvimento econômico. A premissa básica do desenvolvimentismo era mudar dentro da ordem para garantir a ordem. Nesse sentido, o governo apoiava-se em um grupo militar que era majoritariamente ligado ao general Henrique Teixeira Lott, principalmente os generais constitucionalistas Zenóbio da Costa, Estilac Leal e Segadas Viana, conquistando posições no Clube Militar. O governo precisava captar recursos externos e importar tecnologia estrangeira para garantir o desenvolvimento, no sentido de consolidar a industrialização brasileira. As relações da política econômica com a política militar permitiam que o governo avançasse, sustentado por grupos militares que apoiavam a política do governo JK. A política desenvolvimentista criava condições, a partir de um conjunto de formulações ideológicas, gestadas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e de setores técnicos distribuídos por uma teia administrativa paralela, para compor órgãos eficientes como, por exemplo, os Grupos Executivos. Dessa forma, JK conseguira aumentar o grau de eficiência e o controle sobre a economia. Na outra ponta, Kubitschek garantia a governabilidade pela coligação PSD/PTB, que havia ganho a eleição com João Goulart na vice-presidência.

Nos anos JK, o apoio do Exército seria decisivo para garantir a industrialização do país. Para Benevides, três fatores explicam a importância do Exército no conjunto das Forças Armadas, na sustentação do governo JK, para sustentar sua política de avanço na industrialização do país: o papel preponderante do general Lott; a convergência quanto aos interesses econômicos, principalmente as indústrias de base, como mecanismo de defesa e segurança nacional e os mecanismos de cooptação, pela participação dos militares, principalmente generais em cargos executivos, embora fosse uma prática vigente desde o governo Vargas. Nos anos JK, havia representantes

das Forças Armadas em todas as empresas-chaves ligados à segurança e ao desenvolvimento.¹⁵³ Na CSN, o general Edmundo de Macedo Soares, na FNM, o brigadeiro Guedes Muniz e na CSN, o general Bruno Martins, que eleito para a diretoria em 1949, permaneceu no cargo até 1961.

O Exército, para a autora, atuou como o “*poder moderador*”, entre 1824 e 1964, quando as Forças Armadas transformaram-se no Estado. O apoio dos militares à intervenção do Estado no processo econômico, não contrariava os interesses do capital nacional ligado à produção e distribuição de bens de consumo. Pelo contrário, esses empresários tinham interesse na implantação da indústria pesada, dentro de uma política econômica agressiva e eficiente para o desenvolvimento e para a segurança nacional, que garantisse a construção de um complexo industrial militar-estatal, dotado de indústrias de base. Defesa militar e soberania nacional eram ferramentas ideológicas próprias do grupo nacionalista militar.

Militares e FNM.

A Fábrica Nacional de Motores – FNM, no Rio de Janeiro, foi um desses projetos da indústria de base que contou com largos interesses militares. Construída ao longo da década de 1940, em Xerém, 4º distrito do município de Duque de Caxias, a empresa foi fruto de uma conjuntura de guerra que deu significado a militarização das relações de trabalho. A FNM foi projetada para a construção de máquinas de aviação para atender a interesses militares e estratégicos, que combinava com uma política de defesa militar e segurança nacional. José Ricardo Ramalho toca em

¹⁵³ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. pp. 147/242.

questões importantes para pensar as estratégias de construção da FNM. Por que a Baixada Fluminense? Por que Xerém? Uma área pantanosa, formada de mata virgem, com alta incidência de malária, insalubre, com alto índice de mortalidade. Para os idealizadores da fábrica, sua localização representaria a vitória do homem sobre a natureza. Para o general Bruno, da CNA, quando da sua defesa do projeto de instalação da empresa, no Clube Militar, além de domesticar a natureza, era preciso “civilizar o Jeca”. Decisivamente, o homem e a natureza deveriam ser domesticados pelas forças do capitalismo.

Segundo Ramalho, a decisão de instalar a fábrica era uma atitude personalista de Vargas, demonstrando mais uma vez o poder de um governante numa autocracia. A dimensão política para a escolha do Rio de Janeiro para sede da FNM, uma fábrica de componentes para a aviação, também recebia o entusiasmo político de Amaral Peixoto, Interventor Federal, com o interesse de dar à região um *status* industrial. A unidade fabril foi instalada “nos contrafortes da serra de Petrópolis, salva de bombardeios, alvos inimigos, como desejavam os militares americanos”.¹⁵⁴ Além disso, fatores técnicos e econômicos pesaram na escolha do lugar, tais como: terrenos no nível do mar, transportes (rodovias e ferrovias), água em abundância, luz e áreas planas para pista de pouso. O argumento da defesa, em períodos de guerra, estava visível na arquitetura dos prédios camuflados e sem janelas, todos com ar condicionado.

O brigadeiro Guedes Muniz, na presidência, agia como um entusiasta de Vargas e garantia que a fábrica era parte de uma estratégia internacional do governo

¹⁵⁴ RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária – o caso da Fábrica Nacional de Motores no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989 – pp. 17-39.

brasileiro, em industrializar o país com a CSN. A fábrica atendia aos interesses norte-americanos, uma vez que a manutenção de uma unidade fabricante de motores de aviação na América do Sul, longe da Europa e do Oriente representava laços de compromisso entre os Estados Unidos e os militares brasileiros, embora a Aeronáutica continuasse comprando motores de aviação dos Estados Unidos, fato que suscitava insinuações de que a FNM seria uma fábrica de peças obsoletas. Segundo o brigadeiro, havia condições excepcionais para avançar na construção de uma indústria pesada de tecnologia de ponta, sob licença da empresa norte-americana Wright-Whirwind e do governo americano, para fabricar motores. O Brasil só pagaria, depois de terminada a guerra, por 1/3 do valor mínimo, a mais moderna e barata unidade mecânica de precisão da época, a única da América do Sul.

Dificuldades que a empresa encontrou depois da guerra transformaria a FNM em alvo dos que eram contrários à intervenção do Estado na economia e favoráveis à privatização das empresas estatais. O brigadeiro chegou mesmo a apoiar a privatização da FNM, sem a desnacionalização da empresa. A fábrica, na verdade, funcionaria como reserva eventual para uso dos norte-americanos. Ao fim da guerra, a FNM vinha sofrendo pesados questionamentos quanto a sua viabilidade técnica e financeira, cogitando-se mesmo em fechá-la ou vendê-la para uma empresa estrangeira, numa época de mudança de orientação da política externa do governo Dutra, pautada pela redução das ações do Estado na economia, pela defesa do livre mercado e pela abertura da economia ao capital estrangeiro. Transformada em economia mista, no fim de 1949, com 99% das ações nas mãos do governo, a defesa pela preservação da FNM ter-se-ia se transformado em uma questão nacional.

Para o brigadeiro Guedes Muniz, da FNM, a industrialização do Brasil era um fator de sobrevivência da nação. O general dizia que o país era “*tão pobre e tão mesquinho o seu meio circulante*” que em caso de guerra, não haveria sequer meios de cobrir o início das hostilidades. Comparado aos Estados Unidos, “*somos uma nação que está doente; amolecida, enfraquecida e com medo, incapaz até de reagir eficientemente no caso de um ataque inimigo, pois não tem aço, não tem carvão, não tem eletricidade e, por isso, não tem comida, não tem transporte, não tem saúde*”. A batalha contra a miséria deveria envolver o Exército, para engajar-se nas obras de infra-estrutura, como também a Marinha e a Aeronáutica. Guerra à miséria, aos “*sabotadores conscientes ou inconscientes do progresso*”, guerra à mediocridade e à imoralidade. Segundo o general, existiam no Brasil três correntes econômicas distintas – a dos conservadores, cuja economia repousava integralmente na iniciativa privada e individual; a dos socialistas, sob os mais variados matizes, que queriam todos os meios de produção na mão do Estado e a dos modernos, que inspirados na doutrina escrita pelo presidente Roosevelt, acreditava na missão tutelar do Estado, dando, porém, inteira liberdade às iniciativas individuais e a integral segurança à propriedade privada.¹⁵⁵ Dizia o general que não interessava a ele o sistema econômico que fosse e sim que a guerra contra a miséria fosse vencida.

O presidente Dutra e seu ministro da Fazenda, Horácio Láfer, e outros membros do governo eram contra a produção de motores. Dadas as pressões sofridas pelo governo, para tomar uma medida em relação à FNM, a primeira delas foi determinada pelo Decreto-Lei nº. 8699 de 10.01.46, transformando a empresa em sociedade anônima para atrair o capital privado em investir na FNM, mantendo o

¹⁵⁵ *O Observador Econômico e Financeiro*, Março de 1951, nº 182, Ano XVI, pp. 70-76 – acervo FBN.

“status” de um empreendimento voltado para a defesa nacional, permanecendo o seu controle acionário, com a união.¹⁵⁶ Nesse período, uma diversidade de produtos passou a sair das linhas de produção, inclusive os caminhões que foram muito utilizados na CNA, no transporte de máquinas e equipamentos, mas também adaptados como “ônibus” para transportar os trabalhadores entre o Arraial do Cabo e a fábrica, chamados, popularmente, de “papa-filas”.

No caso da CNA, a proximidade com o Exército foi marcante, pois até 1964, a empresa seria presidida por oficiais da arma, além de ocuparem outros postos-chaves no Conselho Diretor. Quando João Goulart decretou a intervenção na Alcalis, em 1962, ao afastar a diretoria, presidida pelo coronel que fizera parte da “*Frente Parlamentar Nacionalista*”, Rocha Lima, o presidente nomeou, além de um general, mais dois interventores militares, sem designar nenhum civil para o hiato intervencionista. Da mesma forma os vínculos entre os militares e a empresa estreitavam-se pelo próprio controle da comercialização da barrilha, uma vez que a instituição militar atuava indireta e decisivamente no processo produtivo ao deliberar sobre a importação da barrilha. Esse instrumento de controle duplo pela empresa e pelo Exército causou sérios transtornos à Alcalis que, por pouco, não a levaram a insolvência. Diferente da FNM e da CSN, a CNA funcionou, pelo menos entre 1960 e 1964, com uma autonomia bipartida entre ela mesma e o Exército, sujeita a outros fatores exógenos. Para além do campo estritamente político, a CNA transformou-se em uma arena de lutas entre militares nacionalistas e não nacionalistas.

Permanentemente envolvido na administração de empresas estatais, principalmente nas indústrias de base, o Exército, enquanto uma instituição militar

¹⁵⁶ RAMALHO, José Ricardo. *Op. Cit.*

posta a serviço do capitalismo de Estado, opinava também, quanto a sua conveniência ou não, ainda mais quando o tema da segurança nacional passava a estreitar-se às manifestações golpistas. Quanto a esse aspecto, chamamos a atenção para os discursos proferidos durante o “*Fórum Roberto Santos*”, realizado pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP –, em 20 de dezembro de 1961, sobre o tema “*A Indústria e as Forças Armadas*”, com a participação de Antônio Devisate, presidente da FIESP/CIESP, Olavo Previatti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Papel e Papelão no Estado de São Paulo, Mário Garnero, em nome do Instituto Nacional de Estudos Superiores, do governador de São Paulo, Carvalho Pinto e do general Osvaldo de Araújo Motta, comandante do Estado-Maior das Forças Armadas. A CIESP/FIESP quis costurar em torno desse evento que congregava setores representativos da sociedade uma discussão que pairava sobre o tema da industrialização e da segurança nacional, sob a perspectiva da conjuntura política que o país vivia alguns meses depois da posse de Jango. Revelavam-se nas falas insinuações golpistas, quando o representante da classe empresarial paulista apropriava-se do tema da segurança nacional, muito comum para reforçar a necessidade do país industrializar-se para fazer frente aos prováveis conflitos que poderiam surgir em um mundo dividido entre o comunismo e o capitalismo. Vale a pena ressaltar que o discurso desses setores representativos do grande capital, buscava, naquela conjuntura política interna, mostrar seus receios e temores, utilizando-se de jargões para impressionar os militares, aclamados com “*fiadores*” da ordem capitalista:

“vigilantes e esclarecidas estão as Forças Armadas; porque representam o que há de mais puro nas nossas tradições; da atribulada vida nacional, com o país vivendo horas intranquílias

e agitações sociais; o poderio militar era a fiança do poderio industrial; todos os planos de defesa nacional fundam-se numa indústria militar bem organizada e próspera”

Contudo, a fala não encontra ressonância nas palavras do comandante chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Osvaldo Motta, que apesar de não negar que a ideologia da segurança nacional incorporava a luta pela industrialização do país, pois *“a vitória do subdesenvolvimento seria alcançada com uma industrialização racional”*. No entanto, quando mencionou a preocupação dos empresários com o quadro político conjuntural, face à intranquilidade observada pelos donos do capital, o general manifestou-se pela legalidade, pois *“as Forças Armadas não deveriam fugir dos seus deveres constitucionais”*.¹⁵⁷ Assim, podemos propor que a retomada da subordinação entre industrialização e segurança nacional, pelos dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP –, três anos antes do golpe militar de 1964, funcionaria como fonte de persuasão aos militares para intervir no processo democrático, na tentativa de articular o golpe.

2.4 – Arraial do Cabo e a fábrica.

Arraial e os candangos.

Arraial do Cabo era uma vila de pescadores pacata e tranquila em meados do século XX. Dona de uma beleza natural exuberante, a Vila só perdia sua tranquilidade por alguma notícia trazida pelos ventos do grande mar que a rodeava. Nada mais

¹⁵⁷ *A Indústria e as Forças Armadas*. Fórum Roberto Santos, São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1962.

roubava essa serenidade, pelo menos até meados da década de 1950, tempos em que do Arraial do Cabo para Cabo Frio, sede do município, com aproximadamente trinta e cinco mil habitantes, só era possível chegar pelo mar ou caminhando pela areia. “*Mas o diabo é que a Vila estava fadada, na sua indiferença resignativa, a mudar de destino*”¹⁵⁸. A chegada da fábrica de álcalis ia “*sacudir as bases do atraso*”. *Quem terá sido o dono dessa idéia?*” Indagava a personagem criada por Accioly Lopes, no intitulado romance *Candango de Arraial do Cabo*, escrito por esse trabalhador da CNA, nordestino entre muitos outros “*candangos*” que como ele veio trabalhar na construção da CNA. Candangos, que agora se apresentavam em um caleidoscópio de naturalidades, misturando-se aos cabistas, para renovarem suas histórias e suas lendas:

*“Nessa ponta fina de terra recoberta de areia alva, Sebastião, de Petrolina, encontrou-se com João, de Vila de Timur e, este com Antônio, de Anápolis. Francisco, de Acaraús conta história de pegas de boi a Juventino, de Alegrete. Este, por sua vez, lembrou a Augusto, de Parintins, que Otávio, de Umbuzeiro, desafiou Hortêncio, de Itajaí, para uma briga de peixeira, recordando uma que assistiu em Penedo. Enquanto José Osório, de Caratinga, quando andou dando safanões no destino, em Pirapora, presenciou um feito heróico e contava a história a um caboclo de Jacobina que se jogou às águas do rio cheio para salvar uma criança.”*¹⁵⁹

Accioly Lopes era um socialista familiarizado com as ideias dos partidos de esquerda, com o significado das lutas de classe e da importância da ação política dos sindicatos. Seu romance, publicado em 1963, foi escrito em torno de 1960, dada à dimensão cronológica dos fatos que ele reconstitui, sempre com base em diálogos,

¹⁵⁸ LOPES, Accioly. *Candango no Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro, Leitura, 1963. p. 21

¹⁵⁹ Idem, p. 29

muitas vezes recheados de personagens reais, muitas vezes retirados da ficção, obrigado no uso de sutilezas, uma vez que sua obra literária é um panorama da realidade que brotava das teias de relacionamentos na cidade e na fábrica. A ideologia de Accioly Lopes, ao lermos seu romance, operava em duas frentes. Uma revela o nacionalismo desenvolvimentista, face o vigor que representava a industrialização para o país, associada à idéia de progresso:

*“Transmuda-se a paisagem: os baixios alagados transformam-se em planícies. Os barracões coloridos, de madeira, as novas estradas ensaiçadas, a alegria festiva dos homens que trabalham, dão uma expressão nova à vida velha do Arraial do Cabo, que nesta hora marca, também, os seus minutos de avanços no relógio do tempo, que lhe abriu uma clareira no maciço do atraso.”*¹⁶⁰

A outra revelava o caminho pela luta de classes, na força da classe trabalhadora, em superar as adversidades impostas pela exploração do capital:

*“Nós que temos as mãos calejadas pelo trabalho que sustenta o mundo no seu equilíbrio, devemos ter também as nossas alegrias que estão na inauguração de uma fábrica, na vitória dum movimento grevista ... É uma coisa que nos lembra Cuba ... em pensar que Cuba existe com outra roupagem ideológica, que não é aquela da United Fruit”*¹⁶¹

Eram dois arraiais, o da Álcalis e a dos pescadores de modos simples. Arraial dos carnavais, dos blocos “*Peixinho da Má*” e no rival e desafeto “*Fulo da Praia*”, os

¹⁶⁰ Idem, p. 30-31

¹⁶¹ p.31

dois iluminados por tochas de sebo e óleo cru. A população dividiu-se ao meio, entoando as cantigas como a do *Fulo*, como expressão da cultura popular:

“Quem foi que disse quem foi”?

Que nós não que nossa moça.

Que foi dança no teu broque?

Adevorve a nossa morena

E a nossa porta-estandarte, que além de ser nossa frô., é nossa deusa, noss'arte.

Com ela dançando à frente

de nosso broque nós vai

cantando por toda parte.” ¹⁶²

O romance de Lopes é datado, no sentido que exprime claramente o debate que se impunha na sociedade brasileira tomado pelos temas da industrialização, do desenvolvimento e da ação do Estado, no novelo da CNA. Mais do que isso o livro mostra as contradições entre a construção de uma unidade industrial de álcalis sódicos, em uma comunidade quase que isolada, que vivia da produção extrativista da pesca e como essa contradição contribuiu, por outro lado, para impor uma consciência de classe, que trouxe para Arraial do Cabo e Cabo Frio o palco de estratégias políticas, sobretudo pela organização dos trabalhadores, que marcaram decisivamente as relações de poder no país naquele momento.

Antes da Álcalis, não havia escolas, nem médicos, nem telefones em Arraial do Cabo. O lugar transformara-se de uma acanhada colônia de pescadores em um espaço da ideologia desenvolvimentista, ao se configurar como um possível “*empório de*

¹⁶² p.44

produtos alcalinos”. Agora eram luzes, “*à noite as suas ruas mal-arrumadas explodem no luzeiro público e residencial*”, água jorrando da torneira, alargam-se as ruas, a igreja está pintada e o lugar tinha habitantes novos. “*Eis a fábrica num desafio à descrença e à mediocridade absolutas, nos últimos instantes de sua montagem, prestes a baforar o céu com a fumaça negra*”. Falava-se de política no bar do José Pedro. Os filiados ao PTB fazem apologias a Roberto Silveira, “*correndo da extrema direita e para a centro-esquerda do trabalhismo com a simplicidade de quem joga futebol*”. O livro de Accioly Lopes é um diário das suas reflexões ideológicas, muitas vezes truncadas, mas que conferem nitidez ao tempo e ao espaço. Identificava todos, pelo nome real, quando interessava expressar a contribuição dos trabalhadores na construção da empresa, pelo nome fictício quando se referia aos fuxicos ou aos códigos cifrados para denunciar os que eram considerados inimigos da classe trabalhadora.

Viver entre a pesca e a Álcalis.

O impacto da industrialização em Arraial do Cabo foi estudado por Marina São Paulo de Vasconcelos, e um grupo de antropólogos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em final dos anos 50, quando da instalação da CNA no povoado.¹⁶³ A partir desse trabalho, a autora buscava mensurar aspectos sócio-culturais da região e da comunidade, dentre as quais: a distribuição espacial dos oradores, as associações e instituições, a composição da população, sexo, idade, ocupação, grau de instrução, local de nascimento, religião, locais de culto, estabelecimentos comerciais, artesanato,

¹⁶³ VASCONCELOS, Marina São Paulo. *Mudanças sócio-culturais em Arraial do Cabo*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.169-174, jul/dez 1962.

assistência social, além de outros aspectos que contribuíram na formação de um sistema sócio-cultural, especialmente os grupos sociais, como famílias, poder político, cargos eletivos, partidos políticos, grupos de pressão. Também interessavam os problemas sociais tais como: pobreza, delinquência, mortalidade infantil, mortalidade geral. Além disso, a pesquisa propunha-se a identificar os níveis de socialização como sistema escolar, clubes, vizinhança, entre outros. Arraial do Cabo seria descoberto por antropólogos, quando a CNA estava sendo construída.

Para desenvolver a pesquisa, Marina Vasconcelos teve a sua disposição os fichários dos trabalhadores da Companhia Nacional de Álcalis, com informações sobre aqueles trabalhadores que viviam em Arraial do Cabo. Dos 3010 servidores da CNA, 1248 eram domiciliados em Arraial do Cabo e deles puderam ser registrados muitos dos dados mencionados acima, incluído os dados funcionais. O objetivo principal do trabalho era não somente avaliar a situação daqueles que suportaram a transição de uma economia tradicional para uma economia industrial, sob o trabalho assalariado, mas, também, identificar aqueles que ainda mantinham vínculos com a ocupação tradicional. Nesse sentido, aleatoriamente, foram selecionadas pela pesquisadora, oitenta e nove famílias cujos chefes ou eram funcionários da Álcalis e ainda exerciam alguma atividade relacionada à pesca ou correlatas. Contudo, por problema de tempo, a amostragem foi reduzida para 45 grupos domésticos ligados à CNA e 45 grupos domésticos ligados às atividades tradicionais.¹⁶⁴

Segundo Marina Vasconcelos, os novos padrões de comportamento dos habitantes de Arraial do Cabo pareciam advindos não diretamente da imposição da

¹⁶⁴ O conjunto de fichas compõe a coleção Marina São Paulo de Vasconcelos, disponibilizado pela Biblioteca do IFCS/UF RJ, entretanto, o material é esparso e está agrupado de forma desordenada, assim recebido, embora ainda carece de tratamento.

industrialização e da urbanização, mas trazidos pelos nordestinos que ocuparam um espaço urbano definido. A mesma questão foi identificada em outro trabalho realizado por Dantom Moreira de Araújo ao debruçar-se sobre a origem dos trabalhadores da CNA. Associado à pesquisa de Marina Vasconcelos, o trabalho de Araújo buscava identificar também, os trabalhadores da Companhia Thayo, ligada à implantação de uma indústria moderna na mesma região, voltada para a pesca da baleia. Segundo Araújo, verdadeiros bairros foram preenchendo os espaços vazios de Arraial do Cabo, principalmente onde estavam instalados os depósitos de líquidos industriais da Álcalis. Ali se formou um bairro industrial, no “*tanque*”, chamado também de *Vila Rebecchi*, em alusão ao nome de uma das empresas construtoras da CNA. Eram fileiras de barracões antigos, abrigos provisórios para trabalhadores, com características comuns aos bairros proletários urbanos, com centenas de antenas de televisores. Os topônimos iam se transformando em função da própria realidade local. A praça principal de Arraial do Cabo, de Praça Praia Grande passou a se chamar Praça Júlio Cezar, em homenagem ao pescador que fora salvo pelo transatlântico “*Giulio Cesare*” em uma evidente consagração dos lugares públicos aos personagens locais, trabalhadores do mar. Observações feitas por Danton Araújo dão conta de que o comércio era composto de lojas de móveis e aparelhos eletrodomésticos, embora fossem todas muito simples. No final da Praia dos Anjos, o porto surgia ao lado de modernas casas de veraneio encobrindo pequenas e velhas casas de antigos moradores. Para o autor, ao se olhar a Álcalis e a nova sociedade que se impunha em Arraial do Cabo, percebia-se de imediato, que a vida urbana se sobrepunha a uma sociedade rústica. Expressão disso eram os grupos religiosos instalados na cidade, tomados “*por um frêmito de proselitismo*” frente aos moradores: o Círculo Operário Católico de um lado e

protestantes de outro, com seus apelos em alto-falantes. Na outra ponta, os líderes sindicais *“com filosofias de vida diferentes a disputar elementos vacilantes e interiormente atônitos a quais apelos atender, que comportamento adotar”*. Também disputavam a adesão dos trabalhadores, grupos político-partidários, com interesses de âmbito nacional e local. No meio disso tudo, a desorganização social, por exemplo, em uma mal disfarçada *“casa de tolerância”*, na forma de um restaurante. Programas radiofônicos eram transmitidos do Rio de Janeiro e cada vez mais ouvidos no Arraial. Os aparelhos de rádio e televisão tornaram-se objetos de desejo entre todos.

Na Praia Grande, contaram-se cinqüenta e seis canoas que se aventuravam na pesca diária, cujo produto obedecia a um acordo de proporção entre os pescadores. Todas elas destinavam-se à pesca de arrasto – cada canoa tinha guarnição de nove homens – um atalaia (vigia), o mestre, um corticeiro, um chumbeiro, quatro remadores e um cabeiro. Na Praia dos Anjos, pescava-se com duas redes de arrasto e algumas linhas de fundo, utilizando-se de nove canoas. Nenhum desses pescadores era empregado da CNA. Para Dantom podiam-se identificar três tipos de economias paralelas: a industrial, representada pela Álcalis; a comercial, decorrente da primeira e a tradicional pesqueira. A tradicional estava compelida a um esforço de sobrevivência, ao organizar frentes para combater os *“açambarcadores do pescado”*, em um ritmo comercial capitalista, que praticava uma política de preços aviltantes, impedindo a entrada de novos pescadores aos grupos já constituídos.

“Esta economia estagnada vê-se cada vez mais compelida a economia de grande mercado, a despeito do esforço para equilibrar-se em economia subsidiária. A situação torna-se mais e mais dramática com a entrada de uma grande empresa de pesca em moldes industriais,

proprietárias de enormes e possantes barcos pesqueiros , revolvendo constantemente o fundo daquelas águas praianas e dizimando as crias das espécies não aproveitadas industrialmente. Não obstante, sofrem os pescadores a competição das traineiras do Rio e da Ilha Grande.”¹⁶⁵

As mudanças decorrentes do avanço da economia predatória apareceram desde 1956, quando as obras da fábrica começavam a entrar em estágio avançado. Úrsula Abershein detectou a partir dessa data, um crescente desinteresse dos habitantes locais pela atividade pesqueira e uma manifestação crescente em adaptar-se aos novos padrões culturais da modernização. Assim, o interesse por jogos, brincadeiras e histórias tradicionais era substituído por novas formas de divertimento como o cinema e os clubes. Acordar cedo, parte de uma vida sujeita a uma rotina e horários rígidos, não permitia mais o *serão*, para não perder a hora do trabalho na construção da CNA. O contato com o mundo moderno, com as notícias, as novidades, com os livros, revistas, jornais, o rádio e a televisão mudavam a vida dos cabistas:

“O relógio vai se tornando o tirano do cabista, regulando sua vida e suas atividades, como antigamente o eram o direito de pescar em dias fixos para o barco, e o vento que podia impedir a saída das frágeis canoas, mas cujas regras eram muito mais benevolentes e deixavam mais tempo de folga”¹⁶⁶

A pesca vinha sendo abandonada, pois era considerada mais perigosa e cansativa, e passou a ser substituída por uma ocupação de ganho certo. Esses

¹⁶⁵ ARAUJO, Dantom Moreira de. *Última estada em Arraial do Cabo*. Revista do Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp.211-214, jan/dez 1965; ver também, FONTENELE, Luis Fernando Raposo. *A dinâmica dos grupos domésticos de Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro, Editora Serviço Social, 1962, 42 pp.

¹⁶⁶ ALBERSHEIM, Ursula. *Socialização no Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro, 1957.

deslocamentos eram atribuídos também, a ação dos “*veranistas*” e seus métodos modernos de pescar com barcos a motor. Outros acreditavam que seria a mudança dos tempos, e até mesmo chegavam a atribuir a responsabilidade ao próprio cabista, “*que não procurava o peixe, preferindo ficar a esperá-lo*”. Era o fracasso de uma atividade que passara a ser considerada perigosa, que destruía rapidamente a resistência física e a saúde. Os velhos pescadores não abandonavam as suas atividades, mas eram unânimes em torcer que seus filhos não tivessem o mesmo destino, especialmente depois da fábrica.

*“Abandonado na atividade tradicional, o cabista volta-se para a fábrica, que agora em contínuo crescimento, lhes pode oferecer inúmeras possibilidades de colocação: trabalho braçal, carpintaria, pedreiro, eletricista, mecânico, motorista, etc. e também trabalho nos escritórios, serviço mais burocrático, mais agradável e menos cansativo”*¹⁶⁷

Entretanto, segundo Ursula Albersheim, havia contradições. A atividade burocrática, cômoda e lucrativa era vista com um certo desprezo pelos pescadores, pois eram atividades de indivíduos que ganhavam trabalhando sentados, sem se esforço físico. De qualquer maneira, era necessário instruir-se para chegar a algumas posições na cidade industrial. O ensino, no Arraial, vinha se modificando gradativamente, à medida que o contato com o exterior se tornava mais íntimo, com a chegada de “*candangos*” para trabalhar na fábrica e morar no Arraial. A modernidade chegara onde até então, pudera-se prescindir das letras, mas não das contas,

¹⁶⁷ *Idem.*

necessárias à divisão do produto da pesca e regidas por um sistema de direito tradicional muito complexo. Antes, somente seria necessário ir á escola, somente para aprender as simples operações matemáticas.

O trabalho do grupo detectou em Arraial do Cabo, a presença das seguintes instituições educacionais: o Ginásio Arraial do Cabo cujos objetivos eram formar trabalhadores para a CNA e “*melhorar o nível cultural da população*”, composto por um quadro de professores e diretores, que incluíam funcionários da Alcalis, lideranças políticas e sindicais, pescadores e militares da Capitania dos Portos. Entre eles estavam Hermes Barcelos, Werner José Pires, Walter Soares Cardoso e Ciro Marques. Naquele ano, havia 54 alunos na 1ª série e 20 alunos na 2ª série. As instalações do ginásio haviam sido ampliadas por Roberto Silveira. Algum tempo depois, no governo de Badger da Silveira, o ginásio foi estadualizado, quando iniciou suas atividades no turno da noite. Na realidade, o Ginásio Quintino do Vale era ligado a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sob controle do MEC. Hermes Barcelos, em entrevista concedida a Marina São Paulo de Vasconcelos, mostrava-se aborrecido por conta do ginásio, pois “*influenciado, não se sabe por quem*”, o padre Adão Antunes o responsabilizava pelo desvio de Cr\$ 200 mil da verba de subvenção.¹⁶⁸

Hermes Barcelos pertencia aos quadros do PTB e ocupara uma das diretorias da CNA, a partir de 1962, tendo sido alguns anos depois, prefeito de Cabo Frio. Na condição de diretor do Centro de Melhoramentos de Arraial do Cabo fundou um curso noturno “*Preparatório para a Fábrica*”, nome escolhido intencionalmente “*para atrair mais alunos, pelo objetivo prático e imediato*”. Embora fosse caro para as

¹⁶⁸ Entrevista concedida por Hermes Barcelos, a Dulce Martins Lamas, em Arraial do Cabo, no dia 21 de julho de 1962. Acervo Coleção Marina Vasconcelos, Biblioteca IFCS/UFRJ.

condições locais, o curso chegou a ter sessenta alunos, de ambos os sexos. Os professores eram considerados como “*gente que sabe*”. O Centro administrou o curso durante três meses e, posteriormente, “*por motivos de administração*”, foi entregue ao pastor da Igreja Batista, que “*passou a explorá-lo para o seu lucro particular*”. O Centro trabalhou, também, com o governo do Estado e o Município pela ampliação do Grupo Escolar Praiano Almirante Frederico Vilar, além da construção de alojamento para professores. Essas obras e outras foram implementadas na gestão do Roberto Silveira e de Edilson Duarte, respectivamente.

Além do ginásio, havia o “*Movimento Popular de Educação*”, com três escolas, duas na Praia Grande e uma na Praia dos Anjos, criadas por Roberto Silveira, que também destinava, mensalmente, uma quantia de Cr\$ 6 mil, para manutenção da escola que funcionava na Igreja Batista. Outras, como a Escola Adolfo Beranger e Mário Sales tinham 39 alunos em classes de alfabetização e 1ª série e pertenciam à colônia dos pescadores, subsidiadas pelo Ministério da Agricultura. De resto, Vasconcelos aponta a escola da prefeitura, com 27 alunos, a Escola 13 de Maio, da CNA, inaugurada em 16 de maio de 1962, com 268 alunos e o Grupo Escolar com 448 alunos. Além disso, o Centro intercedia para que a Prefeitura de Cabo Frio concedesse aforamento de terrenos sob condição de construção imediata, para resolver os problemas de habitação no Arraial. A infraestrutura avançava com a instalação da rede elétrica do Arraial, em 1958, por iniciativa do Centro.

Um outro pólo de socialização e de integração entre a comunidade de pescadores e a indústria alcalina era a Banda Sociedade Musical Arraial do Cabo, que anteriormente chamava-se Sociedade Musical União dos Pescadores fundada em 1943, e que voltou a funcionar, a partir de 1960, com vinte e cinco músicos. A Banda de

Musica recebeu Cr\$ 100 mil do Centro de Melhoramentos de Arraial do Cabo, a título de subvenção, para ser reativada. Na diretoria havia pescadores e trabalhadores da Alcalis e representantes do sindicato. A presidência era ocupada pelo pescador Manoel Felix Cardoso. O mesmo acontecia no Conselho Fiscal. Entre os músicos, havia pescadores, trabalhadores da CNA, comerciantes, políticos, a maior parte deles católicos, embora houvesse também protestantes e quase a totalidade dos membros tinham apenas o curso primário, porém, a maior parte incompleto. A faixa etária era de 35 anos, e dos vinte e cinco integrantes, oito eram trabalhadores da Alcalis e sete eram pescadores. As bandas de música em cidades do interior eram espaços, também, voltados para a prática política. Todas essas sociedades musicais expressavam, de certa forma, uma identidade política. Assim foram “*Liras*” e “*Jagunços*” em Cabo Frio, ao exacerbarem as contradições entre liberais e conservadores. Da mesma forma em Macaé, entre a “*Lira dos Conspiradores*” e a “*Sociedade Musical Nova Aurora*”. Nesse sentido, a retomada da banda como espaço de socialização, em 1960, permite apostar, a partir do encontro entre a comunidade de pescadores e os trabalhadores da Alcalis, na construção de uma base de integração social e política no Arraial.

Mas o que mais conta no trabalho dirigido por Marina São Paulo de Vasconcelos, são as experiências individuais, muitas delas entrecruzadas com as dimensões desse trabalho, principalmente quando nos referimos aos trabalhadores e as suas lutas, aos partidos políticos, aos jornais. São poucos exemplos, mas que aproximam esses homens e mulheres como agentes da história que aqui se constrói, que dão vida aos documentos, como Edna Teixeira Melo Fialho (d.Leca), responsável pela Agência dos Correios e Telégrafos que funcionava na sala de sua casa em Arraial do Cabo. O maior movimento do posto dos Correios era o do reembolso postal, cujo

dinheiro, d Leca guardava em uma lata de biscoitos, pois “*não havia roubo em Arraial*”. D. Leca andava muito aborrecida com a Álcalis, pois seu marido, Martins, fora demitido da empresa por ser considerado “*muito esclarecido*”. Martins era líder sindical e sua demissão teria sido motivada por exigências feitas à empresa quando era presidente do Sindicato de Mestres de Pequena Cabotagem, para que os trabalhadores da área da estiva portassem a *Carta de Arrais*, para exercer atividades na CNA. Segundo d. Leca a exigência de Martins não foi bem recebida também, pelos trabalhadores, que o acusaram de extorsão por organizar um curso pago, para lhes submeterem aos exames. Martins dissera que foi “*pressionado e caluniado*” por todos. David Francisco de Mendonça morava em uma casa de sapê e não desejava que seus filhos fossem pescadores como ele, pois torcia que para que estudassem e que se casassem com “*gente igual*”. David passara a gostar de levar seus filhos ao cinema e aos bailes e de ouvir futebol no rádio. Achava Carlos Lacerda o “*verdadeiro homem*”; Carlos Virgílio Felix era trabalhador da CNA, pintor e fazia trabalhos extras como eletricitista. Se fosse demitido da Álcalis, não queria mais se dedicar à pesca, pois não era uma atividade rentável. Era sindicalizado e freqüentava as reuniões no Sindicato. Tecia as mais severas críticas ao Círculo Operário Católico, ao qual pertencera. Sócio do Clube Guarany, Carlos Virgílio gostava de dançar, de freqüentar o cinema e o circo, além de gostar de futebol, o que lhe deixava ansioso por comprar um rádio de pilha. Virgílio comprava e lia diariamente o jornal “*Última Hora*”. Manoel Félix Moreira era pescador. Tanto ele quanto sua mulher, Maria da Glória eram filiados ao PTB, embora Manoel tenha chegado a fazer parte do diretório do Partido, pois sua esposa “*adorava*” política. Manoel trabalhou na Álcalis e atuou no Sindicato. José Alfredo da Silva gostaria que seus filhos estudassem e trabalhassem nos escritórios da CNA.

Sócio do Clube Guarany, não gostava e nem se metia em política, mas pertencia aos quadros do Sindicato. Enéas Simas de Carvalho era marítimo da CNA e trabalhava nas dragas que coletavam as conchas na Lagoa de Araruama. Estava satisfeito na Álcalis, pois antes, como pescador, lutava mais e ganhava muito pouco. Pretendia que seus filhos estudassem e que casassem com “*gente igual*”. Luis Joaquim Correa seria candidato a vereador pelo PSD. Estava “*muito feliz*” na Álcalis e lutava para receber um terreno no Arraial. Era da Igreja Batista. Já tinha sido do PTB, quando se entusiasmou com o governo Roberto Silveira, mas depois decepcionou-se com a política e estava retornando ao PSD, por orientação de Antônio Castro, candidato a prefeito.¹⁶⁹

Na década de 1950, Arraial do Cabo começou a transformar-se. A vila de pescadores passaria a ser a sede da principal empresa de produtos químicos do Brasil, a CNA. Um dos registros mais importantes dessa mudança foi feito pelo cineasta Paulo César Saraceni, no curta-metragem “*Arraial do Cabo*”, filmado em 1959, um dos primeiros exemplares do “*Cinema Novo*” brasileiro, que mostra o impacto da industrialização na colônia de pescadores. O documentário, em preto e branco, sem diálogos diretos, apresenta, de forma bastante lúcida, a contradição entre uma vila ainda de maneiras rústicas e a montagem de uma fábrica do rol das indústrias de base nacional. As cenas captavam o cotidiano de uma comunidade totalmente abstraída da vida moderna, vivendo intimamente ligada ao mar, que se juntava quase todos os dias, para assistir “*à apoteose do arrastão, em barcos miniatura com nomes de mulheres,*

¹⁶⁹ Todos esses depoimentos fazem parte da Coleção Marina São Paulo de Vasconcelos, depositada na Biblioteca do IFCS/UFRJ. A documentação que originalmente devia fazer parte do seu trabalho de campo em Arraial do Cabo está fragmentada e esparsa, o que não permite uma análise mais profunda do conjunto de fontes.

santos e lugares, que lembram a natureza; uma história que se findou em noite triste no mar; um nome simples de criança morta”¹⁷⁰. Na outra ponta, a fábrica que despontava para o alto, com os trabalhadores envolvidos na rotina das obras civis, em um incessante vai e vem entre o Arraial e o canteiro de obras, símbolos de uma metamorfose contínua.

Saraceni pretendia retratar a realidade dos pescadores e trabalhadores, estes submetidos aos interesses econômicos que, por vezes, tendiam a subtrair suas formas de subsistência. O diretor preocupou-se em escapar da exaltação da natureza exuberante e do progresso, procurando estabelecer em *Arraial do Cabo* uma descontinuidade estética com os padrões e convenções anteriores. Em resposta ao trabalho de Saraceni, a versão oficial veio através de um outro documentário chamado “*Álcalis: indústria de base*”, patrocinado pelo governo, exibido em vários cinemas do Rio de Janeiro.¹⁷¹

Nos quinze minutos do documentário, o que se vê é a contradição entre o moderno e a tradição. A tradição aparece na atividade pesqueira, na salga dos peixes, na vida simples do interior, nos bares do povoado, onde os homens se encontram para conversar, beber e dançar. A conservação do pescado, feita por crianças e mulheres, além de definir uma divisão social do trabalho, mostrava a abundância de sal, privilegiando a imagem, as cenas que registravam as duas principais atividades econômicas da região. A ida para o mar, para a pesca, simbolizava as práticas rústicas do pescador, que cultivava, no ato solidário, as bases sociais dessa comunidade. Em contraposição a essa vida brejeira, está a fábrica, no vai e vem dos seus bate-estacas,

¹⁷⁰ LOPES, Accioly. *Candango no Arraial do Cabo*. Op. Cit., p. 19

¹⁷¹ SILVA, Edmilson Felipe. *Os centros urbanos na mira do curta metragem*, em: Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Santos, SP, 29/08 a 02/09/2007– p. 154.

na profusão de homens e máquinas, os elevadores frenéticos que consagram a transformação brutal que se opera, tomada pela industrialização. Os caminhões FNM transitavam disputando espaço com os cabistas nas apertadas ruelas do Arraial. A buzina e seu motor rivalizavam com o som dos rádios transistores quem berrava mais alto. A modernidade empurrava a vida pachorrenta e pacata de homens e mulheres que se davam muito mais ao mar do que a terra, mas não negavam a admiração pela modernidade. Ao “*silêncio*” das cenas que evocavam o domínio e a imensidão do velho mar, contrastavam com os ruídos da modernidade. O mar ressurgente trazia agora, em novas vagas, os seus sais, traduzidos em elementos químicos.

A fábrica.

De um nada surgiu um canteiro de obras. De um canteiro de obras, Arraial do Cabo viu surgir as torres da Alcalis. Em 1957, a diretoria da CNA apresentaria o seu relatório, representada pelo seu presidente, general Alfredo Bruno; pelo diretor de Produção, Carlos Vianna Guilhon; pelo diretor Financeiro, Rodolpho Marques da Cunha; pelo diretor de Material, coronel Berilo da Fonseca Neves e pelo diretor Comercial, Gabriel Janot Pacheco. Além desses nomes, o relatório continha o nome de cinco membros efetivos do Conselho Fiscal e nove membros do Conselho Consultivos. Entre eles mais dois militares, o coronel Afonso Heliodoro dos Santos, como membro do Conselho Fiscal e do general Bernardino de Matos Neto, no Conselho Consultivo.

Se ainda havia alguma dúvida sobre os avanços do empreendimento alcalino em Cabo Frio, a apresentação feita no relatório era um libelo a favor desses avanços na construção da CNA e dos dispositivos que permitiam esse avanço, pois tratava-se de

uma fábrica na “*bela e próspera região dos lagos*”, dotada de ricas e variadas matérias-primas úteis à indústria química, ponto singular da costa brasileira, varrida por ventos de nordeste, cheia de sol, sal, água salgada e doce. A CNA seria a pedra angular de tantas outras indústrias químicas que chegariam à região: “*Há um movimento de pesquisas de vários grupos que desejam industrializar matérias primas da região*”. A empresa e seu projeto pioneiro na indústria de álcalis contribuiu para o desenvolvimento industrial do país, além de impulsionar obras complementares de infra-estrutura como o porto, uma rede de comunicações e transportes, melhoria das condições de saneamento, o fornecimento de energia elétrica. Especulava-se, por exemplo, que o grupo empresarial de Sebastião Paes de Almeida, empresário do setor vidreiro, tivesse interesse em instalar uma indústria de vidros no município de Maricá, próximo à lagoa de mesmo nome.

“Convém ainda ressaltar que está Cabo Frio no vértice das linhas de penetração nas regiões ricas do país. De Vitória, no Espírito Santo, parte o tronco ferroviário do Rio Doce; do Rio de Janeiro, D.F., a linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Estrada de Ferro Leopoldina, de profunda penetração nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, de Santos – São Paulo, a Sorocabana, a Santos – Jundiaí e, através delas, a Paulista e Mogiana.”¹⁷²

O Relatório de 1957 tocava na questão da necessidade da intervenção estatal na industrialização em face da complexidade de que se revestia a construção da CNA em um país que ainda não conseguiria atingir um alto grau de desenvolvimento econômico “*diante da retração da iniciativa privada*”. Portanto, não haveria outro caminho se o

¹⁷² Relatório da Diretoria – Exercício de 1957 - CNA

governo federal não tomasse a frente em realizar obra tão imensa. Caminhando para a inauguração de sua primeira fase, as projeções indicavam a produção anual de 100 mil toneladas de barrilha e 20 mil de soda cáustica, 22 mil de gesso, 27 mil de carbonato de cálcio, 9 mil de óxido de magnésio e 10 mil de bicarbonato de sódio, “*produtos cem por cento nacionais*”.

Realizações, idealizações e projeções não faltavam. Ao trabalho de construção da fábrica incorporavam-se outras obras de vulto, algumas concluídas outras inacabadas e outras nem sequer iniciadas, como por exemplo, a ligação da Estrada de Ferro Maricá ao ramal da Estrada de Ferro Leopoldina, em um trecho que ligaria Cabo Frio à estação de Rio Dourado, próximo a Casemiro de Abreu. Este seria um dos primeiros projetos descartados, pois em meados dos anos 60 o avanço da indústria automobilística decretou o fim da Estrada de Ferro Maricá, que há menos de vinte anos havia chegado a Cabo Frio. A ferrovia que ligou Niterói e o Rio de Janeiro à Região dos Lagos levou quase cinquenta anos para ser construída, no seu percurso total, e menos de dez para ser destruída. Sua integralização esteve envolvida em polêmicas resultantes de disputas entre capitais ingleses e franceses e só foi possível sua conclusão a partir da estatização. A Estrada de Ferro Maricá, embora careça de estudos historiográficos mais relevantes, deve ser lembrada como uma experiência positiva de integração modal entre os meios de transporte disponíveis, para a comercialização do sal, entre o trem e as embarcações que transportavam o produto na Lagoa de Araruama, pela penetração da via férrea nas margens da laguna.

O Relatório de 1957 reafirmara, também, a importância dos fundos públicos na execução do projeto da CNA e conclamava as empresas privadas a se juntar a CNA para usufruir da transformação que a empresa estava operando na região.

“Não há dúvida de que o esteio de todas é a Álcalis, que, com a sua produção inicial, já indicada acima, assegura o mínimo indispensável a realização daquele conjunto complementar. É verdade que pesa sobre ela o custo de tantas inversões: todavia, em futuro próximo, a iniciativa privada estará operando em Cabo Frio. ... Desbravar o terreno, enfrentar todas as dificuldades que tolhiam a iniciativa privada que a afastavam de Cabo Frio, foi o grande difícil, mas patriótico trabalho da Álcalis. Pioneira de uma região trabalhada apenas pelas artes mágicas da natureza, era natural que suportasse – como suportou – o peso do desbravamento – as pressões, o desânimo, a incompreensão, o escorrer do tempo, que não para, enquanto que o Brasil que não pode esperar, exigia álcalis para o seu progresso, barrilha e soda cáustica para os seus tecidos, o seu vidro, os seus plásticos, o seu petróleo abundantíssimo, os seus sabões, sua indústria química, enfim, para a sua vida, em resumo. Mas, a luta está chegando ao fim”¹⁷³

O documento festejava, enfim, que em 1958, a empresa começaria a auferir rendas pela colocação da produção de cal no mercado. Registrava-se, também, o fato de a empresa já ter recebido da França todo o equipamento necessário para montar a unidade de produção da barrilha, o que garantiria a CNA atingir um dos pontos altos do seu programa. Portanto, o planejamento elaborado pela Superintendência Técnica, em 1949, sob coordenação do general Alfredo Bruno, continuava em execução, sem alterações sensíveis, comprovando a *“idoneidade dos dados técnicos, econômicos e financeiros em que foi alicerçado a quase um decênio”*, muito criticado pelos norte-americanos. Em 1957, a CNA já contava com aproximadamente 2500 trabalhadores, a maior parte empregada nas suas obras civis. Paralelamente às obras, os setores técnicos da CNA trabalhavam no contato com os fornecedores das plantas industriais a

¹⁷³ Idem.

serem desenvolvidas, assim como na formalização dos contratos referentes à montagem da indústria, administrados pelo BNDE. Os valores globais dos contratos relativos à compra de equipamentos indicavam que grande parte deles, já tinha sido adquirida: US\$ 4,5 milhões em 1954; US\$ 12,8 milhões em 1955; US\$ 2,3 milhões em 1956; e US\$ 1,7 milhão em 1957. O gerenciamento desses dispêndios exigia uma rotina que chegava até Paris, na França. Lá, o Escritório Técnico da Álcalis – ETEP, funcionando em caráter temporário, tinha por objetivo dar celeridade aos contratos celebrados entre a CNA, a empresa “*Krebs & Cie*”. e os fornecedores franceses. No mesmo ano, o ETEP foi visitado pelos engenheiros do BNDE, Jorge Chataignier e José Maria Soares, que mantinham contato permanente com o “*Credit Lyonnais Worms & Cie*”. a “*Compagnie Française d’Assurance pour le Commerce Exterieur*”, a “*Krebs & Cie*” e a “*CIAVE*” e os principais fornecedores da CNA.

O BNDE, além dos desembolsos efetuados pelo Tesouro Nacional, havia repassado a CNA, em 1957, recursos da ordem de Cr\$ 232 milhões, além da integralização da restante do capital que subscrevera em 1956, no valor de Cr\$ 192 milhões, não obstante o aporte de acionistas privados, quando do aumento do capital social de Cr\$ 200 milhões para Cr\$ 800 milhões, autorizados pelo presidente Juscelino Kubitschek convencido da necessidade de acelerar as obras da empresa. A CNA assinou também, um aditivo contratual com a “*CIAVE*”, no valor de US\$ 5 milhões, no qual a Álcalis poderia dispor de maiores recursos em moeda estrangeira. O desembarque de equipamentos em Arraial do Cabo e no Rio de Janeiro chegaram a 9,5 milhões de toneladas, ainda em 1957.

A partir daí, pode a empresa iniciar os estudos para a colocação de seus produtos no mercado, especialmente a cal, cuja produção estaria por se iniciar. A CNA estava

consciente de que enfrentaria dificuldades em colocar seu produto no mercado, em função da excelência e da variedade de similares oferecidos. Além do mais, a cal produzida pela CNA não deveria desequilibrar o mercado, pois a fábrica de Arraial do Cabo ofereceria um produto diferenciado.

No dia 4 de Janeiro de 1958, Juscelino Kubitschek inauguraria a primeira etapa da empresa, que compunha o “*Grupo da Cal*”. Nascia, assim, um empreendimento tocado por três mil trabalhadores nacionais, além dos técnicos franceses. O presidente celebrou os esforços contidos no seu Plano de Metas, cuja meta, a de número 23, estimava para a empresa, quando concluída, uma produção de 72 mil toneladas de barrilha e 30 mil toneladas de soda cáustica, dando continuidade aos propósitos iniciados no governo Vargas. O jornal “*Última Hora*” afirmava que o objetivo da emancipação econômica do país estava mais próximo com mais uma meta alcançada pela reafirmação das ideias de Vargas. O periódico ressaltava, ainda, que, até o fim do mesmo ano deveriam ser inauguradas a central termoelétrica, o segundo forno, as salinas da empresa, com cerca de oito milhões de metros quadrados de área de produção, além da Vila Industrial para 150 trabalhadores. A economia a ser proporcionada com a entrada em operação dessa primeira etapa seria de ordem de US\$ 20 milhões por ano. No entanto, a CNA já projetava um aumento na produção, notadamente da barrilha, de 72 mil para 172 mil toneladas por ano, uma vez que 90% das obras de construção civil necessárias à montagem do segundo grupo industrial, o da barrilha já estavam concluídas. O presidente percorreu todas as instalações da fábrica em companhia do governador Miguel Couto Filho, dos ministros Lúcio Meira e Eurico Sales, dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, general Nelson Melo e Vitor Nunes Leal. Estavam presentes, também, os

embaixadores da França e do Japão, o engenheiro Lucas Lopes, presidente do BNDE, o economista Roberto Campos, diretor-superintendente do Banco, o prefeito de Cabo Frio, Nicanor Couto, além de diversas outras autoridades.¹⁷⁴

Não restaram, também, no discurso do presidente, os agradecimentos a Amaral Peixoto e ao general Edmundo de Macedo Soares e à França “*secular amiga do Brasil, tendo já cooperado na formação cultural brasileira, não faltou, no momento preciso, com a sua ajuda e o apoio financeiro e técnico que nos era imprescindível*”¹⁷⁵, para as instalações fabricadas naquele país. A fala de Juscelino, nesse aspecto, ilustra a importância que a cultura francesa tinha entre as classes brasileiras abastadas. A viúva de um engenheiro francês, que trabalhava em uma das empresas que participou da construção da CNA, fala dos primeiros anos após sua chegada em Cabo Frio, em 1957. Segundo ela, grupos locais receberam um grupo de cem franceses e seus familiares que vieram trabalhar e morar temporariamente na cidade, no sentido de homenageá-los pela passagem da data nacional francesa, o 14 de Julho, comemoração da Queda da Bastilha. A recepção aconteceu no Clube Tamoio, frequentado pelas famílias tradicionais da cidade, onde a grande parte dos brasileiros cantava de maneira respeitosa o hino nacional francês, *A Marselhesa*, enquanto os homenageados franceses, após a primeira estrofe, apenas balbuciavam a letra, cantada na íntegra pelos brasileiros, fazendo com que os visitantes ficassem impressionados com a cena. Concomitante a presença de trabalhadores franceses especializados no Brasil, alguns técnicos brasileiros tiveram que se especializar em algumas fábricas de álcalis sódicos

¹⁷⁴ Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek. Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de Janeiro de 1958, nº. 19871, ano LVII, página 9, primeiro caderno. Acervo FBN.

¹⁷⁵ Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek. Jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro, sábado, 4 de Janeiro de 1958, ano VII, nº 2.304, página 5. Acervo FBN.

na França, na Polônia e na fábrica de Zipaquirá, na Colômbia, para formar um grupo de suporte técnico no Brasil.

Entretanto, o presidente JK não quis encerrar sua fala sem deixar uma mensagem aos trabalhadores de Cabo Frio, ao fazer alusão ao presidente Getúlio Vargas, e lembrar a todos que sua presença, ali, era parte de um processo mais democrático e significativo da realidade brasileira, *“desejando comemorar com o povo e os trabalhadores as suas realizações”* em vez de ficar no Rio de Janeiro em *“festas e solenidades inúteis”*, preferindo estar junto com os trabalhadores. *“Asseguro-vos que o meu governo não se descuidará de aprimorar a legislação trabalhista, a maior e mais humanitária das obras deixadas pelo presidente Getúlio Vargas”*.¹⁷⁶

Com a implementação de mais uma etapa do seu Plano de Metas, embora uma meta cuja origem recuava no tempo, JK falava para uma sociedade dominada pela ideologia do desenvolvimento. O desenvolvimento do capitalismo fazia-se assim, por meio da produção econômica e da produção ideológica. Segundo Miriam Limoeiro, a ideologia que empolga o aparelho estatal em uma sociedade capitalista, em um determinado momento, é expressão ideológica das relações sociais naquele sistema, em especial, do estabelecimento da relação de domínio das suas frações dominantes. A ideologia dominante é uma expressão das relações de classes. Nesse sentido, a autora acentua a ideologia nos discursos produzidos pelos mandatários.

A atenção de JK dirige-se aos problemas econômicos, que automaticamente resolveriam os demais. Portanto, o desenvolvimento deveria superar a miséria, uma vez que condições precárias de vida eram consideradas um perigo para a democracia. Os discursos de JK tratavam a emancipação econômica como a base da soberania, do

¹⁷⁶ *Idem*

bem-estar e da segurança nacional. O desenvolvimentismo garantiria que a luta contra a miséria, travada dentro dos moldes da democracia, sustentava a soberania. Segundo o presidente, a luta pelo desenvolvimento fortificava o sistema de defesa da democracia, que não tinha futuro com a pobreza, uma vez que esta levaria à subversão e ao comunismo. O combate à miséria deve servir para combater o comunismo. Assim, o problema da segurança nacional no Brasil estaria atrelado, também, ao problema do desenvolvimento.¹⁷⁷

O Plano de Metas era a garantia contra o avanço das ideologias opostas. Era preciso mudar dentro da ordem para garantir a ordem, argumento revelador de uma faceta conservadora da ideologia desenvolvimentista, enquanto progressistas e, contraditoriamente, anticomunista. O Plano de Metas como sinônimo de desenvolvimentismo, incorporava o nacionalismo como garantia ao desenvolvimento. O nacionalismo consistia em desenvolver, enriquecer e tornar o Brasil respeitado. Para JK, o significado político do nacionalismo, no plano racional, era a consciência e no plano efetivo, era o amor. Quanto a essa observação de Limoeiro, retomo aqui a sugestão de Benedict Anderson, ao estudar a consciência nacional de que as nações inspiram amor.¹⁷⁸ Para Marx, a idéia do nacionalismo suporta, por vezes, uma abstração dos antagonismos de classe, a que ele se refere em “*As lutas de classe na França de 1848 a 1850*”, dada a “*conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios*”.¹⁷⁹

¹⁷⁷ CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento JK/JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. pp. 93/286.

¹⁷⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, Atica, 1989.

¹⁷⁹ MARX, Karl. *As lutas de classe na França entre 1840 e 1850*. *Op. cit.*

Para encerrar a cerimônia em Cabo Frio, o general Alfredo Bruno, presidente da empresa, não deixava dúvidas sobre a necessidade de o governo intervir no setor de produtos alcalinos, mas deixava bem visível que a ação do Estado tratava-se de uma excepcionalidade, dirigida à aceleração na implantação das indústrias de base, para regular os desequilíbrios econômicos:

*“Não receio afirmar que jamais teríamos uma fábrica de álcalis como a de Cabo Frio, se o governo, no legítimo e necessário papel de impulsionador do país, não a construísse. Assim agindo, defende os interesses do Brasil, sem embargos de princípios econômicos respeitáveis, mas que só podem vigorar em fase de equilíbrio. ...Não faltam estímulos nem persuasão para impelir o capital privado para esta indústria de base. ...Atraído, todavia, para outros setores da produção em que menores investimentos proporcionam lucros maiores, não quis ele se engajar num empreendimento complexo e de grande vulto como o dos álcalis”.*¹⁸⁰

Um ano depois seria publicado o Relatório da Diretoria de 1959.¹⁸¹ Mais uma vez o documento retomava o planejamento elaborado por Alfredo Bruno em 1949, como complemento às informações contidas no relatório do exercício anterior. As obras cresciam, em volume, da mesma forma que 97% dos equipamentos e máquinas já haviam chegado da França, todas transportadas pela Loide Brasileiro. O “*Grupo da Cal*”, inaugurado no ano anterior, registrara uma venda de 21 mil toneladas do produto. A próxima meta seria a inauguração do “*Grupo da Barrilha*”, previsto para meados de 1959, principal produto a ser fabricado pela CNA. No entanto, os administradores ressentiram-se da falta de trabalhadores especializados como

¹⁸⁰ Discurso do general Alfredo Bruno, presidente da CNA. Jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro, sábado, 4 de janeiro de 1958, ano VII, nº. 2304, p. 5.

¹⁸¹ CNA –Relatório Anual de 1959.

engenheiros, auxiliares técnicos e desenhistas, dado o recente desenvolvimento industrial do Brasil. Um outro detalhe que agravava a escassez de mão de obra especializada, eram as deficientes condições locais de moradia.

A reduzida força de trabalho especializada refletia-se, também, nos demais setores da empresa, até mesmo naqueles que utilizavam do trabalho braçal, para a construção dos tanques e canais nas salinas da CNA. Os estudos para a implantação das salinas vinham sendo conduzidos pelo Escritório de Engenharia Dr. Costa Nunes, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, diante do baixo número de trabalhadores especializados, as obras prosseguiam, principalmente, na terraplanagem e na construção de 10 km de canais de alimentação, retorno e drenagem das salinas. A adutora de Bacaxá, em Saquarema, que trazia água doce da Lagoa de Juturnaíba, localizada entre Silva Jardim e Araruama, construída com um aporte de Cr\$ 108 milhões do BNDE, já abastecia a fábrica, o Arraial do Cabo e Cabo Frio, dispondo de um reservatório de 3 milhões de litros. Quanto à força geradora de energia, a Central Termoelétrica deveria entrar em funcionamento no primeiro semestre de 1959.

Na cidade industrial prosseguiam as obras de urbanização, do emissário de esgotos, da rede de água potável, da rede elétrica e do restaurante industrial. Já haviam sido montadas 85% das estruturas e equipamentos do “*Grupo da Barrilha*”. O número de trabalhadores chegava a 2529, sendo 459 mensalistas e 2070 diaristas, com um acréscimo de 10% em relação a 1957. Novos alojamentos foram constituídos, além do aluguel de casas em Cabo Frio para o pessoal especializado. Em 1958, foram servidas 446 mil refeições. Além disso, foi criada a Cooperativa de Consumo dos Empregados, destinada ao fornecimento de gêneros de primeira necessidade. O serviço de saúde, com 4 médicos, prestou assistência a 10 mil pessoas, produzindo 6.480 abreugrafias,

exame radiológico clássico, de baixo custo, para detectar doenças pulmonares, um dos estigmas reservados à recusa ou ao afastamento do trabalhador.

Os gastos nacionais com a construção civil, fabricação de equipamentos e assistência técnica chegariam a Cr\$ 150 milhões. As compras externas estavam na ordem de US\$ 22 milhões, em valores acumulados desde 1954. A CNA, em conjunto com o BNDE, tentava obter junto a SUMOC, o Certificado de Propriedade Cambial relativo à complementação do financiamento CIAVE, no sentido de solucionar problemas cambiais. Discutia-se, também, a ideia de constituir uma frota própria para transportar os produtos acabados. Por fim, o Relatório de 1958 informava que no quadriênio 54/58 a CNA recebeu do BNDE, Cr\$1,3 bilhão. Em 1958, o balanço da empresa acusava um ativo imobilizado da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão, correspondendo a 70% dos ativos totais. Contabilmente, raras receitas de vendas eram registradas.

Algum tempo depois, os empregados da CNA fundariam o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos Para Fins Industriais de Cabo Frio (STIPQPFICF), que viria representar os interesses de quase 3000 trabalhadores da empresa. A entidade sindical veio substituir a Associação dos Trabalhadores da Álcalis.

A primeira barrilha na CNA seria produzida em 08 de abril de 1960. O general Alfredo Bruno, eterno presidente da empresa, cercado de trabalhadores comemorava: “*aqui está a nossa barrilha*”. Entretanto, a unidade de produção de barrilha só foi oficialmente inaugurada em 05 de novembro de 1960. Embora estivesse presente na inauguração da primeira etapa, a usina de cal, dessa vez o presidente JK seria representado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, Ernani do Amaral Peixoto. O ministro afirmou neste dia, que com o empreendimento, um grande centro industrial

surgiria em Cabo Frio, como teria sido em Volta Redonda, com um diferencial a mais: o desenvolvimento do turismo.¹⁸² Pelo menos nesse prognóstico, Amaral Peixoto, foi certo, mais até do que deveria. A ausência do presidente poderia ser justificada pela sua forte insatisfação com a greve dos trabalhadores da CNA, programada para coincidir com a visita de JK a Cabo Frio, na primeira data agendada, em junho daquele ano.

A barrilha estaria disponível nos principais mercados consumidores do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gérias e Rio Grande do Sul. Pronta para produzir 72 mil t/ano, a barrilha da Álcalis significaria uma economia anual nas importações de US\$ 15 milhões. Em 1960, a CNA seria administrada pela 6ª Diretoria, permanecendo no posto de comando, o general Alfredo Bruno, acompanhado do seu fiel escudeiro, diretor de Material, com a patente renovada, general Berilo da Fonseca Neves.

2.5 – História e desenvolvimentismo.

As referências teóricas e as discussões conceituais trazidas para este trabalho giram em torno do tema do desenvolvimento, da industrialização e da intervenção do Estado na economia. No entanto, a discussão sobre o desenvolvimento está atrelada à própria ideia do subdesenvolvimento, especialmente quando se trata das nações latino-americanas. Francisco de Oliveira abre dois flancos para trabalhar com estes termos de conotação hierarquizante: em primeiro lugar, tomando o conceito de subdesenvolvimento formulado pelos cepalinos, que denota, na realidade, uma análise

¹⁸² *O Fluminense*, Ano LXXXII, Niterói, Domingo, 06 de novembro de 1960, nº 23784, p.11.

sobre a forma de desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia. O autor sugere que subdesenvolvimento / desenvolvimento, nesse caso, aparece como singularidade histórica, dentro de um paradigma weberiano determinado por escolhas. Por outro lado, Francisco de Oliveira lembra que o marxismo via na teoria do desenvolvimento cepalino um modelo “*reformista*”, aliado ao imperialismo norte-americano. Neste caso, para os estudiosos marxistas brasileiros, a exigência da transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento poderia se inscrever como uma “*revolução passiva*”, também chamada de “*via prussiana*”, muito embora essas explicações tivessem um caráter mais genérico, sem se prender a formas históricas mais concretas, sobretudo em relação à periferia, como fizeram os cepalinos.¹⁸³

Sendo assim, para este autor, os estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL –, foram influenciados por Weber – e nas margens também por Marx. Neste sentido, para Francisco de Oliveira, o conceito brasileiro de desenvolvimento/subdesenvolvimento é cepalino e marxista, no intuito de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante. Portanto, para apresentarmos uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento, é importante apresentar as contradições que o tema traz no seu interior.

A partir da década de 1940, com a criação da CEPAL passaram a surgir alguns trabalhos que elaboraram considerações sobre o tema. Raúl Prebisch argumentava que o desenvolvimento deveria merecer um conjunto de ideias que pudesse formular uma política própria, criando uma ideologia que levaria a uma ação prática. Esta ação

¹⁸³ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão daultista / O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003 – p. 125/132.

prática deveria estar a cargo do Estado e dos empresários, no sentido de que as reformas econômicas se sobrepujassem às reformas sociais, em uma proposta de transformação conservadora que atendesse aos interesses da burguesia industrial, como tentativa de superar o subdesenvolvimento. Neste sentido, Prebisch defendia uma ideologia desenvolvimentista que consistiria na realização de um projeto mais digerível pelas lideranças capitalistas, no entanto, dependente do curso dos movimentos políticos.¹⁸⁴

Os estudos cepalinos tiveram importante influência no meio acadêmico brasileiro. Celso Furtado apostava na fórmula em que uma política desenvolvimentista só seria possível se estivesse atrelada ao desenvolvimento do mercado interno, através de um programa de substituição de importações. Insistia na intervenção do Estado para estimular a produção nos setores estratégicos da economia. Além disso, Furtado não colocava restrições ao capital estrangeiro, porém observava que deveria haver sobre ele um controle. Seu compromisso maior era que o desenvolvimento econômico pudesse contribuir para a efetiva superação da pobreza e da miséria no Brasil. Para Furtado, o estruturalismo econômico retomava a tradição do pensamento marxista na medida em que colocava em primeiro plano, a análise das estruturas sociais para compreender o comportamento das variáveis econômicas.¹⁸⁵ Da mesma forma, esse autor defende que a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a

¹⁸⁴ PREBISH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964 e PREBISCH, Raul. The economic development of Latin América and some of its principal problems. CEPAL, 1949, apud, BIELSCHOVSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996. – p. 16

¹⁸⁵ FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000 – p. 96

sua estrutura social, e, tampouco, a formulação de uma política de desenvolvimento econômico e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.¹⁸⁶

A partir destas referências teóricas surgiram, no Brasil, diversos trabalhos interpretativos sobre a questão do desenvolvimento. Esses trabalhos foram influenciados por outros paradigmas teóricos, que na maioria das vezes tentavam medir o esforço ideológico para garantir uma política de desenvolvimento no país. Os parâmetros dessas análises estão circunscritos por pontos de vista diferenciados em relação à política econômica implementada nas etapas distintas. Para a cronologia que distingue este trabalho, podemos notar que a discussão sobre o conceito de desenvolvimento estava atrelada ao debate entre mudanças ou permanências que o processo de modernização capitalista definia.

Nos anos sessenta, vários autores criticaram o enfoque dado à teoria do desenvolvimento nos trabalhos de Furtado e Prebisch. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, por exemplo, não se propunham, via de regra, a negar a existência do desenvolvimento, enquanto projeto, ou mesmo, ideologia. No entanto, mostraram em seus estudos a razão da sua crise com a internacionalização da economia a partir dos anos cinquenta, além de discutirem a ideologia não-nacionalista da burguesia industrial e a postura não de todo anti-industrializante dos setores agrários. Mesclando suas análises com as propostas políticas de época, estes autores criticavam os equívocos da teoria e salientavam as razões da falência do projeto de desenvolvimento, mas não colocavam em dúvida a sua existência.

¹⁸⁶ FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. São Paulo, Paz e Terra, 2000 – p. 22. Ver também BIELSCHOVSKY, Ricardo *Op. Cit.*

Ainda, segundo estes autores, mesmo que as dificuldades da economia brasileira pudessem ter sido provisoriamente solucionadas no impulso desenvolvimentista da década de 1950, apoiado pelo financiamento externo em curto prazo, seguiu-se uma fase de retrocesso ou até mesmo de estagnação, quando já se avistava uma superação definitiva aos obstáculos do desenvolvimento. Havia, portanto, a necessidade de uma análise integrada do desenvolvimento, uma vez que este só teria resultados, quando a estrutura social e política se modificassem à maneira que diferentes grupos sociais conseguissem impor seus interesses, sua força e sua dominação no conjunto da sociedade. Neste sentido, os autores faziam uma crítica ao economicismo da CEPAL, defendendo uma análise mais complexa do desenvolvimento que estivesse mais voltada para o político e o social.¹⁸⁷

Eli Diniz argumenta que as transformações ocorridas a partir de 1930, não devem ser minimizadas. Embora a “*Revolução de 30*” não tenha afetado de forma radical a estrutura de dominação, tal fato não nos autorizaria a considerar conservador o saldo do processo revolucionário, desprezando o significado das inovações colocadas em prática pela coalizão dominante, expressa pelo “*Estado de Compromisso*”. Dito isso, o regime político inaugurado em 1930 representou uma mudança fundamental em relação aos anteriores, pela maior concentração e centralização do poder político, modificando o processo de alocação de recursos entre os diferentes setores econômicos, implementando um novo padrão de crescimento econômico, voltado para a industrialização e o desenvolvimento dos centros urbanos.¹⁸⁸ No entanto, deve-se

¹⁸⁷ CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

¹⁸⁸ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-45*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

considerar, também, perspectivas mais críticas em relação a 1930, como a de Edgar de Decca, de apostar em um golpe preventivo da burguesia para impedir os avanços da classe trabalhadora ao reivindicar a crescente mobilização dos trabalhadores por conquistas sociais e políticas, travadas pela ascensão de Vargas ao poder.¹⁸⁹

Por outro lado, as fissuras interpretativas começam a se ampliar na década de setenta. Uma nova literatura veio enfatizar o contrário: o projeto desenvolvimentista de fato nunca teria existido, fora uma criação ideológica (no sentido de uma ideologia de legitimação do grupo do poder) do governo, dos intelectuais ou de ambos conjuntamente.¹⁹⁰ Thomas Skidmore chamava a atenção para as intenções ortodoxas de Vargas na política econômica de curto prazo. Para ele o governo fora ambíguo em matéria de economia, acrescentando que só a partir da segunda metade do governo teria havido uma “*virada nacionalista*”, quando as tentativas de aproximação com os Estados Unidos mostraram-se infrutíferas.¹⁹¹ É nesse momento que Vargas chegaria mais próximo do desenvolvimentismo nacional, privilegiando setores estratégicos em que as forças espontâneas não seriam suficientes para impulsionarem a industrialização. Dois desses setores eram a indústria extrativa e a indústria química.

A tese da “*virada nacionalista*” foi criticada por Carlos Lessa e José Luiz Fiori, para os quais o segundo governo Vargas mostrara-se ortodoxo em matéria de política econômica e não possuía qualquer projeto, muito menos um projeto industrializante, argumento que se contrapõe com o de Maria Antonieta Leopoldi.¹⁹²

Ressaltavam estes autores, os pontos comuns entre Vargas e o capital estrangeiro,

¹⁸⁹ DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 – o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

¹⁹⁰ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e Economia: o segundo governo Vargas, in: SZMRECSÁNYI, Támas e Suzigan Wilson. (orgs). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Hucitec/abphe/Edusp, 2002. p. 18

¹⁹¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

¹⁹² Capítulo 2, p. 148.

negando veementemente as interpretações que enfatizavam seu nacionalismo. Valorizavam, assim, um caráter contencionista na política de Vargas, em face da obsessão pelo equilíbrio orçamentário nas contas do governo.¹⁹³

Acompanhavam a mesma orientação Maria Celina D'Araújo e Sérgio Besserman Viana. A primeira não chegava a negar o desenvolvimento ao insistir no caráter ambíguo de uma política economicamente progressista com uma postura política conservadora. Vianna concluía que a política conservadora contribuiu para que fossem adotadas políticas econômicas ortodoxas em oposição às intenções industrializantes. Estava posta, então, segundo Dutra Fonseca, uma clássica questão da historiografia econômica: a dicotomia entre intenções e realizações. Neste sentido, o autor sustenta a realidade de um projeto de desenvolvimento, divergindo dos quatro últimos autores em dois aspectos: quanto à ortodoxia da política econômica e no que se refere à inexistência do nacionalismo.¹⁹⁴

Sônia Draibe, por sua vez, entende que os vínculos entre o Estado e industrialização são tomados de maneira abstrata pelos trabalhos vinculados à crítica cepalina, relacionados ao processo de substituição de importações. Para a autora, a idéia de que a industrialização não se fez sob o comando de um empresariado inovador, suscita a existência de duas etapas distintas da industrialização: a industrialização restringida, em primeiro lugar, em que o Estado aparece como empresário, que implicou em um avanço significativo no desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho. Em um segundo momento, na etapa da

¹⁹³ LESSA, Carlos e FIORI, José Luiz. Houve uma política nacional-populista?. XII Encontro Nacional da ANPEC. São Paulo, ANPEC, 1984, apud: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Op. cit.*

¹⁹⁴; D'ÁRAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas. 1951-1954. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982; e VIANNA, Sérgio Besserman, A política econômica do segundo governo Vargas. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1985; apud FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Op. cit.*

industrialização pesada, as exigências foram maiores, uma vez que cabia estabelecer as relações com as grandes empresas oligopólicas estrangeiras. O “*Estado de compromisso*” que atua entre essas duas etapas da industrialização nasceu da crise da hegemonia da Primeira República, para promover reformas das estruturas de poder decorrente da impossibilidade de qualquer das duas facções em luta, assumirem a hegemonia do processo político. Um Estado que se traduz em uma forte coalizão conservadora de interesses na sua base social do Estado, reproduzindo outros modelos do tipo “*modernização conservadora*” ou “*via prussiana*” do desenvolvimento capitalista, embora em perspectiva crítica quanto à elaboração desses conceitos por seus autores, por partirem de premissas da ausência de uma revolução burguesa clássica, como demonstram os trabalhos de Barrington Moore Jr., Luciano Martins e Luiz Werneck Vianna.¹⁹⁵ Particularmente em relação ao último chamamos a atenção para o conceito gramsciano de “*revolução passiva*” utilizado por Vianna, dadas as contradições que se apresentam no processo histórico brasileiro a partir de 1930, lançando mão desse recurso interpretativo para analisar o processo brasileiro de modernização, produzido pelos discursos teóricos do pensamento político autoritário¹⁹⁶.

Guido Mântega, por exemplo, via restrições no projeto de desenvolvimento, uma vez que, ao propor modificações na esfera das atividades econômicas, deixava praticamente intocadas as instituições políticas do país. Segundo este autor, mesmo que o projeto trouxesse benefícios a toda população ou contemplasse uma série de

¹⁹⁵ DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses – Estado e Industrialização no Brasil – 1930/1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

¹⁹⁶ VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2004.

medidas sociais, não poderia ser visto como um projeto de dominação ou de hegemonia da burguesia industrial brasileira. Tratava-se, portanto, de uma proposta de transformação burguesa conservadora, que procurava absorver as crescentes pressões das massas urbanas e, ao mesmo tempo, seduzi-las e cooptá-las para o novo projeto social.¹⁹⁷

Nesse sentido, atribui-se importância a uma ideologia desenvolvimentista populista, que incorporava a emergência das “massas” no jogo político nacional, ao mesmo tempo em que as entorpeciam e as submetiam ao projeto de desenvolvimento capitalista. Após 1945, demonstrando um desagrado com o novo arranjo político, as classes políticas, então, dividiram-se em pelo menos duas facções rivais: uma reformista e outra autoritária. Segundo Mântega, a consolidação da acumulação industrial e a ascensão das “massas” na arena política passaram a promover a reformulação e a reorganização do Estado brasileiro, tanto no sentido da maior intervenção na economia, quanto no sentido de uma maior representação político-partidária. No entanto, o tênue nacionalismo e o distributivismo da classe política reformista nunca chegaram a caracterizar um projeto de desenvolvimento radicalmente diferente daquele proposto pelos segmentos mais conservadores da burguesia.¹⁹⁸

Para Ricardo Bielschovsky, não devemos superestimar este primeiro momento do avanço industrial. A ideologia da superação do subdesenvolvimento nacional, com base na estratégia de acumulação de capital, só viria a se tornar hegemônica na segunda metade dos anos 50. Mesmo assim, seria provável que do ponto de vista de criação da ideologia industrializante, esse fenômeno tenha sido muito mais importante

¹⁹⁷ MÂNTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro, Polis/Vozes, 1987.

¹⁹⁸ Idem.

que o aumento da conscientização no interior da própria classe industrial. Além disso, o período em análise marcou a gênese do projeto, porque foi o momento da história política brasileira em que surgem, mais ou menos simultaneamente, os quatro elementos fundamentais do projeto desenvolvimentista: implantar no país um setor industrial integrado; criar uma consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida; a ideia de que o Estado é o guardião dos interesses da nação e o promotor da unificação nacional, pelo processo de centralização do poder e a ideia do nacionalismo econômico e do planejamento. No entanto, o autor não admite que este período tenha gerado um projeto industrializante articulado e perfeitamente definido. A classe industrial não teria apresentado neste momento um projeto articulado de industrialização. As limitações de ordem ideológica teriam conferido à burguesia industrial uma participação política inexpressiva. Neste sentido, para Bielschovsky, técnicos civis e militares foram levados a pensar as questões do desenvolvimento de uma forma integrada e abrangente, gerando a ideologia desenvolvimentista.¹⁹⁹

Por outro lado, a interferência da classe industrial no jogo político era uma realidade concreta. Mesmo que o governo não possuísse uma política econômica, claramente definida, havia, sim várias mediações possíveis entre a sociedade e o Estado. Sônia Regina Mendonça acha simplificadora a ideia de que o avanço industrial dar-se-ia por pressões de grupos técnicos civis e militares, fazendo as vezes de uma burguesia industrial. Dessa forma, a revisão do papel das classes industriais brasileiras neste período, torna-se essencial para a compreensão das relações entre

¹⁹⁹ BIELSCHOVSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.

Estado e economia. Assim, essa classe não teria um papel inexpressivo do ponto de vista econômico, desarticulada e incapaz de se constituir como grupo de pressão aos núcleos de poder. Para a autora a luta do empresariado fazia-se em três frentes básicas: a luta pela participação nas instituições de Estado; a construção de um discurso próprio e a elaboração de um programa industrialista.²⁰⁰ A análise de Sônia Regina Mendonça coincide com a de Francisco Luiz Corsi, no aspecto do apoio da burguesia industrial no processo, no sentido de que a política de desenvolvimento do Estado Novo tinha nessa classe um dos principais protagonistas, sem desprezar as elites agrárias e comerciais.²⁰¹

Mesmo depois do Estado Novo, tornou-se evidente, a partir dos debates apresentados nesse capítulo, quando nos remetemos às posições estabelecidas a partir do “*O Observador Econômico e Financeiro*” e o “*Digesto Econômico*”, a participação de alguns porta-vozes da classe empresarial brasileira nas discussões sobre a intervenção do Estado na economia. O fato desses dois periódicos representarem determinadas frações da burguesia nacional serve para não permitir que se negue ou desqualifique qualquer interesse de classe ou de suas frações na defesa de um projeto industrializante. Glycon de Paiva, Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, pelas posições que assumem nas instituições do Estado, eram figuras alinhadas com o capital industrial.²⁰²

A ideia de industrialização como alternativa do desenvolvimento econômico ganharia lugar de destaque no pensamento das classes empresariais e no campo

²⁰⁰ MENDONÇA, Sônia Regia de. *Estado e Economia: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

²⁰¹ CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo, in: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). *op. cit*

²⁰² ver subcapítulo – Intervenção do Estado na economia.

político. O próprio conjunto de medidas adotadas pelo Estado estava além dos interesses dos velhos grupos dominantes. Assim, Sônia Mendonça destaca o papel da mudança no lugar da permanência. A opção da autora advém do debate acadêmico entre continuidades e rupturas, tomando como referência a proposição de Francisco de Oliveira. Para este autor, a reformulação da ação estatal significava de um lado, a destruição das regras do jogo, segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agro-exportadoras e, de outro, da criação das condições institucionais para a ampliação das atividades típicas ligadas ao mercado interno. Tratava-se, portanto, de introduzir um novo modo de acumular, que se baseasse na realização interna crescente da produção.²⁰³

José Luis Fiori sugere que o esgotamento do estado desenvolvimentista propõe inflexões sobre a ação estatal e o problema da reconstrução do movimento dinâmico da conjuntura 30/60, privilegiando-se as determinações estruturais. Nesse sentido, dissolvem-se as incertezas vividas pelos atores naquele momento e, consagra-se o inevitável, aquilo que aconteceu, criando-se na maioria das vezes em conjunto de conseqüências. Para Fiori, a defesa da intervenção estatal, a partir dos anos 50, uniu diversos setores da sociedade, notadamente grupos políticos de esquerda. O objetivo de Fiori é tentar entender a fragilização das economias planejadas pelo avanço real da globalização econômica, uma vez que é impossível descartar a importância que o Estado teve no desenvolvimento do capitalismo industrial nos países periféricos. No capitalismo tardio, a intervenção estatal não só foi importante como extensa e indispensável. Os argumentos desse autor são relevantes ao contribuírem para a análise do tempo conjuntural, mais precisamente, o tempo a que me remeto ao abordar

²⁰³ OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

a história da CNA, reconhecendo como lembra o Fiori, ao retomar Poulantzas, que o tempo conjuntural é um tempo essencialmente político, portanto, é fundamental considerar os atores ou elementos de uma conjuntura como forças sociais.²⁰⁴

A intervenção do Estado na economia configurava-se como uma ampla ação política, que envolvia os mais diversos setores da sociedade. A sociedade brasileira, ou, pelo menos aos grupos dominantes intelectuais, políticos e empresariais, parecia aperceber-se, de fato, da mudança, naquele momento em que a ideologia do desenvolvimento incorporava-se à retórica oficial do governo. Portanto, como bem acentua Sônia Mendonça, o fundamento último do desenvolvimento era a manutenção da ordem e a afirmação dos valores capitalistas, ocidentais e cristãos.²⁰⁵

Dialogando com Fiori, Sônia Draibe afirma que não há como considerar uma análise nem tanto estrutural, baseada nas estruturas de poder nem reduzidas às articulações conjunturais de interesses. Essas preocupações teóricas partem do pressuposto da dificuldade em apreender as relações entre Estado e industrialização, no desdobramento de um processo de várias faces, cheio de idas e vindas, marchas e contramarchas como o processo brasileiro, no período 30/60, em que se observa um salto da estrutura produtiva.²⁰⁶ Para a autora, o comando do Estado sobre o avanço do capitalismo se faz sob as modalidades de intervenção e regulação econômica, através de uma máquina burocrático-administrativa centralizada e em expansão, para a aquisição por parte do Estado brasileiro, de estruturas materiais tipicamente capitalistas, prevalecendo na elaboração de políticas econômicas. Sônia Draibe,

²⁰⁴ FIORI, José Luis.. *O vôo da coruja – uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1995 p. 57

²⁰⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. cit.*

²⁰⁶ DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil – 1930/60*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

também, recorre a Poulantzas no sentido de perceber o Estado materializando-se pela divisão social do trabalho. As lutas de classe e frações de classe passam obrigatoriamente pelo Estado no plano administrativo, portanto, o aparelho econômico do Estado está longe de ser homogêneo e coeso. Assim, a autora deseja afirmar a incapacidade de técnicos e burocratas para estabelecer, a partir de si e no âmbito do aparelho econômico, a unidade da política econômica e social e, portanto, de exercer um papel dirigente de verdadeiros promotores do desenvolvimento econômico nesta etapa de industrialização, postura assumida na mesma medida por Sônia Mendonça.

Para Poulantzas o Estado deve representar os interesses do conjunto da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações de classe, ao se compor em blocos políticos de poder. Portanto, o Estado deve ser entendido como uma relação em que se condensa material e especificamente uma relação de forças contraditórias entre classes e frações de classe, que constituem aqueles blocos. É a relação do Estado com as relações de produção, extensivas às relações com a dominação política, que constitui a ossatura maior das suas instituições. Nesse sentido, não se pode tomar as relações de produção na base econômica, mas suas relações com a dominação política. O Estado organiza as classes dominantes em suas instituições, constituindo-se como sua unidade política, em linhas semelhantes ao que é proposto por Gramsci.²⁰⁷

Entretanto, o Estado não se reduz a essa relação de forças, pois se deve entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, em que se entrecruzam núcleos e redes de poder. Em suma, a política do Estado é resultante dessas contradições interestatais entre seus setores e aparelhos e no interior de cada um deles. A política estatal estabelece-se pelas contradições estatais, pelas decisões e não

²⁰⁷ Ver capítulo 4, p.382.

decisões demarcadas pelo limites estruturais, que transborda nas ilusões de um capitalismo organizado e de uma planificação capitalista.

“Certamente isso não significa que não existam projetos políticos coerentes por parte dos representantes e do pessoal político das classes dominantes, nem que a burocracia do Estado não desempenhe um papel próprio na orientação da política do Estado. ...O fenômeno espantoso, e constante, de reviravoltas da política governamental, feita de acelerações e freadas, de recuos, de hesitações, de permanentes mudanças, não é devido a uma incapacidade de qualquer maneira característica dos representantes e do alto pessoal burguês, mas é a expressão necessária da estrutura do Estado”.²⁰⁸

Segundo Poulantzas, o Estado concentra não apenas as relações de forças entre frações ou blocos no poder, mas também relações de forças entre esses e as classes dominadas. As contradições entre as classes dominantes e as classes dominadas significariam contradições entre o Estado e as classes populares exteriores ao próprio Estado. Na realidade, as lutas populares atravessam o Estado lado a lado, logo, sua estrutura material reproduz em seu interior uma divisão social do trabalho. O inimigo de classe está sempre no Estado, tanto assim, que o seu empenho está na organização da hegemonia para a divisão e desorganização das classes populares. As lutas de classes repercutem no Estado com a burguesia ocupando cargos nas altas esferas e a pequena burguesia nos escalões intermediários e subalternos do seu aparelho. As contradições e divisões no bloco de poder repercutem, portanto, nas altas esferas do pessoal do Estado, reproduzindo uma ideologia dominante que tem por função constituir o cimento interno dos seus aparelhos. Poulantzas reforça, entretanto, que é

²⁰⁸ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo, Graal, 2000. p. 138

preciso romper com o dogma de que todo Estado capitalista é simplesmente um Estado da burguesia, e atentar para a formação de frações de poder no interior do Estado, que luta com base em interesses políticos.²⁰⁹

2.6 – Depois do “*fim da história*”.

Esse subcapítulo pode parecer deslocado sob o ponto de vista cronológico, uma vez que minha intenção foi adequá-lo a um sentido temático, pois estou ainda tratando de evidências que têm um caráter econômico mais explícito, o que não significa que os interesses políticos sejam desprezados. Por quê? Porque se trata de uma análise de dois relatórios do BNDE sobre a CNA, produzidos no ano de 1964 e concluso em 1965, que antecipam e dão visibilidade aos temas tratados nos capítulos 3 e, com mais precisão, ao capítulo 4 dessa tese. Esses relatórios contêm revelações significativas sobre a dramática situação da Álcalis no quadriênio 60/64, objeto de estudo dos capítulos seguintes.

O BNDE mantinha uma Comissão de Fiscalização do Projeto de Construção da CNA, desde 1960, quando a empresa iniciou sua produção da barrilha. O trabalho na CNA foi coordenado pelo engenheiro químico Ralphe Rezende Decourt, que já havia trabalhado para o banco, segundo informações do próprio relatório, cujos dados foram analisados pelo BNDE, muito embora não tivesse explícita a sua aprovação, continha observações sobre a empresa e sobre o seu futuro, que eram aceitas pelo Banco. O primeiro estranhamento fica por conta da data em que o relatório foi disponibilizado,

²⁰⁹ *Idem.* pp. 125/163.

três meses após o golpe militar; o segundo, pelo seu “*caráter restrito*”. Por que um relatório que antecipava quase que um malogro de uma empresa estatal, referindo-se ao modelo e à tecnologia importada como algo ultrapassado, poderia conter um “*caráter restrito*”, tratando-se de enormes quantias de recursos públicos aplicados na CNA? Achei mais sensato, portanto, explorá-lo como uma antesala das tormentas, como uma crônica de uma morte anunciada. Em poucas palavras, o que esses documentos explicitam é a constatação de uma empresa que nascera inviável. A CNA só pode ter sobrevivido, nesses quatro anos, pela luta incansável de setores nacionalistas, civis ou militares, pela forte intervenção de determinados veículos da imprensa e, mais ainda, dos seus trabalhadores e de organizações da sociedade civil, que foram implacáveis, pelo menos até 1964, em não ceder a todo tipo de “*sabotagem*”.

O Relatório, publicado pelo Departamento Econômico do Banco, revelava os problemas e as soluções que envolviam a produção da barrilha, uma vez que a produção estimada quando da assinatura do contrato com as instituições francesas, previam a fabricação inicial de 100 mil toneladas anuais, meta nunca atingida pela empresa, pelo menos até 1964, como mostra a tabela I. Projetado um consumo interno aparente de 200 mil toneladas anuais para o biênio 68/70, a Acalis sequer havia atingido a sua marca inicialmente projetada. Insistir apenas na barrilha seria temerário, diria Decourt. Havia um incômodo compartilhado entre o engenheiro e o Departamento Econômico do BNDE, que deixava a CNA extremamente vulnerável: a produção de um único produto, cujo preço era impossível de concorrer com o de outros produtores. Logo depois do início da produção da barrilha a empresa paralisou sua produção de cal e, não teria condições de produzir soda cáustica, um derivado químico da barrilha, pelo

processo *Solvay*. Em 1963, a CNA não produzira mais que 77 mil toneladas e, ainda, importava 51 mil toneladas por ano. Os dados vinham sendo analisados por Decourt, desde 1960, atento aos problemas crônicos enfrentados pela empresa como a necessidade de autosuficiência em sal; assim como a precariedade no fornecimento de água doce e de calcário, críticas que já haviam sido feitas pelos técnicos norte-americanos, desde a análise do projeto de 1943. O relatório inicial foi elaborado por Decourt, em 1961, quando se ocupava, na CNA, da Coordenação da Comissão Técnica C-2, com prazo para a apresentação de seu relatório final em junho de 1962, um mês depois de Rocha Lima deixar a presidência da empresa. Enquanto esteve na empresa, Decourt chegou a ocupar uma vaga no Conselho de Administração. Seu documento ao propor soluções técnicas para a CNA foi considerado aceitável pela empresa e pelo BNDE, no sentido de contribuir para que fosse encontrada uma saída para a Álcalis.²¹⁰

Decourt enumerou, com conhecimento do BNDE, a série de desajustes crônicos por que vinha passando o ciclo produtivo da barrilha na CNA. O primeiro seria a dependência da empresa ao abastecimento de sal nordestino a preços exagerados, sobretudo, segundo ele, em função do frete, gastos que poderiam ser revestidos com a implantação da Usina de Combustão de Sal, em Cabo Frio. A produção de sal pelo processo de combustão submersa, arrastava-se em função dos empecilhos políticos e econômicos para sua aquisição e montagem. O volume de sal produzido sob combustão submersa traria para a Álcalis, segundo o engenheiro, a chance de produzir novos produtos como forma de torna-la viável. A necessidade urgente da usina,

²¹⁰ Plano de Expansão para a Companhia Nacional de Álcalis, I. autossuficiência em sal, 200.000 t/a de barrilha, / 1964 - Impresso não estruturado – ACERVO 62695. DECOURT, *Ralpho Rezende*, BNDE. *Plano de Expansão para a Companhia Nacional de Álcalis, I – autossuficiência em sal, 200.000 t/a de barrilha, /1964*, 90, Número de chamada F-0205. Contém 91 páginas e 10 tabelas – Acervo BNDE.

indicada em um estudo conduzido pelo mesmo engenheiro, em 1961, vinha sendo cozinhada de longa data. Dela a CNA garantiria a autosuficiência de sal para a produção da barrilha, além de permitir uma redistribuição da mão de obra das salinas para outros setores produtivos, uma vez que essa movimentação certamente resolveria um outro problema apresentado pelo relatório: o elevado custo da folha de pagamento. O contrato para a fabricação da Usina fora assinado com a empresa inglesa NORDAC, em 1962, porém os recursos totais ainda não haviam sido liberados, questão inclusive, que demandaria uma série de lutas por parte dos trabalhadores, no desejo de resolver os problemas da Álcalis. Dois outros sérios problemas emperravam o funcionamento da empresa: o bombeamento insuficiente de água doce, da Lagoa de Juturnaíba; e a extração das conchas da Lagoa de Araruama. As duas matérias primas estavam próximas do ponto de estrangulamento, a qualquer momento. Todos esses problemas eram enfrentados pela CNA, desde 1960. Mas a maior dificuldade enfrentada pela CNA era a comercialização interna da barrilha pelo impacto da concorrência com o produto importado e os efeitos dos trustes e cartéis. Dessa maneira, o Relatório sugeriria como imprescindíveis a utilização de barreiras alfandegárias que limitassem ou impedissem a entrada do similar estrangeiro, criando um mecanismo de defesa “*anti-dumping*” para a empresa, através de tarifas protecionistas. Nas condições existentes, não seria possível à CNA concorrer com os preços internacionais da barrilha.

Segundo Decourt, a CNA suportava situações adversas desde a sua fase inicial de implantação, quando da aquisição de suas máquinas e equipamentos, o que contribuiu para deixar o país descrente daquela iniciativa estatal em Cabo Frio. Contudo, a fábrica começou a produzir uma barrilha de excelente qualidade, mas, por

estar supercapitalizada e não contar com matéria-prima de baixo custo teve que oferecer preços superiores aos similares estrangeiros. Para o engenheiro químico, a Álcalis teria chances de ser facilmente recuperável, mas para isso seriam necessárias decisões políticas, uma vez que os técnicos, como Decourt tinham plena consciência das amarras as quais estavam presas tais decisões.

No entanto, a mais preciosa revelação de Decourt, era fruto de uma análise minuciosa da situação técnica e produtiva da CNA. Por exemplo, a produção de álcalis sódicos, barrilha mais soda cáustica, projetada em 100 mil toneladas por ano, para os anos iniciais, divididas em 72 mil de barrilha e 28 mil de soda cáustica, derivada da barrilha, logo foi deixada de lado, uma vez que o produto essencial para o Brasil era a barrilha, pois o monopólio da produção estava atrelado ao compromisso em atender ao mercado interno. Logo, a produção de soda como anunciamos anteriormente, foi deixada de lado. Da mesma forma, a fábrica de cal inaugurada por JK, com pompa e circunstância, idealizada para produzir 85 mil t/ano, tornou-se inativa a partir de 1962, uma vez que toda a matéria prima, principalmente o calcário, retirado da Lagoa de Araruama, passou a ser utilizado exclusivamente para a produção da barrilha. Além do mais, as chatas – embarcações empregadas na extração das conchas, operavam em baixa produtividade. Portanto, a Álcalis, em pouco tempo de funcionamento, passou a dedicar-se apenas a produção de barrilha, assim mesmo, a preços elevados, com o propósito de atender a crescente demanda do mercado interno, competido com a importação legal e ilegal. O mais grave era a observação de Decourt que, para a fabricação da barrilha, o processo *Solvay* vinha se tornando bem mais “gravoso”, em bom português, inadequado, não pelo aparecimento de processos mais econômicos, mas pelo impulso de novas tecnologias para a fabricação de cloro e soda

cáustica, pelo processo eletrolítico, que dispensava a derivação da barrilha. O cloro vinha compelindo produtos alcalinos, como a barrilha e a soda cáustica, transformando-os em subprodutos da indústria de cloro. No entanto, segundo nosso engenheiro químico, essas mudanças tecnológicas e científicas não interfeririam substancialmente na organização mundial do setor produtivo alcalino, *“posto que os trustes e cartéis, não por acaso manejavam os dois setores, o do cloro e o dos álcalis”*. O que ocorria, segundo ele, era a barrilha deixou de ser um produto de transição para a soda, e que seria possível a partir daí, um processo inverso, que a soda cáustica passa a ser o principal produto de transição para a barrilha. Concluía-se que, a produção da barrilha na CNA, em função das mudanças tecnológicas na indústria química mundial, deveria enfrentar mais e mais a concorrência maior do produto importado, em função da sua maior oferta no mercado mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, enquanto a soda caustica produzida pelo método eletrolítico, aumentara sua oferta em 865% entre 1935 e 1954 (de 352 mil t/ano para 3,4 milhões de t/ano), a produção de soda por derivação da barrilha aumentaria apenas 34%, (de 448 mil t/a para 600 mil t/a). As datas das mudanças nos processos tecnológicos de produção da barrilha nos causam certa apreensão e estranheza. Essas mudanças já eram conhecidas antes da fábrica entrar em funcionamento. Nesse sentido estaria superada a tecnologia e linha de produção trazida da França? Vemos que já havia desde a década de 30, uma reversão industrial, como apontada no parágrafo.

Ora, com isso, a barrilha destinada à fabricação de soda cáustica, pelo processo *Solvay*, estava sendo gradativamente liberada, ampliando sensivelmente a sua oferta em todo o mundo, forçando os preços para baixo. Muitos se perguntavam, como veremos adiante, por que o preço da barrilha caía, cada vez mais? Seriam os trustes e

os cartéis? Não somente eles, mas também, as mudanças forçadas por novas tecnologias. Mas essas coisas pareciam ocultas, pelo menos para os trabalhadores e certos setores da sociedade civil. Para Decourt, seria vital para a CNA redimensionar a sua linha de produção para produtos clorados, uma vez que o cloro seria o produto que comandaria o mercado, no futuro. Ora, mesmo as subsidiárias *Solvay*, instaladas no Brasil, no início dos anos 60, como a ELCLOR, para a produção de plásticos PVC, já se utilizavam de tecnologias distintas. É nesse sentido, que podemos explicar a deterioração dos preços da barrilha no mercado internacional, causando sérios problemas para a CNA. De 1936 para 1956, o preço da barrilha no mercado externo, por tonelada, aumentaria apenas 18% (de US\$ 26,90 para US\$ 31,30). Sete anos depois, em 1963, quase não oscilara, permanecendo em US\$ 33,50/t. Enfrentando problemas estruturais, baixos preços do similar importado, sem proteção alfandegária, produzindo apenas barrilha, seria difícil para a CNA sobreviver. A CNA caminhava para a obsolescência.

Portanto, Decourt sugeriu uma reformulação de todo o esquema de produção da Álcalis. Consultando a *Diamond Alkali Co*, uma das maiores empresas de álcalis sódicos dos Estados Unidos, o autor do relatório obteve os preços das matérias primas utilizadas por aquela empresa na produção de barrilha. O sal, produzido por combustão (salmoura) chegava a US\$ 2,00/t e o sólido, transportado a razoável distância, chegava a US\$ 7,00/t. No caso do Brasil, o sal importado do Nordeste, pela CNA, chegava a Arraial do Cabo, por mais de US\$ 50,00/t, a preços de dezembro de 1963, encarecido pelo transporte, uma vez que na fonte, nas salinas do Nordeste, custaria US\$7,00. Em Cabo Frio, a tonelada saía por US\$ 20,00/t., entretanto, a região seria incapaz de atender a demanda da CNA. O alto custo de extração das conchas da

Lagoa de Araruama eram resultantes da pouca eficiência dos instrumentos e equipamentos utilizados na mineração, além dos problemas causados pelo assoreamento dos canais de acesso à área da fábrica. O custo de extração do calcário na fonte atingia a US\$ 40,00/t. Daí a explicação para que o preço da barrilha produzida pela CNA chegasse a US\$ 190,00/t ao câmbio oficial de dezembro de 1963. Comparado com os US\$ 49,00 (CIF) do produto importado, seria impossível a CNA manter o equilíbrio. Pelos dados apresentados no relatório de Decourt, para coibir os cartéis e a importação indevida, seria necessária uma tarifa protecionista da ordem de 286%, pelo menos para igualar os preços. Portanto, para Ralpho Decourt, a saída para a CNA deveria ser dedicar-se à produção de derivados clorados “*se quisesse ser uma empresa lucrativa*”.²¹¹

O relatório apresentava como anexo, uma série de dados sobre a barrilha, fornecidos pela CNA, pela CACEX e pela SEEF, do Ministério da Fazenda. Da análise complementar desses dados, tomados como reveladores, em função das questões suscitadas por eles, no decorrer do próprio trabalho e das nossas próprias conclusões, podemos considerar algumas observações, que com certeza nos ajudarão a melhor entender os capítulos a seguir. Ao mesmo tempo, alguns dados reafirmam as abordagens de Decourt: 1 – O consumo aparente de barrilha no Brasil, em dez anos, de 1954 a 1963, variou muito pouco, de 93 mil toneladas para 105 mil toneladas., ou seja, 11,2%, enquanto as importações caíram pela metade. Em 1963, a CNA produziu apenas 52 mil toneladas de barrilha e o país importou 76 mil toneladas.²¹² Esse último

²¹¹ *Idem*

²¹² os valores apresentam-se deferentes dos registrados na tabela, pois a própria CNA informou, em nota, a importação de 24 mil toneladas, em 1963, para vender, pelo preço da barrilha importada, para as empresas vidreiras. (ver nota n. 3, da tabela I)

ano foi marcado pela maior crise da produção interna, tendo a própria Álcalis recorrido aos cartéis para importar barrilha (24 mil toneladas), para fornecer a indústria vidreira ao preço da barrilha nacional. No ano anterior a CNA já havia importado 6 mil toneladas; 2 – comparado a 1954, o preço médio da barrilha importada despencou 43%, em dez anos, por motivos, segundo nos mostrou por Decourt, ligados às mudanças tecnológicas implementadas de longa data; 3 – a previsão de iniciar-se a produção com 100 mil toneladas, em 1963, não se concretizou, embora o consumo aparente estivesse em torno de 105/115 mil toneladas. Logo, as importações persistiam e a Álcalis não conseguia aumentar sua produção. Não estamos falando nem das importações legais; 4 – a indústria vidreira, como demonstra a tabela II, era a maior consumidora de barrilha no Brasil, comprando, somente em 1963, 77 mil toneladas, o que representava 73% do consumo aparente nacional. Aí estavam incluídas as 24 mil toneladas importadas pela CNA e dispensadas pelo cartel vidreiro, após a sua chegada ao Brasil. Esse volume traduz-se nos sérios problemas que a indústria de vidros iria impor a Álcalis, apresentados no capítulo 4. A CNA produzia a reboque da indústria brasileira de vidros; 5 – A indústria vidreira era a principal cliente da CNA, embora fosse a que mais lhe causou transtornos. Retomando a tabela II, podemos verificar que em 1960, o consumo aparente de barrilha pela indústria vidreira era de 50,4%, sendo apenas 1% proveniente da CNA. No entanto, para os quatro anos seguintes há uma coincidência impressionante: as relações entre importações realizadas pela indústria vidreira e as compras da CNA, são semelhantes (52%, 60%, 73% e 60%, respectivamente para os anos de 1961, 1962, 1963 e 1964). Além disso, a tabela apresenta dados coincidentes que soam bastante estranhos. A indústria vidreira, nesse sentido, ainda era bastante dependente do produto importado. 6 – a redução das

importações em 1964, devia-se, segundo o BNDE, a “*agravada recessão econômica*”, pela qual vinha passando o país; e 7 – Pelos portos do Rio de Janeiro, Santos e Recife (em menor escala) passavam 90% das importações. Logo, a movimentação em torno da barrilha, inclusive a importação ilegal, coincide com a localização dos portos, que eram considerados verdadeiros vazadouros da barrilha importada irregularmente.

Portanto, há de se concluir que os argumentos e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e pela sociedade civil, as quais passaremos analisar nos próximos capítulos, eram compatíveis com a situação que o relatório apresentava, sem que grande parte dos dados e que alguns detalhes “*restritos*”, embora vitais para a empresa fossem revelados à sociedade. O Relatório apresentado por Decourt ao BNDE antecipava o que viriam ser os anos dramáticos para a CNA. Os capítulos que se seguem tentam dar conta da total instabilidade de uma empresa estatal presa ao jogo de interesses políticos e econômicos. Pressionada pelos trabalhadores nos anos de 1960 e 1961, em torno da luta por melhores salários e pelo cumprimento de normas estabelecidas pelas leis trabalhistas, a CNA tentava conciliar-se com seus quase três mil trabalhadores, embora amargasse sérios prejuízos, pois não conseguira ser até então, uma empresa rentável, uma vez que ainda, não fabricava sequer a metade da barrilha projetada e havia interrompido a produção de cal. Nos anos de 1963 e 1964, as turbulências políticas repercutiram na empresa, imprimindo uma luta pela sua resistência, que assumiria proporções nacionais. Mas a batalha mais incisiva foi contra o cartel vidreiro no país que colocava a prova a própria existência da Alcalis, combatida pela concorrência externa e por uma tecnologia cambiante nas indústrias estrangeiras. Havia alguns silêncios em torno do que ocorria com a CNA, entretanto

todos resistiam iludir-se com a sua situação da Ácalis, mas algumas ilusões pareciam estar perdidas.

Capítulo 3

Trabalhadores da Companhia Nacional de Álcalis

3.1 – Trabalhadores e Sindicatos.

Insalubridade, turno de seis horas, salários melhores, greves, repressão, exército, violência, piquetes, pelegos. O clima de mobilização externado pelo Sr. Sotero Teixeira de Souza exprime e antecipa de maneira clara e consciente, o que seria para os trabalhadores da Álcalis os anos de 1960 e 1961, anos de lutas em uma empresa recém instalada para produzir barrilha no país.

“Esta é uma história dolorosa, porque nesse período tivemos greves e greves, paralisação, inclusive, nesse tempo, um processo havia, vamos dizer assim, uma defasagem muito grande em termos de salários, cobrar a insalubridade, cobrar, vamos dizer assim, as seis horas de turno, que eram oito horas de turno e deveriam ser seis. Nós fizemos lutas nesse sentido, de reivindicações por salários e normalmente agente naquela época sofreu muito, porque esses direitos ninguém ... nós conseguimos na raça, vinha o Exército, vinha tudo. Eu por exemplo, tive uma espetada de ponta ... no meu cox, em um movimento dessa natureza, não cheguei a nem me ferir, mas não sei se foi com a ponta do ... ou se foi com a coronhada de uma arma, só sei que me deram uma porrada por traz... eu passei por tudo isso aí, e naquela ocasião tinham aqueles grupos que ficavam dando sustentação aos patrões que nós considerávamos como os gorilas, que eram os primeiros a chegarem na boca do caixa para receber aquilo que nós trabalhávamos para conquistar, eles não saíam de lá, eles faziam barreiras, faziam frente aos trabalhadores do piquete central.”²¹³

Algo próximo de três mil trabalhadores tinha a CNA. Mas havia mais trabalhadores. O número não se limitava apenas aos da CNA, organizados em seu sindicato, pois consituíra-se um arco muito mais amplo de trabalhadores de outras

²¹³ Depoimento oral prestado ao autor por Sotero Teixeira de Souza, em 2008.

empresas, criando um círculo de solidariedade que chegava até outros sindicatos e instituições como o Conselho Sindical de Cabo Frio, pelo Conselho Sindical Estadual, a União Nacional e Fluminense dos Estudantes, os partidos e lideranças políticas e demais setores da sociedade que se engajaram na defesa da Alcalis. Se a CNA resistiu entre 1960/64 foi pela mobilização dos trabalhadores, em primeiro lugar. Por outro lado, podemos sustentar que o debate político e ideológico, em torno da superação dos problemas da CNA, não anulou as reivindicações trabalhistas. Elas estavam lá, ao lado da preocupação em manter a empresa como um símbolo da luta pela industrialização, na defesa do nacionalismo e da soberania nacional. Além disso, a CNA passara a ser um símbolo das mudanças nas relações de trabalho locais, pois seus trabalhadores contribuíram em sensibilizar os trabalhadores na região, principalmente da indústria salineira, a primar pela solidariedade na luta.

Marcelo Badaró argumenta sobre a necessidade da expansão dos estudos historiográficos sobre a história do sindicalismo e dos trabalhadores no Brasil, especialmente quando se trata de greves em espaços regionais definidos.²¹⁴ Nesses termos, torna-se importante o estudo do controle e da repressão por parte do Estado, considerando-se fundamentalmente, as transformações econômicas e as experiências da classe trabalhadora no período compreendido entre os anos de 1960/64. Nesse sentido, há de se considerar as diversas relações que marcam as experiências da classe trabalhadora, seja com o Estado, em uma dupla acepção do seu papel de empresário e de instituição, mas também, com os partidos políticos, com as entidades sindicais e intersindicais, nacionais ou internacionais, além do papel político desempenhado pelos

²¹⁴ MATTOS, Marcelo Badaró de et alli. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2006.

trabalhadores, como sugere Badaró. Portanto, o que se apresenta nessa segunda parte do trabalho é a história da empresa entrecruzada com a história de seus trabalhadores, sob outro caráter excepcional, o de uma empresa cuja construção e maturidade acompanharam a intensa movimentação política no país, cujos problemas confundiam-se com as alternativas que envolviam um conjunto de ideias disputadas entre matrizes políticas distintas ou até mesmo semelhantes, como o nacionalismo, o desenvolvimentismo, o trabalhismo, o comunismo do PCB, o sindicalismo, contrapondo-se à expansão do capitalismo internacional, em larga escala, que acentuava de forma clara os limites à consolidação da empresa e à estabilidade dos seus trabalhadores.

Um dos pontos de interseção que permite desenvolver uma história sobre a CNA surge de dois trabalhos produzidos no campo da sociologia histórica, que dialogam entre si e com essa pesquisa, por avançarem na ampliação do universo historiográfico sobre o tema, em especial quando se tratam de empresas controladas pelo Estado. Por essas aproximações o trabalho de José Ricardo Ramalho²¹⁵ como o de Regina Morel²¹⁶ são tomados como referências pelos indicativos das trajetórias exibidas pela Fábrica Nacional de Motores – FNM –, e na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, respectivamente, considerando o recorte cronológico em tela, pelo fato de serem, com a CNA, três empresas estatais pensadas em conjunto no governo Vargas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, parte de uma geometria em que o quarto vértice estava representado pela capital do país e da própria unidade federativa.

²¹⁵ RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária – o caso FNM*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1989.

²¹⁶ MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo: construção e crise da família siderúrgica – o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1989.

Empresas envolvidas nas mesmas dimensões sob o aspecto do nacionalismo e do nacional-desenvolvimentismo, e que apontam para experiências comuns entre seus trabalhadores, como por exemplo, a participação nos lucros, a “girafa”, a representação dos trabalhadores na diretoria das empresas, o nacionalismo, as lideranças comunistas nos sindicatos, os Círculos Operários Católicos, entre outros. A CSN, a FNM e a CNA representam um tripé das primeiras experiências de empresas industriais de base, geridas pelo Estado e de organização de setores trabalhistas e sindicais em empresas estatais, portanto, um laboratório social para auferir experiências vindas de categorias como desenvolvimentismo, liberalismo; nacionalismo, segurança nacional, entreguismo, populismo, trabalhismo. São estas referências que, com frequência, aparecem nas fontes analisadas, quando se destaca esse tripé de indústrias, como abonadoras da modernidade capitalista no país, pela ação do intervencionismo estatal na economia, notadamente nas indústrias de base. Mesmo depois do golpe de 1964, quando o presidente Castelo Branco foi a Cabo Frio para anunciar o programa de reestruturação das diversas empresas estatais, a ser implantado pela ditadura militar, na linha de frente estavam as “*emblemáticas*” FNM, CSN e CNA. É importante registrar que pensar a relação da classe trabalhadora com o Estado, dentro dessas empresas mencionadas, poderia ensejar, por serem empresas estatais, como sugere alguma historiografia, uma situação mais confortável dos trabalhadores, quando comparada à situação dos trabalhadores do setor privado. Trata-se de um equívoco, em especial, no caso da CNA. Há uma série de contradições no que diz respeito a uma possível tranquilidade por parte dos trabalhadores da CNA.

Estamos diante de trabalhadores que, mesmo estando sob o guarda-chuva patronal do Estado, não se submeteram à repressão exclusiva desse Estado e nem

abdicaram da sua autonomia para a luta, sendo favorecidos ou não pela legislação social ou pelos empregadores. Dessa forma, especialmente nesses capítulos, endossamos as teses que buscaram superar a dicotomia produzida em trabalhos que tentavam explicar pela dupla repressão/benefício, as relações de trabalho no Brasil, entre 1930 e 1964 criticadas inicialmente, por Ângela de Castro Gomes, em “*A invenção do trabalhismo*”.²¹⁷ A autora recusa a ideia de que a carga de controle que o Estado impunha sobre os trabalhadores pudesse afastar as diferenças entre autonomia e heteronomia de classes, além de resistir à ideia de cooptação pela defesa de um pacto trabalhista em que não havia um Estado todo-poderoso e muito menos uma classe trabalhadora passiva, mas sim, atores desiguais. Pacto trabalhista este, que a mesma autora, posteriormente, substituiria por trabalhismo, que para ela representaria um conceito de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais sem estar preso ao contexto de sua origem histórica no Estado Novo. Para Marcelo Badaró, tal categoria apresentaria, por parte da autora, uma rejeição ainda mais incisiva ao conceito de populismo, renovando os estudos sobre o tema.²¹⁸ Não pretendemos, aqui, privilegiar ou ampliar uma discussão em torno de categorias como populismo ou mesmo sobre o “*colapso do populismo*”, embora sejam temas recorrentes na historiografia, pois ao alinhar-me com a historiografia representada pelos estudos sobre a CSN e a FNM, estas teses não se aferram sobre esse debate no período para o qual me atenho nestes dois últimos capítulos. O que importa aqui são as experiências e as estratégias dos trabalhadores, fundamentalmente explicitadas dentro de uma conjuntura em que os

²¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.

²¹⁸ GOMES. Apud. MATTOS, Marcelo Badaró de, (Coord.) *Greves e repressão no sindicalismo carioca*. Segundo o autor, este revisionismo, dito assim, está circunscrito em outro texto da autora: *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*, in: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p.17-57.

movimentos sociais não cedem às possíveis concessões ou mesmo à repressão imposta, face ao engajamento político das classes trabalhadoras.

Assim sendo, afastamo-nos, também, da perspectiva de trabalhar com a categoria de sindicalismo populista, expressão que carrega um sentido negativo, para entender o sindicalismo e a luta dos trabalhadores no Brasil, como lembra o historiador Marcelo Badaró ao mencionar os trabalhos de Francisco Weffort e Leôncio Rodrigues, que faziam uma avaliação depreciativa das ações da classe trabalhadora brasileira, com base em modelos europeus. *“Comparando a classe e o sindicato a modelos internacionais ou comparando o momento anterior ao golpe militar ao período posterior à erupção do novo sindicalismo, no pós-78, tendeu-se a definir o movimento operário daquele período como pouco combativo, cupulista e atrelado ao Estado”*.²¹⁹ Pensando dessa forma, as greves e as mobilizações dos trabalhadores são interpretadas como decisões tomadas ao sindicalismo de Estado ou mesmo toleradas e incentivadas por interesses políticos. Essa leitura, segundo Badaró, contribuía para o emblema da acomodação operária, que se julgava conduzida, em parte, pelas lideranças comunistas, cujo partido, por permanecer ainda na ilegalidade ou (semi)clandestinidade, buscava representatividade nas lutas sindicais. Ficava a impressão de que disso resultaria em um afastamento entre lideranças e trabalhadores, que transbordava em uma ausência de consciência de classe. Logo, o que se impõe como contraponto ao desígnio populista, é que havia sim, mobilizações de trabalhadores que ultrapassavam a perspectiva de indução por *“cima”* ou que transpusessem os *“piquetes”*. Marcelo Badaró defende a evidência de *“greves*

²¹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró de (Coord.) *Greves e repressão salarial no sindicalismo carioca*. Op. Cit.

participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas” ²²⁰. Da mesma forma, as lideranças comunistas, no sindicato, não estavam presas, totalmente, às determinações do partido. Até porque as decisões do partido, como mencionamos anteriormente, estariam atreladas às mudanças na conjuntura política e econômica, notadamente na transição da década de 50 para 60, no caso brasileiro. Fora isso, para aqueles historiadores – Weffort e Rodrigues –, somavam a desilusão com os rumos pós-64, na esperança de que a ação sindical no período anterior pudesse ter sido decisiva em apontar a História para outro rumo, desilusão esta expressa pelas esquerdas pós-64. A preocupação de Marcelo Badaró está em retirar do limbo as experiências do movimento sindical e dos trabalhadores daquele período ao caírem nas linhas de corte das rupturas e continuidades, pelo contraponto entre *velhos e novos sindicalismos*. Assim sendo, os trabalhos sobre sindicalismo e sobre a história dos trabalhadores no Brasil, deveriam estimular a releitura das experiências passadas e da sua historiografia “*naquilo que por ventura se sustenta*”, com o cuidado de não naturalizá-las, para não se cair nos reducionismos que compõem as cenas do teatro das decepções.

Contra as decepções, em primeira mão surgira o trabalhismo. Seria então, o trabalhismo uma categoria substitutiva do populismo, para explicar as relações de trabalho pós-30 e mais ainda entre 60 e 64? O reducionismo combatido por Ângela de Castro Gomes ganharia outros olhares, no entendimento de Marcelo Badaró, pelas mãos de Jorge Ferreira, quando esse historiador aposta na existência de trabalhadores

²²⁰ MATTOS, Marcelo Badaró de. *Novos e Velhos Sindicalismos* – Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 1998; apud, MATTOS, Marcelo Badaró de. *Greves e repressão no sindicalismo carioca, op. cit.*, p. .22.

conscientes e satisfeitos por uma política trabalhista administrada por *políticos efetivamente populares e de esquerda*.²²¹ Dispensando a assimetria dos atores desiguais registradas por Ângela de Castro Gomes, Ferreira identificou interesses comuns entre Estado e classe trabalhadora. Visto como um pacto político por essa autora, Jorge Ferreira traduz esse pacto em uma experiência social, “*expressão histórica da consciência operária*”, o que resvala, segundo Marcelo Badaró, para uma apologia ao PTB. Nesse sentido, se o populismo estava lançado ao polo negativo, o trabalhismo, nessa expectativa reducionista, estaria no campo demasiadamente positivo. No fundo, segundo esse autor, Jorge Ferreira utilizava os mesmos argumentos dos chamados populistas.

Na mesma linha de raciocínio, estaria a análise de Daniel Aarão Reis Filho, em “*O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*”, em que o historiador amplia o horizonte de felicidades dos trabalhadores e deita na praia da “*tradição trabalhista*”, entoada como um conjunto de benefícios que os trabalhadores, sejam da iniciativa privada ou especialmente aqueles ligados às empresas do Estado tinham: programa nacionalista, estatista e popular, idealizador de uma política externa independente, estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista, com redes de proteção aos trabalhadores, instituto de aposentadorias e pensões, sindicatos assistencialistas, justiças do trabalho com a ativa participação das lideranças sindicais, além de empresas estatais com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego, como

²²¹ FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história – debate e crítica, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, apud, MATTOS, Marcelo Badaró de. Greves e repressão no sindicalismo carioca. *Op. cit.*

se essas empresas respeitassem rigorosamente as leis trabalhistas.²²² Este não era o caso da CNA, que de uma só vez demitiu 800 trabalhadores em Arraial do Cabo, muitos deles entre 1960 e 1961, por estarem em greve pelo nem tão rigoroso pagamento da insalubridade, previsto em lei; plano de cargos; confirmando, assim, nuances de fragilidades empíricas no trabalho de Aarão Reis. Portanto, faz-se necessário analisar com mais cuidado o movimento dos trabalhadores, os sindicatos e suas relações com o Estado, nesse período, notadamente em empresas estatais.

Antônio Negro perguntaria: “*por quanto tempo vamos nos haver com uma era populista – conduzida por um chefe maquiavélico – durante o qual teria ocorrido o triunfo da manipulação (em que os trabalhadores tombam errantes, iludidos ou ineficazes?)*”. Retomando E.P. Thompson²²³, Negro sustenta que o fazer-se da classe trabalhadora é um processo ativo, fruto da ação humana e das condições enfrentadas por ela. Assim, seria necessário conhecer mais os nomes, valores e estratégias dos trabalhadores. Segundo Negro, há duas posições importantes, aceitas e difundidas na historiografia ou na sociologia em torno da ação da classe trabalhadora. Uma diz respeito ao papel destinado ao líder que *eletriza a massa* dada a dispersão e a divisão dos trabalhadores destituídos de ideias, práticas e estratégias, ou seja, de ação política. A outra posição, aposta no anonimato da classe trabalhadora em que “*o invencível exército do operariado*” seria controlado pelas classes produtivas. Ambas as posições retiram os trabalhadores de cena. Para criticar a primeira posição, do líder paternalista, Negro retoma o historiador da classe trabalhadora inglesa e chama a atenção para a

²²² REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita, in: FERREIRA, Jorge. (org.) O populismo e sua história – debate e crítica. *Op. cit.*

²²³ THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, apud NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social, em: *Cadernos AEL – Populismo e trabalho*; Campinas, UNICAMP/IFCH, AEL, v. II, n. 20/21, 2004, pp. 13-36

forma como ele pensa o conceito do paternalismo, como algo que apenas rotula, com uma perspectiva estabelecida a partir de cima, como uma via de mão única, sugerindo a manipulação, reafirmando uma história que se decide pelo alto. Para Thompson,

“O termo pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de propriedade, sobre a ideologia e a cultura ... Além disso, é uma descrição de relações sociais vista de cima. ... o termo não consegue escapar de implicações normativas: sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida: o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades com o filho, o filho é submisso ou complacente com a sua posição filial.

*Em suma, é um termo descritivo fraco. Tem uma especificidade histórica e consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo: tende a apresentar um modelo social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subtendem noções de valor. Isso não significa que o termo deva ser abandonado por ser totalmente inútil. “Tem tanto ou pouco valor quanto outros termos generalizantes – autoritarismo, democrático, igualitário – que, em si e sem adições substanciais, não podem ser empregados para caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal”.*²²⁴

Nesse sentido, o paternalismo sugere a ideia do filho submisso ao pai, em uma relação consentida que se projete entre o líder e os trabalhadores. Daí resulta o não reconhecimento do conflito de classes, desqualificando a história dos trabalhadores, das classes subalternas ou perigosas. O populismo sofreu várias críticas as quais foram submetidas ao paternalismo no que seria o triunfo da manipulação, pois alimenta o preconceito de que *“os outros – sindicalistas, trabalhadores e pobres são uma massa débil e maleável, ou cúmplices de um jogo cínico e excludente”*. Para

²²⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 29-32.

Negro, a partir da invenção do trabalhismo (1942), autores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis sustentam que não houve uma *era populista incontestada*, no sentido de que era preciso reconhecer a diferença, a especificidade e o conflito, pois cortejar os trabalhadores a partir de 1930, na América Latina, seria abrir uma nova fonte de poder e afastar a ameaça de revolução. Era preciso incorporar as massas às instituições republicanas, “*com juras de justiça social*”. No Brasil, Vargas buscava cativar o trabalhador sem ser hostil a eles, mesmo nos tempos do Estado Novo. Dessa forma o paternalismo inspirava o trabalhismo, arrebatando as massas até então sujeitas ao compadrio e ao mandonismo das elites. Segundo Negro, são comparações que não procedem, pois juntar a história à servidão subjuga os trabalhadores à chamada *herança colonial*.

Nesse sentido, o trabalhismo não teria cavado um fosso entre excluídos e incluídos. Os trabalhadores, por outro lado, poderiam lutar e reivindicar e agitar as empresas, por categoria e intersindicais. Não houve o triunfo da manipulação. O populismo não foi uma política demagógica ou obscura para a classe trabalhadora. Pelo contrário, o populismo serve para lembrar que as relações com o Estado significaram uma via de mão dupla, com interesses lado a lado, representados por um partido político, o PTB. Na concepção de Antônio Negro, Vargas ao inventar o trabalhismo, relaxou as regras do controle repressivo, liberando a participação dos trabalhadores, representados mais adiante, também pelo PCB, um *corpo estranho*, no sentido de que o PTB deveria tornar o PCB desnecessário aos trabalhadores. Trabalhadores não eram passivos e nem haviam sido desmobilizados, pelo contrário, são personagens de relações que se espraiam em um campo aberto, sujeito às disputas e mudanças. O autor ainda adverte que o mundo que os trabalhadores estavam

criando, com suas ideias, tradições e estratégias, a partir das fábricas e das ruas, entreabriu-se mais uma vez, em 1960, no último ano do governo JK. Greves foram feitas por queixas econômicas legítimas e por ativismo político. JK a partir daí desistiria de *ser mole* com o PCB. Os movimentos possibilitaram os trabalhadores saírem da “*fragilidade organizativa*” e entrarem no espaço da organização superpolítica. A coligação PTB-PCB valia-se dos fundos do imposto sindical, para demonstrar sua força frente ao Ministério do Trabalho. “*O trabalhismo serviu, vale então dizer, para a constituição de uma máquina política em benefício de petebistas e pecebistas, sozinhos ou coligados*”.²²⁵ Assim consagrou-se a experiência da classe trabalhadora na CNA.

Armando Boito Junior fala-nos dos limites que o processo de acumulação de capital impõe ao sindicalismo, uma vez que a própria conjuntura econômica interfere na correlação de forças entre o movimento sindical e o patronato. Por exemplo, a limitação da força dos sindicatos pela existência de um exército industrial de reserva. O autor pergunta-se: qual o papel do sindicalismo no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas? Que natureza teria o sindicalismo: conservador, reformista ou revolucionário? Para Boito Junior, a resposta está no próprio âmago da exploração da classe trabalhadora, a partir da negociação com as classes produtoras, no sentido de regular as condições dessa exploração. Dessa forma, o sindicalismo constitui-se de um movimento estável, organizado e socialmente legítimo, cujas lutas incorporam greves, rebeliões ou, até mesmo, revoluções. Os limites são impostos pelo modo de produção

²²⁵ NEGRO, Antônio Luigi. *Paternalismo, populismo e história social*, em: Cadernos AEL – Populismo e trabalhismo; Campinas, UNICAMP/IFCH, AEL, v.II, n. 20/21, 2004, pp.13-36

e pela conjuntura, que define os bloqueios ou não. Nesse sentido, o sindicalismo é fruto dos avanços dos trabalhadores, “*a despeito da resistência dos burgueses*”.²²⁶

Assim, o sindicalismo, como fonte de interposição de interesses entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção na sociedade capitalista, só pode existir como movimento social a partir da presunção da negociação com os trabalhadores, mesmo contra a vontade dos segundos. O direito burguês, parte da estrutura jurídico-política, no plano formal e ideológico, individualiza e *igualiza* os agentes que pertencem a classes sociais opostas. Logo, a partir do contrato de trabalho, considerado como um ato individual, o direito burguês produz essa ilusão de igualdade. O artifício contratual tem capacidade jurídica plena e faz da exploração do trabalhador, uma relação com bases legais. Essa ilusão reproduz, segundo Poulantzas, citado por Boito Jr., um “*efeito de isolamento*”, uma vez que a ideologia dominante transforma o trabalhador, enquanto agente de classe, em indivíduo socialmente desenraizado, permitindo, assim, a reprodução pacífica da relação salarial. Esse direito, fortemente igualitário, traduz-se com uma aparência popular, que para Poulantzas define-se como um “*Estado Popular de Classe*”, em que “*essa aparência popular contribui para a reprodução da exploração do trabalho na medida em que unificam, no plano ideológico, os agentes da produção, distribuídos em classe, num coletivo imaginário que é o povo-nação*”. Este efeito seria denominado pelo marxista grego de “*efeito de representação da unidade*”, em que, atomizados pelo direito burguês, os indivíduos são unificados em um coletivo supraclassista, que seria a nação.

²²⁶ BOITO JR. Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Pulo, Unesp, 2007, p. 157.

Esse coletivo, produzido pela aparência universalista das instituições do Estado burguês, reproduz um coletivo nacional de indivíduos livres e iguais.²²⁷

Dessa forma, em vez de impedir, a relação contratual “*estimula a negociação em torno das relações de trabalho e dos ganhos do trabalhador*”, embora um dos efeitos da relação jurídica, seja o isolamento típico, impresso pelo direito burguês. O processo de tornar individualista a relação de trabalho, pelo contrato, contribui para anular a organização sindical. Entretanto, a luta coletiva dos trabalhadores pode transpor esse individualismo e “*promover uma torção do direito burguês*”. A greve é um desses instrumentos que exprime a coletivização dos trabalhadores. Por outro lado, a greve pode ser considerada, também, como um rompimento temporário desse contrato, ou mesmo resultar em uma rebelião. No entanto, Boito Jr. deixa claro que somente a “*torção provocada pela prática sindical no direito burguês não rompe com a super-estrutura do modo de produção capitalista*”.²²⁸

Dessa maneira, o movimento reivindicativo organizado, ativo e socialmente legítimo, representado pelo sindicato, na sua relação com a nação, articula a necessidade de uma produção socializada operada pelo trabalhador coletivo, pois, esta mesma nação, entendida como uma super-estrutura jurídico-política é a produtora da ilusão de um coletivo nacional de indivíduos livres e iguais. Nesse sentido, a ação reivindicatória da classe trabalhadora, banha-se do nacionalismo, fundamentalmente naquilo que se refere às manifestações de autonomia nacional, fator que estimula uma arena combativa, imposta sobre a burguesia, retorcendo a figura e as normas do direito burguês. No Brasil, a ideologia do PCB foi fortemente influenciada pelo nacionalismo.

²²⁷ POULANTZAS, Nicos, apud BOITO Jr., Armando, *op.cit.*, p. 174/187.

²²⁸ BOITO JR. Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Unesp, 2007, p. 179.

O movimento sindical vê nessa possibilidade, a legitimação da luta de um movimento coletivo, pois *“a socialização das forças produtivas, que articula as unidades produtivas num organismo econômico integrado, e a existência do trabalhador coletivo facilitam, em vez de dificultar, a organização e a luta coletiva dos produtores diretos no capitalismo”*. Assim, surge uma relação de cooperação dentro de cada empresa, cujo coletivo vincula-se ao coletivo de outras empresas. Uma reação em cadeia, a partir de cada um desses coletivos, permite que um grupo de trabalhadores tenha a capacidade de afetar o conjunto do aparelho produtivo, conferindo a sua ação *“uma visibilidade social inédita”*, por exemplo, pelas greves, seja pela reivindicação dos direitos econômicos e sociais, seja por conotação política, como a questão da soberania nacional. Portanto, podemos incluir nesse estágio, e defesa do desenvolvimentismo, da intervenção estatal, como condições para a organização de uma frente ampla *“patriótica e anti-imperialista”*, outro detalhe da atuação dos comunistas pela via do sindicalismo brasileiro.

Boito Jr. conclui que a resistência sindical pode se dar dentro da ordem jurídico-política burguesa, no entanto, o sindicalismo não é ainda a luta de classes. A luta de classes do proletariado seria a luta pela superação e não pela reforma do capitalismo: *“O sindicalismo, já mostrou Lênin, é fundamentalmente, a resistência contra os efeitos da exploração capitalista. Ele é um movimento reivindicativo que procura obter para os trabalhadores as melhores condições de uso e de remuneração da força de trabalho, mas não podem eliminar as condições que fazem da força de trabalho uma mercadoria”*. No entanto, o modo de produção capitalista é o primeiro que comporta um movimento desse tipo, liderado pelos sindicatos, que têm condições de dirigir um processo revolucionário. O sindicalismo seria assim uma escola de

guerra, como afirmou Lênin, pois manteria a classe trabalhadora em níveis mínimos de organização, principalmente quando aliada aos movimentos e partidos de esquerda, que permitam acumular forças, formar lideranças e educar as massas.²²⁹ O horizonte da luta dos sindicatos seria mais amplo, como advertiria Marx, em “*Salário, preço e lucro*”, quando qualificou de conservadora a palavra de ordem lutar por um salário justo, observando que o proletariado deveria assumir a luta pelo fim do trabalho assalariado”.²³⁰ Para Marx,

*“Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição do sistema de trabalho assalariado.”*²³¹

Retomam-se aqui tais reflexões, para sustentar que a ideia do nacionalismo, assim pensada, impunha-se como uma das frentes da organização sindical. Basta nos debruçarmos sobre os diálogos entre Mestre Luiz e Osmundo, personagens trabalhadores da CNA, no romance de Accioly Lopes, “*Candango do Arraial do Cabo*”, sobre a fita vermelha utilizada no chapéu do personagem Roberto, ao personificar a ideia de um nacionalismo pungente, de classe, transformador, revolucionário. Visto assim, o simbolismo da fita vermelha significava um projeto de

²²⁹ *Idem*, p.184/185.

²³⁰ *Idem*

²³¹ MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*, in: ANTUNES, Ricardo. (org.) *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p.123.

sociedade, que seria necessário, para alcançá-lo, chegar ao coletivo pelas águas do nacionalismo. Havia uma geometria do nacionalismo circunscrita na fala dos trabalhadores, quando articulados em espaços definidos pela CSN, pela FNM e pela CNA:

“Estamos, ainda, no vestibulo do nacionalismo, que é a primeira fase de nossa libertação econômica que criará condições à revolução democrático-burguesa, que, felizmente n’alma de alguns ricos nacionais... Acompanhando paralelamente o nosso desenvolvimento industrial, tendo suas bases na siderurgia, na Álcalis – nisto aqui – e na Fábrica Nacional de Motores, Todos empreendimentos de envergadura, que pretendem a auto-suficiência de um povo, digo d’um destino melhor A estrada é o Nacionalismo com N maiúsculo. Autêntico. Caboclo. ... cujo princípio filosófico se calça nos extremos das esquerdas avançadas”²³²

No entanto, o interlocutor Osmundo rebate se a fita vermelha, não poderia ser verde-amarela. Mestre Luiz diria que não, pois assim o nacionalismo tornar-se-ia ufanista, de “*pátria amada, idolatrada, salve-salve*”. Para os sindicalistas e lideranças dos trabalhadores, o sindicato era o *locus* da luta moderna, palco das conquistas, salão da coletividade, mesmo que vigiado pelas forças repressivas:

“O melhor poema do operário moderno é o sindicato. Nele ele desfolha a poesia da sua dor, das suas conquistas, de suas reivindicações que são iguais – irmãs gêmeas, na forma, na cor e no conteúdo, da poesia da coletividade, poema que os oradores recitam sem o fundo musical de melodias lentas, tendo às vezes, a polícia vigiando àqueles que dizem um verso forte, fora do compasso da Ordem Social, algo destoante, da ressonância áspera ... A poesia de todos, cuja desobediência ao método da métrica poética da sociedade vigente, constitui crime, a nossa

²³² LOPES, Accioly, Candango de Arraial do Cabo, *op.cit.* p. 99/100

poesia, que estua nos esgares da angústia da classe operária. A tua classe. A minha classe. A nossa classe, Osmundo".²³³

Para a superação, se a classe trabalhadora tivesse feito causa comum contra a dominação implacável dos trustes, não significaria esquecer que a burguesia era o *leão da fábula*. Portanto, os trabalhadores estariam de mãos dadas com ela na construção para o nacionalismo, mas "*não relegaremos a plano secundário os nossos direitos que fazem parte do patrimônio histórico do proletariado. Assim, Osmundo, quando a burguesia sentir que a nossa aliança alcançar seus objetivos, despregará as mãos e voltar-se-á de baioneta colada contra nós*".²³⁴

A questão nacional, para o personagem Mestre Luiz, da obra de Accioly Lopes, impressa em 1963, estaria dimensionada pela própria luta revolucionária, que não se limitaria ao ato da democratização do conhecimento, pois "*quando o povo começasse a se empenhar no livro, metralhadora não decidiria mais*". Para o revolucionário Mestre Luiz, os dois resolveriam, uma vez que "*o primeiro aponta o caminho, o segundo, que é a metralhadora, faz a declaração de amor*". Mestre Luiz refutava o argumento de Osmundo de que a humanidade buscava soluções pacíficas, pois não acreditava na brandura dos homens e dos povos: "*pelo porão escuro e escuso da vida dos povos, o rolo compressor das contradições esmaga a alma dos bem intencionados*".²³⁵

²³³ *Idem*, p.121.

²³⁴ *Idem*, p. 122.

²³⁵ *Idem*, p. 202

A ideia de manipulação das massas pelos sindicatos controlados pelo governo deve ser repensada, a partir da própria organização dos trabalhadores, no caso da CNA. Distantes da “*direita*” do PTB, que dependia de concessões concretas, as lideranças da esquerda do partido e os comunistas lutaram pela democracia, por demandas políticas ou pela liberdade sindical, contra as estruturas vigentes, mesmo estando limitados pelo fato dos sindicatos estarem atrelados ao Ministério do Trabalho. O controle rígido do Estado passou a ser questionado a partir, exatamente, da emergência das lideranças sindicais de esquerda, sejam aí a “*esquerda*” petebista ou os comunistas, também consagrados como “*nacionalistas radicais*”, embora muitas vezes fossem diferentes suas estratégias e perspectivas de longo prazo, como por exemplo, as reformas profundas na estrutura política. Esses grupos também passaram a ter evidência em instituições federadas ou confederadas de classe trabalhadora, fundamentalmente a partir de 1960.²³⁶ São evidentes aí, dois episódios relativos à CNA: as greves de 1960 e a repressão imposta pelo governo JK, e a própria intervenção na empresa, em 1962, decretada por João Goulart, de conotação política, para afastar o coronel Rocha Lima, membro da *Frente de Libertação Nacional*, da presidência da empresa. Rocha Lima denunciava, em conjunto com os trabalhadores, os desmandos que recaíam sobre a CNA. Não foi tranqüilo o convívio da Alcalis com o poder, entre 60 e 64.

A rearticulação da política sindical, a partir de 1960, importava em um aumento considerável do número de greves, que se acentuava, também, a partir da própria

²³⁶ FAUSTO, Boris (dir) *História Geral da Civilização Brasileira – HGCB – Tomo III – vol. 10 – Sociedade e política 1930/64*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, pp. 343/355. A autoria do volume coube aos autores a seguir, embora não haja distinção, por capítulos, entre esses autores: Ângela Maria de Castro Gomes, Eli Diniz, Aspásia de Alcântara Camargo, Antônio Mendes de Almeida Jr., Ricardo Maranhão, Helgio Trindade, Ítalo Tronca, Leôncio Martins Rodrigues, Décio Saes e Sérgio Miceli.

conjuntura política e econômica do período. A luta maior do PCB era pelas reformas de base, pela defesa do nacionalismo anti-imperialista, junto às “*esquerdas*” do PTB, minoria no partido, além dos militares nacionalistas. Nessa coalizão de forças progressistas, ocupava um papel de destaque, a União Nacional de Estudantes – UNE –, além de setores ligados à esquerda católica, como a Juventude Universitária Católica – JUC e a Ação Popular – AP –, principalmente entre 1963 e 1964.²³⁷ Juntas à Juventude Operária Católica – JOC –, essas instituições formavam uma rede “*de ação prioritária pelos pobres*”, que ia além dos limites da Igreja Católica. Criticados pelo clero conservador e pelo Vaticano, simpatizavam com o marxismo, pela explicação das causas da pobreza. Distantes da proteção fraternal e da caridade, segundo Michel Löwy, criticavam o liberalismo e o capitalismo, influenciados pela Revolução Cubana de 1959 e pelo Concílio Vaticano II, de 1958, que provocou mudanças representativas na cultura católica. Muitos integrantes dessas instituições estavam comprometidos com as ideias do PCB.²³⁸ Para Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes, o PCB teria desfrutado a hegemonia, em termos de representação, não só dos trabalhadores, mas também no interior da esquerda.²³⁹

A linha que demarcava a posição de “*direita*” ou de “*esquerda*”, como categorias sócio-políticas, passava, também, pela questão da ideologia do nacionalismo. A identificação com a “*esquerda*” estabelecia uma coalizão entre o proletariado e a burguesia nacional “*progressista e anti-imperialista*”, de perspectiva nacionalista, uma aproximação de caráter puramente ideológico. Se aliança houve,

²³⁷ *Idem*

²³⁸ LÖWY, Michel. *Cristianismo de Libertação e Marxismo de 1960 aos nossos dias*, in: RIDENTI, Marcelo e REIS, Fo., Daniel Aarão. (org.) *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*. Campinas, Unicamp, 2007, pp. 411/437.

²³⁹ SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. *O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na História recente do Brasil*, in: RIDENTE, Marcelo e REIS Fº, op. cit. Pp. 375/410.

entre interesses opostos, foi com uma ala expressa no PTB que a partir dos anos 60 começa e deslocar-se para a “direita”, buscando essa aliança a partir do próprio Estado. No outro polo, a ideologia nacionalista serviu como uma espécie de amálgama do pensamento progressista:

*“O importante é que essa composição de forças PTB – PCB – nacionalistas (militares e intelectuais civis) – UNE – extrema esquerda, tinha uma existência real, embora difusa, o que dava algo de significativo ao manto ideológico nacionalista. Ao mesmo tempo, a ideologia nacionalista, procurando deixar em plano secundário a contradição burguesia, operariado, e deslocando cada vez mais para o Estado as tarefas do progresso, da democracia e da independência nacional, fornecia o cimento necessário à composição de forças dessa heterogêna esquerda”.*²⁴⁰

De fato, tudo contribuía para dar sentido ao programa da aliança nacionalista de esquerda e até o desmentido da história, com o golpe de 64, parecia fazer sentido, pensar, inclusive, em uma aliança pluriclassista na composição nacionalista. Para a União Democrática Nacional – UDN –, a composição não passava de uma conspiração. Recobrando tudo isso, estava uma ideologia que apostava na marcha contínua do povo-nação em luta contra o capital estrangeiro. Essa perspectiva nacionalista do conhecimento da realidade brasileira teve a efetiva colaboração do Instituto Brasileiro de Estudos Superiores – ISEB. Segundo os autores da HGCB,

“Tendo o projeto de produzir uma ideologia para alimentar a consciência nacional, como força auxiliar do projeto de desenvolvimento, estes ideólogos fizeram do nacionalismo pouco mais que

²⁴⁰ FAUSTO, Boris (Dir.) História Geral da Civilização Brasileira – HGCB - Tomo III, Vol. 10, *op. cit.* pp. 343/355.

*uma consagração do Estado, uma ideologia que nascia do próprio Estado, com pretensões de traduzir a consciência nacional”.*²⁴¹

A esquerda nacionalista, apesar de todas as suas divisões apoiou a difusão dessa consciência nacional no próprio aparelho de Estado, incluído os militares. A desestabilização desse Estado, em 31 de março de 1964, no golpe civil-militar, pôs abaixo as idéias nacionalistas de esquerda, construídas fundamentalmente com o apoio dos trabalhadores e dos sindicatos ligados à esquerda. O conjunto de empresas estatais aqui analisadas serve de suporte à própria análise sobre a história da CNA, pois essas empresas são um testemunho de que o sentimento nacional foi um dos pilares que moveu a luta da classe trabalhadora pela afirmação da industrialização nacional, da soberania nacional, ou seja, a idéia de um trabalhador que se transpunha ao coletivo pela autonomia do povo-nação. A nação, a princípio, seria a primeira expressão desse corpo coletivo, que impulsionaria a classe trabalhadora na luta pela superação do capitalismo.

3.2 – Trabalhadores e Estado-patrão.

José Ricardo Ramalho traduz o conflito entre a classe trabalhadora e o Estado, no papel de classe patronal, no período 60/64, como um *revival* nacionalista, cujo estandarte estaria nas mãos dos comunistas, uma vez que mantinham a liderança sindical no setor público. No caso da Fábrica Nacional de Motores – FNM, o engajamento político pelo viés nacionalista, defendido pelo Sindicato dos

²⁴¹ *Idem.*

Metalúrgicos da Guanabara, muitas vezes causava apreensão nos próprios trabalhadores, pois “*tornou-os também receosos quanto ao tipo de engajamento político solicitado pelos militantes sindicais, que, muitas vezes, privilegiavam questões políticas de nível nacional ou internacional, deixando em segundo plano as questões concretas do dia-a-dia dos trabalhadores*”²⁴² Mesmo naqueles setores que se colocavam em oposição ao Sindicato, segundo Ramalho, os trabalhadores puderam formar uma consciência diante dos conflitos, por exemplo, ao associarem-se ao Círculo Operário Católico por medo do comunismo. Nesse sentido, foi importante perceber como se dava a participação desses trabalhadores como atores políticos fora das organizações político-partidárias.

Para esse autor, o crescimento do movimento sindical na década de 1960 foi possível em função da tolerância do Estado, principalmente nas empresas estatais e de economia mista. O relaxamento do modelo de dominação, imposto por tantos anos e a conjuntura política favorável, somada aos momentos de crise institucional, asseguravam às organizações sindicais e aos partidos políticos, fundamentalmente o Partido Comunista Brasileiro – PCB –, a militância e a penetração entre os trabalhadores, com a circulação, inclusive, de periódicos especializados, como o jornal *Novos Rumos*, do PCB. Apesar da forte presença comunista, os trabalhadores da FNM só realizaram uma greve no período, obviamente, pela força expressiva dos militares na história da fábrica e também do Círculo Operário Católico. Situação semelhante, em relação ao número de greves, ocorreria na CSN, embora na CNA esse quantitativo fosse maior, não obstante a presença dos militares e dos circulistas.

²⁴² RAMALHO, José Ricardo. *Estado Patrão e luta operária – o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 146.

Mesmo com um número reduzido de greves, Ramalho observa que o clima político de enfrentamento teve a ver com a conjuntura política do país, de relativa liberdade de organização política e sindical e de utilização da ideologia nacionalista na defesa de empresas brasileiras, particularmente estatais. Daí, o êxito dos comunistas nos sindicatos oficiais, o que muitas vezes causava uma forte oposição a esses sindicatos dentro das fábricas, como no caso da FNM. Por ser uma empresa estatal ameaçada pelo capital estrangeiro, a Fábrica Nacional de Motores tornou-se um palco perfeito para que se tentasse operar mudanças na relação da fábrica com os operários, estratégia definida na Reunião Nacional dos Comunistas, de 1959. No entanto, o partido tentava levar o movimento sindical para dentro da fábrica, indo além da própria estrutura sindical, com a criação dos Conselhos Sindicais, que influenciavam, inclusive, as decisões tomadas pela direção da empresa através também dos delegados sindicais. Para Ramalho, o relato de trabalhadores acerca da ação sindical dentro da FNM permite concluir que a estrutura de dominação na fábrica foi abalada, apesar das desconfianças em torno das concessões feitas. Entretanto,

“não interessava aos comunistas destruir a estrutura produtiva da FNM, pelo contrário. Fiéis a uma proposta política que defendia os interesses nacionais contra o capital estrangeiro, a participação dos trabalhadores não poderia ser no sentido de enfraquecer a empresa, ainda mais que essa sofria as conseqüências de uma intensa campanha de privatização”²⁴³

Para Regina Morel, a defesa do nacionalismo e das próprias empresas públicas fazia com que, muitas vezes, a posição dos sindicatos e trabalhadores estivesse

²⁴³ RAMALHO, José Ricardo. *Op. cit.* p. 163.

identificada com a posição da empresa estatal. O caráter estatal de empresas como a CSN seria um dos fatores principais das contradições e ambiguidades, na atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, consagrando um forte elo entre os trabalhadores e a empresa. Essa identificação expressava-se na própria fala do trabalhador que explicitava suas relações afetivas com a empresa, patrimônio do “*povo brasileiro*”. A diretoria da CSN, na sua própria condição de servidores mais graduados da empresa, igualava-se simbolicamente aos demais trabalhadores.²⁴⁴ A CSN era vista como o símbolo da emancipação nacional, da conquista dos direitos e valorização do trabalhador. Segundo Morel, esse caráter de empresa estatal significa o que Bourdieu definiu como campos de luta. Nesse sentido, a dimensão simbólica não estava a serviço apenas da dominação, mas pelas suas ambiguidades podia também ser manipulado pelos trabalhadores em benefício próprio. Bourdieu chamava a atenção para o fato de que a maneira pela qual a classe trabalhadora percebe o Estado, como portador de uma força simbólica, interfere nas estratégias do movimento operário na definição dos campos de luta, além da força material.²⁴⁵ Essa experiência valia na situação de crise política ou quando da ameaça estrangeira a estas empresas, em que mesmo que não fosse possível apoiá-las, os trabalhadores não desprezavam sua luta em benefícios próprios, tendo revertido a seu favor, a mística que envolve a empresa estatal, sem deixar de recorrer a outras instâncias, como até mesmo diretamente ao presidente da República. Isso se tornou claro, tanto na CSN, quanto na FNM e também na Companhia Nacional de Álcalis.

²⁴⁴ MOREL Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica” – o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. *Op. cit.* v.2, 347.

²⁴⁵ BOURDIEU, Pierre, *Questões de sociologia*. Marco Zero, 1983, apud, MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Op. Cit.* p. 348/349 e nota.

No caso da FNM, a política do sindicato dentro da fábrica procurava também, ser um reflexo das posições do Partido Comunista diante da conjuntura nacional. Impunha-se a bandeira do nacionalismo contra o capital estrangeiro, tanto para o Governo Goulart quanto para o sindicalismo. A visita do presidente à fábrica, em 27 de setembro de 1963, traduziu-se no apelo ao patriotismo e ao desenvolvimento da nação e de seus trabalhadores. Faixas estendidas pela fábrica davam o tom da simbologia nacionalista: “*Poderosos grupos econômicos tentam sufocar a FNM*”; “*a Fábrica Nacional de Motores é do povo e ao povo cabe defendê-la*”.²⁴⁶ As tentativas de desestabilização da fábrica exigiam um grau de patriotismo dos trabalhadores, tornando-se bandeira de luta dos comunistas contra as investidas internacionais.

As críticas que se faziam à FNM, principalmente àquelas advindas do setor privado, no entender de José Ricardo Ramalho, iam desde o envolvimento do Estado na atividade industrial, passando pela crítica a ineficiência dos trabalhadores das empresas estatais, somada à crítica ao empreguismo nessas empresas. O aumento do poder do sindicato também servia de combustível para as pressões em torno dos pedidos de intervenção na fábrica. Isso colocava uma contradição para os trabalhadores da FNM, pois como seria possível exigir melhorias salariais em uma conjuntura de crise econômica, com inflação ascendente e ao mesmo tempo não colocar a empresa em situação financeira delicada, o que a tornaria mais frágil à crítica dos seus algozes. Assim, o apelo patriótico do presidente da FNM e do presidente da República tentava seduzir os trabalhadores, a primeiro lutar pela fábrica, depois por seus direitos. No entanto, os trabalhadores não se rendiam em lutar pelos seus direitos.

²⁴⁶ RAMALHO, José Ricardo. *Op. cit.* p. 169

O papel da ideologia nacionalista na neutralização dos conflitos e no direcionamento político dos sindicatos foi posto pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB –, liderança na maioria dos sindicatos das empresas estatais, ao tentar conciliar nacionalismo e luta de classes, uma vez que o nacionalismo integrava o discurso de classes antagônicas. Nesse sentido, o nacionalismo, ao tornar-se uma linguagem política que unificava ou igualava os discursos classistas, não poderia ser visto como uma politização imposta de cima para baixo. Regina Morel lembra que a construção de uma identidade pessoal e profissional, no caso da CSN, atuava em dois sentidos: o orgulho de pertencer a uma empresa estatal, mas também os princípios de igualdade e de reconhecimento dos trabalhadores como atores políticos, ampliando sua autonomia. O jargão, “*A CSN é nossa*”, era pronunciado tanto pelo militante comunista, quanto pelo diretor da empresa.²⁴⁷

Na FNM, a primeira greve da década de 60 ocorreria em 1961. Segundo o jornal *Novos Rumos*, semanário do PCB, citado por Ramalho, cinco mil trabalhadores teriam paralisado a empresa, contra os baixos salários. A pauta reivindicava equiparação aos metalúrgicos de São Paulo, reajuste do salário-família, participação nos lucros, melhoria da alimentação e de condições de moradia e a construção de uma delegacia sindical em área da empresa. O aumento estava prometido para os trabalhadores desde Janeiro de 1961, o que acabou não ocorrendo. Outro fator mobilizador, no entanto, sem um saldo positivo, foi a dispensa de grande número de trabalhadores realizada por um diretor nomeado por Jânio Quadros, que resolveu programar uma reestruturação de cargos e salários na empresa e que o sindicato não conseguiu que fossem readmitidos. Sustenta-se aqui que o desemprego em empresas

²⁴⁷ MOREL Regina Lúcia de Moraes. *op. cit.* v.3, p. 351.

públicas ou de economia mista não seria uma miragem. No fundo, essa estratégia, para os trabalhadores, servia para alocar um número considerável de apadrinhados com melhores salários. As reações às demissões vinham do Sindicato e do Círculo Operário Católico. Se para o Sindicato, o afastamento de velhos funcionários, consideravelmente reacionários, impunha uma renovação da própria base sindical, para o Círculo Operário Católico a demissão dos mais velhos acertava em cheio sua ação assistencialista. Por trás da preocupação do Círculo, estava também, o temor pelo crescimento do comunismo nas fábricas. Entretanto, para o Sindicato seria incompatível uma política de dispensas e a condição de fábrica estatal, fato que sublinhava ainda mais o apelo ao patriotismo. Para Ramalho, isto representava a ambiguidade do sindicato dentro da fábrica, em que, ao mesmo tempo em que tentava sensibilizar o trabalhador por uma luta progressista contra a exploração capitalista exercida por uma fábrica estatal, tentava expressar a luta pela preservação de uma indústria nacional, de alta relevância ao desenvolvimento das estruturas produtivas do país. Entretanto, para as lideranças sindicais, as propostas do partido não poderiam ser esquecidas,

*“a política e as relações políticas se definiam a partir de um quadro de luta de classes no sentido mais amplo, na perspectiva de uma mudança estrutural da sociedade, e se aproveitavam do fato de que a conjuntura nacional favorecia tal tipo de pretensão. Nesse sentido, as relações políticas dentro da FNM foram politizadas a ponto de incomodarem uma parte dos operários”.*²⁴⁸

²⁴⁸ RAMALHO, José Ricardo. *Op. Cit.* p.186

No caso da CSN, a ausência de greves no período, não pode servir para qualificar o sindicato de imobilista ou manipulado, pois era reconhecido pelos trabalhadores enquanto instrumento de defesa dos seus direitos. Isso explica a dinâmica crescente da participação política dos trabalhadores da CSN. Por que não havia greves na CSN? Perguntava-se Regina Morel. Porque Goulart era visto como um aliado e a CSN um patrimônio nacional? Então por que na Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA –, em Santos, entre 62 e 64, ocorreram nove greves? Para Morel, a cultura operária aguerrida dos trabalhadores de Santos tinha uma tradição combativa no movimento operário, atuando como um aparelho simbólico, afirma a autora ao fazer menção a Pierre Bourdieu.²⁴⁹

Na outra ponta, havia os Círculos Operários Católicos no Brasil, associados à Federação Internacional dos Sindicatos Cristãos, que estavam voltados para uma atuação assistencial aos trabalhadores, ao contrário da atividade política dos sindicatos. Os estímulos para que os trabalhadores entrassem para o Círculo passavam pela forte incidência de trabalhadores católicos, como também de anticomunistas. Por outro lado, o Círculo pregava uma boa relação entre empregados e patrões, fato que o identificava com a administração da empresa, gerando desconfiança dos trabalhadores. Nesse sentido, o Círculo procurava orientar o movimento para problemas trabalhistas “*voltados para a educação cristã....sem o recurso a luta de classes*”, pois sua função era “*harmonizar todas as classes sociais, todas as atividades, todas as pessoas e grupos*”.²⁵⁰ No Estado do Rio de Janeiro havia Círculos Operários Católicos na FNM, na CNA e na CSN, “*todos os círculos eram muito grandes e tinham muitas escolas,*

²⁴⁹ BOURDIEU, Pierre, apud, MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Op. Cit.* p. 396.

²⁵⁰ RAMALHO, José Ricardo. *Op. cit.* p.192

muito trabalho assistencial”, sendo inclusive os responsáveis pela edição do jornal “*Classe Operária*”.²⁵¹

A segunda greve na FNM ocorreria em 03 de maio de 1963 e teve duração de quatro dias e a maior preocupação dos trabalhadores era liberar a empresa da estagnação em que se encontrava. A paralisação da FNM coincidia com a conjuntura política e econômica instável, que levava o sindicato a acirrar as lutas em defesa da legalidade e do nacionalismo, aumentando a participação política, ao defender o patrimônio industrial nacional:

*“Do dinheiro doado pelo governo; oito bilhões de cruzeiros, para a execução de um plano de expansão, ... os operários sabiam que tinham sido liberados três bilhões, mas manifestaram grande insatisfação por não observarem nenhuma melhoria ou avanço no plano de expansão da fábrica. ... A preocupação do sindicato com os destinos da empresa mostra uma postura que tem a ver com o fato de a FNM ser uma empresa estatal, com capital majoritário do governo. As características de uma empresa estatal como a FNM, naquela conjuntura, levavam o sindicato e mesmo os partidos políticos a uma estratégia diferente comparando-se com as empresas privadas. As relações políticas que o governo Goulart estabeleceu com a liderança sindical também abriram espaços para a transformação das empresas do Estado em um território onde germinavam experiências de organização e comando dos trabalhadores”.*²⁵²

Os anos 60/64, também foram um período de crise para a CSN. A empresa perdeu nessa década o monopólio da produção de aços planos, dos preços, a delegação de importar aço para suprir o mercado interno e o controle desse mercado através de cotas de fornecimento, altamente disputadas pelos distribuidores. Perdeu aquilo que a

²⁵¹ A citação é um depoimento do padre Veloso, citado por RAMALHO, José Ricardo, *op.cit.* p. 193.

²⁵² RAMALHO, José Ricardo. *Op. cit.*, p.178

CNA lutava por conseguir. Na década de 60, a empresa passara a sofrer a concorrência da Usina Siderúrgica de Minas Gerais – USIMINAS –, instalada em Ipatinga, em 1963; e da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA –, instalada em Santos, em 1964. Além disso, a CSN perderia as isenções tributárias concedidas pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda. Como aditivo, havia, também, a crise conjuntural da economia brasileira na mesma década, marcada por altas taxas de inflação, redução das taxas de investimento privado e público, acentuação dos desequilíbrios regionais e do poder aquisitivo dos salários. O Brasil, a partir de 1962, entraria em uma fase de depressão econômica.

Logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 7 de setembro de 1961, a presidência da CSN passou a ser ocupada pelo Almirante Lúcio Meira, ex-presidente do BNDE. Meira tinha muito claro para si os limites da intervenção do Estado na economia, cujo caráter diria ser supletivo, para consolidar o projeto de desenvolvimento capitalista, preenchendo os espaços não ocupados pela iniciativa privada. A CSN embora dispusesse de autonomia na decisão sobre financiamentos para a sua expansão, basicamente recorrendo ao EXIMBANK, não conseguiria facilmente obter esses empréstimos a partir de 1961, o que causava atrasos em seu cronograma, retardando o objetivo da empresa de colocar-se em condições de competir com as similares paulista e mineira. De concreto, razões políticas, por parte do governo americano, impediam a concretização dos empréstimos. Os recursos só foram possíveis de serem liberados pela AID, agência da *Aliança para o Progresso*, em maio de 1964, portanto, depois do golpe militar.

“Além disso, durante todo esse processo, a CSN viria enfrentar outros graves problemas que vão complicar ainda mais sua situação: a) a partir de 1961, o decréscimo na relação preço médio/custo médio do aço laminado; b) a participação crescente da USIMINAS e da COSIPA no mercado de aços planos; c) a mobilização dos operários em torno da luta por maiores salários, numa situação econômica inflacionária e por uma justa participação nos lucros.”²⁵³

Ao contrário do caso da barrilha da Companhia Nacional de Álcalis – CNA –, o aço da CSN era vendido a um preço muito abaixo do aço importado. A luta de Lúcio Meira era pela unificação do preço nacional, uma vez que 80% da produção eram destinadas para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sobrando para o restante do país, os outros 20%, o que condicionava as regiões mais distantes a importarem o aço a um preço muito mais elevado, o dobro do preço do aço nacional. Jesus Soares Pereira, diretor de Vendas, comprovava que o Estado subvencionava o mercado consumidor de aço no país, de maneira que comprometia a CSN. Nesse sentido, Soares Pereira pretendia implantar uma distribuição equitativa do aço produzido no país, para que o ônus da importação recaísse sobre todos. Cada região do país deveria receber 2/3 da produção nacional, fator que beneficiava especialmente os estados do Norte e do Nordeste. Em 1962, a CSN começou a elevar seus preços, no sentido de reduzir os subsídios. No entanto, esses aumentos foram vetados pelo presidente João Goulart, sob pressão dos grandes grupos nacionais e da indústria automobilística. Posteriormente, após a formação de uma comissão do Ministério da Indústria e Comércio para analisar a estrutura de preços do aço produzido pela CSN, os preços foram reajustados em 40%. Mesmo assim, o aço da CSN custava 26% do aço

²⁵³ MOREL Regina Lúcia de Moraes. *Op. Cit.*, v.3, p. 367.

importado do Japão; 60% menos que o importado da Alemanha e 90% menos que o produzido nos Estados Unidos. Muitas vezes, essas decisões técnicas esbarravam em interesses políticos, em grande escala, representados por ocupantes de cargos na diretoria escolhidos por negociações político-partidárias ou alianças com o movimento sindical.

“Nesse momento de dificuldades para a CSN, membros da diretoria – como Jesus Soares Pereira e Lúcio Meira – tentaram preservar a autonomias da empresa perante o governo. As iniciativas visando à melhoria das condições da Companhia no mercado, permitindo-a operar segundo as regras de uma empresa capitalista, encontravam limites inerentes à função que lhe tinha sido historicamente atribuída de fornecer base para expansão do setor privado. Além disso, constituindo as empresas públicas importantes ponto de apoio político, a Presidência da República acentuava sua intervenção na política administrativa da CSN; isto de fazia de um lado, através da nomeação de cargos da diretoria, de pessoas de confiança, segundo critérios político-partidários e de outro lado, de atitudes de reforço e alianças com o movimento sindical, interferindo, muitas vezes nas políticas gerenciais da empresa.”²⁵⁴

Também na FNM, Ramalho chama a atenção para a relação de diretores da fábrica com trabalhadores. Por exemplo, o caso do diretor Aluizio Peixoto era emblemático. Ele foi o que mais negociou com os trabalhadores, cedendo em várias propostas para manter a FNM em funcionamento. Peixoto teve a sua vida profissional arrasada pelos generais de 64. O diretor já sofria oposições, mesmo dentro da fábrica, de outros diretores, principalmente de militares. Aluizio Peixoto era economista do BNDE e agiu como um interventor devido ao montante de empréstimos que o banco

²⁵⁴ *Idem*, p. 376.

havia concedido à empresa, uma vez que, as devidas aplicações desses valores não estavam sendo executadas de forma satisfatória, conforme os planos elaborados para o crescimento da FNM. Embora inicialmente rejeitado pelos trabalhadores, sua política de negociação teve efeitos positivos, tanto na regularização da situação financeira da empresa quanto nas relações com o sindicato.

O setor privado exercia constante vigília sobre as empresas estatais, com o intuito de que estas não contrariassem seus interesses. A CSN, por exemplo, era acusada de ineficiência por pagar elevados salários. Os benefícios sociais que eram criticados por setores privados eram importantes para a CSN, no sentido de obter apoio dos trabalhadores, na defesa dos seus interesses. Por outro lado, estes não pareciam nem dispostos a fazer sacrifícios “*para o bem-estar geral*”, nem se comoverem com a crise financeira da empresa, ao contrário, continuavam a ganhar espaço e assegurar conquistas já obtidas, além de alcançar novos direitos. Os sindicatos do setor público transformavam-se em um dos arrimos da ideologia nacionalista do governo contra os interesses do capitalismo internacional depredador. Volta Redonda, por exemplo, era a cidade símbolo do trabalhismo. Na correlação conjuntural de forças entre sindicato e governo, mesmo que o sindicato tivesse uma postura conciliatória em relação à empresa, tal fato não poderia ser tomado como uma atitude passiva dos trabalhadores, pois estes procuravam ampliar suas conquistas, barganhando a seu favor o apoio político que lhes era solicitado. Da mesma forma, as negociações entre sindicato e diretoria, muitas vezes eram antecipadas pela prática do envio de um memorial ao

presidente da República, com o rol de reivindicações. Alianças e cumplicidades entre sindicato e empresa não significava um recuo da classe trabalhadora.²⁵⁵

A mobilização dos trabalhadores da CSN nesses anos vai concentrar-se nas reivindicações salariais e no aprofundamento das conquistas, pelo cumprimento da legislação trabalhista e dos benefícios sociais: distribuição de casas na vila operária, abono de Natal, sem prejuízo da “*girafa*”, assistência médica pelo IAPI, transporte gratuito, a luta para desonerar a empresa com gastos relacionados em prestar serviços públicos à cidade, entre outras. Alguns diretores procuravam tirar benefícios dessas medidas, como Wandyr de Carvalho, diretor-secretário da CSN, nomeado por Goulart, político filiado ao PTB, proprietário de empresas imobiliárias, que falava da criação de uma empresa imobiliária para construção e venda de casa aos trabalhadores da empresa. Wandyr seria preso, após o golpe militar, com Othom Reis Fernandes, ex-diretor de Serviços Sociais, eleito pelos trabalhadores, em 1961. Wandyr fora algum tempo antes, Secretário de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, no governo de Roberto Silveira, envolvido nas negociações com a greve de 1960, na CNA.

Os trabalhadores da Companhia Nacional de Álcalis também, viveram em águas turbulentas entre os anos 60/64. O objetivo de sustentar-se como uma indústria de base nacional encontrou uma série de obstáculos, não só por interesses escusos, como também pela conjuntura política e econômica que se abatera sobre o Brasil. A história dessa empresa, incorporada à experiência real de sua classe trabalhadora, determinada a mantê-la, pela sua luta contínua, permite entrecruzá-la com o que há de mais pulsante na história política do Brasil entre 1960 e 1964. Não é propriamente a

²⁵⁵ MOREL Regina Lúcia de Moraes. A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica” – o caso de Volta Redonda (1941-1968). *Op. Cit.*, v.3, p. 380/387.

história da CNA que vai se delineando nestas páginas, mas a história de uma sociedade cravada por suas contradições. Aos trabalhadores coube atuar em duas frentes: um movimento econômico e social, voltado aos seus direitos trabalhistas específicos e um movimento político atento aos destinos da empresa e da nação. A Companhia Nacional de Álcalis parece ter sido relegada ao esquecimento, quando confrontada com suas similares, a CSN e a FNM. Se a Álcalis esteve a reboque de outros projetos, sua história contribui para observar com maior acuidade o projeto ideológico nacional-desenvolvimentista, visto que a CNA conseguiu sobreviver aos expurgos do capitalismo central quase que sedada pelo jogos de interesses político e econômico internos. As incertezas durante a sua fase produtiva permitiram que se construísse ali, uma das mais férteis arenas na qual a classe trabalhadora pôde expressar seu inconformismo e sua forte ação decisiva para o destino de uma empresa controlada pelo Estado, e que só sobreviveu porque assim o era e pela ação dos trabalhadores. Porque acima do Estado, desfazendo o mito da subordinação e da tutela, surgiam aqueles, que como o personagem mestre Luiz, percebiam claramente que era possível aos trabalhadores “fazer o diabo”.²⁵⁶ Faziam muito mais do que isso, quando tinham consciência exata do seu papel: “Tudo a gente só conseguia no grito ... todos os direitos na Álcalis foram ganhos na greve e no grito”.²⁵⁷

²⁵⁶ Referência ao dito de Ângela de Castro Gomes, no Simpósio Nacional de História de 2003 – ANPUH, realizado em João Pessoa – PB, citado por NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Op.cit.*, p. 14.

²⁵⁷ Depoimento oral prestado ao autor por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

3.3 – Greve de 1960.

Em 7 de janeiro de 1960, o deputado federal Bocaiúva Cunha, do PTB, foi homenageado em Cabo Frio pelas principais lideranças sindicais da região. No Restaurante Dom Bosco estavam presentes Leci Gomes da Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal; Venâncio Teixeira de Melo Júnior, presidente do Sindicato dos Estivadores de Cabo Frio; Paulo de Almeida, presidente do Sindicato dos Arrumadores de Cabo Frio; José Neto do Vale e Altamiro Ignácio de Oliveira, respectivamente presidente e tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de Cabo Frio; Valter Trindade, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Pedro Maia Filho, advogado dos sindicatos e Joselino Marques de Almeida, presidente do diretório do PTB de Arraial do Cabo. Em outra homenagem, dessa vez na Câmara Municipal de Cabo Frio, estiveram presentes os vereadores locais: Jandir Cravo (PTB, presidente de Câmara); Francisco Ribeiro de Almeida (PSB, vice-presidente de Câmara); José Geraldo Sales Simas (líder do PSD); Jorgenel Vieira de Aguiar (PTB); Jorge de Paula e Silva (PSD), Manuel Antunes (PSD); Newton Novelino (PL); Antônio de Macedo Castro (PSD) e Wilson Mendes (PTB).²⁵⁸

A visita de Bocaiúva Cunha serviu para tratar, também, de duas obras urgentes para a cidade, a dragagem do Canal Itajuru e a conclusão das obras do Porto do Forno, em Arraial do Cabo, intervenções importantes para o desenvolvimento da CNA. Além disso, sua estada em Cabo Frio objetivava a campanha para a construção de um

²⁵⁸ *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, Ano IX, Sexta-feira, 08 de Janeiro de 1960, nº 270 – p.2.

posto do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência – SAMDU, autorizado algum tempo depois pelo presidente Juscelino Kubitschek. O deputado foi homenageado por trabalhadores e lideranças sindicais locais, do “*progressista município fluminense*”, numa demonstração de “*maturidade que havia chegado o movimento sindical no país*”. Segundo Bocaiúva, apagavam-se, assim, os últimos efeitos do “*peleguismo que infelizmente marcava o nascente sindicalismo brasileiro ainda poucos anos atrás*”. Para Bocaiúva Cunha, a organização da classe trabalhadora e a ação dos líderes sindicais, em Cabo Frio,

*“impressionam pela seriedade com que abordam os problemas sociais, e nacionais, por sua fidelidade aos interesses de sua classe, pela maneira ativa com que guardam a sua condição de representantes eleitos de uma coletividade. Este é um fato extremamente auspicioso, não apenas para o proletariado, mas para toda a Nação brasileira que muito depende, para vitória em seu movimento de emancipação política e econômica, da consolidação e do crescimento do movimento sindical em nosso país”*²⁵⁹

Bocaiúva juntava sindicato e nação em seu discurso como um conjunto possível de superar os problemas estruturais do país, para impulsionar as mudanças propostas pela esquerda brasileira naquele período.

O verdadeiro motivo da visita de Bocaiúva era tentar uma solução rápida para superar o esgaçamento das relações entre a direção da CNA e o sindicato que representava os trabalhadores daquela empresa. A CNA insistia em hostilizar um sindicato que reunia 1700 trabalhadores, ignorando e contrariando sistematicamente

²⁵⁹ *Idem*, Rio de Janeiro, Ano IX, sábado, 09 de Janeiro de 1960, nº 2923 – p.4.

suas reivindicações: “*Nem os mais retrógrados patrões capitalistas ousariam tanto*”, relatou o parlamentar. Era o primeiro ano de produção da barrilha.

O clima em Arraial do Cabo era tenso. Havia um ambiente de perseguições a militantes sindicais em que a administração da CNA procurava desmobilizar e desprestigiar o sindicato, ignorando, inclusive, a decisão do Ministério do Trabalho em relação ao pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade a que os trabalhadores tinham direito. Manuel Ferreira Torres, em carta subscrita em conjunto com dezenas de trabalhadores, protestava contra as perseguições que vinham ocorrendo dentro da CNA, especialmente pelo superintendente da empresa, coronel Aluizio da Silva Moura, contra os companheiros sindicalizados e até mesmo contra os membros da diretoria do sindicato. O militar-superintendente além de recusar-se a dialogar com o Sindicato vinha demitindo todos aqueles que participavam da luta sindical, como Semonides Sebastião Dias, suplente do delegado sindical Manuel Ferreira Torres, junto à Federação; Eronides Pureza da Silva e mais dois vigilantes que foram eleitos em uma assembléia para integrar a comissão de interesse da classe. Também fora demitido Manuel Lopes e rebaixado de função o trabalhador Adolfo.²⁶⁰

Persistindo as perseguições e demissões, os trabalhadores da CNA, reunidos em Assembleia no dia 29 de janeiro de 1960, aprovaram, por unanimidade, uma proposta exigindo a saída do superintendente-coronel Aluizio Moreira, agendando uma greve para o final do mês de fevereiro, se até aquela data não fosse pago o adicional de insalubridade e de periculosidade, determinado pela Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho – DSHT –, do Ministério do Trabalho. Além disso, a empresa não teria pago um reajuste geral concedido, entre 20% e 70%, com base em um enquadramento

²⁶⁰ *Idem*, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1960, n.º 29 – p.9.

em faixas salariais específicas, além do cumprimento de outras reivindicações definidas em lei e não atendidas pela CNA. O problema permaneceria sem solução, até maio de 1960, por “*descaso ou por vontade de desmoralizar o Sindicato*” nas palavras do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio, José Neto do Vale. A CNA não dera a menor satisfação sobre a pauta preparada pelos trabalhadores. Instalou-se a partir daí um clima de revolta e descontentamento entre os trabalhadores, pela atitude inesperada da empresa em não atender as reivindicações trabalhistas, que haviam sido deliberadas desde dezembro de 1959. Estava prevista, então, uma paralisação, caso a empresa permanecesse intransigente às determinações do Ministério do Trabalho e continuasse desprestigiando seus trabalhadores. Por fim, a diretoria do Sindicato convocou uma Assembléia para o dia 25 de maio, para deliberar sobre essas questões. Em um gesto solidário, os trabalhadores da Companhia Eletro Química Fluminense, de São Gonçalo, juntaram-se aos da CNA e, em Assembléia Geral, concederam um prazo para que essa empresa pagasse aos seus trabalhadores o mesmo adicional de insalubridade previsto para os trabalhadores da CNA, também determinado pelo Ministério do Trabalho. Os trabalhadores das duas empresas passavam, a partir da intransigência patronal, a juntar seus esforços em uma proposta de paralisação conjunta, objetivando retirar do mercado produtos químicos por elas produzidos.²⁶¹

A greve na CNA

Após inúmeras e infrutíferas tentativas de conciliação, os trabalhadores da CNA decretaram uma greve a partir do dia 31 de maio de 1960, no sentido de verem

²⁶¹ *Idem*, segunda-feira, 30 de maio de 1960, nº 3042, p. 2.

atendidas suas reivindicações. Em manifesto lançado ao povo e aos trabalhadores de Cabo Frio e de todo o Estado, os trabalhadores da CNA, através do seu sindicato, explicavam as razões que os levaram à greve e solicitavam o apoio de todos, para o imediato e desejado desfecho positivo pelas suas reivindicações. Segundo o presidente do Sindicato, José Neto do Vale,

*“Nosso Sindicato, depois de longas negociações, e após vencer um período de completa apatia da CNA, pela solução do problema da insalubridade, conseguiu, com o nosso decidido apoio, um acordo, em princípio, que implicava na obrigação de: 1) pagar a taxa de insalubridade, na primeira quinzena de maio e a parte referente aos atrasados na segunda quinzena de maio, prevalecendo de acordo com a lei da retroatividade, a partir de 29 de julho de 1959; 2) aplicação das novas faixas salariais a partir de 1º de janeiro de 1960 e o pagamento, na mesma modalidade do item anterior e seguida do enquadramento do pessoal, de forma que significasse uma efetiva melhora salarial.”*²⁶²

Por maioria absoluta, em “*memorável assembleia*”, os trabalhadores exigiam o pagamento da insalubridade, inclusive a parte atrasada, a ser paga aos que exerciam funções em locais classificados no laudo pericial como insalubres. O conjunto de reivindicações incluía, também, a manutenção de todos os serviços de transporte, como os ônibus para Niterói, dando preferência, na disponibilidade de passagens, aos empregados de padrão mais baixo; restabelecer o transporte para o Boqueirão e outras localidades; cumprir as determinações do Serviço Especial de Saúde Pública para o setor de salinas, inclusive na regulamentação dos horários de trabalho; e a readmissão dos trabalhadores demitidos por ativismo sindical, entre eles: Manoel Lopes dos

²⁶² *Idem*, quinta-feira, 02 de junho de 1960, nº 367, p. 2.

Santos, Eronides Pureza da Silva e Alberto da Cunha Andrade. A greve foi suspensa um dia depois, em função da reabertura das negociações do Sindicato com a CNA. No entanto, a CNA não cumpriu o prometido, o que levou os trabalhadores a decretarem nova paralisação.

A greve foi votada no salão apertado do antigo grupo escolar, local de reunião dos trabalhadores, já que o Sindicato não tinha sede própria e nem mesmo alugada. As ondas e frequências da *Rádio Tamanco* logo espalharam a decisão, pela transmissão boca a boca do *Restaurante Cai Duro* até os limites dos 19.500 metros quadrados da área ocupada pela CNA. Além disso, as notícias da deflagração do movimento grevista chegavam ao interior do Estado do Rio de Janeiro e até mesmo à Colômbia, onde havia trabalhadores da CNA fazendo estágio em uma fábrica semelhante, instalada pelos franceses, naquele país, em Zapaquirá, próximo a Bogotá.

“Insalubre, salubra, ou insalubridade, não lhes importa a pronúncia correta. O fundamental é o que eles disseram, que o operário que trabalha em locais insalubres tem direito – está escrito nas Consolidações das Leis do Trabalho – a determinada importância em dinheiro, pelos serviços realizados em lugares cujo estado sanitário, é uma constante ameaça à saúde. Foi o suficiente para que a Rádio Tamanco irradiando diretamente do Cai Duro para a restinga e adjacências, sacodisse pela base, a dormência dos Candangos, levando-os ao alvoroço de uma assembléia no Sindicato de classe.”²⁶³

A greve, iniciada em 31 de maio de 1960, apontava para uma luta aguerrida. “*O Globo*” no dia seguinte fazia questão de dimensionar a extensão do conflito. Segundo o jornal, a luz da empresa teria sido cortada, a estrada que ligava Cabo Frio a Arraial,

²⁶³ LOPES, Accioly. Candango do Arraial do Cabo. *Op. cit.* p. 161/2.

bloqueada com pedras. O governo do estado já havia deslocado 130 homens da polícia para Cabo Frio. O presidente da CNA, general Alfredo Bruno Martins, havia se encontrado com o ministro da Guerra, marechal Odílio Denys e com o comandante do I Exército, general Nestor Souto de Oliveira, para pedir providências.²⁶⁴ No dia seguinte, o jornal comunicava o fim da greve e o retorno a Niterói da força policial, pelo fato da empresa ter aceitado os pontos do acordo. Os grevistas repudiaram as acusações feitas pelo jornal no dia anterior, assim como o prefeito Edílson Duarte discordava da necessidade de forças repressivas na cidade para conter a luta dos trabalhadores na CNA. O prefeito Edílson Duarte, do PTB, fora eleito por uma coligação popular nacionalista em oposição à candidatura do PSD, partido que sempre comandou a política em Cabo Frio. Duarte, como já mencionado, sofria forte oposição da bancada pessedista, que tentava vez por outra incompatibilizá-lo, por exemplo, quando desagradou um grupo de vereadores formado por Jorgenel Vieira de Aguiar, José Geraldo Salles Simas e Newton Novelino que buscava aprovar projetos ligados à indústria de cimento e da pesca da baleia, e não encontravam apoio do prefeito.²⁶⁵ Temendo consequências maiores, o delegado de Polícia, Valter Francescone Povoas preparava-se para eventualidades que pudessem atentar “*contra a ordem pública*”.²⁶⁶

As negociações, entretanto, eram bastante precárias e complexas, pois apenas alguns pequenos grupos teriam obtido algumas conquistas, e outros não, como os marítimos da empresa, que voltavam a ameaçar com paralisações. Quarenta e oito horas depois da paralisação em Cabo Frio, os trabalhadores da CNA comemoravam a vitória pelas ruas do centro da cidade, com uma passeata até a Praça Porto Rocha, onde

²⁶⁴ *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 01 de Junho de 1960, nº 10452, capa.

²⁶⁵ *Idem*, quarta-feira, 22 de junho de 1960, nº 23612, capa.

²⁶⁶ *Idem*, quinta-feira, 02 de junho de 1960, nº 10453, capa.

promoveram o enterro simbólico de um daqueles que eram responsabilizados pelo sindicato, de pactuar com a direção da empresa, como Warner José Pires, chefe do Restaurante *Cai Duro*. Ao todo, teriam aderido à greve, três mil e duzentos trabalhadores da CNA, da Companhia Salinas Perynas e Salinas Ponta da Costa, as duas mais expressivas empresas produtoras de sal da região. Ensaivavam, pela primeira vez, a formação de um arco de solidariedade, traduzindo-se em uma luta conjunta, ampliada pela participação dos trabalhadores das salinas da região, que muitas vezes consolidaram suas reivindicações às dos trabalhadores da CNA. A partir do movimento unificado, os trabalhadores conseguiram uma paralisação total de uma cadeia produtiva, com exceção dos serviços de abastecimento de água, de eletricidade e do serviço médico. Após uma reunião nos salões da Câmara Municipal, entre dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Álcalis e da Delegacia Regional do Trabalho, foram firmadas as bases de um acordo, do qual constavam os seguintes pontos: 1) depósito, pela CNA, de CR\$ 25 milhões, em conta especial no Banco do Brasil, a ser efetuado em 7 de junho de 1960, destinados ao pagamento do adicional de insalubridade, retroativo a 29 de julho de 1959; 2) concessão, pela empresa, de um abono provisório, retroativo a 01 de março de 1960, nas seguintes condições: para salários até 10 mil cruzeiros mensais, abono de 2 mil e quinhentos cruzeiros; até 20 mil cruzeiros, abono de 3 mil e 500; acima de 20 mil cruzeiros, abono de 4 mil cruzeiros; 3) constituição de uma Comissão Paritária, composta de três membros indicados pelo Sindicato e três pela empresa, destinada a elaborar estudos para a fixação de novos salários a serem adotados pela empresa em substituição ao abono provisório, assim como fixar os preços das refeições, dos alojamentos e dos transportes, com prazo de 60 dias para apresentar os resultados do trabalho; 4) não

punição dos trabalhadores pela participação na greve, com o pagamento dos dias parados. Os trabalhadores exigiam, inclusive, o pagamento dos salários daqueles que trabalhavam por empreitada, que porventura tivessem faltado ao trabalho, em virtude da greve; o compromisso da CNA em cumprir determinações legais específicas, relativas aos acordos entre a empresa e o Sindicato dos Trabalhadores, além de reconhecer os delegados sindicais credenciados pela entidade sindical. A Álcalis deveria empenhar-se, também, para o pagamento das causas trabalhistas ganhas na justiça, sem protelações, com liquidação e execução em um prazo de 48 horas, e intensificar os estudos para aumento imediato dos índices de produtividade, buscando a rápida consolidação da CNA. Depois de quase um ano de lutas, os trabalhadores da CNA, após uma greve de 48 horas, iniciada em 31 de maio de 1960, tentavam encaminhar uma série de questões. Quanto à recusa da empresa em readmitir os três militantes sindicais demitidos, os próprios trabalhadores, embora penalizados com a demissão, abriram mão do retorno deles à CNA, tendo em vista a “*grande vitória alcançada pela greve*.”²⁶⁷

A greve nas salinas.

Entretanto, finda a greve dos trabalhadores da CNA, prosseguia sem solução o movimento dos trabalhadores da Cia. Salinas Perynas e Salinas Ponta da Costa, incluindo também, os estivadores e portuários que atuavam na cidade de Cabo Frio. Os trabalhadores da construção civil também haviam marcado uma assembleia para decidir se entravam ou não em greve por aumento salarial. Dado o compromisso

²⁶⁷ *Ultima Hora*, Ano IX, Rio de Janeiro, quinta-feira, 8 de junho de 1960, nº 371 p.4.

assumido entre os trabalhadores da CNA com os das salinas e demais setores, os trabalhadores alcalinos poderiam voltar à paralisação das suas atividades em solidariedade aos outros, mesmo depois do retorno ao trabalho na Álcalis. A greve dos trabalhadores de salinas prosseguia, pois os representantes patronais ainda não haviam chegado a um consenso, nem mesmo com a mediação da Delegacia Regional do Trabalho. Além de reivindicações semelhantes aos da CNA, os trabalhadores de salinas exigiam um salário mínimo de CR\$ 9 mil e o cumprimento da CLT, além da inspeção nas salinas Ponta do Costa e Perynas, em um prazo de 30 dias para a determinação do adicional de insalubridade a ser paga aos seus trabalhadores. Lutaram, também, pela assinatura imediata das carteiras profissionais, transferência de prejuízos, quando houvesse, dos salineiros contratados para os salineiros contratantes; restabelecimento dos serviços médico e dentário, oferecido pelo Instituto Brasileiro do Sal – IBS –, suprimido após o aumento da taxa de Cr\$ 15,00 para Cr\$ 35,00, por tonelada de sal, exigidas pelo IBS aos donos de salinas, além do pagamento dos médicos e dentistas que prestavam e não recebiam por seus serviços, prejudicando o atendimento a todos. Exigiam da mesma forma, o fornecimento aos trabalhadores dos equipamentos de higiene e segurança do trabalho (calção de borracha, chapéu de carnaúba, etc.), conforme determinação da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho – DSHT –; e o reconhecimento do trabalho de natureza não eventual dos trabalhadores em salinas, domiciliados no próprio local de trabalho. Estivadores, arrumadores e salineiros reivindicavam um aumento geral dos salários, concordando com um abono, desde que concedido nas mesmas bases daquele que fora concedido aos trabalhadores da CNA. Queriam mais: a sindicalização de todos os arrumadores; o pagamento integral, pela tabela do sindicato, do trabalho executado por arrumadores

não sindicalizados e a entrega aos arrumadores das tarefas de sua competência, na Cia. Salinas Perynas e na Salinas Ponta da Costa. Estivadores reivindicavam, ainda, o cumprimento do “*compromisso moral*” do senador Miguel Couto Filho, de proceder o embarque por via marítima de, pelo menos 60% da produção da Cia. Salinas Perynas, e a extensão desse percentual aos demais produtores de sal. Apresentando um grande nível de organização e unidade, sob o comando de várias instituições sindicais, representativas das diversas categorias em greve e do Comando de Greve, o movimento prosseguia dentro da ordem, pacificamente, contando com a simpatia e o apoio da população local.

A partir de 1960, ocorreu um aumento considerável no número de greves realizadas no Rio de Janeiro. Mais precisamente entre 1960 e 1964, aconteceram 267 paralisações, o que significava quase 55% da quantidade de paralisações totais ocorridas entre 1945 e 1964, de um total de 480 greves, números que se acentuavam expressamente a partir da perda do poder de compra do trabalhador. Segundo Marcelo Badaró, a maior parte dessas greves foi realizada no setor privado, com fartas evidências de repressão e predomínio de demandas econômicas, embora as greves políticas tenham também adquirido força, a partir de 1960. Muitas dessas greves, como na CNA, ocorrem pelo pagamento e um benefício já conquistado que os empresários recusavam pagar ou postergavam sua concessão. Além das greves políticas de dimensão nacional ou mesmo regional, havia as greves de solidariedade, principalmente quando ligadas às conquistas materiais. As greves de solidariedade aconteciam, em sua maior parte, entre trabalhadores do mesmo ramo, por exemplo, como salineiros e trabalhadores da Álcalis. O acentuado número de greves por empresa mostra a tensão que havia entre trabalhadores e patrões. O aumento da

evidência de movimentos grevistas nesse período está, também, relacionado à ação política por parte dos comunistas e da esquerda trabalhista, à frente dos sindicatos.

A repressão não era uma função exclusiva da polícia política, dado o envolvimento de forças militares federais como na Greve da Paridade, entre 8 e 10 de novembro de 1960, provocando a mobilização de tropas do exército e da marinha. Funcionários públicos civis e de empresas estatais pediam equiparação aos reajustes dados aos militares. Para JK, o movimento tinha um caráter subversivo, conclusão que expressava a face “*anticomunista que mais facilmente se associa a governos de matriz autoritária*” do presidente da República, cuja opinião era semelhante à do ministro da Justiça, Armando Falcão, que posteriormente serviu na mesma pasta da Justiça aos governos da ditadura militar. Se como afirma Badaró, a greve da paridade marcou o início de uma outra fase de mobilizações nos sindicatos, naquele período em que motivações econômicas associavam-se a objetivos políticos, podemos não somente concordar, como antecipar um pouco esse marco, para percebê-lo a partir de maio de 1960, em Cabo Frio, capitaneado pela CNA, com fortes exemplos de solidariedade, adensada pela campanha dos salineiros, cujos fatores econômicos foram plenamente explicitados, aliados a fatores políticos dos quais não podem ser dissociados, até pela própria dimensão da repressão. Nesse caso, também, as greves estavam atreladas ao crescimento das bases sindicais compartilhadas entre comunistas e a esquerda trabalhista nos sindicatos locais. Portanto, o movimento grevista em Cabo Frio, passa a ser um dado importante nos estudos que têm como objeto a luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos.²⁶⁸

²⁶⁸ MATTOS, Marcelo Badaró de et alli. Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca. *Op. Cit.*

O movimento unificado das classes trabalhadoras em Cabo Frio era destaque na imprensa e nas rodas políticas. Em 09 de junho de 1960, o deputado estadual João Fernandes, do Partido Socialista Brasileiro, ocuparia a tribuna da Assembleia Legislativa fluminense, em Niterói, para prestar sua solidariedade aos trabalhadores das empresas sediadas em Cabo Frio, informando que na sua visita ao município constatou as condições inadequadas de trabalho, em desrespeito aos dispositivos previstos na lei da insalubridade, o que o motivou a procurar o Departamento Nacional do Trabalho e a Comissão de Marinha Mercante, para registrar sua indignação. O deputado preocupava-se, também, com as provocações que já eram feitas por um vespertino carioca, insinuando que os grevistas eram agitadores, com o intuito de colocar a polícia e a opinião pública contra os trabalhadores. Da mesma maneira, o líder do governo, deputado Palmir Silva, registrou a preocupação do governador Roberto Silveira, que vinha prestigiando a luta dos trabalhadores, impedindo o uso da violência contra o movimento.²⁶⁹ Os trabalhadores de salinas, estivadores e arrumadores apelaram também pelo pagamento de um salário mínimo unificado, não importasse se a função fosse desempenhada por maior ou menor de idade, por homem ou mulher; e pelo pagamento em dobro, na forma da lei, de horas extras, do adicional de trabalho noturno e dos domingos e feriados. Se a pauta de reivindicações fosse atendida, os trabalhadores comprometer-se-iam em desistir de todas as reclamações ajuizadas, relativas às demandas em jogo. Uma nova tentativa de acordo seria feita, na Delegacia Regional do Trabalho – DRT –, em Niterói.²⁷⁰

²⁶⁹ *Ultima Hora*, ano IX, Rio de Janeiro, quinta-feira, 09 de junho de 1960, nº 372 – p.3.

²⁷⁰ *Idem*, sábado, 1 de junho de 1960, nº 364 p.3.

A movimentação pela greve ganhava força. Salineiros, estivadores, arrumadores permaneciam parados no rastro dos trabalhadores da CNA, frente às conquistas dos trabalhadores dessa empresa na greve de 48 horas. Estavam em greve os trabalhadores da Cia. Salinas Perynas, de propriedade de Miguel Couto Filho; Labor Serviços Gerais; Beranger e Cia.; Salinas. Pereira Bastos e Henrique Lage. Além de aumento salarial, pediam o cumprimento integral de leis trabalhistas. No entanto, os representantes patronais fugiam às negociações. A direção da Cia. Salinas Perynas, por exemplo, enviou ofício à DRT, achando estranhas e ilegais as reivindicações dos trabalhadores, pois não estavam acostumados a enfrentar esse tipo de pressão organizada por eles. O que os trabalhadores pediam seria inaceitável para a empresa de Miguel Couto Filho, motivo pelo qual o senador solicitou ao delegado regional do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, que aplicasse a lei antigreve (lei 9070). Buscou-se uma solução radical, que só fez ampliar a solidariedade sindical entre as diversas categorias de trabalhadores. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio, José Neto do Vale, insistia que *“os trabalhadores, em que pese à ameaça do Sr Miguel Couto Filho, continuarão em greve, só voltando ao trabalho uma vez atendidos em suas justas reivindicações”*. Os trabalhadores acusavam o senador Miguel Couto Filho como o responsável pela negativa dos demais empresários de salinas em discutir e negociar com eles, uma vez que sendo a sua empresa, a maior delas e a mais poderosa, as outras deveriam seguir suas orientações. Por fim, o líder sindical que representava os trabalhadores da CNA conclamava os trabalhadores e sindicatos fluminenses a ampliar o apoio aos trabalhadores de salinas.²⁷¹ Uma nova rodada de negociações seria

²⁷¹ *Idem*, terça-feira, 14 de junho de 1960, nº 365 p.4.

realizada no dia 15 de junho, coordenada pela DRT, nos salões da Câmara Municipal de Cabo Frio. A instituição política local teve importância ímpar na luta dos trabalhadores, nesse período.

Simultaneamente, uma Comissão Sindical compareceu à redação de *Última Hora*, para prestar contas à opinião pública do movimento grevista iniciado em 30 de maio, que abrangia a totalidade das salinas de Cabo Frio e de outros municípios. O impasse maior era causado pela ausência sistemática das Cia. Salinas Perynas nas negociações, o que criava dificuldades para uma tentativa de conciliação. Para as lideranças dos trabalhadores, o senador Miguel Couto Filho não deveria mostrar-se intransigente, pois contou com o apoio decisivo dos trabalhadores quando precisava aumentar as cotas de produção de sal da sua empresa, junto ao Instituto Nacional do Sal. Arrumadores e estivadores também engrossavam o movimento, uma vez que as salinas não cumpriam a Lei 2.196 que regulamentava as suas atividades daquele setor. Diante da persistente recusa do senador empresário em negociar, os sindicalistas levaram seu apelo ao governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, para que ajudasse a colocar um fim na “*situação de intranqüilidade e dificuldade que invadiu milhares de lares cabo-frienses*”. Enquanto isso compareceram à redação do jornal *Última Hora*, Lecy Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Sal de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia; José Dutra, presidente da Federação dos Trabalhadores de Indústrias Químicas do Rio de Janeiro; Severino Nino Schmapp, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Comércio Armazenador; José Neto do Vale, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio e Alcelino José Couto, representante do

Sindicato dos Arrumadores de Cabo Frio, no sentido de apelar pela realização de um acordo.²⁷² No dia seguinte, em Cabo Frio, fracassava uma nova tentativa de conciliação entre as lideranças empresariais e os trabalhadores. Nenhum dos representantes dos donos de salinas compareceu.

A pressão pela repressão

Dado o impasse, por solicitação do ministro da Justiça, Armando Falcão, tropas do Exército seguiram para Cabo Frio, requisitadas ao 3º Regimento de Infantaria em São Gonçalo. A decisão do Ministério da Justiça buscava o respaldo do governador do Estado, Roberto Silveira, em consulta realizada por aquele Ministério à Casa Civil estadual, no Palácio do Ingá, em Niterói. O teor da correspondência do chefe do Gabinete Civil, Cordolino Ambrósio, ao Ministro da Justiça, assentia com o movimento de tropas federais para Cabo Frio, embora nas entrelinhas, ficasse sugerido pelo governo do estado que o movimento dos trabalhadores era *pacífico* e *ordeiro*, e não titubeava em transferir para o governo federal a solução do problema.

“Senhor Ministro: Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, nesta oportunidade, e tendo em vista que o Senhor. Governador se encontra em excursão, de caráter administrativo, nos municípios de Carmo e Cantagalo, para informar que, na região de Cabo Frio, foram deflagradas greves de caráter pacífico, primeiramente na Cia. Nacional de Álcalis e, logo a seguir, nas Cias. Salineiras da região.

2. O Governador do Estado, desde os primeiros instantes destes acontecimentos, vem mantendo a ordem pública naquele município, onde se encontram, permanentemente, tropas da Polícia

²⁷² *Idem*, quinta-feira, 15 de junho de 1960, nº. 366 p.4.

Militar e da Polícia Civil, sob a orientação do Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança Pública, Doutor Paulo Paciello, que se fixou em Cabo Frio.

3. O Governo do Estado tem procurado ficar equidistante na disputa entre empregados e empregadores, limitando-se a manutenção da ordem, a fim de que possam as partes interessadas em resolver o dissídio, que, sendo relacionado a trabalho, está na órbita da competência federal.

4. A organização de piquetes de greve e a posição dos empregadores julgando, conforme memorial feito a Vossa Excelência, que as suas propriedades estão sendo ameaçadas além do clima de insegurança, o Governador do Estado não tem dúvida em concordar em que forças federais assumam a responsabilidade da manutenção da ordem pública naquela região, ainda mais porque nela se localiza a Cia. Nacional de Álcalis, empresa da União, representando um vultoso patrimônio do Governo Federal.

5. O Governo fluminense tudo tem feito para evitar que os problemas sociais decorrentes de fatores estranhos a sua responsabilidade sirvam de motivo para a intranqüilidade.”²⁷³

Forças federais ocuparam as salinas e a cidade de Cabo Frio, em 16 de junho de 1960. A pressão dos proprietários de salinas, liderados por Miguel Couto Filho, havia convencido o governo federal da intervenção armada na cidade, ciosos da proteção das suas propriedades e dos seus lucros. Tropas do Exército substituíram as forças policiais estaduais, nas quais os empresários perderam a confiança, pois consideravam o governador Roberto da Silveira simpatizante da luta dos trabalhadores. Desde o início do movimento grevista, Roberto Silveira já havia enviado a Cabo Frio, um contingente de 130 homens da Polícia Militar, com instruções de evitar qualquer tipo de violência. Wandyr Carvalho, Secretário de Trabalho do governo estadual havia declarado “*que os empregadores levantaram suspeição contra a política cristã e de*

²⁷³ *Idem*, sexta-feira, 17 de junho de 1960, nº 367 p.4.

brandura do Governo do Estado, ao mesmo tempo em que elementos exaltados procuravam prejudicar o Governador, abusando das suas franquias e tentando levar os operários a injustificáveis atitudes de violência, corrompendo o movimento grevista das salinas”.

O Jornal “*O Globo*”, por exemplo, sustentava que a questão mais grave em Cabo Frio, pelo seu ineditismo, era o fato de a força policial mandada pelo governo do Estado para “*restabelecer a ordem*”, limitar-se a ficar de prontidão contra “*as possíveis depredações*”. Segundo o periódico, para os policiais transitarem em locais ocupados pelos grevistas, precisaram obter autorizações do Comando de Greve, um passe ou salvo conduto concedido pelo movimento. (ver imagem 2). Para “*O Globo*”, essa situação tomava um caráter de sublevação diante da ação dos grevistas e de “*pessoas estranhas aos interesses em litígio*”. Além disso, alertara o jornal, que os piquetes impediam a entrada de qualquer pessoa nas áreas de salinas, “*num desrespeito flagrante ao direito de propriedade*”. O mais grave, ainda, para o periódico, seria o quartel-general do movimento, ter sido cedido pelo prefeito Edilson Duarte. Gerentes das empresas e seus familiares estavam sendo retirados de suas casas, sob “*proteção de soldados armados com metralhadoras*”. Dessa maneira, insistia o jornal carioca, os grevistas ao tentarem criar um “*ambiente de terror e tumulto*”, desejavam forçar uma intervenção federal nas salinas fluminenses.²⁷⁴ Criou-se, portanto, um cenário de transgressão da ordem que acompanharia a vida da cidade nesses quatro anos.

²⁷⁴ *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, sexta-feira, 3 de junho de 1960, nº 10454, p.9

O jornal do PCB, “*Novos Rumos*”, criticara o sensacionalismo de “*O Globo*”, especialmente o sentido que o periódico teria dado ao simbolismo da “*bandeira vermelha*”, para revelar o quanto estavam assustados os nove mil habitantes de Cabo Frio, tomada por forças militares, cuja missão seria destruir um “*governo Revolucionário*”, sob controle dos trabalhadores em greve. Para o órgão do “*Partido Comunista*”, o coronel Luís França, ao integrar-se no “*plano de provocações*”, estaria cumprindo o mesmo papel daqueles que perseguiram escravos fugidos, por sua “*ingrata tarefa de capitão do mato*” prendendo trabalhadores na rua e em casa, intimidando-os para que voltassem ao trabalho. O comandante das tropas federais, um contingente de 1340 homens, promoveu, pelas ruas da cidade, um desfile “*deixando perplexa a população com tamanha exibição de força*”. Logo depois, deram início a repressão, impedindo o ajuntamento de duas ou mais pessoas pelas ruas e praças da cidade. O coronel determinou, então, a ocupação do Sindicato dos Arrumadores, prendendo ali, 34 trabalhadores. A Câmara Municipal reuniu-se extraordinariamente e uma comissão dirigiu-se à capital do Estado, para solicitar providências ao governador Roberto Silveira, a mesma atitude tomada pelo prefeito Edílson Duarte. Havia dúvidas e protestos pela conduta do governador por ter “*lavado as mãos como Pilatos*” em concordar com as exigências de Armando Falcão e Miguel Couto Filho, embora tenha retrocedido com o “*ultimato dos trabalhadores*”. No dia seguinte, os líderes sindicais postos em liberdade foram recebidos festivamente pela população e seguiram para uma reunião na sede do Sindicato dos Arrumadores. O coronel França, comandante do destacamento do Exército, continuava na cidade em “*missão conciliadora*”, tentando

encontrar uma solução para o fim da greve, apresentando propostas que eram “imediatamente repudiadas”.²⁷⁵

O memorial que a Companhia Salinas Perynas, do senador Miguel Couto Filho, encaminhou ao ministro da Justiça para solicitar a intervenção armada, na cidade, tinha alertado para a ação imponderada dos grevistas que estariam “*perturbando a ordem pública e ocasionando graves prejuízos patrimoniais não somente àquela empresa, mas à própria indústria salineira fluminense*”. No documento dirigido às autoridades federais, os donos das salinas teciam as seguintes acusações:

*“os dirigentes desse movimento ilegal já agora atentam contra a ordem pública, a segurança pessoal e a integridade da sociedade privada, desbordando perigosamente dos processos previstos na legislação trabalhista. Divorciados da razão, esses dirigentes organizaram um Comando de Greve que expede ordens e piquetes de grevistas e manda invadir propriedades, forçando a paralisação do trabalho de maneira violenta e, numa ousadia criminosa, determina a imobilização dos moinhos...”*²⁷⁶

Dois mil trabalhadores das salinas estavam em greve ameaçando paralisar os moinhos de vento, que bombeavam água para a manutenção das áreas cristalizadoras de sal, o que poderia causar o colapso da produção. O vice-presidente do Instituto Nacional do Sal, Marcos Nogueira da Silva, havia alertado o governador Roberto Silveira dos rumos que o movimento poderia tomar.²⁷⁷ Segundo “*O Globo*” o senador Miguel Couto Filho estaria estarrecido com o que via, pois era um homem que havia preservado o “*espírito humanitário*” de seu pai, professor Miguel Couto, que teria

²⁷⁵ *Novos Rumos*, ano II, Rio de Janeiro, Semana de 24 a 30 de junho de 1960, nº 69, p.p. 10/12

²⁷⁶ *Ultima Hora*, ano X, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de junho de 1960, nº 367 p.2.

²⁷⁷ *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 8 de junho de 1960, nº 10459, p.13.

provido os trabalhadores da Companhia Salina Perynas de inúmeras medidas assistenciais, mantidos até aquela data:

“um serviço de assistência médico-social e educacional, com igreja, escola primária e curso técnico-educacional, posto médico, hospital, cooperativa de subsistência, caixa de aposentadoria para os velhos e inválidos, clube, praça de esportes e casas confortáveis.”²⁷⁸

Os donos de salinas mostraram-se descontentes com a atuação das tropas estaduais e exigiam uma medida fortemente repressiva por parte do governo federal. Em decorrência da determinação constitucional de que o contingente militar estadual é considerado uma força auxiliar do Exército, as tropas da Polícia Militar tiveram que se juntar às tropas federais, comandadas pelo coronel Luiz França, ex-diretor da Divisão de Polícia Política do Distrito Federal. Trabalhadores foram detidos por estarem formando aglomeração nas ruas, contrariando as ordens expedidas pelo representante das Forças Armadas. As prisões aumentaram e chegaram a cento e cinquenta trabalhadores detidos, levados em ônibus especiais para Niterói. O prefeito Edílson Duarte, simpatizante da luta dos trabalhadores, solidarizou-se com o posicionamento da Câmara Municipal, enquanto trabalhadores e estudantes pressionavam o ministro Armando Falcão para por fim na interdição dos sindicatos de Cabo Frio. Duarte, eleito pelo PTB, vinha desagradando aos donos de salinas que o acusavam de favorecer a greve e de ser o responsável pelo seu prolongamento. Os donos de salinas não se conformavam com as ações do prefeito, que sofria ameaças, mas que *“mantinha-se intransigente quanto à liberdade de ação concedida aos paredistas”*. Políticos locais

²⁷⁸ *Idem*, quinta-feira, 9 de junho de 1960, nº 10459, p.13

do PSD colocaram-se ao lado dos empresários salineiros e “*desfecharam uma oposição sistemática a todos os atos do chefe do executivo, procurando entravar sua ação*”.²⁷⁹

O presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE –, em companhia de várias lideranças sindicais deslocou-se para Cabo Frio, em solidariedade aos trabalhadores das salinas, aventando com a possibilidade de uma greve geral no Estado do Rio de Janeiro, em protesto ao que estava ocorrendo na cidade. As classes trabalhadoras fluminenses articularam-se em torno do movimento dos trabalhadores das salinas de Cabo Frio, lançando um Manifesto, exigindo a demissão do ministro Armando Falcão. O protesto repudiava a tentativa do ministro, de privação das liberdades democráticas, do direito de greve e da liberdade sindical, todos garantidos pela Constituição Federal em função da prisão de trabalhadores e outras pessoas que nada tinham a ver com o movimento grevista. Para as lideranças sindicais nacionais, as intervenções de Miguel Couto Filho no processo eram desastrosas e estavam associadas a um esquema político e econômico contra os trabalhadores do país e contra a candidatura do marechal Lott à presidência da República. Para os trabalhadores, o que eles desejavam da Cia. Salinas Perynas era uma *migalha* frente aos vultosos lucros obtidos por aquela empresa. O Manifesto denunciava a descabida medida repressiva por parte do governo federal e enfatizava o apoio aos trabalhadores:

“1. *O movimento sindical fluminense vem sendo ferido em suas liberdades;*

2. *O Estado do Rio teve a sua autonomia desrespeitada pela segunda vez;*

²⁷⁹ *O Fluminense*, ano LXXXII, Niterói, sexta-feira, 24 de junho de 1960, nº 23614, capa.

3. A manifesta intenção do Ministro da Justiça em provocar um clima de insegurança no país;

4. Hipotecar irrestrita solidariedade aos companheiros grevistas de Cabo Frio;

5. Exigir a liberdade imediata dos companheiros presos e também a desocupação dos sindicatos interditados da sede onde funcionava o Comando de Greve, sob a pena de paralisação geral em todo o Estado;

6. Exigir a imediata retirada das forças federais e estaduais de Cabo Frio.”²⁸⁰

Accioly Lopes, em *Candango do Arraial do Cabo*, fez menção à greve de 1960, defendendo ter sido um movimento para “*abrir caminhos para o amanhã*” e por fazer doutrina: “*a greve testa o ardor coletivo do proletariado – despertando-o para as decisões que, em seu concurso, perde as características do tempo*”. Na luta pela insalubridade e pelo reajuste dos salários, a greve, que não brotara espontânea entre os trabalhadores, seria o resultado de um grande período de maturação daí, “*as marchas e contramarchas que decorre dos mecanismos que a engendram até a sua deflagração*”. As negociações teriam fracassado, segundo Lopes, porque os coronéis do Exército, diretores da CNA, não ouviam os trabalhadores que eram, para eles, “*meros soldados calçados de tamancos e de macacão sujo de graxa. Não crêem na força do boi*”. Não se deveria, portanto, desprezar a força de milhares de homens que apostaram no sindicato, querendo crer no triunfo, mesmo que fosse para “*prolongar mais um pouco a nossa fome, até que cheguemos a atingir o ponto de partida para a greve vitoriosa*”. A Álcalis parou porque o “*candango*” não seria tão somente um homem, “*mas a*

²⁸⁰ *Ultima Hora*, ano X, Rio de Janeiro, sábado, 18 de junho de 1960, n.º 368 p.2.

*razão da vida, pois ao cruzar os braços somente poderia abri-los no instante decisivo dos piquetes”, na luta.*²⁸¹

Soldados do exército, somados aos trezentos e trinta homens da Polícia Militar rondavam a CNA, mantendo sob vigilância os membros dos piquetes, que impediam a entrada de qualquer pessoa. Diretores e assessores da CNA tentaram convocar os trabalhadores para fazer funcionar o Restaurante *Cai Duro*, para alimentar as forças policiais, ao que o comando de greve reagiu, reunindo cem homens para expulsar os propensos fura-greves. O piquete da entrada principal da CNA chegou a levantar na mão um carro repleto de policiais que tentavam romper a barreira.

“As greves, nós tivemos várias greves. A primeira greve foi em Cabo Frio, no Charitas, foi para reivindicar a insalubridade. O coronel Aloísio era o superintendente, era o chefe que mandava e desmandava, todo mundo tinha medo desse militar ... então, nós tivemos uma greve, não foi dentro da companhia, foi para o pessoal das salinas que não tinha insalubridade. Aí nós fomos para o Charitas em Cabo Frio, eu dormi dentro daquele prédio velho, enrolado numa capa, e nós do piquete, a turma saiu do piquete e eu dormi lá dentro, eu e um irmão meu. Eu gostava daqueles movimentos, fomos para lá e ficamos. Eu lembro que esse coronel, nós viramos o carro dele ali naquele cruzamento perto da Volkswagen, uma turma da salina pegou no carro dele e virou, se ele não saísse do carro virava com ele mesmo. Foi para assinar a insalubridade. Ele passou lá com o carro e o pessoal virou o carro.

Depois teve outra greve aqui perto da subida da igreja. Aqui nós enfrentamos também, ali era uma turma bastante agitada que teve até um colega meu que atracou com um soldado dentro do jipe e jogou ele para o lado de fora, aí veio o reforço. Foi no governo João Goulart ... eu acho que o João Goulart não mandava o exército, tinha um grupo ali, mas o João Goulart não mandou o exército não, porque o exército tinha que tomar conta mesmo, então aqui nós

²⁸¹ LOPES, Accioly. Candango de Arraial do Cabo. *Op. cit.*

*enfrentamos o exército, esse colega meu arrancou o soldado, ele não podia fazer isso... e depois nós enfrentamos o exército mesmo, chegaram a vir de baioneta, cravavam na barriga da gente, assim, para a gente afastar, mas nós tínhamos um advogado, doutor Jardim, nunca mais vi, aquele homem parecia que era do partido chinês, ele enfrentava mesmo, era um advogado bom que a gente tinha”.*²⁸²

Com a acusação de serem “*comunistas*”, o Exército tentava prender integrantes do Comando de Greve. Soldados invadiram a Escola Paroquial – sede da banda de música local e prenderam uma bandeira vermelha do *Divino Espírito Santo*, tomada como símbolo do comunismo, que a greve representaria. A apreensão da bandeira vermelha pelo Exército levava a imprensa ao delírio, por ter encontrado o pavilhão russo, sob o impacto da ave cristã: “*vejam a pomba da paz! Aquela pomba que invade com suas asas brancas as artimanhas guerreiras dos bolcheviques*”. Engenheiros eram detidos nos piquetes e convencidos a não insistirem em furar o bloqueio. Para circular nas salinas, alguns dos seus proprietários necessitavam de salvo-conduto do comando de greve. Os piquetes fechavam as estradas, como um que abordou um ônibus da Auto Viação 1001, com destino a Niterói, que conduzia trabalhadores da empresa, convidando todos a desembarcarem do veículo. O comércio local ajudava os grevistas e “*o povo achava bonito as praças cheias de operários e há uma expressão de riso franco de solidariedade*”.²⁸³

A greve prosseguia. Diretores da empresa, autoridades, dirigentes sindicais debatiam na sede da Prefeitura, aproveitando o apoio do prefeito municipal, Edílson Duarte. Pelo alto-falante, aos trabalhadores aguardavam a chegada de notícias, “*dando*

²⁸² depoimento oral prestado ao autor por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

²⁸³ LOPES, Accioly. Candango de Arraial do Cabo, *op. cit*

vivas aos companheiros”. Quando se proclamou um acordo, “*fogos espocam do Cabo Frio ao Arraial do Cabo, num ato convulsivo de alegria coletiva*”. Preparou-se então, o enterro de Wilson (Warner José Pires), “*para que a morte verdadeira não se esqueça dele*”. Os trabalhadores conseguiram um caixão, um padre e a multidão “*pranteava*” a morte do chefe do Restaurante *Cai Duro*.²⁸⁴ Ele recorda o período de forma diferente:

“Eu sofri muito na época do sindicato, eu não concordava com esse negócio de socialismo, naquela época comunismo, porque eu achava que tinha que ser diferente, nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Na época da revolução botaram na cabeça do presidente do sindicato, seu Altamiro, que ele ia ser o presidente da empresa ..., passou tempo e começo a fugir todo mundo, aquela coisa, eu fui para Niterói, quando eu parei em Tribobó para abastecer, eu vejo aquele cara correndo para debaixo do balcão e eu fui ver quem era. Aí eu falei: Altamiro, você pode levantar daí cara, eu não vou te dedurar não, você está com medo de que? Levei-o para casa do meu pai, dei calça, dei camisa, dei dinheiro e disse: agora pronto você pode ir para outro lugar, porque você não pode ficar aqui Você acha que os caras iam te dar a presidência da empresa? Houve a anistia e o Altamiro voltou a trabalhar na empresa, ganhava bem mas não trabalhava. Ele disse, eu conheço você de algum lugar e eu disse que era aquele que aquela vez que você estava escondido embaixo do balcão, que você estava chorando, que estava passando fome, eu te levei para a casa do meu pai, e te dei roupa, sapato e dinheiro... foi daí que ele se lembrou. Como é que você vem para cá me criar problema? Nós não somos nada nesse mundo.

*Porque eu era considerado um homem de direita, eles não gostavam de mim porque eu batia de frente mesmo, eu não concordo com o sindicato dessa maneira que vocês estão querendo. Isso não dá certo. Vamos fazer a coisa mais razoável, vamos reivindicar os nossos direitos, não da Rússia e coisa e tal.”*²⁸⁵

²⁸⁴ *Idem*

²⁸⁵ depoimento oral prestado ao autor por Warner José Pires, em 2008.

***Soviet*²⁸⁶ em Cabo Frio? A greve na polarização política da época.**

O jornal “*O Globo*”, em tom de alerta, na capa da edição de 16 de junho de 1960, publicava: “*já temos um soviet em Cabo Frio*” ao pedir tropas do Exército para impor a ordem na cidade. Ao lado da manchete o jornal reproduzia “*fac-símile*” dos dois salvo-condutos, expedidos pelo comando de greve, autorizando a circulação de pessoas na fábrica da CNA, nas salinas e entre Cabo Frio e Arraial do Cabo. Um dos salvo-condutos dizia “*O Comando de Greve dá autorização ao Sr. Carlos ir à casa de Fontoura a fim de tratar de assuntos de interesse próprio. Em 08-08-1960. a) Manoel M. Rodrigues, João Pinto Moreira Cheicio C Oliveira e Aspino Mendes*”. O outro, “*O Comando de Greve autoriza a passagem do Jeep da Ponta da Costa, que traz carga e leite e mercadorias. 1-6-60. a) José Neto do Vale e José (ilegível). Esta ordem é permanente.*”²⁸⁷ José Neto do Vale era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da CNA, atestando assim, o grau de solidariedade com o movimento dos trabalhadores das salinas da região e, especialmente, de Cabo Frio (ver imagem n. 3). “*O Globo*” destacara que os grevistas dominavam toda a cidade. A matéria na íntegra denunciava que:

“ *um verdadeiro Soviet esta instalado entre os grevistas das salinas de Cabo Frio, com o controle total do movimento dos operários e outros funcionários das empresas que ali operam, e,*

²⁸⁶ Literalmente, conselho. Organização política dos operários russos surgida durante as ondas revolucionárias de 1905, quando trabalhadores foram eleitos para um comitê central dirigente da greve geral da cidade de Petrogrado, o qual passou a chamar-se de Conselho dos Deputados Operários. A partir do malogro da revolução de 1905, a ação dos sovietes retrocedeu e eles só voltaram a surgir efetivamente, em 1917, com a derrubada do czarismo. Reapareceram então, como organismos de luta dos operários e soldados, ganhando a dimensão de poder paralelo e, finalmente, assumindo o poder político. SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI, *op. cit.*, p. 793/4.

²⁸⁷ *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 23 de junho de 1960, n.º. 372 p.2.

praticamente, da vida da cidade. Ninguém sai ou entra lá sem o salvo-conduto, emitido pelo Comando de Greve, denominação sob a qual se mascara o Soviet.

Localizado em um prédio municipal, o quisto comunista vem atentando contra a ordem pública, a segurança pessoal dos que não lhe obedecem e a integridade da propriedade privada. Diante da gravidade da situação, a Companhia Salinas Perynas, a mais afetada, apelou para o ministro da Justiça, com a inteira concordância do Governo Estadual, para que as tropas federais sejam enviadas para manter a ordem na região. O Sr. Armando Falcão, em face da carta daquela empresa e no ofício do Governo do Estado do Rio, entendeu-se ontem com o ministro da Guerra, pedindo ao marechal Odilo Denys que fizesse seguir forças do exército para Cabo Frio”²⁸⁸

No dia 17 de junho, “*O Globo*” voltava a estampar em sua primeira página: “*Verdadeira operação de Guerra para debelar o Soviete de Cabo Frio*”. Pontes e estradas teriam sido ocupadas por tropas militares, além de outros pontos estratégicos. O comando grevista estava em fuga, não sem antes ironizarem as forças policiais e tentarem ocupar o Porto do Forno. “*Disponham de dinheiro farto e pretendiam levantar um milhão entre os operários da Companhia Nacional de Álcalis.*” Com a forte presença militar, próxima de dois mil homens, segundo o periódico, incluindo soldados do Regimento de Infantaria da Vila Militar, no Rio de Janeiro, a repressão voltara à cidade “*a mercê de um grupo de agitadores.*” De imediato, decidiu-se pela detenção de oitenta trabalhadores, aplicada toda a sorte de arbitrariedades. Os principais envolvidos eram José Neto do Vale, Altamiro Inácio de Oliveira, José Cyro Marques de Almeida, Benedito Francisco Mendes, Wilson Lobato Nunes e o advogado Pedro Maia, que “*teriam desaparecido*” com a chegada das tropas do Exército. Com os soldados da PM, a força federal ocupou o Grupo Escolar tomado pelos grevistas,

²⁸⁸ *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, quinta-feira, 16 de junho de 1960, n.º 10465, capa.

além dos pontos estratégicos da cidade, como a Companhia Telefônica, as usinas elétricas, o porto e o sistema de abastecimento de água, além das casas dos diretores e gerentes das salinas. Segundo “*O Globo*”, os grevistas interditaram o Porto do Forno, impedindo inclusive a entrada do capitão dos Portos, comandante Francisco Balaio de Souza, dificultando o desembarque de mercadorias de um navio mercante que estava ancorado. Dizia ainda o jornal, que os grevistas “*mandavam em tudo*” e que o movimento estava sendo financiado por *grupos estranhos*. Prova disso seria a movimentação entre os piquetes “*feitas em caminhões alugados a bom preço.*” Os motoristas recebiam por hora e só a um deles, o Comando de Greve dera “*14 mil cruzeiros*”. Para arrecadar fundos suficientes, havia uma campanha financeira que apelara principalmente aos trabalhadores da CNA, pois era um fato “*incontestável a participação ativa dos trabalhadores da Companhia Nacional de Álcalis.*”²⁸⁹

Ajustados os números, setenta e quatro trabalhadores teriam sido detidos e levados para Niterói. Sessenta e nove foram libertados e retornaram a Cabo Frio. Os que permaneceram foram fichados como “*comunistas e agitadores*”. Entre eles estavam: Abelardo Manhães Barreto e Alberto da Cunha Andrade, residentes em Niterói. Arcelino José do Couto, Higino de Carvalho Filho e Aspino da Cunha Mendes, membros do Comitê de Greve e residentes em Cabo Frio.²⁹⁰ A greve em Cabo Frio alimentava os debates políticos e multiplicava os círculos de solidariedade de outros segmentos da classe trabalhadora e de diversas instituições sindicais. Dezenas de assinaturas foram colhidas em um manifesto lançado originariamente pelo *Movimento Nacionalista Lott-Jango*, no Estado do Rio de Janeiro, denunciando a

²⁸⁹ *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de junho de 1960, nº 10456, capa e p.6.

²⁹⁰ *Idem*, sábado, 18 de junho de 1960, nº 10457, capa.

intervenção policial no movimento dos trabalhadores de Cabo Frio. O Manifesto dizia que:

“O Movimento Nacionalista Lott-Jango, do Estado do Rio de Janeiro, vem de público manifestar sua repulsa pela intervenção indébita de forças federais em Cabo Frio.

Os nacionalistas fluminenses não podem deixar sem reparo as violências que foram praticadas pela Organização Perynas de Cabo Frio.

É preciso ficar bem claro que os lastimáveis acontecimentos contra os quais protestamos tiveram origem na intervenção do Exmo. Sr. Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça, cuja ação, através de tropas do Exército, dificultou a medida aconselhável de prudência e melhor verificação quanto à origem dos reclamos e reivindicações dos trabalhadores nas salinas.

Não podemos deixar de salientar que a intervenção do Sr. Ministro Armando Falcão, um dos fundadores do Clube da Lanterna²⁹¹, além de constituir parte de uma sequência de medidas atentatórias à soberania do Estado do Rio e à Constituição Federal, parece ter outros sentidos, quais sejam, os de prejudicar a candidatura do Marechal Lott, incompatibilizar o Exército com a opinião pública e prosseguir no esquema continuísta”.²⁹²

A pressão por um acordo e o fim da greve nas salinas

A primeira forte greve da CNA e dos trabalhadores das salinas, com o apoio dos companheiros da CNA, impediu os planos de JK de inaugurar o “grupo da barrilha”, programada para 18 de junho de 1960. A greve iniciada no último dia de

²⁹¹ *Clube da Lanterna* foi uma organização civil fundada em 28 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro, por Carlos Lacerda, para combater o governo Vargas, formado, na sua maior parte, por parlamentares da UDN. Seu órgão oficial era a revista “*O Maquis*” e o diário “*Tribuna da Imprensa*”. O *Clube* foi fechado por JK, em 24 de novembro de 1956. Seu presidente efetivo era o jornalista Amaral Neto. Segundo alguns, a proibição das atividades do *Clube da Lanterna*, foi uma satisfação de JK dada ao grupo que apoiava o marechal Lott, descontente com a punição imposta à *Frente de Novembro*, também fechada, que sempre prestigiara o militar. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – verbete consultado em 20 de fevereiro de 2009. Nota: não há menção, no verbete, ao nome de Armando Falcão como membro do *Clube*.

²⁹² *Última Hora*, ano X, Rio de Janeiro, quinta-feira, 23 de junho de 1960, nº 372 p.2.

maio alastrou-se para as salinas, deixando a situação na cidade bastante tensa, com a presença de agentes do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS –, que se anteciparam às tropas do Exército e da PM. Entretanto, no dia 17 de junho, o governador Roberto Silveira, em visita à cidade, na companhia do prefeito Edílson Duarte e do coronel Luiz França constataram que o clima era de tranquilidade. A intervenção federal fora considerada inútil e desnecessária pelo próprio coronel, comandante da operação, em relatório apresentado ao Conselho de Segurança Nacional, por tratar-se de um “*movimento pacífico*” dos trabalhadores pelas suas reivindicações salariais.²⁹³

As tropas já haviam se retirado de Cabo Frio e a greve continuava sem solução, para os trabalhadores das salinas, frente à contínua intransigência do senador Miguel Couto Filho em desconsiderar a “*miséria e as privações*” pelas quais passavam esses trabalhadores, que começaram a ser demitidos. Entretanto, como forma de pressionar o “*senador do sal*” a negociar, o governador Roberto Silveira ordenou a detenção, no dia 20 de junho, do gerente da Cia Salinas Perynas, Omar Fontoura, sob suspeita de estar exercendo pressão econômica sobre os trabalhadores e de prestar informações inconsistentes ao proprietário da empresa, o senador Miguel Couto Filho. Fontoura fora abordado pelo comandante da Polícia Militar, coronel Floriano Freire, no Hotel Colonial, no centro de Cabo Frio, às 14 horas e liberado às 18 horas. Da mesma forma haviam sido detidos Altamiro Ignácio de Oliveira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Produtos Químicos de Cabo Frio; Luiz dos Santos, do Comando de Greve e Adir José de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Sal, que teriam tentado parar a central telefônica da Cia. Salinas Perynas, fato que teria levado

²⁹³ *O Fluminense*, Ano LXXXII, Niterói, Sábado, 18 de junho de 1960, nº 23610, capa.

o gerente Fontoura a acionar a polícia. De imediato, o senador Miguel Couto Filho dirigiu-se ao Palácio do Ingá, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, para fazer ver ao governador sua insatisfação com a atitude tomada por Silveira em relação ao gerente da sua empresa. No mesmo ato, uma Comissão de Trabalhadores solicitou ao governador a liberação dos três trabalhadores detidos. Todos foram soltos depois de ouvidos pelo coronel Floriano Freire, comandante da PM, que se encontrava em Cabo Frio.²⁹⁴ Em uma nova tentativa de negociação entre trabalhadores e empresários, em 22 de junho, mais uma vez Miguel Couto Filho não compareceu. A solidariedade aos trabalhadores das salinas vinha de todos os lados, até mesmo de países distantes, como do Sindicato dos Empregados do Comércio da Coréia do Norte.

As empresas salineiras reagem à greve, por elas considerada ilegal em virtude das reivindicações serem “*absolutamente inaceitáveis*”, recorrendo à intimidação realizada por pessoas estranhas, direcionando o movimento para o plano político. Os proprietários de salinas lançaram um comunicado ao público, assinado pelas maiores empresas da região, entre elas, a Refinaria Nacional do Sal S/A, Henrique Lage Comércio e Indústria S/A, Companhia Salinas Perynas e Salinas Pereira Bastos, repudiando a greve. Por outro lado, a coluna *Vida Sindical* do jornal *Última Hora* era contundente ao expor a intransigência das lideranças patronais, como o senador Miguel Couto Filho, que era alvo de duros ataques na relação que sua empresa mantinha com os trabalhadores:

²⁹⁴ *O Fluminense*, Ano LXXXII, Niterói, quarta-feira, 22 de junho de 1960, nº 23602, capa. Ver também *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, terça-feira, 21 de junho de 1960, nº 10466, p.2.

“Bastou que seus empregados reivindicassem melhores condições de vida para o Senador Miguel Couto Filho, apresentar-se realmente como é: patrão retrógrado, explorador desumano, que não vacilou, na base de informações falsas e mentirosas, em envolver o governo federal, conseguindo a sua intervenção contra trabalhadores que, pacificamente, reclamavam mais um pouco de pão para si e suas famílias. Nas salinas de Miguel Couto Filho há trabalhador com 20, 30, 40 anos de casa, até hoje sem carteiras profissionais assinadas, o que vale dizer, colocados à margem de todos os direitos assegurados aos operários brasileiros. Férias, repouso remunerado, benefícios da previdência social, contagem de serviço para a percepção da aposentadoria, estabilidade, etc. não vigoram para a maioria dos empregados do Sr. Miguel Couto Filho. Mulheres e crianças executando serviços pesados e insalubres, recebem, muitas delas, a migalha de (30) cruzeiros por dia, como salário”²⁹⁵

Prosseguia o jornal, assegurando que na Companhia Salinas Perynas havia um desrespeito total e absoluto às leis trabalhistas, tratando-se de uma empresa que reconhecia apenas o decreto 9070 que reprimia os trabalhadores em greve. Salineiros trabalhavam 16 horas por dia, sem intervalo para refeições, gozando um dia de repouso por mês, enquanto domingos e feriados não eram pagos em dobro. Não se pagava hora extra, nem adicional noturno, assim como não se pagava insalubridade. Menores recebiam muito menos que o salário mínimo da região. O próprio Tribunal Regional do Trabalho afirmara, segundo o jornal *Última Hora*, que em relação à Cia. Salinas Perynas, não se tratava apenas de defender a CLT, mas o direito de viver do trabalhador. Quinze por cento dos empregados da empresa de Miguel Couto Filho tinham ações ajuizadas, enquanto nas outras empresas, incluindo a CNA, o número não chegava a 1%. Por fim, arrematava o jornal:

²⁹⁵ *Última Hora*, ano X, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de junho de 1960, nº. 371 p.4.

*“os trabalhadores fluminenses, que conheciam o Miguel Couto político, que no Senado votou contra o monopólio estatal do seguro de previdência, conhece hoje o Miguel Couto patrão: desumano e explorador, tanto como o são os que vêem no operário a máquina cujo fim deve ser, na sua mentalidade retrógrada, apenas e mais nada que produtor de riquezas para saciar sua fome de lucros”*²⁹⁶

Miguel Couto Filho era médico. Foi deputado estadual entre 1935 e 1937, elegendose posteriormente, deputado federal pelo PSD na constituinte de 1945. Foi crítico da imigração japonesa para o Brasil, na obra *“Para o futuro da pátria – evitemos a niponização do Brasil”*. Couto Filho foi ministro da Saúde no governo Vargas entre 1953 e 1954. Nesse último ano, elegeu-se governador do Estado do Rio de Janeiro, apoiado por uma coligação formada pelo PSD, PTB, PR e PTN. Tomou posse com o seu companheiro de chapa, Roberto Silveira, em 31 de Janeiro de 1955. Em 1959, voltou ao Congresso como senador com Roberto Silveira eleito governador do Estado. Sua eleição para senador foi fruto de uma coligação ampla entre PSD, PTB, UDN, PDC, PSB e PTN migrando, posteriormente, para o PSP de Ademar de Barros. Seria derrotado na tentativa de reeleger-se governador do Estado do Rio, apoiado pela UDN e pelo Movimento Trabalhista Renovador – MTR –, perdendo, nesta eleição, o apoio do PTB, que se posicionou ao lado do candidato vitorioso Badger da Silveira. Derrotado na eleição ao governo do Estado, Couto Filho retomou seu mandato no Senado para assumir a liderança do PSP, em vista da eleição de Ademar de Barros para ocupar o governo de São Paulo. Com a ditadura militar, sua trajetória política tomou o rumo da Aliança Renovadora Nacional – ARENA –, partido

²⁹⁶ *Idem*, quarta-feira, 22 de junho de 1960, nº. 371 p.4.

político instituído pelo bipartidarismo, logo depois do golpe de 64. Nas eleições legislativas de 1966, conquistou a primeira suplência na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, atuando entre 1967 e 1969, ano em que faleceu. Além da Cia. Salinas Perynas, Miguel Couto Filho fundou e dirigiu a Navegação Cabo-friense Ltda., a Cia. Exportadora de Sal Angra, a Cia. de Navegação Palmares e a Cia. Porto e Melhoramentos de Cabo Frio tendo presidido, também, a Federação dos Consórcios Salineiros Fluminenses e do Centro do Comércio do Sal Fluminense.²⁹⁷

O senador Miguel Couto Filho vinha sendo citado, também, de forma contundente pelo deputado federal Vasconcelos Torres. O parlamentar do PSD, futuro líder do PTB no Senado, no governo João Goulart, solidarizou-se com o prefeito Edílson Duarte, com os grevistas e com o governador Roberto Silveira, para que as tropas militares voltassem aos quartéis e que a segurança fosse devolvida à Força Pública Estadual. Por solicitar tropas federais, Miguel Couto Filho seria acusado, por Torres, de tratar com “*perigosa indiferença*” a causa dos trabalhadores. “*Basta de tanto desprezo pelos trabalhadores*”, afirmara o deputado. Vasconcelos Torres, ao lembrar-se das notícias fabricadas por “*O Globo*”, para qualificar o movimento dos trabalhadores de Cabo Frio, como comunista, insurgindo contra o simbolismo das bandeiras vermelhas, além de manchetes extravagantes como a que dava conta da instalação de um “*soviet*” na cidade, criticava o jornal por desqualificar os trabalhadores que “*lutam para resistir à alta do custo de vida, para poder alimentar suas famílias. Não se deve brincar com isso. Os operários de Cabo Frio são criaturas humanas dignas de todo o respeito*”, recomendava o parlamentar

²⁹⁷ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. – consulta realizada ao CD-R em 20 de fevereiro de 2009 – verbetes Miguel Couto Filho e Vasconcelos Torres.

fluminense.²⁹⁸ Vascencelos Torres seria eleito senador pelo PTB, do Rio de Janeiro, seguindo, posteriormente, o mesmo caminho de Miguel Couto Filho, filiando-se a ARENA.

Os donos das Salinas eram cada vez mais pressionados a assinar um acordo com os trabalhadores. Arredios de todas as tentativas de conciliação, o Delegado Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, decidiu encaminhar o caso ao Tribunal Regional do Trabalho, da 1ª Região, para manifestar-se. Diante de tal fato, o senador Miguel Couto Filho remeteria uma carta ao presidente do Tribunal, desembargador Celso Lanna, *“intervindo pessoalmente, e pela primeira vez, depois do impasse que se estabeleceu em torno do acordo para solução da greve do pessoal das salinas de Cabo Frio”*. Na carta, o ex-governador fluminense protestava contra o encaminhamento do movimento dos trabalhadores pela via da greve e anunciou que buscava uma conciliação junto ao Conselho Sindical Estadual, inequivocamente, como uma saída política para o impasse:

“ contra o clima de agitação criado contra a administração de nossas salinas em Cabo Frio, ostensivamente estimulado pelo Prefeito Edílson Duarte e que culminou numa situação de constrangimento, ameaças e insegurança – a Diretoria da Companhia Salinas Perynas, com sede no Rio de Janeiro, se negou a comparecer ao Edifício da Câmara Municipal para ali examinar e discutir a greve inédita, ilegal e intempestiva que fora deflagrada, pois nenhum aumento salarial ou concessão de vantagens havia sido antes reclamado oficialmente ou solicitado pelos operários. As reivindicações apresentadas somente foram conhecidas pelos empregadores vários dias após a eclosão dessa verdadeira insurreição, a zero hora do dia 1 de junho.

²⁹⁸ *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 23 de junho de 1960, n.º. 372 p.2.

Desde o dia 4 do corrente, entretanto, vinha a Companhia Salinas Perynas solicitando ao Sr. Delegado Regional do Trabalho no Estado do Rio que promovesse, como determina Lei, o dissídio coletivo, a fim de que, perante um órgão competente e sereno, pudéssemos parlamentar diretamente com os nossos velhos servidores, sem a presença de agitadores e de influências políticas”.²⁹⁹

Para Miguel Couto Filho havia por trás da greve, interesses políticos locais e regionais, dado o apoio dos governos municipal e estadual ao movimento. Segundo o senador, serenamente, a força militar foi implacável em desarticular o movimento, tomado de motivações políticas.

“O intento manifesto do Sr. Prefeito Edílson Duarte era o de intimidar e coagir os salineiros a aceitarem condições exorbitantes, para o efeito de lograr uma vitória política, com a qual teria motivos demagógicos para engrandecer-se junto ao operariado, com inegáveis reflexos em todo o Estado.

Para comprovar a preocupação da autoridade local em prestigiar e amparar os grevistas e os estranhos agitadores, o comando de greve foi instalado no prédio do antigo Grupo Escolar Francisco Sá, próprio estadual, com o conhecimento do Secretário de Governo, Sr. Wandir de Carvalho, e de onde possantes alto-falantes dirigiam o movimento e viaturas oficiais saíam conduzindo grevistas a exigir salvo-conduto de trânsito, inclusive para médicos”.

Esses fatos, amplamente divulgados, foram também comprovados pelo alto comando das forças do Exército, que em poucas horas e sem menor ato de violência, restabeleceram a ordem e o respeito às Leis em Cabo Frio, verificando-se de pronto a volta espontânea ao trabalho de grande parte dos grevistas, exportando-se no mesmo dia vultosas quantidades de sal.

²⁹⁹ *O Globo*, ano XXXVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 29 de junho de 1960, nº 10476, p.3.

*Persistindo os motivos de incompreensão, e para evitar explorações políticas, deliberadamente me afastei das negociações, dando aos demais diretores da Companhia Salinas Perynas todo o encargo de resolverem o problema”.*³⁰⁰

Sentindo-se acuado pelo movimento dos trabalhadores, Miguel Couto Filho, cede à negociação com setores sindicais, evocando sua condição de político que sempre teria tido bom trânsito e diálogo com as lideranças sindicais, enquanto governador do Estado. Mostrando disposição em negociar, mesmo que no futuro não fosse cumprir os acordos, como vamos ver. Couto Filho chega a mencionar que havia disposto do seu próprio patrimônio pessoal, para atender as reivindicações dos trabalhadores da Companhia Salinas Perynas.

“Todavia, sábado último, dia 25, diante de forte impasse nos entendimentos finais que se realizam sob a douda presidência V. Exa. fui procurado, em meu escritório, por diretores do Conselho Sindical do Estado do Rio, supremo órgão das classes sindicalizadas – que prudentemente procura colocar o trabalho acima das explorações político-partidárias – e com eles mantivemos longa, amigável e proveitosa palestra.

Muitos desses conselheiros assistiram, de perto, durante todo o meu Governo, ao ambiente de paz e tranqüilidade de que desfrutava o Estado. Participaram, inclusive, de muitos dissídios, sempre resolvidos satisfatoriamente, em clima de serenidade, respeito e compreensão.

Diante do apelo e das ponderações que então me dirigiu o Conselho, integrado de amigos, prometi intervir no sentido de solucionar a greve nas salinas de Cabo Frio.

Diligenciei ontem, domingo, junto à Diretoria da Companhia Salinas Perynas e outros colegas salineiros, procurando vencer as justas resistências de ordem disciplinar e financeira.

³⁰⁰ *Idem.*

Quanto à Companhia Salinas Perynas, obtive que me dessem liberdade de ação, sem prejuízo para o patrimônio da empresa. Entendido ficou que, as resoluções já aceitas no Tribunal, por ambas as partes, ficam confirmadas.

Persistindo as dificuldades quanto à ação disciplinar em relação aos chefes grevistas, resolvi levar a solução para única medida cabível no caso – anistiar como presidente da Companhia Salinas Perynas, e por antecipação, todos os grevistas envolvidos nos acontecimentos, tendo em conta tratar-se de velhos servidores, momentaneamente desviados e pressionados por agitadores estranhos, sob influência política.

Inspirado também, nos luminosos exemplos e no boníssimo coração do patrono da Cia. Salinas Perynas, o Professor Miguel Couto, resolvi ficar pessoalmente com o encargo de pagar aos faltosos os dias de greve, utilizando-me de recursos usufruídos da venda do meu loteamento ao Clube Militar, na praia de Cabo Frio. Embora, com justiça, não coubesse pagamento a grevistas em grave falta disciplinar, fui movido, no caso, pelo lado sentimental, social e humano, preferindo não prejudicar as famílias que vivem do salário mensal de seus chefes.

Sanadas essas duas únicas dificuldades suscitadas, está a greve praticamente solucionada, se os demais colegas salineiros estiverem de acordo.³⁰¹

Os trabalhadores aguardavam o julgamento do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, acerca de suas reivindicações, ao mesmo tempo em que o Prefeito de Cabo Frio, Edilson Duarte tentava, em nome deles, oferecer uma contraproposta, principalmente no que se referia à insalubridade, cujo atraso no pagamento por parte dos donos de salinas já chegava em 28 meses; além de um reajuste geral dos salários de 20%. Em 28 de junho de 1960, mil e quatrocentos trabalhadores ainda permaneciam em greve há quase trinta dias, pois se tornara difícil chegar a uma solução, uma vez que os donos das salinas não aceitaram pagar os dias

³⁰¹ *Idem.*

parados, embora considerassem alguma concessão desde que vinculada à decretação dos novos níveis de salário mínimo para o país.

Por fim, em 29 de junho, os salicultores e trabalhadores chegariam a um acordo, no TRT, fechado em oito cláusulas e três esclarecimentos, aceitos pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro – CONSINTER –, representado por Almir Reis Netto, Paulo José da Silva, José Gonçalves Filho, Gabriel Alves de Oliveira e Domingos José Rodrigues; na presença do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal de Cabo Frio, Francisco Cristóvão e por representantes das empresas Cia. Salinas Perynas, Cia. Labor, Henrique Lage, Salinas Pereira Bastos e Salinas Beranger, os empresários Viveiros de Castro e Francisco Chermont. As bases do acordo seriam as seguintes: aumento de Cr\$1.000 para os operários categorizados e Cr\$ 600,00 para os que recebiam salário mínimo; pagamento de adicional de 50%, correspondente à atividade insalubre exercida pelos trabalhadores, a partir de 01 de agosto de 1960; regulamentação do trabalho de menores e a observância dos dispositivos da lei e fornecimento de material de proteção (botas de borrachas, capas) aos trabalhadores em salinas.³⁰² Depois de uma longa greve, de muitas conquistas, os trabalhadores de salinas, estivadores e arrumadores voltaram ao trabalho. O deputado Bocaiuva Cunha, que se encontrava na China, quando do desfecho do movimento, congratulou-se com os trabalhadores de Cabo Frio, “*em prol das justas reivindicações, em busca, apenas, de condições que lhes permitissem sair da miséria.*”³⁰³

³⁰² *Ultima Hora*, ano X, Rio de Janeiro, quarta-feira, 29 de junho de 1960, n.º. 376 p.3.

³⁰³ *Idem*, quinta-feira, 30 de junho de 1960, n.º. 377 p.3.

Balanço e desdobramentos: as greves em fins de 1960 e 1961.

As mágoas em torno do senador Miguel Couto Filho permaneciam. O próprio prefeito de Cabo Frio, Edilson Duarte, achava por bem a sua renúncia “*oferecendo sua vaga em holocausto da cordialidade do Estado*”. O comportamento do senador na greve dos trabalhadores de salinas, como proprietário da Cia. Salinas Perynas, teria sido decepcionante e provavelmente teria impactado na sua derrota, quando da disputa ao governo do estado, dois anos depois. O prefeito seria o inspirador de um memorial solicitando a renúncia de Miguel Couto Filho, assinado também pelos trabalhadores de Cabo Frio.³⁰⁴ Por outro lado, o senador acusava Wandyr Carvalho, Secretário do Trabalho do Estado, de ter sido o fomentador da paralisação em Cabo Frio, por sua “*ação perturbadora*”, que teria causado “*delongas da greve*”.³⁰⁵ Wandyr Carvalho, posteriormente, viria a ser diretor-Secretário da CSN, nomeado por Goulart. Mais uma vez, o deputado federal Vasconcelos Torres, que seria eleito senador pelo PTB, em 1962, voltaria a atacar o senador Miguel Couto Filho, classificando-o como “*voz além túmulo, conhecido negociista, o traidor nº 1 do Estado do Rio de Janeiro*”, pela “*desumanidade no tratamento com os trabalhadores do sal*”.³⁰⁶ Para Torres, a insensibilidade de Couto era tamanha, posto que ele não hesitava em interferir junto às autoridades, no sentido de obrigar os trabalhadores do sal a trabalharem sem proteção e segurança.³⁰⁷

Três meses depois, em novembro, desiludidos, os trabalhadores da Cia. Salinas Perynas retomariam a greve, uma vez que a empresa não vinha cumprindo o que fora

³⁰⁴ *Idem*, 2 e 6 de julho de 1960, nº. 379 e 381, p.3.

³⁰⁵ *Idem*. Sábado 9 de julho de 1960, nº. 383, p.3.

³⁰⁶ *Idem*, terça-feira, 12 de julho de 1960, nº. 385, p.4.

³⁰⁷ *Idem*, quarta-feira, 13 de julho de 1960, nº. 386, p.3.

acordado anteriormente, além de passar a demitir sumariamente os trabalhadores que participaram da greve anterior, do mês de junho. Os trabalhadores do sal da Cia. Salinas Perynas entrariam em greve por 24 horas.³⁰⁸

Lecy Gomes da Costa, vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Sal de Cabo Frio, afirmara que tal decisão decorria do fato de que os empregadores, em vista das cláusulas do último acordo, não aceitarem o salário mínimo como parâmetro nos reajustes salariais. Além do acordo anterior, incluía-se, na pauta, uma cláusula que garantia o reajuste dos salários de tarefeiros ocupados na safra, moagem, ensaque e carregamento do sal. Uma nova greve seria deflagrada em plena safra. Tal fato contribuiu para que os trabalhadores saíssem vitoriosos, marcando, segundo o jornal *Última Hora*, uma posição de vanguarda entre as últimas negociações no Estado³⁰⁹.

Agora seria a vez dos trabalhadores nas indústrias de construção civil de Cabo Frio. Com uma greve marcada para meados de dezembro, trabalhadores atuavam nos canteiros de obras civis da CNA e em outras vinte empresas do ramo. Eram da Cerâmica Fonseca, os primeiros trabalhadores a deflagrarem o movimento. Os grevistas reivindicavam salário mínimo de Cr\$ 12 mil; abono de natal; pagamento de diferenças de salários aos empregados demitidos sem justa causa; admissão somente de empregados sindicalizados; pagamento do adicional de insalubridade e o pagamento, em dobro, dos domingos e feriados trabalhados. Os trabalhadores da CNA aprovaram uma moção de apoio ao movimento. Novamente, a repressão ao movimento dos trabalhadores chegaria a Cabo Frio, com o deslocamento de tropas da

³⁰⁸ *Idem*, terça-feira, 18 de outubro de 1960, n.º. 440, p.4.

³⁰⁹ *Idem*, quarta-feira, 16 de novembro de 1960, n.º. 455, capa.

Polícia Militar, no dia de Natal “*embalados de fuzis e metralhadoras na mão, ocuparam o centro da cidade de Cabo Frio. ... a polícia civil prepara-se para prisões em massa ... o silêncio intransigente dos empregadores provocou o movimento grevista*”.³¹⁰

Na CNA, uma nova greve pairava sobre os trabalhadores, caso a direção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Produtos Químicos e a direção da empresa não chegassem a um acordo sobre o estabelecimento do Plano de Classificação de Cargos, conforme uma cláusula inscrita no Acordo Sindical firmado em 25 de novembro de 1960, e que deveria entrar em vigor em 22 de dezembro daquele ano. A greve seria iniciada a partir de 18 de Janeiro de 1961, próximo ao início do governo Jânio Quadros. Aos trabalhadores da CNA, juntar-se-iam os trabalhadores da construção civil. Tanto a Cerâmica Fonseca, quanto a Construtora Mello Cunha vinham demitindo trabalhadores antigos que participaram da última greve, sem respeitar os direitos trabalhistas. A assembléia conjunta entre as duas categorias possibilitou formar um Comando Geral de Greve com a instalação de piquetes caso a greve fosse aprovada.³¹¹ O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos insistia em reuniões na sede da CNA, no Rio de Janeiro, para que a empresa apresentasse uma proposta melhor. Havia terminado o prazo de dez dias concedido à Álcalis, para que a empresa atendesse as reivindicações, que basicamente seria dar cumprimento à primeira cláusula do acordo, assinado no ano anterior, que era a de implantar o Plano de Classificação de Cargos, a partir de 22 de dezembro de 1960 e que ainda não havia sido cumprido. A CNA prometera cumprir a

³¹⁰ *Idem*, segunda-feira, 26 de dezembro de 1960, nº. 3224, p.5.

³¹¹ *Idem*, terça-feira, 17 de Janeiro de 1961, nº. 491, p.3.

implantação do PCC, no máximo até 31 de março de 1961, quando seriam encerradas as avaliações funcionais. O acordo firmado condicionava a vigência do PCC, a partir de 01 de Janeiro de 1961. Essa proposta postergou a deflagração da greve pelos funcionários até aquela data agendada. Uma nova Assembléia seria marcada para 01 de março, não sem antes, uma nova rodada de negociações com a participação de Rafael de Almeida, assessor sindical do governador do Estado e Emir Pereira da Silva, chefe de gabinete do secretário de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, fosse feita com a direção da CNA, no sentido de que a empresa atendesse as reivindicações dos trabalhadores.³¹² Simultaneamente, os diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Sal de Cabo Frio, Aldyr José de Souza, Lecy Gomes Costa e João Cardoso de Almeida buscavam intervenções junto ao Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho, para coibir abusos das empresas salineiras.³¹³

As demonstrações de solidariedade no movimento dos trabalhadores ultrapassavam o mundo urbano e deslocavam-se para a área rural como, por exemplo, na luta ao lado dos trabalhadores no campo, para conseguir com o governo do estado a desapropriação da Fazenda Campos Novos, antiga propriedade explorada pelos jesuítas, no século XVIII, para que fosse implantado nas suas terras um projeto de reforma agrária. O ato público seria realizado em frente à Câmara Municipal de Cabo Frio, depois da uma manifestação já realizada na Prefeitura, que possibilitou a construção de um mercado para os trabalhadores rurais de Cabo Frio.³¹⁴ Dessa forma, podemos sugerir que se ampliava o arco de politização da classe trabalhadora em Cabo

³¹² *Idem*, sexta-feira, 24 de Fevereiro de 1961, nº. 511, p.3.

³¹³ *Idem*, quinta-feira, 19 de Janeiro 1961, nº. 493, p.3.

³¹⁴ *Idem*, sábado, 21 de Janeiro de 1961, nº. 3247, p. 6.

Frio, pela via da solidariedade sindical, que ganhara expressão com a entrada em funcionamento da CNA naquela cidade.

As greves de solidariedade no Porto de Santos, entre 1960 e 1963, imputadas a ação de “*cúpula*”, do Fórum Sindical de Debates – FSD – apresentam certas semelhanças com as greves de Cabo Frio nos anos de 1960 e 1961, guardadas as devidas proporções. As ações do FSD assemelham-se às do Conselho Sindical de Cabo Frio, que congregava, em torno de si, seis sindicatos da região, ao passo que em Santos chegavam a 53. Para Fernando Teixeira da Silva, estudar as greves de solidariedade em Santos permite apurar se essas instituições intersindicais, como o FSD, intervinham unicamente “*para atender as necessidades de um sindicalismo de orientação nacionalista*”, no sentido claramente colaboracionista para “*esfriar o ritmo acelerado que vinha sendo imposto pelos grandes sindicatos*”, caracterizando-se como uma ação cupulista. Há de se registrar, segundo o autor, que a partir da interferência de lideranças de comunistas e da esquerda do PTB, os rumos do FSD foram sendo alterados. O chamado “*sindicalismo nacionalista e democrático*” passou a ter uma ação política maior, com a intensificação das greves, notadamente as de solidariedade. Nos primeiros meses de 1960, as greves comandadas pelo FSD, em solidariedade aos trabalhadores do Moinho Santista, paralisaram, por 24 horas, toda a cidade de Santos: cem mil trabalhadores cruzaram os braços, obtendo o apoio do próprio prefeito da cidade. Sílvio Lopes, que se colocou ao lado dos trabalhadores. Uma “*paradeada*” tomou conta da cidade de Santos, em 01 de julho de 1960. Em 08 de agosto de 1961, Santos chegou a sofrer ocupação militar quando da greve dos estivadores do porto, desencadeando a solidariedade de ferroviários e petroleiros. A solidariedade ampliou-se pelo Brasil provocando a paralisação de trezentos mil trabalhadores, em 2

de setembro de 1961. Segundo Silva, esse tipo de paralisação resultou na garantia de liberdades sindicais e um maior avanço da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Em 5 de julho de 1962, a cidade de Santos novamente seria paralisada em meio à greve geral nacional que pressionava o Congresso a indicar um novo primeiro-ministro ligado às reformas de base, depois da recusa ao nome de San Thiago Dantas, indicado por Goulart. Mais outra greve de solidariedade, dessa vez aos trabalhadores dos transportes urbanos em Santos, em 11 de setembro de 1962. O FSD e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos – USOMS – ampliavam os laços de solidariedade sob a bandeira da unidade e do nacionalismo. Doze líderes sindicais foram presos. Além dessas paralisações, deve-se registrar a greve do 14º salário e a greve dos enfermeiros da Santa Casa de Santos, em setembro de 1963, que paralisaram, mais uma vez, quase todas as categorias da cidade. A repressão partia do governador Ademar de Barros, com o DOPS paulista, articulada também, com o general Pery Beliváquia, comandante do II Exército, que estava disposto a intervir contra o “*inominável FSD*”.³¹⁵

Procurando entender as ações dessas instituições, Fernando Teixeira da Silva preocupa-se em analisar as interpretações tradicionais sobre o sindicalismo no período que se centravam nas implicações ideológicas da atuação de determinados grupos políticos envolvidos no movimento sindical e operário entre os anos de 1960 e 1964, marcadas pelo nacionalismo defendido principalmente pelo PCB, favorável a uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional, principalmente depois da internacionalização da economia no governo JK. No entanto, por tratar-se de um

³¹⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Santos/São Paulo, PMS/Hucitec, 1995, pp. 169-190.

grupo da burguesia avaliado como despossuído de autonomia e força expressivas, a ideologia nacionalista foi montada sobre um tripé sustentado pelo Estado, configurando-se em um pacto triangular, sob subordinação ao próprio Estado. Tal pacto nacionalista, segundo àquela interpretação, teria criado um deslocamento desastroso, pois no lugar de um setor privado dinâmico na economia, estaria o setor público, representado pelas empresas estatais, forçando a institucionalização do movimento sindical dentro do aparelho estatal, perdendo o contato com as bases, principalmente com os trabalhadores das empresas tradicionais, que resistiam em aplicar os direitos trabalhistas. Por incorporarem vantagens, além do que consagrava a CLT, os trabalhadores do setor estatal viveriam sob controle e cooptação do aparelho de Estado. As instituições sindicais representativas desses trabalhadores passaram a ter um alvo: a politização para as reformas de base. Mesmo assim, o FSD de Santos, o Pacto de Unidade e Ação – PUA –, das empresas estatais e a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT –, apesar de serem consideradas entidades para-estatais, funcionando com uma estrutura paralela e ilegal, pois reuniam trabalhadores de diversas categorias, não dispensavam as lutas solidárias. Seus objetivos seriam cumprir objetivos que o sindicalismo oficial não poderia cumprir. Dessa maneira, optavam pela grande política, em detrimento das bases, ao aproximar os trabalhadores do Estado, notadamente nos anos Goulart, o que para os tradicionais criticados por Silva, provocou o fim do sindicalismo nacionalista, o “*velho sindicalismo*” depois do golpe de 64.

“Assim, a mencionada falta de autonomia da classe operária, sua ineficácia em traçar objetivos próprios e estratégias políticas autônomas e à margem daquelas montadas por outras classes e

*pelo Estado e, enfim, sua posição subordinada deveu-se ao fato de ter se vinculado a um tipo de sindicalismo que, por sua vez, estava submetido ao terreno político organizado pelo Estado. Prova máxima da lógica desse modelo: quando o regime populista caiu, faltou a esperada reação da classe operária que, por isso, desceu rumo ao mesmo despenhadeiro para o qual foi a atirado seu melhor parceiro: o governo”.*³¹⁶

Ao analisarmos detalhadamente o caso de Cabo Frio para as greves de 1960 e 1961 não me parece que a solidariedade advinha unicamente de injunções políticas. Seguindo a fórmula dos trabalhadores de Santos, podemos inferir que as reivindicações trabalhistas nas greves de Cabo Frio, ainda não estavam totalmente a reboque do quadro político nacional em torno de alianças puramente nacionalistas. Portanto, percebe-se que em uma primeira etapa, a solidariedade está posta nas reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho, para depois ampliar-se para as manifestações políticas, principalmente, em torno da questão da barrilha e do nacionalismo, dada a especificidade do caso da CNA. Aqui, também, há a clara combinação da ação sindical entre trabalhadores de empresas tradicionais e de empresas modernas, acentuando-se muito mais a luta pela superação das relações de trabalho que chegavam à beira de relações não-capitalistas ou pré-capitalistas, ostentadas, principalmente, pelas empresas salineiras. Nesse sentido, foi fundamental o papel dos trabalhadores da CNA e de seu sindicato, assim como do Conselho Sindical de Cabo Frio, puxando as práticas de solidariedade. Podemos sim, reafirmar, como faz Francisco Teixeira da Silva, sem desprezar a porção política, sem querer também cair na dualidade reivindicações trabalhistas x ação política, que as lutas mais

³¹⁶ *Idem*, p.187

interessantes saíram do conflito capital x trabalho, como em Santos, pois expressavam claramente a vontade das bases, fundamentalmente na greve de 1960, no conjunto do setor salineiro em Cabo Frio, incluindo a CNA. Torna-se possível, sim, a partir daí, como afirma o autor, um intercâmbio entre a politização e a reivindicação. Esse intercâmbio aparece claramente, em Cabo Frio, no momento em que as reivindicações passam a ser do conjunto de salineiros e trabalhadores alcalinos, não sem a constatação, a partir desse corte cronológico, da expressiva politização em torno da luta pela barrilha que revela a luta pela sobrevivência da própria empresa, desenhada com maior destaque nos anos de 1962 e 1963. Questões como as reformas de base, a formação de um gabinete comprometido com estas reformas, além do plebiscito, estavam sempre em órbita, não sem interlocução com a sobrevivência da empresa. Não se poderia abstrair dessa luta principal, dado o caráter distinto e delicadamente político, que buscava fortalecer a empresa pela ação de um sindicalismo de inspiração nacionalista. A tradicional cultura de solidariedade dos trabalhadores de Santos, de que fala Silva, mencionada também por Regina Morel, quando a autora explora a cultura de classe na CSN, pode ser posta também para a cidade salineira fluminense, que passava por uma modernização industrial recente. Mesmo não estando apoiado por uma tradição local, tão larga como em Santos, os trabalhadores e lideranças sindicais que chegavam a Cabo Frio, não tiveram dificuldades em incorporar suas experiências e estratégias nas lutas.

“Essa prática criava um sentido de comunidade e identidade que pretendia legitimar ações políticas justificadas pelas noções compartilhadas acerca do valor atribuído ao trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores colocavam-se em estado de multidão não com base em estímulos

*formais: as solicitações dos dirigentes sindicais precisavam, antes de mais nada de idéias-força e uma delas era justamente a dos direitos”.*³¹⁷

Em outro exemplo de solidariedade na luta por direitos, nas montanhas de sal, os trabalhadores da Salinas Pereira Bastos voltavam a parar em fevereiro de 1961, uma vez que a empresa não havia cumprido ainda, o acordo de novembro de 1960. Junto com os companheiros de outras dez salinas, setecentos trabalhadores estavam concentrados na sede do Sindicato para acompanhar as negociações. Em solidariedade ao pessoal das salinas, os estivadores decidiram não transportar ou embarcar sal das Salinas Pereira Bastos, enquanto os colegas salineiros não fossem atendidos em suas reivindicações. Os grevistas reclamavam o pagamento da taxa de quarenta por cento sobre a tarefa dos trabalhadores por empreitada e o fornecimento de equipamentos de segurança e higiene do trabalho. Cláudio Quintanilha, principal acionista da empresa iria declarar que, de forma alguma a empresa poderia atender às reivindicações de seus trabalhadores, e que seria preferível fechá-la.

Por fim, a Salinas Pereira Bastos fechou um acordo em 08 de fevereiro de 1961, garantindo aos empregados o pagamento por *tirada de sal*, na base de Cr\$ 7,00 por carrinho e as puxadas de sal, na base de Cr\$ 7,70, ficando com o trabalhador a opção da retirada, por carrinho ou por cesto. Contudo, para efeito do pagamento, limitavam-se as “*tiradas*” em 90 kg de sal. Do acordo, constava igualmente, o pagamento dos domingos e feriados aos tareferiros; e de Cr\$ 1,00, por saco de sal extraído, cujo cálculo seria feito e pago anualmente, de preferência, às vésperas do Natal. Por último, firmou-se o compromisso em não punir os grevistas e de pagar os

³¹⁷ *Idem*, p. 189/190

dias parados; além da remuneração do repouso semanal para todos os trabalhadores.³¹⁸

A greve nas Salinas Pereira Bastos durou oito dias e contou com a solidariedade de todos os sindicatos locais. A empresa ficara, inclusive, impossibilitada de vender seus produtos durante a greve, em função da paralisação do pessoal da estiva. Creditava-se também, o sucesso do movimento, a atuação do advogado de todos os sindicatos dos trabalhadores de Cabo Frio, Pedro Maia Filho.

Em 22 de Fevereiro de 1961, mais uma vez, os trabalhadores da CNA ameaçavam paralisar suas atividades, realizando uma assembléia geral para cobrar da empresa a vigência do Plano de Cargos e Salários. Outras questões seriam objeto de debates e resoluções entre os trabalhadores. Uma delas, a de maior destaque, era a demissão exagerada de trabalhadores, inclusive, de membros do Conselho de Greve da categoria, o que contrariava o compromisso de não demitir nenhum dos trabalhadores que participasse do Conselho. Este fato levou os trabalhadores a encaminharem uma denúncia ao presidente da República de “*atos de sabotagem*” praticados por membros da administração contra a CNA. Como membro do Conselho de Greve da CNA, Nelson Gomes Gouveia, faria a denúncia no Encontro Nacional de Líderes Sindicais, em São Paulo, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 1961, de que a direção da CNA estava adotando métodos retrógrados do capitalismo, como a dispensa em massa de trabalhadores, a título de economia, quando o que aquela indústria precisava, era implantar a totalidade do seu projeto, na construção imediata de uma usina de combustão de sal, aumento da produção da barrilha, além de colocar em andamento o projeto de expansão da fábrica, para aproveitar os trabalhadores que atuaram no processo de montagem. Segundo Nelson Gouveia, “*métodos fascistas*” estavam sendo

³¹⁸ *Ultima Hora*, Ano X, Rio de Janeiro, quinta-feira, 9 de Fevereiro de 1961, n°.504 p.2.

empregados pelo capitão Lobo, chefe da Guarda Empresarial, que consistia em colocar fotografias, na entrada da Álcalis, dos membros do Comando de Greve que tinham sido demitidos, “caçando-os”, no interior da CNA, para comunicar-lhes que haviam sido desligados da empresa.

Além das questões relacionadas diretamente aos interesses dos trabalhadores, o sindicato preocupava-se também com a “sabotagem que imperava na CNA”. Para Gouveia, a política adotada pela administração da CNA estava “dando margem à influência dos trusts internacionais, através de maus brasileiros que sabotaram e continuam sabotando o funcionamento daquela indústria de base”. Para comprovar práticas de sabotagem contra a empresa estatal, Nelson Gouveia apontava os seguintes fatos:

*“1 – nas torres de diluição, a montagem das virolas ao contrário. Transferido para outras funções o operário que denunciou o fato, e que era o fiscal das obras; 2 – Além das virolas, os tanques da parte úmida foram colocados ao contrário de sua posição correta, sendo depois revisto, com o prejuízo de tempo, mão de obra e o atraso para o início da produção da empresa; 3 – a atual superintendência da fábrica, a título de moralização administrativa, a única coisa que está fazendo é demitir os elementos membros do Sindicato e ativistas sindicais, os mesmos que em conclaves operários têm defendido a Indústria Nacional de Álcalis”.*³¹⁹

Nelson Gouveia, candidato mais votado na primeira eleição para diretor-social da CNA, em 1961, reivindicando que “como medida de defesa da empresa, faz-se necessário que o governo federal eleve as taxas alfandegárias “ad valorem” de 10 para 100 por cento, visando com isso evitar a competição dos trusts internacionais em

³¹⁹ *Ultima Hora*, Ano X, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de Fevereiro de 1961, nº.509 p.4 / 2º caderno.

nossa indústria de álcalis, a maior da América Latina”. Com esse tipo de pauta, os trabalhadores da Álcalis anteciparam-se em querer discutir sérios problemas que envolviam a produção de barrilha, que começavam a afligir a companhia. A solidariedade da classe trabalhadora local expressava-se nas deliberações do Conselho Sindical do Município de Cabo Frio, que protestava veementemente contra a direção da CNA por suas atitudes agressivas contra os trabalhadores, demitindo ativistas sindicais como meio de coação à imposição da luta dos trabalhadores. Os protestos contra as atitudes da direção da CNA foram enviados por José Neto do Vale, presidente do Conselho Sindical, ao ministro do Trabalho, ao Conselho Sindical Estadual, ao Conselho Sindical de Niterói, ao presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ao Secretário Estadual de Trabalho, ao governador Roberto Silveira, ao presidente Jânio Quadros, ao vice-presidente João Goulart, ao presidente da Câmara dos Deputados e a todos os vereadores de Cabo Frio.³²⁰ Publicizava-se, portanto, a *denúncia/alarme* que se faz em torno da questão da barrilha nacional. Esse aspecto vai corresponder, em grande parte, a luta sindical por parte dos trabalhadores da CNA, no sentido de evitar a falência e o fechamento da empresa estatal.

3.4 – Trabalhadores diretores.

Uma das promessas de campanha de Jânio Quadros à presidência da República, feita em Volta Redonda, foi a criação do cargo de diretor trabalhador nas empresas do governo, cobrada pelos trabalhadores da FNM, CSN, CNA, logo após a posse do

³²⁰ *Idem*, sexta-feira, 24 de Fevereiro de 1961, nº. 511, p.3.

presidente eleito. As datas para a escolha haviam sido fixadas pelo presidente da República, no entanto, na FNM, a direção da empresa já pensava em um adiamento em função, principalmente, do fato de que somente trabalhadores sindicalizados poderiam concorrer, critério que foi rejeitado por pressões da própria empresa. Na FNM, as eleições de 1961 realizaram-se, com intensa movimentação na fábrica, mas o nome escolhido da lista quintupla, submetida ao presidente Jânio Quadros, não chegaria a ser nomeado por ele e, sim, por João Goulart, após persistente cobrança dos trabalhadores. Para a eleição do representante dos trabalhadores na direção da empresa, os nomes eram indicados tanto por diretores da fábrica, quanto pelo sindicato ou mesmo poderiam surgir, como surgiram, candidaturas isoladas. No entanto, a escolha feita, posteriormente, por João Goulart, recaiu sobre o candidato do Círculo Operário Católico, coronel Futuro, segundo colocado, cabendo o primeiro lugar ao trabalhador Lenine. Foi o bastante para dar início a um conflito entre os trabalhadores e a direção da fábrica. Para os trabalhadores da FNM, a escolha teria sido uma “*mutreta*”. Essas eleições podem ser consideradas, segundo José Ricardo Ramalho, como síntese das forças políticas que atuaram na FNM, antes do golpe militar de 1964.³²¹

Na CSN, a figura do diretor-trabalhador, na perspectiva de Regina Morel, representava uma experiência de co-gestão, pelo acesso do sindicato à cúpula da empresa. Esta eleição seria a principal razão para a derrota da chapa “*Independência*”. Na frente do sindicato desde 1957, Othom Fernandes apresentou uma carta de princípios para pleitear o cargo, apelando para o seu espírito conciliador. Na eleição de 1961, os cinco nomes mais votados foram levados a consideração do presidente da República. Othom Fernandes embora tenha sido o mais votado, foi

³²¹ RAMALHO, José Ricardo. *Op. cit.* p.145/200

preterido por José Figueiredo, médico do Sindicato. Othom não só receberia apoio dos trabalhadores siderúrgicos, como também dos amplos setores populares de Volta Redonda, dos clubes esportivos e de entidades do comércio e da indústria. Em 28 de abril de 1961, em Assembleia Geral da CSN, foi criado o cargo de diretor de Serviços Sociais, que persistiria até 1964. Em 1962, já empossado, Goulart nomeou Othon Reis Fernandes, o primeiro colocado, para assumir o lugar de José Figueiredo, fato que teve uma série de desdobramentos que, ao contrário do que se poderia imaginar, fez crescer a oposição sindical ao diretor. Posteriormente, em 1963, Othon Fernandes seria derrotado no sindicato por uma chapa encabeçada por João Alves dos Santos Lima Neto, incluindo membros da Juventude Católica e do PCB, com o objetivo de garantir a autonomia do sindicato. O que também se colocava contra Othom, eram as ambições do diretor: *“Othom queria ser presidente de tudo”*. Tempos depois, no mesmo dia do Golpe, Othom foi preso na Academia Militar de Agulhas Negras – AMAN –, em Resende. Volta Redonda foi cercada pelo Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa. Lima Neto foi preso dentro da CSN.

Na CNA, a disputa estava aberta entre vários pretendentes, no entanto, o sindicato apoiara alguns, mas torcia por um consenso em torno do nome de Pedro Maia Filho, advogado de todos os sindicatos de Cabo Frio. Para José Neto do Vale, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Cabo Frio, o nome de Pedro Maia Filho

“merece o respeito e a confiança de todos os trabalhadores, e conhece de sobejo os problemas da Alcalis. Além do mais, sua competência está acima de discussões, pois além de olhar em Direito é um técnico em organização científica do trabalho, de renome em todo o país. Acredito

*mesmo que a indicação do seu nome terá o apoio dos próprios candidatos que já se apresentaram e de todos os líderes sindicais do Estado”*³²².

Na FNM, havia uma crise a ser superada que perpassava ora pelo entendimento, ora pela luta aberta, pois os trabalhadores concordavam com a indicação, desde que recaísse sobre algum trabalhador da FNM, e não um nome indicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, que entre os membros da diretoria, não havia nenhum trabalhador da empresa de Xerém.³²³ A estratégia do governo poderia ser uma forma de controlar as inúmeras demandas colocadas pelos trabalhadores dessas empresas estatais ao governo, notadamente, a partir do governo JK. O diretor, representante dos trabalhadores, ocuparia uma função de mediador das relações entre a direção e a classe trabalhadora. Portanto, a promessa da campanha de Jânio Quadros tornou-se assunto obrigatório, com referências elogiosas por parte dos trabalhadores e nos meios sindicais, pelo menos até que Jânio começasse a desrespeitar a colocação daqueles que eram consagrados em primeiro lugar na lista dos cinco mais votados.

As eleições para diretor representante dos trabalhadores na CNA estavam marcadas para o dia 5 de abril de 1961, em primeiro turno, e para 10 de abril em segundo escrutínio, com a participação dos 10 mais votados. A escolha seria em votação secreta, em cédula individual e os cinco mais votados na última etapa teriam seus nomes submetidos ao presidente da República para referendar um deles. Mais de vinte candidatos inscreveram-se no pleito. A diretoria do Sindicato apresentou quatro

³²² *Ultima Hora*, Ano X, Rio de Janeiro, quinta-feira, 16 de março de 1961, n°.522 p.9.

³²³ *Idem*, quarta-feira, 8 de março de 1961, n°.517 p.4 / 2º caderno. Ver também a edição de quinta-feira, 9 de março de 1961, n°. 518, p.2..

nomes: José Neto do Vale, Altamiro Ignácio de Oliveira, Jarbas de Carvalho e Pedro Maia Filho, respectivamente, presidente, tesoureiro, membro do Conselho Fiscal e advogado do Sindicato. Os outros candidatos seriam: Nelson Gomes, ativo militante sindical, ex-membro do Comando de Greve, demitido da empresa, cuja readmissão estava em jogo, mediante solicitação do Sindicato, ao Ministério do Trabalho; Antônio Palmier, diretor do Departamento de Contabilidade da Empresa, que colava cartazes e distribuía prospectos de propaganda com os seguintes dizeres: “Vote em Palmier – um candango como você”; Urajá Dias, ex-diretor do Departamento de Pessoal, desempregado; Altiere, conhecido agiota, que realizava empréstimos na base de 10% ao mês. A propaganda da sua candidatura contava com a seguinte promessa: “Se for eleito, vai separar 500 mil cruzeiros para emprestar sem cobrar juros” e Paulo Werneck da Silva, que contava com um grupo de ativos cabos eleitorais, ex-trabalhadores da CSN.³²⁴ A campanha para diretor colocava frente a frente, trabalhadores empregados e desempregados, alguns dos quais, entre os oitocentos demitidos em final de março, o que não os impediu de disputar as eleições.³²⁵ Dos 1778 votantes, 427 votaram em Nelson Gomes Gouveia, o mais votado dos 17 concorrentes. O presidente do Sindicato, José Neto do Vale obteve 61 votos e o advogado Pedro Maia, 17 votos. O segundo turno seria no dia 18 de abril. Os candidatos mais votados no primeiro turno foram Nelson Gomes Gouveia, ativista sindical; Maurício Dias Correa, auxiliar de escritório; Antelito José de Andrade, marítimo; Jorge Hampshire, engenheiro; Valdemar Pedrosa, auxiliar de engenheiro;

³²⁴ *Ultima Hora*, Ano X, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19 de março de 1961, n.º 529 p.4 – 2º caderno. Ver também, *O Globo*, Ano LXXXVII, Rio de Janeiro, segunda-feira, 10 de abril de 1961, n.º 10716, p.17.

³²⁵ *Idem*, quinta-feira, 05 de abril de 1961, n.º 532, p. 8.

Jarbas Albuquerque Melo, ativista sindical; Paulo Werneck, auxiliar de engenheiro; Dercelidas Palmer, contador; José Maria, chefe de expedição; e José Neto do Vale, Presidente do Sindicato. No entanto, uma reviravolta aconteceria alguns dias depois. A apuração dos votos da sede da empresa, na cidade do Rio de Janeiro, inseriu na lista dos dez mais, o engenheiro Ivan de Albuquerque, que inusitadamente, recebeu o voto de todos os 220 trabalhadores da direção da empresa, sem nenhum voto sequer destinado aos outros candidatos. Sendo assim, o último colocado na lista de Cabo Frio, o presidente do Sindicato, José Neto do Vale ficaria excluído do segundo turno.³²⁶ Outro trabalhador demitido que entrara na disputa final foi o engenheiro Jorge Hampshire, colocado em quarto lugar Hampshire compareceu ao jornal *Última Hora*, para agradecer “a grande e eficiente cobertura jornalística que este jornal vem dispensando à luta dos trabalhadores e às reivindicações gerais do povo de Cabo Frio”. Segundo Hampshire, a CNA estava sob uma administração incapaz e irresponsável, sob uma presidência que se perpetuara doze anos na empresa, motivo pelo qual seria levado a lançar um manifesto aos trabalhadores da empresa, com os seguintes termos:

“1 - Não havendo feito campanha pessoal quando empregado da Companhia, achei por bem omitir-me depois de dispensado, para não dar margens a falsas interpretações de que estava agindo movido por vingança ou aproveitando-me da situação criada. Tendo meu nome sido lançado por amigos limitei-me a aceitá-la. Surpreendeu-me, contudo, o número de empregados que me honraram com sua confiança, votando em meu nome. Essa confiança, por tão espontânea, obriga-me a entrar pessoalmente na disputa para que seja incluído na lista quántupla.

³²⁶ *idem*, quarta-feira, 12 de abril de 1961, nº.535 p.8.

2 - Sendo escolhido pelos empregados e referendado pelo Presidente da República, posso garantir aos empregados da CNA que colocarei todos os meus esforços no sentido da moralização administrativa da Companhia, para o que considero como primeiras medidas a tomar, as seguintes:

a) - colocar os homens nos devidos cargos, evitando situações tais como demissões de empregados de utilidade para a empresa mantendo-se outros que da mesma se beneficiam;

b) - evitar os disparates, causa da maioria dos descontentamentos e atritos entre empregado e empregador até hoje havidos, de serem os atos da "administrações" até hoje existentes inteiramente desligados dos interesses dos empregados. Como exemplo recente, temos o Plano de Classificação, para o qual todas as chefias foram consultadas, opinaram, sendo, no entanto tudo inteiramente deturpado, por ato exorbitante da atual "diretoria".

c) - eliminar quanto possível e denunciar, quando voto vencido, o empreguismo e protecionismo, civil e militar.

d) - tentar coibir, dentro da CNA, um dos maiores males, a meu ver, das empresas que dependem do Governo, que consiste em dar e cobrar encargos aos empregados sem ao menos tentar oferecer aos mesmos meios de cumpri-los. A autoridade atual dos chefes (chefes subalternos) da CNA é propor, e quem muito não entende do que foi proposto dispor.

Aproveito a oportunidade, na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, de agradecer a todos com quem tive o prazer de trabalhar e a cooperação sempre espontânea e desinteressada que me foi dispensada em todos os setores da CNA".³²⁷

Decepcionado e constrangido por ter obtido uma votação pífia, o advogado Pedro Maia, o primeiro nome que surgira como consenso, para as lideranças sindicais e para ocupar a diretoria social, decidiu abandonar as causas sindicais. Sua carta

³²⁷ *Idem*, quinta-feira, 13 de abril de 1961, nº. 535 p.8.

comunicando o seu afastamento como advogado, dos sindicatos de Cabo Frio resumia sua completa decepção com o resultado negativo das urnas do dia 5 de abril. Em carta ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Produtos Químicos de Cabo Frio, José Neto do Vale, Maia invocara inclusive sua posição hierárquica para conquistar a simpatia dos trabalhadores da CNA:

“Ainda sob forte abalo moral que me causaram os resultados do pleito dos Álcalis, estou dirigindo a você a presente carta e, por isso, não encontro as palavras necessárias para externar, como gostaria, aos poucos amigos de cujo afeto me orgulha (você e Ciro particularmente), toda a minha gratidão pelas atitudes de lealdade e conforto com que me prestigiaram neste momento.

Quero, apenas, ratificar, expressamente, o meu pedido de demissão do cargo que desempenho no Sindicato, já formulado por via oral, e reasentar o seu caráter de irrevogabilidade.

Não levo comigo qualquer mágoa ou ressentimento. Saio simplesmente convencido de que muito me tenho equivocado no tratamento com homens e interesses; o que acreditava haver contribuído laboriosamente durante cerca de três anos de trabalho, nada representa. Ficou evidenciado. O advogado que tudo fez para honrar sua profissão e que jamais se afastou um milímetro do culto do direito, é, para o trabalhador, figura de expressão muito inferior a de muitos, cujos desserviços à classe são patentes e sabidos.

Não há como conciliar tal estado de cousas. Os legítimos sacrifícios que fiz, não tinham qualquer mérito e sua inutilidade ficou flagrante. Por que prosseguir? Seria insensato, pelo menos.

*Reitero a você e aos poucos dignos amigos com que conto nesta cidade, a certeza da minha mais acendrada gratidão.*³²⁸

Para Aldir José de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Cabo Frio, o advogado Maia endereçou outra carta, mostrando-se desolado por ter perdido a confiança da classe trabalhadora. Entretanto, Diniz talvez não compreendesse a opção dos trabalhadores por uma luta mais ampla, projetada acima das articulações legais submetidas ao círculo dos direitos trabalhistas e das instâncias jurídico-políticas.

"Num momento de desencanto e de decepção, quando as convicções que nos são mais caras, se desfazem brutalmente frente aos fatos, só nos resta o caminho de abandoná-las.

Há mais de vinte e cinco anos, tenho minha vida voltada para os interesses da classe operária. Destes, os últimos três, numa imensa atividade profissional de advogado dos trabalhadores de Cabo Frio.

Até ontem restava-se, por pagamento de autênticos sacrifícios, a certeza de merecer o respeito e a consideração do proletariado. E desta certeza nascia o meu interesse de bem servir.

Um fato, contudo, veio revelar o erro em que vinha incidindo durante tantos anos. Realizaram-se, como é do seu conhecimento, eleições na Companhia Nacional de Álcalis e a humilhação que me foi imposta pelos trabalhadores, com a ridícula votação que me conferiram, demonstrou, por inteiro, o desprezo e desconsideração deles. De nada valeu a dedicação, quase sem limites, que lhes devotei.

³²⁸ *Idem*, sábado, 15 de abril de 1961, nº. 3317, p.8.

Eis aí a razão por que demito-me do cargo que exercia nesse sindicato e que, sempre, procurei desempenhar com dignidade e honra. Reitero, por esta, o pedido verbal que lhe formulei e, ao mesmo tempo, confirmo o seu caráter de irrevogabilidade.

*Não guardo dos caros amigos salineiros, especialmente de você, João e Lecy, senão as melhores recordações e a gratidão pelas gentilezas com que sempre me distinguiram*³²⁹

Também à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Cabo Frio, do qual era igualmente advogado, Pedro Maia Filho endereçou carta de idêntico teor. No pleito do dia 5, para selecionar os candidatos ao cargo de diretor-trabalhador da CNA, no qual votaram 1.778 trabalhadores e ao qual concorreram 17 candidatos, o advogado trabalhista Pedro Maia, “*em que pese os grandes serviços prestados a classe trabalhadora*” obteve apenas, 17 votos, no entanto, manteve-se o “*espírito democrático, registrando alto nível de educação política por parte dos trabalhadores*”.

A eleição, em segundo turno, foi realizada em 18 de abril e transcorreu em clima de tranqüilidade. Ao contrário do processo da CSN e da FNM, em que houve uma só eleição, em Cabo Frio foi adotada a fórmula de dois escrutínios, para a elaboração da lista quántupla. Dessa vez votaram 1835 trabalhadores ficando entre os cinco primeiros: Nelson Gomes Gouveia, com 523 votos; Moacir Dias, com 279 votos; Antelito José Andrade, com 227 votos; Jarbas de Albuquerque Mello, com 247 votos; e Jorge Hampshire, com 194 votos.³³⁰ Enquanto na CNA, a votação para eleição de um diretor representante dos trabalhadores foi bastante pulverizada, na CSN constatou-se a vitória esmagadora de Othom Fernandes, que sozinho obteve 70% dos votos em

³²⁹ *Idem.*

³³⁰ *Idem*, sábado, 22 de abril de 1961, nº. 3323, p.10.

um só turno e, no entanto, seria preterido. Os trabalhadores das três empresas estatais aguardavam, a partir daí, o pronunciamento de Jânio Quadros sobre a nomeação, uma vez que nas três empresas novas diretorias tinham sido empossadas, ficando vago apenas o cargo de diretor social destinado ao representante dos trabalhadores. Da mesma forma que Othom, alguns dias depois, Nelson Gouveia, primeiro colocado na CNA, ativista sindical, seria descartado. O escolhido seria Moacyr Dias, o segundo mais votado. Nelson Gomes Gouveia, líder sindical, fora demitido junto com outros seis colegas sem nenhuma explicação e em “*prejuízo da própria empresa*”, por tratar-se de um trabalhador especializado, um “*eficiente e zeloso*” operador de central técnica, o que deixou seus companheiros revoltados.³³¹ Dois anos depois, em 1963, em outra eleição disputada, Rafeles Faria seria escolhido o novo representante dos trabalhadores da CNA na diretoria da empresa. Rafeles tinha sido o mais votado na lista quántupla, encaminhada ao presidente da República João Goulart, da qual constavam, também, Nélio Aguiar, segundo colocado, Justino Maceió, Antônio Pereira e Walter Novais³³². Dessa vez, a escolha recairia sobre o primeiro colocado. Nas palavras do Nélio Aguiar, as eleições são lembradas com um pequeno equívoco na data, da seguinte forma:

“Foi em 1962. Isso também nos levou, levou o sindicato a agir no campo da administração. Existia um decreto do Jânio Quadros que instituiu um diretor social que representaria os trabalhadores na direção da empresa. Aí imediatamente, o sindicato convocou uma eleição, e quem quisesse se candidatar poderia, só que também ele [o sindicato] já destacou cinco membros do sindicato para ser candidato. Que foi na época o Rafelis, eu também participei, Justino, Antônio Pereira e Irapoan Pimenta, era um médico. Nessa eleição os cinco

³³¹ *Novos Rumos*, ano III, Rio de Janeiro, nº 106, 17/25 de março de 1961, p.2

³³² *Última Hora*, Ano X, Niterói, 4 de março de 1963, nº 1093, p.2.

*do sindicato foram os mais votados, e mandamos uma lista para a presidência da República ... O mais votado aqui foi o Rafelis e com poucos votos atrás fiquei eu, depois veio o Antônio Pereira ... Como na época o sindicato já havia definido se os mais votados fossem os do sindicato, bateria o pé para a escolha do mais votado”.*³³³

3.5 – Greve de 1961 e a sombra do futuro.

Para além das demandas econômicas e sociais dos trabalhadores da CNA, os problemas da empresa deram-se em espaços muito distantes de Cabo Frio, como demonstrava o memorial que o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Produtos Químicos de Cabo Frio endereçou ao presidente Jânio Quadros, levado, em mãos, a Brasília. Lamentava o Sindicato que a concorrência internacional prejudicava a CNA, principalmente a dos trustes e cartéis. Portanto, era necessária a *“concessão de proteção alfandegária, com fixação de alíquota de 40%, aos produtos alcalinos, particularmente a barrilha e a soda cáustica”*, pois *“no mercado internacional, degladiando-se os importadores norte-americanos e os dos países das democracias populares, oferecendo, por força de tal competição, o produto, nos mercados externos, por preços inferiores ao seu custo na origem”*. O Sindicato afirmava que a CNA sofria os efeitos de um legítimo *“dumping”*: *“basta dizer que nos últimos anos a redução dos preços no mercado internacional foi superior a 50%, deixando a barrilha nacional sem condições de concorrer com a estrangeira mesmo em nosso próprio mercado”*. O Sindicato ainda solicitava a

“imediate determinação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para autorizar e financiar a construção de área cristalizadora de sal, de evaporação solar, na salinas

³³³ Depoimento ora prestado ao autor, por Nélio Soares Almeida Aguiar, em 26 de março de 2008.

da empresa, da ordem de novecentos mil metros quadrados. A prazo mais longo, que, igualmente, autorize e financie o BNDE, a montagem do sistema de produção de sal por combustão submersa, conforme proposta por técnicos franceses”.

O sal era indispensável aos produtos alcalinos, contudo havia controvérsias entre a Alcalis e o BNDE, que dificultavam uma solução para o problema obrigando a empresa e importar do Nordeste, a maior parte do sal de que necessitava *“custando preço superior a duas vezes o que custaria o de sua própria precedência”*. Para tanto, o Sindicato insistia em que o presidente da República deveria instruir *“imediate determinação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que autorize e financie a montagem do grupo da soda cáustica, cujos equipamentos já se encontram em Cabo Frio, nos terrenos da fábrica”*. A soda cáustica era um produto derivado da barrilha, pelo processo *Solvay*. Quanto às reivindicações em torno das condições de trabalho e aos salários, o memorial clamava pelas seguintes reivindicações: a conclusão da Vila Operária, cujas obras andavam lentas; a instalação do hospital e do ambulatório da fábrica; a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, em Cabo Frio: a inclusão do município, localidade de vida muito cara, na primeira sub-região do Estado para efeito de fixação do salário-mínimo; a manutenção do posto do Serviço de Assistência Médico Domiciliar de Urgência – SAMDU –, ameaçado de fechamento; a readmissão dos empregados demitidos, sem justa causa; a aprovação e vigência do Manual de Relações com o Empregado, elaborado pela empresa e aprovado pelo Sindicato e a instituição do salário-família e da participação nos lucros, *“a girafa”*, nos moldes adotados pela CSN. Por fim, o presidente do Sindicato agradeceria Jânio Quadros pelo fato de ter criado nos quadros da diretoria da

CNA, a figura do diretor representante dos trabalhadores.³³⁴ José Aparecido, secretário particular do presidente da República informou ao presidente do Sindicato, que o ministro do Trabalho, Castro Neves, entregaria o documento, em mãos, ao presidente, e que ainda na mesma semana, a diretoria do Sindicato seria recebida no Palácio do Planalto.

Os trabalhadores da CNA retomariam as greves, quando em 09 de março de 1961 paralisaram suas atividades contra a recusa da empresa em atender suas reivindicações, principalmente a vigência do PCC, a partir de 01 de janeiro daquele ano e a readmissão dos trabalhadores demitidos por atividades sindicais. Mais uma vez, tropas seriam enviadas a Cabo Frio. O governador Celso Peçanha, sucessor de Roberto Silveira, morto durante o mandato, mandara à cidade soldados da Polícia Militar armados de metralhadoras e policiais da Secretaria de Segurança que ocuparam militarmente as instalações e as redondezas da CNA, além dos pontos estratégicos de Cabo Frio numa “*fúria repressiva surpreendente*”, destinada, segundo as autoridades, a manter a ordem, que aliás, segundo “*Última Hora*”, em nenhum momento, esteve ameaçada pelos trabalhadores da empresa. Para contornar a crise, chegaram a Cabo Frio, os diretores do Departamento Nacional do Trabalho e o Delegado Regional do Trabalho, Gastão Balbiano para manterem contato com o Comando de Greve na sede do Clube Folhas de Parreiras. Em nome do presidente Jânio Quadros, Gastão Balbiano fez um apelo aos trabalhadores para que voltassem ao trabalho, enquanto ele manteria entendimentos com a direção da empresa. Por outro lado, parecia estranho o envio de tropas por parte do governador, uma vez que até mesmo as autoridades

³³⁴ *Última Hora*, Ano X, Rio de Janeiro, quinta-feira, 09 de Março de 1961, nº.517 p.4 / 2º caderno.

policiais locais garantiram não haver um único incidente registrado com os grevistas. Nesse sentido, para os trabalhadores, a ação de Celso Peçanha não passava de “*um retorno aos antigos métodos adotados por políticos fluminenses que utilizavam a polícia como instrumento de defesa dos interesses patronais e que haviam sido inteiramente abolidos pelo saudoso Governador Roberto Silveira*”.³³⁵ O envio de tropas foi interpretado pelos líderes sindicais como “*uma injustificável coação ao sagrado direito de greve dos trabalhadores*”³³⁶. A repressão pelas tropas agravou ainda mais a situação na cidade, onde o movimento grevista desenvolvia-se sem radicalizações. Dessa forma, a volta ao trabalho ficou condicionada a saída dos policiais da cidade. Em uma assembléia, naquele mesmo dia, os trabalhadores da CNA deram um crédito de confiança aos emissários do governo e retornaram ao trabalho sob a promessa de retirada das tropas do Estado.

Para o general Alfredo Bruno, o número de grevistas era pequeno, não chegando a 10% dos trabalhadores com “*reivindicações absurdas e inoportunas*”. Para o presidente da empresa, o principal motivo para as greves seriam a redução dos efetivos da empresa, uma vez terminadas as obras civis de construção e montagem da CNA, motivo que levou a empresa estatal a dispensar mais de mil trabalhadores. “*Temos atualmente dois mil e seiscentos servidores, entre funcionários e empregados, quando os serviços da Cia. não requerem mais de mil e oitocentos*”³³⁷ A crise na CNA complicava-se. Denúncias do Sindicato registravam a situação de penúria em que viviam os trabalhadores da CNA, principalmente no que dizia respeito ao

³³⁵ *Idem*, Sábado, 11 de Março de 1961, nº.3287, Capa.

³³⁶ *Idem*, Segunda-feira, 13 de Março de 1961, nº.3288, p.3.

³³⁷ *O Globo*, Ano XXXVII, Rio de Janeiro, sexta-feira, 10 de março de 1961, nº. 10691, p.6.

alojamento e à alimentação. Segundo o relato de Altamiro Inácio de Oliveira, secretário geral do Sindicato, ao jornal *Última Hora*, os trabalhadores da CNA

*“muito embora a empresa diga ao contrário, vivem no mais completo abandono, bastando afirmar que os célebres dormitórios não passam de pardieiros sem nenhuma condição de higiene. Até mesmo a cobertura oferece perigo, não só porque deixa passar chuva, como também está caindo aos pedaços. Quanto a água encanada, é bastante acrescentar que há três meses suas torneiras não funcionam. Ratos e lacraias são constante perigo durante a noite, já que o assoalho é podre e todo esburacado. Os operários procuram dormir da melhor maneira, isto é, livrando-se de todos os perigos. Perdurar essa situação é que não é possível.”*³³⁸

Quanto à alimentação, as refeições eram péssimas: as dos trabalhadores eram feitas no restaurante industrial, o fogão não oferecia as mínimas condições de higiene, a cozinha era de uma antiga construção, as bandejas todas enferrujadas e amassadas, as mesas eram imprestáveis. As condições de trabalho, piores ainda, uma vez que normas que garantiam a segurança e higiene no trabalho não eram levadas em consideração pela empresa, tais como: óculos protetores para os trabalhadores, calções, camisetas e botas para utilização no trabalho em salinas, ausência de banheiros nas proximidades das salinas, máscaras para ensacadores de barrilha e cal e para o uso dos trabalhadores que se dedicavam ao carregamento dos caminhões.³³⁹

Outra vez, forças militares ocupariam Cabo Frio em 29 de março de 1961. O contingente da Polícia Militar auxiliado por policiais à paisana tomou conta da cidade. Esse grupo armado tinha determinação expressa para evitar que os trabalhadores da CNA promovessem uma passeata de protesto contra o ato da direção da empresa, de

³³⁸ *Última Hora*, Ano X, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 13 de Março de 1961, nº. 522, p.9.

³³⁹ *Idem*, Segunda-feira, 16 de Março de 1961, nº.522, p.9.

dispensar nada menos de 400 trabalhadores. A onda de demissões estaria relacionada à reforma cambial implantada pelo governo Quadros, que teria provocado um impacto negativo na economia do país. As maiores vítimas foram aqueles que participaram do Comando de Greve da última paralisação. Esse foi o estopim para mais uma greve. Uma onda de demissões apavorava os trabalhadores em todo o país. Na CNA, a medida foi recebida como uma forma de perseguição aos militantes sindicais. A assembléia dos trabalhadores terminou às 2 horas da manhã com a decretação imediata da greve.³⁴⁰ Os trabalhadores da CNA começaram a mobilizar-se para enfrentar as demissões em massa. O Conselho Sindical do Estado do Rio de Janeiro, diante da dispensa numerosa de trabalhadores da CNA, resolveu convocar com urgência uma reunião de todos os seus membros – metalúrgicos, marítimos, ferroviários, produtos químicos, funcionários públicos das estatais e autárquicos, visando a apreciar a difícil situação dos trabalhadores: *“A situação criada pela diretoria da CNA é um verdadeiro acinte aos trabalhadores, pois como todos sabem as motivações desse achincalhe originaram-se da greve deflagrada pelos operários da mesma que almejavam melhorias salariais. Daí a perseguição dos diretores da Álcalis àqueles que lideraram o movimento e aos que se manifestaram solidários”*, declarou Almir Reis Neto, Presidente do Conselho Sindical do Estado do Rio de Janeiro. Todas as dependências da CNA estavam tomadas pela PM. Entre os demitidos estavam três membros do Sindicato, dois representantes do Conselho junto à Federação, um da Diretoria Executiva e três candidatos a diretores da CNA nas eleições realizadas anteriormente. A greve foi suspensa no dia 10 de abril, em função da negociação realizada entre o Delegado Regional do Trabalho, que veio a Cabo Frio reunir-se com o Sindicato,

³⁴⁰ *Idem*, Quinta-feira, 30 de março 1961, n.º. 3304, capa.

fixando uma data limite em que o governo resolveria a questão dos oitocentos empregados demitidos da CNA que trabalhavam no setor de montagem. As demissões eram creditadas aos efeitos devastadores da Instrução 204 da SUMOC, para garantir uma reforma cambial, provocando um estrago na CNA e em todo o Rio de Janeiro. O Loide Brasileiro havia demitido 300 funcionários; a Costeira, 300; as Frotas Oceânicas, 186 e demais estaleiros, 280; além da dispensa de dois mil servidores promovida na semana anterior pelo governador Celso Peçanha.³⁴¹ Mais uma indicação de que o trabalho em serviço público ou empresa estatal estava longe de significar estabilidade no emprego e amplos direitos. Criados como um mecanismo conjuntural de contenção inflacionária, a norma baixada pela SUMOC contribuiu para desencadear altas taxas de desemprego.

Os problemas relacionados à CNA levaram o presidente da República, Jânio Quadros, a recomendar aos Gabinetes Civil e Militar que instituíssem uma comissão de sindicância para auditar as atividades da empresa. A Comissão deveria instalar-se em dez dias, com 45 dias de prazo para apresentar suas conclusões. A decisão do presidente era consequência da audiência realizada em Brasília com os representantes dos trabalhadores da CNA, no dia 13 de abril, na presença de José Neto do Vale, presidente do Sindicato, José Cyro Marques de Almeida, Altamiro Ignácio de Oliveira, Jarbas de Albuquerque Mello e Manoel Agualuza Junior que expuseram as reivindicações dos trabalhadores, dentre as quais: a aplicação do Plano de Reclassificação de Cargos e Funções – PRCF –, o pagamento da insalubridade, a concessão de abono-família, a construção de um hospital para os trabalhadores, a conclusão das obras da Vila Operária, a construção da usina de sal e dos cristalizadores

³⁴¹ *Idem*, Sexta-feira, 31 de Março de 1961, nº. 3305, capa.

solares, a liberação (ou aumento) da cota de produção de sal para os fornecedores da CNA, com a fixação de melhores preços e a fixação em 40% da tarifa alfandegária sobre a barrilha importada. Diante dessas questões apresentadas pelos representantes dos trabalhadores, Jânio Quadros decidiu pela mudança de toda a diretoria da CNA, ficando vago, apenas, o cargo de diretor destinado ao funcionário que fosse vitorioso no pleito que ocorreria naqueles dias. O presidente marcou nova audiência para o dia 15, pois já estariam presentes os novos diretores da empresa, e ela seria presidida pelo coronel Rocha Lima. Na Assembléia, que seria realizada no dia 19 de abril, seriam transmitidos os resultados das reuniões realizadas em Brasília.³⁴² Na mesma época, no sentido de unificar as lutas, realizar-se-ia em Niterói, no Teatro Municipal, a I Convenção de Classe dos Trabalhadores em Produtos Químicos dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Os assuntos que ganhariam mais destaque seriam o pagamento do adicional de insalubridade, da periculosidade, a redução da jornada de trabalho para de seis horas diárias, o contrato coletivo de trabalho, e o pagamento dos benefícios da previdência social pelo Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Industriários – IAPI – e pelo Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Comerciários – IAPC.

Os trabalhadores da CNA, por exemplo, aguardavam que a empresa colocasse em prática o Plano de Cargos e Salários, na busca de uma trégua após a posse da nova diretoria. Somente as despesas decorrentes da aplicação do Plano chegariam a casa dos Cr\$ 7 milhões. Na Assembléia realizada no dia 5 de julho de 1961, os trabalhadores determinaram que o Sindicato cobrasse uma posição da empresa sobre a questão. Além do Plano, constavam da pauta, mais uma vez, o pagamento da

³⁴² *Idem*, terça-feira, 18 de abril de 1961, n.º. 538, p. 4.

adicional de insalubridade e o pagamento do abono família. Aguardava-se, portanto, a resposta da empresa.

O deputado federal Bocaiúva Cunha continuava alertando o governo, através de discursos pronunciados no plenário da Câmara Federal, para os problemas que ocorriam na CNA, inclusive sobre a demissão maciça de trabalhadores. Uma das questões levantadas pelo parlamentar fazia referência às relações da empresa com a Prefeitura de Cabo Frio, uma vez que a CNA não recolhia aos cofres municipais os “*ínfimos percentuais*” que deveria recolher, “*mas que seria suficiente para a Prefeitura Municipal realizar obras, embora pequenas, indispensáveis àquela população tão sacrificada*”, nem mesmo a construção do “*matadouro municipal, em terreno doado pela edilidade*”.

Essa situação poder-se-ia alterar, por exemplo, com a transferência definitiva da sede da CNA para Cabo Frio. Tal fato permitiria um substancial reforço, também, na arrecadação estadual, uma vez que os principais impostos recolhidos pela empresa eram destinados ao Estado da Guanabara. O Estado do Rio de Janeiro seria o principal beneficiado, pois passaria a arrecadar 4,2% do Imposto de Vendas e Consignações sobre o total comercializado pela CNA. Dessa forma, desejava-se que as três últimas diretorias, que ainda restavam no Rio de Janeiro, fossem transferidas para Cabo Frio. Logo adiante, a transferência da sede foi determinada pelo presidente da República, para permitir a descentralização das atividades da empresa e a dinamização dos serviços.

A demarcação de fronteiras nacionais para a expansão de determinados setores da industrialização brasileira implicava, também, na escolha de um corpo administrativo comprometido, ideologicamente. A preocupação com a seleção de

dirigentes para as empresas estatais levou um grupo de deputados federais, cerca de 60 deles liderados por Bocaiúva Cunha, a lançar um memorial dirigido ao gabinete Tancredo Neves, no governo João Goulart, para que as escolhas desse corpo administrativo recaíssem sobre figuras nacionalistas, sobretudo técnicos, com o propósito de afastar das posições de comando os interesses político-partidários que mais representaram um impasse ao desenvolvimento econômico do país, tratando-se principalmente das indústrias de base. Sobre a questão das indicações políticas, essa era uma prática comum na empresa, principalmente nos cargos e funções com salários mais altos, fazendo da Álcalis um cenário do mais puro fisiologismo político, o que era percebido pelos próprios trabalhadores, conforme fica claro no seguinte depoimento:

“Naquela época, o governo já era de Jânio Quadros... Nessa época aí, nós fomos uma comissão do sindicato, justamente para reivindicar e ele falou vocês têm que voltar para lá para trabalhar e produzir porque aquilo lá só dá prejuízo, eu estou com vontade de fechar até aquilo lá, naquela época ... porque aquilo era pressão que tinha da barrilha que não vendia, o governo tinha que injetar dinheiro aqui ... aí ele falou que ia fechar ... é que aqui, a CNA é um cabide de empregos dos políticos, todo mundo queria tirar uma casquinha, ninguém vinha produzir nada. Aqui era cheio de generais fanáticos de guerra, malucos mesmo... ganhavam um salário imenso do Exército e enorme da CNA, então aqui era um cabide de empregos, após a revolução é que encheu mesmo, não investiu nada, só gastou o que tinha estocado... depois da revolução, eu era encanador, se precisava de um cano, eu ia catar na sucata, pois não tinha mais no estoque.”³⁴³

Dessa forma, uma comissão representativa da Associação dos Profissionais de Nível Universitário da CNA, integrada por Francisco Fabiano Bráulio, Vasco Nunes

³⁴³ Depoimento oral prestado ao autor, por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

Leal, Juarez Ferreira Clemente e Fúlvio de Albuquerque Pessoa foi recebida pelo presidente João Goulart, pelo primeiro-ministro Tancredo Neves e pelos ministros da Indústria e Comércio, Viação e Minas e Energia para fazer uma proposta visando à consolidação definitiva da CNA, através de um Plano Básico, que passava, também, pela constituição de uma diretoria nacionalista. O Plano Básico consistia no aumento do capital da Companhia Nacional de Álcalis de Cr\$ 800 milhões para Cr\$ 15 bilhões, mediante a transformação em capital social dos Cr\$ 6,7 bilhões de financiamentos já concedidos pelo BNDE e pelo Banco do Brasil, limitando-se o capital a ser integralizado em Cr\$ 7,5 bilhões, uma parte imediatamente e o restante nos anos de 1962 e 1963. Esse capital a ser integralizado cobriria às dívidas e déficits de Cr\$ 3,75 bilhões e os gastos para conclusão da primeira etapa da usina de sal, orçada em Cr\$ 3,3 bilhões e servira de capital de giro necessário para manter a empresa, no montante de Cr\$ 500 milhões. Ainda como medidas complementares ao Plano Básico, constavam os seguintes projetos: a redução do efetivo do pessoal da Companhia, em 50% na sede, e 20% no Parque Industrial de Cabo Frio; a redução drástica dos órgãos de diretoria; a transferência da atual sede, do Rio de Janeiro, para Cabo Frio, mantendo-se no Estado da Guanabara o escritório comercial. Propunha-se, além disso, a concessão de vantagens na aquisição de derivados de petróleo pela CNA, para se obter uma redução de 10% nos valores pagos pela empresa; o monopólio do mercado de álcalis no Brasil; a implantação de medidas preventivas e impeditivas de especulação sobre os preços do sal para fins industriais; a pavimentação dos 12 quilômetros de estrada entre Cabo Frio a Arraial do Cabo; a construção e o financiamento de 500 casas populares na Vila Industrial da CNA, objetivando a fixação de seus trabalhadores; o bloqueio da influência político-partidária em órgãos internos e outras medidas relacionadas à

isenção de impostos e à conclusão do porto da Praia do Forno.³⁴⁴ Ficava, também, a sugestão ao governo federal de dotar a cidade de Cabo Frio, de órgãos governamentais de interesse público e social, entre os quais, o SAMDU, o SAPS, o IAPI, o IAPM, o IAPTEC, o SESI, o SENAI, o DNER e a Fundação da Casa Popular.

A ascensão de João Goulart à Presidência não significaria que governo e defensores da CNA tenham passado a convergir completamente. Os graves problemas que assolavam a CNA recebiam a constante intervenção do deputado federal Bocaiuva Cunha, do PTB, ao manifestar-se através de artigos escritos no jornal *Última Hora*, no qual ocupava o cargo de vice-presidente. Em um deles, “*A Álcalis não pode parar*”, o deputado insistia no fato da CNA ser uma empresa pioneira na produção de barrilha e que esse pioneirismo, em um país subdesenvolvido deveria superar obstáculos colocados pela concorrência internacional. Bocaiúva lembrava-se das dificuldades pelas quais a empresa passara na sua fase de instalação, especialmente, as forças contrárias aos trustes que impediam a transferência de tecnologia e de recursos financeiros. Nove anos haviam se passado desde o início das obras e, somente em 1960, a CNA produziria a sua primeira barrilha, sem estar livre, ainda, de um turbilhão de problemas. Bocaiúva chamava a atenção do governo João Goulart para esses problemas que a CNA vinha enfrentando e que clamavam por soluções que deixaram de ser encaminhados pelo governo antecedente apontadas por um grupo de trabalho, liderado pelo ministro Dias Carneiro, no governo Jânio Quadros:

“os juros acumulados de empréstimos insuficientes, as altas sucessivas de material e de mão-de-obra, a necessidade da companhia estender suas atividades a ramos estranhos à sua função

³⁴⁴ *Última Hora*, Ano X, Niterói, Terça-feira, 14 de novembro de 1961, n.º. 704, p. 2.

imediate, como a construção de estradas, vilas operárias, força e luz, enfim, uma série de fatores levaram a CNA à difícil situação, agravada com a política econômico-financeira do Governo JQ. É de se estranhar que até hoje não tenha sido liberada a verba de dois bilhões de cruzeiros, indispensáveis à sobrevivência da companhia. O regime agora, depois do presidencialismo, é colegiado. Por isto, não podemos responsabilizar somente o Ministro da Fazenda, mas todo o Conselho de Ministros. E é isto que faremos da tribuna da Câmara, se continuarem as medidas protelatórias, porque a Companhia Nacional de Alcalis não poder parar e é vital para nossa independência econômica.”³⁴⁵

Bocaiúva Cunha exercia a liderança do PTB na Câmara dos Deputados, durante o governo Goulart. Representante da esquerda do partido, o deputado carioca não apoiava todas as medidas lançadas pelo governo tendo, por exemplo, negado o apoio ao “*Estado de Sítio*” desejado por Goulart em 1963. No intuito de manter o PTB ao seu lado, Goulart tentara fragilizar a liderança de Bocaiúva Cunha, atraindo para o partido, parlamentares de outras siglas, notadamente conservadores. Bocaiúva, segundo Marco Antônio Villa, tinha relações estreitas com o “*grupo compacto*”³⁴⁶ e sempre criara obstáculos para que o PTB não fosse transformado, em “*simples correia de transmissão*” do governo. Jango, insatisfeito com seu líder na Câmara, articulou um abaixo-assinado de parlamentares do partido para remover Bocaiúva da liderança, conseguindo a maioria absoluta, que levou o deputado à renúncia, sendo substituído por Doutel de Andrade, o que fez o jornalista político Carlos Castello Branco, o

³⁴⁵ *Idem.*

³⁴⁶ O *Grupo Compacto* era uma ala nacionalista e reformista do PTB que lutava pela reforma agrária e a estatização de diversos setores da economia, apud GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, *Jorge. Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007, nota 31 p.68.

“Castelinho”, comentar que com aquele ato a esquerda teria perdido definitivamente o comando do PTB. Uma esquerda não comunista que se afastou do presidente.³⁴⁷

O tema dos trustes internacionais era sempre recorrente em uma tentativa de justificar porque altos funcionários do governo federal atrasavam a liberação da primeira parcela dos Cr\$ 2,5 bilhões de aporte de capital para salvar a empresa. Uma comissão de trabalhadores e diretores iria a Brasília reclamar do Congresso Nacional a liberação dos recursos, pois parte da empresa já estava paralisada. A produção de barrilha e de sal era a mais sacrificada com os atrasos dos investimentos ao impedir a utilização de novas máquinas e novas tecnologias. A Vila Operária estava em situação precária e os trabalhadores pediam ainda uma reposição salarial de 40%, além de um salário família de Cr\$ 1mil para a esposa e o primeiro filho e de Cr\$ 1.200 para os outros filhos e de um abono de Natal de Cr\$ 6 mil. O problema maior devia-se ao fato do Ministério da Fazenda ter retido a verba de Cr\$ 7 bilhões destinada ao restabelecimento do equilíbrio econômico da empresa, um dado que ameaçava levar a CNA à falência. A mobilização, portanto, deveria ser de todos, desde os sindicatos, das associações estudantis, dos diretórios acadêmicos e também da imprensa, para denunciar “*os responsáveis pelo crime que se trama contra o país*” .³⁴⁸

Cabe salientar, aqui, as fragilidades da economia brasileira e os limites das intervenções políticas na gestão econômica naquela conjuntura. Nesse sentido, Marcelo Abreu lembra que a escalada inflacionária a partir do governo JK condicionou medidas que se tornaram paliativas na gestão da economia, porque não significavam

³⁴⁷ VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945/64)*. São Paulo, Globo, 2004, p. 129

³⁴⁸ *Ultima Hora*, Ano X, Niterói, Quinta-feira, 30 de novembro de 1961, n.º. 718, p. 2.

mudanças estruturais que colocassem o país em um eixo de equilíbrio. Por exemplo, uma das primeiras ações do presidente Jânio Quadros ao assumir o cargo foi implantar uma política econômica conservadora pelas dificuldades herdadas do governo JK, denunciadas em primeira hora por Jânio. Dessa maneira, em março de 1961, o governo através da Instrução 204 da SUMOC, implantou uma importante reforma do regime cambial, tendo como objetivo a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial. O sistema de “*Letras de Importação*” sujeitava o importador a antecipar os depósitos em moeda nacional, correspondentes ao valor em moeda estrangeira em 150 dias. O governo procurava, com isso, sanear os problemas no balanço de pagamentos, além do déficit do Tesouro. A Instrução 204, no fundo seria uma forma de conter a inflação, ao enxugar os meios de pagamento com a antecipação das cambiais. No entanto, o instrumento utilizado por Clemente Mariani, no Ministério da Fazenda, ao contrário, provocou uma aceleração inflacionária no país, combinada com altas taxas de desemprego.

Por outro lado, o Brasil vinha obtendo algum sucesso na negociação da dívida externa que havia crescido cerca de 60%, entre 1955 e 1961, chegando a um patamar praticamente estável até 1964. Para um governo que se projetava dentro de um quadro de política externa independente foi fundamental o equilíbrio da dívida externa. Contudo, a renúncia de Jânio Quadros, em outubro de 1961, resultou no colapso do seu plano de estabilização.³⁴⁹

A indefinição política provocada pela renúncia de Jânio Quadros teria tido um efeito paralisante sobre as decisões econômicas. Com a posse de João Goulart, o

³⁴⁹ ABREU, Marcelo de Paiva. *Inflação, estagnação e ruptura*, in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889/1989)*. Rio de Janeiro, Campinas, 1990, pp. 197/212.

primeiro gabinete parlamentar buscava encontrar meios de induzir o crescimento da economia, reduzindo os desequilíbrios sociais e regionais, estabilizando os preços, corrigindo as deformações estruturais, incentivando o desenvolvimento industrial, aumentando a produtividade agrícola e ampliando a política habitacional. Uma das principais medidas do gabinete Tancredo Neves, para chegar a esses objetivos, foi conter o déficit de custeio das empresas públicas. No entanto, segundo Abreu, muitas dessas propostas eram genéricas, não passando de declarações de princípios. Por outro lado, as relações com os Estados Unidos deterioravam-se em função da lei que restringia a remessa de lucros, além do cancelamento da concessão da lavra de minério à empresa *Hanna Corporation*, e do apoio que o governo brasileiro deu ao governador Leonel Brizola pela nacionalização da “*International Telephone and Telegraph*” – ITT – no Rio Grande do Sul. Além disso, para os norte-americanos, o Brasil ousou em reatar relações com a União Soviética, ainda em 1961, e na reunião da Organização dos Estados Americanos – OEA –, em Janeiro de 1962, ao abster-se de votar na indicação norte-americana que aprovou a expulsão de Cuba da Organização. Mesmo assim, as políticas desenvolvidas em 1961, antes e depois da posse de João Goulart, tiveram resultados econômicos bastante razoáveis. Entretanto, a partir de 1962 iniciou-se um processo de perda do controle da economia, fundamentalmente pela pressão nos gastos públicos e os déficits das empresas estatais. Era o começo do desgaste com o primeiro gabinete parlamentarista de Tancredo Neves pelo desejo de reformas mais profundas, inclusive na estrutura agrária do país. Havia, também, críticas à política externa independente e à atuação de San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores. Os desencontros políticos levaram à renúncia do gabinete Tancredo Neves. Candidato à formação de um novo gabinete, San Tiago Dantas

apresentou ao Congresso Nacional um programa reformista que, associada à política externa independente, não convenceu a maioria parlamentar, que rejeitou o seu nome. Em contrapartida, pressionado pelos sindicatos, Goulart rejeitaria o nome de Auro de Moura Andrade, escolhido pelo Congresso. Por fim, como consenso, Brochado da Rocha formaria um novo Conselho de Ministros, nomeando Walter Moreira Salles para o Ministério da Fazenda. Permaneciam em jogo, as reformas de base e a antecipação do plebiscito pelo retorno ao presidencialismo, que se realizaria em 06 de janeiro de 1963, cujo resultado significava a rejeição pela sociedade da adoção temporária do parlamentarismo. Mesmo com as prerrogativas de um regime presidencialista, depois do plebiscito, Goulart não conseguira superar os impasses entre o legislativo e o executivo, não obstante o resultado das eleições parlamentares de 1963 terem sido bastante generosas com o PTB, o que não livrou o Congresso de sua posição conservadora. Entretanto, as dificuldades de relacionamento entre as instituições políticas não podem ser creditadas apenas ao perfil político e ideológico desses atores. Para Marco Antônio Villa, o governo Jango era vacilante, sem desconsiderar a atuação de grupos dominantes que contribuíram para o rompimento da legalidade constitucional, dado o acirramento das contradições de toda a ordem. O presidente, em função da posição que ocupava, poderia ter impedido que o golpe ocorresse, se tivesse um perfil construtivo, materializado por um projeto de governo que buscasse a hegemonia política para lhe dar sustentação. Mas, pelo contrário, o próprio Goulart não contribuiu para tal, uma vez que teria sido incompetente em admitir a crise, por desprezar os valores republicanos nos cargos políticos que ocupou pela falta de um plano de governo, ao optar por uma política pendular entre a esquerda

e a direita. No entanto, continua Villa, não se trata de cobrar de Jango todas as responsabilidades da crise política e institucional.³⁵⁰

Em 1962, foi apresentado por Celso Furtado, ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, em resposta a deterioração externa e à aceleração inflacionária. O Plano caracterizava-se por um diagnóstico bastante ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda via gasto público, como sua causa mais importante. Para Abreu, os objetivos do Plano, como programa de estabilização, não diferenciavam tanto dos anteriores: correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão do crédito no setor privado. Com os ajustes, projetava-se um crescimento da economia em torno de 7% e uma inflação próxima de 25%, para 1963. Para analisar e referendar as propostas do Plano, uma Comissão do Fundo Monetário Internacional – FMI – chegaria ao Brasil no início daquele ano. Na tentativa de conquistar o apoio dos Estados Unidos, San Tiago Dantas, ocupando a pasta da Fazenda, visitou Washington em março de 1963, na tentativa de um acerto de contas sobre as nacionalizações de empresas americanas no Brasil, especialmente as promovidas por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, que tanto incomodavam o governo norte-americano.

O Plano e as negociações internacionais foram duramente criticados pela esquerda pelo seu caráter recessivo e pela submissão aos Estados Unidos. A política de estabilização havia dado claros sinais de que havia fracassado em meados de 1963. Além disso, somava-se a perda do dinamismo do processo de substituição de

³⁵⁰ VILLA, Marco Antônio, *op. cit.*, pp. 237/241.

importações.³⁵¹ Nessa conjuntura, os horizontes para a CNA e seus trabalhadores não eram tão promissores, o que não significa um recuo na luta, que pelo contrário, se intensificaria para combater os desmandos em torno da importação e da produção da barrilha.

Os trabalhadores da CNA voltariam à carga impondo uma posição enérgica para reclamar dos pagamentos das diferenças em atraso, relativas ao salário família, concedendo um prazo à empresa para que encontrasse uma solução rápida. Os trabalhadores estavam percebendo Cr\$ 1.000,00, quando teriam o direito de perceber Cr\$ 2.500,00 por dependente. Em “*assembleia-monstro*”, que se realizaria no dia 14 de setembro de 1962, os trabalhadores da CNA definiriam os rumos a seguir.³⁵² A greve iniciada em 15 de setembro de 1962, não só pela revisão imediata do salário mínimo e do Plano de Cargos e Salários, tinha o seu componente político, em não permitir o afrouxamento na luta pelo monopólio da barrilha. As negociações estavam emperradas, com sinais de radicalização, expresso no ato do general Alcyr de Paula Coelho, o novo presidente da empresa que substituiria o nacionalista Rocha Lima, em cassar as credenciais de dois diretores da empresa que procuravam encaminhar soluções junto aos trabalhadores em greve para resolver o impasse.³⁵³ A paralisação da Central de Abastecimento de óleo diesel da CNA deixou Cabo Frio sujeita a um grave racionamento de energia elétrica. A greve seria encerrada em 20 de setembro, depois de um acordo que atendia as reivindicações dos trabalhadores. Os pontos do acordo homologado pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho foram:

³⁵¹ ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964, in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp.197/212.

³⁵² *Ultima Hora*, ano XII, Niterói, terça-feira, 06 de setembro de 1962, n. 950, p.2

³⁵³ *Idem*, terça-feira, 18 de setembro de 1962, n. 959, p.2

“1 – Elevação de Cr\$ 1.000,00 para Cr\$ 2.000,00 do abono família a partir de abril do ano em curso;

2 – Pagamento da tabela salarial específica pleiteada pelos funcionários da fábrica, lotados no Escritório da Guanabara, retroagindo a primeiro de janeiro deste ano;

3 – Pagamento da tabela salarial específica pleiteada pelos funcionários da fábrica, lotados nos Escritórios da Guanabara, retroagindo a primeiro de janeiro deste ano, para o pessoal que nunca conseguiu qualquer aumento;

4 – Revisão da classificação de cargos por uma Comissão Paritária, integrada por dois representantes de classe (Srs. Antônio Petronilho Suassuna e Antônio Pereira) e dois da Alcalis, com 30 dias para concluir a missão;

5 – Reparcelhamento dos serviços médicos, dentro de 30 dias, inclusive com a instalação de uma cooperativa farmacêutica;

6 – Estudos sobre o pagamento do prêmio quinquenal, dentro de 60 dias, extensivo a todos os trabalhadores com mais de 5 anos;

*7 – Pagamento do adicional de transferência de 25%, cfe. determina o artigo 470 da CLT”.*³⁵⁴

Até mesmo a construção da sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Afins de Arraial do Cabo foi comprometida pela situação da CNA. A empresa tinha uma dívida acumulada com o IAPI no valor de Cr\$ 54 milhões. O inadimplemento impedia que o Instituto repassasse recursos ao Sindicato. A solução seria recorrer à própria empresa, para que essa fizesse o repasse dos Cr\$ 8 milhões necessários para a compra do material de construção, ficando depois, o Sindicato, na obrigação de restituir a importância ao INPI.³⁵⁵

³⁵⁴ *Idem*, sexta-feira, 21 de setembro de 1962, n. 962, p.2

³⁵⁵ *Idem*, quarta-feira, 5 de dezembro de 1962, n. 1022, p.20

Portanto, podemos constatar que a partir da inauguração da CNA, a disposição dos seus trabalhadores em lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários, foi permanente. Por tratar-se de uma empresa recente, que passou por uma constituição atribulada e turbulenta, a CNA experimentou um processo traumático que não permitiu que ela se tornasse uma empresa estável. Contudo, em sua ação, a classe trabalhadora, no meio de tantas tormentas, assistiu passivamente a todos os problemas pertinentes ao funcionamento da Alcalis. Assim, foi necessário, em um curto período de tempo, montar estratégias para a luta em defesa da empresa. Essas estratégias vinham pelas greves, pela solidariedade, pela consciência de classe e decisivamente pela não subordinação do sindicato aos interesses do Estado ou das frações de classe que o dominavam. Fosse qual fosse a conjuntura, os trabalhadores da CNA atuaram como força política e força trabalhista, procurando colocar, por vezes, seus interesses ao lado dos interesses do próprio Estado, sem fazer desaparecer os momentos dissonantes, que alimentavam as contradições.

Capítulo 4

Trabalhadores e nacionalismo.

4.1 – CNA como emblema da nação.

Os dirigentes sindicais da CNA, incluída a diretoria social, estavam em constante contato com o jornal *Última Hora*, aproveitando a cobertura que esse órgão de imprensa vinha dando ao grave problema pelo qual passava a empresa, para denunciar os “golpes” que os trustes e cartéis aplicavam ao apostarem no fechamento da CNA. As visitas à redação, também funcionavam como oportunidades para tornar pública a situação da empresa e atrair a solidariedade da sociedade nas lutas dos trabalhadores em buscar soluções para a Alcalis.

Última Hora era um periódico que funcionava como uma espécie de porta-voz dos trabalhadores e da CNA fosse na edição nacional ou nas edições locais, como aquela direcionada ao Estado do Rio de Janeiro em que estampava em suas páginas, quase que diariamente, a dimensão dos problemas que vinham ocorrendo na CNA de forma contundente. Gozando de alto prestígio durante o período Vargas, *Última Hora* e seu diretor, Samuel Wainer, passaram por um período turbulento após a morte de Getúlio. Wainer seria preso mais de uma vez, sofrendo uma série de investidas por hostes udenistas, principalmente Carlos Lacerda. A partir do governo JK, o jornal iniciou um processo de recuperação, mas não chegaria à marca do seu prestígio anterior. Em 1959, Wainer reassumiu a direção do jornal. Na campanha presidencial de 1960, o jornal apoiou o marechal Lott para a presidência e Jango para a vice-presidência, reafirmando seu compromisso com o PTB. No início da década de 1960, *Última Hora* tinha 1500 funcionários e uma tiragem de 350 mil exemplares, e publicava edições simultâneas em várias partes do país, configurando-se como uma

rede nacional. Na vice-presidência do jornal estava Luís Fernando Bocaiúva Cunha. Além da edição nacional, havia uma edição para o Estado do Rio de Janeiro a partir de Niterói. Embora tivesse apoiado Lott, nas eleições daquele ano, *Última Hora* mostrou-se simpático ao governo Jânio Quadros, principalmente em relação à política externa independente, colocada em prática naquele período. Após sua renúncia, o jornal apoiou incondicionalmente a posse de Goulart. Durante o governo Jango, *Última Hora* permaneceria fiel a sua tradição trabalhista, prestando total apoio ao presidente. Entretanto, esse apoio não significava uma absoluta ausência de críticas, principalmente aos atores políticos que faziam parte do governo.³⁵⁶ Da mesma forma, o jornal mantinha o apoio explícito à classe trabalhadora, mesmo em momentos de confronto com o Estado, notadamente em relação aos acontecimentos que envolviam a CNA, a partir dos anos 60, como as greves e a luta em torno da barrilha. Mais decisivo ainda foi o envolvimento de Bocaiúva Cunha na defesa da CNA e de seus trabalhadores.

Os signatários das colunas do jornal que escreviam sobre a Álcalis e seus trabalhadores eram muitos. Carlos Alberto Wanderley, Otacílio Lopes, José Mauro, Jairo Mendes, Ramiro Cruz, Alberto Dirma, Jordam Amora, Sérgio Amorim e Olegário W Júnior formavam um grupo de colaboradores que tinham como ponto comum colocar as questões da CNA em evidência. Quase que diariamente, colunas dedicadas à empresa e aos trabalhadores reportavam-se à fábrica de Cabo Frio. As notícias não cessavam, pois não cessava também a luta daqueles que buscavam levantar uma empresa que já nascera contra muitos interesses, e que sobrevivera apesar dos desmandos políticos e do forte jogo imposto por forças contrárias, internas e

³⁵⁶ www.cpdoc.fgv.br/dhbb/ verbete consultado em 03 de janeiro de 2009.

externas. Os artigos eram tangenciados por questões ideológicas sobre temas como o capitalismo, desenvolvimentismo, nacionalismo, entreguismo, sindicalismo e comunismo. Jairo Mendes, inclusive, o mais recorrente nas colunas referenciadas aos trabalhadores, ocupara interinamente a função de vogal na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói, com quem os trabalhadores solidarizaram-se pela sua permanência na função, quando da notícia do retorno do titular. Trabalhadores apelaram ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Celso Lana, que mantivesse o dirigente classista, uma vez que Jairo desempenhava suas funções com “*probidade e acerto, firmando-se com um autêntico e leal representante dos empregados, naquela instância da Justiça do Trabalho*”. A permanência de Jairo ganhava a simpatia de vários sindicatos com base em Niterói e São Gonçalo, uma vez que a insatisfação com a sua saída aumentava ainda mais, em função das credenciais do vogal efetivo, Joaquim de Carvalho que, segundo *Última Hora*, fora “*expulso do seu sindicato, o Sindicato dos Empregados nas Empresas Carris Urbanos de Niterói, por deliberação da classe, em assembléia-geral recente, por considerá-lo traidor da corporação*”.³⁵⁷ Nesse sentido, os próprios articulistas de *Última Hora*, atuando em uma frente mais ampla, apontavam para uma maior dimensão dos círculos de solidariedade em torno dos trabalhadores da CNA.

O jornal *Última Hora* estabelecia em suas colunas orientações políticas, econômicas e sociais qualificando-se, dessa forma, para além da categorização de um jornal popular, mas como um jornal político, pois se tratava de um órgão que expressava opiniões e ideias sobre o trabalhismo, dirigido tanto aos trabalhadores

³⁵⁷ *Última Hora*, ano XII, Niterói, quinta-feira, 11 de outubro de 1962, n. 979, p.12.

quanto ao público em geral, cumprindo uma dupla função: um jornal de informação geral, que também expressava suas convicções políticas em colunas específicas destinadas aos trabalhadores. Portanto, tratava-se de um periódico, na acepção de Gramsci, que contribuía para a elaboração de uma consciência de classe e de uma consciência nacional unitária, formuladora de uma consciência crítica, com base no real e nas experiências efetivas da classe trabalhadora, buscando interferir no senso comum. Dessa maneira, *Ultima Hora* pode influir no modo de pensar e de agir politicamente, utilizando-se de argumentos fortes, no sentido de que não se pode prescindir dos jornais, uma vez que se constituem como “*verdadeiros partidos políticos em que se deve levar em conta os indivíduos singulares e suas atividades*”.³⁵⁸ Assim, o diário de expressão nacional e suas edições regionais poderiam ser visto como um jornal de tendências reformistas nacionalistas, que tentava alinhar-se à classe trabalhadora, colocando-se ao seu lado, notadamente durante o período delimitado por essa parte do trabalho.

Foi através do jornal que o Sindicato e a diretoria da empresa anunciaram a realização de um grande ato de protesto em Cabo Frio, dia 14 de dezembro de 1961, com concentração inicial na Praça Martim Afonso, em Niterói, local de onde saíram vários ônibus com representantes de toda a classe trabalhadora do país, em direção a “*cidade do sal*”, onde haveria uma grande manifestação do conjunto dos trabalhadores locais, em defesa da CNA. O movimento também prometia apontar os nomes dos altos funcionários federais que retinham as verbas destinadas à consolidação da empresa. Foi feito também, um programa de ação para a defesa da CNA, organizado

³⁵⁸ GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos, vol 1 (1910-1920)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, pp. 198/219.

por comissões distintas: 1 – Comissão Nacional de Finanças, para angariar fundos para a luta; 2 – Comissão de Imprensa e Divulgação, para o contato com a imprensa no sentido de denunciar o golpe dos trustes; 3 – Comissão de Esclarecimentos, para contato com entidades sindicais, estudantis e camponesas, assembleias legislativas e autoridades governamentais; e 4 – Comissão de Coordenação Geral, com a incumbência de centralizar todo o movimento de defesa do patrimônio nacional. No dia seguinte à manifestação em Cabo Frio, o jornal *Última Hora* registrara, na sua edição de 15 de dezembro de 1961, uma “concentração monstro” na cidade, com o comparecimento de cinco mil pessoas. Antes da realização da concentração, a diretoria da empresa mostrou aos visitantes a calamitosa situação da fábrica: semidestruição, grandes máquinas sem condições de produzir, baixos estoques de sal e a necessidade imediata da instalação da unidade de soda cáustica. Ocupava a presidência da empresa, o coronel Rocha Lima, partidário da ideologia nacionalista, nomeado por Jânio Quadros, em abril de 1961, no lugar do general Alfredo Bruno Martins, que deixaria a presidência da Álcalis depois de doze anos.

Pela narrativa de *Última Hora*, o movimento foi assim caracterizado:

“Cerca de cinco mil dirigentes sindicais e trabalhadores de todo o território brasileiro, reunidos no dia 14 último, em Cabo Frio, deram início a uma campanha geral, visando salvar a Companhia Nacional de Álcalis, da falência total. De outro lado, declararam guerra aos trustes internacionais que há muito vêm influenciando altos funcionários do Governo Federal, no sentido de reterem verbas destinadas a consolidar a empresa. Também para denunciar ao Presidente João Goulart, a trama articulada e solicitar ajuda governamental, foi indicada uma comissão para se avistar com o Chefe da Nação, composta pela diretoria da fábrica e cinco dirigentes sindicais fluminenses.

...

O movimento encetado pelos operários e diretores da empresa, não obstante só agora ser do conhecimento público, vem de muito, pois uma dotação de 7 bilhões de cruzeiros, destinada pelo Governo Federal e, que deveria ser liberada em parcelas, permaneceu retida no Tesouro Nacional, sem motivos justificados. Dessa forma, a Álcalis sofreu consideráveis prejuízos. A sua produção de barrilha foi reduzida, ao mesmo tempo em que a produção do sal, soda cáustica, foram quase todas encerradas. Por sua vez, o município de Cabo Frio e os limítrofes - que têm na empresa o seu principal sustentáculo econômico, - sentiram todo o peso dos descalabros oficiais, deixando de produzir para o engrandecimento do País, dado a Álcalis ser uma indústria de base, sendo, pois, imprescindível o seu funcionamento para inúmeras outras fábricas.

Na mesma matéria, as consequências sociais da crise da CNA recebem grande destaque:

Enquanto uma rica e promissora região está seriamente ameaçada da solidão industrial, provocando o êxodo de grandes e pequenas empresas, dezenas de criaturas humanas sentem na própria carne a incúria dos inimigos do engrandecimento do Brasil. É que com a aguda crise econômica em que atravessa a Álcalis diversas fábricas estão dispensando empregados, elevando-se o número de desempregados a cerca de três mil. Paralelamente, os desempregados estão vindo para a capital fluminense, aumentando consideravelmente as estatísticas dos necessitados, já que em Niterói o desemprego, atualmente, é um dos mais sérios problemas. Lado a lado, as Prefeituras das cidades circunvizinhas de Cabo Frio estão com as suas receitas abaladas, em conseqüência do fechamento de fábricas. O empobrecimento da região Centro Oeste, antes mesmo da falência da Álcalis, já está configurado. Restam, apenas, em alguns abnegados, o amor à terra e o idealismo, como últimas esperanças caso uma providência enérgica não se faça sentir dos poderes competentes.”³⁵⁹

³⁵⁹ *Ultima Hora*, Ano X, Niterói, Terça-feira, 20 de dezembro de 1961, nº. 735, p.10.

Tmou posse em 14 de abril de 1961, um ano depois do início da produção da barrilha, a 7ª diretoria da empresa presidida pelo coronel Geraldo da Rocha Lima, acompanhado de Murilo Costa Rego Barros, como diretor Administrativo; Licurgo Leite Filho, como diretor Financeiro; Paulo Henrique Duque Costa, como diretor Comercial; Silvério Monteiro de Castro, como diretor de Engenharia; Luiz Gonzaga B da Cunha, como diretor Industrial; e Moacyr Dias Correia, como diretor secretário, representante dos trabalhadores da CNA. Moacyr foi nomeado por Jânio Quadros, após eleições na empresa, cumprindo promessa de campanha, muito embora, não tivesse sido o preferido pelos trabalhadores. Essa diretoria havia instalado, em 09 de maio de 1961, um Grupo de Trabalho, no sentido de tentar equacionar os graves problemas que a empresa passara a enfrentar, especialmente em função da barrilha. Encerrados os trabalhos do GT, o presidente Jânio Quadros, através do Memorando GP – MIC – 81 de 04 de julho de 1961, aprovou as propostas elaboradas pelo GT, composto por Otávio Augusto Dias Carneiro, representante do Ministério da Indústria e Comércio; Max da Costa Santos, do Ministério da Fazenda; pelo economista Lourenzo Fernandes e pelo engenheiro químico Ralpho Rezende Decourt, além do deputado federal Murilo da Costa Rego Barros, pela CNA. Ralpho Decourt fez parte, também, da Comissão de Fiscalização do BNDE, composta, em 1960 e, posteriormente, foi coordenador da Comissão Técnica C-2, criada pela própria CNA. Decourt produziu um relatório final, liberado pelo Banco, em meados de 1964, para avaliar os problemas que envolviam a Álcalis, tratados na primeira parte do trabalho.

As medidas propostas pelo GT para salvar a Álcalis e aprovadas pelo presidente da República, constavam de 13 itens. Dentre os mais importantes podemos citar: 1) elevar o capital da empresa de NCr\$ 800.000,00, para NCr\$ 15.000.000,00; 2)

proteção tarifária e fiscal; 3) redução progressiva do pessoal efetivo da empresa; 4) extinção da administração central no Rio de Janeiro; e 5) solução urgente para a produção de sal pelo processo de combustão submersa. O GT constituído para analisar os problemas da CNA havia concluído em seu relatório final em 01 de junho de 1961. Ficariam estabelecidos, no documento, os meios pelos quais a empresa poderia restabelecer suas atividades. No entanto, o processo seria interrompido pela crise política que sacudiu o país com a renúncia de Jânio, em agosto daquele ano, o que fez com que a CNA passasse a operar com um déficit de Cr\$ 269 milhões, sem os recursos para a conclusão de obras necessárias e para sua completa operação, da ordem de Cr\$ 3,32 bilhões. Os compromissos acumulados até 31 de outubro de 1961 chegaram ao montante de Cr\$ 1,35 bilhão, sem contar os pagamentos a fazer, em um total de Cr\$ 2 bilhões. Juntavam-se a isso, as dívidas com instituições de crédito oficiais, no valor de Cr\$ 7 milhões. Entretanto, não eram somente problemas financeiros que poderiam, inclusive, paralisar a produção da empresa. Havia, também, a questão do sal, item essencial na produção da barrilha, cujo aumento da produção dependia da instalação de cristalizadores solares, uma vez que a oferta do produto vinha se tornando cada vez mais escassa, principalmente em função da crise causada pelos baixos níveis de estoque no Nordeste, atribuído às condições climáticas adversas no Rio Grande do Norte, que provocou, inclusive, a necessidade de importação de sal para o consumo doméstico. Além do calcário retirado do fundo da Lagoa de Araruama, cuja exploração tinha um custo muito alto, havia, ainda, outros pontos de estrangulamento que poderiam interromper o funcionamento da empresa a qualquer instante, como a escassez de material de reposição e de conservação das máquinas, os problemas de captação de água fria, o abastecimento de água doce e o sistema de transportes. A

demora na resolução desses problemas poderia resultar no fechamento da empresa e na demissão de três mil empregados, com consequências sociais desastrosas, sem mencionar o empobrecimento de toda a região limítrofe da CNA. Com a capacidade instalada para produzir 130 mil toneladas de barrilha, a Álcalis ultrapassou somente duas vezes a metade dessa marca entre os anos de 1960 e 1964.

Os membros da Comissão de Fiscalização do BNDE haviam declarado que os exagerados custos de operação da CNA seriam, até certo ponto, condições inevitáveis das circunstâncias e do caráter pioneiro da indústria alcalina no Brasil. No entanto, os técnicos deixaram claro que os volumosos gastos da CNA estavam concentrados em salários, juros capitalizados e outros itens, e que os custos operacionais seriam onerados pelo *“espantoso regime de transporte marítimo e movimento portuário de sal importado”*³⁶⁰.

O que o BNDE não revelara era que a empresa tinha sido montada sobre uma matriz produtiva que já vinha sendo superada nas principais indústrias do mundo, o que impossibilitava a CNA de concorrer com o produto importado, como mencionava o próprio relatório do BNDE. O contraponto pela manutenção da empresa vinha sempre com o argumento que sustentava como questão fundamental, a ameaça dos trustes e cartéis ao desenvolvimento nacional. Esse argumento era a justificativa clássica para garantir a intervenção do Estado, mais do que nunca vital para a Álcalis;

“A produção da Álcalis é de indústria pesada, tecnicamente complexa, geralmente operada em condições de franco monopólio; porém já há alguns anos vem abastecendo o mercado, muito embora seja, ainda, a metade de média de produção norte-americana. E, para fazer frente à

³⁶⁰ *Idem*, quinta-feira, 06 de dezembro de 1961, nº. 723, p. 5.

séria concorrência de indústrias similares dos EUA, é necessário que o governo federal lhe dê proteção, pelo menos nos próximos quatro anos.

*As vantagens da manutenção da Álcalis podem ser verificadas nos seguintes pontos: abastecimento nacional; criação de emprego; difusão de tecnologia; desenvolvimento regional e independência econômica do país. A importância da produção de barrilha supera, de todas as maneiras, quaisquer argumentos contrários a sua defesa, posto que representa um elemento sem o qual não se pode falar em desenvolvimento ou em emancipação econômica de um país. E os trustes sabem disso e tudo farão para ver a Álcalis transformada em um fracasso nacional.”*³⁶¹

Para a análise e consolidação das propostas do GT foram formados três subgrupos, compostos por membros da diretoria: GT 1 – Grupo Econômico Financeiro Comercial – Licurgo Leite Filho, diretor Comercial e Paulo Henrique Duque Costa, Diretor Comercial; GT 2 – Grupo Administrativo Social – Murilo Costa Rego, diretor Administrativo e Moacyr Dias Corrêa, diretor Secretário; GT 3 – Grupo Técnico – Luiz Gonzaga Bonfim da Cunha, diretor Industrial e Silvério Monteiro de Castro, diretor de Engenharia. Propostas ousadas e notadamente preocupantes para uma empresa que havia iniciado há pouco suas atividades. Muito mais ousadas, ainda, se considerarmos as divisões ideológicas no conjunto da diretoria capitaneada por um presidente militar, ardorosamente nacionalista, o coronel Rocha Lima.

Segundo Carlos Luís Nunes, no dia em que a CNA receberia a primeira parcela referente ao aumento de capital, proposta pelo GT, o presidente Jânio Quadros renunciou, fato que provocou um profundo descontrole no cronograma da fábrica, trazendo incertezas cada vez maiores sobre o futuro da companhia. Aí começou a

³⁶¹ Idem.

maior de todas as crises que a CNA vivera. A conjuntura política e econômica associada aos problemas relativos à importação da barrilha, levou a empresa à seguinte situação em fins de 1961: 1) o déficit operacional absorvia todos os adiantamentos de capital social concedidos pelo governo federal; 2) as dívidas no exterior, especialmente com a França, chegariam, até junho de 1962, a US\$ 5 milhões, com parcelas atrasadas desde abril de 1961; 3) os débitos relativos à assistência técnica estrangeira e aos fornecedores nacionais eram superiores a NCr\$ 1.000.000,00; 4) a fim de armazenar barrilha (sem mercado), a CNA foi obrigada a obter um empréstimo de NCr\$ 3.000.000,00, em parcelas de NCr\$ 500.000,00 mensais, para a construção de galpões no Rio de Janeiro e em Arraial do Cabo. Necessitando urgentemente de ampliar suas vendas e reduzir seus estoques, a Álcalis buscou um contato mais próximo com as principais indústrias vidreiras do país, as maiores consumidoras de barrilha, posto que a composição do produto na fabricação do vidro chegava a 25%. A CNA abriu um escritório na Avenida São João, 313 – 4º andar, no centro de São Paulo, aproximando-se também dos seus maiores algozes.

Dessa forma, podemos estabelecer que o futuro da CNA, transformara-se quase que em uma tragédia anunciada. Sem apoio do governo, enfrentando as adversidades do mercado internacional, dirigentes, sindicatos e a sociedade deveriam concentrar os seus esforços no apelo ao ideal nacionalista, que faria a CNA retomar seu destino, de ser uma das portadoras do desenvolvimento nacional e de libertar o país das armadilhas do capitalismo dependente, a partir das relações de força entre o centro e a periferia. A ideologia nacional-desenvolvimentista não cedia, ainda mais quando os seus argumentos iam sendo solapados pelo avanço da crise político-institucional.

Bocaiúva Cunha, por exemplo, ao apoiar a causa dos trabalhadores da CNA, salientava as adversidades que a empresa vinha enfrentando no cenário político e econômico desde a sua fundação, mas acima de tudo, valorizava o significado que a indústria química de base teria para a emancipação econômica do país. Portanto, eram necessárias atitudes concretas para salvar a CNA.

“Infelizmente, não é dado com freqüência, ao observador dos acontecimentos, ao homem público que encara com seriedade os seus deveres, ao político ou jornalista, a oportunidade de aplaudir ou de louvar, decisões tomadas nos supremos conselhos da Nação. A última reunião do Conselho de Ministros, aqui em Brasília, dá-nos essa rara oportunidade de elogiar a decisão tomada por unanimidade, da liberação de verbas e de providências legislativas tendentes à normalização e ao fortalecimento da Companhia Nacional de Álcalis. Ainda há poucas semanas, desta coluna, fazíamos um apelo veemente ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido da liberação da indispensável verba, à Companhia de Álcalis.

Já lá se vão muitos anos e aos poucos pode-se desvendar aquilo que foi a "batalha" que tivemos de travar com poderosos grupos econômicos internacionais, que controlam no mundo inteiro os produtos que começam a ser produzidos em Cabo Frio. Estão, porém equacionados as soluções definitivas dos problemas da Companhia Nacional de Álcalis e a aprovação pelo Conselho de Ministro das providências, no campo do executivo e no do legislativo que devem ser travadas, abrem perspectivas otimistas, à Indústria Química Brasileira e estatal. Resta-nos aguardar o envio das mensagens governamentais, ao congresso, solicitando o aumento de capital da Cia. de Álcalis, de proteção tarifária indispensável à nossa barrilha (estranhamente os preços do produto importado, começaram a sofrer quedas bruscas, no momento exato em que em Cabo Frio, iniciou-se a sua produção em escala comercial) e a isenção tributária,

*temporária; resta-nos aguardar a entrada na Câmara dos Deputados, desse projeto para tudo fazermos no sentido de dar-lhes a rápida tramitação que o interesse nacional exige”.*³⁶²

Para Bocaiúva, a maturidade política do povo brasileiro refletia-se na mobilização dos trabalhadores da CNA na defesa dos interesses nacionais. A empresa era uma das bases da emancipação econômica do país e, assim, seria necessária uma efetiva mobilização popular para sobrepor os interesses nacionais, contra o “*dumping*” internacional.

“É indispensável realmente que a mobilização popular seja efetiva, na defesa de nossos interesses, do interesse nacional. Porque no momento em que nossa capacidade de produção e a facilidade de expansão de nossa produtividade se caracterizam, a ameaça de “dumping” internacional se inicia, com a redução nos custos “FOB” de barrilha e soda cáustica. Temos em nosso poder documento autêntico, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, que já em 24 de outubro de 1960 advertia que no uso de suas atribuições vinha “observando acentuadas reduções nos preços internacionais porque são oferecidos aos importadores brasileiros os produtos de hidróxido de sódio, tipo fundido, e carbonato neutro de sódio, tipos leve e pesado.

Assim, não são apenas vagas preocupações ou rumores inquietantes, não são apenas temores baseados em experiências anteriores - mas são os órgãos oficiais do Governo de nosso País que denunciam a ameaça e a chantagem dos grupos internacionais, contra o nosso progresso e a nossa emancipação econômica.

*Cumpre-nos aumentar a vigilância popular e demonstrar, através de atos públicos e manifestações expressivas (como têm, aliás, sido feito), que os trabalhadores fluminenses não permitirão a destruição da Companhia Nacional de Álcalis.”*³⁶³

³⁶² *Ultima Hora*, Ano X, Niterói, Quarta-feira, 13 de dezembro de 1961, nº. 729, Capa.

Seria preciso que os trabalhadores tivessem acesso aos dados da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – CACEX –, que comprovariam que a barrilha internacional oferecida aos importadores brasileiros chegava a um preço 75% inferior a barrilha produzida e comercializada internamente. O preço da barrilha importada evidenciava a prática de “*dumping*” por países produtores. De US\$ 42/t. naqueles países, a barrilha chegava ao Brasil a US\$ 24/t, justo no momento em que se buscava intensificar a produção brasileira na CNA. Os números eram colhidos pela CACEX em publicações comerciais estrangeiras e transcritos do Boletim do Comércio Internacional do Brasil de dezembro de 1960. Os dados compilados por Bocaiúva Cunha mostravam

“com exuberância, como é penoso o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos; como é difícil a luta de nosso povo contra os monopólios e trustes internacionais; e como, mais do que nunca, torna-se indispensável o esclarecimento das massas dos trabalhadores, de todo o povo, nessa luta que é a nossa luta por melhores níveis de vida”³⁶⁴.

O temor com o fato de que a CNA fosse sucumbir diante da questão da importação da barrilha era uma preocupação permanente dos trabalhadores da empresa, que acusavam a manipulação do preço do produto por setores internacionais, no sentido de inviabilizar a fábrica de Arraial do Cabo. Para eles, a história da empresa representou um esforço maior ainda na luta pela sua permanência. Nas memórias dos militantes dos anos 60, está viva a consciência dos problemas enfrentados pela empresa em função do “*dumping*” dos produtores externos da barrilha:

³⁶³ *Idem*

³⁶⁴ *Ultima Hora*, Ano XI, Niterói, sexta-feira, 12 de janeiro de 1962. – N 753, p.2.

“A Álcalis foi idealizada em 1943, mas ela veio se arrastando e quando chegou em 50, o Getúlio deu novo impulso, mas ela só ganhou força mesmo com o JK, com aquelas metas de desenvolvimento. Ele viu que sem a Álcalis não ia chegar a lugar nenhum, ele ia ficar amarrado no capital internacional. O que ele fez? Jogou pesado em cima, Queria botar a Álcalis a funcionar no período ainda que ele estava, porque depois seria irreversível, pois os que chegassem teriam que tocar, porque já estava pronta. Agora, ela sofreu nesse período várias intervenções. A pior delas foi em 1960, quando a fábrica conseguiu produzir os primeiros grãos de barrilha ... e a notícia vazou nos jornais. Na semana seguinte a barrilha que custava cem dólares a tonelada, caiu para cinquenta e poucos, um preço que a Álcalis não poderia sustentar de jeito nenhum por causa do custo de fabricação e eles começaram com isso a inundar o mercado. Claro o cara que precisava usar muita barrilha, resolveu importar o máximo que pudesse. De forma que isso aí provocou uma reação que naquela época montou um esquema, jogando para o Ministério da Guerra a importação, quando em 62 a Álcalis passou a não vender um grão de barrilha e produzindo. Ela tinha que produzir. Ainda tinha uma cota de produção para suprir o mercado. De repente, parou de vender. Aí os gerentes da empresa ficaram apavorados. O sindicato recebeu a notícia e pediu uma reunião com a diretoria e falamos: o que está havendo? Olha nós estamos investigando, mas estamos preocupados, pois naquela época passaram vinte dias sem vender nada.”³⁶⁵

A manifestação é assim lembrada em outro depoimento:

“Foi em 1960, eu já fazia parte do sindicato, depois eu passe para a diretoria do sindicato, de 1960 a 1964. Foi o período em que eu convivi mais com o trabalho do sindicato. Esse período foi muito tumultuado, inclusive nesse período de 1960 a 1964, nós tivemos, vamos dizer assim, um grande truste internacional da barrilha. Nós tínhamos aqui, barrilha para consumo, mais ou menos 90% e 10% era importada. Nós tínhamos condições de atender o mercado nacional, em 80%, aproximadamente de barrilha e 20% naturalmente o país importava até para experimentar

³⁶⁵ Depoimento oral prestado ao autor por Nélio Soares Almeida Aguiar, em 26 de março de 2008.

a barrilha produzida aqui na Álcalis. E houve a questão, e aí virou o contexto contrário, passou a importar 80% e consumir apenas 20% da nossa.”³⁶⁶

A receita seria a implantação de uma tarifa protecionista. Ante a ameaça internacional, era preciso que o Congresso Nacional aprovasse o aumento de 40% para 80% da alíquota de importação para produtos alcalinos, especialmente a barrilha. Essa medida impediria que grupos internacionais destruíssem o “*esforço dos trabalhadores*” na construção da CNA, além da inversão de capitais favoráveis ao desenvolvimento econômico do Brasil. Era necessário que a sociedade e os trabalhadores estivessem vigilantes, em “*defesa da economia brasileira*”. Para o deputado fluminense, Bocaiúva Cunha,

“ É indispensável que na mesma oportunidade os trabalhadores, através de seus órgãos de classe, sindicatos, conselhos sindicais, federações - enfim, por todos os seus organismos de expressão - manifestam sua aprovação a essa importante providência legislativa, e expressem sua vigilância à tramitação da mesma” ³⁶⁷

Pressões internas e externas, a complexidade da indústria alcalina, as dificuldades técnico-administrativas tudo contribuía para a crise da CNA. As dívidas com os estabelecimentos oficiais de crédito chegavam a Cr\$ 7 bilhões. Diversos desmandos estavam acontecendo, também, em Cabo Frio. Tudo isso, era agravado pela forte politização e o apadrinhamento na escolha dos ocupantes de altos cargos na diretoria da CNA. Esta panacéia dificultava a possibilidade de um consenso entre a presidência e a maioria dos diretores da empresa, não obstante as acusações de irregularidades cometidas por alguns deles, levantadas pela imprensa.

³⁶⁶ Depoimento oral prestado ao autor por Sotero Teixeira de Souza, em 2008.

³⁶⁷ *Ultima Hora*, ano X, Niterói, sexta-feira, 12 de janeiro de 1962, n. 753, p.2.

Para tentar tranquilizar os ânimos, diante da situação causada por notícias que diziam respeito a supostas irregularidades cometidas por um diretor administrativo demissionário, o deputado federal pernambucano Murilo Barros Costa Rego, a empresa receberia a visita do Ministro da Indústria e Comércio, Ulisses Guimarães. Ulisses vinha também, para dar posse ao novo diretor administrativo da companhia, Flávio Castrioto, liderança pessedista no Rio de Janeiro, ex-prefeito da cidade de Petrópolis. De início, o ministro foi criticado por Bocaiúva Cunha, pelo fato da escolha tratar-se de um “*ato desastrado*” de Ulisses Guimarães, que contrariava o interesse dos trabalhadores de CNA de nomear para os cargos de diretoria, nomes sujeitos à barganha política.

*“seus deveres para com o seu partido político, o PSD, são maiores do que os objetivos de sua missão à frente de tão importante Ministério, ou mesmo mais sérios do que a sua obrigação de prestar amplos esclarecimentos à opinião pública. Contudo, não permitiremos que o pretexto de aumentar as bases políticas do PSD fluminense, comprometa a recuperação e o progresso da Companhia Nacional de Álcalis. E se não vierem estas explicações até a próxima semana, será da tribuna da Câmara dos Deputados que o prócer paulista, ora ocupando o Ministério da Indústria e Comércio, terá que prestar suas contas àqueles que se preocupam em não permitir que a Companhia Nacional de Álcalis se transforme apenas num instrumento de satisfação aos apetites eleitoreiros de quem quer que seja.”*³⁶⁸

O ministro da Indústria e Comércio, Ulisses Guimarães, chegou em Cabo Frio no dia 13 de Janeiro de 1962, permanecendo até o dia 16. Inaugurou o Hospital dos Operários da Álcalis e tomou conhecimento, *in loco*, das dificuldades da CNA. Entidades de classe voltavam à carga contra o representante do governo. Tanto a

³⁶⁸ *Idem*, segunda-Feira, 12 de fevereiro de 1962 – n^o 779, capa.

União Fluminense de Estudantes quanto a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio faziam insinuações fortes contra Ulisses Guimarães chamando-o de “*testa-de-ferro*” de grupos poderosos, além de utilizar-se da prática de nepotismo, por ter indicado parentes seus para os escritórios da CNA em São Paulo. Não há dúvidas de que Ulisses tenha apoiado a substituição de Rocha Lima pelo general Alcyr por não ter concordado com a radicalização dos debates em torno da CNA, principalmente com a posição de proximidade entre Rocha Lima e os trabalhadores, na defesa do nacionalismo econômico.

Em sua visita a Cabo Frio, noticiada também em *O Globo*, Ulisses Guimarães teria prometido esforços para tornar a CNA autosuficiente em produtos alcalinos, ao lutar pelo aumento do capital da empresa, dando o mesmo tratamento dispensado à CSN, além de garantir a proteção ao produto brasileiro, através do aumento das alíquotas de importação da barrilha, em face da desleal concorrência estrangeira. Ulisses prometeu, ainda, a instalação de uma escola técnica junto à fábrica para “*treinar*” os filhos dos trabalhadores, para futuramente ocuparem os cargos dos seus pais, além da construção da Vila Operária. O ministro também falou a cerca do empenho do ministro da Fazenda, Walter Moreira Salles, em disponibilizar um adiantamento de Cr\$ 500 milhões, por conta do aumento de capital, somados aos Cr\$ 300 milhões que já tinham sido liberados anteriormente. Entretanto, agravara-se a incompatibilidade entre Ulisses, titular da pasta de Indústria e Comércio, a qual estava vinculada a empresa estatal e Rocha Lima, presidente da CNA. Alguns políticos e técnicos da empresa acusavam o coronel de tumultuar a administração da Álcalis, ao

buscar apoio de “*lideranças extremistas*”.³⁶⁹ Rocha Lima foi destituído do cargo por João Goulart que, imediatamente, após nomear um novo presidente para a empresa, decretou intervenção na CNA.

Os trabalhadores da CNA identificavam-se com Rocha Lima. Diante do impasse que se formara com a sua demissão, os trabalhadores marítimos da empresa e o pessoal de manutenção de serviços de dragagem tentaram iniciar uma greve no dia 24 de maio, para cobrar a reestruturação dos seus cargos, prometida por Rocha Lima. Após terem negociado com o secretário do Sindicato dos Operários Navais, Edimar Rodrigues e com o delegado do Sindicato dos Trabalhadores da CNA, Josafá dos Santos, os trabalhadores tinham concedido um prazo ao coronel Rocha Lima, em função da admiração que tinham pelo presidente da empresa por pertencer à seção fluminense da “*Frente de Libertação Nacional*”. Segundo o deputado federal Adão Pereira Nunes, foi na administração de Rocha Lima que a CNA “*conseguiu se libertar do incompreensível privilégio que a Esso desfrutava de revender a uma empresa nacional o combustível produzido por outra empresa nacional, ambas do governo, auferindo lucros astronômicos*” e que sob a sua administração “*se estabeleceu o monopólio da importação da barrilha, anulando uma especulação que impedia o completo desenvolvimento da CNA*”. O apoio a Rocha Lima, na presidência da empresa, ultrapassava os muros da CNA.

“Os sindicatos operários do Estado do Rio já se solidarizaram-se com o Cel. Rocha Lima, assim como a unanimidade da Câmara Municipal de Cabo Frio. A Frente de Libertação Nacional, seção fluminense, apela para o governo a fim de que seja mantida a atual presidência,

³⁶⁹ *O Globo*, Ano XXXVII, Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de maio de 1962, nº. 11052, p.5.

que contrariou poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros na solução de um dos problemas básicos do nosso desenvolvimento.”³⁷⁰

Os problemas da CNA intensificavam-se, despertando algumas propostas radicais como a transferência da empresa para a esfera das Forças Armadas, pois assim, estaria mais protegida, sob o guarda-chuva militar. No entanto, essa proposta sofrera oposição radical dos trabalhadores, que rejeitavam a expansão da militarização da empresa. *Última Hora* saiu em defesa da CNA e de seus trabalhadores ao assumir posições em que colocava o próprio governo Goulart em situação desconfortável. Sua linha editorial não dava tréguas ao governo, quando se tratava de desmandos ou interesses escusos que pudessem ser danosos às empresas estatais. Mais uma vez o jornal denunciava manobras estranhas:

“a transformação da Alcalis em estabelecimento militar, numa manobra que nada tem de patriótica; que não se justifica diante do interesse nacional e que visa, apenas, a assegurar a imunidade às críticas e à vigilância que deve existir em torno da Companhia. Saibam desde já, os interessados nesta manobra, que não realizarão o seu intento sem graves dificuldades. Os trabalhadores esclarecidos de Cabo Frio, cercados da solidariedade de todo o movimento sindical fluminense, não permitirão que atentem contra os seus direitos. Confiamos em que a denúncia pública, que fazemos destas colunas, fará abortar o infeliz intento. E João Goulart, por certo, não há de permitir - ele que representa, melhor que ninguém, as aspirações da classe trabalhadora que o seu Governo seja manchado por transformação tão odiosa quanto inviável.”³⁷¹

³⁷⁰ *Última Hora*, ano XI, Niterói, Quarta-feira, 16 de maio de 1962, nº. 856 p.2 e Sexta-feira, 18 de maio de 1962, nº. 858 p.4.

³⁷¹ *Última Hora*, Ano XI, Niterói, Terça-Feira 17 de abril de 1962, nº 831, capa.

Rocha Lima foi afastado da presidência da CNA em 18 de maio de 1962, por ingerência do ministro da Indústria e Comércio, Ulisses Guimarães, que segundo Lima, “*torcia pela falência*” da empresa, “*como fez com a Fábrica Nacional de Motores, porque defende interesse de firmas estrangeiras*”.³⁷² Além de Ulisses, o ex-presidente responsabilizou alguns engenheiros e grupos internacionais pela sua exoneração. Temendo ser preso por suas declarações, o militar dizia que “*já jamais trairia sua consciência, furtando-se de revelar a existência de focos corruptores da economia nacional a todo o povo brasileiro*.”³⁷³ Lima também repudiava a fórmula que Ulisses teria encontrado para solicitar a demissão de outros diretores, “*através de recadinhos*”. Esclareceu que uma série de providências requeridas por ele ao ministro “*foram bloqueadas ou simplesmente sabotadas*”. Para o militar, Ulisses teria ainda dificultado as negociações do empréstimo com o Eximbank e a francesa CIAVE, para a instalação dos cristalizadores de sal. Rocha Lima citou que, durante sua administração, o faturamento da CNA subiu de Cr\$ 44 milhões para Cr\$ 100 milhões, e já se encontravam naquele momento em Cr\$ 206 milhões. O incremento na produção da barrilha gerou um acréscimo aproximado de 450% na receita da empresa, até então deficitária, que se mantinha em atividade em função da sua importância para a política de segurança nacional e pela luta dos trabalhadores.³⁷⁴ A CNA dobrou a sua produção de 1960 para 1961 e da mesma forma de 1961 para 1962 (ver tabela I). Contudo, esse incremento não significou uma redução nas mesmas proporções no volume importado.

³⁷² *Idem*, Sábado, 19 de maio de 1962, nº. 859, p.4.

³⁷³ *Idem*

³⁷⁴ *Idem*, Quinta-feira, 24 de maio de 1962, nº. 863, p.2.

O grau de conflito que marcava o contexto da demissão de Rocha Lima pode ser avaliado pelo tom das comemorações do Primeiro de Maio de 1962, que tiveram um forte significado para os trabalhadores da CNA, pois ali puderam expressar não só suas angústias e desejos, como também foi possível manifestar as divergências no interior das instituições da sociedade civil. Adão Pereira Nunes, por exemplo, registrou tais entre representantes do clero católico, na festa realizada na praça Porto Rocha, em Cabo Frio. A dimensão política dos conflitos aparecia pelas posições ideológicas antagônicas de dois padres diante da causa dos trabalhadores. O padre Francisco Lage, em visita a cidade, uniu-se em torno dos pescadores e trabalhadores da CNA, em Arraial do Cabo, para a “*alvorada patriótica*”. Logo depois do foguetório, caminhões apinhados de pessoas rumaram para Cabo Frio, para uma grande concentração na praça. Desfile popular, bumba-meu-boi, a multidão ocupava a cidade. Na frente dos desfiles caminhavam as lideranças dos trabalhadores, a banda de música, o padre Lage, e, acima de todos, “*o sol deslumbrante, relógio celeste dos que ali trabalham*”. Começou a falar, em primeiro lugar, o pároco local. Destemperou-se, segundo Nunes: “*como promotor do diabo, exigiu a condenação dos movimentos operários, apontou os dedos para os líderes dos sindicatos, acusando-os de agentes do materialismo judaico-moscovita. Um horror. O burburinho dos protestos suplantou as trompas dos alto-falantes.*”³⁷⁵ Contrariado, o padre Lage tomou o microfone, impôs silêncio e passou ao discurso:

“Meus patrícios, peço-lhes perdão pelas injúrias que acabais de ouvir da boca de um sacerdote que se intitula discípulo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Deus, meus irmãos, quando

³⁷⁵ NUNES, Adão Pereira. *Do Planalto à Cordilheira: memórias de um médico cassado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 82/83.

escolheu a choupana de um carpinteiro para o abrigo do seu Filho, definiu-se pelos humildes, optou pelos trabalhadores. No dia 1º de Maio, em que os obreiros do mundo inteiro reverenciam seus mártires e exigem justiça social, um padre em vez de juntar sua voz cristã ao coro dos que protestam ou denunciam os impiedosos usurpadores da classe operária, ousa, sem vergonha, acusar os que se sacrificam pela redenção dos que produzem as riquezas e, em troca, recebem apenas salários de fome, num ultraje aos princípios eternos do cristianismo. Ele – apontou para o padre [local] boquiaberto- ele não falou em nome de Cristo, pronunciou-se por Satanás. Peço-lhes, meus irmãos, perdão para este pecador equivocado, na esperança que Deus O ILUMINE, tornando-o digno de participar da comunhão da nossa Igreja.”³⁷⁶

Para Adão Nunes, foi-se o tempo em que a religião era consagrada como o *ópio do povo*. Era preciso retornar às catacumbas, a *pureza primitiva do Cristianismo*, para alimentar a fé e a esperança de pescadores, pedreiros e dos trabalhadores do sal e da CNA: “*os poderosos deveriam ser humilhados e os oprimidos exaltados*”. A comemoração desse 1º de Maio de 1962, em Cabo Frio, foi destaque na revista “*O Semanário*”. As lideranças sindicais locais expressavam-se sobre temas nacionais como a lei da remessa de lucros, o décimo-terceiro salário, a nacionalização dos bancos estrangeiros, a lei de greve, a reforma eleitoral, a regulamentação de investimentos de capitais internacionais no Brasil e pela defesa das empresas estatais. Entre as autoridades presentes estava o coronel Rocha Lima, ainda presidente da CNA, o deputado federal Adão Pereira Nunes, líder da *Frente de Libertação Nacional* no Estado do Rio de Janeiro, o prefeito Edílson Duarte, o presidente da Câmara e demais vereadores. Rocha Lima na sua mensagem aos trabalhadores, carregou na dosagem nacionalista, afirmando que dentre as medidas mais importantes que havia tomado na direção da empresa, até então, estava a questão do fornecimento do óleo combustível e

³⁷⁶ *Idem.*

o funcionamento ininterrupto da fábrica desde 28 de junho de 1961, possibilitando o aumento contínuo das receitas. Portanto, o presidente exibia sua gratidão ao “*ardor patriótico*” de todos os trabalhadores da CNA, pois estes eram as “*sentinelas avançadas contra todos os que querem obstacularizar o desenvolvimento da empresa e negar o amparo social às classes mais humildes*”, inclusive os pescadores, uma vez que a CNA não poderia esquecer-se deles, pois a Álcalis consumia, diariamente, 600 kg de pescado fornecidos pelos pescadores de Arraial do Cabo.³⁷⁷ Poucos dias depois, Rocha Lima seria destituído da presidência da Álcalis.

Rocha Lima desenvolveu uma política de combate aos interesses de grupos internacionais como a ESSO, que teria perdido Cr\$ 100 milhões com o bombeamento dos combustíveis utilizados pela CNA direto dos tanques dos navios. Antes de Rocha Lima, apenas 15 ou 20 indústrias operavam com a CNA. O grosso da barrilha era comprado no exterior, “*com graves prejuízos para o país*”. Desde agosto de 1961, o Ministério da Guerra tinha limitado a importação do produto e o número de indústrias nacionais que dependiam da CNA, para a aquisição do produto químico, passou para 100.³⁷⁸ O coronel Lima recebeu a solidariedade dos trabalhadores, que invadiram a Assembléia Geral da CNA para homenageá-lo. A disciplina imposta ao processo de importação da barrilha causou-lhe inúmeras inimizades, “*contrariando grupos internacionais e internos*”.³⁷⁹

³⁷⁷ *O Semanário*, ano VII, Rio de Janeiro, 10 a 17 de maio de 1962, n. 280 e 281, p. 9 e 10, respectivamente.

³⁷⁸ *Idem*

³⁷⁹ *Última Hora*, ano XI, Niterói, sábado, 19 de maio de 1962, n.º. 859, p.4.

Para os trabalhadores da CNA, o coronel Geraldo Rocha Lima teve de enfrentar "*pressões externas*" e a oposição de alguns diretores, ao solucionar ou tentar solucionar uma série de problemas relacionados à compra de combustíveis, ao transporte da barrilha, aos serviços telefônicos e ao fornecimento e preço do sal. Dentre as decisões tomadas pelo coronel-presidente estavam:

"1 - Abastecimento de óleo - A empresa adquiriu, em 1961, 3 mil e 200 toneladas de óleo, mensalmente, à "Shell", pagando-lhe Cr\$ 35 milhões por mês, ou Cr\$ 420 milhões anuais. O "fuel oil" passou a ser adquirido diretamente à Petrobrás (empresa paraestatal como a CNA), permitindo uma economia anual de Cr\$ 120 milhões à Companhia de Álcalis. Com esta providência patriótica (e lucrativa também para a Petrobrás), evitou-se as constantes ameaças de paralisação da fábrica, tentada pela "Shell", que sempre colocou a diretoria da empresa em sobressalto, com a ameaça de suspensão dos fornecimentos. Vale ressaltar, ainda, que o óleo é o principal produto básico adquirido pela fábrica. Os restantes não chegam a totalizar uma despesa mensal de Cr\$ 8.856 mil.

2 - Monopólio dos transportes - Um dos problemas que a Álcalis encontra é o custo do transporte rodoviário. Cada quilo de barrilha é vendido a Cr\$ 33 e o frete rodoviário sai a Cr\$ 18 o quilo. A empresa conseguiu aumentar o rendimento da expedição, exatamente quando grupos econômicos se organizaram para dominar os transportes da CNA visando o estabelecimento do monopólio dos transportes, através do domínio do mercado carreteiro. O coronel determinou, então, a adoção de providências para salvaguardar os interesses dos compradores e terminar com as lutas de grupos que geraram casos administrativos.

3 - CTB sabota - O problema das comunicações entre a Fábrica e a sede da Companhia no Rio e com os compradores e fornecedores é outro problema vital da Álcalis. Tentou-se solucionar o problema, com o pedido de aluguel de dois canais (um telefônico e outro telegráfico) e transformação da linha telefônica física entre o Rio e Cabo Frio em linha de ondas

portadoras. Aliada aos outros trustes internacionais, a CTB negou-se, pelo menos, a responder as solicitações. Para vencer a luta contra a CNA, o Coronel estava tentando instalar duas estações de rádio com fonia, na sede e na fábrica.

4 - Compra de sal - A produção de sal por meios físicos era outra providência em andamento, para evitar dificuldades à fábrica e redução de suas despesas. Há dificuldades de aquisição do produto naquela região salinífera (produção de baixa qualidade) e grande parcela vem do Norte, por preços elevados. Esta situação pode provocar a paralisação da fábrica, uma vez que o sal de matéria-prima básica para a produção industrial. Neste particular, uma pequena solução havia sido encontrada pelo Coronel: fez um apelo aos sentimentos patrióticos dos produtores de Cabo Frio e conseguiu comprar maiores quantidades e uma baixa de Cr\$ 250 no preço da tonelada, que antes era adquirida por Cr\$ 5 mil.”³⁸⁰

Por decisão do presidente da República, João Goulart, Rocha Lima foi substituído pelo general Alcir de Paula Freitas Coelho, que iria compor uma nova diretoria com as participações de Paulo Duque, diretor Comercial; Vasco Nunes Leal, diretor Industrial; Hermes Barcelos, diretor Financeiro; Silvério Monteiro de Castro, diretor Engenheiro; Flávio Castrioto, diretor Administrativo; e Moacir Dias Correia, diretor Secretário, representante dos trabalhadores. Em retaliação a exoneração de Rocha Lima, os trabalhadores da CNA decidiram entrar em greve a partir de 22 de maio, pela sua reintegração. A decisão contaria com o apoio do Conselho Sindical do Estado, após assembleia conjunta com demais representantes de outras categorias, quando seria denunciado que o afastamento do presidente atendia interesses escusos internos e externos. Haveria, portanto, a solidariedade de todos os outros trabalhadores e de movimentos sociais de Cabo Frio e do Estado do Rio de Janeiro. A

³⁸⁰ *Idem*, quinta-feira, 24 de maio de 1962, nº. 863, p.2.

Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio já se mobilizara, assim como a União Fluminense de Estudantes. O Manifesto distribuído pelos trabalhadores fazia as seguintes considerações:

“1 - O movimento pela exoneração do diretor-presidente estava articulado desde que este começou a pôr fim aos privilégios das empresas estrangeiras;

2 - Foi agravado quando o Sr. Rocha Lima acabou com a negociata da ESSO, adquirindo diretamente da Petrobrás os combustíveis que esta revendia a Álcalis, após comprar da Petrobrás;

3 - A ameaça de falência da Álcalis continua, já que autoridades brasileiras prosseguem defendendo os interesses de grupos empobrecedores do Brasil;

4 - Está sendo tramada uma politicagem humilhante na empresa, precedendo as eleições de outubro, com o objetivo de "fazer candidatos da reação na base de negociatas".

5 - A providência do Sr. Rocha Lima, comprando diretamente os combustíveis Petrobrás, significou uma economia de 102 milhões de cruzeiros; mas tal atitude entrou em choque com os usurpadores dos cofres públicos.”³⁸¹

Os trabalhadores exigiam a nomeação de uma diretoria nacionalista e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI –, para “*devassar os escândalos de diretores comprometidos com grupos estrangeiros*”. Falando à reportagem de *Última Hora*, de 22 de maio de 1962, o novo advogado do Sindicato, Manoel Jardim, argumentava que os trabalhadores da CNA e todos os outros de Cabo Frio “*estão vigilantes, pois as investidas dos grupos econômicos que tramam o roubo, o suborno,*

³⁸¹ *Idem*, segunda-feira, 21 de maio de 1962, nº. 860, capa

a corrupção pretendem levar a empresa à falência".³⁸² Os trabalhadores, também passaram a exigir que parte da diretoria, representantes "*da vontade dos trustes dentro da Alcalis*" e alguns ocupantes de cargos de chefia fossem afastados imediatamente, entre eles: Moacir Dias Correia, José Cyro Marques de Almeida, Warner José Pires, Francisco Bráulio e Célio Paiva. Somente a partir da dispensa dessas pessoas, os trabalhadores aceitariam a designação do general Alcyr Freitas, recentemente empossado, desde que fosse garantido, também, o retorno do coronel Rocha Lima, mesmo que fosse ocupando outro cargo de diretoria. Os trabalhadores denunciavam o grupo acima de ter hostilizado abertamente Rocha Lima, não só por ele não ceder aos interesses de grupos estrangeiros, mas também por ter atendido a maioria das reivindicações dos trabalhadores da CNA, tais como: melhorias das condições de trabalho nas salinas; na Lagoa de Juturnaíba; substituição dos contratos de trabalho temporários, por contratos permanentes; reajustes salariais, quando o custo de vida aumentasse e revisão da tabela salarial vigente. Por exigência dos trabalhadores, novos diretores foram empossados com o general Alcyr de Paula Freitas Coelho: Hermes Barcelos, presidente da Companhia de Melhoramentos de Arraial do Cabo, futuro prefeito de Cabo Frio, no lugar de Licurgo Leite; e Vasco Nunes Leal, irmão do jurista Vitor Nunes Leal, no lugar de Luiz Gonzaga Cunha Bonfim, formando a 8ª Diretoria da CNA.³⁸³ A indicação para cargos de direção em instituições do Estado, por critérios político-partidários, por nepotismo, por cumpadrio ou outros métodos, que na maioria das vezes distanciavam-se do mérito, sempre foi uma prática corrente no país, causadora de sérios transtornos, ainda mais em uma empresa como a CNA,

³⁸² *Idem*, terça-feira, 22 de maio de 1962, nº. 861, capa.

³⁸³ *Idem*.

dado o seu estado permanente de crise, desde a fase do projeto inicial. Além do mais, a saída do coronel Rocha Lima encontrou forte oposição entre os trabalhadores, puxando uma série de protestos na empresa.

A Álcalis pararia por 12 horas no dia 24 de maio de 1962, em um alerta dos trabalhadores ao governo, para que analisasse suas reivindicações até o dia 30 daquele mesmo mês.³⁸⁴ Mais uma vez, tropas do Exército ocuparam a CNA, procedentes do 8º Grupo de Artilharia de Macaé, fato que determinou para os trabalhadores, estudantes e lavradores que o fim do movimento estaria condicionado à retirada dessas tropas. Por outro lado, o Comando de Greve abriria mais uma frente, ao tentar contato com o governador Leonel Brizola, para levar ao presidente da República a proposta em que aceitavam o general Alcyr de Paula Freitas na presidência da CNA, mas insistindo no retorno do coronel Rocha Lima a uma das diretorias. Contrapondo-se ao sindicato, a Associação dos Profissionais de Nível Superior da CNA manifestaram-se contra a greve, ao afirmar que a saída de Rocha Lima teria sido motivada por “*questões administrativas*”. Brizola solidarizou-se com os trabalhadores da CNA e afirmou que intercederia junto a João Goulart para tentar resolver o problema.

Mais uma vez cinco sindicatos e três associações de classe, em ação comum, marcaram uma Assembléia para o dia 29 de maio de 1962, para preparar uma greve caso a CNA não atendesse as suas reivindicações, entre as quais: aumento salarial de 16%; melhores condições de trabalho nas salinas; efetivação dos contratados e o compromisso expresso pelo presidente da empresa em fazer cumprir a Portaria do Ministério da Guerra, que proibia a importação de barrilha. Em 30 de maio, um

³⁸⁴ *Idem*, quinta-feira, 23 de Maio de 1962, nº. 862, p.3.

acordo de dez pontos foi fechado entre o sindicato e a direção da CNA, que incluía questões de foro trabalhista, propostas de cunho nacionalista e questões relativas à sobrevivência da empresa nas mãos de uma nova diretoria. Portanto, as injunções em torno de questões políticas, como a solvência da CNA, não deixavam de lado as reivindicações de natureza trabalhista.

“1 - A tabela salarial aprovada pela empresa, em 25-5-62, baseada no parecer da Comissão Sindical e aprovada pelo Sindicato, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro deste ano;

2 - Fica reduzido para seis meses o prazo do levantamento do custo de vida para efeito de reajustamento salarial;

3 - A Companhia se compromete a cumprir todas as determinações contidas nos laudos do Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho;

4 - Serão construídas instalações próprias para o serviço de refeições dos trabalhadores de Juturnaíba;

5 - A empresa se compromete a pagar as diárias de transferência e o adicional de 25% a todos os funcionários já transferidos ou que venham a ser transferidos para Juturnaíba;

6 - Reparo urgente das elevatórias da estação de tratamento de água de Juturnaíba;

7 - Construção urgente dos alojamentos para solteiros e empregados que não tenham família, radicados em Arraial do Cabo, e condução e viaturas próprias, cobertas pelo risco de acidentes, evitando-se o transporte de trabalhadores em caminhões;

8 - A direção da empresa assegura que nenhuma punição será atribuída aos que participaram dos últimos acontecimentos, notadamente da greve que paralisou parcialmente as suas instalações na última semana;

9 - Será considerado como "atividade sindical" todo o período em que durou a última greve;

10 - A nova diretoria da Companhia Nacional de Álcalis compromete-se a fazer as compras de combustível para o consumo da empresa diretamente à Petrobrás, fiscalizar o cumprimento da portaria do Ministério da Guerra que aconselha a proibição da importação de barrilha pelas empresas particulares e a imprimir diretrizes nacionalistas a empresa.”³⁸⁵

Paralelo aos acontecimentos, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Cabo Frio realizaria suas eleições, sendo vitoriosa a chapa liderada por Altamiro Inácio de Oliveira, do *Partido Comunista*. A corrente nacionalista liderada por ele venceu por 1835 contra 348 votos da chapa opositora. O programa da chapa vencedora incluía o apoio ao governo democrático, às reformas de base e uma diretoria cem por cento nacionalista para a CNA, o que implicava na luta pelo retorno de Rocha Lima, que havia sido substituído, por determinação de João Goulart, para logo depois promover uma intervenção na CNA.³⁸⁶

A posição da nova diretoria do Sindicato alinhava-se às mudanças nos métodos e concepções políticas praticadas pelo PCB, a partir de 1958. A “*nova política*”, a partir da “*Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil*” significaria um processo renovador que possibilitou ao partido, a participação crescente e contínua na vida sócio-política do país, especialmente os sindicatos. O sindicato passa a exprimir uma luta política pelo interesse da Álcalis e de seus trabalhadores, que por tabela significava a extensão de uma luta pelo nacionalismo, que tornara o capital nacional e seus agentes, nesse caso, o Estado pela via da CNA, como patrimônio do povo brasileiro:

³⁸⁵ *Idem*, Niterói, Quarta-feira, 30 de Maio de 1962, n°. 868, p.3.

³⁸⁶ *O Semanário*, Ano VII, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1962, n° 289, p. 8.

“Naquela ocasião, o sindicato tinha interesse em zelar pelo patrimônio, denunciando as coisas erradas. Existia [na Álcalis] até alguma patifariazinha por parte de diretores, chefes de divisão, existia até lá dentro algumas sujeirinhas como no caso dessa barrilha que era levada lá de dentro, tinha o comando entre diretores e chefes de seções ... Então o sindicato trabalhava até zelando pelo patrimônio para que essas coisas não acontecessem. Lá tinha alguns delegados de setores, meu setor era a barrilha, delegados determinados para assembléia para que pudesse cada qual tomar ...no sentido de preservar, ou de trabalhar no controle e na preservação do monopólio, dos interesses da Álcalis.”³⁸⁷

Segundo José Antonio Segatto, o PCB tornou-se um protagonista fundamental do processo histórico, até 1964. O partido ganhou força e forte inserção no movimento sindical brasileiro, seja urbano ou rural, e no movimento estudantil, tornando maior sua responsabilidade frente à sociedade. Sem escapar ao dilema, reforma ou revolução, o PCB adotaria a tática das “soluções positivas”, apoiando as “reformas de base”. Para o partido, reforma e revolução estariam imbricadas uma a outra: uma provocaria a outra. Nesse sentido, apoiar um “*Capitalismo de Estado*”, um viés progressista da política econômica nacionalista de Jango, poderia colocar a sociedade brasileira no caminho do socialismo, que seria alcançado pela via processual. Contudo, seria preciso romper com o arcabouço institucional, para romper as amarras do atraso, o que seria possível pela constituição de um governo nacionalista e democrático, para conter os imperialistas norte-americanos e os entreguistas nacionais.³⁸⁸

³⁸⁷ Depoimento oral prestado ao autor por Sotero Teixeira de Souza, em 2008.

³⁸⁸ SEGATTO, José Antonio. *O PCB e a revolução nacional-democrática*; in: MAZZO Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo, Cortez, 2003. pp. 83/122

O “*Semanário*” publicou uma “*Mensagem aos Trabalhadores da Companhia Nacional de Álcalis*”³⁸⁹, assinada por Salvador Barroso, trabalhador da CNA, em que denunciava que a crise na diretoria da empresa seria uma cortina para “*encobrir crimes contra o Brasil, contra a empresa, contra a democracia e o trabalho*”. O que acontecia na empresa era um choque entre nacionalistas e entreguistas. Segundo Barroso, alguns diretores da Álcalis estavam envolvidos em uma “*trama para destruir a empresa*”, ao favorecerem o “*dumping*” da barrilha importada e ao insurgirem-se contra o controle da importação daquele produto. Para Barroso, o diretor administrativo Murilo Barros Costa Rego, deputado federal pernambucano, era genro de um magnata da indústria vidreira em Pernambuco, que chegara a impetrar um mandado de segurança contra a lei que definiu o controle da importação da barrilha, sob responsabilidade da CNA Licurgo Leite Filho teria ameaçado de paralisar a empresa por 24 horas, uma vez que Rocha Lima, o antigo presidente, recusara-se a assinar cheques para a compra de óleo combustível, fornecido pela Esso Brasileira de Petróleo S/A, subsidiária da EXXON norte-americana: Barroso teria desconfianças que Paulo Henrique Duque Costa facilitasse o desvio da barrilha, “*por dolo ou inépcia*”, de pequenas para grandes indústrias consumidoras, considerado, por ele, “*um entreguista convicto*”³⁹⁰. Para Salvador Barroso, o deputado carioca tentava passar despercebido, agindo contra os interesses da CNA e de seus trabalhadores. Outro acusado por Barroso era Galeno Cesimbra. Segundo suas declarações dadas em “*Última Hora*”, o assessor da diretoria da CNA boicotara a empresa, produzindo números inconsistentes que eram aceitos por órgãos do governo: “*a tática é sempre a*

³⁸⁹ *O Semanário*, ano VII, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1962, n. 284, p. 6

³⁹⁰ ver também *Última Hora*, Niterói, segunda-feira, 01 de abril de 1963, n. 1117, p.3

mesma, prova-se por a mais b que a CNA não tem condições de abastecer o mercado interno".³⁹¹ Silvério Castro e Luiz Gonzaga Bonfim da Cunha teriam abandonado as diretorias Industrial e de Engenharia. Logo em seguida cessaram as transferências de sal do Nordeste para Cabo Frio. Segundo "*Última Hora*", os carregamentos de sal, imprescindíveis à fabricação da barrilha, estavam retidos nos portos do Nordeste "*porque outros dois golpistas, Silvério Monteiro de Castro e Luiz Gonzaga Bonfim, licenciaram-se de mútuo acordo, deixando acéfalas as diretorias de Indústria e Engenharia, advindo, então, o colapso do sal e, obrigatoriamente, a queda na fabricação dessa matéria prima*".³⁹² A fala de Barroso subia o tom ao sabor da radicalização política no país. Suas graves acusações colocaram setores do governo e da empresa em situação desagradável.

Desconfianças e acusações não faltavam. Os ditos responsáveis pela agonia da CNA eram chamados de "*coveiros, lanterneiros, penabotistas, encravados até a medula com os grupos internacionais*". Tais desconfianças seriam relatadas ao presidente da República como práticas que contribuía para a desestabilização da CNA. Segundo o trabalhador da CNA, esses diretores seriam "*agentes dos trustes e cartéis*", conduziam os trabalhadores ao desespero e à revolta, "*para esmagá-los ao peso da força policial*". Barroso foi demitido da empresa por decisão unânime da diretoria, que assim procedeu, "*sem instaurar uma Comissão de Sindicância, sem aviso prévio, sem nada, pois esses diretores temiam a comprovação das suas denúncias*". Segundo Barroso, os "*gorilas*" haviam impedido sua entrada na fábrica, barrado pela Guarda Industrial: "*tachando-me de comunista, policialesco e*

³⁹¹ *Idem.*

³⁹² *Idem.*

divisionista. Mas não me acoimaram de entreguista, politiqueiro e negociista".³⁹³ “O *Semanário*”, solidário aos trabalhadores e a Rocha Lima, aproveitou, também, para criticar o discurso de Tancredo Neves quando deixou a chefia do Ministério, por não creditar ao ex-presidente da Álcalis, os elogios por ter garantido e aumentado o faturamento da empresa com suas medidas nacionalistas. Além disso, para o periódico, Rocha Lima teria sido “*expulso*” da CNA por pressões de Amaral Peixoto e José Pedroso pelo “*crime*” de ser nacionalista.³⁹⁴ O clima de radicalização crescente na CNA refletia a própria conjuntura do país, expressa por posições contundentes e apaixonadas, explicitando de maneira cabal as convicções políticas dos envolvidos. Em vigília permanente, o conjunto de lideranças políticas, de trabalhadores, de sindicatos e dos estudantes resolveu criar um *Comitê Permanente de Estudos e de Defesa da Companhia Nacional de Álcalis*. O *Comitê* deveria defender, também, outras empresas estatais e instituições de pesquisa que se encontravam ameaçadas como a CNA: a FNM, a Aços Especiais de Itabira – ACESITA –, em Timóteo, Minas Gerais, e o Instituto Vital Brasil, em Niterói.

Trabalhadores da Divisão Marítima da CNA insistiam nas melhorias das condições de trabalho, pois havia a ameaça constante de um colapso total, pelo mau funcionamento das duas dragas e das oito chatas que serviam ao transporte das conchas retiradas da Lagoa de Araruama. Este era um setor vital para a Companhia, pois para a produção de barrilha eram necessárias, diariamente, 80 toneladas de calcário. Para os trabalhadores, este seria mais um “*contragolpe dos trustes*

³⁹³ *O Semanário*, Ano VII, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1962, nº 284, p.6.

³⁹⁴ *Idem*, 12 de julho de 1962, nº. 289, p.4.

internacionais”, que desejavam tomar para si a responsabilidade pela exploração do manancial conchífero.³⁹⁵

Nesse mesmo período, os sindicatos locais preparavam-se para novas eleições, Aldir José de Souza buscava a reeleição para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Sal de Cabo Frio. No Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Produtos Químicos, em Cabo Frio, estavam em disputa Altamiro Ignácio de Oliveira, do *Partido Comunista*, membro da diretoria em exercício e João Felix, que tinha o apoio do “*Círculo Operário Católico*”.³⁹⁶ Essa eleição coincidia exatamente com um período conturbado do governo João Goulart, em virtude da saída do gabinete chefiado por Tancredo Neves, e a rejeição pelo Congresso do nome de San Tiago Dantas para formar um novo gabinete. A preferência do Parlamento recairia sobre o conservador Auro de Moura Andrade, recusado por João Goulart, com o apoio das bases sindicais do país. Essas bases sindicais mobilizavam-se em comandos e subcomandos de greve, em apoio ao governo João Goulart para a realização de uma greve geral contra a formação de um gabinete “*reacionário e golpista*”. Para os trabalhadores, o novo gabinete deveria formar-se de “*homens identificados com as aspirações populares, comprometidos a realizar um governo democrático e nacionalista*”³⁹⁷. Nesse sentido, o Comando Nacional de Greve Geral liberou um “*Manifesto à Nação*” em apoio ao “*governo democrático e nacionalista*”:

³⁹⁵ *Ultima Hora*, ano XII, Niterói, Quinta-feira, 13 de junho de 1962, nº 880, p.2.

³⁹⁶ *Idem*, Quinta-feira, 28 de Junho de 1962, nº. 893 p.2.

³⁹⁷ *Idem*, Segunda-feira, 09 de julho de 1962, nº. 899 p.2.

“ O nosso movimento, conforme reiteradas manifestações anteriormente dadas a público, tem os objetivos claros e definidos consubstanciados nos itens do programa que apresentamos à Nação, para cuja realização consideramos imperiosa a constituição de um governo democrático e nacionalista. Neste propósito forçoso é reconhecer que a nossa greve de 24 horas constituiu firme e serena advertência aos quadros dirigentes do País, do amadurecimento político e progressiva tomada de consciência da classe trabalhadora ... não estão dispostos a assistir passivamente aos jogos de interesse que, em seu nome, são feitos na defesa de grupos nacionais e estrangeiros que exploram a nação brasileira. Demonstramos, na prática, que a Classe Trabalhadora é hoje uma força organizada e independente, disposta a lutar com todas as camadas sociais de nosso povo para tornar efetivas as reformas de base, consolidar e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada. ... A formidável demonstração de unidade e combatividade dada pelos trabalhadores, que já se haviam pronunciado pela greve em suas Assembléias Sindicais, foi a melhor resposta que se poderia dar aos pronunciamentos golpistas, antidemocráticos e antipopulares dos conhecidos agentes do latifúndio e do capital estrangeiro em nossa terra ”³⁹⁸

O despojamento político da classe trabalhadora imprimiu novos rumos a sua luta, pelo Manifesto da Greve Geral de 05 de julho de 1962. As estratégias definidas pela classe trabalhadora estavam solidamente marcadas pela defesa do nacionalismo, das reformas de base e pelo exercício da democracia. No entanto, essa interlocução política entre o governo e os trabalhadores, não obstante o seu papel de empreender e ampliar a consciência social, não eliminava a luta dos trabalhadores por seus direitos. O caso da CNA seria, também, emblemático, no sentido de perceber que as conquistas e os apoios de natureza política não dispensavam a luta pelos direitos econômicos e

³⁹⁸ *Idem*, Segunda-feira, 09 de julho de 1962, nº. 899 p.2.

sociais de seus trabalhadores, consideradas como reivindicações trabalhistas. Posto assim, o exercício do papel social do trabalhador associado a sua atuação como ator político constituiu um par consonante para superar as condições de exploração.

É evidente que Jango tinha conhecimento dos acontecimentos que estavam ocorrendo na CNA e certamente não estava satisfeito com os rumos das manifestações que vinham ocorrendo em defesa da empresa, principalmente da forma como ela se articulava na sociedade. Não fosse o bastante a radicalização dos trabalhadores em torno do afastamento de Rocha Lima, algum tempo depois, faz do seu substituto, o recém-empossado, general Alcir de Paula Freitas Coelho, o interventor na CNA. De imediato, os trabalhadores rejeitaram o general-presidente fazendo as vezes de interventor. Para eles, a intervenção teria sido apoiada pelo próprio general, para destituir toda a diretoria. João Goulart nomeou somente militares para atuarem como diretores-interventores: o major João Carlos Nobre da Veiga, como agente financeiro e o major Agrício de Faria Pimentel, como agente comercial. As demais diretorias foram provisoriamente extintas. A decisão de Jango teria sido tomada em comum acordo com o ministro da Indústria e Comércio, Otávio Augusto Dias Carneiro, sob fortes argumentos deixados pelo ministro que o antecedeu, Ulisses Guimarães. Oficialmente, a intervenção fora feita para enfrentar a situação deficitária em duas empresas estatais: a CNA e a FNM. Alguns dias depois, em visita a Cabo Frio, Dias Carneiro enfrentou o repúdio dos trabalhadores ao ato do presidente da República, o que serviu para aumentar as pressões em torno das reivindicações trabalhistas ainda pendentes, como o salário-família.

Os trabalhadores da CNA recorreram também à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI –, aos Conselhos Sindicais, ao PUA e aos parlamentares nacionalistas, contra a intervenção. O Conselho Sindical de Cabo Frio estava solidário com os trabalhadores da CNA, além da solidariedade dos Sindicatos dos Motoristas e Condutores da Marinha Mercante, dos Mestres e Arrais e dos Mestres de Máquinas do Rio de Janeiro e do Conselho Sindical do Estado.³⁹⁹ Além disso, a Câmara Municipal de Cabo Frio mantinha-se em sessão permanente “*até que fosse levantada a intervenção constrangedora e injusta que está pondo em perigo as liberdades sindicais, as conquistas e os direitos dos trabalhadores*”.⁴⁰⁰ A intervenção foi feita com base no decreto presidencial 1397, de 21 de setembro de 1962, seis dias depois da posse do general Amauri Kruehl no Ministério da Guerra. Daí, a segunda justificativa seria pelo fato da CNA estar envolvida em uma atividade ligada à segurança nacional. Sob esse aspecto, considerava-se que a administração Rocha Lima “*não constituía unidade de direção indispensável ao funcionamento da empresa*”. O decreto de intervenção determinava no seu artigo 4º, que as autoridades militares deveriam prestar total apoio e assistência aos interventores, para assegurar “*a tranqüilidade e o progresso da empresa*”.⁴⁰¹ Ficava subentendido que o ponto nevrálgico não se resumia à presidência da Alcalis, mas havia outro alvo, a diretoria e os trabalhadores, para a imediata decretação da intervenção. No comunicado do novo ministro da Indústria e Comércio, Otávio Augusto Dias Carneiro, de 01 de outubro de 1962, afirmava-se que a medida refletia uma preocupação pessoal do presidente

³⁹⁹ *Idem.*

⁴⁰⁰ *Diário de Notícias*, Ano XXXIII, Rio de Janeiro, quinta-feira, 27 de setembro de 1962, nº. 12229, p. 11.

⁴⁰¹ *Jornal do Commercio*, Ano 135, Rio de Janeiro, Sábado, 29 de setembro de 1962, nº 301, p.5.

pessoal de João Goulart com as empresas estatais. A intervenção duraria cinco meses, suspensa logo após o resultado do plebiscito, embora estivesse prevista para durar um ano.⁴⁰²

Podemos sugerir que a decisão de João Goulart, pode ter como um dos fatores, a explícita articulação de grupos nacionalistas de esquerda, representado pelo antigo presidente Rocha Lima, junto ao PCB e pela própria “*esquerda*” do PTB, aliada aos trabalhadores da CNA. A politização em torno dos temas ligados ao funcionamento da empresa e a atuação das bases sindicais, além de outros setores da sociedade, contribuíram para a decisão do presidente, sob fiança de militares, como o general Alcyr de Paula Freitas e o general Amauri Krueel. Portanto, a assertiva do ex-trabalhador Nélio Aguiar exprime uma das faces muitas vezes oculta na historiografia sobre o período: “*havia repressão no governo João Goulart*”.⁴⁰³ Podemos também ver a intervenção como uma forma de agradar aos grupos não-nacionalistas pela proximidade do plebiscito. Essa análise interpretativa deve-se, exclusivamente, ao fato de Jango ter suspenso a intervenção logo depois da votação e da vitória do presidencialismo.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Cabo Frio havia comunicado ao ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, que o general Alcir tinha transformado a CNA em um quartel, incompatibilizando-se com os técnicos e três mil trabalhadores. Opositores do governo aproveitavam-se da insatisfação dos trabalhadores e denunciavam que estes, com a intervenção, sentiam-se traídos por João

⁴⁰² *O Globo*, Ano XXXVII, Rio de Janeiro, terça-feira, 25 de setembro de 1962, nº 11165. Ver também, *O Fluminense*, ano LXXXIV, Niterói, sexta-feira, 18 de Janeiro de 1963, nº 24542, p.7.

⁴⁰³ depoimento oral prestado ao autor por Nélio Soares Almeida Aguiar, em 26 de Março de 2008.

Goulart. Dias Carneiro foi recebido em Cabo Frio sob uma onda de protestos.⁴⁰⁴ Em 13 de janeiro de 1963, o decreto n. 2061 revogava a intervenção na CNA. Em tempos de legalidade, o general-interventor retomaria suas funções como general-presidente, com a sua diretoria recomposta, incluindo o novo diretor Social, representante dos trabalhadores, Rafeles Faria, eleito pelos trabalhadores na segunda eleição do gênero.

Para os trabalhadores da CNA eram tempos de “*sabotagem*” por parte de grupos econômicos internacionais e seus representantes no país. A ideia era lançar a empresa estatal à falência através da importação clandestina de barrilha, do “*dumping criminoso*”, em função do preço da barrilha importada ter baixado em quase 40% em um ano, da incessante campanha de descrédito da Companhia, além de outros expedientes. Sobre esse tema, o jornal *Última Hora* publicou uma série de reportagens, com o título de “*Álcalis em Perigo*”. Grupos nacionais e internacionais estariam contra a consolidação da CNA, “*agindo criminosamente*” ao forçar a sua falência. A “*ação criminosa*” é lembrada pelos trabalhadores:

“Aqueles diversos balcões serviam para estocar barrilha que a gente produzia, mas não vendia ... Naquele tempo, havia muito interesse grande das indústrias internacionais e de próprios brasileiros, que era um interesse muito grande da barrilha, que entrava aqui a troco de nada, então nós não vendíamos Não havia interesse, quanto mais a Álcalis fosse para o buraco e não saísse do papel para eles era melhor, porque a barrilha entrava aqui a troco de nada. ...

para nós do sindicato, a gente já lutava, a gente fazia muito barulho na época, o sindicato fazia muito barulho, as vezes a gente com 50 pessoas fazíamos movimento para dois mil, três mil trabalhadores, a gente fazia uma zoada danada, pensavam que era uma guerra e eram meia

⁴⁰⁴ *Tribuna da Imprensa*, Ano XIII, Rio de Janeiro, terça-feira, 02 de outubro de 1962, nº 2864, p.8.

*dúzia de trabalhadores que lutavam e tinha muito trabalho, por exemplo, o sindicato de São Paulo, o sindicato dos marítimos, nós tínhamos um controle muito grande através dos sindicatos, então nós descobríamos que a barrilha entrava no Porto de Santos, barrilha de fora e a nossa estocada aqui, e nós começamos a lutar pelo monopólio da barrilha, como na época lutava pelo monopólio da Petrobrás, então nós começamos a lutar, mas nunca saía no papel”.*⁴⁰⁵

4.2 – Álcalis entre trustes e cartéis.

Desde o governo JK, entrara em vigor o decreto 47.587, de 04 de janeiro de 1960, que definia quatro categorias de produtos, cujas importações, ou exportações, passaram a ficar sujeitas à fiscalização do Ministério da Guerra. Até aquela data, a barrilha era classificada como categoria 4, importada livremente, pois ainda não havia produção no país. Posteriormente, depois da entrada de Rocha Lima, o decreto foi regulamentado pela Portaria 1042, de 5 de maio de 1961, no governo Jânio Quadros, para determinar que antes de ir ao Ministério da Guerra para a autorização prévia, o importador deveria procurar a CNA para saber se a empresa estatal tinha ou não disponibilidade de barrilha em estoque, aumentando a proteção da produção nacional do álcali sódico.⁴⁰⁶ Entretanto, os importadores continuaram desrespeitando sistematicamente, as determinações baixadas pelo Ministério da Guerra, obrigando o ministro, general Odylo Denis, a baixar o Aviso nº 208, de 7 de agosto de 1961, para coibir procedimentos “*contra a segurança nacional*” de importações clandestinas de produtos alcalinos. Submetido a pressões a favor da CNA, Denis alçou a barrilha à

⁴⁰⁵ Depoimento oral prestado ao autor por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

⁴⁰⁶ O decreto e a portaria foram assinados respectivamente, nos governos JK e JQ, tendo como ministro da Guerra o general Odilo Denys, que deixaria o Ministério somente após a renúncia de Jânio.

categoria 1A, dando nova regulamentação ao Decreto 47.587. No entanto, não ficaria definida de quem era a responsabilidade pela autorização da importação da barrilha, diferentemente dos outros dois tipos de monopólios existentes, até então, enquadrados na categoria 1 A, do petróleo e da borracha, controlados exclusivamente, pela Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS – e pelo Banco da Amazônia S/A – BASA –, respectivamente. Era necessário impedir a entrada indiscriminada de barrilha, até que a empresa estatal brasileira tivesse condições bem mais favoráveis de preço para os compradores internos, além de oferecer um prazo de 75 dias para liquidação da fatura, como ocorria com o produto importado.

“Num emaranhado de contradições entre autoridades brasileiras, com a provocação pelos grupos mais reacionários, de intrigas entre os trabalhadores daquela empresa de base, campanha pelos órgãos de opinião pública de que a Álcalis não tem condições de suprir o mercado brasileiro, e até suborno, são as mesmas armas usadas pelos inimigos da consolidação da CNA.

*Basta frisarmos o quadro comparativo abaixo para penetrar no negócio ilícito da importação da barrilha, sem a devida anuência da Álcalis. Em 1950 as firmas estrangeiras exportavam para o Brasil 1000 toneladas de barrilha por 70 mil dólares. Agora, 13 anos depois, as mesmas 1000 toneladas custam 43 mil dólares. O normal seria a subida de preços, mas a finalidade é criar dificuldades para a CNA, sem que haja uma enérgica providência dos órgãos públicos para coibir tal ameaça a nossa economia.”*⁴⁰⁷

Trustes e cartéis – os primeiros vendiam para o Brasil, os segundos adquiriam do exterior grandes quantidades de barrilha “a *preços artificiais*”, promoviam a saturação do produto nacional no mercado, fato que colocaria a CNA em perigo,

⁴⁰⁷ *Última Hora*, Ano XIII, Niterói, Segunda-feira, 04 de março de 1963, n.º. 1093 p.2. Ver também *O Semanário*, ano VIII, Rio de Janeiro, 18/24 de abril de 1963, n.º329, p.5.

podendo levá-la à falência, pela prática de “*dumping*”. Nesse sentido, lideranças trabalhadoras da CNA atuavam fortemente levando as denúncias à imprensa. Grupos de empresas nacionais ligados a grupos estrangeiros produtores da barrilha procuravam “*sabotar*” a CNA. Persistindo o problema, o novo ministro da Guerra, general João de Segadas Viana, em uma reunião realizada em 5 de abril de 1962, em que estavam presentes o tenente-coronel Dantas Borges, o major Caiado de Castro e o general Evandro de Souza Lima, representantes da CNA, além do general Alfredo Américo da Silva e outras autoridades, todos sustentaram que o controle da importação da barrilha estrangeira continuaria sob responsabilidade do Ministério da Guerra, depois da consulta prévia à CNA sobre o estoque disponível, decisão possivelmente deva ter contrariado Rocha Lima, que alguns dias depois seria afastado da presidência da empresa. A quantidade importada ficaria limitada ao complemento necessário para satisfazer o consumo interno, como forma de apoiar a consolidação da Álcalis.⁴⁰⁸ O Ministério da Guerra aguardaria até os últimos dias do mês de abril, para que a CNA informasse a necessidade de atendimento aos pedidos de importação, com base na solicitação das empresas brasileiras que reclamavam da falta do produto, principalmente a indústria vidreira. Durante as gestões de Denys e Segadas Viana no Ministério da Guerra, ainda se “*tentou*”, de alguma maneira, através de decisões internas regulamentadas por decretos, portarias ou avisos resolver o problema da barrilha. Mas, a decisão não poderia escapar ao aval político do próprio presidente da República.

⁴⁰⁸ O general João de Segadas Viana foi ministro da Guerra de 08/09/1961, com a posse de João Goulart, até a queda do gabinete Tancredo Neves, em 12/06/1962. Após a sua saída a pasta seria ocupada por Nelson de Melo, que permaneceria até 14/09/1962, período do governo Brochado da Rocha, sendo substituído pelo general Amauri Krueel.

Um dos principais setores que ameaçavam a CNA era o de fabricação de vidros. A barrilha era o insumo básico para a fabricação daquele produto. Em 1963, 73% da barrilha consumida no Brasil destinava-se à indústria vidreira (ver Tabela II). A indústria de vidros no Brasil começou a produzir, em larga escala, a partir de 1882, com a Fábrica Esbérard – Companhia Fábrica de Vidros e Crystaes –, uma produtora de embalagens sediada no Rio de Janeiro. Em torno de dez anos depois, surgiria em São Paulo, a Companhia Vidraria Santa Marina. Depois foi a vez da Companhia Vidreira Nacional – COVIBRA –, fundada em 1938 por Sebastião Paes de Almeida, advogado e diretor financeiro do Banco Nacional do Comércio de São Paulo desde 1934. No final da Segunda Guerra Mundial, a Companhia Vidraria Santa Marina criou a Companhia Paulista de Vidro Plano – CPVP – no interior de São Paulo. Com a forte concorrência, a COVIBRA, de Paes de Almeida, associou-se à CPVP/Santa Marina, fundindo as fábricas em uma só empresa, as Indústrias Reunidas Vidrobras Ltda - VIDROBRAS. Na década de 1950, Paes de Almeida controlava cerca de 60% da distribuição de vidros em todo o país. A junção dessas empresas foi para fazer frente à Santa Lúcia Cristais Ltda., instalada no Brasil em 1951, que dez anos depois inauguraria a empresa Vidros Blindex de Segurança Ltda., popularizada posteriormente por *Blindex*. Em 1957, a União Brasileira de Vidros – UBV –, criada por um grupo de distribuidoras paulistas, responsável pela produção de vidros impressos, passou a concorrer diretamente com a VIDROBRAS. Por outro lado, associada ao grupo europeu BSN, liderado pelo belga Boussois e com o grupo brasileiro Ypiranga, a Santa Lúcia Cristais Ltda. instalou em Caçapava, interior de São Paulo, a Companhia Produtora de Vidro – PROVIDRO –, que entrou em operação em 1962. Com a ascensão da Santa Lúcia, a Vidraria Santa Marina, agora associada ao

grupo *Saint-Gobain*, ligado ao grupo *Solvay*, reforçou e aumentou sua posição acionária na VIDROBRAS, controlada por Sebastião Paes de Almeida. Nos primeiros anos da década de 1960, o mercado brasileiro de vidros estava nas mãos de três grandes fabricantes: PROVIDRO, VIDROBRAS e UBV. Em 1962, para representar os fabricantes de vidro em geral, foi criada a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ATBIAV –, que controlaria o setor por 30 anos.⁴⁰⁹

Sebastião Paes de Almeida fundou com Lineu Gomes a Real Transportes Aéreos Ltda., cuja presidência ocupou por cerca de cinco anos. De 1948 a 1949 participou da Comissão de Comércio e Estudos Gerais e da subcomissão Bancária vinculadas à Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. Ocupou a presidência do Banco do Estado de São Paulo entre 1953 e 1954, para depois ocupar a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo. Assumiu a presidência do Banco do Brasil em 1956, no governo JK, e fez parte da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP –. No mesmo governo, JK seria designado governador do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial. Em 1959, sai do Banco do Brasil e passa a ocupar interinamente o Ministério da Fazenda. Sua atuação foi bastante criticada pela oposição, principalmente, por suas políticas cambial, creditícia e agrícola pela emissão de moeda em larga escala. Deixou o Ministério da Fazenda com a posse de Jânio Quadros, sendo eleito deputado federal por Minas Gerais, em 1962, estado em que nunca residira, assumindo uma cadeira no parlamento, durante o governo Jango, em 1963. Logo depois do Golpe de 1964, o PSD lançou sua candidatura ao governo de Minas Gerais, imediatamente contestada por quadros

⁴⁰⁹ www.abividro.org.br; www.casadovidraceiro.com.br; www.felipex.com.br, todos os sítios consultados em janeiro de 2009.

mineiros da UDN, entre eles, Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso e José Bonifácio Lafayette de Andrade, sob acusação de abuso de poder econômico. Sua candidatura foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, e ainda hoje serve de jurisprudência para casos semelhantes na Justiça Eleitoral⁴¹⁰. Cassado com base no Ato Institucional nº 2, retirou-se da vida pública.⁴¹¹

Segundo Antônio Gramsci, a existência da propriedade privada, coloca a classe proprietária dos meios de produção em condições de privilégio, tornando a luta, com os trabalhadores, desigual. Portanto, as leis da história seriam dadas pelos capitalistas organizados no interior do Estado.

“O Estado sempre foi protagonista da História, já que é em seus organismos que se concentra a potência da classe proprietária, é no Estado que a classe proprietária se disciplina e se constrói como unidade, acima dos dissídios e dos conflitos gerados pela concorrência, com o objetivo de

⁴¹⁰ “Sebastião Paes de Almeida, dono de extraordinária fortuna, elegera-se deputado federal pelo Estado de Minas Gerais, onde jamais residira, e pretendia concorrer ao cargo de governador daquele Estado. Teve, porém, o registro de candidatura impugnado, sob a alegação de que obtivera seu mandato graças à influência do poder econômico. Segundo consta dos autos, fora ele o mais votado, com 80.057 votos. Seguido muito longe por Tancredo Neves, com 58.090 votos, este o político de maior prestígio do Estado. O fenômeno não encontrava uma explicação política razoável. Verificou-se, porém, num passado recente, mas já alcançando o período pré-eleitoral, que Sebastião Paes de Almeida, por sua conta exclusiva e com enormes recursos financeiros próprios, promovera e executara melhoramentos de benefício geral em diversas localidades, tais como pavimentação de ruas, ansiosamente reclamados pela população em geral. Além disso, por atos de pura filantropia prestara auxílio financeiro a hospitais e creches, entidades esportivas e culturais, clubes sociais, associações das mais diversas espécies, sempre desinteressadamente, jamais sem ter exigido em troca qualquer compromisso ou contraprestação. Todavia, em face das circunstâncias – ausência de tradição política ou qualquer vínculo com o povo da terra, a extraordinária votação alcançada só era explicável pelo reconhecimento dos eleitores aos atos de mecenato que praticara usando da sua inesgotável fortuna pessoal. Ponderado tudo isso, o Tribunal Superior Eleitoral declarou o candidato inelegível por abuso do poder econômico e, por via de consequência, indeferiu o registro de sua candidatura ao cargo de governador”. Acórdão nº 3.922, de 07 de setembro de 1965, estampado no Boletim Eleitoral de outubro de 1965, em, MACHADO, Luiz Melício Uiraçaba. *O abuso do Poder Econômico no Processo Eleitoral*, Resenha Eleitoral – Nova Série, v. 2, Edição Especial (mar 1995), Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. www.tersc.gov.br/site/institucional/publicacoes/artigos-doutrinarios-publicados-n..., consultado em 03 de janeiro de 2009.

⁴¹¹ dados biográficos obtidos em www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Sebastiao_Pais_de_Almeida.asp, consultado em 03 de janeiro de 2009.

manter intocada a condição de privilégio na fase suprema da própria concorrência, ou seja na fase da luta de classe pelo poder, pelo predomínio na direção e no disciplinamento da sociedade.”⁴¹²

As observações de Gramsci são também reforçadas pelas referências a Poulantzas, citado no capítulo 2, na forma como o Estado organiza as classes dominantes em suas instituições. As instituições de Estado, ocupadas por representantes da classe proprietária, reproduzem-se também, *em planos horizontais e verticais*, em associações e sociedades para-estatais, que comportam em seu interior, na sua estrutura orgânica, os interesses capitalistas, como o caso da Associação Técnica Brasileira da Indústria Automática de Vidro – ATBIAV –. Sebastião Paes de Almeida, as sociedades e os cartéis vidreiros teciam as suas malhas dentro do Estado que procurava beneficiar os grandes setores industriais, em detrimento de empresas como a CNA e de seus trabalhadores.

Segundo “*Última Hora*”, algumas empresas consumidoras de barrilha registravam estoque e consumo fictícios. Por exemplo, as Indústrias Reunidas Vidrobras Ltda. – VIDROBRAS – de Sebastião Paes de Almeida, mencionada anteriormente, informaram à CNA um consumo de 1.100 toneladas mensais, quando se apurou não passar de 664 toneladas. O objetivo era insistir que a CNA não tinha condições de atender o mercado nacional. A CNA com outra empresa colombiana eram as duas únicas fabricantes de álcalis sódicos na América do Sul. Com uma produção diária que superava as 330 toneladas, a CNA, ao superá-la, poderia fornecer, inclusive, para as outras empresas estatais pois, sem a barrilha, “*o petróleo da*

⁴¹² GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos, vol. II (1910-1920)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, pp.257-264.

PETROBRAS não poderia ser refinado, nem o aço de Volta Redonda seria laminado".⁴¹³ Além disso, a CNA poderia abastecer o mercado latino-americano, pois só a Argentina com um consumo de 130 mil toneladas/ano de barrilha, dependia totalmente das importações do produto.

Edmar Morel, em artigo publicado em *O Semanário*, afirmava que grande parte da indústria vidreira nacional era controlada pela norte-americana *Pittsburgh Glass Co.* – a mesma empresa a qual seria entregue a montagem da CNA nos moldes do *Projeto Cabo Frio*, de 1943, posteriormente submetido ao Eximbank e adiada sua realização por 12 anos, até ser substituído pelo projeto francês. Segundo Morel, o representante da empresa norte-americana no país seria o deputado federal Sebastião Paes de Almeida, chamado por Morel, de “*cavalo de aluguel*”, da *Pittsburgh Glass*⁴¹⁴. De acordo com as informações de Morel, a *Pittsburgh*, em 1963, controlava, via VIDROBRAS, 90% do mercado de vidros no país; incluindo as empresas Cisper, Nadir Figueiredo, Fibravid, Vifosa, W Leaten, Santa Marina, Companhia Brasileira de Vidros, além de outras, em um total de quatorze indústrias capitaneadas por Sebastião Paes de Almeida. Todas essas quatorze indústrias faziam parte da ATBIAV, caracterizando-se como um cartel.

Os trabalhadores da CNA, segundo Morel, pediam um “SOS” ao governo federal, no sentido de determinar que a CACEX não desse início a nenhum processo de importação sem a prévia licença do Ministério da Guerra e que o Ministério não deixasse de confrontar, suas licenças prévias de importação com o volume que teria

⁴¹³ *Ultima Hora*, ano XIII, Niterói, quinta-feira, 21 de março de 1963, n.º. 1108 Capa.

⁴¹⁴ *O Semanário*, Ano VIII, Rio de Janeiro, 29/08 a 04/09 de 1963, n.º. 348, p.8

sido outorgado pela CACEX, entre 1962 e 1963 com o propósito de anular as licenças concedidas, que não tivessem ainda sido autorizadas, em função dos altos estoques existentes nos depósitos da CNA.⁴¹⁵ A mesma solicitação foi feita em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, pelo deputado federal Adão Pereira Nunes, do PSP, publicado em *O Semanário*, no sentido de entender porque os armazéns da CNA, em Cabo Frio e no Rio de Janeiro, estavam abarrotados de barrilha. Segundo o deputado, a CACEX teria beneficiado a indústria vidreira cartelizada no Brasil, com a importação de Cr\$ 1,5 bilhão, relativas as 65 mil toneladas de barrilha.⁴¹⁶ A própria Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A obteve liminar para anular uma decisão do Conselho de Política Aduaneira, que aumentava as alíquotas a serem cobradas sobre a barrilha.⁴¹⁷ As empresas importadoras torpedeavam com solicitações de autorização de importação alegando que já tinham fechado negócios com a Bélgica, possivelmente com o grupo *Solvay*. Em 12 de agosto de 1962, na transição entre as gestões do general Nelson Mello e Amauri Krueel, que saíria do Gabinete Militar para ocupar o Ministério da Guerra, as importações teriam sido novamente reabertas, sem que a CNA fosse ouvida.

O novo ministro da Guerra, general Amaury Krueel, vinha sendo apontado por “*O Semanário*” de envolver-se mais e mais pelo “*gorilismo*” e por procrastinar decisões econômicas de interesse nacional. Segundo a revista, a área nacionalista militar tinha restrições à atuação de Krueel no Ministério da Guerra⁴¹⁸. A questão da

⁴¹⁵ *Idem*, semana de 29/08 a 04/09 de 1963, n.º 348, p.8

⁴¹⁶ *Idem*, 25 de março de 1963, n.º 343, p.8.

⁴¹⁷ *Idem*, semana de 03 a 09 de janeiro de 1964, n.º 366 p.6.

⁴¹⁸ O general Amaury Krueel foi chefe do Gabinete Militar do Presidente João Goulart, a partir de 08 de setembro de 1961, após a aprovação do parlamentarismo, a posse de Jango, e a do primeiro-ministro Tancredo Neves, sendo alçado posteriormente, no gabinete Hermes Lima, em 15 de setembro de 1962,

barrilha, por exemplo, colocava Krueel em situação constrangedora perante a opinião pública, uma vez que haveria indícios do ministro ter cometido práticas abusivas na liberação da importação da barrilha. Vimos que, até 1961, a barrilha estava classificada, pela Portaria 1042, na categoria 4, com autorização para importação livre, desde que em pequenas quantidades, e submetida à autorização da CNA. No entanto, os choques de interesse aumentaram quando a CNA passou a produzir em quantidades cada vez maiores, a partir da administração Rocha Lima. Associadas à prática de “*dumping*”, as empresas, principalmente as vidreiras, procurando uma justificativa para importarem, passaram a acusar o produto nacional como sendo de má qualidade. A solução posta então, pelo Ministério da Guerra, a partir do momento em que a barrilha foi alçada a categoria 1A, cuja importação passaria a ter o controle do Ministério, foi dividir as responsabilidades sobre a importação do produto, entre a CNA e as empresas importadoras, ficando cada uma delas responsável por importar 50% do volume autorizado, contrariando o monopólio exercido pela Petrobrás e pelo BASA, no caso do petróleo e da borracha, comentados anteriormente. Crivada de protestos, nem mesmo a direção da Alcalis apoiara tal solução, uma vez que a medida mais sensata seria o monopólio total da importação pela CNA. A própria direção da CNA encaminhou, em 18 de setembro de 1962, correspondência dirigida ao Ministério da Guerra apresentando “*justas ponderações*”, para pedir a suspensão das concessões a particulares, sem, contudo obter resultados. A decisão coube ao gabinete do ministro, que passaria ao Departamento de Produção e Obras – DPO –, do Ministério da Guerra,

ao Ministério da Guerra. Depois da vitória do presidencialismo, no plebiscito de 06 de Janeiro de 1963, Krueel foi mantido no novo ministério anunciado por Jango, em 23 de Janeiro, permanecendo no cargo até 15 de junho de 1963, quando cedeu o lugar ao general Jair Dantas Ribeiro. Krueel seria destacado para o comando do II Exército, em São Paulo.

a relação das empresas contempladas para importar a barrilha. Em fevereiro de 1963, mantido no cargo, após o plebiscito, o ministro Kruel decidiu pela suspensão das concessões a firmas particulares que até aquela data não estivessem autorizadas a importar a barrilha. O DPO, no intuito de “*salvaguardar-se e de fazer cumprir a lei*”, informou que nenhum requerimento havia transitado pelo Departamento. Dessa maneira, o Departamento resguardava-se de indícios de que algumas autorizações pudessem ter sido “*obtidas diretamente do Ministro*”, contrariando a Portaria 1042 que estabelecia que tais autorizações transitassem primeiramente pelo DPO. O Departamento só veio saber de autorizações que seriam concedidas, através de cópias de ofícios recebidos posteriormente, quando “*voltou a carga, apontando as irregularidades*”. Concluindo a exposição dos fatos, “*O Seminário*” concluía que o ministro Kruel, no processo, “*teria favorecido*” as quatro empresas a seguir, sob o pretexto de que as concessões “*já tinham sido autorizadas*”. A situação, portanto, segundo o jornal, era a seguinte: 1) Das empresas autorizadas pelo Ministro da Guerra, a importar cada uma, 1.250 toneladas de barrilha, apenas duas eram registradas no Ministério, e nenhuma das quatro tinha tradição no ramo de comércio importador; 2) o tratamento injusto e desigual nas cotas de importação; 3) a suspensão da adesão de novos importadores. As quatro empresas contempladas foram: Comprimex Ind. Exp. Ltda. e Prefecia Com e Ind. – (sem registro no Ministério); Atlas S/A – Mercantil Industrial e Simb S/A Com. e Ind. As duas primeiras pertenceriam a um mesmo grupo, formado por Jaime Novak, Renée Well e Benz Becker, cujo procurador era “*um tal de Sr. Cal*”. As firmas nacionais mais tradicionais foram excluídas do processo. Segundo *O Semanário*, um dos integrantes do gabinete do ministro Kruel, o major Calado, engenheiro químico, estaria comprometido com as “*manobras altamente*

prejudiciais aos interesses nacionais” no processo de importação da barrilha.⁴¹⁹ Poucos dias depois de Krueel deixar o Ministério, o deputado federal Adão Pereira Nunes, no Congresso, sentenciou o general por ter descumprido normas legais, defendendo a aplicação de sanções ao militar por ter liberado a importação da barrilha. Até então, sem nenhuma evidência formal de ligação com o caso, Krueel deixaria o Ministério em 15 de junho de 1963.⁴²⁰

A capacidade produtiva da CNA, na fabricação da barrilha, aumentou ano a ano, mas abaixo de sua capacidade instalada. O volume importado, embora se mostrasse decrescente, impedia pelo fator preço e pelas importações irregulares, que a CNA produzisse para atender todo o mercado interno, o que seria plenamente possível, já que o somatório representativo do consumo, provavelmente, estava mascarado pelos estoques que permaneciam nos depósitos e armazéns da empresa. A CNA sempre lutou para reduzir os seus custos de produção, para enfrentar os concorrentes internacionais. Com a fabricação própria de sal, a Alcalis diminuiria a dependência desse produto das salinas da região e do Nordeste, capaz de resultar em uma economia de Cr\$ 1 bilhão. Para a Usina de Sal da CNA, havia a convicção que após sua instalação, em apenas seis meses de funcionamento, contribuiria enormemente para a redução de custos no processo produtivo da CNA. Todo esse tempo gasto em “*cálculos*” e “*estudos*” para a construção da usina era considerado pelos trabalhadores, como manobras contrárias à CNA “*que consumiram rios de dinheiro, mas sem qualquer objetivo construtivo*”. A produção de sal era fundamental para a produção de barrilha. Para produzir uma tonelada de barrilha eram necessárias quase 2

⁴¹⁹ *O Semanário*, Ano XIII, Rio de Janeiro, 18 a 24 de abril de 1963, p.5

⁴²⁰ *Idem*, 27/06 a 03/07 de 1963, nº 339, p.7.

toneladas de sal (1,8 t.). Dada essa necessidade, os salicultores de Cabo Frio sempre buscavam levar vantagem e muitas vezes tentavam ditar os preços, disputando com os grupos do Nordeste, que obviamente, também queriam seu quinhão. A tomada de preços para o sal do Nordeste saía mais barato do que o das salinas fluminenses, no entanto, a distância e o problema dos portos no litoral nordestino, dificultavam e encareciam aquele produto. Daí a importância da Usina de Combustão de Sal da CNA. Porém, enquanto técnicos e trabalhadores da CNA procuravam tornar a empresa autossuficiente em sal, grupos internacionais estavam manobrando em outro sentido.

O drama da Usina de Combustão de Sal, que levaria a CNA a auto-suficiência da sua principal matéria-prima, pode ser pensado, também, como pressões de grupos salineiros no Brasil, nordestinos e fluminenses contrários à instalação da usina. O fornecimento de sal à CNA era altamente lucrativo e compensador. Restam observar as lutas internas no IBS pela posse de cotas para a produção de sal. As controvérsias e a situação combalida da CNA resvalavam para outros setores ligados ao setor alcalino. A indústria salineira, envolvida em disputas hegemônicas em torno da produção do sal, contribuiu para o acirramento de divergências de interesses entre os produtores do Rio de Janeiro e do Nordeste, em função da dependência que a CNA tinha do produto. Essas disputas apareciam principalmente na fixação de cotas para a produção de sal. Em outubro de 1961, o presidente do Instituto Brasileiro do Sal – IBS –, o potiguar Vingt-um Rosado Maia insistia em refutar acusações feitas pelo senador Miguel Couto Filho, de que quatro salinas estariam prestes a fechar na região salineira fluminense. Segundo Rosado, o que ocorria era que seriam cortadas dessas salinas, apenas cotas

extras e marginais, “*privilégios injustificáveis que o senador conseguiu por meios os mais estranhos em desrespeito total à atual legislação específica do IBS*”. Pela Resolução 25/61, que determinou a extinção de cotas extras, a Cia. Salinas Perynas, de propriedade de Miguel Couto Filho, fornecedora de sal para a CNA, somente poderia produzir, em bases legais, as cotas normais de sua usina de produção a vácuo, cotas suficientes para trabalhar até fevereiro de 1962, em um total de 28 mil toneladas. A partir de então, segundo o presidente do IBS, a Cia. Salinas Perynas “*poderá conseguir cessão definitiva das cotas de outras salinas ou convidar industriais salineiros a se incorporarem aos seus negócios, altamente compensadores*”.⁴²¹ Rosado mais uma vez insistia que: “*o senador deve limitar-se comprar sal, a comprar cotas, não persistindo na prática censurável de procurar obter concessões ilegais e odiosas, tentando confundir os seus próprios interesses com os do Estado do Rio e do país*”. Rosado considerava que “*em última instância poderia o senador Couto Filho vender o seu sal à Cia. Nacional de Álcalis, para resolver o angustiante problema da matéria prima com que se defronta aquela empresa estatal*”. Por fim, acusando o senador fluminense de demagogo, o presidente do IBS disse que o político do Estado do Rio de Janeiro lançava-o contra os trabalhadores do sal daquele estado sem explicar, no entanto, os “*desmandos praticados*” na autarquia, pelo senador, no intuito de defender seus “*escusos interesses individuais*”.⁴²² Dessa forma, podemos propor que os interesses da indústria salineira eram conflitantes, e que tais conflitos passavam pela CNA, em se tratando do fornecimento, por essas indústrias, de uma de suas principais matérias-primas básicas, o sal. Essas desavenças eram resquícios do

⁴²¹ *Ultima Hora*, Ano X, Niterói, Sexta-feira, 13 de outubro de 1961, n.º. 677, p. 2.

⁴²² *Idem*.

processo de implantação da CNA, que causariam sérios dissabores aos interesses de grupos políticos nordestinos e fluminenses ligados ao setor salineiro na disputa pela localização e a instalação de uma empresa de álcalis sódicos no país. Por outro lado, ficavam patentes os interesses do Nordeste em ampliar sua produção de sal, insistindo para isso, em uma quantidade mais expressiva de cotas de comercialização, mas também no preço que a CNA pagava aos salineiros do Nordeste para complementar suas necessidades na fábrica de Cabo Frio, altamente impactantes nos custos de produção, principalmente em função do frete, embora o sal do Nordeste fosse de melhor qualidade do que o sal do Rio de Janeiro, pelo menos para a fabricação de barrilha. Alguns anos depois, seria fundada, no Rio Grande do Norte, a Álcalis Nordeste, cujo destino parece não ter sido diferente da co-irmã fluminense.

Estranhamente, órgãos governamentais ainda autorizavam a importação de barrilha acima dos limites determinados pelo Ministério da Guerra.⁴²³ Ademais, havia um círculo vicioso presente, também, na cadeia de comercialização do produto. A suspeição sobre a barrilha ultrapassava todos os limites do imaginável.

“Os preços da barrilha da CNA são os mesmos para todo o país. Há revendedores autorizados da Companhia em todos os Estados do Brasil, em contraposição aos próprios interesses da empresa, uma vez que tais revendedores em vez de procederem a uma distribuição equitativa do produto às indústrias consumidoras, deslocam-no diretamente aos armazéns monopolistas, que o revendem a preços extorsivos, provocando, conseqüentemente, a alta do preço de todos os

⁴²³ *Ultima Hora*, ano XII, Niterói, Sábado 23 de março de 1963, n°. 1110, capa.

produtos que utilizam a barrilha em sua fabricação. Outros, ainda, adquirem o produto na própria Álcalis e o estocam, para revenda a preços de usura.”⁴²⁴

Diante desse mar de tormentas, enfrentados pela empresa, os trabalhadores da CNA organizaram uma nova frente única contra a “*manobra de grupos econômicos internacionais e seus agentes no Brasil*”, mantendo entendimentos com os demais trabalhadores e técnicos das outras empresas de economia mista, no sentido de promover o I Congresso dos Trabalhadores nas Empresas de Economia Mista. Mais adiante, os trabalhadores da CNA encaminharam um protesto ao presidente João Goulart em que consideravam estranha a ofensiva contra a produção nacional de barrilha, exatamente quando a CNA vinha conseguindo superar suas dificuldades de toda a ordem para atender o mercado interno. O líder do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Produtos Químicos de Cabo Frio, Altamiro Ignácio de Oliveira, demonstrava a grande apreensão dos trabalhadores da CNA, pelo fato de que grupos econômicos lutavam desesperadamente para que a CNA perdesse o monopólio da importação da barrilha. Segundo Altamiro,

“A trajetória desta empresa está pontificada de golpes desfechados pelos agentes dos trustes internacionais. Sua sobrevivência e consolidação, no processo patriótico de industrialização, do país, é, em grande parte, fruto de decisão corajosa e oportuna do Ministério da Guerra, que protegeu a nossa indústria química de base, tão importante no desenvolvimento e segurança nacional, como é Volta Redonda no terreno da siderurgia”⁴²⁵

O Manifesto a João Goulart reafirmava que a intenção dos trabalhadores era defender, a qualquer preço, o funcionamento da CNA, pois estava em curso um *crime*

⁴²⁴ *Idem.*

⁴²⁵ *Idem*, Segunda-feira, 25 de março de 1963, nº 1111, p.3.

hediondo contra a emancipação econômica do Brasil, com agentes dos trustes internacionais e cartéis nacionais “*sabotando a Álcalis e tramando sinistramente, contra a empresa*” nos corredores do próprio governo:

*“Os trabalhadores devolveram a V. Excia. as armas reclamadas para a luta contra os entreguistas e agentes antiprogressistas que, como agora fazem com a Álcalis, querem entravar o desenvolvimento e a emancipação do país. A esperança e a confiança no governo só se fortalecerão a base de atos nacionalistas, como este que ora reclamamos, isto é, a manutenção da política de importação, através da Álcalis, do complemento da barrilha necessário para nosso consumo interno.”*⁴²⁶

O Sindicato ainda alertava o presidente sobre a ação danosa dos inimigos do país. Os trabalhadores da CNA concluíram o Manifesto solicitando enérgicas providências

*“para se evitar a repetição das manobras dos trustes internacionais que, usando de ardis condenáveis, conseguiram, em janeiro, autorização para a importação de 21 mil e 500 toneladas de barrilha para o primeiro semestre do ano em curso, sem consulta prévia à Álcalis e em desobediência ao Aviso Ministerial, quanto a necessidade ou não da medida.”*⁴²⁷

Ninguém, no governo, estranhamente, revogara as autorizações para importação de barrilha. Importações que eram feitas sem a autorização da CNA, cujas denúncias eram feitas até mesmo pelo Ministério da Guerra, que havia considerado a barrilha um produto de interesse militar. Dados levantados por “*Última Hora*” revelavam que as vantagens dessas transações ilícitas chegavam a Cr\$ 40 milhões por tonelada, cujas ordens de importação estavam multiplicando-se sem anuência da CNA.

⁴²⁶ *Idem.*

⁴²⁷ *Idem.*

Determinados órgãos de imprensa aproveitavam-se dessa situação para desencadear uma campanha popular, acentuando a incapacidade da CNA em abastecer o mercado interno. Se tal situação perdurasse, a empresa estaria com os dias contados, a única empresa estatal de produtos alcalinos no país.⁴²⁸

Junte-se a isso, o fato de mais de cem grandes fábricas, tidas como as principais consumidoras de barrilha no país, não serem registradas na CNA, como a *Edalbras* e a *Intercontinental*, que poderiam desrespeitar flagrantemente a Lei de Segurança Nacional ao importar o produto sem autorização. Nesse mercado clandestino, falava-se inclusive, do envolvimento de estabelecimentos de crédito, que supostamente adquiriam a barrilha para a revenda por menos da metade do preço tabelado pela CNA. Segundo “*Última Hora*”, as duas empresas citadas acima, teriam recebido através do navio iugoslavo “*Terei Maj*”, no porto de Santos, em 18 de março de 1963, diversos carregamentos de barrilha: cada uma teria recebido duas mil toneladas. Desconfiava-se que empresas que nunca haviam comprado da CNA, como a J Cassab Revendedora, Sidney Ross, Henkel do Brasil, Metal Importadora, Indústria Química do Brasil, Quimetal, Fonte, Casa Esteves Duarte e Transcontinental também seriam importadoras de barrilha. Para isso, seria preciso impor medidas que garantissem as atividades da CNA, asseguradas por uma reserva de mercado aos outros setores estatais. Essas medidas deveriam estar inscritas no próprio corpo do Acordo Sindical.

“usavam de suborno, conchavos de gabinetes, injúria aos honestos e nacionalistas e, até, ameaças. Agindo como beaguins dos poderosos grupos internacionais, grande número de maus

⁴²⁸ *Idem*, Terça-feira, 26 de março de 1963, nº 1112, p.3.

brasileiros estão sendo comprados a peso de dólares. ... Espalhando boatos, comprando consciências, lançando campanhas em certa imprensa reacionária e vendida, também as empresas estrangeiras engordam grupos de “democratas” para dificultar os trabalhos feitos pela nossa única fábrica de produtos de base. Criaram a “mentalidade sadia” de que os trabalhadores da Álcalis, estão sendo conduzidos para objetivos ideológicos... . Entretanto, são os trabalhadores que vêm lutando contra a trama armada Haja vista, a campanha para incluir no Acordo Sindical as cláusulas 10ª e 11ª, que prevêm a manutenção da compra da gasolina e derivados à Petrobrás. Fato que sempre foi negado pelos inimigos da CNA.”⁴²⁹

A luta dos trabalhadores pela consolidação da CNA e pela preservação do patrimônio da empresa era incessante. No entanto, problemas não faltavam, como por exemplo, a alegação do Banco do Brasil em não atender a determinação do Ministério da Fazenda de liberar as parcelas mensais de Cr\$ 100 milhões, destinadas à construção da Usina de Combustão Submersa de sal, justificando-se pelas contingências impostas pelo Plano de Contenção de Despesas. O desembolso fora autorizado pelo Conselho de Ministros, desde 18 de outubro de 1962, com o propósito de fornecer meios financeiros à CNA, até que os projetos de Lei 3807 e 3808, sobre o aumento de capital da empresa, em tramitação no Congresso Nacional, fossem aprovados. O não recebimento dessas parcelas provocou um novo adiamento na construção da Usina de Sal, vital para diminuir a dependência do sal “importado”, cuja produção seria de 400t/dia. O mais agravante era que a empresa inglesa *NORDAC* já havia recebido 61 mil libras esterlinas correspondentes ao pagamento inicial para execução das obras da usina, cujo contrato, no valor de NCr\$ 3 milhões, tinha sido assinado em novembro de 1962. O contrato foi assinado no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, na presença

⁴²⁹ *Idem*, Quinta-feira, 28 de março de 1963, nº 1114, p.3.

do presidente da empresa, general Alcyr, dos ministros da Indústria e Comércio e das Relações Exteriores, do embaixador e representantes do governo britânico. O próprio ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, faria um apelo ao Banco do Brasil para que liberasse as parcelas restantes. Ao mesmo tempo, com o objetivo de sanar dificuldades financeiras da CNA, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de Cabo Frio tentava junto ao governo federal conseguir a isenção de 40% em tributos cobrados à CNA e a dispensa do depósito antecipado em 150 dias, referente a 80% do valor em dólares, convertido em moeda nacional a ser feita no Banco do Brasil, relativos às remessas para o exterior, para liquidação dos compromissos externos da Álcalis, tendo em vista os pareceres favoráveis da Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda e do Diretor do Imposto de Renda. Assim, Cr\$ 110 milhões, parte do valor necessário para cobrir os débitos da CNA no exterior, por força de obrigações antecipadas, sejam tributárias ou cambiais, deveriam ser revertidas ao Tesouro Nacional. A CNA solicitara ao Banco do Brasil a dispensa da tributação sobre a remessa em moeda estrangeira para o exterior, com base na Lei 1491 de 12 de dezembro de 1959, pela qual a empresa obteve a autorização do governo, para que o banco estatal pudesse fazer suas remessas para pagamento dos fornecedores da empresa, sem a cobrança do referido tributo. As dificuldades colocadas pelo Banco do Brasil estavam presas ao *Termo de Compromisso e Responsabilidade* previsto na lei, que fora cancelado pelo próprio banco, situação que deixou a CNA impossibilitada de pagar os seus débitos no exterior, pelos altos encargos tributários que estavam sujeitas às remessas cambiais e pelos depósitos antecipados. Tal procedimento do BB, por tabela, deixava o próprio

governo brasileiro em má situação perante os organismos financeiros internacionais, por não honrar seus compromissos.⁴³⁰

Logo após a saída do general Krueel do Ministério, o Conselho Sindical Municipal de Cabo Frio apresentaria, em 01 de julho de 1963, queixas ao ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, contra a trama dos trustes internacionais para fechar a CNA. O Conselho reclamava urgentes medidas do governo para pôr fim às constantes investidas das firmas estrangeiras contra a economia nacional, como o confisco dos estoques de barrilha importada sem licença prévia. O esquema de combate traçado pela instituição sindical envolvia todo o universo da classe trabalhadora brasileira e internacional: os estivadores, que fiscalizariam os porões dos navios; os arrumadores, que estariam atentos nos armazéns atacadistas; os trabalhadores da indústria consumidora de barrilha e até mesmo os portuários de outros países, que alertavam sobre as remessas clandestinas ao Brasil, ensejando toda uma cortina de solidariedade. O Conselho Sindical aproveitava a oportunidade para estampar as ações do cartel que seria representado pela ATBIAV:

“Afora o dumping das empresas internacionais, abarrotando o nosso mercado de barrilha e cobrando a metade do preço de 13 anos atrás, as próprias firmas intituladas “brasileiras” formam um grupo contra a Álcalis. A Associação da Indústria Vidreira, por exemplo, com sede em São Paulo e base territorial na Guanabara e Estado do Rio (absorve 70% da produção da CNA), acaba de causar prejuízo a Álcalis da ordem de 1 bilhão de cruzeiros. Após comunicar a empresa a previsão com a importação do produto, avisou que recuaria em 64% do montante da compra prevista. As 7 mil toneladas feitas pela Alcalis estão estocadas, sem mercado

⁴³⁰ *Idem*, Quarta-feira, 27 de março de 1963, nº 1113, p.3.

*consumidor, ao mesmo tempo em que as mesmas firmas brasileiras prosseguem comprando a barrilha no exterior e pressionando o Ministério da Guerra a abrir de uma vez a importação, pondo abaixo, o Aviso Ministerial 208 D4, que regulamenta a importação, dado o alto significado da barrilha para a economia da Nação”.*⁴³¹

Enfrentando problemas externos e internos, todos vistos como formas de “sabotagem”, como a explosão da torre de carbonatação, que ocasionou diversos prejuízos, os trabalhadores acusavam órgãos governamentais de prosseguirem na “política impatriótica” de permitir a importação da barrilha. Segundo os trabalhadores, o Banco do Brasil, através do CACEX, teria concedido 144 licenças de importação em seis meses, entre janeiro e julho de 1963, para as mesmas firmas que se recusavam a adquirir a barrilha fabricada pela CNA. Lideranças sindicais da CNA, tendo à frente o Conselho Sindical de Cabo Frio, iriam encontrar-se com João Goulart, no dia 17 de Julho de 1963, para que o presidente tomasse providências enérgicas para por fim ao caos que representava para a CNA seus altos estoques de barrilha, por “falta de mercado consumidor.” A comissão, integrada por lideranças políticas fluminenses, capitaneada pelo deputado federal Bocaiúva Cunha, foi recebida pelo presidente da República, entregando-lhe um memorial que denunciava a “trama sinistra” na importação da barrilha. O deputado estava acompanhado também de vereadores da Câmara Municipal de Cabo Frio. Os resultados daquela movimentação são lembrados no depoimento de Jorgenel Vieira:

“O contato em Brasília foi excelente, o presidente, o Jango deu total apoio... foi baixada uma portaria do Ministério da Guerra dizendo que a Alcalis passava a ser a detentora do monopólio

⁴³¹ *Idem*, Segunda-feira, 01 de julho de 1963, nº 1195, p.5.

*da produção, da distribuição de barrilha e da importação essa foi a proteção dada pelo governo. E na época quem fez a denúncia do dumping, que era a barrilha como se fosse adubo foi o sindicato dos estivadores do Rio de Janeiro, foi o sindicato que denunciou que estava entrando barrilha sob a forma de adubo. Na época esse adubo, a barrilha estava entrando a 11 mil cruzeiros a tonelada e o preço que a Alcalis vendia era 35 mil, quer dizer um preço para sufocar, para acabar com a Alcalis, quer dizer a história da interferência dos Estados Unidos, por que ele não podia perder um freguês que era o Brasil....O parque industrial de São Paulo todo dependente da barrilha...Então isso os Estados Unidos não queriam perder de jeito nenhum, e enrolaram a Alcalis de 43 a 54. Eu lembro das idas e vindas do general aos EUA, e o povo dizendo agora vai. Essa era frase, não demorava nada e não ia coisa nenhuma, parava tudo, aí demitia todo mundo, todo mundo era demitido... o superintendente me chamava e mandava trazer as folhas de pagamento, e dizia aqui esse setor é de onde; é tal; corta todos os 40; e esse outro aqui é tal, corta a metade, corta 20, era assim mandava todo mundo embora. Aí eu ficava naquele drama, porque os cabistas, eu conhecia todos eles, a família de todos eles, então eu ficava escolhendo quem eu ia demitir... chegava a noite em casa estava a mulher do empregado da Alcalis com o filho no colo gripado... a mulher chorando me pedindo pelo amor de Deus para não dispensar o marido dela, eu vivi esse drama lá.... Aí de repente, agora vai, chamavam todo mundo de volta, naquela fase nós tivemos, por exemplo, uma fase que terminou Volta Redonda e Usiminas exatamente na fase de montagem e instalação da Alcalis, então os técnicos capacitados vieram da Usiminas e CSN de Volta Redonda predominantemente, e eu contratava eles na hora, não tinha mão de obra especializada na região, não tinha mão de obra em Cabo Frio”.*⁴³²

O memorial foi imediatamente encaminhado ao ministro Chefe da Casa Civil, Darci Ribeiro, para determinar providências urgentes em relação aos atos da CACEX. A fim de sustar tal estado de coisas, foram sugeridas a João Goulart as seguintes providências:

⁴³² depoimento oral prestado ao autor por Jorgeneil Vieira de Aguiar, em 08 de dezembro de 2008.

*“a) que a CACEX não conceda nenhuma licença de importação de barrilha, nem a indispensável licença prévia, reconhecida pelo Ministério da Guerra, de acordo com o decreto número 47.587; b) que a Alfândega só desembarace a barrilha respeitando rigorosamente o que determina o Art. 138 do decreto 47.584; c) que o Ministério da Guerra promova o confronto das licenças prévias que forneceu com as licenças concedidas pela CACEX, para saber, durante 1962 e 1963, quantas toneladas de barrilha entraram, e ainda estão para entrar no país; d) no caso de ficar constatado, face a esse confronto, que firmas importadoras desembarcaram barrilha sem licença prévia, do Ministério da Guerra, sejam as mesmas responsabilizadas de acordo com a lei, confiscando-se os estoques que, porventura, ainda existam, e, ainda mais, sejam consideradas inidôneas, em todos os termos de direito, impedidas, portanto de transacionar com estabelecimentos de crédito ou de manter relações de comércio com os poderes públicos; e) que sejam anuladas as licenças prévias, que, porventura, já concedidas pelo Ministério da Guerra a terceiros, não tenham sido utilizadas pelos importadores, até a presente data, em vista a grande quantidade de barrilha estocada no mercado interno”.*⁴³³

Na Assembleia Legislativa fluminense, o deputado Francisco Alves protestou contra as tentativas de destruir a CNA. Para ele a situação da empresa, cuja produção estava paralisada, seria de responsabilidade do ex-ministro da Guerra, general Amauri Krueel, que autorizara a importação de barrilha em quantidades excedentes. Foram solidários com Alves outros deputados estaduais, dentre os quais Peixoto Filho, Togo de Barros e Mário Abreu. Além de Francisco Alves, o deputado estadual Newton Guerra, do PTB, tentaria a aprovação, na Assembleia Legislativa, de um requerimento de sua autoria, para que fosse constituída uma Comissão Especial de Parlamentares, a fim de defender, junto ao presidente da República, a sobrevivência da CNA. Os deputados conquistaram, também, o apoio do governador Badger Silveira.⁴³⁴ Não

⁴³³ *Idem*, quinta-feira, 18 de Julho de 1963, nº. 1210, capa.

⁴³⁴ *Idem*, sexta-feira, 26 de Julho de 1963, nº. 1217, p.2.

fosse assim, seria inevitável a falência da CNA. Em Brasília, o presidente da Álcalis, general Alcir de Paula Freitas Coelho solicitava um adiantamento de recursos da ordem de 80%, através do Banco do Brasil, oferecendo em penhora a produção de 20 mil toneladas de barrilha estocadas, para sanar imediatas dificuldades e pagar os salários dos trabalhadores. Havia dois meses e a CNA não recebia um centavo, seu faturamento havia caído 100%. O Conselho Sindical de Cabo Frio não tinha dúvidas que, além do monopólio da produção, somente com o controle sobre a comercialização da barrilha, pela CNA, projeto do deputado federal Adão Pereira Nunes, a empresa poderia salvar-se.⁴³⁵

As questões que assolavam a CNA seriam debatidas no Congresso Nacional de Estudantes, em 1963, realizado em Santo André, São Paulo, sob a presidência de José Serra. A União Nacional dos Estudantes aprovou resolução, para que o governo agisse diante das ações que colocavam em risco a CNA. Da resolução constavam as seguintes recomendações e exigências: levantamento, bloqueio e confisco dos estoques supérfluos de barrilha, formação de uma comissão de inquérito composta em 50% por estudantes e trabalhadores; processos criminais e punição para os dilapidadores do patrimônio nacional; ampliação da CNA e aumento da produção para até 300 mil toneladas anuais de barrilha, máximo de sua capacidade futura; instalação no Nordeste de outra fábrica de barrilha e soda, com capacidade superior a cem mil toneladas anuais, nos termos do projeto apresentado ao governo; designação de diretorias apartidárias e nacionalistas; com a reintegração do jornalista Salvador Barroso na

⁴³⁵ *Idem*, Segunda-feira, 05 de agosto de 1963, nº 1225, p.5.

Companhia. Por outro lado, permaneciam as críticas à diretoria da empresa quando comparada com a gestão Rocha Lima.

“os congressistas de Santo André afirmam que os entreguistas estão desesperados pelo fato de terem sido trazidos a público os seus crimes de lesa-pátria. No seu desespero, investem contra a antiga Diretoria nacionalista, lançando mão de um velho golpe psicológico destinado a desviar a atenção da opinião pública. Dizem que alcançaram a produção anual de 90 mil toneladas de barrilha, mas não dizem que a demanda nacional subiu para 350 mil toneladas.

*Esqueceram-se de que a antiga diretoria recebeu a CNA com um déficit de 8 bilhões (dívidas vencidas), enquanto eles encontraram os cofres cheios e ainda conseguiram do governo 3 bilhões, por conta do aumento de capital; de que reduziram a fábrica à força média, quando esta lhes foi entregue à força plena, produzindo 120 mil toneladas anuais de barrilha, com um superávit de produção da ordem de 35 mil toneladas em relação às necessidades do mercado interno; que em conseqüência da manobra por eles mesmos – os entreguistas – articulada, o dumping nefasto saturou o país de barrilha”.*⁴³⁶

Trabalhadores, estudantes e políticos, todos buscavam uma solução para reanimar a CNA, nem que para isso fossem feitos sacrifícios. Não se poderia permitir o *“fracasso de uma árdua batalha, o fim melancólico de uma companhia cívica iniciada por verdadeiros patriotas, mas cujo ideal sadio tem sido maculado por mãos profanas e mercenárias”*. Era necessário que a CNA renascesse das cinzas, pois tal fato mostraria aos *“céticos e sabotadores”* que *“acima das forças estranhas que*

⁴³⁶ *Idem*, Sábado, 10 de agosto de 1963, nº. 1230, p.2.

*procuram obstar seu progresso, sobrepõe-se a força do ideal nacionalista”.*⁴³⁷ Todos foram incansáveis até levar o problema diretamente ao presidente da República:

“Aí vieram com a notícia de que os importadores, eles usavam um artifício. As empresas compradoras mandavam para a Alcalis a sua necessidade e a Alcalis dizia para eles qual a capacidade de fornecimento para eles poderem importar o restante mas isso aí era quase mês a mês ou de três em três meses. Em 62 eles mandaram uma previsão total do ano, uma coisa que estava aqui subiu lá em cima e a Alcalis tornou a dar as mesmas respostas e falou que poderia fornecer tanto por mês. Com aquilo eles foram no Ministério da Guerra e disseram que pediram tanto e a Alcalis diz pode ceder tanto, de 100 ela pode 15, nós temos que importar, se não temos que parar. O Ministério da Guerra autorizou, quando descobriu isso cassou o que poderia cassar mas não foi o suficiente pois a situação já estava feia.....o Ministério da Guerra foi enganado... Depois eles ofereceram, olha se obtiverem, a Alcalis te cobra 80 nós vamos cobrar 60.... Aí o sindicato vindo dessa reunião onde foi passado que havia isso, o sindicato começou a elaborar um plano, então um grupo ficou decidido que pegaria os sacos de barrilha e colocaria em caminhão e em frente o Ministério da Guerra fazer manifestação. .. Cinco membros da diretoria do sindicato voaram para Brasília para ter contato com o presidente da República.... Fizemos toda a exposição para ele, que a própria empresa havia nos fornecido. Aí, o João Goulart fala para o ajudante de ordem.... chama o Darcy Ribeiro.... Darcy está acontecendo um problema com Alcalis, o negócio parece sério e eu quero que você marque uma hora com o pessoal do sindicato para ver o que podemos fazer, aí ele falou hoje está difícil, mas amanhã, às 9 horas você esteja no meu gabinete. No outro dia às 9 horas estávamos lá, e ele estava nos esperando, aí tornamos a explicar o que estava acontecendo e começamos a debater. Aí ele falou: vocês que tem experiência de lá como que? Aí eu disse olha, só tem um jeito é fechar as torneiras colocando, continuando o Ministério da Guerra a autorizar desde que a Alcalis seja consultada. Qualquer pedido é só atendido depois que Alcalis disser que não tem condições de atender. Muito bom, eu vou elaborar um

⁴³⁷ *Idem.*

*documento e vocês já tem uma audiência com o presidente amanhã às 10 horas, e eu levo o documento para ele. E no outro dia, às 10 horas estava lá com o decreto fechando isso. Aí monopolizou mesmo, não teve mais jeito”.*⁴³⁸

A ação decisiva do governo João Goulart poderia representar um grande passo para atenuar os efeitos desastrosos sobre a Álcalis. A Lei 52.322, de 06 de agosto de 1963, determinava que as importações de barrilha só se fizessem com autorização da CNA. O artigo 1º da mencionada lei definia que: “*A liberação de certificado de cobertura cambial para a importação da barrilha (carbonato de sódio ou soda) só poderá ser concedida pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A, a vista da licença dada pelo Ministério da Guerra, de acordo com os Decretos n.ºs. 1.246 de 11 de setembro de 1936; e 47.587 de 04 de Janeiro de 1960.*”; o artigo 2º rezava: “*A prévia licença referida no artigo anterior, só será dada depois de comprovada a impossibilidade de fornecimento do produto pela Companhia Nacional de Álcalis, mediante declaração expressa por esta fornecida*”⁴³⁹. Ainda assim, essa lei não atenderia, na íntegra, o projeto proposto pelo deputado federal Adão Pereira Nunes, que previa que todas as importações de barrilha fossem de responsabilidade apenas pela CNA que seria responsável, também, pela distribuição do produto, de modo a contemplar as necessidades do mercado nacional. De sobra, o lucro obtido com a venda da barrilha importada seria totalmente revertido na ampliação da CNA, com o intuito de substituir as importações futuras.⁴⁴⁰

⁴³⁸ Depoimento oral prestado ao autor por Nélcio Soares Almeida Aguiar, em 26 de março de 2008.

⁴³⁹ Nunes, Carlos Luis. Assim surgiu a Álcalis. *op.cit.* p. 73

⁴⁴⁰ *O Semanário*, Ano VIII, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1963, nº 327, p.9.

Contudo, a suposta solução definitiva não poderia ficar limitada ao instrumento legal. O mais importante seria fornecer meios à CNA para que ela aproveitasse o seu grande potencial, traduzidos pela isenção de impostos, pela elevação do seu capital e adiantamentos, mediante penhor da produção de barrilha, conforme proposto pela empresa ao Banco do Brasil. Somente a utilização da coerção, não seria suficiente para que a CNA resolvesse seus problemas, mas não se poderia abrir mão dela. Como exemplo disso, no mesmo mês em que a lei entrou em vigor, o navio romeno *Dobogea* descarregou no Brasil, 3 mil toneladas (100 mil sacas) de barrilha leve, importada pela empresa *Sinab (Simb ?)S/A Ind. e Com.*, certamente uma daquelas quatro empresas importadoras registradas no Ministério da Guerra, sem dar nenhuma satisfação a CNA. A atual diretoria da empresa apurou que a mercadoria fora distribuída entre diversas outras firmas, sendo que uma delas, a *Copinense (Compimex ?)*, outra integrante daquele grupo estava vendendo barrilha em São Paulo, a Cr\$ 79,00 o quilo. De 08 a 21 de julho de 1963, informações colhidas pela CNA davam conta que teriam sido descarregadas 10 mil toneladas de barrilha em Santos e que mais 60 mil estariam a caminho do Brasil, a partir de agosto. Mesmo com o aumento da coerção e o controle estrito da Álcalis, seria ingênuo pensar que somente determinações legais pudessem coibir a entrada ilegal de barrilha no Brasil.

Ainda assim, vinte anos depois da sua existência, em 1963, pela primeira vez a CNA apresentaria um balanço geral positivo. Enfrentando ainda sérios problemas, a Álcalis passou a ostentar os seguintes aspectos: 1) aumento de produção e reajustes de preços dos produtos, o que eliminou seu déficit operacional, destacando-se a produção de barrilha do mês de abril de 1963, que atingiu o recorde de 300 t/dia; 2) pagamento

dos compromissos no Brasil, em dia, restando ainda as dívidas do BNDE, Tesouro Nacional e Instituto de Previdência Social; 3) pagamento da dívida com a empresa francesa (CIAVE), relativas aos anos de 1961, 1962 e 1963, em um total de US\$ 6,3 milhões, restando um saldo de US\$ 895 mil a ser pago em parcelas, até 1967; e 4) pagamento de US\$ 600 mil a firma francesa KREBS, além de uma outra empresa que prestava assistência em Cabo Frio, restando ainda US\$ 120 mil.

Mesmo assim, o problema da barrilha persistia. Embora, parcialmente aliviada, pela Lei 52.322, que garantiu à CNA o controle sobre a importação da barrilha no país, os malogros continuavam, por razões diversas. A barrilha, sem comprador, entrava em processo de solidificação nos diversos armazéns do país, tornando-se imprestável para uso. Na contramão da legalidade, a Associação Técnica Brasileira da Indústria Automática do Vidro – ATBIAV –, instituição corporativa dos vidreiros paulistas fundada em 1962, importava vidro do Uruguai, paralisando a produção interna, enquanto os armazéns brasileiros continuavam abarrotados de barrilha da CNA, matéria prima fundamental na produção de vidros, restringindo o programa de fabricação da CNA, que não conseguia concorrer com os baixos preços internacionais.⁴⁴¹

A CNA precisava produzir e vender sua barrilha, caso contrário fracassaria. Pressões internas e externas não cessavam. Os entraves poderiam ser considerados de natureza política ou econômica, ou até mesmo de natureza policial, dada à suposta improbidade com que alguns órgãos públicos teriam lidado com a questão ou até mesmo, práticas com indícios de serem incorretas e inconsequentes, para satisfazer interesses escusos, sejam públicos ou privados. Se não produzisse barrilha, a Alcalis

⁴⁴¹ NUNES, Carlos Luis. Assim surgiu a Alcalis, *op.cit.* pp. 66/74

seria extinta e foi para não permitir seu fim, que os trabalhadores mobilizaram-se em uma luta contínua e permanente entre os anos de 1960 e 1964. Equívocos existiram no seu projeto de implantação, associados a uma sequência de imprudências que teriam ocorrido na sua gestão mas, a despeito da maré contrária, a empresa estatal pôde reproduzir dentro dela, nesses quatro anos, a força da ideologia nacionalista e o expressivo e contundente apoio dos seus trabalhadores, do seu sindicato e da sociedade para a sua sobrevivência, além do compromisso com as lutas democráticas e com a soberania nacional em momentos decisivos da história política do país. A agonia da empresa e dos seus trabalhadores está impressa na própria fala de um deles:

“Veja bem, no início da produção houve sempre alguns problemas para vender o produto, pois havia uma pressão enorme do produto importado, que isso até para a concepção desse projeto da Álcalis aqui você vê que foi de 1943, foram dezessete anos para passar por tudo isso, nós ficamos aqui no início e não conseguíamos colocar a produção da barrilha que era de cem toneladas por dia. Estocávamos a barrilha por tudo que é canto, nas salinas, em galpões, tudo espalhado e embalado em sacos de papel, endurecia... duas a três toneladas de barrilha espalhadas não só pela área fabril, mas de salina e tudo. E na época havia aqueles movimentos sindicais, aquelas brigas todas de reforma, um movimento, uns criticavam outros achavam que tinha que ser por aí mesmo e a gente participava daqueles movimentos, na época teve até uma pessoa aqui do Arraial do Cabo que o Macari, em uma das reuniões do Sindicato falou: já que nós não conseguimos botar a barrilha, falou, vamos pegar o produto e jogar na escadaria do Ministério da Indústria e Comércio, para provar que existia alguma pressão externa para a Álcalis não deslanchar, bem posterior a isso, foi feita essa proposta, foi uma idéia que foi dada pelo ímpeto das pessoas na época.”⁴⁴²

⁴⁴² Depoimento oral prestado ao autor por um ex-trabalhador, em 2008.

De quem era a culpa? Perguntavam os articulistas em “*Última Hora*”. Essas importações não eram autorizadas. As liberações irregulares aconteciam exatamente quando eram emitidas as ordens de importação para além das necessidades previstas. Em números acumulados, o general Nelson de Mello⁴⁴³ tinha liberado 44 mil toneladas, o general Amauri Kruehl, 21.250 toneladas, cabendo a CACEX a emissão de guias referentes a 62 mil toneladas até julho de 1963. Muito disso sem necessidade, alertava a CNA.⁴⁴⁴ A CNA era ameaçada da mesma forma como a FNM, a CSN, esta última pela “*Hanna Mining Company*”. O problema da barrilha ainda persistiria nos primeiros meses de 1964. No mês de fevereiro, a quantidade de barrilha estocada chegava a 21.300 toneladas, no valor de NCr\$ 3,8 milhões, quantia dez vezes superior ao lucro apresentado em 1963. Os trustes e cartéis continuavam agindo. Mesmo depois do monopólio concedido à CNA, pelo governo João Goulart, a empresa ainda mantinha altos estoques.

No intuito de descobrir porque razões os produtores de vidro no Brasil, não vinham ampliando sua produção, face ao aumento da demanda nacional, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – vinha desenvolvendo esforços para entender a crise na CNA. Segundo o deputado federal Bacaiúva Cunha, grande parte das entradas de vidro no país estava sendo feita, através do Rio Grande do Sul. “*Última Hora*” revelara que as demais questões levantadas pelo CADE diziam respeito às licenças para a importação da barrilha que ainda continuavam sendo concedidas sem a autorização exclusiva da CNA.⁴⁴⁵ O CADE também levantara

⁴⁴³ ministro da Guerra entre 12 de junho de 1962 e 14 de setembro de 1962.

⁴⁴⁴ *Última Hora*, Sábado, Segunda-feira, 12 de agosto de 1963, nº. 1231, p.3.

⁴⁴⁵ *Idem*, Quinta-feira, 27 de fevereiro de 1964, nº 1397, p.2.

suspeitas sobre o envolvimento do general Amaury Kruehl, quando no exercício do Ministério da Guerra. As suspeitas sobre o general seriam retomadas pelo deputado federal Adão Pereira Nunes, que havia feito um requerimento ao próprio militar, para que ele informasse porque concedera, de forma tão liberal, licenças para a importação de barrilha, enquanto a CNA produzia grande parte do que era suficiente para atender mercado interno. “*Não estaria o Ministério permitindo o dumping?*”. Em Cabo Frio, Nunes chamava a atenção dos trabalhadores para a necessidade de mobilização da sociedade, através dos sindicatos, deputados, vereadores, prefeitos e comerciantes.

*“Nós tínhamos até um deputado, Adão Pereira Nunes, que morreu agora, em Campos, taxado no Congresso Nacional de comunista, porque naquele tempo, quando a gente lutava por um ideal, eles taxavam logo de comunista. Então, esse Adão Pereira Nunes, quando ele chegava no Congresso, chamavam ele de comunista, porque ele defendia a causa dos trabalhadores e a nossa causa era o monopólio da barrilha, para poder receber nosso dinheiro e ficar mais tranqüilo”.*⁴⁴⁶

Adão Pereira Nunes era médico. Desde os tempos de estudante de medicina exercia uma militância política permanente. Como presidente do Centro Acadêmico da Faculdade, combateu o governo Washington Luis, participou da campanha contra a condenação, pela justiça americana, dos trabalhadores italianos Sacco e Vanzetti, e mobilizou-se a favor dos candidatos do Bloco Operário e Camponês – BOC. Simpatizante da Aliança Liberal, liderada por Vargas, logo depois Nunes se juntaria ao grupo de insatisfeitos com a Revolução de 30, que era integrado por comunistas, por socialistas e por alguns dos tenentes. Depois de formado, juntou-se à Aliança Libertadora Nacional – ANL –, como secretário da organização para o norte

⁴⁴⁶ Depoimento oral prestado ao autor, por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

fluminense. Adversário do Estado Novo, Adão Pereira Nunes foi obrigado a deixar a cidade de Campos, sendo perseguido em diversas ocasiões pela polícia de Felinto Muller. Não só atuou na campanha pela participação do Brasil na II Guerra Mundial, como foi voluntário. Participou ativamente da campanha pela redemocratização do país, e da campanha da anistia dos presos políticos, no final do Estado Novo. Depois do curto período de legalidade do PCB, continuou a militar no partido, mesmo na clandestinidade, apoiando a luta pela criação da Petrobrás, e o Movimento 11 de novembro, para assegurar a posse de JK. Em 1958 elegeu-se com o apoio do PCB, suplente de deputado federal, pelo PSP. Dois anos depois integraria uma comitiva de escritores e artistas em uma viagem à China Popular. Passou a ocupar uma cadeira na Câmara a partir de julho de 1961, de onde apoiou a posse de Jango. Exerceu o mandato até setembro daquele ano, tendo lutado pelas reformas de base e integrado a Frente Parlamentar Nacionalista – FPN –. Em outubro de 1962, foi o candidato mais votado pelo PSB a deputado federal pelo Rio de Janeiro, no entanto seu mandato seria cassado pelo AI-1, tendo se exilado no Chile em 1965.⁴⁴⁷

Havia uma inquietação geral na CNA percebida pelo próprio presidente da empresa, general Alcyr de Paula Freitas. Mesmo depois de o governo ter investido na Lei 52.322, no intuito de conter a sangria na empresa, para fechar o *“buraco por onde a gigantesca fábrica de álcalis ia-se afundando”*, a barrilha continuava entrando no país, sem constrangimentos. Segundo Adão Pereira Nunes, os trabalhadores, a sociedade, ninguém conseguia entender por que as empresas vidreiras, principalmente paulistas, insistiam em adquirir a barrilha estrangeira, ameaçando a produção nacional.

⁴⁴⁷ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – verbete Adão Pereira Nunes, versão em CD-R, consultado em 15 de fevereiro de 2009.

“Por isso, a classe trabalhadora de Arraial do Cabo alertou os patriotas de todo o Brasil, exigindo do governo medidas salvadoras”. Sem dar sossego, o parlamentar encaminhou petições às autoridades, pediu esclarecimentos ao Ministério da Guerra e denunciou o *“dumping arrasador”*, exigindo uma legislação que protegesse a barrilha nacional.

A tranquilidade durou pouco, diria o médico de Campos dos Goitacazes. A CNA receberia um *“pedido nunca imaginado”* de barrilha, assinado por industriais paulistas. A Álcalis não dispunha de uma quantidade tão grande para fornecer. Esperando ter uma resposta negativa da CNA, para que pudessem se dirigir ao Ministério do Exército, com o intuito de solicitar a autorização de importação, os empresários surpreenderam-se com a resposta positiva da CNA, que aceitando o pedido de fornecimento, decidiu importar a barrilha pelo preço praticado pelo *“dumping”* em uma quantidade necessária para complementar o pedido das indústrias vidreiras paulistas. A CNA *“revenderia a barrilha pelo custo de produção nacional, honestamente, amparando o golpe”*. Bem imaginado, mal sucedido, escreveu Nunes. A barrilha estava chegando aos portos brasileiros, quando os *“astuciosos compradores”* cancelaram a encomenda. A solução a partir daí, foi apelar para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE –, órgão criado para combater esse tipo de procedimento. A Álcalis, para salvar-se, utilizava-se dos mesmos artifícios dos seus detratores, a quem queria combater.

No Palácio do Catete, antiga sede do governo federal, no Rio de Janeiro, instalou-se uma comissão do CADE, cuja função seria analisar os procedimentos de *“maquiavélicos industriais e seus agentes”*. A Comissão de Investigação foi

composta por Saturnino Braga, Lourival Fontes e Mário Martins. A decisão sairia em abril de 1964. Ninguém seria poupado no julgamento nº 1 da CADE, que haveria de “ficar na história das lutas pela emancipação econômica do Brasil”. Não é necessário dizer, que mais nada aconteceu a partir daí, o que levou Adão Pereira Nunes a lembrar-se do comentário sarcástico de Sérgio Porto, o *Stanislaw Ponte Preta*, sobre a questão: “*Cadê o CADE?*”⁴⁴⁸

A averiguação preliminar feita pelo CADE confirmou a evidência de “*manobras especulativas de importadores nacionais mancomunadas com exportadores estrangeiros*”, o que significava transformar o processo em representação “*ex-offício*” contra os responsáveis. Segundo o procurador-geral da República, Paulo Germano Magalhães, conforme relatado por “*O Semanário*”, eram patentes os “*indícios de práticas abusivas*”, com flagrante responsabilidade de funcionários públicos, diretores de empresas e do cartel, “*disfarçado em forma de Associação*” – a ATBIAV. O relator-conselheiro Mauro Martins confirmou as irregularidades na importação, a prática de “*dumping*” da barrilha e a tentativa de criar dificuldades para a CNA. O procurador acentuou a existência de uma “*manobra ameaçadora para a economia brasileira por parte de cartéis internacionais, com a impatriótica convivência de empresários nacionais*”.

A conduta da ATBIAV, para o conselheiro Mário Martins, não poderia ser considerada razoável, até pela própria constituição da associação vidreira, além da existência do acúmulo de cargos por pessoas que ocupavam postos de administração

⁴⁴⁸ NUNES, Adão Pereira. *Do Planalto à Cordilheira: memórias de um médico cassado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 27/29

nas empresas filiadas à organização corporativa. Em virtude de esses acúmulos serem considerados abusivos pela Lei 4137, a Procuradoria optou pela instauração de processo administrativo contra a ATBIAV, depois do parecer favorável do CADE (4X1). O conselheiro determinou, também, que o CADE verificasse junto ao Ministério da Guerra e a CACEX a existência de irregularidades no encaminhamento de licenças de importação. Todo esse processo teve origem na Presidência da República, sendo encaminhado ao CADE pelo Gabinete Militar. Em anexo ao processo estava a cópia do Memorial do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Cabo Frio. A CNA teria recebido um duro golpe do cartel vidreiro.⁴⁴⁹ No entanto, não faltava disposição dos trabalhadores em lutar pela causa:

“E nós tivemos nesse momento, dentro de período de greve central. Eu acredito que tudo isso valeu a pena porque se tivéssemos hoje a Álcalis funcionando, tudo valeria a pena. No entanto, eu não vou deixar, vamos dizer assim, definitivo, nem caracterizado uma idéia que sempre passou comigo, que os mesmos trustes que na ocasião tentaram fechar a Álcalis trazendo a barrilha, 80% da barrilha lá de fora, e deixando a nossa aqui, também o propósito de fechar a Álcalis já naquela ocasião... Não conseguiram porque o sindicato, que também trabalhava e defesa do capital da Álcalis, foi lá com peso e levando pessoas, foi com uma comissão forte diante de João Goulart, e saíram de lá com a palavra dele empenhada de que nós teríamos novamente o retorno da nossa produção no mercado nacional ou seja, os nosso 80%... e 20% era trazido lá de fora, mas naquela época tentaram fechar a Álcalis aqui.”⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ *O Semanário*, ano VIII, 3/9 de janeiro de 1964, nº 366, p.6

⁴⁵⁰ depoimento oral prestado ao autor por Sotero Pereira de Souza, em 2008.

4.3 – Trabalhadores e política local.

A situação da CNA contagiou o cenário político em Cabo Frio, principalmente a sua Câmara Municipal que tinha entre seus membros representantes dos trabalhadores locais ligados ao PCB que, na (semi)clandestinidade, oficializava sua representação através do PSB. Entre esses, estava o vereador Aldir José de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Salineira de Cabo Frio, liderança comunista na região, assim como na quase totalidade das instituições sindicais locais.

“Na época dessa legislatura nós tínhamos o Aldir, o Didi, que era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Sal, e tinha uma atuação muito marcante na área sindical. Mas na Álcalis, mesmo o sindicato da Álcalis, atuava muito dentro da Álcalis, dentro da Câmara não tinha muita interferência, até porque os sindicatos da época eram todos presididos por pessoas de extrema esquerda, basicamente do Partido Comunista, na época o Partido Socialista Brasileiro, que representava o Partido Comunista, que na época era o Aldir do Partido Socialista, mas tinha o Francisco Ribeiro, o Oswaldo Ribeiro dos Santos que eram vereadores e eram do Sindicato dos Estivadores, que eram comunistas declarados.”⁴⁵¹

As Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio registram, a partir de meados de 1963, a intensa movimentação em torno da CNA e de seus trabalhadores e a tentativa de alguns vereadores em buscar soluções para a empresa. Pelo expressivo eleitorado composto por trabalhadores da CNA, das salinas e seus familiares, a representação legislativa do município tinha uma característica mais progressista uma vez que boa

⁴⁵¹ Depoimento oral prestado ao autor por Jorgenel Vieira de Aguiar, em 08 de dezembro de 2008.

parte de seus representantes era oriunda de Arraial do Cabo, onde se localizava a empresa. Entre o grupo de legisladores havia representantes do PSB, do PTB, do PSD, do PSP, sem nenhum representante da UDN.

Aldir José de Souza, “*Didi*” era um dos mais combativos vereadores e foi um dos primeiros a ter o seu mandato cassado pela própria Câmara Municipal, após o golpe de 31 de março, por pressão do comandante Brochado, da Base Aérea de São Pedro da Aldeia. Por sugestão de Aldir, a instituição ficaria em sessão permanente enquanto perdurassem as questões sobre as reformas de base, pois que “*só assim a Câmara e seus vereadores poderiam assumir seus devidos lugares na hora precisa e necessária*”. Aldir recebeu o apoio do vereador José Augusto Correa, do PSD, que propunha que os vereadores abrissem mão de seus subsídios para que a Câmara proporcionasse a ida de uma comissão de camponeses a Brasília, durante a discussão sobre as Reformas de Base, para tratar da reforma agrária. Esses camponeses da área rural de Cabo Frio vinham enfrentando combates travados com proprietários rurais do município, provocando uma escalada de violência no campo. Além disso, em função da situação política no país, Corrêa propôs a criação de uma Frente de Mobilização Popular, e convidou todos os vereadores a participarem dela. Jandyr Alves Cravo, do PTB, propôs que a Comissão que fosse até Brasília deveria ser integrada apenas por vereadores, uma vez que a luta pelas Reformas de Base era de toda a sociedade e não apenas dos lavradores. Sobre a ida a Brasília, o presidente da Câmara, Jorgenel Vieira de Aguiar – PSD, ex-PTB –, também ligado à empresa, comunicou aos colegas a sua participação na delegação que iria à capital federal para tentar resolver o problema da importação da barrilha e na defesa da Álcalis, pois se tratava de uma empresa que era parte da “*emancipação econômica da nação*” e que confiava no “*resultado positivo*

para a grandeza do Brasil e felicidade das famílias cabofrienses". Ao retornar de Brasília, durante a sessão de 22 de julho de 1963, Jorgenel dizia estar convencido de que *"as forças apartidárias organizadas"* seriam o caminho para as soluções existentes em torno da CNA, simpatizante da despolitização do tema, para que a empresa avançasse.

No dia 7 de agosto de 1963 seria feriado local *"para que as autoridades estaduais e federais despertassem para os problemas em Cabo Frio"*. O feriado foi aprovado, por unanimidade pelos vereadores, atendendo a proposta do vereador Aldir José de Souza, Didi, do *"Partido Comunista"*, uma vez que todas as entidades municipais estariam envolvidas em um protesto contra as investidas pelo fechamento da CNA e contra o alto custo de vida.⁴⁵²

No entanto, havia aqueles que criticavam a atuação do sindicatos. Walter Soares Cardoso, vereador pelo PTB, desejava que o presidente da CNA fosse comunicado da maneira como vinha sendo utilizado o programa radiofônico da Companhia pelos dirigentes sindicais. Esses dirigentes vinham fazendo ataques a vereadores e deputados, tratando-se de *"agitadores e aproveitadores dos humildes trabalhadores, que desconfiavam e chegavam a repudiar esses dirigentes"*, além do próprio advogado do Sindicato. O vereador era funcionário da CNA, em licença médica pelo IAPI e demonstrava sua preocupação em ser demitido quando retornasse à empresa. Nas suas acusações feitas à diretoria do Sindicato, Cardoso considerava que seus integrantes eram *"elementos nocivos aos interesses dos operários"*. Na sessão de 4 de outubro de 1963, foi lido no plenário da Câmara, um ofício do Sindicato dos

⁴⁵² Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro de Atas nº 24, sessões de 06, 15, 20, 22 e 31 de maio de 1963; 12 e 22 de julho de 1963; e 06 de agosto de 1963.

Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio, aprovado em assembleia, por unanimidade, afirmando não serem verdadeiras as denúncias feitas pelo vereador Walter Soares Cardoso aos dirigentes do Sindicato.

O vereador Aldir José de Souza mais uma vez retomava à tribuna nessa mesma sessão para falar sobre a grave situação nacional e sobre a tentativa da decretação do “*Estado de Sítio*” no país, por trinta dias, solicitado pelo presidente João Goulart ao Congresso Nacional. Aldir falou sobre o risco que essa medida significaria para a sociedade brasileira e principalmente para os trabalhadores e que o Congresso Nacional deveria rejeitar a mensagem, comprovando que havia divergências entre o governo Jango e as esquerdas, que se explicitavam em instâncias políticas locais. O presidente da Câmara, Jorgenel Vieira de Aguiar, fez uma análise detalhada da mensagem presidencial e convocou os demais vereadores a analisarem com calma as consequências da decretação do Estado de Sítio, pois havia “*franquias a serem cassadas em decorrência da aprovação*”. Dias depois, a mensagem foi retirada pelo próprio presidente da República, fato que resultou em registros de congratulações ao Congresso Nacional pela Câmara Municipal de Cabo Frio. Jorgenel Vieira de Aguiar aproveitou a sessão de 08 de outubro de 1963, para defender-se das acusações de que como funcionário da CNA, exercendo a função de diretor do Departamento de Pessoal, seria o líder de um grupo que estaria tramando contra a própria empresa. O vereador negou e reafirmou sua defesa aos interesses da Alcalis e de seus trabalhadores. Logo em seguida afirmou publicamente serem justas as reivindicações como a tabela salarial, as férias majoradas e o salário família, entre outras.⁴⁵³

⁴⁵³ Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro de Atas nº 24, sessões de 30 de setembro de 1963 e 04 e 08 de outubro de 1963.

Mais uma vez, em 10 de outubro de 1963, o vereador Walter Soares Cardoso voltaria à carga contra o Sindicato que representava os trabalhadores da CNA. Reafirmava as críticas e as denúncias ao ler, em público, um artigo publicado no jornal “*Classe Operária*”. Aldir José de Souza voltou a rebater suas críticas, afirmando que suas palavras não tinham o menor fundamento e que os demais colegas não aceitassem a proposta de Walter Cardoso de transcrição do referido artigo nas atas da Câmara, pelo fato de serem inverídicas suas argumentações, além do que, o jornal “*Classe Operária*” não representava o pensamento dos trabalhadores, cuja opinião estava expressa no jornal “*Novos Rumos*” do *Partido Comunista*. O jornal apresentado por Walter Soares Cardoso expressava com fidelidade as ideias do Círculo Operário Católico. O artigo publicado na edição quinzenal de 1 a 15/10/1963, transcrito para os Anais da Câmara Municipal, tinha o título “*Atentados ao Patrimônio da Companhia Nacional de Álcalis*” e acusava membros dos sindicatos locais de pactuarem com os desmandos dentro da Álcalis, entre eles, Altamiro Oliveira, Rafeles Faria e Antônio Pereira da Silva, tidos como lideranças comunistas. O Círculo tentava, portanto, desmoralizar essas lideranças que dirigiam os sindicatos locais, com acusações de favorecimento. Diferente da FNM, onde, segundo José Ricardo Ramalho, a opção pelo Círculo Operário Católico seria uma forma de perceber o trabalhador como ator político fora das organizações políticas partidárias no caso da CNA, o Círculo operava através das instituições e dos partidos políticos locais.⁴⁵⁴ O registro nos anais da Câmara relatava o seguinte:

⁴⁵⁴ RAMALHO, José Ricardo. *op. cit.*

“É simplesmente vergonhoso o que vem acontecendo na CNA, empresa básica para a economia do país. Contra o seu patrimônio cometem-se os maiores atentados. Fazem-se negociatas de todas as espécies. Régios empregos aos distribuídos entre alguns felizardos. A CNA está ameaçada de ser levada à ruína por maus brasileiros. É por demais conhecida a encarniçada resistência oferecida pelos trustes à criação da CNA. Tudo fizeram para impedirem que ela surgisse. Anos e Anos se passaram antes que se pudesse inaugurar aquela empresa básica da indústria química. É compreensivo, portanto que um empreendimento como este deveria merecer melhor proteção por parte dos poderes públicos, neutralizando a concorrência desleal dos monopólios estrangeiros, no entanto, um sério golpe acaba de ser assestado contra a CNA. Inexplicavelmente, o Brasil importou 110 mil toneladas de Barrilha, sem que a empresa fosse consultada. Isto constitui um ótimo negócio para os trustes e ocasionou grande prejuízo para a indústria nacional. A produção anual da CNA é de 90 mil toneladas, em média. A quantidade importada superou portanto, aquela produção e abarrotou o mercado. Em consequência foi reduzido ao mínimo o volume produzido pela Alcalis. E apesar disto, a maior parte da produção não encontrou o comprador. Assim, teve que ser ensacada e armazenada a Barrilha em galpões não adequados. É certo que com o armazenamento a barrilha não perde o seu valor. Mas o saco apodrece e produto fica empedrado, tornando-se necessário brita-lo e ensaca-lo de novo isto onera do custo da barrilha além disso devesse acrescentar o custo com transportes, uma vez que britagem só pode ser feita na empresa. A barrilha entrada no Rio e em São Paulo sofre com o transporte, um aumento de 10 cruzeiros por quilo. Tudo isso vem acarretando um grave dano a CNA que atinge a centenas de milhões de cruzeiros. Como foi possível importar tão grande quantidade de barrilha em detrimento do produto nacional? Evidentemente, neste negócio deve ter havido interferências ilícitas, a corrupção e o suborno. Como é sabido, existem duas portarias do Ministério da Guerra, estabelecendo que toda a importação de barrilha deve ser feita pela CNA ou por ela autorizada. É necessário, assim examinar de que partiu a autorização para a entrada desta matéria-prima no país. É incrível que até agora a direção da empresa não se tenha manifestado a esse respeito. Ao contraio tudo fez encobrir o atentado aos interesses nacionais. Estará por acaso comprometida com essa transação suspeita? Quem cala consente...

Na direção da Álcalis existem três dirigentes sindicais estes silenciaram de maneira criminoso, até que fosse descarregada e armazenada cuidadosamente a última grama de barrilha vinda do exterior. Depois disto para salvar as aparências, organizou uma comissão e lá se foram para Brasília a fim de “denunciar” ao governo a manobra dos trustes contra a Álcalis”

O Manifesto do Círculo chegava a negar o encontro com o presidente João Goulart, no sentido de diminuir a ação dos sindicatos:

“Mas não chegaram sequer a falar com o Presidente da República limitaram-se a falar com o deputado federal Bocayuva Cunha que fiou de transmitir o pensamento da comissão ao Sr. Goulart”

Mostrando claramente disposto a confrontar-se diretamente com o Sindicato, os argumentos do Círculo centravam-se nos benefícios garantidos àqueles que ocupavam a direção da empresa, que seriam dados sob anuência do Sindicato. Os argumentos serviam também para indicar sinais de corrupção nas instituições e empresas do Estado: :

“Outro escândalo da Álcalis ainda não revelado, refere-se aos absurdos aumentos de ordenados e as gratificações concedidas a certos funcionários privilegiados na surdina, três dirigentes do sindicato dos trabalhadores foram grandemente beneficiados pela Companhia. Altamiro de Oliveira, atual presidente daquela entidade de classe passou a receber 47.040 cruzeiros de salário, 10 mil de salário-família, 50 mil de ajuda de custo e mais 100 mil cruzeiros pagos pela verba subsidiária da CNA. O Sr. Rafeles Farias, secretário geral do sindicato, que ganhava 90.960 passou para 175 mil, mais salário-família, Antonio Pereira da Silva obteve um acréscimo de 42 mil cruzeiros nos 79.920 que já recebia e mais salário-família. Além deste

foram beneficiados abusivamente o Dr. Waldir Barone de Araújo, o professor Francisco Fabiano e outros. Cabe destacar que o Sr. Rafeles Farias, conseguiu que seu ordenado fosse fixado no nível mais elevado da CNA. E isto em caráter vitalício. Para que os leitores possam ter uma idéia da mamata basta ler o ponto “F” do boletim da CNA 63/31. Diz o seguinte: “ os ex diretores após o exercício do mandato serão reclassificados na última classe e estágio da companhia, ficando agregados ao quadro, cumprindo missões específicas até a sua designação para o cargo e remuneração equivalente”. Isto significa que qualquer pessoa nomeada para um cargo de confiança de direção na empresa, uma vez afastada deste cargo, o que é normal, permanecerá recebendo na companhia o salário mais elevado em todo o quadro de empregados. Como a CNA é empresa estatal seus diretores variam de acordo com as injunções políticas. É freqüente, portanto, a mudança de presidente. Com esta modificação mudam também os diretores e seus auxiliares diretos. Os diretores e auxiliares diretos substituídos são encostados, ficam inteiramente inativos, recebendo elevados ordenados. Atualmente existem cinco funcionários nestas condições. Embora sejam servidores eficientes e conhecedores dos problemas da empresa, nada fazem e, no entanto, recebem grandes somas. O Dr. Luiz Gonzaga Bonfim da Cunha ganha 242 mil cruzeiros e mais o salário-família; O Dr. Manoel Rene da Silva Leal, embolsa 218 mil cruzeiro e mais salário-família; o Fúlvio Albuquerque Pessoa recebe 218 mil cruzeiros e mais salário-família e Heldo Nogueira vence mensalmente 146 mil cruzeiro e mais salário-família. Segundo o regulamento, eles não pode ser aproveitados na empresa pois seus salários são superiores ao nível das diversas chefias da CNA. Brevemente isto vai acontecer com mais 15 funcionários, além dos três dirigentes sindicais, cuja remuneração atual é bem mais alta do que aquele nível. Não pode haver maior absurdo! Estas manipulações salariais foram aprovadas pela diretoria do sindicato dos trabalhadores, que, no entanto, não se atreveu a levar ao conhecimento dos seus associados para que opinassem sobre o assunto, mas não termina aí a imoralidade na Companhia Nacional de Álcalis. Há mais ou menos oito meses, foi demitido por malversação e bens da empresa o superior geral de tratamento de água em Jurtunaíba, local onde a CNA mantém o serviço de captação de água doce que distribui para Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e para o seu próprio uso. Este indivíduo reclamou indenização à

justiça e sua pretensão foi registrada no Foro de Cabo Frio. Recorre ao Tribunal Pleno, também aí nada conseguia. Surpreendentemente chegou a um acordo através do sindicato com a empresa. Pasmem todos! Recebeu mais de um milhão de cruzeiros, além de férias em dobro acumuladas após seu afastamento do serviço. Isto causou profunda estranheza entre os trabalhadores da Álcalis, que muitas vezes não conseguem fazer valer os seus direitos legítimos. Tais fatos são reveladores do grave de corrupção que lavra no seio do governo, de certas empresas estatais, atingindo inclusive as cúpulas do movimento sindical mais do que isto, no entanto, estes fatos são sintomas da decomposição do regime. Enquanto este perdurar tais fenômenos deprimentes continuarão a se repetir em escala cada vez maior.”⁴⁵⁵

A publicação do artigo do Círculo Operário Católico, reproduzido nas Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio, era uma forma de grupos políticos ligados ao Círculo contraporem-se às lideranças do *Partido Comunista* em Cabo Frio, que dominavam os sindicatos locais, principalmente, os ligados aos trabalhadores da CNA. Nesse aspecto, podemos inferir que as insinuações do Círculo, se por um lado atacavam os desmandos que comprometiam a vida da empresa, na outra ponta responsabilizavam as lideranças sindicais por parte desses desmandos, notadamente, quando das referências feitas a uma prática política de proteção aos aliados e membros do sindicato dentro da fábrica. O Círculo também buscava emplacar uma retórica muito própria da direita reacionária, como por exemplo, a UDN, de identificar práticas de corrupção no aparelho de Estado, apostando na decomposição do governo Jango.

O Círculo Operário Católico chegou a Cabo Frio disputando com o Sindicato a atenção dos trabalhadores. Sua militância andava pelas ruas de Arraial convocando os trabalhadores da CNA a assistirem às reuniões preparatórias para a sua formação. O

⁴⁵⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio – Livro de Ata nº. 24, de 10 de outubro de 1963, p. 35v, 36 e 36v.

romance de Accioly Lopes, “*Candango do Arraial do Cabo*”, registrar a ação do Círculo e as suas contradições com o Sindicato liderado pelo “*Partido Comunista*”. O Círculo seria parte de uma instituição, a Igreja Católica, dotada de uma “*sensibilidade fetichista*”, segundo o autor, sempre ao lado dos poderosos, por toda a História, “*criando e desfazendo impérios, coroando reis, batizando príncipes, desfrutando honrarias e poderes, apontando candidatos, instituindo partidos, estipulando com quem o Brasil deve negociar, fechando os nossos portos e abrindo o próprio céu às naves espaciais*”.⁴⁵⁶ O diálogo reproduzido no livro de Accioly Lopes, entre dois personagens cabistas, frente às intenções do Círculo, ilustra que os limites entre a ação da instituição católica e do sindicato, poderiam até mesmo conter aproximações, contudo os níveis da ação política marcavam a diferença entre as duas instituições:

“ – *Círculo Operário para que? Já não temos nosso Sindicato? Que bom ou mau é a nossa organização de classe.*

- *Divisionismo, desagregação. Açam poucos os inimigos que enfrentamos....*
- *Círculo Operário é criação do clero católico, para se contrapor ao sindicalismo livre, cuja orientação independente de insinuações do patronato, leva o proletariado a tomar posição quando necessário, contra a sanha incontentada do capital, de quem a Igreja é parte militante.*
- *Você o ouviu [o representante do clero] falando outro dia no Sindicato?*
- *Sim. Falou sobre as conquistas do proletariado. Fez um histórico bonito. Falou – parece até aberração – sobre Stalin, foi a Lenine, falou contra o Fascismo, contra a guerra, contra Hitler, Mussolini, Franco, Salazar, Trujillo, em síntese; contra todas as calamidades.*
- *E em linguagem de homem de esquerda?*
- *Sim, com todos os rabiscos do bom senso humano.*
- *E o que aconteceu?*

⁴⁵⁶ LOPES, Accioly, *Candango de Arraial do Cabo*, *op.cit.* pp.151/153.

- *Um estouro dissonante.*
- *Em suma, a nossa questão [do Sindicato] é política! Sindicalismo e política coletiva do trabalho.*
- *Agora [o clero] se entromete até nos organismos operários, tentando amortecer o poder combativo do proletariado, que, silencia, as vezes para contornar.*⁴⁵⁷

O Círculo Operário Católico estava intimamente ligado à Igreja Católica, como afirma Jessie Jane Pereira de Souza, pois era “*parte integrante de um aparato doutrinário, institucional e simbólico, elaborado desde o século XIX*” com pretensões de representação popular. Nesse sentido, o Círculo, apesar de suas relações estreitas com o Estado, dentro de um “*jogo político e ideológico, cujo interesse era capturar corações e mentes*”, dedicou-se especialmente a uma ação educativo-cultural, cujo discurso transcendente, explicitava sua base temporal na ideia de construir um valor de justiça, sustentando pela harmonia e pela caridade. Através do Círculo, a Igreja tentava “*construir um projeto teológico-político que lhe assegurasse autonomia, permitindo-lhe estabelecer uma ordem social*” por meio de uma prática evangelizadora de seus membros.

Jessie Jane argumenta que para alguns historiadores os círculos operários tinham uma natureza conservadora, sem importância para a transformação da sociedade, até porque também era parte de uma instituição conservadora, sem contribuição para a história social. Para outros, no entanto, ao perceber a inserção do Círculo no mundo do trabalho, tal fato contribuiu para se pensar na hipótese de um catolicismo social, com base na justiça e na caridade uma vez que o Círculo

⁴⁵⁷ LOPES, Accioly. Candango de Arraial do Cabo, *op.cit.*

representava também, um movimento religioso, cultural e político, portanto relevante para a análise historiográfica. A partir desse princípio, os Círculos podem ser entendidos também, como um lugar da prática social. A cooperação da Igreja com a sindicalização, sinalizada pelo Estado, intensificou-se quando a instituição religiosa tornou-se mais presente entre os trabalhadores: “*o circulismo procurava, assim, participar do processo de sindicalização porque entendia que a simples criação de um ministério encarregado de tratar do problema operário não garantiria a ordem necessária.*”⁴⁵⁸

Contudo, estava explícita também, nos periódicos impressos pelo Círculo, a partir da sua criação, na década de 1930, no Rio Grande do Sul, a preocupação em “*neutralizar o ambiente operário contra a ação tenebrosa dos extremistas*”, pois o comunismo poderia levar o “*operariado para a horripilante refrega fratricida, para a carnificina ocasionada pela luta de classes*”.⁴⁵⁹ Reconhecido pelo governo Vargas como uma força neutralizadora dos comunistas, o Círculo receberia a chancela de “*utilidade pública*” pelo decreto de 25 de setembro de 1933. Sua plataforma de ação estava em perfeita sintonia com os objetivos pontifícios. Estado e Igreja, juntos, tentavam protegerem-se dos comunistas, “*portadores da desordem*”, pois caberia ao Círculo, a partir de uma ética paternalista, manter a ordem social, que estaria ameaçada pela ação do PCB.

Jessie Jane afirma que o circulismo, desde a sua fundação, era um “*instrumento de viabilização do projeto de sindicalização do Ministério do Trabalho, porque via nisso a possibilidade de instituir a ordem, além de obter o reconhecimento*

⁴⁵⁸ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FAPERJ, 2002, p. 190/191.

⁴⁵⁹ “*O Trabalho*”, edições de 1936 e 1943, apud Jessie Jane Vieira de Souza, *op. cit.*

dos sindicatos sobre os quais o movimento tinha influência”, no entanto, frisa a autora, essa condição era de aliado, não de subordinado. Intervir na vida cotidiana do trabalhador seria o meio de catequizá-lo, para isolá-lo dos comunistas e anarquistas. O programa de trabalho dos Círculos Operários Católicos não ignorava a realidade vivida pela classe trabalhadora e para isso tentava intervir através da construção de centros de produção intelectual, moral, social e material, na construção de escolas, na realização de conferências e de jornais. Portanto, a mensagem do circulismo, para Jessie Jane, está inscrita em duas dimensões simbólicas:

*“De um lado, era portadora de uma prática social baseada no assistencial, com um conteúdo marcadamente disciplinador, de outro, operando com diferentes mecanismos simbólicos, era a única portadora da feliz mensagem: servir a Deus, auxiliando-o no ordenamento de uma sociedade firmada nos ideais cristãos. E estes são os princípios basilares do circulismo, que acompanharão toda a sua história.”*⁴⁶⁰

Nesse sentido, o vereador Walter Soares Cardoso, porta-voz do Círculo, voltava a reafirmar seu apoio à luta dos trabalhadores da CNA, pela aprovação da elevação do capital da empresa e pela adoção do monopólio da barrilha, pela CNA, que vinham sendo discutidos na Câmara Federal. Retrucando mais uma vez as acusações do vereador Aldir José de Souza sobre suas ausências nas sessões do legislativo municipal, Cardoso reafirmou que suas faltas estavam relacionadas à luta pela defesa da Alcalis e de seus trabalhadores, e que isso não era uma prerrogativa apenas dos comunistas, pois *“se defender o povo e as classes mais humildes é ser*

⁴⁶⁰ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Op. cit.*, pp. 218/9

comunista, que era comunista, e mais comunistas que estes que se dizem para se tirar proveito dos trabalhadores e das classes menos favorecidas". Em seguida, Aldir teve que voltar a rebater as críticas de Walter Cardoso, enquanto vereador, refutando sua responsabilidade sobre problemas na concessão de aposentadorias aos trabalhadores de salinas de Cabo Frio. O vereador comunista aproveitou para reafirmar que o problema, de caráter burocrático, estava sendo solucionado pelo IAPI, e que ao invés do colega limitar-se apenas a esse tipo de crítica, sempre lembrando que o Sindicato era dirigido por comunistas, que atentasse mais para os "*ganhos extraordinários*" da classe trabalhadora, em Cabo Frio, a partir de 1960, pois que até aí vivia em "*completa miséria*". Segundo Aldyr, foi a partir daí que, liderados por comunistas, os trabalhadores "*vivem libertos daquela opressão e em condições honrosas como trabalhadores*". Segundo Aldir, a pressão era a arma que se utilizava contra os trabalhadores para desmoralizá-los, assim como a direção das entidades sindicais, "*pois daí vem a descrença dos trabalhadores passando a dividir-se e tornando-se sem condições e sem forças bastante para a conquista de suas legítimas reivindicações*".⁴⁶¹

O vereador Aldyr José de Souza pautava por suas palavras as estratégias e táticas do *Partido Comunista*, consolidadas naquele contexto. Seu enfrentamento direto com o representante do Círculo demonstra como as lutas ideológicas povoavam o ambiente político local. Não faz sentido, portanto, querer despolitizar o Círculo, até mesmo pelas suas vinculações partidárias, pois seja no romance de Acioly Lopes ou nas Atas da Câmara, o lugar disputado pelo Círculo "*em corações e mentes*" dos

⁴⁶¹ Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro de Atas nº.24, das sessões de 14, 20 e 27 de fevereiro de 1963, p.51/53/55

trabalhadores, era também disputado pelas forças progressistas e de esquerda do sindicalismo. A arena de lutas era móvel, seja na praça, nas ruas, na fábrica, nos jornais, nos sindicatos, na tribuna do legislativo municipal, em Cabo Frio ou no Arraial do Cabo. Entretanto, na memória dos trabalhadores, a identificação com os comunistas é decisiva para lembrar dos combates travados pela classe trabalhadora. Falo da memória recente, da lembrança que alguns desses trabalhadores dos tempos de luta.

*“Eu era muito novo, ia muito nas reuniões do Sindicato e se falava muito em comunista, que a gente era comunista, não era, mas a gente defendia, mas até chegou em Arraial do Cabo, naquela época, foi o Partido Comunista. O presidente do Partido Comunista do Brasil, Luis Carlos Prestes, eu não cheguei a conhecer, mas ouvi falar muito dele e do partido e tinha pessoas ligadas. Mas tinha infiltrado dentro do Partido Comunista, nós tínhamos o partido chinês. e naquele tempo também tinha o pessoal cubano que na praça passavam filme cubano de guerrilha. Aqui na pracinha onde tem o Renam. Ali, armava um painel e passava filme, quem passava era o partido, mas o sindicato era infiltrado no partido. Eu sabia, pois alguns deles conversavam. Então, aquele filme de guerrilha que passava aqui, a gente via tudo aquilo, naquele tempo era abertamente, no governo João Goulart, que foi esse período. O Partido Comunista dentro do Sindicato, ele quem agitava a turma para a gente cobrar as autoridades e conquistas alguma coisa, porque se a gente tivesse ficado quieto, por isso que todo mundo fala hoje do sindicato, mas o sindicato tinha uma organização...”*⁴⁶²

As estratégias e investidas dos sindicatos eram veiculadas pelo jornal do PCB, “*Novos Rumos*”, por exemplo, quando publicou a “*Carta de Cabo Frio*”, em 1960, afirmando que o surto de desenvolvimento da indústria brasileira teria “*aumentado a*

⁴⁶² depoimento oral prestado ao autor por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

consciência de luta da classe operária”, que se sentia espoliada pela classe patronal. Segundo o jornal, os latifundiários estavam em desespero, pelo alto desempenho do desenvolvimento capitalista que o país vinha apresentando, deixando-os impotentes, em face do “*aumento qualitativo e quantitativo da classe operária e do desenvolvimento das lutas camponesas*”. Ainda assim, entre setores da burguesia nacional, encontravam-se figuras progressistas “*que não se conformavam com a orientação dos trustes ianques*”. Contudo, não se poderia confiar na burguesia pelo seu “*caráter dúbil*”. A “*Carta de Cabo Frio*” escrita por Alberto da Cunha Andrade, em 23 de junho de 1960, no auge das greve na Álcalis e nas salinas, conclamava o povo a organizar-se por demandas públicas básicas como o fornecimento de luz, a luta contra a carestia, entre outras, no sentido de sensibilizar a sociedade em atos públicos que já vinham sendo realizados na Câmara Municipal de Cabo Frio. Este era o compromisso dos trabalhadores de Cabo Frio e de seus sindicatos.⁴⁶³ A “*Carta de Cabo Frio*” seria lançada durante a greve dos trabalhadores das salinas e defendia o envolvimento político local na luta da classe trabalhadora.

O PCB ampliava suas bases na cidade pelas intensas atividades do movimento sindical de Cabo Frio, principalmente depois da greve de 1960. Para o Partido, o pequeno município do litoral fluminense revelara um “*elevado grau de consciência política*” com suas reivindicações e a compreensão cada vez maior de engajar-se na luta contra a exploração do capital. “*Inúmeras foram as greves realizadas em nosso município e a vitória de todas elas foi assegurada pela organização dos trabalhadores*”. Fora a organização dos Sindicatos, os Conselhos Sindicais faziam-se presentes, para dar força às lideranças sindicais. Os Conselhos seriam as fortes raízes

⁴⁶³ *Novos Rumos*, Ano II, Rio de Janeiro, semana de 5 a 11 de agosto de 1960, nº 75, p.9.

das lutas dentro das empresas, por atuarem na mobilização para as assembleias e ao promover o aparecimento de novas lideranças para fortalecer a unidade de classe. O título do artigo publicado “*O Movimento Sindical na Cidade de Cabo Frio*” colocava os trabalhadores da Alcalis e todos os outros entre as estratégias do Partido para ampliar suas lutas pelo reformismo. Até 1964, vez por outra, esses artigos eram consagrados pelo jornal “*Novos Rumos*”⁴⁶⁴. Desde a instalação da CNA, em 1960, o PCB e outras correntes de esquerda percebiam a capacidade de mobilização da classe trabalhadora em Cabo Frio, algo que ficou transparente na memória daqueles que participaram da história:

“Eu era sindicalizado, mas na militância sindical eu fui a partir de 1961, quando estava preparando uma equipe para formar uma chapa para a eleição do Sindicato. Foi formada essa chapa e dela participando quase todas as categorias da empresa e eu entrei como representante do setor burocrático, eu trabalhava no setor de pessoal e nessa eleição essa chapa obteve mais de 75% de votação, foi bastante representativa. Os postos-chaves eram de membros do partidão. Tinham células do partido que vinham aqui fazer reuniões... essas células eram coisas muito fechadas, justamente para não dar...

*Eu não digo que sou marxista, mas eu acredito que o futuro da sociedade vai ser socialista, só que um socialismo real e não essa miragem que se fazia. Eu acredito hoje. Nesse meio também eu conheci uma doutrina que mudou a minha forma de ver, a doutrina cardecista, uma forma de sociedade do futuro, quando o homem já tiver se livrado de ver a vida pelo lado do eu.”*⁴⁶⁵

Durante o mês de março de 1964, a situação complicara-se com a eminência do golpe militar. Não obstante o temor pelo que pudesse acontecer acentuou-se a

⁴⁶⁴ *Idem*, ano III, Rio de Janeiro, 12/18 de maio de 1961, p.2.

⁴⁶⁵ depoimento oral prestado ao autor, por Nélio Soares Almeida Aguiar, em 26 de março de 2008.

participação política dos vereadores. Moyses Bessa Teixeira registrava nos anais da Câmara Municipal seu comparecimento ao Comício da Central do Brasil, de 13 de maio, pelas Reformas de Base, que considerou altamente positivo. Aldyr José de Souza fez referências à nova greve da CNA, face à intransigência da diretoria da empresa. José Geraldo Simas, do PSD, propôs que fosse enviado para Câmara dos Deputados, um telegrama solicitando providências urgentes para a votação do projeto de lei, que garantisse o aumento do capital da CNA e outras providências sobre o monopólio da barrilha. As sessões da Câmara Municipal já prenunciavam os efeitos que o golpe de 1964 causariam em Cabo Frio, pois se tratava de uma cidade visada pelas forças repressivas, desde 1960, para aplacar a luta dos trabalhadores, segundo o presidente da Câmara, vereador Jorgenel Vieira de Freitas, e que até mesmo a Associação Comercial e Industrial era simpatizante aos trabalhadores.

“... então na época o que aconteceu também foi que a Associação Comercial de Cabo Frio, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Cabo Frio, passou a fazer política com os sindicatos, que eram todos esquerdistas. Isso tornou Cabo Frio uma cidade muito visada, e já tinha havido um episódio antes do golpe militar de uma greve lá nas salinas, uma greve que fizeram lá e tomaram tudo e tiveram que botar a polícia para expulsar eles de lá, porque Cabo Frio, não sei se contaram também a história da bandeira vermelha, que o Globo colocou na primeira página, instalado um soviet em Cabo Frio, era a bandeira do Espírito Santo, até isso fizeram. Houve um envolvimento muito grande, porque na época todos os sindicatos foram tomados pelas forças de esquerda radical e fizeram lá um grupo, fizeram lá uma entidade, como se lá fosse uma federação, uma força sindical.. fizeram essa entidade em Cabo Frio, inclusive com a Associação Comercial no meio.”⁴⁶⁶

⁴⁶⁶ Depoimento oral prestado ao autor, por Jorgenel Veira de Aguiar, em 08 de dezembro de 2008.

Em 31 de março de 1964, a Câmara Municipal foi invadida por trabalhadores das salinas e da CNA em protesto contra o golpe, o que levou o prefeito Antônio de Macedo Castro a assinar um Manifesto, com outros políticos e autoridades em apoio às Reformas de Base e à legalidade democrática. Horas depois, o prefeito foi preso na Base Aérea de São Pedro da Aldeia. Na sua interinidade assumiu o presidente da Câmara, Jorgenel Vieira de Freitas, em um arranjo político entre os vereadores, para garantir a normalidade política no Município. Alguns dias depois, quando o prefeito Antônio Castro reassumiu o cargo, ao ser libertado, o subcomandante Brochado, da Base Aérea de São Pedro da Aldeia, teria exigido a cassação do mandato de dois vereadores, muito próximos aos movimentos sindicais e à classe trabalhadora. Foram cassados, então, Aldir José de Souza, do PSB e Moyses Alves Bessa, do PTN, na sessão do dia 28 de abril de 1964.⁴⁶⁷ O subcomandante da Base Aérea de São Pedro da Aldeia exprimia, pelo depoimento de Jorgenel Aguiar, os novos tempos em que mergulharia o Brasil por mais de vinte anos. Pressionando para que o presidente da Câmara assumisse a prefeitura, o militar da Marinha insistia na cassação do mandato de duas expressivas lideranças trabalhistas locais, embora uma delas tenha sido substituída por outra, segundo os anais da Câmara:

“O [subcomandante] Brochado não conseguiu me convencer, levou cinco horas tentando e ainda disse: Jorgenel, boto a oficialidade da base aqui no dia da sua posse definitiva. Eu falei: Brochado, isso aqui não tem problemas de segurança, o problema é meu, e eu não posso fazer isso, você vai me perdoar, mas eu não vou fazer isso. Mas Jorgenel você está vendo, a gente fez um levantamento pelas atas e em que cassar gente aí e tal. Eu disse: bem vocês tomem uma

⁴⁶⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro de Atas, nº. 24, sessões de 10, 17, 19 e 24/03/63 e da sessão de 28/04/64, p. 59v, 62, 63 e 65.

atitude aí, se vocês disserem que tem que cassar fulano ou beltrano, eu vou submeter a Câmara. Se vocês quiserem cassar que cassem. Eu sou o presidente e nem voto. E eu com uma pena terrível, porque os dois eram uns pobres coitados. O Didi vivia na época como motorista de táxi e o Chico Ribeiro era estivador, lá do Sindicato dos Arrumadores e tal, era totalmente pobre, mas era um cara sério, um comunista sério, foi preso e apanhou muito. Ele e o tal de Osvaldo, mas eram pessoas sérias e excelentes vereadores todos os dois, inclusive se convenciam de mudar de opinião em determinadas decisões da Câmara que contrariavam a tese deles, eles se convenciam, eram pessoas sérias.”⁴⁶⁸

Um mês após o Golpe de 1964, a surpresa com os acontecimentos de 31 de março, era parte de um teatro de cenas burlescas. O espaço político em que as contradições vinham ganhando espaço, reverteu-se em um palco dos que dizem apenas sim. O vereador e médico Paulo Maiwald de Azevedo Silva manifestava sua estranheza aos fatos ocorridos no interior da Câmara nos dias 31 de março, 01 e 02 de abril, pela invasão do local por elementos suspeitos, que nada tinham a ver com o legislativo municipal, certamente, trabalhadores e sindicalistas. A intervenção de Paulo Maiwald Silva era para declarar que a presença do prefeito municipal com aquelas pessoas fora por força de “*coaçoão moral*”. Para tanto, o vereador solicitava ao presidente da Sessão que pedisse esclarecimentos ao Prefeito para que ele explicasse a sua presença no ato de invasão praticada por líderes sindicais e trabalhadores e o que teria assistido naquela reunião. Da mesma forma, Stélio de Jesus Carvalho dos Santos, do PSD, congratulava-se com as mulheres cabo-frienses pelo êxito alcançado pela *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Propunha, também, o envio de um telegrama de congratulações ao general Alcyr de Paula Freitas Coelho e ao coronel

⁴⁶⁸ Depoimento oral prestado ao autor por Jorgenel Vieira de Aguiar, em 08 de dezembro de 2008.

Agrício Pimentel, pelo ocorrido em 31 de março e saudava a permanência dos dois na diretoria da CNA. Walter Soares Cardoso reafirmaria seu anticomunismo declarado: depois de ter feito restrições aos antigos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Álcalis, liderou uma reação em Arraial do Cabo contra a exibição de “*filmes de caráter comunista*” por membros do Sindicato. Por fim, o presidente Jorgel Vieira de Freitas resumia os novos tempos, como “*tempos de democratas*” que conseguiram afinal a “*vitória da democracia brasileira*”.⁴⁶⁹ Em tempos de reação, alguns procuravam realinhar-se aos novos protagonistas do poder.

A ditadura militar produziu uma implacável perseguição aos trabalhadores da CNA, imediatamente ao golpe. Aproximadamente cem deles abandonaram Arraial do Cabo, e muitos nunca mais voltaram.

*”Em 31 de março foi uma confusão muito grande, tinha pouca comunicação, só tinha uma televisão na minha vizinha, aqui na cidade, o pessoal era difícil de se conviver, porque pertinho da revolução tinha um pessoal que era de esquerda, tinha um pessoal de esquerda de sangue, que eram tido de Mão-Tse-Tung, tinha uma turma que era mais maneirada e tinha a turma do Zé Pinto, que era mais ou menos violenta. Isso em 64, pois foi um terror aqui na cidade, pois tinha um cara procurando os outros, uns entregavam os outros para a polícia, era muito triste nesse tempo, tinha aquelas faixas, os trabalhadores em solidariedade a Cuba de Fidel. Essa faixa eu arranquei, eu acho que não tinha nada a ver, o nosso caso era o nosso caso. Eu fui arrancar a faixa e foi uma desgraça, eu e meu irmão levamos para casa, era enorme. Ficava na entrada de Arraial. Eu achava que nós não podíamos misturar as coisas... um bocado de pessoas ficou contra mim, meu pensamento era esse.”*⁴⁷⁰

⁴⁶⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro de Atas nº. 24, sessões de 28 de abril de 1964, p. 67 e 67v.

⁴⁷⁰ depoimento oral prestado ao autor, por Francisco Luiz Sobrinho, em junho de 2008.

“Naquele tempo, Acioli e Arlindo, o pessoal dizia que eram comunistas, mas eles eram e trabalhavam pelo país. Tinha uma porção deles: José Pinto, Amaury, quer dizer tinha muita gente. Acioli ficou mais ou menos uns doze anos, ele saiu na revolução e não voltou mais. Arlindo também não voltou mais... sumiu. Sumiu muita gente, era uma coisa de louco. O Exército chegava na Álcalis, todo mundo lá dentro, chamava o pessoal que eles tinham suspeitas e levavam presos, muitos não voltaram ... Muita gente abandonou casa. Altamiro, o nosso presidente do Sindicato, ele estava na cadeira de rodas.”⁴⁷¹

“ Aí bateu o Exército de Macaé, veio tomou conta da CNA, aí depois nós voltamos a trabalhar, mas tudo calminho, tranqüilo. Aí foi apontado por este coronel, fulano, fulano, a dedo. O carro do DOPS lá dentro, inclusive meu irmão João Cleto foi preso. Foi o Ciro Marques, foi Nélio Aguiar, foi Rafelis, que era o diretor candango ... Ciro Marques foi preso por representar o Sindicato do Estado do Rio, em Moscou, só por causa disso. Ciro Marques não era comunista, não era nada.”⁴⁷²

“Teve gente que fugiu, foi para Macaé, sumiu. Mas foi uma turma boa, pois o carro do DOPS chegou e foi lotado e todos eles apanharam. O meu irmão foi um dos primeiros a ser solto, porque ele tinha muita amizade, naquele tempo, aqueles guardas da fábrica ... Aqui houve muitas perseguições, mas desaparecer pessoas daqui, que eu saiba não. O prefeito de Cabo Frio, Antônio Castro deu um jipe para nós, ele não sabia, mas estava ajudando o Partido Comunista, e se o comunismo ganhasse ele não ficaria na prefeitura de Cabo Frio, já tinha gente para tomar conta, era tudo montado, um esquema.”⁴⁷³

Da mesma forma, a documentação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Cabo Frio foi quase totalmente destruída.

⁴⁷¹ *Idem.*

⁴⁷² Depoimento oral prestado ao autor por Hilson Cleto de Souza, em 28 de maio de 2008.

⁴⁷³ *Idem.*

“Houve uma intervenção no Sindicato. Quando esse interventor saiu, ele destruiu grande parte da papelada, ele sumiu com livros, então grande parte da história do Sindicato. Esse cidadão quando terminou a parte dele, dizem que a mãozinha comeu solta, ele tinha que dizer que roubaram, que sumiu tudo. Diretores que assumiram depois falaram isso. O cara que teve aqui fez uma limpeza. Os funcionários do sindicato que eu conhecia foram postos fora junto com a diretoria, pois eles acreditavam que os funcionários eram da mesma linha.”⁴⁷⁴

O Departamento da Ordem Política e Social – DOPS –, no Rio de Janeiro, deixou registros importantes, que comprovam a forma como estas instituições vinham monitorando as principais lideranças entre os trabalhadores da Alcalis, principalmente aqueles que estavam envolvidos em atividades sindicais. Constavam indicações no DOPS de João Cleto de Souza, José Rodrigues de Souza, Maria Garcia Carmo, José Sunê Arraes, Josafá dos Santos, Nélio Soares Almeida Aguiar, Antônio Pereira da Silva, João Rodrigues dos Santos, Acyr Ribeiro, Ailton Alves, Justino Macedo da Silva, Antônio dos Santos Cruz, José Afrânio de Oliveira, José Simplício de Freitas, Uzalacy Fernandes Duarte, Ateraldo da Silva, Maury Ribeiro, Arlindo Nunes de Oliveira, Jarbas Albuquerque Melo, Pedro Afonso Menezes Albuquerque Melo, Isidoro Caldeira Brito, Altamiro Inácio de Oliveira, José Cyro Marques de Almeida, Gilberto Mendonça Vasconcelos e Rafeles Faria. Os arquivos da polícia política apresentavam detalhes sobre suas atividades e até mesmo a designação como comunistas. José Simplício de Freitas era acusado de crime de comunismo, denunciado em 1937, condenado a cinco anos de prisão; Arlindo Nunes de Oliveira constava dos registros como militante comunista na célula Henrique Dias; Jarbas Albuquerque de Melo também constava dos registros como militante comunista da

⁴⁷⁴ Depoimento oral prestado ao autor, por Nélio Soares Almeida Aguiar, em 26 de março de 2008.

célula Centro de C M de Campos; Altamiro Inácio de Oliveira, presidente do Sindicato, no dia do golpe, foi signatário da proclamação ao país, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, recebeu voz de prisão e desapareceu; José Cyro Marques de Almeida era marítimo militante comunista estruturado na célula Aloísio Rodrigues. Em agosto de 1945 fez parte da Comissão de Marinha Mercante e participou do Congresso Pró-paz no ano de 1949; Gilberto Mendonça Vasconcelos, engenheiro civil, declarou-se comunista nos comícios eleitorais de 1945, favorável à candidatura de Iedo Fiúza. Pertencia a célula Olga Prestes e fez parte do Comitê Estadual do PCB, como Secretário. Foi candidato a deputado federal em 1944 e signatário do movimento de caráter comunista (Manifesto da Campanha Pró-paz). Preso em 1950, por fazer propaganda comunista e por angariar assinaturas no Manifesto-Protesto de Luiz Carlos Prestes; Nélcio Soares de Almeida Aguiar, contador, foi signatário do movimento “*Frente Nacionalista Fluminense*”, em 1957. Publicou em 1956, no jornal “*Imprensa Popular*”, a “*Carta de Itaperuna*”, em que teceu comentários sobre o XX Congresso do PCUS; Antônio dos Santos Cruz, pintor, foi preso no DOPS para averiguação, e libertado em 06 de março de 1958.⁴⁷⁵

Um Inquérito Policial Militar – IPM –, conduzido pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, instaurado na CNA e no município de Cabo Frio, apurou os “*crimes de subversão*”. Os autos em quatro volumes, com novecentos e oitenta laudas foram encaminhados à Comarca do Município, a fim de ser instruído o processo. Foram indiciadas trinta e três pessoas, entre elas o prefeito Antônio de Macedo e Castro e Wilson Mendes, cujo mandato de deputado estadual foi cassado pelo governo

⁴⁷⁵ APERJ – Fundo “*Policiais Políticas no Rio de Janeiro*”, Cia. Nacional de Álcalis – Setor de Informações – Pasta 30

militar. Os dois políticos locais haviam se candidatado a prefeito nas eleições de 1962. O inquérito foi presidido pelo capitão de mar e guerra Álvaro de Rezende Rocha e teria constatado “*diversos focos de subversão*”, principalmente na zona rural, onde foi criado um “*clima de indisciplina e desrespeito*” à organização do trabalho, pois ficou evidenciada a estreita ligação dos sindicatos de Cabo Frio com a CGT e o PCB, com a “*cobertura total*” do prefeito Antônio Castro. Por fim, o IPM constatava que essa “*agitação era fruto da subversão no país*”.⁴⁷⁶

Retomamos para concluir esse capítulo, o depoimento do presidente da Câmara Municipal:

*“O que aconteceu em 1964, é que a Álcalis era dirigida por oficiais gerais do exército, e quando houve o golpe militar, os sindicatos se mobilizaram e invadiram a Câmara de Cabo Frio e eu era o presidente. Nós tínhamos tido uma reunião na véspera e eu tinha alertado os vereadores para que se mantivessem em Cabo Frio, pois a situação nacional era muito crítica, pois eu não sabia o que iria acontecer, mas era bom que todos estivessem lá, para que qualquer decisão fosse em conjunto, e no outro dia, eu estava trabalhando na Álcalis, e nisso comunicaram que a Câmara tinha sido invadida e levaram o prefeito para lá, o Antônio Castro, e votaram lá, uma moção, um manifesto, contra a revolução, e mandaram imprimir. Obrigaram o Antônio Castro a falar e assinar e tal, dando vivas a João Goulart, contra o governo militar, mandando Lacerda e os militares para a ...”*⁴⁷⁷

A realidade era outra. A História seguiria outros rumos. A Álcalis, nem tanto. O que mais se perdeu foi a capacidade de luta e de articulação dos trabalhadores, construída sob contradições que se intensificavam ao redor de injunções cada vez

⁴⁷⁶ *O Fluminense*, Ano LXXXVII, Niterói, terça-feira, 15 de dezembro de 1964, nº. 25119, p.7.

⁴⁷⁷ depoimento oral prestado ao autor, por Jorgenel Vieira de Aguiar, em 08 de dezembro de 2008.

maiores entre a política e a economia. A impossibilidade da ação e da prática política nos anos vindouros, aliada até mesmo à própria situação para qual a CNA enveredou-se, nos últimos anos, muita coisa foi transportada às raias do esquecimento. As vagas da modernidade ao entrarem em contradição com o real provocaram as tormentas, que tentavam abalar as estruturas da casa (oikos) e da cidade (polis).

CONCLUSÃO

A Companhia Nacional de Álcalis instalou-se em Cabo Frio, como parte de um projeto industrializante de Vargas, que embora não tenha sido feliz na primeira proposição para instalar a empresa, acertou quando no seu segundo mandato, encontrou meios de viabilizar a construção da Álcalis, não mais sob o patrocínio dos Estados Unidos, mas sim da França. Evidentemente, os franceses, na sua ânsia de encontrar um lugar ao sol na nova corrida capitalista do pós-guerra, sob a liderança dos Estados Unidos, tentavam recuperar o tempo perdido provocado pelos estragos deixados pelo conflito mundial. Era preciso exportar indústrias, capitais e tecnologia. Portanto, a fábrica de Cabo Frio era francesa, como franceses eram: o capital, as máquinas, os equipamentos, parte da mão de obra especializada inicial e a tecnologia.

A ideologia desenvolvimentista no Brasil marcava a necessidade de implantar, de forma imediata, as indústrias de base no país. A Álcalis era uma delas, por isso, se não fosse possível com tecnologia e capitais norte-americanos, os franceses seriam bem-vindos. Entretanto, somos levados a deduzir quanto a tecnologia adquirida, que se tratava de um modelo cambiante, que vinha sendo descartado pelos novos métodos de produção de álcalis sódicos, desde o final dos anos 30, como demonstra o próprio relatório do BNDE produzido na década seguinte e comentado no segundo capítulo. Compramos, então, uma tecnologia defasada para dar sustentação a uma política ideológica que via na industrialização da barrilha um fator de segurança nacional? A fábrica brasileira de barrilha seria uma “*sucata*”, sem mesmo considerar ou falar em equipamentos velhos? Pode ser. Era preciso mostrar, que se assim não fosse, pelo menos havia intenções, que não reduzem a pó as realizações implementadas no processo de industrialização, nem mesmo a própria CNA. Contudo, a produção de barrilha nunca funcionou a contento na empresa, muito menos a sua distribuição,

tomando o período analisado nessa pesquisa e evidências históricas nos sugerem que mesmo depois. O problema persistiu para sempre: barrilha cara, tecnologia ultrapassada, artificialismos diversos, baixos índices de produtividade, mercado internacional competitivo, etc.

Entre a ilusão e a realidade, os trabalhadores enfrentavam a realidade e resistiam para admitir uma ilusão. Uma ilusão fora do seu alcance, disfarçada, camuflada. Mesmo diante de uma empresa mal concebida, não arrefeceram. Lutaram por suas conquistas trabalhistas e souberam cativar a solidariedade de todos os outros trabalhadores ao entorno da CNA. Mostraram-se inteiramente dispostos a lutar pela manutenção da empresa, ao tentar o apoio de todos aqueles que os fortalecessem, pois a luta era contra o próprio Estado, os cartéis e trustes, alguns políticos, ou mesmo os próprios companheiros. Tiveram um apoio substancial da imprensa, de grupos militares nacionalistas, de determinados setores da Igreja, dos estudantes, de partidos políticos, de setores da sociedade local, dos mais diversos sindicatos. Tiveram que desacreditar do presidente João Goulart, de quem não poderiam esperar a decisão de decretar uma intervenção na empresa.

A história não é ficção, fundamentalmente quando trata da vida material, dona de toda a sorte dos homens, pois como nos diria a poesia, a vida é real e de viés⁴⁷⁸. A Álcalis foi um desses vieses, daqueles zigue-zagues da história do Brasil, que ocultam nas suas sinuosidades, o verdadeiro dom de iludir tão próprio de expressivos setores dominantes do país. No caminho do meio, entre a ilusão e a realidade, estavam os trabalhadores, todos os homens e mulheres do Arraial do Cabo, e também os que de lá não eram, mas chegaram, como os “*candangos*”, que sustentaram com altivez e

⁴⁷⁸ Caetano Veloso.

dignidade os caminhos árduos que a Álcalis deveria seguir, até o seu fim. Se o “*Jeca*” foi ou não foi civilizado, como desejava o general Bruno que fosse, pouco importa. O que conta é que mesmo náufragos da modernidade, os homens resistem e não se amedrontam ao mar das tormentas.

Fontes

Jornais e revistas:

O Observador Econonômico e Financeiro

Digesto Econômico

Última Hora

O Globo

Veja

Exame

Folha dos Lagos

Jornal de Sabado

Tribuna da Imprensa

Correio da Manhã

Álcalis Jornal

O Fluminense

Diário Carioca

Diário de Notícias

Jornal do Brasil

Diário da Noite

Jornal do Commercio

O Jornal

A Noite

Novos Rumos

O Semanário

Relatórios

Plano de Expansão para a Cia Nacional de Álcalis – BNDE

Relatório CNA – 1957 / 1958 / 1959.

Relatório IBGE – Estatísticas do século XX

Depoimentos orais autorizadas

Sotero Teixeira de Souza

Hilson Cleto de Souza

Warner José Pires

Nelio Soares Almeida Aguiar

Jorgenel Vieira de Aguiar

Francisco Luiz Sobrinho.

Web

www.solvay.com

www.cpdoc.fgv.br.

www.abividro.org.br

www.casadovidraceiro.com.br

www.felipex.com.br

www.tre.sc.gov.br

www.culturabrasil.com.br

www.anpec.org.br

Alice web / MDIC/SCE.

Livros:

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889/1989)**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

ALBERSHEIN, Úrsula. **Socialização no Arraial do Cabo**, Rio de Janeiro, 1957.

ALCOFORADO, Paulo Guedes. **O sal fluminense**. Niterói, 1936.

ÁLCALIS: BASES DO PROGRESSO. Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Álcalis, s/d.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Rio de Janeiro, Ática, 1989.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

ARAUJO, Dantom Moreira de. **Última estada em Arraial do Cabo**, em: Revista do Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 1, pp. 211-214, jan/dez de 1963.

AVELAR, Alexandre da Sá. **A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares**. Tese de Doutorado. PPGH / UFF / Departamento de História, 2006.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BESSERMAN. Sérgio. **A política econômica do segundo governo Vargas**. Dissertação de Mestrado em Economia. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1985.

BIELSCHOVSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BOITO Jr., Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo, Unesp, 2007.

BOLLE, Jacques. **Solvay – a invenção, o homem e a empresa industrial (1863 – 1963)**. Bruxelas, Edições Weissenbruch, 1963.

BRASIL, Rafael do Nascimento Souza. **Sob o lábaro fardado: nacionalismo militar nas páginas da imprensa civil – O Semanário (1961-1964)**. Rio de Janeiro, Ufrj/IFCS/Departamento de História, 2006. Monografia de Bacharelado em História.

BOUCLAIR, Geraldo de. **Sol sobre sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama**, em: Revista À Margem. Rio de Janeiro, Fronteira, 1993.

_____. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1828 – 1860**. Vício de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS. Indústria de Carbonato e Hidróxido de Sódio. Rio de Janeiro, 1948.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas 1951 – 1954**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.

DECCA, Edgar Salvador de. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, CD Rom, fevereiro de 2009.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930/45**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil – 1930/1980**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**.

FAUSTO, Boris. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930/1964)**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FIORI, José Luis. **O vôo da coruja – uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1995.

FONTENELE, Luis Fernando Raposo. **A dinâmica dos grupos domésticos de Arraial do Cabo**. Rio de Janeiro, Editora Serviço Social, 1962.

FORUM ROBERTO SANTOS. **A indústria e as Forças Armadas**. São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1962.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

GIFFONI, Marcelo. **Sal: um novo tempero do Império**. Rio de Janeiro, APERJ, 2000.

- GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos, vol I (1910/1920)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HOBBSAM, Eric. **A era do capital**. São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- _____. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, Vértice, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge (orgs). **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- IASI, Mauro (org.) **A revolução antes da revolução**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- ISAACSON, Walter. **Einstein: sua vida, seu universo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a restinga**. Rio de Janeiro, Lidador, 1974.
- LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado – transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.
- LIMOEIRO, Miriam Cardoso. **Ideologia do desenvolvimento JK/JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LOPES, Accioly. **Candango de Arraial do Cabo**. Rio de Janeiro, Leitura, 1963.
- MÂNTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro, Polis/Vozes, 1987.
- MARTINS, Alfredo Bruno Gen. **Os álcalis sódicos e a segurança nacional – sua produção no Brasil**. Rio de Janeiro, 1957.

- MASSA, Hilton. **Cabo Frio histórico-político**. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1980.
- MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro, Access, 1985.
- MATTOS, Marcelo Badaró de. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró de. et alli. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro, Vicio de Leitura, 2006.
- MAZZO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo, Cortez, 2003.
- MELO, Ana Carolina Santos. **De sal a sol: um roteiro para a história salineira da Região dos Lagos**. Cabo Frio, Universidade Veiga de Almeida, 2005. Monografia de Licenciatura em História.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo – construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941/1968)**. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1989.
- MORRIS, Charles R. **Os magnatas**. Porto Alegre, LP&M, 2007.
- NEGRO, Antônio Luigi. **Paternalismo, populismo e história social**, em: Cadernos AEL – Populismo e trabalhismo. Campinas, Unicamp/IFCH, AEL, v. II, n. 20/21, 2004.
- NUNES, Adão Pereira. **Do Planalto à Cordilheira: memórias de um médico cassado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- NUNES, Carlos Luis. **Assim surgiu a Álcalis**. Caco Frio, 1968.

- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PINTO, Mário da Silva. **A Indústria de álcalis no Brasil: o projeto Cabo Frio**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/DNPM/LPM, 1947.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo, Graal, 2000.
- PREBISH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- RAMALHO, José Ricardo. **Estado-patrão e luta operária – o caso da Fábrica Nacional de Motores no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- RIDENTI, Marcelo e REIS F., Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil – partidos e movimentos após os anos 60**. Campinas, Unicamp, 2007.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- SANTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, Edusc, 2003.
- SILVA, Edmilson Felipe. **Os centros urbanos na mira do curta metragem**, em: Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, São Paulo, 29/08 a 02/09/2007.
- SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**. Santos/São Paulo, PMS/HUCITEC, 1995.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FAPERJ, 2002.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 2000.

SUZIGAN, Wilson e SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo, Hucitec/Abphe/Edusp, 2002.

_____. **História econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Hucitec/Abphe/Edusp, 2002.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Marina São Paulo de. **Mudanças sócio-culturais em Arraial do Cabo**, em: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp. 169-174, jul/dez 1962.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, 2004.

VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945/64)**. São Paulo, Globo, 2004.

ANEXOS